

OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

ISSN 1645-653X
E-ISSN 2184-173X



OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



OPHIUSSA REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

PUBLICAÇÃO ANUAL · ISSN 1645-653X · E-ISSN 2184-173X

Volume 6 - 2022

DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ana Catarina Sousa

Elisa Sousa

CONSELHO CIENTÍFICO

André Teixeira

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Carlos Fabião

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Catarina Viegas

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Gloria Mora

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID

Grégor Marchand

CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE

João Pedro Bernardes

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

José Remesal

UNIVERSIDADE DE BARCELONA

Leonor Rocha

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Manuela Martins

UNIVERSIDADE DO MINHO

Maria Barroso Gonçalves

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Mariana Diniz

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Raquel Vilaça

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Victor S. Gonçalves

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Xavier Terradas Battle

CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS

SECRETARIADO

André Pereira

CAPA

Desdobramento da decoração do «ídolo» cilíndrico oculado da Herdade da Cariola. Desenho Guida Casella a partir de fotos VSG.

COORDENADOR DAS RECENSÕES E REVISOR DE ESTILO

Francisco B. Gomes

PAGINAÇÃO

TVM Designers

IMPRESSÃO

AGIR – Produções Gráficas

DATA DE IMPRESSÃO

Dezembro de 2022

EDIÇÃO IMPRESSA (PRETO E BRANCO)

300 exemplares

EDIÇÃO DIGITAL (A CORES)www.ophiussa.lettras.ulisboa.pt

ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X

DEPÓSITO LEGAL 190404/03

A edição segue as directrizes Creative Commons (licença CC/BY/NC/ND 4.0).



Copyright ©Revista Ophiussa 2022

EDIÇÃO

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa 1600-214 Lisboa.

www.uniarq.netwww.ophiussa.lettras.ulisboa.ptuniarq@lettras.ulisboa.pt

Revista fundada por Victor S. Gonçalves (1996). O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/00698/2020 e UIDP/00698/2020.

ÍNDICE

Pequenos sítios, objectos perdidos, artefactos sem contexto. 3. O «ídolo cilíndrico» de Ervidel (Herdade da Cariola) VICTOR S. GONÇALVES	5
<i>Heads & tails: Bell Beakers and the cultural role of Montejunto Mountain (Portugal) during the second half of the 3rd millennium BC</i> ANA CATARINA BASÍLIO	23
O conjunto faunístico do Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa, Portugal) no 3.º milénio a.n.e.: entre a <i>antroposfera</i> e a <i>zooesfera</i> FREDERICO AGOSTO	43
The materialization of an iconography: a LBA/EIA metallic representation of an “anchoriform” or “anchor idol” (?) from the Fraga dos Corvos habitat site (Eastern Trás-os-Montes, Portugal) JOÃO CARLOS SENNA-MARTINEZ, ELSA LUÍS, CARLOS MENDES, PEDRO VALÉRIO, MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO, ANTÓNIO M. MONGE SOARES	69
A necrópole do Cerro do Ouro (Ourique): reflexões sobre os enterramentos em urna nas necrópoles tumulares do Baixo Alentejo FRANCISCO B. GOMES	85
O sítio arqueológico de Arruelas (Maiorca, Figueira da Foz, Portugal) no contexto da Conquista Romana do Ocidente Peninsular FLÁVIO IMPERIAL	105
A importação de ânforas do Tipo <i>Urceus</i> em Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES	127
<i>Traianeum de Italica</i> . Campaña arqueológica 2016/2017 SEBASTIÁN VARGAS-VÁZQUEZ	143
El asentamiento rural romano de la Venta El Parrao (Alcalá de Guadaíra, España): Nuevos datos arqueológicos LUIS-GETHSEMANÍ PÉREZ-AGUILAR, SALVADOR ORDÓÑEZ AGULLA	163
A ocupação romana da Lezíria (Castro Marim, Portugal) ANA MARGARIDA ARRUDA, MARGARIDA RODRIGUES	187
Os recursos animais no Noroeste da Lusitânia do período republicano à Antiguidade Tardia (Séculos II a.C. - VII d.C.): Uma perspectiva a partir das evidências zooarqueológicas do centro de Portugal PATRÍCIA ALEIXO, GIL VILARINHO	209
Recensões bibliográficas (TEXTOS: FREDERICO AGOSTO, ANA MARGARIDA ARRUDA)	231
<i>In memoriam</i>	243
Política editorial	246
Editorial policy	247

Pequenos sítios, objectos perdidos, artefactos sem contexto. 3.¹ O «ídolo cilíndrico» de Ervidel (Herdade da Cariola)

Small sites, lost objects, artefacts
without context. 3.
The “cylindrical idol” of Ervidel
(Herdade da Cariola)

VICTOR S. GONÇALVES

Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ).

WAPS: Work Group on Ancient Peasant Societies.

vsg@campus.ul.pt

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8120-5192>

Uma coisa é uma coisa, cinco é demais

Provérbio gowachin, cantarolado por Jorj X. MacKie
no seu triunfante regresso a Tandaloor...

«...eternal sloppiness was the price of liberty.»

MacKie, perante o Tribunal-Arena de Tandaloor,
segundo Franck Herbert

«That’s a great relief to me,’ McKie said. And he wondered: What did he really mean by that? This thought elicited another, and McKie said: ‘Whenever I run into this problem of communication between species I’m reminded of an old culture/teaching story.’

‘Oh?’ Bolin registered polite curiosity.

‘Two practitioners of the art of mental healing, so the story goes, passed each other every morning on their way to their respective offices. They knew each other, but weren’t on intimate terms. One morning as they approached each other, one of them turned to the other and said, ‘Good morning.’ The one greeted failed to respond, but continued toward his office. Presently, though he stopped, turned and stared at the retreating back of the man who’d spoken, musing to himself: ‘Now, what did he really mean by that?!’»

Franck Herbert, *The tactful saboteur*

¹ Os artigos até agora publicados de esta série são: GONÇALVES, V. S. (2006) – Pequenos sítios, objectos perdidos, artefactos sem contexto: 1. A placa de xisto gravada (medieval?) da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:1; p. 185-195; GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. (2014) – Pequenos sítios, objectos perdidos, artefactos sem contexto: 2. Antas inéditas do Grupo megalítico Crato-Nisa (Anta das Romeiras, Anta da Ferranha). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 17: 61-94.

RESUMO: Com os seus respeitáveis 738,75 g, o ídolo cilíndrico gravado de Cariola (Ervidel, Aljustrel) não é o exemplar mais pesado que se conhece de entre a totalidade dos lisos e gravados. Mas é certo que, dos gravados, é um bom exemplo. Maiores, maiores, temos os da Península de Lisboa, Alapraia 3 incluída, todos não decorados. Mas do Alentejo profundo não. Até agora. As questões que se colocam logo à partida são de várias ordens: porquê as representações do cabelo, porquê os Olhos de Sol, porquê as tatuagens ou pinturas faciais. E, já agora, qual o sexo destas «figuras», se é que o têm. Procura-se sacudir dúvidas, as respostas são mais difíceis de encontrar. Tal como se disse no capítulo respectivo do livro «Sítios, «Horizontes» e Artefactos», os vendedores de gordura de ofídeo que se encarreguem disso. Isto não é um Resumo, quem disse que era? Jorj X. McCie nunca disse que era. Nem os que sonham reinar numa Pérsia distante. Aqui e agora, estamos no 3.º milénio (a.n.e.)... talvez nos seus meados... ou na Terra Média...

PALAVRAS CHAVE: 3.º milénio a.n.e., «ídolo cilíndrico», Herdade da Cariola (Ervidel, Portugal).

ABSTRACT: With its respectable 738.75 g, the engraved cylindrical “idol” from Cariola (Ervidel, Aljustrel) is not the heaviest known example, but it is certain that, of the not engraved ones, it is a good example. Bigger, bigger, we have those from the Lisbon Peninsula, Alapraia 3 included. But not from the deep Alentejo. Till now. The questions are of several orders: why are the representations of hair like that, why Sun’s eyes, why tattoos or face paintings. And, by the way, what are the sex (or gender...) of these “figures”, if any it was. It seeks fair to sake off doubts, the answers are more difficult to find. As stated in the respective chapter of the book «Sites, «Horizons» and Artifacts», only the snake fat sellers are responsible for this. This not an Abstract, who said it was? Jorj X. McCie never said it was. Not even those who dream to reign in a distant Persia. Here, we are in the 3rd millennium (b.c.e.), maybe in the Middle Earth...

KEYWORDS: 3rd millenium b.c.e., «cylindrical idol», Cariola Farm (Ervidel, Portugal).

1. ABRINDO...

O Autor, que sempre se divertiu com a ênfase que alguns dão a artefactos isolados, até porque produzem bio-bibliografias obesas para escassos conteúdos e raras ideias, saiu-se com esta pequena série de artigos sobre situações únicas ou raras, sem contextos conhecidos ou destruídos por escavações com maus ou nenhuns registos. Ou perdidos em reservas obscuras de Museus. Ou barragens em construção. Ou já construídas...

Vale a pena? Talvez não, mas todos temos o direito de nos divertir um pouco. Em Tandaloor ou em Lisboa. Mesmo com os riscos de se criar um novo *mainstream*...

Se na sua época fosse praticada a chamada Arqueologia preventiva, a Barragem do Roxo provavelmente nunca teria sido construída, tal a riqueza e diversidade dos sítios arqueológicos aí existentes. O que os contextos não permitiram foi agora justificado pelo prolongamento dos canais de rega do Alqueva. A Barragem que se pensava ser do feijão verde é afinal, e também, a dos amendoais intensivos, das culturas

violentas, da implacável destruição da paisagem. Vão plantar melões, dizia a propósito o meu Professor e Amigo Orlando Ribeiro (1911-1997), certamente lembrando-se de textos antigos e de Severim de Faria (1674-1750).

Em conversa informal, no Museu Nacional de Arqueologia, com o Arqto Ricardo Pereira, falou-se de um «ídolo cilíndrico», hoje no Museu de Sines. Estivera também, oportuna, mas temporariamente, exposto no MNA. Uma fotografia da cabeleira (dele) foi entretanto publicada (Gonçalves – Sousa 2017: 133, Fig. 50). Convidou-me para o estudar, coisa que agora se faz. Posteriormente, enviou um e-mail (2022.02.16, 15h40), em resposta a alguns esclarecimentos que lhe solicitei. Dizia então

«Peço desculpa pela demora mas andámos a rever fichas antigas porque a informação que temos sobre o ídolo é mesmo muito escassa. Foi achado próximo de Ervidel, na Herdade da Cariola, durante trabalhos agrícolas. Terá sido desenterrado por um trator e o achador entregou-o a José Rita, primo de José Miguel da Costa, a quem depois o doou, passando a integrar

a sua colecção particular. Quando da sua morte, em 2005 foi legado ao Museu de Sines e assim passou a integrar as nossas colecções, se[m] que tenhamos mais nenhuma informação. Espero que seja útil, mas é mesmo só o que consegui recolher.»

Pela atenção, lhe agradecemos o convite e o esclarecimento.

Na recente monografia sobre Ervidel, abriu-se um capítulo sobre as acções preventivas na freguesia (Baptista – Gomes 2016). Curiosamente, nem uma palavra sobre a peça da Cariola. Na gorda monografia sobre Loulé (Lisboa, 2017), a cabeleira do artefacto votivo de calcário de Cariola ilustra o texto que escrevi com Ana Catarina Sousa (2016), ainda que numa vista única. Mas já com este artigo terminado, eis que surge uma imagem fotografada pela equipa alemã dirigida por Miguel Kunst (2022). Decididamente, não há fome que não dê em fartura, como diz o povo. Que nem sempre tem razão, bem o sabemos.

2. O ÍDOLO CILÍNDRICO DE CALCÁRIO DA HERDADE DA CARIOLA

O ídolo cilíndrico da Herdade da Cariola é uma peça, esculpida em calcário, com os seguintes valores métricos (Figs. 1-5):

Altura total: 164,34 mm

Dimensões da base: 46,86 × 43,56 mm

Dimensões do topo: 46,52 × 45,58 mm

Peso: 738,75 g

Os motivos usados na sua decoração, de cima para abaixo, são

1. Área do topo da Cabeça

Apresenta uma representação esquemática de uma cabeleira. Nela nota-se uma área frontal livre de cabelo, indicando muito provavelmente um tipo de penteado similar aos japoneses e coreanos medievais e modernos. Em outras figurações de este tipo, nem sempre se encontram presentes estes detalhes à excepção do comprimento do cabelo atrás que, como é natural, ultrapassa o da sua representação sobre a testa do personagem. Não deixa de serem impressionantes os paralelismos entre penteados tão distantes no tempo

e no espaço. Poderíamos talvez sugerir que se tratasse de uma questão de simetria e não de uma representação realista, mas parece-me pouco provável.

2. Área da Face

A representação de uns Olhos de Sol delimitados no topo pelas sobranceiras em arco de círculo e ladeadas por duas pinturas ou tatuagens faciais completa o conjunto, no qual não existe qualquer motivo directamente relacionado com o género. No entanto, a decoração desta peça é parte de um conjunto claramente feminino, em que muitas vezes aparecem associadas representações dos seios (Pêra, Cardoso 2002) ou vulvares (Liceia, Cardoso 2009), tal como nas pequenas



FIG. 1 Localização de Ervidel na Península Ibérica. Cartografia J. Peres & VSG.

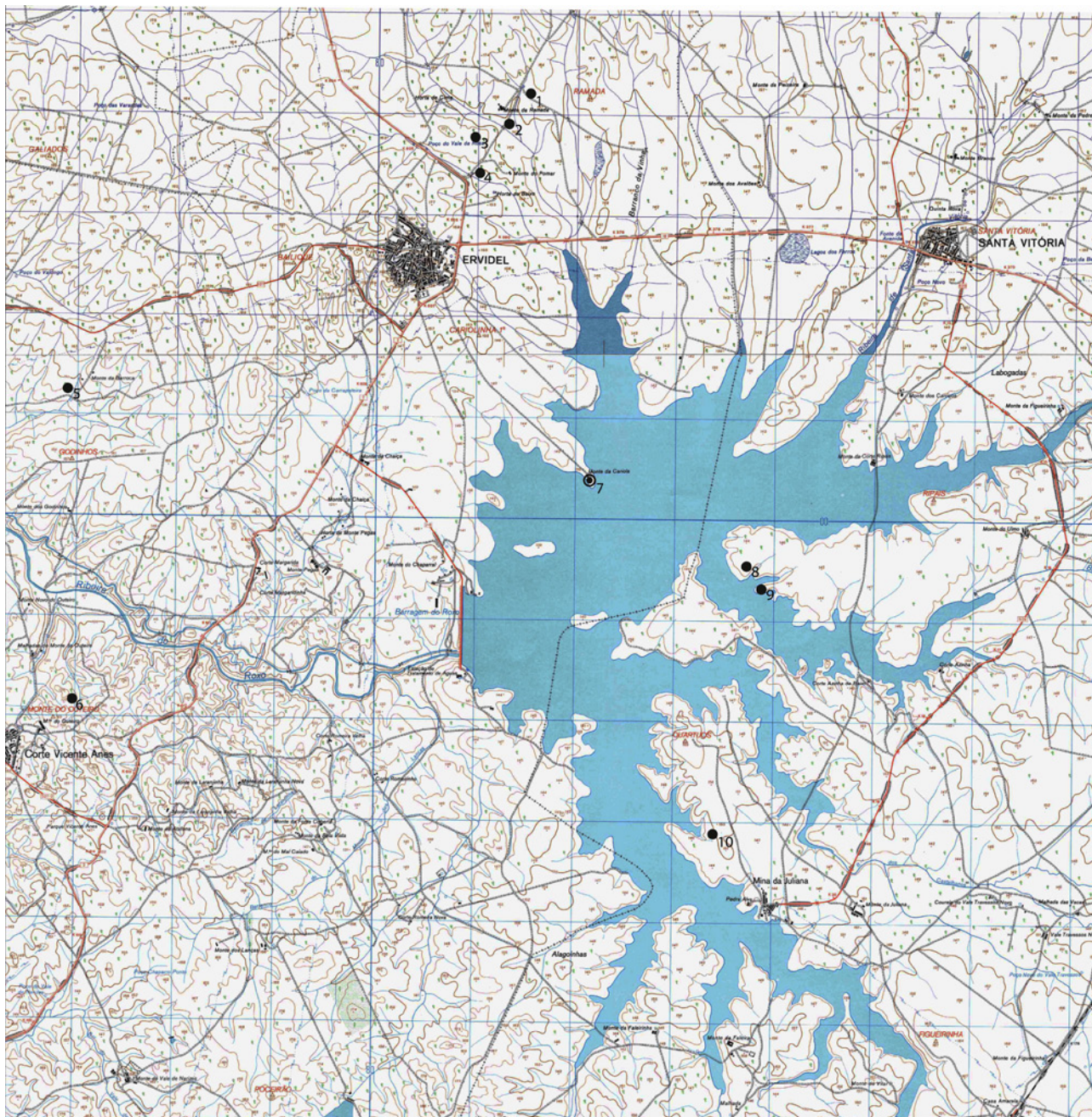


FIG. 2 – Ervidel e a Herdade (Monte) da Cariola. Cartografia Daniel van Calker. 1- Herdade do Pomar / Monte da Ramada 1 (CNS 3351); 2- Monte da Ramada 2 (CNS 33389); 3- Monte do Pomar 3 (CNS 33563); 4- Horta de Baixo 1 (CNS 33351); 5- Monte da Barroca (CNS 33355); 6- Monte do Outeiro (CNS 4092); 7- Cariola (CNS?); 8- Monte de Corte Ribas 5 (CNS 37632); 9- Monte da Corte Ripais 6 (CNS 28725); 10- Quartijos 2 (CNS 28733).

falanges decoradas provenientes do Cerro do Castelo de Santa Justa (Gonçalves 1989 vol. 2.: 172, Fig. 106 p. 311, Fig. 233). Aí, as representações das sobrance-lhas são mais curtas e os olhos solares têm menos raios. As pinturas/ tatuagens consistem em três pares, contrariamente ao caso agora em estudo (duas). Nos ídolos da Lezíria de Castro Marim, e em Salir, as pinturas/ tatuagens são representadas em 4 pares (*ibidem* 173). Tal como na figurinha de barro cozido do Monumento

do Monte Novo dos Albardeiros (*ibidem* 172 e Gonçalves 2005). Nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal, ou não são usadas ou são 1, 2, 4 pares.

A identificação do avc da Herdade da Cariola foi muito provavelmente o resultado da destruição de um monumento (funerário?) ou de um lugar de habitação do 3.º milénio na Herdade onde se construiu a pequena barragem e onde a densidade de sítios de épocas diversas era impressionante.



FIG. 3 «Ídolo» cilíndrico oculado da Herdade da Cariola. Foto VSG.

3. avcs, o que são (quando são)...

Os artefactos votivos de calcário (avcs) foram objecto de interesse e estudo logo com os Grandes Antepassados dos estudos arqueológicos em Portugal: Leite de Vasconcellos, Estácio da Veiga, Carlos Ribeiro, todos eles, aqui ou ali, se referem a estes enigmáticos artefactos ideotécnicos. Mas os Anos Negros da Arqueologia em Portugal interromperam este interesse. Apareceram, é certo, peças novas e de variadas formas, que poderiam ter despertado curiosidade ou suscitado novas interpretações, mas tal não aconteceu. E no entanto... Casal do Pardo, Alapraia, S. Pedro do Estoril, Praia das Maças, Casaínhos, Correio Mor, Pêra, forneceram dados generosos e, mais longe, La Pijotilla, El Seminario e... Los Millares, marcavam a diferença.

A teia da aranha traduzia problemas genéticos e o seu aspecto perdia em nitidez o que ganhava em consciência da complexidade. Assim fosse apenas e tudo estaria bem. Mas nem sempre é.

Parece que o peso mítico dos avcs não se ficou neles próprios. Um gigante do cinema, Federico Fellini (1920-1993) estreia em 1969 um filme adaptado livremente do texto de Petrónio, onde (no filme) aparecem menires e... um «ídolo cilíndrico» decorado (Fig. 7), semelhante ao que Savory usou para capa do seu livro (Fig. 6) e ao exemplar de Cariola. Provavelmente da mesma oficina, se não o mesmo, em que se inspirou a réplica que assinalava a entrada para a exposição espanhola que o MNA exibiu em 2021... ou o *pin* para frigorífico editado em Espanha pelo Museu de Madrid...

4. EM TORNO A...

Vários conceitos estão aqui envolvidos:

1. o de uma categoria de artefactos tradicionalmente ditos «votivos»: avcs (artefactos votivos de calcário ou matérias primas similares);
2. o de um tipo específico de esses artefactos, os betilos ou «ídelos cilíndricos»;
3. as versões gravadas e não gravadas dos «ídelos cilíndricos» e, no caso das primeiras, os seus motivos. E, no caso das segundas, a(s) razão(ões) porque o não foram.
4. o seu correlacionamento com outros artefactos relacionados com o sagrado do 3.º milénio a.n.e., desde as placas de xisto gravadas às representações de cenas envolvendo o que presumivelmente seriam avcs.

A designação «betilos» ou «ídelos cilíndricos» não é necessariamente sinónima, uma vez tratando-se de realidades distintas. O uso de *betilo* mobiliza uma realidade mais ampla e muito menos precisa. As pedras sagradas têm que ver com formas de contactos entre o humano e o(s) divino(s). A pedra negra (al-Hajaru al-Aswad) é isso mesmo, mais a lenda de origem, somada a recriação que Maomé lhe dá e as próprias leituras dos viajantes que a observaram ao longo dos tempos e a consideraram como sagrada. As «pedras-almofada» do *tholos* b da Anta 2 do Olival da Pega

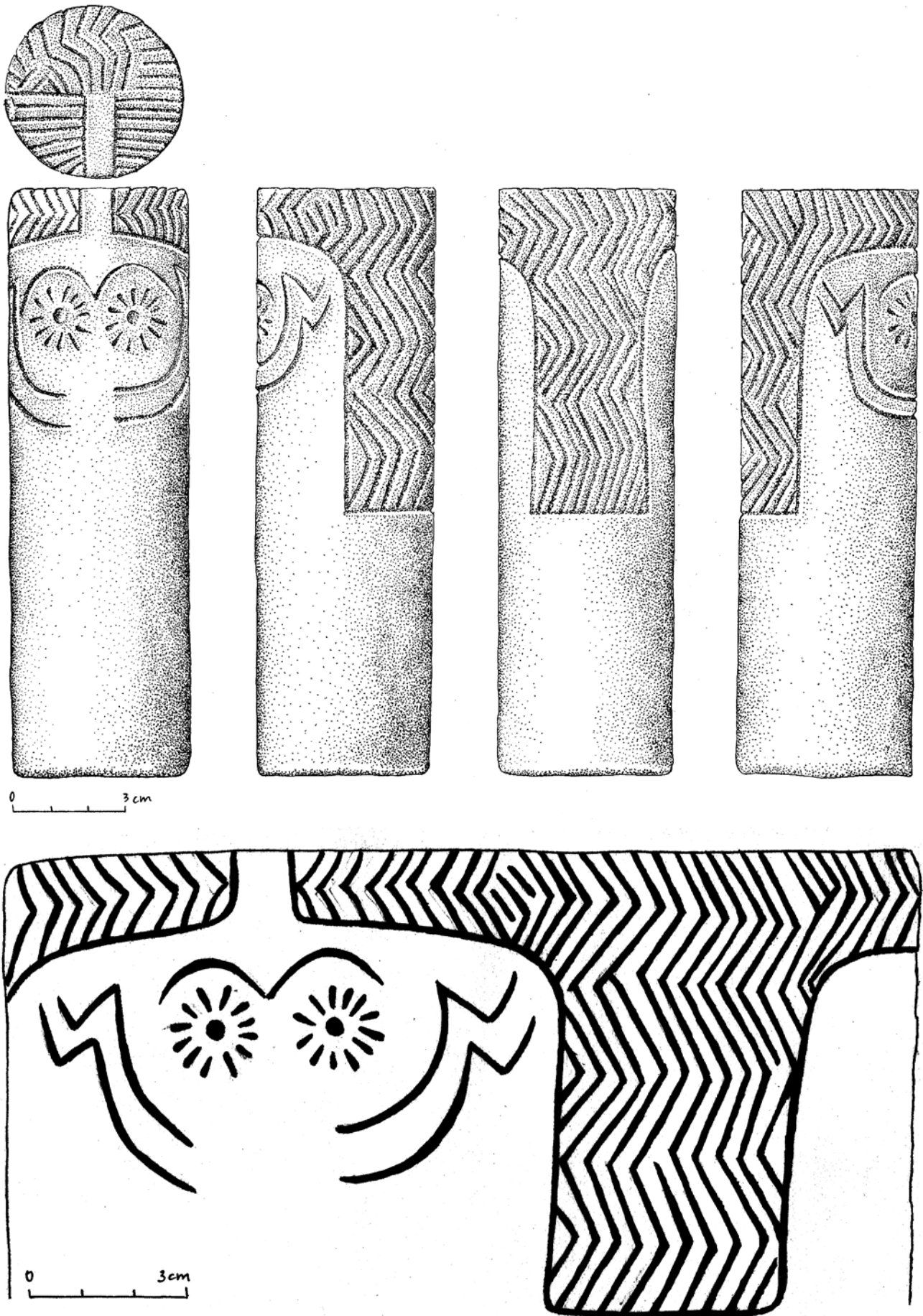


FIG. 4 «Ídolo» cilíndrico oculado da Herdade da Cariola e desdobramento da sua decoração. Desenho Guida Casella a partir de fotos VSG.



FIG. 5 Detalhes da Cabeça do «ídolo» da Herdade da Cariola. Fotos VSG.

são simples apoios para segurar a cabeça do morto ou outra coisa, de significado mais profundo? Sabê-lo é impossível ou, no mínimo, muito difícil.

Na verdade, e independentemente dos casos isolados, que publiquei, sempre considerei com particular atenção os artefactos de calcário, chamando a atenção para alguns deles serem aparentemente votivos, outros não e outros ainda sobre os quais não fazemos a mínima ideia. Nestas três categorias, os betilos parecem ser claramente votivos, o mesmo se podendo dizer das enxós encabadas, tendo algumas uma decoração idêntica à da maioria das placas de xisto gravadas... triângulos preenchidos, sem que se saiba tratar-se de um caso de contaminação cultural ou de outra situação, mais complexa...

Mas não é este o caso dos almofarizes (os *graaes* de Estácio da Veiga), utilitários nos rituais da Morte,



FIG. 7 Fellini, *Satyricon*. Blu-ray. Com um «ídolo» similar ao de Cariola.

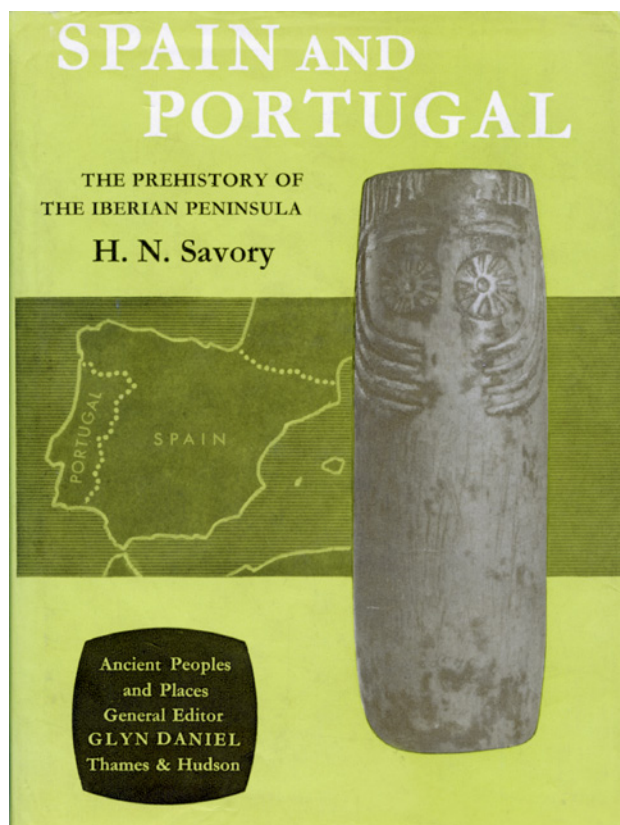


FIG. 6 Capa da edição original do livro de Savory (1968). Com um «ídolo» similar ao de Cariola.

conservando ainda alguns deles traços da trituração do ocre (Gonçalves 1995b, 2003; Sousa – Gonçalves, 2021).

Também deve ser dito que... nem todos os ídolos cilíndricos... são cilíndricos, sendo reconhecidas, para além das formas cilíndricas, outras, hiperbolóides e outras rombóides (Gonçalves 1995: Fig. 07; Gonçalves – Sousa – Santos, 2018; Leisner, 1965). Alguns mesmo sendo troncocónicos alongados... como em El Seminario (Vera Rodriguez *et al.* 2010).

Apesar da indiscutível beleza de alguns deles (no sentido actual e subjectivo), estes «ídolos» nunca foram objecto de um estudo aprofundado e a sua presença nos conjuntos muito pouco explorada. Vários foram mesmo encontrados isolados, o que levanta uma questão nodal para o seu verdadeiro significado: foram «perdidos», fariam parte de pequenos santuários portáteis ou, ainda assim, guardariam um significado mágico-religioso directamente associado à Morte? Como em Los Millares ou no Casal do Pardo?

Em casos como Moncarapacho ou Lezíria de Castro Marim, ou mesmo em Pombal (Boaventura 2010), trata-se garantidamente de achados isolados. No caso da Gruta do Correio Mor, de um pequeno altar

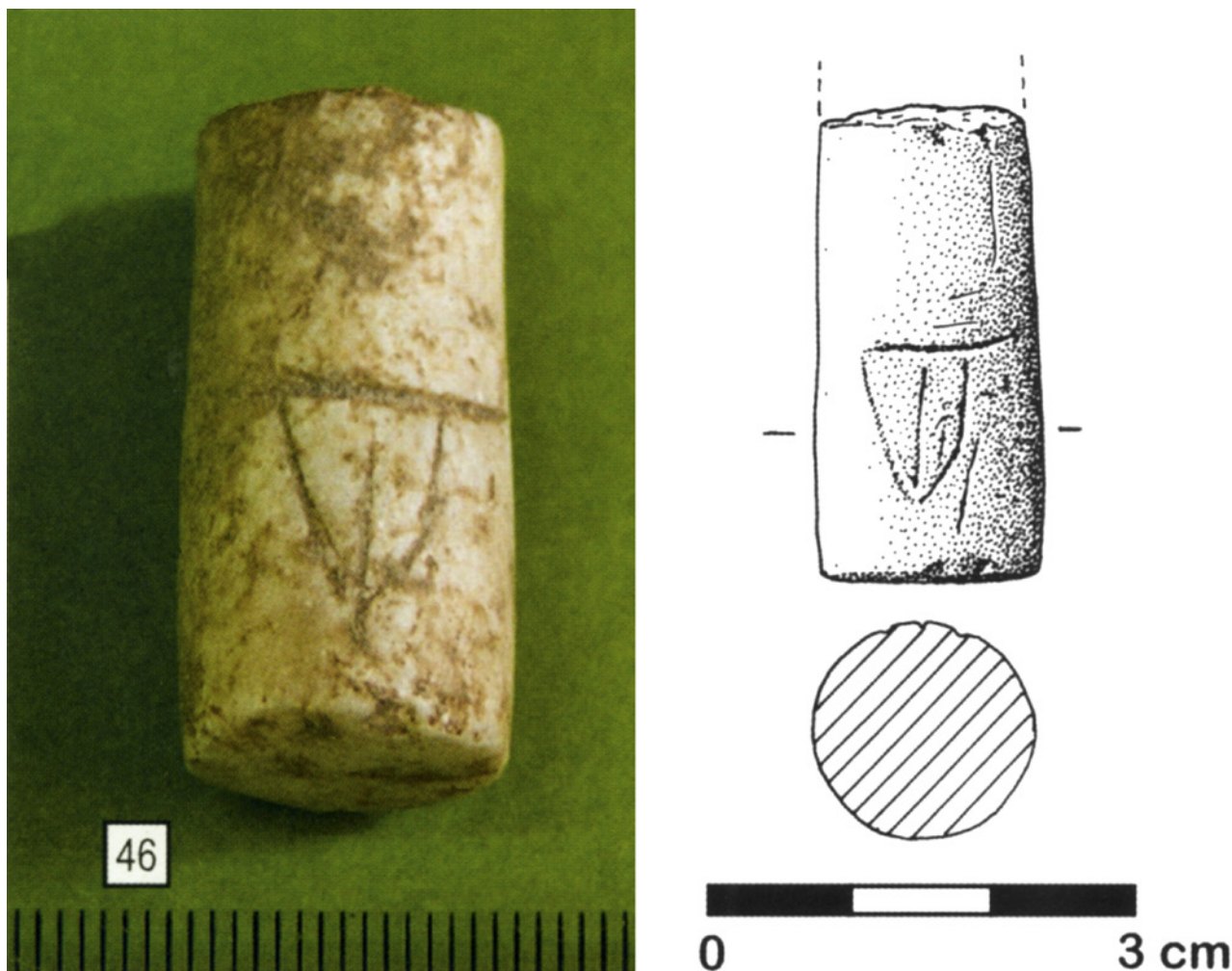


FIG. 8 Pequeno «ídolo» troncocónico de Liceia (Cardoso, 2009).

(Cardoso *et al.* 1995, 2003; Gonçalves 2021b) incluindo uma encenação ritual (Gonçalves 2008, 2021). Misterioso é o caso de Pêra (Cardoso 2002), indecifrável o de Paimogo (Gallay *et al.* 1973; Gonçalves 2003). Desconhecidos são os contextos «curtos» do escolhido por Savory para a capa do seu livro ou de Fellini para o seu filme de 1969. Alguns poucos têm informações genéricas (Casal do Pardo, Gonçalves *et al.* 2018; Alapraia 3, Jalhay – Paço 1941; Gonçalves inédito). Ou associações interessantes, como as lúnulas. Um testemunho de tempos mais antigos, de um outro subsistema mágico-religioso. Mas frequentes são também as representações parciais, como as pinturas ou tatuagens faciais e os pequenos Olhos não radiantes. Ou, no caso do povoado fortificado de Liceia, a figurinha com uma representação vulgar, com os grandes lábios indicados, ou a que tem apenas dois pares de pinturas/ tatuagens faciais (Fig. 8). Apesar de partidas, seriam ambas troncos de cone, com pequenos diâmetros na extremidade inferior.

5. OLHOS DE SOL, OLHOS DE FOGO?

Chasing the sun

Chasing the sun for you

Spending the day

Driving away the blues

And there's nothing like

Losing track of the time who's countin'

Winding around are we up are we down the mountain

Angel Olsen, Big Time, JAG424, 2022 (California, USA)

Terminar com música «Indie», com vários sentidos possíveis, não era bem assim que eu pensava, mas os Olhos de Sol resolvem-se com óculos de Sol, Ray-Ban, Oakley ou Polaroid, de preferência. Ou não?

Na verdade, a força residente nestas figurações não tem obrigatoriamente o mesmo sentido. Como já se disse, há um conjunto complexo de símbolos que, associados, querem dizer uma coisa, mas não surgem



1



2



3

FIG. 9 Pequenos Olhos não solares associados a Pinturas/ tatuagens em ídolo cilíndrico proveniente do *tholos* do Barro (Torres Vedras), em cima, à esquerda. E Olhos gravados em placas de xisto da Courela dos Nascedios (MNA 206.370.1), em cima, à direita, Olho esquerdo e Olho direito. Em baixo, e da esquerda para a direita, placa MNA 206.361.1, Olho direito e esquerdo.

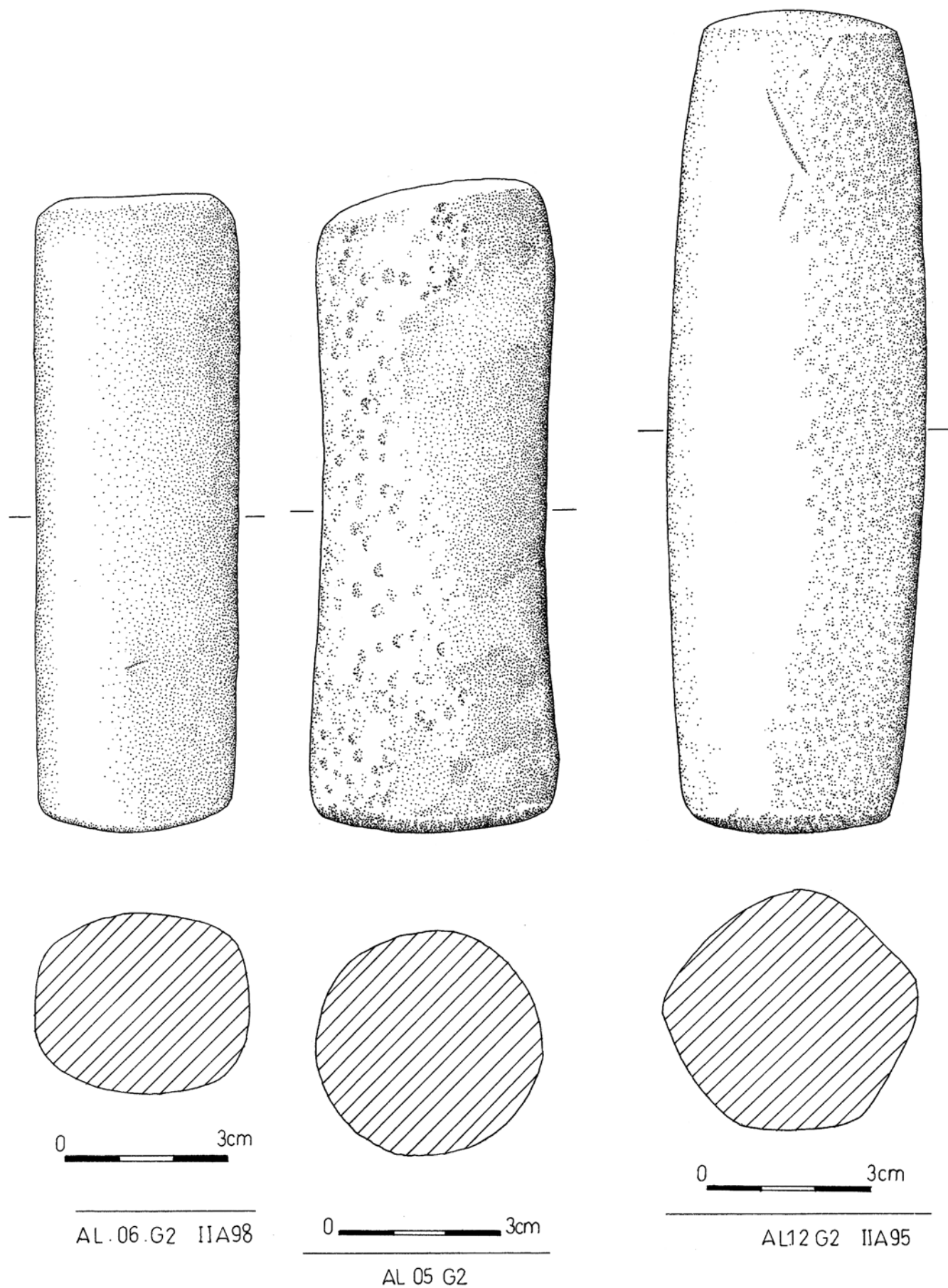


FIG. 10 As três principais variantes morfológicas dos «íolos cilíndricos». Nesta escolha, exemplares não decorados. À esquerda, *cilíndrico*. Ao meio, *hiperbólicoide*. À direita, *rombóide*. Desenho Guida Casella. Alapraia 2 (Gruta artificial).



FIG. 11 Placa da Anta do Curral da Antinha, com Olhos não radiantes.

necessariamente em conjunto. Os olhos podem ser apenas representados, simplesmente, por pequenos pontos (Fig. 9). Aí não são, evidentemente, «Olhos de Sol». A versão integral, o «conjunto completo» (ou quase), aparece apenas na figuração sobre cerâmica da Sala n.º 1, onde até a boca e o queixo estão presentes (Fig. 14). Mas o conjunto integral compreende também o cabelo, as sobrancelhas, os olhos (radiantes ou não) e as pinturas ou tatuagens faciais. Nas placas de xisto gravadas e em algumas de grés, surge também o nariz e as narinas, por onde entra o sopro da vida e sai o da morte. A sua tipologia individual é significativa, mas algumas delas chegam para o reconhecimento de uma realidade global (Fig. 11, 12, 13). Tal como a cruz dos cristãos pode ser apenas uma cruz, o cruzamento de duas linhas, eventualmente estar legendada, e ter, ou não, a representação do próprio Cristo... mas não é obrigatório que tenha.

Pois assim as figurações oculadas não são iguais e, sobretudo, nem todas são radiantes. Algumas são simples indicações, é o caso dos «falsos Olhos», pequenas depressões escavadas nas placas, dissociadas dos seus motivos «clássicos», casos das antas de Vale Beiró (Coruche), Soalheira (Alter do Chão), Cabeço da Arruda (Torres Vedras), Herdade da Zambujeira (Crato), (Gonçalves 2011: 144-145). Ou de grutas artificiais, como Alapraia 2 (Gonçalves *et al.* 2015: 664, 671, 674, Fig. 10).

São figuras femininas? o pequeno ídolo de Liceia tira qualquer dúvida, pelo menos no que a ele diz respeito. Mas nem isso era necessário. As representações nas placas de grés também trazem, por vezes, sugestões ou referências. Ou a presença/ ausência dos seios nas figurinhas de barro cozido de Huelva ou do Cabeço do Pé da Erra.



AGCI
985.51.30

FIG. 12 Placa de xisto gravada da Anta Grande da Comenda da Igreja (MNA 985.5130), os dois Olhos não são radiantes e... foram gravados na parte inferior do Corpo. Serão acrescentos posteriores a uma primeira execução da placa ou feitos por um gravador distraído?

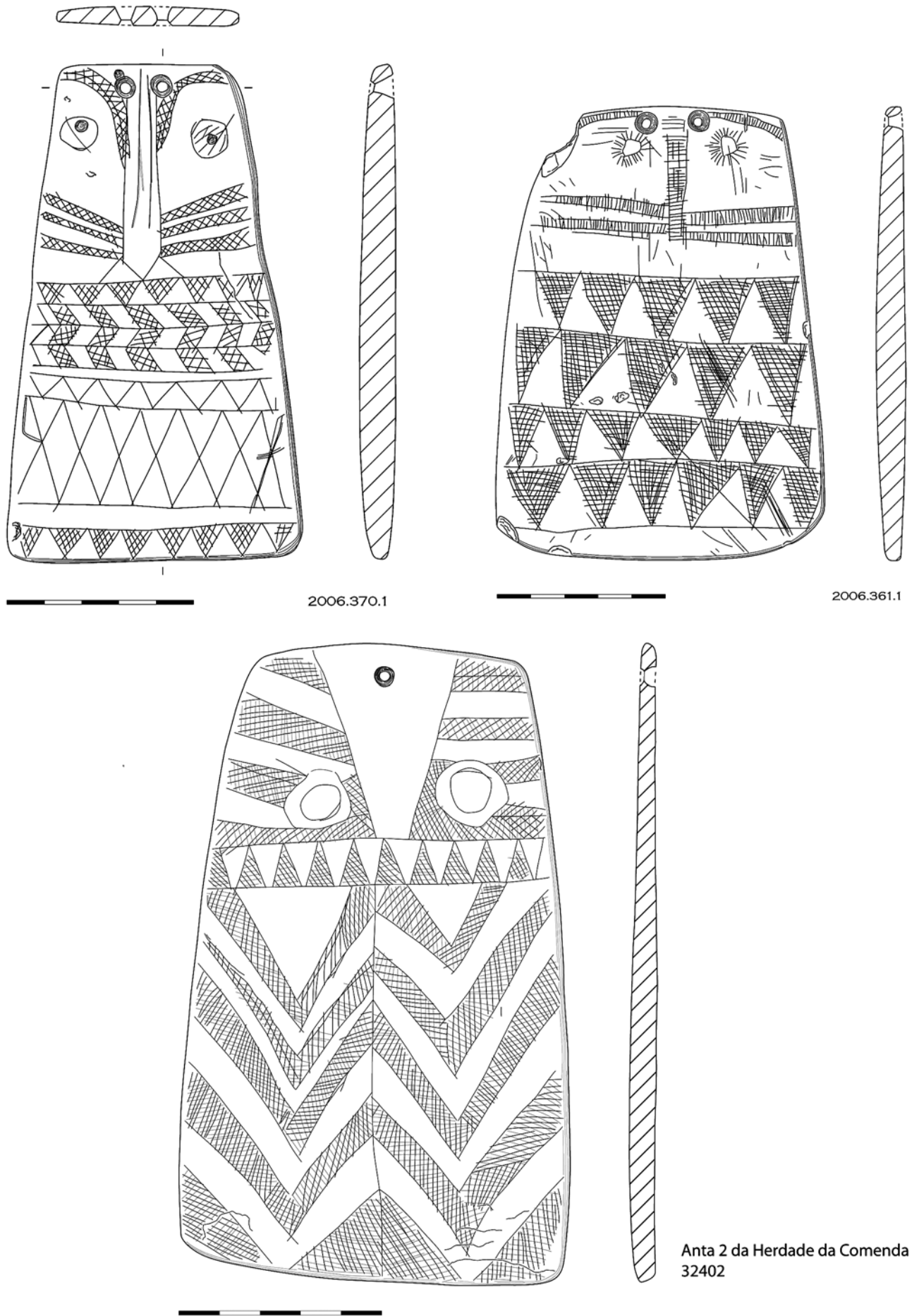


FIG. 13 Diferentes tipos de Olhos em placas de xisto gravadas. Em cima, placas da Courela dos Nascedios e em baixo placa da anta 2 da Herdade da Comenda.



FIG. 14 Fragmento de um bordo de vaso com as figurações da Deusa. Sempre nos perguntámos como seria o resto de este recipiente de um lugar sagrado, frequentado por canibais...

Um único subsistema mágico-religioso? Ou dois? Um dos quais regional e agonizante, o das placas de xisto gravadas e das de grés, o outro partilhado pelos arqueometalurgistas do cobre?

E a natureza dos suportes conta? Osso, marfim, barro cozido, pedra?

Para começar pelo fim, todas estas matérias primas suportam os mesmos componentes da simbólica da Deusa. Tal como os coelhos votivos ou as figurinhas ditas «almerienses», que são de osso, xisto ou pedra verde, todas com morfologias muito semelhantes. Algumas parecem ser mais explícitas que outras, mas pertencem indubitavelmente a um mesmo complexo. E referem-se a uma mesma história (salvo os coelhos, claro, ainda que...).

Deve igualmente ser dito que os Olhos de Sol nem sempre são iguais: a dimensão dos raios é diferente, o seu espaçamento também. Alguns nem raios têm. E, na extraordinária placa da Anta Grande da Comenda da Igreja, nem sequer estão na Cabeça, mas na barrega (Gonçalves 2015; Gonçalves – Andrade 2021: 185, Fig. 10).

Falei em tempos de uma dúvida que então me pareceu legítima: Olhos de Sol ou Olhos de Fogo. Na verdade, os Olhos de Fogo multiplicam-se em meados do 3.º milénio a.n.e., mas a sua presença é relativamente pequena, ainda que aceitável para os arqueometalurgistas do Sul. Por outro lado, as representações solares simples são aparentemente mais antigas e duram mais no Tempo. Na altura, a dicotomia de situações pareceu-me evidente, hoje nem tanto.

E terminamos com a pergunta mais premiada: o papel das placas de xisto gravadas enquanto receptáculos de símbolos pertencentes, de origem, a outros subsistemas mágico-religiosos. E que coincidem com o aparecimento de novas representações e das figuras do Jovem Deus (Gonçalves 1971). Quanto a mim, são parte de uma outra história, de que se apropriaram os invasores extremenhos e andaluzes. Ou que os neolíticos finais médio-alentejanos absorveram.

Ou não.

Lisboa, Outono, 2022

Agradecimentos

Um agradecimento a Ana Catarina Sousa, cujo *Boosco deleitoso* de .pdfs continua a iluminar recantos obscuros e a Guida Casella, que, desta vez, não procrastinou. E outro a mim próprio, que consegui esconjurар demónios, com alguma dificuldade, confesso, até porque gosto de alguns, que a Grande Deusa Mãe me perdoe.

Referências bibliográficas e alguns textos de leitura aconselhada

- ALMAGRO GORBEA, M. J. (1965) – *Los ídolos del Bronce I Hispano*. Madrid.
- BAPTISTA, L.; GOMES, S. (2016) – Arqueologia na freguesia de Ervidel. In *Monografia sobre Ervidel. Contributos para a sua história*. Ervidel: 21-72.
- BOAVENTURA, R. (2010) – An idol from the dust: another evidence of neighboring contacts between the settlement of Pombal (Monforte, Alentejo) and the region of Badajoz. *Apontamentos de Arqueologia e Património* 7: 15-17.
- CARDOSO, J. L. (2002) – Sobre os ídolos de calcário de Pêra (Silves) e o seu significado no quadro do calcolítico do sul peninsular. *O Arqueólogo Português*. Série IV, 20: 61-76.
- CARDOSO, J. L. (2009) – Estatuetas do Neolítico Final e do Calcolítico do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras) e o simbolismo a elas associado. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17: 73-96.
- CARDOSO, J. L.; MONTEIRO, R.; FERREIRA, O. V.; COELHO, A. V.; GUERRA, F.; GIL, F. B.; PAIS, J. (1992) – A Lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*. 9-10: 89-225.
- CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M.; NORTON, J.; FERREIRA, O.; NORTH, C. (1995) – O santuário calcolítico da gruta do Correio-Mór (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 5: 97-121.
- CARDOSO, J. L.; FERREIRA, O. V.; ZBYSZEWSKI, G.; LEITÃO, M.; NORTH, C.T.; BERGER, F. (2003) – A gruta do Correio-Mór (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 11: 229-321.
- FELLINI, F. (1969) – *Satiricon* [Blu-ray].
- GALLAY, G.; SPINDLER, K.; FERREIRA, O. V. (1973) – *O monumento pré-histórico de Pai Mogo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- GONÇALVES, V. S. (1971) – Sobre o Neolítico na Península de Setúbal. In *Actas das Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: 407-421.
- GONÇALVES, V. S. (1980) – Dois novos ídolos tipo Moncarapacho. *Setúbal Arqueológica*. 4-5: 47-60.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma perspectiva integrada*. Lisboa: Vol 1, 2.
- GONÇALVES, V. S. (1995a) – *Sítios, «Horizontes» e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas*. Cascais, 380 p.
- GONÇALVES, V. S. (1995b) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 2. A propósito dos artefactos votivos de calcário das necrópoles de Alcalar e Monte Velho. I Jornadas de Arqueologia do Sudoeste Alentejano, Sagres, 1991. *Setúbal Arqueológica*. 11-12: 199-216.
- GONÇALVES, V. S. (2003) – *Sítios, «Horizontes» e artefactos. Estudos sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal*. Cascais, 380 p.

- GONÇALVES, V. S. (2005) – Manifestações do Sagrado no Ocidente Peninsular. 6. As representações da Deusa no edifício funerário tipo *tholos* do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz, Évora). *O Arqueólogo Português*. 4.ª S. 23: 197-229.
- GONÇALVES, V. S. (2008) – Na primeira metade do 3.º milénio a.n.e., dois subsistemas mágico-religiosos no Centro e Sul de Portugal. In HERNÁNDEZ PÉREZ, M.; SOLER DÍAZ, J.; LÓPEZ PADILLA, J., eds. *Actas del IV Congreso del Neolítico Peninsular*. Alicante. Tomo II: 112-120.
- GONÇALVES, V. S. (2011) – *As placas de xisto gravadas (e os báculos) do sítio do Monte da Barca (Coruche)*. Cadernos da UNIARQ 7. Lisboa.
- GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M.; SOUSA, A. C., eds. (2015) – [Actas do] 5.º Congresso do Neolítico Peninsular. Lisboa (estudos & memórias 8).
- GONÇALVES, V. S. (2015) – Alguns casos de placas de xisto gravadas do Sul de Portugal: Anta do Curral da Antinha, Anta Grande da Comenda da Igreja, Anta do Zambujo, Gruta artificial Alapraia 2. In GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M.; SOUSA, A. C., eds. – [Actas do] 5.º Congresso do Neolítico Peninsular. Lisboa: (estudos & memórias 8) 662-676.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (2017) – Serra e Mar. As antigas sociedades camponesas (Loulé, Algarve). In *Loulé: territórios, memórias, identidades*. Lisboa: 60-146.
- GONÇALVES, V. S., SOUSA, A. C.; SANTOS, M. (2018) – *A necrópole de grutas artificiais do Casal do Pardo. (Quinta do Anjo, Palmela). 3200-2000 anos antes da nossa era. Um guia curto e alguns comentários. The rock-cut tombs of Casal do Pardo (Quinta do Anjo, Palmela). 3200-2000 years before common era. A short guide and some notes*. Palmela.
- GONÇALVES, V. S., ed. (2021a) – *Terra e Sal, estudos oferecidos a Carlos Tavares da Silva*. Lisboa: (estudos & memórias 16).
- GONÇALVES, V. S. (2021b) – A propósito das placas de xisto gravadas do Ocidente Peninsular (3200-2500 a.n.e.). Um depoimento pessoal. In BUENO RAMIREZ, P.; SOLER, J. – *Ídolös: Olhares Milenares. O Estado da Arte em Portugal*. Lisboa: 149-171.
- GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. (2021) – A propósito de algumas placas votivas da Anta Grande da Comenda da Igreja (Montemor-o-Novo, Alentejo médio): breves leituras, esperando outras, mais extensas e sistemáticas. In GONÇALVES, Victor S. (2021) – *Terra e Sal, estudos oferecidos a Carlos Tavares da Silva*. Lisboa: 167-191.
- HERBERT, F. (1964) – *The Tactful Saboteur*. Boston: (Galaxy Science Fiction).
- HERNÁNDEZ PÉREZ, M.; SOLER DÍAZ, J.; LÓPEZ PADILLA, J., eds. (2015) – *Actas del IV Congreso del Neolítico Peninsular*. Alicante.
- HURTADO, V. (1978) – Los ídolos del Calcolítico en el Occidente peninsular. *Habis*. 9: 357-364.
- HURTADO, V. (2008) – Ídolos, estilos y territorios de los primeros campesinos en el sur peninsular. In Cacho Quesada, C.; Maicas Ramos, R.; Martos, J. A. y Martínez Navarrete, M. I. (eds) – *Acercándonos al Pasado. Prehistoria en 4 Actos*. Museo Arqueológico Nacional y CSIC
- HURTADO, V. (2010) – Representaciones simbólicas, sitios, contextos e identidades territoriales en el Suroeste Peninsular. *Ojos que nunca se cierran: Ídolos en las primeras sociedades campesinas*, 16 de Diciembre de 2009, Madrid: Museo Arqueológico Nacional, p.137-98.
- KUNST, M.; BARTELHEIM, M.; GAUß, R., eds. (2022) – *From The object to the Mine. Papers from the project and conference "Pre- Historic Copper Metallurgy in Zambujal (Portugal)"*. (Iberia Archaeologica 15, 2). Berlim.
- KUNST, M. (2022) – Zambujal and Copper Age Settlement in Estremadura (Portugal). In KUNST, M.; BARTELHEIM, M.; GAUß, R. eds (2022) – *From The object to the Mine. Papers from the project and conference "Pre- Historic Copper Metallurgy in Zambujal (Portugal)"* (Iberia Archaeologica 15, 2). Berlim: 27-64.
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. II. 3: Der Westen*. Berlim.
- MARTINS, A.; NEVES, C.; DINIZ, M.; ARNAUD, J. (2020) – Artefactos cilíndricos de Vila Nova de S. Pedro – A colecção existente no Museu arqueológico do Carmo (Lisboa) *Arqueologia e História*, n.º 70: 203-224.
- JALHAY, E.; PAÇO, A. (1941) – A gruta II da necrópole de Alapraia. In *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa.
- SAVORY, H. N. (1968) – *Spain and Portugal. The Prehistory of the Iberian Peninsula*. Londres.
- SOUSA, A. C.; GONÇALVES, V. S. (2021) – Changements et Permanences des Rites Funéraires dans Les Anciennes Sociétés Paysannes du Centre et du Sud du Portugal. [English version]. In Sicurani, J. *Sépultures et Rites Funéraires. Sepulture è riti funerari. Actes du colloque organisé par l'Association de Recherches Préhistoriques et Protohistoriques Corses (ARPPC) Calvi – 2019*. Calvi: 149-179.
- VALERA, A. C. (2015) – The diversity of ideotechnic objects at Perdigões enclosure: a first inventory of items and problems. *ARPI. Arqueología y Prehistoria del Interior peninsular*, 3: 238-256.
- VALERA, A. C. (2021) – Diversidade, circulação e desempenho social dos símbolos: as produções iconográficas nos Perdigões (Reguengos de Monsaraz). In BUENO RAMIREZ, P.; SOLER, J. – *Ídolös: Olhares Milenares. O Estado da Arte em Portugal*. Lisboa: 201-213.
- VERA RODRÍGUEZ, J. C.; LINARES CATELA, J. A.; ARMENTEROS LOJO, M. J.; GONZÁLEZ BATANERO, D. (2010) – Depósitos de ídolos en el poblado de La Orden – Seminario de Huelva: espacios rituales en contexto habitacional". In C. Cacho, R. Maicas, E. Galán y J. A. Martos (eds.): *Los ojos que nunca se cierran. Ídolos de las primeras sociedades campesinas*. Museo Arqueológico Nacional. Madrid: 199-242. <http://www.man.es/man/dam/jcr:46784216-ae06-476e-bb28-01c51074e185/man-2009-ojos-cierran.pdf>.

Heads & tails: Bell Beakers and the cultural role of Montejunto Mountain (Portugal) during the second half of the 3rd millennium BC

Heads & Tails: Campaniforme e o papel cultural da Serra de Montejunto (Portugal) durante a segunda metade do 3.º milénio a.C.

ANA CATARINA BASÍLIO

Interdisciplinary Center for Archaeology and Evolution
of Human Behaviour (ICArEHB) /
Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).
catarinasbasilio@gmail.com.
ID ORCID: 0000-0001-7999-3831a

ABSTRACT: This study aims to address the role that Montejunto Mountain (Portuguese Estremadura) may have had during the second half of the 3rd millennium BC. To this end, the available set of decorated Bell Beakers was studied, with particular attention to their formal and decorative variability. The materials came from the Walled Enclosure of Pragança, on the NW side of Montejunto and Cave III from Furadouro Valley, located to SE, which allowed to depict patterns and trends that might reflect identitarian and cultural differentiations between the communities that surrounded this landscape marker. Furthermore, non-local influences were also detected in the beaker elements, highlighting that these groups would be an integral part of wider networks. As such, even based on materials from older excavations, it was perceptible that Montejunto must have had a structural role in the cultural, social and possibly symbolic landscape of the 3rd millennium BC groups.

KEYWORDS: Montejunto Mountain; Bell Beaker; Pragança; Furadouro Valley Caves; Cultural influences.

RESUMO: Este estudo visa abordar o papel que a Serra de Montejunto (Estremadura portuguesa) pode ter tido durante a segunda metade do 3º milénio a.C. Para tal foi estudado o conjunto disponível de Campaniformes decorados, com particular atenção à sua variabilidade formal e decorativa. Os materiais são provenientes do Recinto Murado de Pragança, na vertente NO de Montejunto e da Gruta III do Vale do Furadouro, localizada a SE, o que permitiu compreender padrões e tendências que podem reflectir diferenciações identitárias e culturais entre as comunidades que rodeavam este marcador paisagístico. Além disso, foram também detectadas influências não locais nos elementos Campaniformes, evidenciando-se que estes grupos seriam uma parte integrante de redes de contactos mais vastas. Como tal, mesmo com base em materiais provenientes de escavações antigas, é perceptível que o Montejunto deverá ter tido um papel estrutural na paisagem cultural, social e possivelmente simbólica dos grupos do 3.º milénio a.C.

PALAVRAS-CHAVE: Serra do Montejunto; Campaniforme; Pragança; Grutas do Vale do Furadouro; Influências Culturais.

1. INTRODUCTION

Going back to collections of artefacts resulting from early interventions in the development of archaeological science is a challenge. Indeed, the analytical approaches that can be applied are, from the beginning, limited by the lack of detailed data and solid stratigraphic information, forcing mainly morpho-technological analyses. That is exactly the case of the group of materials worked here.

Montejuento Mountain, due to its exceptional impact on the landscape, has attracted attention since the start of national Archaeology. However, many of its collections are not yet studied, which hinders a deeper approach to the diachronic role in this spatial landmark. Even so, it seems clear that Montejuento, by the distinct funerary and non-funerary occupations which were already identified, seems to have functioned as an important structurer of the cultural, social and possibly symbolic landscape (the representation of ideas and myths, that is, an idol or totem).

Moreover, fragmented approaches centred on a single archaeological site can create biases in the complete reading of the mountain. That is why, in this text, Montejuento will be worked as a whole, as a mega archaeological site, with distinct rhythms and practices in its different zones.

To make this work feasible and considering that this paper is based on a thesis presented in 2015 to obtain the Archaeology Bachelor's degree of the Faculty of Arts of the University of Lisbon, only contexts from which decorated Bell Beaker ceramics were collected were considered. This way, it was possible to get a little bit closer to the potential agency that Montejuento had in the second half of the 3rd millennium BC.

Simultaneously allowed to characterize the existing Bell Beaker elements, understanding that the different communities that used Montejuento were connected to much wider networks, but that they maintained traces of their own material identities.

Solid data is necessary to understand if some of the ideas raised here find support in the archaeological record. Still, this work shows that returning to old collections with fresh eyes is always a fruitful endeavour.

2. FRAMING MONTEJUNTO MOUNTAIN

2.1. Geographic, administrative and landscape framework

Montejuento is located between the municipalities of Alenquer and Cadaval (Centre of Portugal), within the protected landscape of Montejuento Mountain, with 4800 hectares. It corresponds to a 666m high elevation that extends for 15km long, creating a natural NE-SW “balcony” from which the rest of the Portuguese Estremadura can be glimpsed (fig. 1, a).

It developed in the first phase of the Montejuento massif structuring, during the Cenozoic Era, with particular emphasis on the period from the Miocene to the lower Quaternary. Besides being a boundary between municipalities nowadays, it is also the geological accident that establishes the contact between the Western Lusitanian Basin and the Tagus Basin, standing out from the surrounding plainer landscape, making it a physical and visual landmark.

Due to its alignment, almost coinciding with the Atlantic coastline, about 20 km away, Montejuento constitutes and integrates, on the Montejuento-Estrela axis, an important climatic boundary that separates,

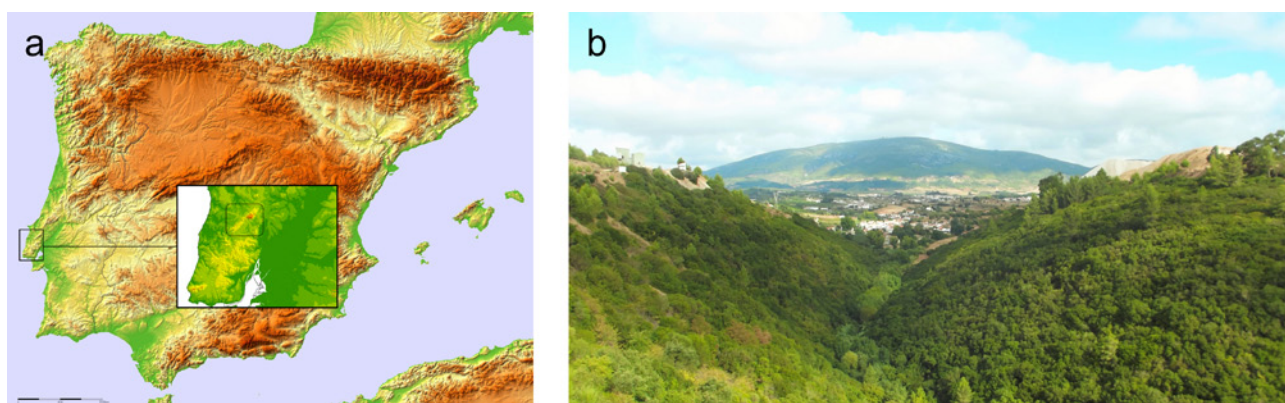


FIG. 1 a) Montejuento Mountain in the Iberian Peninsula. b) SE perspective of Montejuento, taken from the right bank of the Rio de Ota.

meteorologically, Northern and Southern Portugal (fig. 1, b).

From a geological point of view, the territory presents various types of structures, with a particular highlight to the Modern Alluvium, present alongside the main water lines of the region: Real River (to the North), Judeu Creek (to the East) and Ota River (to the South), most of them with their sources in Montejuento. Other formations, the “Montejuento layers” (Choffat 1894), are composed essentially of limestone rocks, but also of other types, like sedimentary or volcanic, with a wide diachrony that goes from the Middle Jurassic to the Cretaceous, creating a great variability in the karst landscape: dolines, caves and fault scarps.

The current vegetation is composed of oaks, chestnuts, holm-oaks, umbrella pines, maritime pines, Kermes oaks and other shrub species, mainly due to human activity over time. The same does not apply to Vale do Furadouro. Here the last traces of small woodlands consisting of chestnut, cedar and, above all, oak trees remain, possibly corresponding to the best approximation to what would have been the primitive vegetation cover of the region during Late Prehistory (with the exception of cedars).

Defining the fauna is also a challenging task. Using Vale do Furadouro as an example, it is assumed, with all due care, that foxes, badgers, hoes, wild cats, and wild boars (Pimenta 2014), still present today, would inhabit Montejuento. Larger species like deer, aurochs and horses should have also been present in this landscape.

2.2. The archaeological research of Montejuento summed up

To sum up the research history of a mountain as densely occupied as Montejuento can be a tricky challenge. Still, by addressing it as a single archaeological site itself, it is possible to not only perform a biographic analysis of it, to understand the materials collected and excavated contexts, but also to honour the researchers and institutions who played an active role in the recognition and valuation of Montejuento natural archaeological site.

As a pioneer institution, the Comissão dos Serviços Geológicos. The first reports of archaeological intervention in Montejuento are dated from 1880 (Gonçalves 1990-1992a), primarily connected with the 9th

session of the International Congress of Prehistoric Anthropology and Archaeology. Mainly due to Montejuentos’ attractive natural conditions for Human occupation, the initial explorations by Nery Delgado (Gonçalves 1990-1992a), focused on the Fontainhas Cave (Cardoso 1993) and in the first two caves of the Furadouro Valley, without any written records besides the archaeological set in-store at the Geological Museum.

After the 1880 congress, only a few publications mention Montejuento, with a local Cadaval figure standing out: the Primary School Teacher António Maria Garcia (1837-1908) (Vasconcelos 1909), that had close links with the by-then (i.e. 1887-1888) Health Subdelegate, José Leite de Vasconcelos (Coito – Cardoso – Martins 2008; Fabião 2008). Together they were responsible for discovering several caves from where “bones were unearthed” (Castelo-Branco 1962), also with some finds made in “Pragança Castle” (Vasconcelos 1909).

Pragança was officially discovered in 1893, making it one of the first of its kind (the Portuguese *Estremadura* “Fortified settlements”) to be recognised. The earliest archaeological excavation, with proper records, took place on September 30th, 1893, under Vasconcelos’ supervision (Gonçalves 1990-1992b; Costa – Galante 1995; Figueiredo – Melo – Araújo 2007; Melo *et al.* 2007; Martins 2011).

In the following year (1894), Maximiano Apolinário (Vasconcelos 1908; Cardoso – Carreira 2003) excavates two new caves in the Furadouro Valley, namely caves III and IV (Costa – Galante 1995), mapping the caves in a very detailed publication in *O Arqueólogo Português*.

After this early and apogee phase, there is a decrease in the research activity until the 1930s, with occasional reports of some finds like the cave of Curral das Cabras Gafas in 1908 (Pimentel 1908). In this same decade, Leonel Trindade, inspired by its recognition of Castro do Zambujal, briefly investigates the Pragança area (Gonçalves 1990-1992a). However, one of the most recognised sets from Pragança, the Pragança treasure, was only discovered in 1934.

Recent scientific production can be traced to 1962, with the publication of Fernando Castelo-Branco entitled “Pragança was a Castro?” (Castelo-Branco 1962), which questions the existence of, or not, walls in that settlement. Following this work, between 1988 and 1990, research has mainly focused on the Pragança site, with punctual reviews of the cave materials, being

conducted by Ludgero Marques Gonçalves (Gonçalves 1990-1992a; 1990-1992b), whose exhaustive and comprehensive works are responsible for safeguarding many of Montejuento materials, being an important reference to the work here presented.

21st-century publications focus especially on the large group of metallic artefacts (Melo *et al.* 2007), with the ceramics briefly mentioned in studies relating to settlements in the Pragança vicinity signed by João Luís Cardoso. A master thesis, focusing on the Bronze age materials from this archaeological site has also been recently presented (Caria 2021).

2.3. Bell beakers shortly reviewed

Bell Beakers have been discussed at least since the beginning of the 20th century. Within this long research history, it is possible to identify a cyclicity in the debated issues, with a continuous search for the origin and diffusion processes of both “beaker materials” and “beaker people” (Clarke 1976; Harrison 1980).

Recent research has switched from a pan-European scale of analysis to more regionalised approaches, seconding the role of the “Bell Beaker funerary package” (Sherratt 1987). In sum, questioning the established narrative in which Bell Beakers elements are part of a Pan-European phenomenon led by elites that instrumentalise beakers as means of social differentiation, spreading through migrations or interaction networks between “chiefs”. Contrarily, newer research trends prioritise evidence that comes from settlements, emphasising that the Bell Beaker phenomenon has multiple trajectories and rhythms marked by the local/regional social and identitarian constraints (Linden 2004; 2007; Prieto Martínez 2008; Valera – Rebuge 2011; Garrido Pena 2014; Valera – Mataloto – Basílio 2019). This means that this phenomenon is now understood as a set of shared techniques, practices, ideas and social developments, expressed through polythetic and plural assemblages (Linden 2004; Garrido Pena 2014), highly determined and shaped by the regional social trajectories, which justifies the different social roles and agencies the materials can acquire (Valera – Mataloto – Basílio 2019).

A change in the study scale has also impacted the Portuguese publications, which traditionally have overvalued the funerary role of Bell Beaker elements. Still, a recent work clearly showed that the agency of

these artefacts is far more complex (Valera – Mataloto – Basílio 2019), with frequent identification of elements of the so-called “beaker package” in settlements, ditched and walled enclosures, pit fields, huts or and associated with “industrial/production” contexts (Valera – Rebuge 2011; Mataloto 2017; Valera – Basílio 2017). In these sites, the new beaker elements are absorbed, reinterpreted and reintroduced into the pre-existing practices, apparently not causing abrupt changes in the ongoing social trajectories of the second half of the 3rd millennium BC (Valera – Basílio 2017).

Particularly focusing on Portuguese Estremadura, this is the richest area regarding Bell Beaker shapes and typologies, with 146 sites with decorated beakers identified so far (Valera – Mataloto – Basílio 2019). The motifs depicted in the vessels’ surfaces are mostly done through the imprinting of combs or matrixes, forming patterns ascribed to the International style, mostly, followed by the Geometric Dotted patterns of the Palmela Group (Soares – Silva 1974-1977; Harrison 1977; Valera – Mataloto – Basílio 2019).

With an even distribution between funerary and non-funerary sites, which brings the decorated sherds from this region both closer and apart from what can be understood as the “funerary facet” of the Bell Beaker Phenomenon, both the pots and the decorative motifs might have multiple social roles and imputed

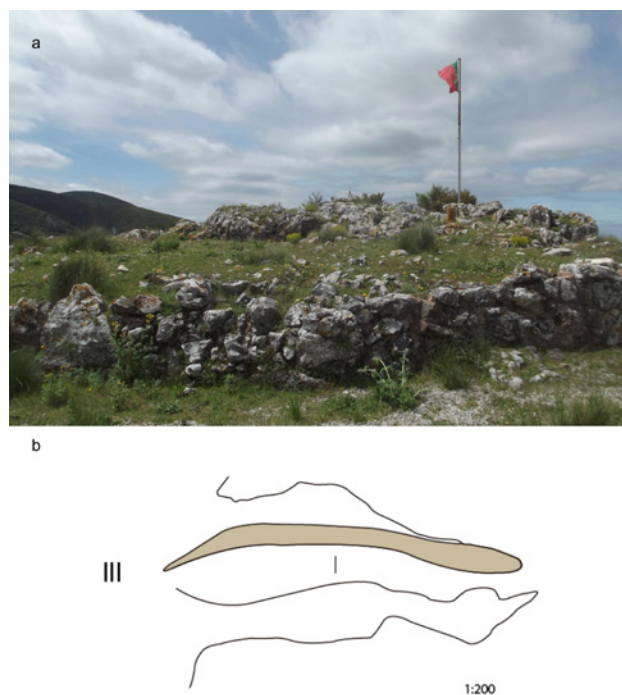


FIG. 2 a) Pragança’s “wall”. b) Profile of Cave III of Furadouro Valley (adapted from Apolinário 1897).

connotations (Rogers 1983). This means that in this area of Portugal the processes of social resistance, adaptation and transformation coexist with what can be seen as direct adaptation, creating plural agencies linked with the bell beaker vessels, motifs and techniques (Valera – Mataloto – Basílio 2019).

In line with the previous, but due to a lack of contextual information, it is not possible to fully assign the chosen case studies to a specific site “category”, as explained below.

3. CASE STUDIES: PRAGANÇA AND THE CAVES

Montejuento is home to numerous caves and sites with prolonged human occupations. Nonetheless, this broad scenario becomes more restricted when only Bell Beaker decorated ceramics are concerned since they could only be found in a single “habitat” (Pragança) and two caves, one of them in the Furadouro Valley, and the second one close to Pragança.

Nonetheless, from the minimum number of 43 caves/cavities/algars already identified in Montejuento, several of them have traces of human activity throughout history, meaning that this mountain has a very high occupation density, mainly during Prehistory. Still, due to its geological complexity, many contexts might be hidden, being the most notorious example the Middle Neolithic burial in Bom Santo Cave (Carvalho *et al.* 2019).

3.1. Pragança

The archaeological site of Pragança is located on the NW slope of Montejuento, in the present-day municipality of Cadaval (fig. 2, a). At its highest point, it reaches about 334 meters in height, developing in an area with limestone scarps and small cavities. Culturally is usually connected to the walled enclosure phenomenon (a concept defined by Jorge 2005 that aims to be neutral, not assigning any functionality to the existing architectures) due to the presence of a single face wall, with a sub-circular 15 metres long and 10 metres wide shape, forming a small embankment, also delimited by the natural cliff (Gonçalves 1990-1992b), like what has been noted in other sites (Texugo *et al.* in press).

Its entrance takes advantage of the natural slope, and it heads north, replicating the narrow entrances of the other regional walled settlements (Gonçalves

– Sousa – Costeira 2013). Besides that, it also matches the usage of the pre-existing geological substratum (Gonçalves 1990-1992b; Gonçalves – Sousa – Costeira 2013; Texugo *et al.* in press), also replicating the significant visual and landscape “control”.

Still, Pragança’s positioning might be underlined as a “problem”, especially due to the exposure that it has to northerly winds, making it a very difficult site to inhabit or to visit. The apparent lack of structures indicating a more permanent occupation of the space (like huts) might relocate the habitat to a lower and more protected area, possibly under the current village of Pragança (that named the archaeological site). Adding to that, the wall’s dimensions (15 metres long and 10 metres wide) do not seem entirely correct *in loco*, pointing to an enclosure with much smaller dimensions.

Regarding chronology, Pragança’s first occupations can be traced back to the Late Neolithic, similarly to what occurred in Olelas, Penedo do Lexim or Ota (Gonçalves – Sousa – Costeira 2013). Still, the materials assignable to this period are scarce in Pragança, being difficult to discern whether there is a continued onwards occupation or if it has temporal hiatuses like those detected in Leceia (Cardoso 2006). The most significant structure, the wall, seems to have been built during the regional Chalcolithic (Gonçalves 1990-1992b; Gonçalves – Sousa – Costeira 2013), contemporaneous with the appearance of similar structures in other regional habitats (Gonçalves – Sousa – Costeira 2013).

Bell beakers also tend to be present in most of these types of walled enclosures (Valera – Mataloto – Basílio 2019). However, in Pragança, and in many of its counterparts, due to the lack of contextual information and mainly due to the disrupted nature of the context, depositional associations or patterns are currently inaccessible. Nevertheless, the possible misinterpretation of Pragança’s functionality, as a walled enclosure, opens and enlarges the interpretative readings that can be done regarding the site and the roles that the decorated Bell Beaker might have.

3.2. Curral das Cabras Gafas cave and cave III of Furadouro Valley

Montejuento natural caves are, as noticed in Pragança, very stirred contexts not only due to natural and anthropic processes (bioturbation, climate, fauna, collapsing of cave walls and so on) but also due to the

intense chronological overlap that their materials allow glimpsing. This might justify the so far reduced presence of Bell Beaker decorated vessels in Montejuento, that could have been obliterated from the caves, since they have only been found in two natural cavities: Furadouro, namely cave III and from a total of seven and Curral das Cabras Gafas cave, in the vicinity of Pragança.

Regarding cave III of Furadouro, it was integrally excavated down to the bedrock (Gonçalves 1990-1992a). It is in the Furadouro Valley area, on the SE slope of Montejuento, where the Ota River is born, parallel to it, in the East wall/left margin of the spring. Currently, the cave can only be accessed through climbing, something which in Apolinário's (the excavator of the cave) time would not have happened (Apolinário 1897), showing the number of alterations the landscape underwent throughout time (fig. 2, b).

Contextual information is completely absent, even though a general profile of the cave with brief stratigraphic information was drawn (Apolinário 1897), with several caves being excavated simultaneously. Mixtures that occurred are, as such, understandable, with cases of vessels from cave III being stored as materials originally from caves I and II.

By the generic observation of the remains of the understudy cave III of Furadouro, its occupation would have begun during the mid-to late-Chalcolithic extending up to the Bronze Age, possibly the Late Bronze Age. Nevertheless, the nature of the cave's occupation is unclear due to the absence of secure stratigraphic data, being possibly related to funerary depositions or other social rites

As for Curral das Cabras Gafas, it seems to only have a single occupation dated from the second half of the 3rd millennium BC. Its location is currently unknown, also because there are no local toponyms with a shared or similar name, with the last reference to its existence dating from 1908 by Pimentel (1908). Due to some references (Pimentel 1908), it is known that it would be located near the walled enclosure of Pragança, on the NW slope of Montejuento. Caves also located near Pragança are Salvé-Rainha and Fórnea, none of which seem to have been occupied during the specific period under study.

A brief note goes to Fontainhas cave, also in the NW slope of Montejuento, that has been referenced as having a decorated sherd of a geometric dotted vessel.

This same fragment was not found in the materials accessed.

4. APPROACHING A FRAGMENTED COLLECTION

Studying the uncontextualized ceramic remains of an archaeological site is an attempt to compare, identify and integrate them into a cultural environment of local, regional or international scales, either using the shape or decorative motifs. This data is usually applied in the construction of chronostratigraphic sequences, in which the Bell Beaker elements are chronologically attributed to the second half of the 3rd millennium BC (Silva 2017; Valera – Mataloto – Basílio 2019)-- although the discussion about a possible antiquity of the Bell Beaker in Estremadura continues (Cardoso 2017; Kunst 2017), most of the dated closed contexts seem to strengthen its appearance only in the second half of the millennium. As such, by choosing them as the focus of research, it is possible to reduce the biases created by the absence of secure contexts and by 19th and early 20th centuries selection criteria, that value decorated fragments over undecorated ones.

64 decorated sherds were analysed in the National Museum of Archaeology reserves. All were studied traditionally and integrally (morphology, clay, decoration, and dimensions, among others) based on previous studies done by António Valera (2007), Victor Gonçalves (1989), Ana Catarina Sousa (2021) and Joaquina Soares (2013). A new variable was added, considering the shape and the type of matrix used to imprint the Bell Beaker decorations.

Regarding shapes, a formal table was created from scratch, partially based on what was regionally known (Sousa 2021). Some of the uncommon shapes were challenging to name largely because it tends to be a link between the name and the function, which was avoided in the present work.

In the decorative examination, there is a clear lack of a common "language" in Iberian sites (Jeunesse 2015). Still, and based on existing systematizations (Linden 2004; Barnabeu Aubán *et al.* 2011), it was possible to put together a descriptive table suitable for Montejuentos' contexts that combines both the technique used to create the decorative motifs and the already known decorative Bell Beaker decorative groups (fig. 3).

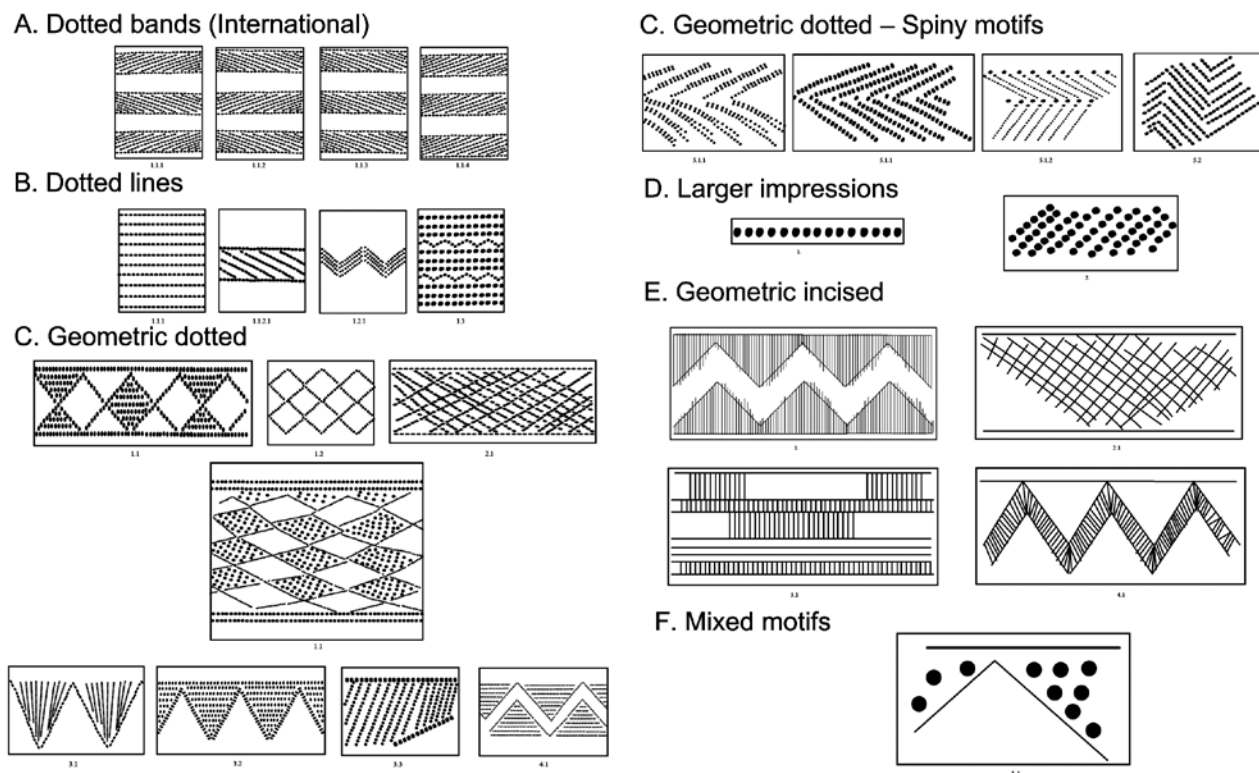


FIG. 3 Decorative motifs found in Pragaça and Cave III of Furadouro.

TABLE 1 MNI IN RELATION TO THE DECORATIVE MOTIFS AND CONTEXTUAL ORIGINS

	PRAGAÇA	CURRAL CABRAS GAFAS	GRUTA III FURADOURO	TOTAL
A. Dotted Bands	3	1	1	5
B. Dotted Lines	9			9
C. Geometric Dotted	31		2	33
D. Larger impressions	2		0	2
E. Geometric incised			3	3
F. Mixed Technique	3			3
TOTAL	48	1	6	55

5. BELL BEAKER EXPRESSIONS AT MONTEJUNTO

In the highly fragmented set of 64 decorated Bell Beaker sherds studied in this paper, 57 of them proceeded from Pragaça, six from Cave III of Furadouro Valey and one from Curral das Cabras Gafas. Regarding the minimum number of individuals, done by combining morphologies, shapes and decorations,

Pragaça concentrates a minimum of 48 vessels, while the number in the caves is substantially lower, with six containers from Furadouro and one from Curral das Cabras Gafas. Still, the caves' sherds are better preserved, which was already expected considering the reduced human activity that the caves seem to have when compared to an open-air site, with intensive constructive dynamics, like seems to be the case of Pragaça.

One of the most recognisable traits of the Bell Beakers ceramics is the traditional S-shape that the vessels usually present. Still, besides the possible similarities and correspondences, the dissonances or the presence of odd elements is equally important, as it might reflect local/regional patterns and different social contacts/networks. By using the 29 rim fragments, it was possible to access that the Montejuento assemblage is mostly composed of open vessels. Those can be grouped into five large morphological categories, that mostly replicate the regional morphologies (Cardoso 2017; Sousa 2021): Plates (type 1), bowls (type

2), Globulars (type 3), S-shaped vessels (type 4) and “Bomb-shaped beakers” (type 5) (fig. 4).

Nonetheless, some behaviours must be highlighted. Firstly, the strongest parallels for the ceramic set found in Pragança are the sites that are located on the NW side of Montejuento, namely, from the closest to the most distant, Outeiro de São Mamede in Bombaral (Cardoso – Carreira 2003) and Outeiro da Assenta in Óbidos (Cardoso – Martins 2009). This suggests that there might have been a cohesive cultural homogeneity on this side of the mountain, which will be more accentuated with the decoration data.

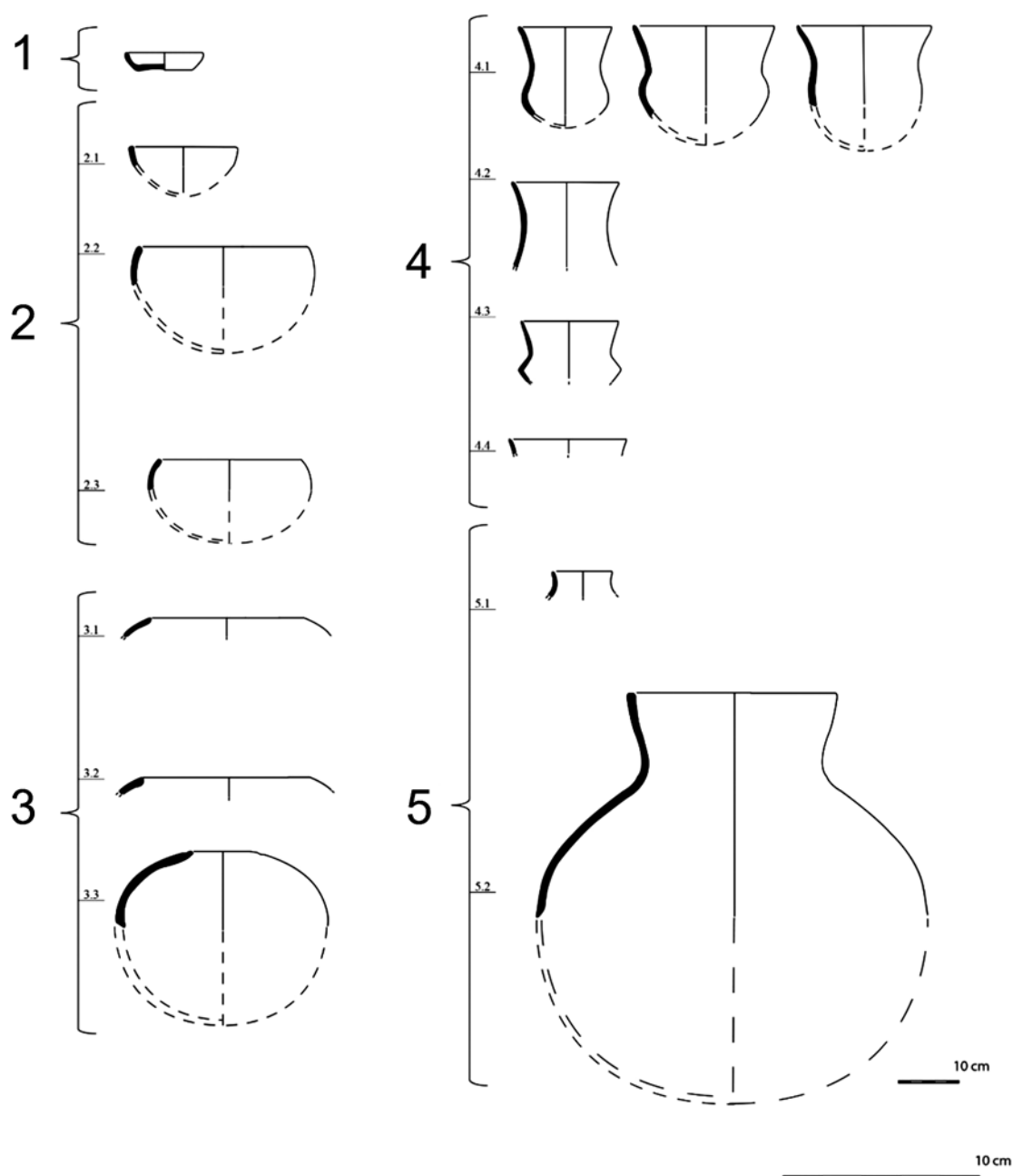


FIG. 4 Morphologies of the vessels identified in Pragança and Cave III of Furadouro.

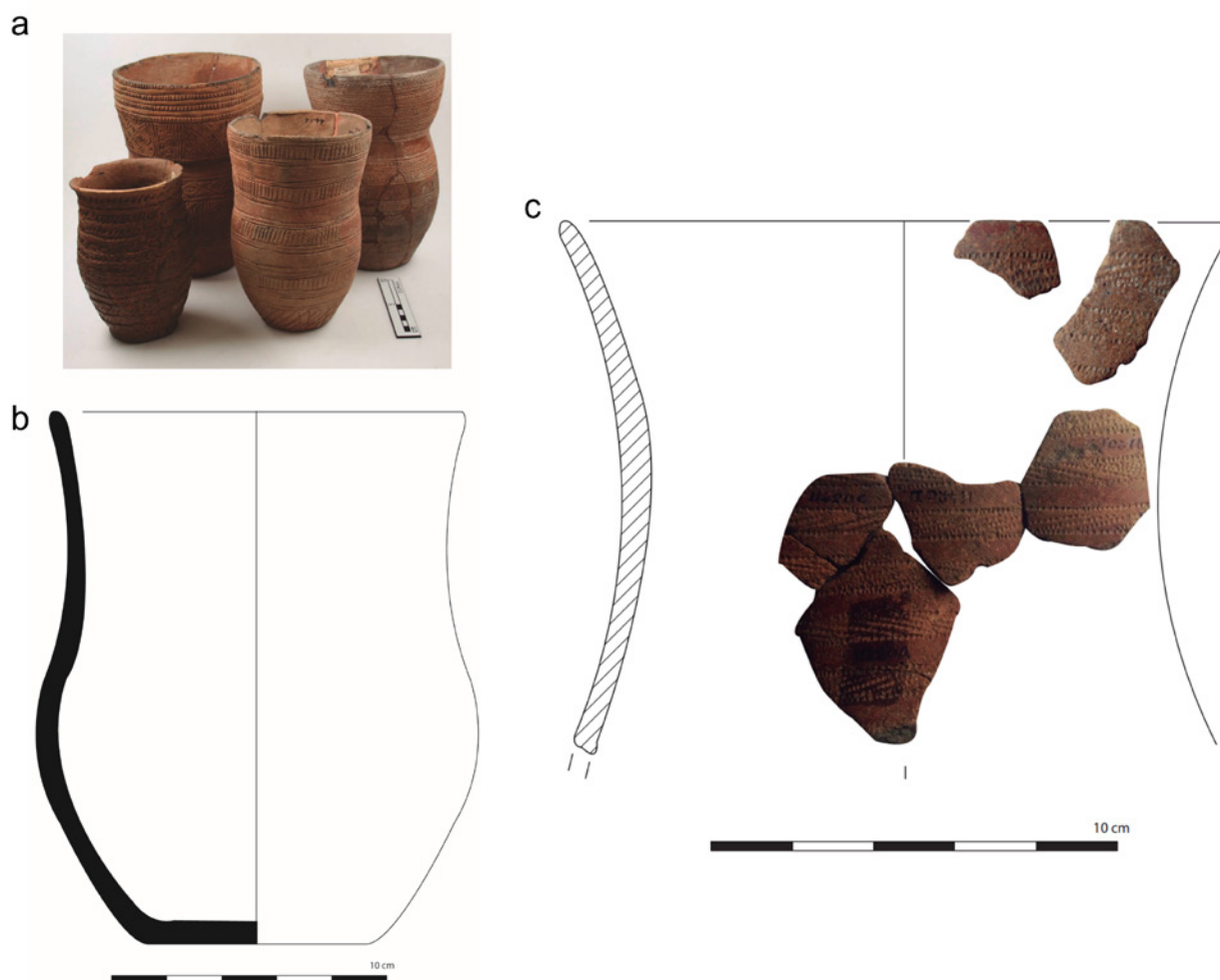


FIG. 5 Examples of elongated S-shaped vessels: a) British Beakers (from Kohring 2011); b) Fraga da Pena (from Valera 2007) and c) Curral das Cabras Gafas.

Secondly, the S-shaped vessels recovered in the caves. Based on the regional parallels, like the necropolis of Verdelha dos Ruivos (Zbyszewski *et al.* 1981; Cardoso 2017) just a few kilometres south of Furadouro Valley, the presence of Palmela bowls with decorated rims would be expected at Montejunto. However, any of the studied materials presented this decorative trait, besides the vessel attributed to shape 5.2.

Thirdly, brief comments on two sub-morphologies.

A shape that proved to be different is the number 4.2, the single elongated S-shaped vessel from Curral das Cabras Gafas that, due to its dimensions seems to suggest non-local influences. It is only preserved in its upper part, hampering a possible reconstruction, decorated with International motifs. Nonetheless, it is deeper than the traditional Iberian beakers, shallower with sharper S-profiles, reducing the number of available parallels. One of them comes from the Penha Verde site with the same type of decoration – dotted bands – and once again without its lower half

preserved (Harrison 1977: 130; Cardoso 2010-2011). Still, the most suitable matches are the “classic” forms of the European Bell Beakers (Kohring 2014), characterised by their larger vessels in which the new Bell Beaker decorations are drawn (Kohring 2014). These vessels have a much silkier and harmonious profile, replicating what occurs in the element from the Curral das Cabras Gafas cave (fig. 5).

The large vessel 5.2, from Cave III of Furadouro Valley, has even fewer parallels. It corresponds to a large container in which incised geometric motifs were drawn, shaped like a pitcher without any preserved handle, with neck strangulation and a volume that reached a minimum of 25 litres. Fragments that might belong to similar pots, with comparable decorative motifs, come from Ponte da Lage cave, Oeiras (Harrison 1977: 112, fig. 44, 208), Montes Claros settlement, Lisbon (Harrison 1977: 118, fig. 48, 276), Cova da Moura cave, Torres Vedras (Harrison 1977: 147, fig. 64, 961) or, already in Spain, in the Basque Country, from

San Martin de la Guardia (Harrison 1977: 172, fig. 74, 1349), from Tarragona at Cova Josefina de Escorbalbou (Harrison 1977: 208, fig. 90, 1799) and from the Cuevas de Arbolí (Harrison 1977: 212, fig. 93, 1859 and Fig. 97, 1886). Many of these vessels could contain between 5 and 25 litres (Garrido-Pena *et al.* 2011), matching the size of the exemplar found at Cave III. Nonetheless, this vessel shape is not common in Peninsular contexts, meaning that its nomenclature is not defined, traditionally being associated with “storage vessels” (Basílio 2019; Garrido Pena – Flores – Herrero 2019) (fig. 6).

Summing up, regarding the morphological analysis, the detected diversity in which Bell Beaker motifs were represented only highlights that this decoration can be an agent not only in the “traditional” S-shaped vessels but also in other already existing morphologies,

as is the case, for example, of the globular pots, usually decorated with the regional “Acacia leaf” patterns.

5.1. An approach to manufacturing groups?

Conventionally, when a Bell Beaker set is addressed, there are some pre-existing biases regarding the type of manufacture behind the decorated sherds. A good example is the clay treatment since decorated Bell Beaker elements tend to be made with the most purified clay of the ceramic sets, with a generally standardised reddish surface colouring.

This behaviour does not match the major characteristics detected in the vessels studied, since the set shows a tendency towards semi-compact clays (30 fragments) with abundant and large non-plastic elements (21 out of 30 fragments), followed by compact

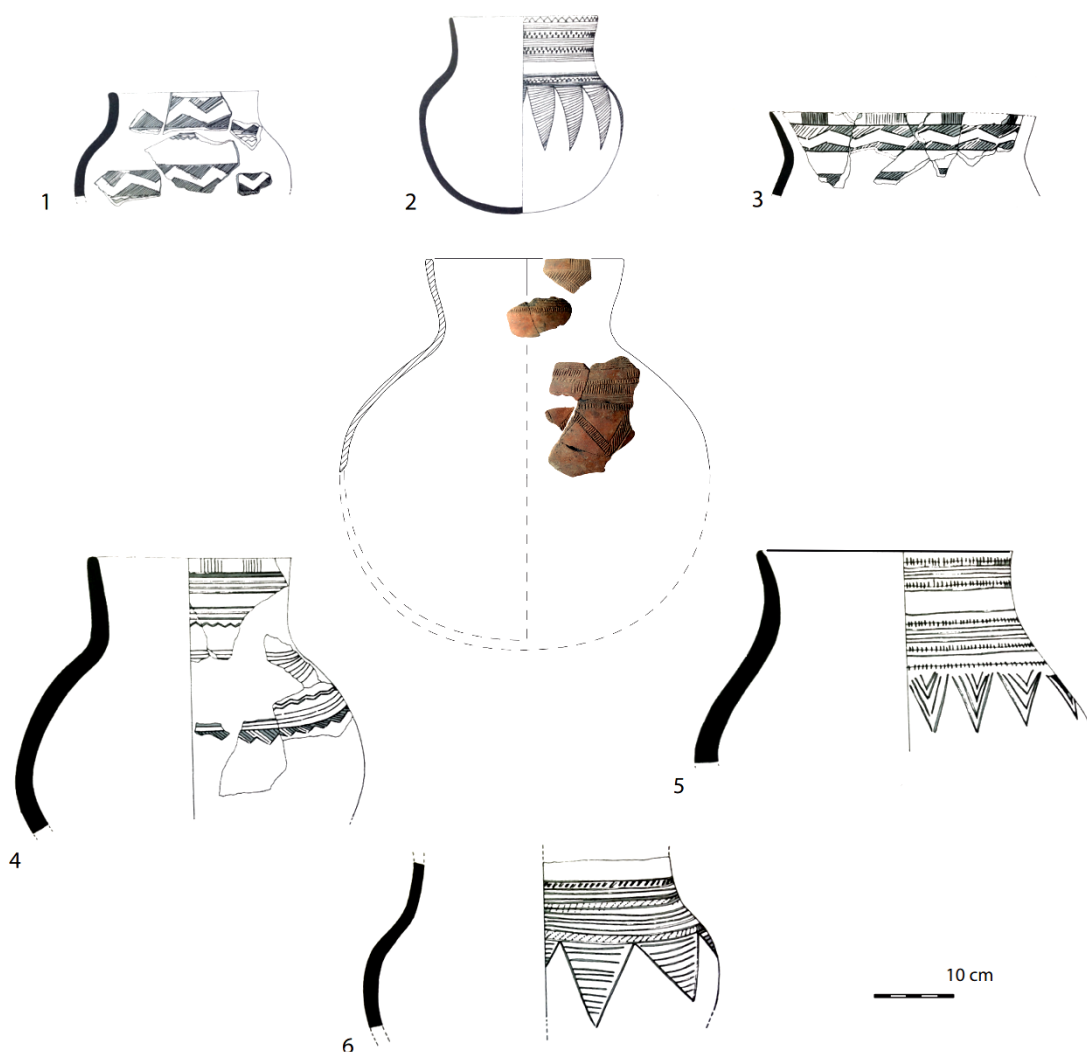


FIG. 6 Morphological comparison between pitchers: 1) Ponte de Laje (Harrison 1977, p. 112, Fig. 44); 2) Cuevas de Arbolí (Harrison 1977: 217, Fig. 97); 3) Montes Claros (Harrison 1977: 118, Fig. 48); 4) Cova da Moura (Harrison 1977: 147, Fig. 64); 5) Cova Josefina de Escorbalbou (Harrison 1977: 208, Fig. 90); 6) Cuevas de Arbolí (Harrison 1977: 212, Fig. 93).

exemplars (29 elements), where non-plastic elements are mostly rare and thin (18 out of 29 fragments). As for the surface treatments, most of the sherds preserved a watery glaze on their external surfaces (33 fragments), followed by the smoothed surfaces (25 specimens). On the internal surfaces, this situation is inverted, with internal smoothing dominating (42 pieces), quite typical of Bell Beaker elements (Gonçalves 2009).

Nevertheless, in an attempt to identify the existence of possible patterns, methods based on the works of Bishop, Rands and Holley (1982) and P. Stienstra (1986), to create manufacturing groups, were tested in this set. By using descriptors such as the homogeneity of the paste, the presence of non-plastic components and the firing environments of the sherds, it was concluded that the ceramic assemblage is mostly heterogeneous with only two possible groups: the first one grouping the sherds from the caves, and the second corresponding to the elements with “spiny” decoration.

In the first case, the seven vessels from the caves were made with high-quality, compact clays, with rare fine-sized non-plastic elements, with most of them with oxidising cooling. This grouping might support the funerary character of the caves since the vessels found in funerary contexts tend to be better preserved, generally speaking, with greater care in their manufacture.

The second set, the “spiny” decorated sherds, whose decorative specificities will be further discussed, show a technological unity composed of 22 fragments with semi-compact clays and abundant large-sized non-plastic components. The firing is varied but majorly forms darker smoothed surfaces.

All the remaining elements, from Pragança, are extremely heterogeneous, without any visible or depictable pattern.

5.2. Decorations

The understudy set is composed of 100% of decorated elements, which makes it impossible to calculate their representation and proportion in relation to a larger set, even if the expected would be a reduced representativeness (Sousa 2021). A total of 6 decorative groups were defined, unfolding in several as open as possible variants, to allow the introduction of new elements, without stagnating their applicability to other contexts. The names used for the different types

of decoration were adapted from the various works (Gonçalves 1965; Harrison 1977; Valera – Filipe 2004; Cardoso 2014a; Case 2014; Salanova 2014a;), with some references adjusted to the specific contexts of Pragança and its northern influences (Valera 2007).

Decorative Group A - dotted bands, International motif, is the third-largest group, being exclusively present on the S-shaped vessels, with only the exception of the plate from Pragança (fig. 7). Six fragments were ascribed to this group, with a minimum number of five vessels, two of them coming from the caves. Even though it is one of the most represented groups, in absolute terms, its relevance is significantly lower than the Geometric Dotted group, a pattern that also occurs at some settlements in the vicinity of Pragança, such as Outeiro da Assenta, (Cardoso – Martins 2009), Outeiro de São Mamede (Cardoso – Carreira 2003; Cardoso – Martins 2009), or in Freiria (Cardoso – Cardoso – Encarnação 2013), Penedo do Lexim (Sousa 2021). The numbers increase mostly in sites located in the SE side of Montejuento, like Moita da Ladra (Cardoso – Caninas 2010), Leceia (Cardoso 2014b) and the large assemblage of Penha Verde (Cardoso 2010-2011; Cardoso 2014b) (fig. 3, a).

The decorative group B - Dotted Lines, is usually mixed with group A, even though here is presented in a separated way to facilitate the analysis (fig. 3, b). It is composed of nine fragments, with a minimum number of eight vessels. It has not been possible to associate a specific shape to it, but it has a great diversity of decorative motifs, being the simplest lines parallel to the rim - like a Bell Beaker sherd from Ota (Harrison 1977) or to an almost complete specimen from Cau del Molí, Tarragona (Harrison 1977) – and the most complex zigzagging lines, in association with dotted or isolated lines, which may be connected to the ‘vegetal’ motifs more common in the Ciempozuelos-type Bell Beaker (Valera 2015). This group is more represented at Pragança and in the caves than group A, going against what occurs at Leceia (Cardoso 2014b), Moita da Ladra (Cardoso – Caninas 2010) or Penha Verde (Cardoso 2010-2011; Cardoso 2014b), again in the SE of Montejuento, possibly reflecting culturally differentiated environments (fig. 8).

A great number of the sherds, 37 fragments or 58% of studied materials, belong to decorative group C. Geometric Dotted. Bowls and globular vessels can

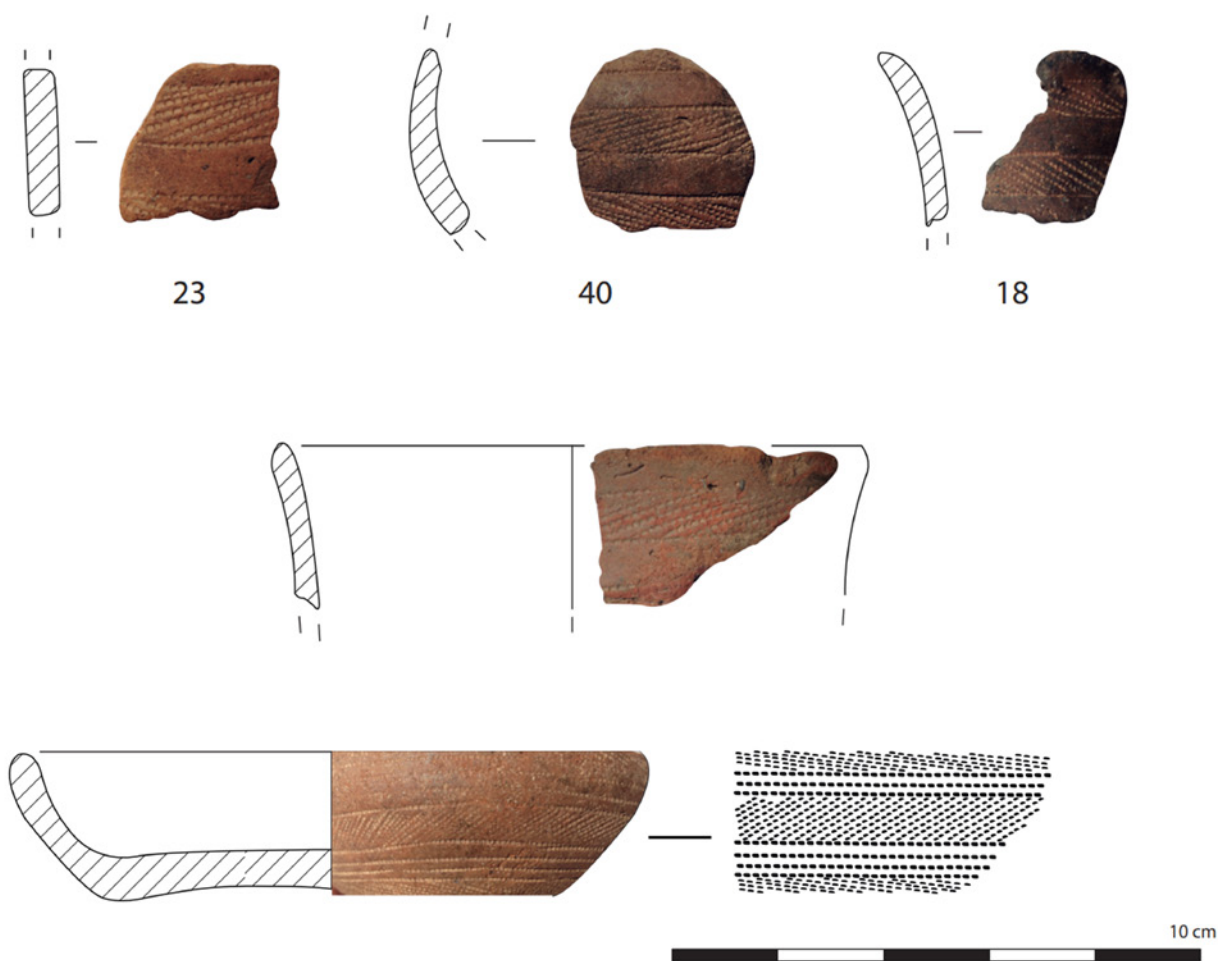


FIG. 7 Sherds with Dotted bands from Pragança.

be exclusively associated with this group, with two-shouldered sherds also included (fig. 3, c). Some of the portrayed motifs are already present in ceramics from the first half of the 3rd millennium BC (Sousa 2021), and have some affinities with the patterns drawn in the Acacia Leaf decorations. They are mostly present in contexts closer to the actual Lisbon area, at Penedo do Lexim (Gonçalves – Sousa 2006; Sousa 2021), Leceia (Cardoso 2006) and Penha Verde (Cardoso 2010-2011), but also closer to Setúbal at Castro da Rotura (Gonçalves 1965; Gonçalves – Sousa 2006), while in settlements like Outeiro da Assenta or Outeiro de São Mamede, NW of Montejuento, these motifs are residual (Cardoso – Carreira 2003). At cave III of Furdouro a globular with a re-entrant rim, a clear regional shape usually linked with the Acacia leaf patterns, was detected, but this time with geometric motifs exclusively done by comb-printing. This may be a sign of formal resistance, which may also be related to the maintenance of the vessel functionality, but that,

simultaneously, expresses the adaptation of novelties due to the combination between an old shape/motif done with different techniques (Valera – Mataloto – Basílio 2019). The third variant, the dotted pending triangles have a greater incidence and parallelism with Northern Portugal (Valera 2007), although still part of the Geometric Dotted ceramics. Nine fragments have this type of decoration, all from Pragança (with a minimum number of nine vessels), that could be seen as symbolic decoration. However, due to the reduced sherd size and the lack of secure contexts, they were included in this bigger decorative group.

Variant C.5 is one of the most complexes of the present work. The 22 sherds decorated with this motif are technologically homogeneous, being only applied in bowls with darker surfaces. It was first referred to very briefly by N. Aberg in 1921 (Gonçalves 1971) but it is only Marques Gonçalves that reflects on the possibility of the existence of a local decorative expression (Gonçalves 1991), later explored in the study of the

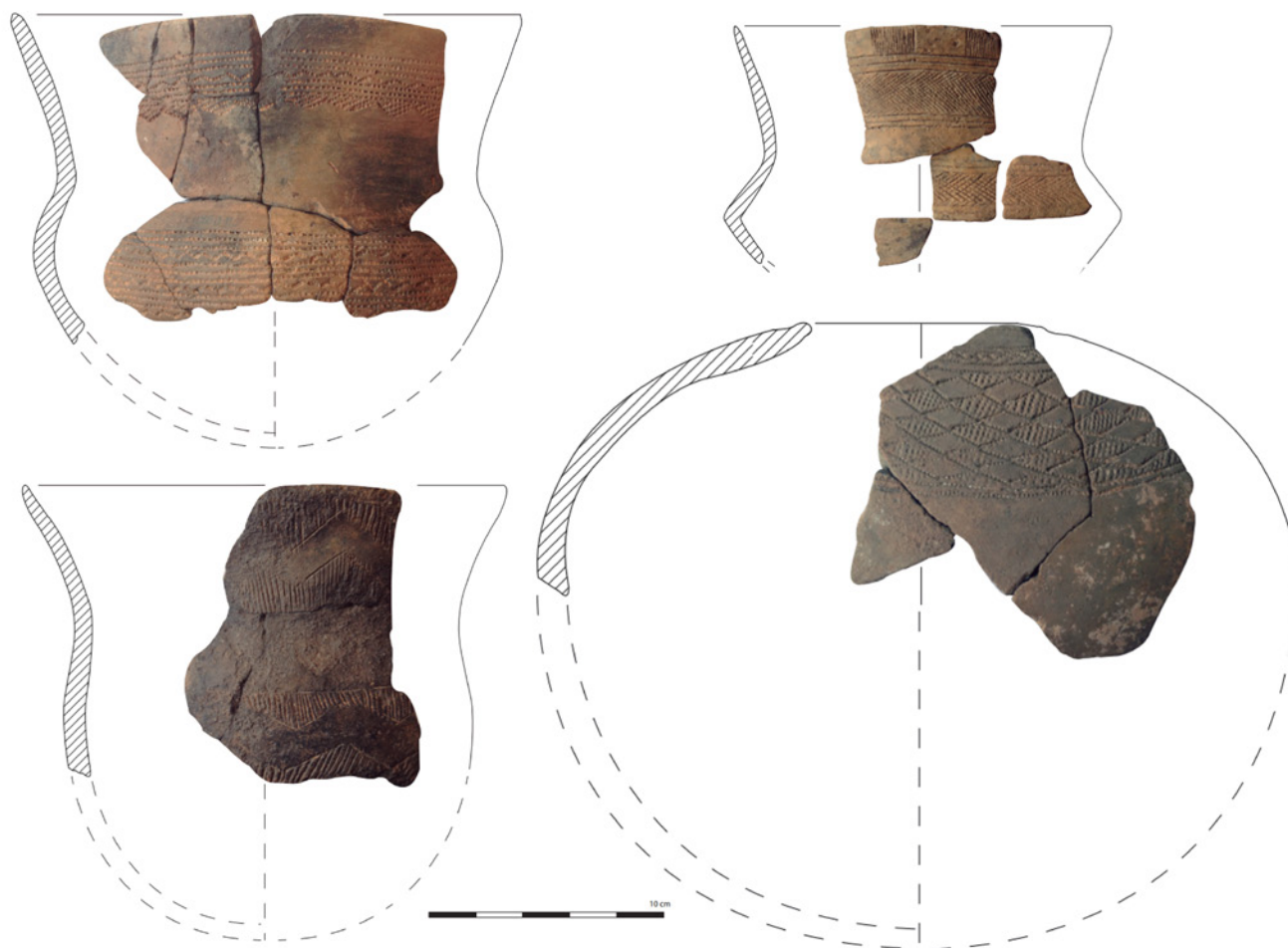


FIG. 8 Vessels from Cave III of Furadouro.

Prehistoric settlement of Outeiro da Assenta, as the first Bell Beaker productions (Gonçalves 1991; Cardoso – Martins 2009) – “Grupo da Assenta” (Cardoso – Martins 2009) (fig. 3; fig. 9).

The use and definition of the term “Grupo da Assenta” was deliberately not used, since it is not illustrative of the decorations that is describing (it only refers the name of a site without mentioning the motifs that is naming). As such, the term “spiny”, or in Portuguese “Espinhado”, was adapted to name this type of decoration, as it is more neutral but simultaneously more inclusive and flexible. According to the data available so far, the reference made by Marques Gonçalves, in 1991, about the possible existence of “a cultural specificity of its own” in the NW side of Montejunto, seems to be correct. In sites like Chibanês, Castro da Rotura, Olelas, Pedra de Ouro and Vila Nova de São Pedro this type of motif has not been identified so far or is scarce (Gonçalves 1971; Gonçalves 1991; Silva – Soares 2012). At Leceia there are possibly three fragments

(Cardoso 2006), at Penha Verde one (Cardoso 2010-2011), at Penedo do Lexim a vase from a private collection (Sousa 2021) and a fragment from the most recent interventions (with simple morphology, depurated clay with an oxidant firing and smoothing on both surfaces), at Ota one exemplar (unpublished information). From the NW side, ten fragments from Outeiro de São Mamede (Gonçalves 1991; Cardoso – Carreira 2003) and the obvious Outeiro da Assenta where 22 fragments were found (Gonçalves 1991; Cardoso – Martins 2009), showing the greater incidence of this decorative type in this part of the mountain, mainly, but not exclusively, in simple morphology vessels.

Group D. Larger Impressions and group F. Geometric motifs with mixed technique are residual groups in the set under study (fig. 3). On the other hand, the decorative organisation E. - Incised Geometric Motifs - was created since it resorts to a different production technique – incision. A highlight goes to motifs E.3.1, with the appearance of vertically organised motifs in

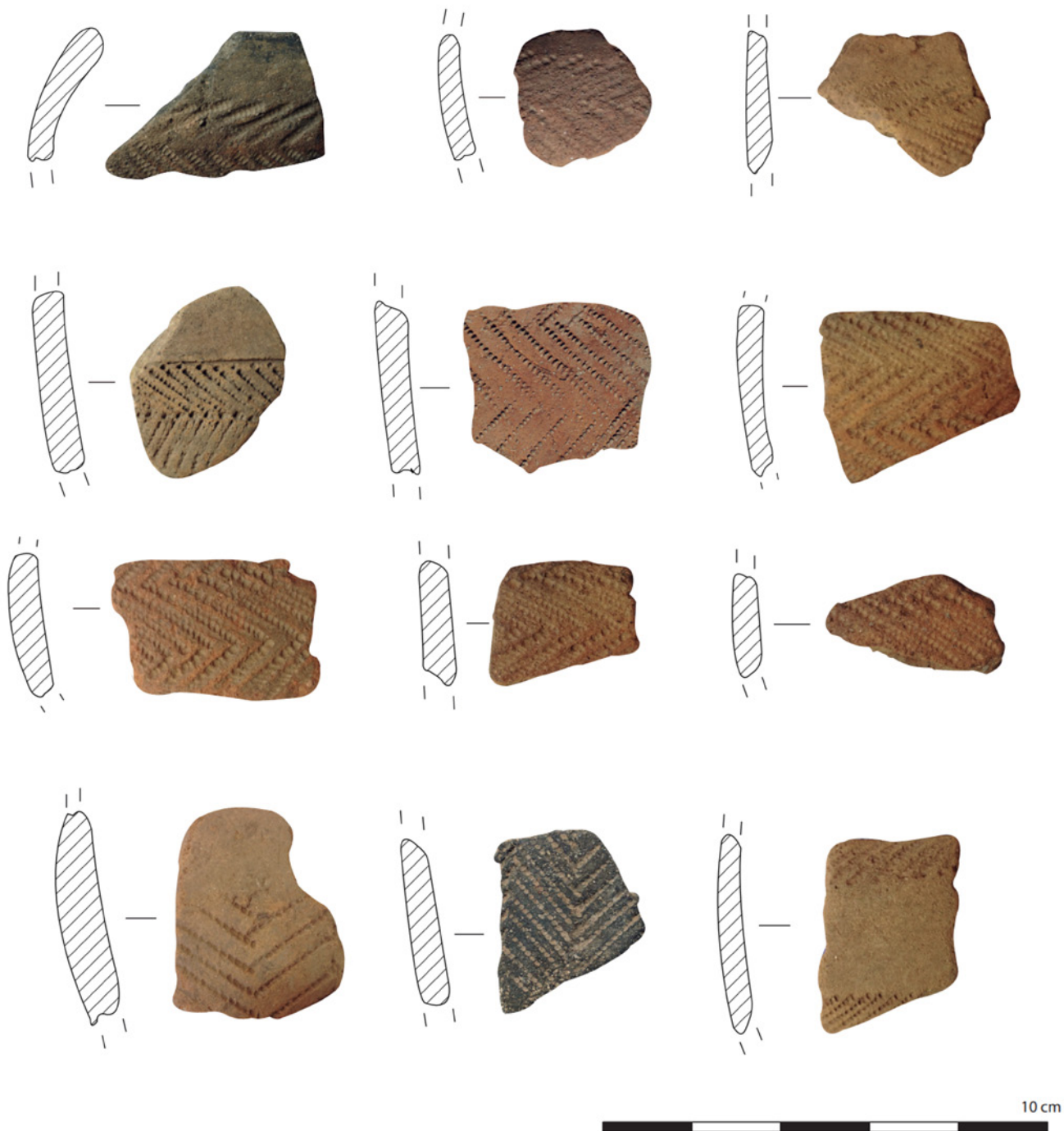


FIG. 9 Sherds with spiny motifs from Pragança.

association with horizontal lines, that appear in the pitcher vessel 5.2. from Gruta III of Furadouro, with an analogous decoration on the vase with the same shape from Cova da Moura (Harrison 1977: 147, fig. 64, 961). The remaining motifs have cultural affinities with the Palmela decorations, although they can't be directly connected.

12 fragments had traces of white inlay, present in all the decorative groups, except for D. Large imprints.

5.3. Matrices and “teeth”

The study of the matrixes and application techniques to produce the Bell Beaker or other motifs—more commonly called comb—is poorly developed in Portugal, largely related to the question of the preservation of these materials—usually made of bone, and ivory (Cardoso 2003) or even wood. The places where these tools are mostly found in the Portuguese Estremadura are funerary contexts, like the set of combs from

the Furninha Cave in Peniche, in which any beaker elements were found (Cardoso – Carvalho 2010/2011). Here, three combs with poorly preserved “teeth” in polished bone were recovered (Cardoso – Carvalho 2010/2011), still, some combs were also found in Castro do Zambujal, Tholos do Pai Mogo, Abrigo das Carascas and Gruta da Marmota (Gonçalves 1972; Spindler 1981), that might help think about how this type of tools might have looked like and have been used to produce beaker motifs (fig. 10).

The combing technique was not unknown to the 3rd millennium BC populations, having its genesis in the Late Neolithic (Gonçalves 1971; Cardoso – Martins 2009), nevertheless, its usage was generalised with the Bell Beaker motifs. In the case of the combs used for Pragança and the Caves, the analysis consisted in trying to understand how many combs were used - the use of two combs was only detected in three fragments - and how many “teeth” the comb that made the motif had, as well as the type of matrix used in the “teeth” of the comb.

59 fragments were studied. On 18 of these, it is possible to suggest a number of “teeth” ranging from five (associated with the oblique filling of the bands) to 18 (in the drawing of the linear motifs). This exercise has a somewhat fragile basis, resulting only from the observation of small patterns on the fragments, and may, in the future, suffer alterations.

As for the matrix/shape of the “teeth”, four types were noted - circular, quadrangular, rectangular and double. The circular matrix is the dominant one, in 28 fragments, followed by the rectangular matrix, with 14 records. The double matrix will only appear in one fragment.

Making a small balance of the set, the Bell Beaker materials from Montejuento are very heterogeneous. Even though numerically reduced, they allowed reflecting on local/regional realities while at the same time enabling the study of broader cultural influences and networks.

6. POSSIBLE REGIONAL ROLE(S) OF MONTEJUNTO DURING THE SECOND HALF OF THE 3RD MILLENNIUM BC

Studying Bell Beaker elements necessarily implies dealing with narratives highly influenced and marked by the historical-culturalist ideas, which still today structure many of the concepts used. A good example is “Bell Beaker Folk” which even though erased from scientific papers, is still credited and upheld by some researchers (Soares 2013). The most recent approaches, more holistic ones, have been valuing the consciousness and will that both prehistoric women and man had, alongside the recognition of their greater mobility, and of the complex relationship that they had with the space surrounding them (Valera 2015; Valera – Basílio 2017; Valera – Mataloto – Basílio 2019). Nonetheless, there are research topics that keep reappearing, such as the origin of the phenomenon or if there is a chronological sequence associated with the different decorative groups (Gonçalves 1965; 1971; Ferreira – Silva 1970) and how they interact with the local pre-existence (Amaro 2010/2011; Valera – Basílio 2017; Valera – Mataloto – Basílio 2019).

6.1. From Curral das Cabras Gafas to the “world”

What Montejuento decorated Bell Beakers have shown is that there is a coexistence, in Pragança, between Bell Beaker patterns and subjects that use the local forms (bowls) as a canvas for motifs that resemble the previous Acacia leaf organisation, but done with techniques that suggest some “beaker influence” (Spiny motifs). This highlights what can be seen as a process of reinterpretation and internal negotiation of the Bell Beaker precepts, that seem to have been adapted and applied to the local communities’ practices and rites, coexisting with the previous

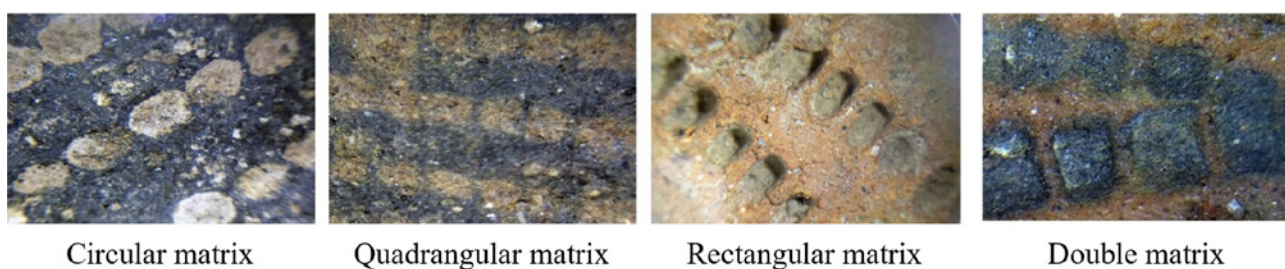


FIG. 10 Types of comb matrix identified.

in-use materials. As such, the beaker introduction would not mark a period of rupture and total change at the ideological, social and spatial level, but instead, an introduction that partially maintains the funerary Bell Beaker practices, while simultaneously ascribing other roles to these vessels and motifs (which justify its presence in a non-funerary site like Pragança), as suggested for other Portuguese regions (Valera – Basílio 2017; Valera – Mataloto – Basílio 2019). In this sense, it is not possible to note the shifts of the previously existing social canons seen in other European areas (Linden 2004), to which the local/regional Montejuento networks seem to have been connected (fig. 11).

What the available archaeometry regional studies highlight is that the quarries used to produce the traditional S-shaped decorated Bell Beakers are the same ones that were earlier used (Amaro 2010/2011; 2013). This means that some ceramics might have travelled but mainly the ideas and the people, mostly from 2500 BC onwards (Valera – Mataloto – Basílio 2019), strengthening the European influences that the vessel from Curral das Cabras Gafas seems to suggest.

As previously noted, this type of vessel has some parallels in Northern Italy and Mediterranean France, and some formal affinity can also be seen with sherds

from the present-day Czech Republic (Linden 2004; Kohring 2014; Salanova 2014) (fig. 5). The *begleitkeramik*, also known as “accompanying” ceramics, usually, as the name implies, accompanies decorated Bell Beakers. Some of these vessels can be decorated, but generally, the decorations are technically simpler, with small imprints or strings near the rim (Linden 2004; Jeunesse 2015). Other vessels, that share the same elongated shape as the vessel from Curral das Cabras Gafas have been found, namely at Tomb 4 of Perdigões (Basílio 2019). However, due to its International decoration, the exemplar from Curral das Cabras Gafas remains isolated.

6.2. Montejuento as a cultural and identitarian boarder

According to the current knowledge, Bell Beaker decorated vessels, traditionally understood as rare elements, even though not extremely common in national sites, are more widespread, being equally present in funerary contexts and habitats, from northern to southern Portugal (Valera – Mataloto – Basílio 2019). Still, to get closer to the meanings and roles that these decorations and vessel shapes have, different study scales scale could be pursued. On the one



FIG. 11 Military cartography 1: 25,000 nº 350, 351, 362 and 363, with the main river springs. 1 – Furadouro valley and 2 – Pragança.

hand, on a broader scale, the existence of a “European identity”, caused and derived from the recognised social networks (Linden 2004), possibly materialised in vessels like the one from Curral das Cabras Gafas. However, this bigger narrative obliterates the local and regional dynamics, which have unparalleled reactions when in contact with the Beaker phenomenon, according to their own socio-economic and symbolic development. As such, even though these motifs and shapes can represent a common language, message or idea, their meaning can only be grasped according to the context in which they are acting.

A good example concerns two ceramic fragments from the Ciempozuelos decorative group, in which naturalistic and more schematic representations of the same decorative pattern were identified, being understood as portraying agricultural activities (Valera 2015), showing that a gradual schematisation of the motifs and symbols can occur. Could this be the case with the spiny motifs? Are they a sign of an early adaptation of the beaker ways of doing into the local matrix or the evidence of a later simplification of the Beaker iconography?

Due to the lack of stratigraphic and chronological data, these questions will remain unanswered. However, what is clear, is that Montejunto works as a cultural border between the NW and SE sides of the Mountain. This role is evidenced by the behaviour detected in the sherds with spiny decoration, which have significantly higher relevance in the contexts with human activity from the second half of the 3rd millennium BC located at NW off the elevation while being scarcely present in the southern sites. More than just a cultural border, Montejunto can also be understood as a structurer of identities of the communities that surround it. Even though fitting and replicating the general characteristics of the Chalcolithic Portuguese Estremadura in a broader scale of analysis, the groups of the understudied area have their particularities, as only highlighted by Pragança and its large set of spiny decorated sherds.

6.3. A meeting place at Montejunto?

Pragança is not only singular because it has the largest set of spiny decorated sherds identified so far, but also due to its architecture and its classification as a walled enclosure. This designation was promptly questioned in 1962 by Fernando Castelo-Branco,

mainly due to the generalised lack of contexts, the reduced size of the enclosure formed by the alleged wall, the absence of structures that could be classified as huts and also due to the exposure to climatic forces and the highly visible implantation position that Pragança has.

If the lack of structures that indicate any type of permanent occupation (Gonçalves 1990/1992b; Gonçalves – Sousa 2006) could be explained by the reduced sedimentation, soil rummaging, the early interventions or even the perennial nature of these structures, the remaining problems don't seem to have an explanation. The small enclosure formed by what seems to be a wall is closer to what has been found in Ota, with embankments that use the bedrock to enlarge the available flat areas (Gonçalves – Sousa – Costeira 2013; Texugo *et al.* in press), than to what is known in any other walled enclosure (Gonçalves – Sousa – Costeira 2013). Adding to that, the existence of votive materials, like the cylindrical idols, the decorated sherds that could be read as having symbolic motifs and the metallurgic richness (Gonçalves 1990-1992b), not addressed in this work, seem to suggest that, at least at some point, Pragança's role could have been somehow connected to more social and symbolic practices – a possible gathering place, like what still happens today, in the two churches located on top of Montejunto.

This idea can also help explain the heterogeneity of manufacturing methods and possible provenances found in some of the decorated sherds from Pragança. Even though further petrographic studies would be needed, due to Pragança's location it is expected that a large availability of clay sources exists, according to the Geological Map. Could this suggest that the Montejunto communities used different clay sources or that Pragança served as a place of confluence of materials and reunion for the different local/regional communities?

This hypothesis does not exclude that, through time, Pragança might have had different functionalities, corroborated by the internal rhythms and social dynamics inferable from the materials from the distinct chronologies. Nonetheless, sites exclusively dedicated to the management of the different social identities should have existed not only in the south of Portugal but also in the study area.

Still, newer and contextualised data would be required, having into consideration that walled sites like Pragança, Olelas (Gonçalves 1990/1992b), Pedra d'Ouro (Branco 2007) or Ota (Texugo *et al.* in press) have a low sedimentation rate and are simultaneously affected by high exposure to meteorologic agents that hamper the archaeological record.

7. FINAL REMARKS: A CULTURAL AGENT

Humans are, par excellence, social and, inherently, cultural beings. As nowadays, people have not just existed, they also generated and discarded materialities, built and altered places. Just as today, to a different extent, Prehistoric communities might not have understood space as something that is simply physical and exists by itself, fostering interactions with the landscape in a way that today is not experienceable, due to dogmas and concepts that are very well structured and socially/universally accepted and applied (Valera 2008).

Nonetheless, after what was presented, it seems that Montejuento Mountain has worked as a “landscape designer” at least during the 3rd millennium BC, being a visual and physical marker, that directly acts in Nature, whether the fauna or flora and in climate, generating and accentuating different environments in each of its sides. This duality will be materialized in distinctive cultural behaviours, and possibly distinct identities in which Montejuento functions as a boundary.

The presence of regional decorations, like the spiny motifs, alongside the traditional Bell Beaker grammars, might illustrate (without chronological corroboration) a phase where cultural and technological innovations coexist with previous realities (two sides of the same “coin” or “heads or tails”), without originating significant modifications in the materials and the archaeological record (Fokkens 2012). This dichotomy highlights different contacts and influences, as suggested for the elongated S-shaped vessel from Curral das Cabras Gafas, with the NW side with a higher diversity of Peninsular and extra-peninsular contacts, contrasting with the SE part, in which the similarities between the sites allow to think of a “unified” region, with shared usages and roles ascribed to the Bell Beaker elements, from which Cave III of Furadouro seems to be part.

Even though the number of Bell Beaker sherds studied is rather small when compared with other sites, such as Porto Torrão (Valera – Filipe 2004), it allowed understanding of general trends that otherwise would go unnoticed, but most importantly helped to approach the role that this mega archaeological site had in the 3rd millennium BC landscape.

The question concerning the main functionality of Pragança still needs empirical data and confirmation. Even though the identified indicators point to a reality that, so far, has not been identified in Portuguese Estremadura, still waiting to be discovered.

Bibliography

- AMARO, G. C. (2010/2011) – Continuidade e Evolução nas cerâmicas Calcolíticas da Estremadura: um estudo arqueométrico das cerâmicas do Zambujal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 18: 201-233.
- AMARO, G. C. (2013) – Pre-Bell Beaker Ware from Estremadura, Portugal, and its likely influence on the appearance of maritime Bell Beaker ware. In PRIETO MARTÍNEZ, M. P. – SALANOVA, L. (cords.) – *Current researches on Bell Beakers: Proceedings of the 15th international Bell Beaker Conference From Atlantic to Ural*. Santiago de Compostela:197-208.
- APOLINÁRIO, M. (1897) – Grutas do Furadouro. *O Archeologo Português*, 1(3): 86-95.
- BARNABEU AUBÁN, J. – GARCÍA BORJA, P. – GÓMEZ PÉREZ, O. – MOLINA BALAGUER, L. (2011) – El Componente decorativo en las producciones cerámicas. *Saguntum*, 12: 17-34
- BASÍLIO, A. C. (2019) – Bell Beaker or not Bell Beaker: An perspective on Chalcolithic at the Iberian Peninsula Paired Fingernail Imprints in S-Shaped vessels. *Zephyrus*, LXXXIV: 15–39. DOI: <http://dx.doi.org/10.14201/zephyrus2019841539>
- BISHOP, R. – RANDS, R. – HOLLEY, G. (1982) – Ceramic compositional analysis in archeological perspective. In SCHIFFER M. B. (ed.) – *Advances in archeological method and theory*. New York: 275–330.
- BRANCO, G. (2007) – *A Pedra de Ouro (Alenquer): uma leitura actual da Coleção Hipólito Cabaço* (Trabalhos de Arqueologia 49). Lisbon.
- CARDOSO, J. L. – CANINAS, J. C. (2010) – Moita da Ladra (Vila Franca de Xira): Resultados preliminares da escavação integral de um povoado calcolítico muralhado. In GONÇALVES, V. S. – SOUSA, A. C. (eds.) – *Transformação e Mudança no centro e sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e.: Colóquio Internacional, Cascais, 2005* (Cascais, tempos antigos 5). Cascais: 65-95.
- CARDOSO, J. L. – CARDOSO, G. – ENCARNAÇÃO, J. (2013) – O Campaniforme de Freiria (Cascais). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 20: 525-588.
- CARDOSO, J. L. – CARREIRA, J. R. (2003) – O Povoado Calcolítico do Outeiro de São Mamede (Bombarral): Estudo do Espólio das escavações de Bernardo de Sá (1903-1905). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 11: 97-228.
- CARDOSO, J. L. – CARVALHO, A. F. (2010/2011) – A gruta da Furninha (Peniche): Estudo dos espólios das necrópoles Neolíticas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 18: 333-392.
- CARDOSO, J. L. (1993) – *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*. Oeiras.

- CARDOSO, J. L. (2003) – O uso do Marfim, no território português, durante o Calcolítico: A propósito de um alfinete recolhido no povoado Pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 11: 97-228.
- CARDOSO, J. L. (2006) – As cerâmicas decoradas pré-campaniformes do povoado pré-histórico de Leceia: suas características e distribuição estratiográfica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 14: 9-276.
- CARDOSO, J. L. (2010-2011) – O Povoado Calcolítico da Penha Verde: Sintra. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 18: 467-551.
- CARDOSO, J. L. (2014a) – Absolute chronology of the Beaker phenomenon north of the Tagus estuary: demographic and social implications. *Trabajos de Prehistoria*, 71: 57-76.
- CARDOSO, J. L. (2014b) – Manifestazioni del vaso campaniforme nel territorio portoghese. In MARINIS, R. C. de (ed.) – *Le Manifestazioni del sacro e Letà Del Rame Nella Regione Alpina e Nella Planura Padana* (Palazzo Broletto, Maggio 2014). Sesto Fiorentino: 279-319.
- CARDOSO, J. L. – MARTINS, F. (2009) – O Povoado Pré-histórico do Outeiro da Assenta (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17: 261-356.
- CARDOSO, J. L. (2017) – O povoamento campaniforme em torno do Estuário do Tejo: cronologia, economia e sociedade. In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Sinos e taças junto ao oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica* (Estudos & Memórias 10). Lisbon: 126–141.
- CARIA, P. (2021) – *A ocupação da Idade do Bronze do Castro de Pragança (Cadaval, Portugal): uma leitura através do espólio cerâmico*. MA Thesis presented to the School of Arts and Humanities of the University of Lisbon. Unpublished.
- CARVALHO, A. F. – GONÇALVES, D. – DÍAZ-ZORITA, M. – VALENTE, M. J. (2019) – Multi-isotope approaches to the Neolithic cemetery-cave of Bom Santo (Lisbon): new data and comparisons with fourth millennium BC populations from central-southern Portugal. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 11: 6141–6159.
- CASE, H. (2014) – Beakers and the Beaker Culture. In CZEBRESZUK, J. (ed.) – *Similar but different: Bell Beakers in Europe*. Leiden: 173-192.
- CASTELO-BRANCO, F. (1962) – Pragança terá sido um Castro? *O Arqueólogo Português*, 2(3): 303-307.
- CHOFFAT, P. (1884) – Excursion a Otta. In *Comptereudu du IX Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Pré-Historiques*. Lisboa, 1880. Lisbon: 61-67.
- CLARKE, D. (1976) – The Beaker network—social and economic models. In LANTING, J. N. – VAN DER WAALS, J. D. (eds.) – *Glöckenbecher Symposium Oberried 1974*. Haarlem: 459–477.
- COITO, L. – CARDOSO, J. L. – MARTINS, A. C. (2008) – *José Leite de Vasconcelos: fotobiografia*. Lisbon.
- COSTA, P. F. – GALANTE, H. S. (1995) – *Cadaval, contributos para o estudo da memória de um concelho*. Lisbon.
- FABIÃO, C. (2008) – José Leite de Vasconcelos (1858-1914): um arqueólogo português. *O Arqueólogo Português*, IV(26): 97-126.
- FERREIRA, O. da V. – SILVA, C. T. (1970) – A estratigrafia do povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal): nota preliminar. In *Actas das I Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Vol. II. Lisbon: 201-226.
- FIGUEIREDO, E. – MELO, A. A. – ARAÚJO, M. F. (2007) – Artefactos metálicos do Castro de Pragança: um estudo preliminar de algumas ligas de cobre por Espectrometria de Fluorescência de Raios X. *O Arqueólogo Português*, IV(25): 195-215.
- FOKKENS, H. (2012) – Background to Dutch beakers: a critical review of the Dutch model. In FOKKENS, H. – NICOLIS, F. (eds.) – *Background to beakers: inquiries into regional cultural backgrounds of the Bell Beaker complex*. Leiden: 9-35.
- GARRIDO PENA, R. – FLORES, R. – HERRERO, A. M. (2019) – *Las sepulturas campaniformes de Humanejos (Parla, Madrid)*. Madrid.
- GARRIDO PENA, R. (2014) – Entre el consenso y la incertidumbre: perspectivas actuales en el estudio del fenómeno campaniforme. In *Actas de las novenas jornadas de Patrimonio arqueológico de la Comunidad de Madrid*. Madrid: 85-104.
- GARRIDO-PENA, R. – ROJO-GUERRA, M. A. – GARCÍA-MARTINEZ DE LAGRÁN, I. – TEJEDOR-RODRÍGUEZ, C. (2011) – Drinking and eating together: the social and symbolic context of commensality rituals in the bell beakers of the interior of Iberia (2500-200 Cal BC). In ARANDA JIMÉNEZ, G. – MONTÓN-SUBÍAS, S. – SÁNCHEZ ROMERO, M. (eds.) – *Guess who's coming to dinner: feasting rituals in the prehistoric societies of Europe and the Near East*. Oxford, 109-129.
- GONÇALVES, J. L. M. (1990-1992a) – As grutas da serra de Montejunto (Cadaval). *O Arqueólogo Português*, IV(8/10): 31-40.
- GONÇALVES, J. L. M. (1990-1992b) – Olelas e Pragança. Duas fortificações calcolíticas da Estremadura. *O Arqueólogo Português*, IV(8/10): 31-40.
- GONÇALVES, J. L. M. (1991) – Cerâmica calcolítica da Estremadura. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1990). Lisbon, 215-226.
- GONÇALVES, V. S. – SOUSA, A. C. – COSTEIRA, C. (2013) – Walls, Gates and Towers. Fortified settlements in the South and Centre of Portugal: Some notes about violence and walls in the 3rd millennium BCE. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*, 23: 35-97.
- GONÇALVES, V. S. – SOUSA, A. C. (2006) – Algumas breves reflexões sobre quatro datas 14c para o Castro da Rotura e o 3.º milénio nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal. *O Arqueólogo Português*, IV(24): 233-266.
- GONÇALVES, V. S. (2009) – *Cascais in the third millenium BCE*. Cascais.
- GONÇALVES, V. S. (1965) – O Castro Pré-histórico da Rotura – Setúbal. In *Actas IV Colóquio Portuense de Arqueologia* (Lucerna 5). Oporto: 476-511.
- GONÇALVES, V. S. (1971) – *O Castro da Rotura e o Vaso Campaniforme*. Setúbal: Junta distrital de Setúbal.
- GONÇALVES, V. S. (1972) – Uma nova necrópole da Idade do Bronze: a gruta da Marmota. *O Arqueólogo Português*, III(6): 213-221.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental*. 2 volumes. Lisbon.
- HARRISON, R. (1977) – *The bell beaker cultures of Spain and Portugal*. Cambridge.
- HARRISON, R. (1980) – *The Beaker Folk*. London.
- JEUNESSE, C. (2015) – The dogma of the Iberian origin of the Bell Beaker: Attempting its deconstruction. *Journal of Neolithic Archaeology*, 16: 158-166.
- JORGE, S. O. (2005) – Pensar o espaço da Pré-História recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica. In JORGE, S. O. – *O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*. Oporto: 169–202.
- KOHRING, S. (2014) – Social complexity as a multi-scalar concept: Pottery Technologies, “Communities of practice” and the Bell Beaker Phenomenon. *Norwegian Archaeological Review*, 44(2): 145-163.

- KUNST, M. (2017) – Campaniforme em Zambujal (Torres Vedras). In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Sinos e taças junto ao oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica* (Estudos & Memórias 10). Lisbon: 194–213.
- LINDEN, M. V. (2004) – Polythetic networks, coherent people: A new historical hypothesis for the Bell Beaker Phenomenon. In CZEBRESZUK, J. (ed.) – *Similar but different: Bell Beakers in Europe*. Leiden: 173-192.
- LINDEN, M. V. (2007) – What linked the Bell Beakers in the third millennium BC Europe? *Antiquity*, 81: 343-352.
- MARTINS, F. (2011) – *O Povoamento Calcolítico na área do Rio Real*. Final work for the Archaeological Heritage Curricular Unit presented to Universidade Aberta under the supervision of Professor João Luís Cardoso.
- MATALOTO, R. (2017) – We are ancient, As ancient as the sun: Campaniforme, antas e gestos funerários nos finais do III.º milénio aC no Alentejo Central. In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Sinos e taças junto ao oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica* (Estudos & Memórias 10). Lisbon: 40-55.
- MELO, A. A. – FIGUEIREDO, E. – ARAÚJO, M. F. – SENNA-MARTINEZ, J. C. (2007) – Iron Age fibulae from Castro de Pragança (Portugal). *Materials and Manufacturing processes*, 24(9): 955-959.
- PIMENTA, C. (2014) – Microvertebrates. In CARVALHO, A. F. (ed.) – *Bom Santo cave (Lisbon) and the middle Neolithic societies of southern Portugal* (Promontoria Monográfica 17). Faro: 61-75.
- PIMENTEL, A. (1908) – *A Extremadura Portuguesa*. Lisbon.
- PRIETO-MARTINEZ, M. P. (2008) – Bell Beaker communities in Thy: the first Bronze Age society in Denmark. *Norwegian Archaeological Review*, 41(2): 115–158.
- ROGERS, E. M. (1983) – *Diffusion of Innovations*. New York.
- SALANOVA, L. (2014) – The frontiers inside the western Bell Beaker Block. In CZEBRESZUK, J. (ed.) – *Similar but different: Bell Beakers in Europe*. Leiden: 63-75.
- SHERRATT, A. (1987) – Cups that cheered. In WALDREN, W. – KENNARD, R. (eds.) – *Bell Beakers of the Western Mediterranean: The Oxford International Conference 1986*. Oxford: 81-106
- SILVA, C. T. da (2017) – Entre os estuários do Tejo e do Sado na 2.ª metade do III milénio BC: o fenómeno campaniforme. In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Sinos e taças junto ao oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica* (Estudos & Memórias 10). Lisbon: 142–157.
- SILVA, C. T. da – SOARES, J. (2012) – Castro de Chibanes (Palmela): Do III milénio ao séc. I a.C. In FERNANDES, I. C. – SANTOS, M. T. (coords.) – *Palmela Arqueológica no contexto da Região interestuarina Sado-Tejo*. Palmela: 67-87.
- SOARES, J. – SILVA, C. T. da (1974-1977) – O Grupo de Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal. *O Arqueólogo Português*, III(7-9); 102-112.
- SOARES, J. (2013) – *Transformações sociais durante o 3.º milénio AC no sul de Portugal. O povoado do Porto das Carretas* (Memórias d’Odiara 5). Beja.
- SOUSA, A.C. (2021) – *O Penedo do Lexim (Maфра) e a sequência do Neolítico Final e Calcolítico da Península de Lisboa* (Trabalhos de Arqueologia 56). Lisbon.
- SPINDLER, K. (1981) – *Cova da Moura: die Besiedlung des atlantischen Küstengebiets Mittelportugals vom Neolithikum bis an das Ende der Bronzezeit* (Madrider Beiträge 7). Mainz.
- STIENSTRA, P. (1986) – Systematic macroscopic description of the texture and composition of ancient pottery: some basic methods. *Leiden Journal of Pottery Studies*, 4: 28-48.
- TEXUGO, A. – BASÍLIO, A. C. – PINA, P. – GOYANES, G. – VIEIRA, G. (in press) - A multi-embankment Chalcolithic walled enclosure: new insights from the usage of remote sensing in archaeological surveys (Ota, Western Portugal). *Archaeological Prospection*.
- VALERA, A. C. – BASÍLIO, A. C. (2017) – Approaching Bell Beakers at Perdigões enclosures (South Portugal): site, local and regional scales. In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Sinos e taças junto ao oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica* (Estudos & Memórias 10). Lisbon: 82-97.
- VALERA, A. C. – FILIPE, I. (2004) – O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo). *Era Arqueologia*, 6: 28-61.
- VALERA, A. C. – MATALOTO, R. – BASÍLIO, A. C. (2019) – The South Portugal perspective. Beaker sites or sites with Beakers? In GIBSON, A. (ed.) – *Bell Beaker settlement of Europe: the Bell Beaker phenomenon from a domestic perspective*. Oxford: 1-23.
- VALERA, A. C. – REBUGE, J. (2011) – O Campaniforme no Alentejo: contextos e circulação. Um breve balanço. In CARNEIRO, A. – MORGADO, P. – OLIVEIRA, J. DE – ROCHA, L. (eds.) – *Arqueologia do Norte Alentejano: Comunicações das 3.ªs Jornadas*. Fronteira: 111-121.
- VALERA, A. C. (2007) – *Dinâmicas locais de identidade: estruturação de um espaço de tradição no 3.º milénio AC (Fornos de Algodres, Guarda)*. Fornos de Algodres.
- VALERA, A. C. (2008) – Mapeando o Cosmos: uma abordagem cognitiva aos recintos da Pré-história recente. *Era Arqueologia*, 8: 112-127.
- VALERA, A. C. (2015) – Ciempozuelos Beaker geometric patterns: a glimpse into their meaning. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 10: 47-51.
- VASCONCELOS, J. L. (1909) – Necrologia: António Maria Garcia. *O Archeologo Português*, I(4): 245-247.
- ZBYSZEWSKI, G. – FERREIRA, O. V. – LEITÃO, M. – NORTH, C. T. – NORTON, J. (1981) – As joias auríferas da gruta pré-histórica da Verdelha dos Ruivos, Vialonga, Portugal. *Zephyrus*, 32-33: 113-119.

O conjunto faunístico do Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa, Portugal) no 3.º milénio a.n.e.: entre a *antroposfera* e a *zoosfera*

The faunal assemblage of Cerro dos Castelos
de São Brás (Serpa, Portugal) in the 3rd Millennium BCE:
between the *anthroposphere* and the *zoosphere*

FREDERICO AGOSTO

Mestre em Arqueologia (investigador independente)

frederico-agosto@campus.ul.pt

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6269-3277>

*Animality is inhuman, and therein lies its charm.
Every attempt to humanise those gazes is not just
useless – since animality is indifferent to humanity
– but harmful, since it would elide the radical
alterity of the animal.*

(Cimatti 2020: 6)

RESUMO: O presente artigo procura estudar o conjunto faunístico do Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa), do 3.º milénio a.n.e. Este é dominado pelos remanescentes de fauna selvagem, de onde se destaca uma incomum situação de sobrecaça de cervídeos somente paralelizável com o atestado para o Mesolítico. A idade de abate das faunas reporta para uma situação de uso de tracção animal para a agricultura. Por fim, discutir-se-á e teorizar-se-á o papel da *zoosfera*, na sua interacção com a *antroposfera*, para aferir putativas especificidades culturais, indagando-se, para tal, sumariamente sobre a ontologia do *animal/animalidade* enquadrada na Filosofia da Natureza. Do ponto de vista arqueológico, partir-se-á de São Brás, estando ancorado na reflexão teórica já mencionada, para uma reflexão sobre o conceito de Revolução dos Produtos Secundários e sobre a gestão biótica atestada durante o 3º milénio, trazendo à colação os dados conhecidos para o Centro e Sul português.

PALAVRAS-CHAVE: 3.º milénio a.n.e.; Baixo-Alentejo; Arqueozoologia; Revolução dos Produtos Secundários; Arqueologia Teórica.

ABSTRACT: The present article aims to study the faunal assemblage of the Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa) (3rd millennium BCE). The remnants of wild fauna compose the majority of the osteological collection studied, from which an unusual situation of deer overhunting stands out – only comparable to what is attested to the Mesolithic. The age of death allows to infer the use of animal traction for agriculture. Finally, we will discuss and theorise the role of the *zoosphere* in its interaction with the *anthroposphere* in

the concept of Culture, by briefly discussing the ontology of the *animal/animality*. From an archaeological point of view, we will start from São Brás, being anchored on the theoretical reflection already mentioned, for a reflection on the concept of Revolution of the Secondary Products and on the biotic management attested during the 3rd millennium BCE, while articulating the site with the known data for the Southwest Iberia in general and the Center and South of Portugal in particular.

KEYWORDS: 3rd Millennium BC; Baixo-Alentejo; Archaeozoology; Secondary Products Revolution; Archaeological Theory.

0. INTRODUÇÃO

O acervo faunístico obtido no decorrer das escavações dos finais da década de 1970 – constando de cerca de 3215 elementos – no Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa) permite não só vislumbrar a gestão dos recursos bióticos do sítio no 3.º milénio a.n.e. como indagar na interação entre as comunidades humanas e não-humanas que ocuparam o Cerro e o seu entorno.

Deste modo, perscrutar as realidades bióticas afigura-se de suma importância para não só compreender qual a posição das comunidades que habitaram São Brás na equação *Homem-Meio Ambiente*, assim como indagar sobre o peso que a pastorícia, tal como a caça, tiveram na «economia» (*sensu* Sahlins 2017: 68–69) de antanho.

Com efeito, São Brás dispõe de um conjunto com poucos paralelos no Sudoeste peninsular que se destaca por um elevado número tanto de restos determinados (NRD) como de número mínimo de indivíduos (NMI) relacionados com práticas cinegéticas, com especial relevo para os cervídeos, cujas especificidades biométricas apontam para uma situação de sobrecaça.

Mais do que um mero constrangimento ecológico, a gestão dos recursos bióticos corresponde a uma forma de interação entre *antroposfera* e a *zoosfera* que mobiliza um desenvolvimento conjunto de aspectos e características que, se tomados pelo seu peso *humano* e de *agência*, podem permitir a inaugurar a teorização e a discussão – por mais preliminar que seja – em torno de uma putativa especificidade cultural.

Alfim, e é neste contexto histórico que o presente artigo deve ser enquadrado, as importantes alterações decorrentes da *Revolução dos Produtos Secundários* na gestão do gado e de outros recursos bióticos não domesticados foram fulcrais para as

dinâmicas históricas e de povoamento no 3.º milénio a.n.e. Porém, o conceito da Revolução dos Produtos Secundários, criado ainda nos começos da década de 1980, encontra-se hoje sitiado pelos avanços da ciência pré-histórica (e.g., Harrison 1985; Vigne – Helmer 2007; Greenfield 2010; Halstead – Isaakidou 2011; Marciniak 2011; Greenfield – Arnold 2015; Gaastra – Greenfield – Vander Linden 2018; Cubas *et al.* 2020), assim como uma maior precisão cronológica, que permitem uma mais firme interrogação do modelo original. Procurar-se-á, por isso, não só rever o conceito como inserir São Brás nas dinâmicas deste, a fim de compreender o seu grau de integração no processo.

1. METODOLOGIA

A metodologia empregue no estudo da fauna mamalógica alicerçou-se na elaborada por Simon Davis (1992; 2002: 30–33), epitetada de POSAC (*Parts Of Skeleton Always Counted*). Embora se tenha contabilizado a totalidade dos fragmentos ósseos, somente foram registados e classificados os que apresentavam as «zonas de diagnóstico» (*vide* Watson 1979: 129) de POSACs. Este tem como princípio axiomático a exclusiva contabilização de uma só parte do osso, sendo esta quase sempre a epífise distal, que comporta em si não só um maior grau de conservação como um maior número de medidas que podem dar informações relevantes. Os ossos onde a parte distal não são necessariamente POSAC são os seguintes: todos os dentes; a mandíbula, se tiver pelo menos um dente; o ísquio, se estiver pelo menos 50% conservado; o astrágalo, se tiver mais de metade da sua parte lateral; o calcâneo, se estiver com a totalidade do *sustentaculum* e 50% da superfície que articula com o astrágalo; a falange I, se a superfície da articulação estiver 50% preservada;

a metáfise da falange I, se na presença de no mínimo metade da parte proximal; e, por fim, a falange III, se se registar mais de metade da superfície da articulação (Davis 1992: 2-4). As vértebras não são POSAC. Se, contudo, se verificar a existência de ossos de espécies ainda não atestadas ou muito pouco representadas, estes serão estudados mesmo sem serem POSAC.

Para além dos POSACs, aplicar-se-á ao conjunto o Número de Fragmentos, o Número de Restos Determinados (os ossos estudados e analisados), o Número de Restos Indeterminados (subtraindo o número de restos determinados ao número de fragmentos) e o Número Mínimo de Indivíduos.

As identificações ósseas basearam-se nas estampas e indicações de Schmid (1972) e na colecção osteológica de referência da UNIARQ.

As medições osteológicas seguiram o delineado por von den Driesch (1976), que seriam posteriormente adoptadas pelo ICAZ (International Council for Archaeozoology) como medidas padrão a ter em consideração (Cardoso – Detry 2002: 137).

As idades de abate serão aferidas através do estado de fusão dos ossos em apreço, segundo Silver (1969), Zeder, Lemoine e Payne (2015 – *Sus* sp.) e Zeder (2006 – *Ovis/Capra*); e o desgaste na dentição seguirá Grant (1982) e Payne (1987).

Registou-se outrossim qualquer alteração natural ou antrópica à superfície do osso, como marcas de corte, sinais de fogo, marcas de carnívoros ou de pequenas raízes (*vide* Lyman 1994).

2. CERRO DOS CASTELOS DE SÃO BRÁS: O SÍTIO, OS CONTEXTOS E O SEU HISTORIAL DE INVESTIGAÇÕES

O Cerro dos Castelos de São Brás, ou São Brás 1, é um sítio murado localizado na freguesia de Serpa (Salvador e Santa Maria), no distrito de Beja e na margem esquerda do Guadiana, distando cerca de 5 km a Sudoeste da vila de Serpa.

Tem as seguintes coordenadas WGS84 Mercator: 57°54'03"N; 7°37'07"W. A sua altimetria ronda os 160 m (Fig. 1).

O sítio implanta-se no topo de um cerro no extremo ocidental de um planalto (Fig. 2), de onde se destaca – tendo condições de visibilidade a 360° – ladeando

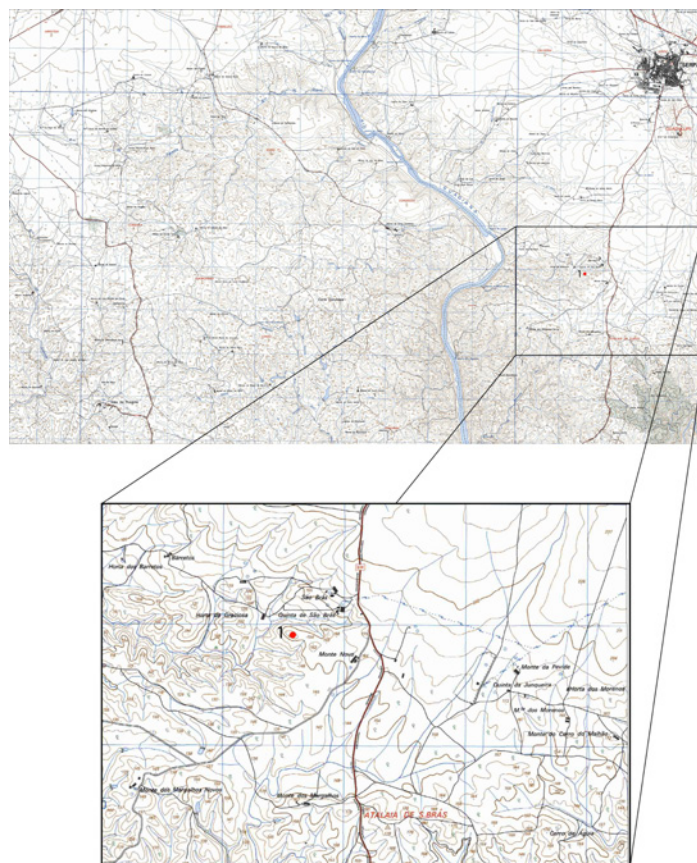


FIG. 1 O Cerro dos Castelos de São Brás (ponto 1) na carta militar 1:25 000, folha 532.



FIG. 2 O Cerro dos Castelos de São Brás visto de fora. Orientação: Sul-Norte.

a Sul a actual quinta de São Brás. O seu acesso é de relativa facilidade somente numa direcção (i.e., a que liga o cabeço à elevação junto da quinta de São Brás, estando os demais lados pautados por declives mais acentuados. Ainda que o sítio esteja assaz próximo do Guadiana (~2 km), imediatamente a Sul e a Norte do cerro, no seu sopé existem, em cada lado, dois pequenos cursos de água, tributários do Guadiana.



FIG. 3 O Cerro dos Castelos de São Brás (ponto vermelho) enquadrado nos limites da Terra de Serpes.

São Brás está assente em terrenos alóctones (Beja-Acebuches), quedando-se entre o limite da formação da Horta da Torre, na sua vertente Norte, com arenitos, xistos negros siliciosos e pelitos; e a Sul pela formação de Santa Iria, composta por pelitos, grauvaques e xistos roxos (turbiditos).

O sítio foi descoberto na década de 1960 por Cação Ribeiro – tendo sido dos primeiros sítios murados conhecidos abaixo da linha do Tejo.

Nos finais da década de 1970, António Monge Soares e Rui Parreira encetaram um projecto de estudo dedicado ao estudo do povoamento na bacia do Guadiana a jusante do Ardila e a montante do Chança

– doravante *Terra de Serpes* (Fig. 3) – durante o Neolítico final-Calcolítico (Parreira 1983: 151). Foi neste contexto que, de 7 de Setembro a 15 de Outubro de 1979, o Cerro dos Castelos de São Brás foi intervencionado, tendo os trabalhos ficado a cargo de Rui Parreira. Os materiais que ora se estudam são integralmente provenientes dessa escavação.

Uma última campanha teve lugar em Agosto do ano seguinte, embora esta tenha tido como objectivo o levantamento topográfico do Cerro.

As escavações arqueológicas lograram expor «duas cinturas de muralhas concêntricas» (Parreira 1983: 161) (Fig. 4), onde na primeira linha «arranca o que parece

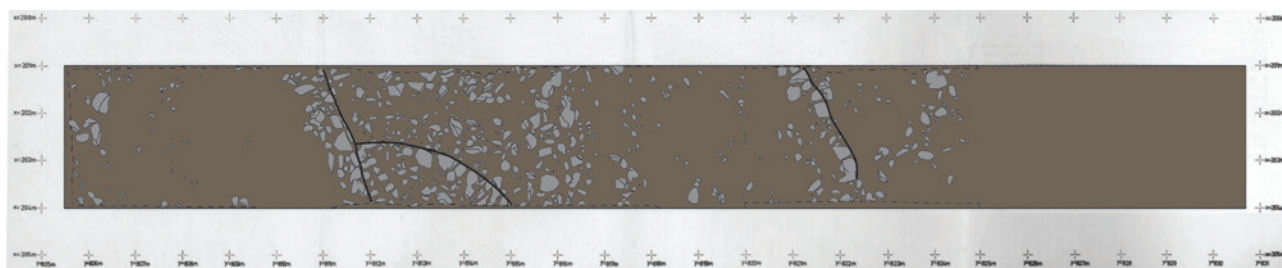


FIG. 4 A planta do plano 8 do Corte 1 de São Brás (com base em Parreira 1983: fig. 7).

SÍTIO	LABORATÓRIO	MATÉRIA ORGÂNICA	DATA BP	1 Σ CAL BCE (68,2%)	2 Σ CAL BCE (95,4%)	BIBLIOGRAFIA
Cerro dos Castelos de São Brás	ICEN - 43	carvões – n.d.	4480+60	3337-3092	3362- 2934	Parreira 1990: 31
	ICEN - 44	carvões – n.d.	4410+140	3331-2909	3511- 2669	

FIG. 5 As datações absolutas de São Brás. Calibrado com recurso ao CALIB 8.20 (Reimer *et al.* 2020).

ser um bastião de traçado semicircular (bastião A)» (Parreira 1983: 161). A primeira possui escassa largura (~0,65m) (muro aa), no interior da qual se encontrou «materiais leves de canas e barro, pois encontrou-se abundante “cerâmica de revestimento”, correspondendo por vezes claramente a estruturas abatidas e ao seu chão.» (Parreira 1983: 161).

Na parte inferior do declive, junto aos estratos do Bronze Final, «define-se uma plataforma inferior, que termina por um declive abrupto assinalando o que se pensa ser uma outra cintura de muralha, embora a escavação não tenha detectado ainda qualquer estrutura» (Parreira 1979: 7).

Embora não tenha sido possível recuperar os registos de campo da escavação, só se dispondo de informação geral sobre os planos artificiais e os seus complexos, foi possível concluir – através da cronologia das materialidades em cruzamento com os planos artificiais – que a ocupação do sítio se centra em torno do 3.º milénio, mormente na primeira metade. Não foi possível confirmar a presença de contextos datáveis dos finais do 4º milénio. Mas, no sopé do Cerro e fora da principal zona de ocupação durante o 3.º milénio, verificou-se ainda uma ocupação pontual datável do Bronze Final.

Não tendo sido escavado em método de área-aberta nem com recurso a camadas naturais – porquanto as camadas estratigráficas estavam homogeneizadas (Parreira 1983: 160–161) por processos de pedoturbação e pedogénese (*vide e.g.*, Angelucci 2003: 59 e 63) –, São Brás foi intervencionado com recurso ao então apodado *método dos complexos*. Este vê na sua unidade mínima de registo o *complexo* – que nada mais é do que um contexto de recolha –, sendo no cruzamento entre o plano artificial (neste caso, 10 cm) e a «quadriculagem» (de geometria e dimensão variáveis; 1,5 × 1 m em São Brás) que nasce o *complexo*.

A leitura dos materiais (Agosto 2021) deslindou, em São Brás, três fases de ocupação: 1) uma em torno da primeira metade do 3.º milénio, composta pelos planos 12-5; 2) uma segunda que data de momentos

da segunda metade, já correspondendo a uma fase de menor intensidade de ocupação, estando representada pelos planos 4-1; 3) e, por fim, uma ocupação episódica do Bronze final, cujas escassas materialidades estão dispersas entre os planos mesiais (7-5) e, em alguns casos, caldeados com artefactualidades calcólíticas (e.g., complexo 199).

São Brás dispõe ainda de duas datações de radiocarbono (Fig. 5). Estas ou têm balizas cronológicas excessivamente amplas (ICEN-44) ou apontam para contextos do Neolítico final (ICEN-43), cujo justificativo dever-se-á a serem datações por método convencional e terem sido acometidas, com grande grau de probabilidade, pelo efeito da «madeira antiga». Estas provêm de «madeiras carbonizadas recolhidas em duas lareiras de um mesmo nível de ocupação que integra prato de bordo “almendrado” e crescentes de barro» (Parreira 1990: 31).

3. RESULTADOS

O conjunto faunístico do Cerro dos Castelos de São Brás é composto por cerca de 3214 restos mamalógicos com um de ave, 39 testemunhos de malacofauna, havendo 15 fragmentos identificáveis. Destes 3215 (o número de fragmentos mamalógicos, ou NF), 218 são POSAC (Fig. 6) e sendo 220 o número de restos determinados verificados (uma falange II de *Equus sp.* e *Canis sp.*). Assim, o número de restos indeterminados (Número de Restos Indeterminados, ou NRI) queda-se nos 2995, ou 95% do espólio osteológico.

Em termos das *taxa* de fauna mamalógica (Figs. 7 e 8), o NRD dos suídeos representam cerca de 43,2%, com 95 elementos. São seguidos pelos cervídeos, com cerca de 25,5% e 56 restos determinados. Os restantes, tirando os 13,2% de ovicaprinos e os 8,6% dos bóvidos, não ultrapassam individualmente os 2%. Em dois ossos de carnívoros não foi possível identificar a família.

Ossos	Est. Fus.	Anatidae	Bos sp.	Bos primigenius	C. elaphus	Equus sp.	Canis sp.	Oryctolagus cuniculus	Ovis/Capra	Ovis arles	Capra hircus	Sus sp.	Sus scrofa	Carnívoros ind.	Total
SC	F		1		2				1			7			11
	MNF														0
	I														0
HU	F		2		4						1	9			16
	MNF														0
	ENF											2			2
	FV														0
U	F	1													1
	MNF														0
	ENF														0
	FV														0
RA	F		1	1	2									1	5
	MNF											1			1
	ENF														0
	FV														0
MC	F				1							5		1	7
	MNF														0
	ENF											2			2
	FV														0
TI	F		1		6				2			7			16
	MNF														0
	ENF				1										1
	FV														0
AS	F		5	1	19					3	1	4	1		34
	U														0
CA	F			1	3							5	2		11
	MNF											1	1		2
	I														0
MT	F				1			1				5			7
	MNF														0
	ENF				1							1			2
	FV														0
MP	F		1									2			3
	ENF														0
	MNF											1			1
	I														0
P1	F		4		8	2			4			8			26
	MNF											1			1
	ENF		1									5			6
	FV														0
P3	F		1		1										2
	U														0

Ossos	Est. Fus.	Anatidae	Bos sp.	Bos primigenius	C. elaphus	Equus sp.	Canis sp.	Oryctolagus cuniculus	Ovis/Capra	Ovis arles	Capra hircus	Sus sp.	Sus scrofa	Carnívoros ind.	Total
Dentes	Desgaste														
Incisivos									(1)			(7)			(8)
Dp2									1						1
Dp3					1				1						2
Dp4					1										1
	16L								1						1
	14L								2						2
	e											1			1
	ue										1				1
p2					1										1
p3					1							1			2
p4	a											2			2
	b											1			1
	ue								1						1
					1			(1)							1 (1)
M1	12A								1						1
	p								1						1
	5A								1						1
	c											2			2
	a											1			1
	d											2			2
	ue										1			1	
M2	4A								1						1
	9A								1						1
	a											3			3
	0											1			1
											1			1	
M3					1										1
	6G								1						1
	1A								(1)						(1)
	ue											1			1
M1/2	k		(1)												(1)
	j		(1)												(1)
	8A								(1)						(1)
	7a								(2)						(2)
	9a								(2)						(2)
											(2)			(2)	
Molariformes							1							1	
TOTAL		1	19	3	56	2	0	2	29	3	2	95	4	2	218

FIG. 6 Tabela de POSACs. Não se contabilizou a caso (na sua aceção estatística) que contém a conexão de ossos devido à sua natureza distinta. SC – Escápula; HU – úmero; U – Ulna; RA – rádio; MC – metacarpo; TI – tíbia; AS – astrágalo; CA – calcâneo; MT – metatarso; MP – metápode; F1 - falange I e F3 - falange III. F – fundido; MNF – metáfise não fundida; ENF – epífise não fundida; FV – fusão visível; I – indeterminado.

	NRD		NMI	
	N	%	N	%
Anatidae	1	0.5%	1	3.1%
<i>Bos</i> sp.	19	8.6%	3	9.4%
<i>Bos primigenius</i>	3	1.4%	1	3.1%
<i>C. elaphus</i>	56	25.5%	10	31.3%
<i>Equus</i> sp.	3	1.4%	1	3.1%
<i>Canis</i> sp.	1	0.5%	1	3.1%
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	2	0.9%	1	3.1%
<i>Ovis/Capra</i>	29	13.2%	2	6.3%
<i>Ovis aries</i>	3	1.4%	2	6.3%
<i>Capra hircus</i>	2	0.9%	1	3.1%
<i>Sus</i> sp.	95	43.2%	6	18.8%
<i>Sus scrofa</i>	4	1.8%	2	6.3%
Carnívoros ind.	2	0.9%	1	3.1%
TOTAL	220	100%	32	100%

FIG. 7 Tabela resumo com os valores do NRD e do NMI com as respectivas percentagens.

Embora a existência de um maior número de remanescentes de suídeos, a espécie mais bem representada no NMI (Número Mínimo de Indivíduos) é a dos *Cervus elaphus*, com 10 espécimes e 31,3% (Fig. 7). Os suídeos quedam-se em segundo, com oito animais (dois *Sus scrofa* e seis *Sus* sp.) e 25,1%. Regista-se a presença de quatro bovídeos (12,5%), com natural destaque para o *Bos primigenius*, que, como se explanará, conta com um rádio, um calcâneo e um astrágalo.

Verifica-se no presente conjunto a tendência para o NMI sobrevalorizar as espécies menos representadas no NRD (Número de Restos Determinados) e subvalorizar as mais presentes.

Das percentagens de NMI entre animais domésticos e selvagens (44% versus 53%, respectivamente), resulta claro o paralelismo com São Pedro (Davis – Mataloto 2012) e com Junta de los Rios (Huelva) (Abril *et al.* 2008) – ambos sítios murados do Sudoeste ibérico.

As práticas venatórias em São Brás incidiram maioritariamente sobre os cervídeos, ocupando os *Cervus elaphus* mais de metade (59%) de toda a fauna selvagem

Osso	Anatidae	<i>Bos</i> sp.	<i>Bos primigenius</i>	<i>C. elaphus</i>	<i>Equus</i> sp.	<i>Canis</i> sp.	<i>Oryctolagus cuniculus</i>	<i>Ovis/Capra</i>	<i>Ovis</i>	<i>Capra</i>	<i>Sus</i> sp.	<i>Sus scrofa</i>	Carnívoros ind.
Escápula		1		2				1			7		
Úmero		2		4						1	11		
Ulna	1												
Rádio		1	1	2							1		1
Metacarpo				1							7		1
Tíbia		1		7				2			7		
Astrágalo		5	1	19					3	1	4	1	
Calcâneo			1	3							6	3	
Metatarso				2			1				6		
Metápode		1									3		
Falange I		5		8	2			4			14		
Falange II					1	1							
Falange III		1		1									
Conexão				1									
Dentes		2		6			1	22			29		
NRD	1	19	3	56	3	1	2	29	3	2	95	4	2
NRD %	0%	9%	1%	25%	1%	0%	1%	13%	1%	1%	43%	2%	1%

FIG. 8 Tabela com NRD e as respectivas taxa.

do sítio. O javali, com 12%, fica em segundo lugar. Os demais são somente representados por um elemento (6% cada). Salienta-se a presença de auroque, também já verificada, e a título de exemplo, em São Pedro (Davis – Mataloto 2012: 51), Leceia (Cardoso – Detry 2002: 149), Vila Nova de São Pedro (Detry *et al.* 2020: 929) ou Perdigões (Costa 2010: 53; Almeida – Valera 2021: 79).

A fauna doméstica, já de si com menor expressão que a selvagem, é elencada pela família dos suínos,

caprinos e bovinos, com 43%, 35% e 21%, respectivamente.

Só um resto determinado apresentava marcas de corte inequívocas (astrágalo de *Bos sp.* fundido), enquanto oito outros ossos se apresentavam queimados, e um calcinado.

Disponibiliza-se, também, as medições de vários ossos na fig. 9.

TAXON	OSSO	FUS.	GL (mm)	BD (mm)	BG (mm)	BT (mm)	GLP (mm)	LG (mm)	COMP.	SECTOR
B	AS	F	62.74	39.74					191	Corte 1
B	AS	F	78.97	48.78					408	Corte 1
B	AS	F		57.37					459	Corte 1
B	AS	F	55.47	36.63					460	Corte 1
B	AS	F	62.62	39.02					460	Corte 1
C	H	F		28.28					327	Corte 1
CE	AS	F	45.75	30.32					190	Corte 1
CE	AS	F	47.68	29.36					216	Corte 1
CE	AS	F	46.68	28.82					233	Corte 1
CE	AS	F	44.89	29.27					270	Corte 1
CE	AS	F	46.43	28.54					343	Corte 1
CE	AS	F	44.32						365	Corte 1
CE	AS	F	48.31						365	Corte 1
CE	AS	F	49.9	32.47					392	Corte 1
CE	AS	F	47.63	29.36					403	Corte 1
CE	AS	F	49.53	30.5					418	Corte 1
CE	AS	F	46.75	27.38					460	Corte 1
CE	AS	F	44.9	27.32					460	Corte 1
CE	AS	F	45.15	28.62					460	Corte 1
CE	AS	F	48.84	27.62					463	Corte 1
CE	AS	F	51.82	32.5					464	Corte 1
CE	AS	F	44.3	30.4					5	Corte 1
CE	AS	F	49.33						71	Corte 1
CE	T	F		39.73					274	Corte 1
CE	T	F		44.03					330	Corte 1
CE	T	F		38.72					371	Corte 1
CE	T	F		41.29					454	Corte 1
CE	T	F		37.03					460	Corte 1
CE	H	F		43.1					404	Corte 1
CE	H	F		44.6					459	Corte 1

FIG. 9 Tabela com as principais medidas dos principais ossos. Taxa: B – *Bos sp.*; O/C – *Ovis/Capra*; O – *Ovis aries*; C – *Capra hircus*; CE – *Cervus elaphus*; S – *Sus sp.* Ossos: AS - astrágalo; H – úmero; T – tíbia; SC – escápula. Estado de fusão: F – fundido; Comp – complexo.

TAXON	OSSO	FUS.	GL (mm)	BD (mm)	BG (mm)	BT (mm)	GLP (mm)	LG (mm)	COMP.	SECTOR
CE	SC	F			39		54.35	38.56	434	Corte 1
O	AS	F		17.98					244	Corte 1
O	AS	F	29.44	17.45					275	Corte 1
O	AS	F	28.99	17.73					405	Corte 1
O/C	T	F		25.7					376	Corte 1
O/C	T	F		24.5					419	Corte 1
O/C	SC	F			26.75		39.96	31.9	288	Corte 1
S	AS	F	38.04	22.02					302	Corte 1
S	AS	F	40	20.9					366	Corte 1
S	AS	F	44.66	27.18					456	Corte 1
S	T	F		31.88					178	Corte 1
S	T	F		25.5					293	Corte 1
S	T	F		25.79					355	Corte 1
S	T	F		28.93					371	Corte 1
S	T	F		30.03					404	Corte 1
S	T	F		25.68					418	Corte 1
S	T	F		33.5					457	Corte 1
S	H	F				30.15			303	Corte 1
S	H	F		35.57		26.42			326	Corte 1
S	H	F		31.3					329	Corte 1
S	H	F		29.09					331	Corte 1
S	H	F		37.37		28.17			382	Corte 1
S	H	NF		52.96		39.29			392	Corte 1
S	H	F		35.6					392	Corte 1
S	H	F							431	Corte 1
S	SC	F			24.1		33.92	26.43	173	Corte 1
S	SC	F			24.18		34.34	30.04	305	Corte 1
S	SC	F			20.38		30.6	25.16	305	Corte 1
S	SC	F			22.92		31.92	28	403	Corte 1
S	SC	F			20.08			26.53	429	Corte 1

FIG. 9 Tabela com as principais medidas dos principais ossos. Taxa: B – *Bos* sp.; O/C – *Ovis/Capra*; O – *Ovis aries*; C – *Capra hircus*; CE – *Cervus elaphus*; S – *Sus* sp. Ossos: AS - astrágalo; H – úmero; T – tíbia; SC – escápula. Estado de fusão: F – fundido; Comp – complexo.

3.1. Fauna Mamalógica

3.1.1. As Taxa

3.1.1.1. *Bos* sp.

Sendo das famílias mais abundantes em São Brás, é inquestionável o peso dos bovinos na produção alimentar desta comunidade. Por somente se ter registado um resto determinado com uma epífise não fundida de uma falange I, remetendo a idade de abate

para uma inferior ao ano e meio (Silver 1969: 252), sendo os demais (Fig. 6) completamente fundidos, o que é coadjuvado com dois dentes soltos M1/2 com um desgaste j e k na escala de Grant, é possível argumentar que tal se possa prender com o papel que os bovinos jogaram na tracção animal e, por conseguinte, na Revolução dos Produtos Secundários (e.g., Greenfield 2010: 33). Todavia, e de forma a robustecer

tal considerando, salienta-se que à idade de abate se deve juntar a existência de paleopatologias motivadas pela tracção, o que não se confirmou.

Apesar da relativa paridade entre os vários tipos diferentes de ossos, salienta-se uma maior frequência para falanges (quatro falanges I e uma falange III) e os astrágalos (cinco exemplares; sem contar com o de auroque).

Dentro dos bovinos foi possível verificar a presença de três restos de auroque: a parte distal de um rádio, um calcâneo fragmentado e um astrágalo. Apesar do estado fragmentado do calcâneo, e por só lhe faltar um pouco da parte distal, é possível estimar o GL em 180 mm. Esta medida aproxima-se a algumas médias verificadas em outros sítios (e.g., Wright – Viner-Daniels 2015: 11, com 194 mm), ultrapassando os valores domésticos (Davis – Mataloto 2012: 76). O astrágalo, através do GLI, destaca-se dos demais valores com cerca de 87,17 mm, bastante acima dos 75 mm de limite do *Bos taurus* postulado por von den Driesch e Boessneck (1976; *apud* Davis – Mataloto 2012). A junção do Bd e do GLI do astrágalo também permitem arribar à mesma conclusão (Fig. 10; *vide* Detry 2007: 184 para mais medições de auroque). O fragmento de rádio bastante fragmentado, impossibilitando estimativas métricas, deixa transparecer imediatamente a sua excepcionalidade se comparado com um seu congénere domesticado, permitindo argumentar que se trata, de facto, de um auroque.

Verifica-se a existência de um astrágalo de *Bos* sp. com marcas de corte inequívocas.

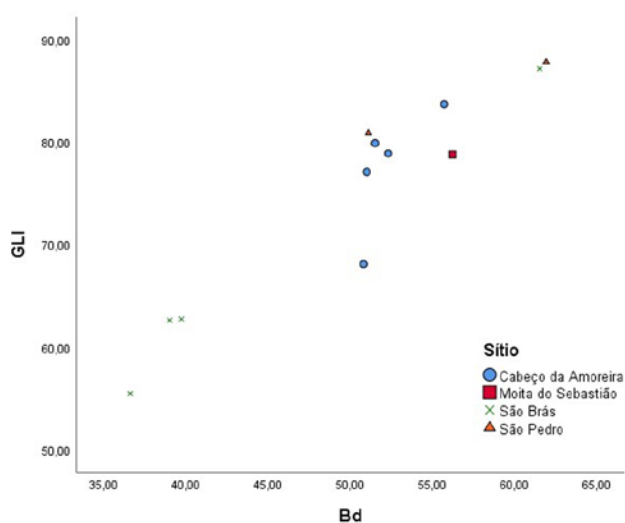


FIG. 10 Dispersão por pontos do Bd e o GLI de astrágalos de *Bos* de São Brás, São Pedro, Cabeço da Amoreira e Moita do Sebastião (Detry 2007).

3.1.1.2. *Cervus elaphus*

Os cervídeos são a principal família em São Brás, destacando-se não só dentro das faunas selvagens como dentro de toda a fauna exumada (25,5% - NRD e 31,3% - NMI). Tal poderá dever-se ao grande aporte de biomassa que a caça de um veado poderia ter, tendo assim um maior *custo-benefício* associado. Os demais recursos do veado também teriam a sua importância, como os utensílios em haste atestam (e.g., Altamirano García 2015).

Foi verificada uma grande quantidade de restos determinados de cervídeos, com natural destaque para 19 astrágalos e, inclusivamente, o resto de uma conexão anatómica preservada devido a processos pós-deposicionais que levaram ao desenvolvimento de concreções ligantes – também já verificadas para as restantes classes artefactuais do sítio.

Somente dois ossos – uma tíbia e um metatarso – têm epífises não fundidas. A hipótese de uma caça virada para a obtenção de animais adultos com uma maior biomassa resulta clara.

No atinente aos dentes, registam-se três mandíbulas: uma com um M3; outra com um DP3 e um DP4; e, por fim, outra com um P2, um P3 e um P4.

De salientar que na comparação das medidas dos astrágalos de São Brás com os de São Pedro, juntamente com os sítios mesolíticos de Muge, verifica-se, em geral, menores valores tanto de GLI como de Bd comparativamente com São Pedro e uma certa aproximação das medidas dos astrágalos mesolíticos junto aos valores de São Brás (Fig. 11-12). Se comparadas as médias dos Bd e do GLI com os demais sítios, verificam-se valores menores que os registados quer para Muge como um todo ou para os seus sítios individualmente (Fig. 11-12). Embora a não especificação do sexo, muitas vezes não possível, tal não obsta o argumento a ser tecido.

Não é de descartar a hipótese deste padrão poder evidenciar uma sobrecaça do veado na região de São Brás (*vide* Davis – Mataloto 2012: 67; Davis – Detry 2013: 300 para esta hipótese aplicada ao Mesolítico ou ainda Milkowski – Wójcik 1984: 345; Klein – Steele 2013: 10912 para o mesmo raciocínio aplicado a outros contextos). Uma maior pressão humana do que verificada em outros sítios face à população selvagem de cervídeos resultou na caça de indivíduos de menor dimensão (*vide* Davis – Detry 2013: 300 para o mesmo cenário no Mesolítico) e, por isso, a menores valores métricos nos restos

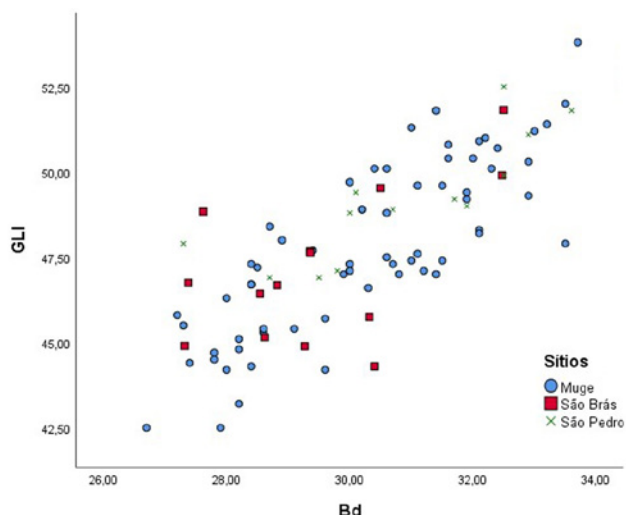


FIG. 11 Dispersão de pontos comparativo do GLI e Bd dos astrágalos de *Cervus elaphus* de São Brás, São Pedro e de Muge. Os sítios de Muge correspondem à Moita do Sebastião, ao Cabeço da Arruda, Cabeço da Amoreira (Detry 2007: 404). Foram aqui compilados sob o signo de Muge por questões de leitura do gráfico.

osteológicos determinados. A grande quantidade de veado comprova a sua importância enquanto uma das principais fontes de aprovisionamento alimentar, assim como de, por exemplo, peles ou hastes. A falta de alimento disponível em fase de crescimento coadjuvada por uma elevada densidade populacional não colhe razões para se apresentar como o móbil do verificado.

Ademais, não é negligenciável a hipótese da área intervencionada em São Brás corresponder a uma zona de trabalho e extracção de elementos específicos dos cervídeos (e.g., tendões das patas para a produção de utensílios), o que só poderá ser corroborado com trabalhos de campo futuros.

3.1.1.3. *Equus* sp.

À semelhança do resto do Sudoeste peninsular, o *Equus* queda-se como uma família muito pouco representada, quer em sítios murados (e.g., Cardoso – Detry 2002; Davis – Mataloto 2012), recintos de fossos (e.g., Costa 2010; Pereira 2016) ou em sítios de fossas (e.g., Delicado *et al.* 2017).

Os três restos determinados de *Equus*, correspondente a duas falange I (uma delas decorada) e a uma falange II – uma das duas excepções ao POSAC –, corresponderão quase certamente a caça, pois o cavalo ibérico não aparenta ter tido um papel preponderante na domesticação geral nesta cronologia (ou em qualquer outra) (Fages *et al.* 2019: 1430). Todas as falanges apresentavam-se fundidas.

SÍTIO	Bd	GLI	
Cabeço da Amoreira	N	35	42
	Média	300,686	474,738
	Mínimo	26,70	42,50
	Máximo	33,50	51,30
	Intervalo	6,80	8,80
	Erro Desvio	168,414	234,022
Cabeço da Arruda	N	22	22
	Média	303,864	479,909
	Mínimo	27,30	44,30
	Máximo	33,70	53,80
	Intervalo	6,40	9,50
	Erro Desvio	200,839	258,123
Moita do Sebastião	N	13	14
	Média	304,231	475,214
	Mínimo	27,90	42,50
	Máximo	33,50	52,00
	Intervalo	5,60	9,50
	Erro Desvio	193,052	325,958
São Brás	N	14	17
	Média	294,629	471,888
	Mínimo	27,32	44,30
	Máximo	32,50	51,82
	Intervalo	5,18	7,52
	Erro Desvio	164,821	220,279
São Pedro	N	13	14
	Média	308,615	493,571
	Mínimo	27,30	46,90
	Máximo	33,60	52,50
	Intervalo	6,30	5,60
	Erro Desvio	183,691	184,337
Total	N	97	109
	Média	302,070	477,817
	Mínimo	26,70	42,50
	Máximo	33,70	53,80
	Intervalo	7,00	11,30
	Erro Desvio	181,710	249,260
	Mediana	302,000	476,800

FIG. 12 Tabela descritiva dos astrágalos de *Cervus elaphus* dos sítios de São Pedro, São Brás e Muge individualmente. Como o problema visual não se coloca em tabelas descritivas, optou-se por também disponibilizar um elemento onde os sítios foram discriminados singulamente.

3.1.1.4. *Canis* sp.

Atesta-se somente um único exemplar de *Canis* sp., atinente a uma falange II fundida. É uma das excepções abertas aos POSACs.

3.1.1.5. *Oryctolagus cuniculus*

O coelho (i.e., *Oryctolagus cuniculus*) faz-se representar somente de um osso determinado: um metatarso fundido. A este acresce um molariforme 5 na mandíbula.

3.1.1.6. *Ovis/Capra*

A presença de caprinos em São Brás é conta com, pelo menos, quatro indivíduos. A sua reduzida expressão pode relacionar-se com uma menor importância destes para a subsistência, face a espécies que aportaram uma maior biomassa, e a uma menor capacidade de se poderem extrair produtos secundários, como a tracção animal (Costeira 2017: 324).

Os restos determinados de caprinos incidiram sobretudo na primeira falange (cinco exemplares) e nos astrágalos (três de *Ovis* e um de *Capra*). Foi possível especificar o *genus* em cinco ossos, sendo dois destes de *Capra* (astrágalo e úmero) e três de *Ovis* (todos astrágalos).

No atinente aos dentes preservados, os de *Ovis/Capra* só são ultrapassados em representação pelos de *Sus* sp., registando-se 14 entradas. Nove são os dentes soltos, sendo a maior parte deles M1/2 (seis dentes), seguindo-se o incisivo, o P4 e o M3 – todos com um exemplar. Os estados de desgaste apontam para um desgaste mediano para a maioria dos casos, com dois M1/2 com 7A, outros dois com 9A e um M1 com 8A; somente um M3 é que apresenta um perfil assaz jovem (1A). Os demais dentes enquadram-se em cinco mandíbulas, onde o DP4, o M2 e o M1 são os mais frequentes. Pelo estado de desgaste dentes lobriga-se já um cenário de abate mais tardio em alguns casos, com dois DP4 com desgaste 14L e um 16L. Há um P4 UE, assim como dois M2 com 4A e um 9A; e, por fim, um M3 6G.

3.1.1.7. *Sus* sp.

A família dos suínos configura-se como a mais bem representada de todo o conjunto, no atinente ao NRD. Salientam-se as falanges I (14), das quais uma trabalhada, os úmeros (11) e os 9 calcâneos.

Partindo das medições dos GLI do astrágalo de *Sus* sp., foi possível concluir que a maioria dos astrágalos se quedam no já verificado não só para São Pedro como também para Leceia e para o Zambujal (Albarella *et al.* 2005: 36 e 38; Davis – Mataloto 2012: 79-80). Ainda assim, e por se encontrar fora do «cluster doméstico» das medidas de Leceia (Albarella *et al.* 2005: 38) e por estar dentro da métrica dos javalis do Mesolítico de Muge (fig. 13), o mais provável é incluir o astrágalo SB1-456-1 como pertencente a um *Sus scrofa*.

A caça de javalis pode também ser o resultado da defesa de campos agricultados, justificado pela fertilidade dos Gabros de Beja próximos de São Brás.

Os suídeos são também a família mais bem representada nos ossos não fundidos, totalizando 17 dos 21 casos verificados. Tal dever-se-á a uma precoce idade de abate motivada pela obtenção de carne, não ultrapassando os 18-24 meses (para as falanges I, que são as que apresentam uma maior taxa de não-fusão – Zeder – Lemoine – Payne 2015: 140). O mesmo já havia sido concluído, por exemplo, para Porto Torrão (Ferreira do Alentejo) (Pereira 2016: 47).

No atinente aos dentes, registam-se 18 entradas – a família mais bem representada nos dentes em São Brás. Destes, nove são soltos, contando-se com dois M1/2 e sete incisivos. As outras nove correspondem a mandíbulas. Nestas, o M1, o M2 e o P4 são os mais abundantes. Os desgastes dos dentes corroboram as conclusões já extraídas para as idades de abate provenientes dos ossos.

3.1.1.8. Carnívoros indeterminados

Verificou-se a existência de dois ossos da ordem *carnívora*, um rádio proximal (excepção ao POSAC) e um metacarpo, não se tendo conseguido apurar a subordem, a família ou a espécie.

A presença indirecta de carnívoros também se constatou através das típicas marcas de dentes num metápode de um bovino doméstico e numa falange I de um suíno.

3.2. Fauna de aves

3.2.1. Anatidae

O único representante dos anatídeos (aves aquáticas) em São Brás é composto por um pequeno fragmento de ulna, não tendo sido possível a classificação à espécie.

3.3. Fauna Malacológica

3.3.1. Terrestre

Só foi possível atestar um único molusco terrestre – o gastrópode *Rumina decollata*.

Por ter originariamente uma distribuição mediterrânica, a sua existência nestas plagas ibéricas queda-se justificada. É provável que corresponda a um elemento intrusivo.

3.3.2. Água doce

Registaram-se oito exemplares de margaritiferas, sem especificação de *taxa* em qualquer dos casos. Todas as partes correspondem a charneiras.

A sua presença é plenamente justificada pela proximidade ao Guadiana – o maior rio na macrorregião já citada. Sendo a distância entre ambos inferior a uma 1 h de marcha (menos de 5 km). A ocasional prática de recolção de moluscos é uma explicação perfeitamente parcimoniosa, aliás evidenciada em outros sítios coevos (*vide* Gabriel - Costa 2017: 734).

3.3.3. Água salgada

A restante malacofauna, correspondente a seis espécimes, divide-se entre a *Ruditapes decussatus* (i.e., amêijoia-fina – dois casos) e uma *Pecten maximus* (i.e., vieira) fragmentada. Os outros três elementos só puderam ser apurados genericamente – dois búzios e uma concha marítima.

Todos estes são forçosamente o resultado da inserção de São Brás em redes de trocas supra-regionais, sendo, no mínimo, provenientes de costas a mais de 50 km (e.g., a foz do Guadiana).

Mais do que redes de trocas especializada em recursos bióticos, considera-se mais parcimonioso que a sua presença nestas redes seja mais um dos elementos que ligariam o interior do Alentejo à costa. Os moluscos, juntamente com sal, cobre, placas de xisto, sílex, etc., terão desempenhado um mesmo papel de produtos nos processos de trocas que ligariam as diversas regiões circundantes (*vide* Coelho 2006: 129-130; Gonçalves 2007: 85; Sousa – Gonçalves 2012; Valera 2017: 118–119).

Ainda assim, os moluscos não têm como apanágio um valor nutricional que permita a subsistência, pelo que o seu transporte terá tido um móbil seguramente fora do plano estritamente «funcional». Sejam vieiras ou amêijoas, outros factores, como o «simples»

consumo de algo externo, não se podendo descurar um possível sentido de *exotica* (passe o anacronismo), podem ter sido importantes. O próprio uso (no caso da vieira) em vestuário, enquanto um elemento de distinção, é uma possibilidade.

Ademais, ainda que infrequente e em variegadas quantidades (*vide* Gabriel – Costa 2017: 734), a presença de vieiras em contextos do 3.º milénio está sobejamente atestada a Sul do Tejo, seja para sítios murados (Gonçalves 1988/1989: 61; Soares 2013: 171), recintos de fossos (Valera – Filipe 2004: 49; Coelho 2006: 114; Cabaço 2014: 94; Almeida – Basílio – Valera 2020: 11), sítios de fossas (Delicado *et al.* 2017: 35) ou em sepulcros (Inácio *et al.* 2010: 82; Valera *et al.* 2014: 40).

3.4. Faseamento da fauna

A redução da presença da fauna na segunda fase do povoado é inegável, o que é concomitante com uma ocupação menos expressiva na segunda metade do 3.º milénio, como aliás acontece no mor dos sítios murados do Sudoeste.

É na primeira fase onde se atesta a maior diversidade e maior abundância faunística. Com efeito, não só é nos planos 6 e 9 onde se exumaram restos de auroque como também é nos planos mais fundos onde há uma maior abundância de malacofauna, seja de água doce ou salgada. A presença de conchas marinhas – como a *Ruditapes decussata* ou os búzios – avigora a possibilidade de que tenha sido precisamente nas suas fases iniciais onde mais se fizeram sentir as redes de trocas e ideias em São Brás, juntando-se estas ao sílex, à pré-forma de foliáceo e ao ídolo-gola.

Os suínos e os cervídeos continuam a ser, globalmente, as espécies mais bem representadas em toda a diacronia, verificando-se planos onde ambos aparecem com grandes percentagens. Tudo isto concorre para fortalecer a ideia de que estes teriam sido axiais na economia e subsistência de São Brás – e nas duas fases.

Aparenta ser tendência uma paulatina subida dos valores do porco face ao veado, ainda que a diferença em planos mais profundos seja algo ténue. Poderá este dado corresponder, de alguma forma, a uma progressiva substituição do veado, que apresentava sinais de sobrecaça, por outra fonte nutritiva?

4. DISCUSSÃO: A CULTURA ENTRE A ANTROPOSFERA E A ZOOESFERA NO 3.º MILÉNIO A.N.E.: UMA ESPECIFICIDADE CULTURAL ATRAVÉS DA FAUNA?

«In der recht entfalteteten Frage liegt das eigentliche metaphysische Begreifen.»

(No correcto desdobramento da questão jaz a compreensão metafísica)

(Heidegger 1983: 273)

Dissertar sobre o peso da *coisa animal* na constituição de Cultura carece, num primeiro plano, de uma dissertação sobre os limites do Homem e da sua alteridade, sob pena de se definir uma via de abordagem sem sustento teórico. Não se procurando uma desenvolva discussão teórica em torno da relação Animal-Homem, pretende-se, todavia, delinear as fundações – nas suas dimensões essenciais – sobre as quais assentarão as propostas de avaliação de especificidade cultural através dos conjuntos faunísticos.

Neste sentido, uma qualquer relação entre a *antroposfera* e a *zooesfera* principia com os meandros da *máquina antropológica* (*sensu* Agamben 2004: 37-38) – que perpetuamente filtra o *inumano* de modo a volvermos *humano* – obrigando assim a uma separação *parcial* com a *zooesfera*. E se parte do comportamento humano tem as suas raízes na *animalidade*, esta separação torna impossível os intentos que procuram uma indagação *zoocêntrica*. Seja na literatura ou na História, estes nunca abandonam a sua *domesticação* pelo discurso: «Toujours un discours de l’homme; sur l’homme; voire sur l’animalité de l’homme, mais pour l’homme, et en l’homme» (Derrida 2006: 60).

A tópica *animal* é, em parte, uma discussão forçosamente *antropocêntrica*: a linguagem remete o *animal* à sua condição enquanto *significante semiótico*, preso, como todo o *nominável*, a ser regido pelos processos da linguagem proposicional e da semiótica.

O próprio termo *animal* contém em si uma inultrapassável aporia: homogeneiza a profunda heterogeneidade da *zooesfera* e os seus múltiplos sentidos –, sendo necessário arrear a semântica ao particular e desprovê-la da sua condição totalizante: «Il faut envisager qu’il y ait des “vivants” dont la pluralité ne se laisse pas rassembler dans la seule figure de l’animalité simplement opposée à l’humanité.» (Derrida 2006: 73). Nesta

senda, a proposta de Derrida na constituição do *animot* (Derrida 2006: 11) logra asseverar a condição da coisa animal enquanto entidade linguística (*ani-mot*), mas remetendo a fonética para o plural de animal (*animaux*).

A questão animal, dessarte, queda-se na condição *intersticial* entre a sua origem não-linguística e a sua necessária *hominização* para ser cognoscível, onde, pela semântica, entra no reino do *representacional*. Mas a Natureza, mais do que servir de pano de fundo (enquanto origem não-linguística), configura-se como uma unidade *poiética*: um Ser organizado (*organisierendes Wesen*) dotado de uma *força formadora* (*bildende Kraft*) que sobrepassa a simples e maquinica *força motriz* (*bewegende Kraft*) (Kant 1922: 237) que, englobando conjuntamente *antroposfera* e a *zooesfera*, torna a sua subdivisão interna impossível, porquanto é a *unidade de um todo* (*Einheit eines Ganzen*), não sendo cifrável fora dessa *unidade sem limites* (*grenzstrichlosen Einheit*), mas somente enquanto uma *onda dentro da totalidade desse fluxo* (*nur als Welle jenes Gesamtstromes*) (Simmel 2007: 21).

Alfim, o animal não é – nem pode – ser parte divisível da Natureza. Uma análise que procure, ainda num intento *zoocêntrico*, partir do entorno do animal para ascender à humana olvida a impossibilidade de aceder a regimes cognitivos alheios. Do mesmo modo, arribar a uma *neutralidade de espécie* (*species neutrality*) é uma aporia biosemiótica (Mäekivi – Maran 2016).

Procurar indagar na *animalidade* e no seu entorno é, ontologicamente e para além do já exposto, uma empresa impossível, pois tal necessariamente constrói uma *hierarquia*, onde a coisa animal é subjugada pelo pensamento humano (Cimatti 2020: 30). Destarte, a *animalidade* configura-se, em parte, como uma *tentativa inumana* de olhar para o mundo do ponto de vista do próprio mundo (Cimatti 2015: 44).

O Humano, na sua qualidade enquanto *formador-de-mundo* (*Weltbildend*), não consegue aceder à esfera mental de algo *pobre-em-mundo* (*Weltarm*) (Heidegger 1983: 273), pelo que as insofismáveis diferenças fazem de qualquer intento de *humanizar* o animal não-humano – elevando-o a par ontológico – numa obliteração da sua radical alteridade (Cimatti 2020: 6).

Que não se tome esta exposição introdutória como um argumentário *especista*: estes são, não obstante as diferenças ontológicas, *subject-of-a-life*, onde são o *centro da sua experiência* (*experiencing center of their*

lives) e merecedoras de uma moral (Regan 2003: 93), alargando-se a *esfera da equidade moral* (Cavaliere – Singer 1993: 1). Mas a via da Moral, e porque a questão animal é antropocentricamente indissociável desta, não pode servir de ponte entre o Humano e o Animal não-humano nem de base para um ensejo de igualdade ontológica: o animal não-humano representa a *différence en elle-même* (Cimatti 2020: 26) – «La différence est cet état de la détermination comme distinction unilatérale.» (Deleuze 1993: 43) –, pelo que o abismo entre ambos não é cabalmente transponível. Tal não implica, por outro lado, que estes estejam totalmente desprovidos da potencialidade de agirem *moralmente* (vide Monsó – Benz-Schwarzburg – Brethorst 2018 para uma discussão das consequências teóricas da moralidade animal não-humana): são, por isso, *sujeitos morais* (*moral subjects*), embora não sejam *agentes morais* (*moral agents*): «[...] something that acts for moral reasons and can be morally assessed — praised or blamed, broadly understood — for what it does.» (Rowlands 2019: 8).

O discurso que dimana das ciências naturais em muito contribuiu para que a *zoosfera* volvesse um *produto passivo* (passive and law-bound products of the laws of living matter) (Noske 1994: 262) e a Natureza se visse reduzida a um *objecto técnico* (Noske 1994: 261), malogrando os argumentos que procuram ultrapassar o *antropocentrismo* – passando essencialmente por dotar o animal de propriedades frequentemente associadas ao Humano – discutir a diferença ontológica entre ambos. Por outro lado, admitir que o Humano comunga de uma certa *animalidade* é especialmente significativo para as relações entre as esferas, mas não implica revogar a totalidade das ontologias que neles ainda entrevêm diferenças substanciais (cf. Firenze 2019). Ademais, queda-se patente nos registos funerários a possibilidade de casos de hibridização entre Homem-Animal não-humano, havendo restos osteológicos humanos em conexão com ossos animais não-humanos, como (possivelmente) na Anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz) (Gonçalves 2003: 89).

Do ponto de vista teórico, a Arqueologia tem também ela contribuído para a discussão desta tópica (vide Watts 2013). A alvorada da arqueologia relacional descentrou o *humano* enquanto o exclusivo veículo epistémico para o diluir numa hoste de *corporalidades*

relacionais – sejam elas humanas, de animais não-humanos, plantas ou artefactualidades. Uma indagação na *relação* logra dotar o *inumano* de *agência*, alumando, por exemplo, a questão da relação entre o Humano-Animal não-humano (e.g., Argent 2010). Do mesmo modo, a abertura a cosmogonias não-ocidentais (e.g., de Castro 1998) acrescentou um renovado acervo para o pensamento da *coisa arqueológica*, reforçando as potencialidades da arqueologia relacional.

Todavia, a abertura à agencialidade não-humana e as vias de análise que ela inaugura não deve ser confundida com uma paridade ontológica entre os elementos envolventes. Estes processos relacionais não alteram a condição humana enquanto *formador-de-mundo* (*Weltbildend*), o animal não-humano enquanto *pobre-em-mundo* (*Weltarm*) e o inanimado como um *sem-mundo* (*Weltlos*). As hermenêuticas relacionais imbricam o mundo em densas teias, desvelando as simbioses que constituem, mas malogram estabelecer equivalências ontológicas.

Posto isto, como indagar, portanto, sobre a questão *animal* para a avaliação de uma especificidade cultural?

A solução queda-se numa sondagem da *máquina antropológica* (*sensu* Agamben 2004: 37-38): na relação Homem-Animal, compreender o que é *filtrado* e *não-filtrado*, com as suas naturais consequências comportamentais e estruturais, volve o cerne da questão que, por ser profundamente *humana*, desvela a sua componente cultural. Entende-se *Cultura* como uma totalidade politética em *fluxo* – mas fora de uma sistémica processual (cf. Clarke 2015) –, resistindo à *estaticidade ontológica*, constituindo-se «em relações e de relações» (Sedda 2015: 679): *é uma totalidade em processo, configurando e reconfigurando-se na medida dos seus contactos* (Clifford 1980: 220) e, *acrescente-se, evolução interna, desenvolvimento social, mágico-religioso, «económico»* (vide Sahlins 2017: 68–9), «*político*», *assim como também uma forma de leitura de signos.*» (Agosto 2021: 100).

No papel das especificidades culturais, o foco de abordagem pela *máquina antropológica* deverá incidir na gestão dos recursos bióticos – cuja diferença não se queda exclusivamente no determinismo ecológico – podendo ser sintomática não só de uma *rede de dependências* – um vero *entanglement* (Latour 2005; Hodder 2012; 2016) – como de uma atitude

mental que privilegia uns em detrimento de outros. Remeter a interacção com a *zoosfera* para o domínio da mera satisfação nutricional tem como correligionário a produção artefactual ser exclusivamente direccionada para a supressão de «material and social constrains» (Mahias 1993: 167), reduzindo a complexidade humana a um só factor. Ademais, a *animalidade* enquanto entidade excede os limites da Biologia ou da Geologia (Cimatti 2015: 42).

No atinente aos indicadores materiais (parcos, em pré-história) para a persecução da empresa em mãos, e sem não fazer da *zoosfera* uma entidade separada da Natureza, é necessário não só *humanizar* a gestão biótica, concedendo-lhe *peso* e *substância* no percurso da complexidade social e narrativa do 3.º milénio a.n.e., como também sondar o papel da Revolução dos Produtos Secundários nas dinâmicas históricas.

Por conseguinte, se se divisar em *Terra de Serpes* ou região contígua, em realidades coevas, um padrão de gestão biótico semelhante *não motivado exclusivamente pela ecologia*, é possível alvitrar alguns indícios de especificidade cultural. Mas esta tópica não se esgota na simples avaliação do papel estrutural da Revolução dos Produtos Secundário em São Brás ou de comparação com outros contextos: o *entanglement* criado pelos recursos bióticos, que em muito ultrapassa a nutrição, dota o (pré-)historiador de um elemento importante para a persecução deste questionário. Assim, o espectro de análise terá de incidir na totalidade da fauna presente neste e noutros contextos.

4.1. São Brás e a Revolução dos Produtos Secundários

Desde a sua formulação inicial (Sherratt 1981; 1983; 1987) que a relação dos produtos secundários ocupou um pouco por todo o *Velho Mundo* um papel axial nas soluções hermenêuticas dos pré-historiadores para a compreensão das comunidades camponesas.

Baseando-se quer em indícios arqueográficos como em iconografia pré-histórica, Sherratt advogara que em certo período de desenvolvimento das comunidades camponesas euroasiáticas os animais deixaram de ser somente utilizados para a obtenção de produtos primários, definido então como um produto que só pode ser extraído uma vez (como a carne), para serem explorados por uma outra nova pléiade de recursos extraíveis várias vezes ao longo da vida do animal.

Contam-se como principais neste modelo a lã, o leite e a não menos importante *força animal* para a tracção.

No actual Sul português, o uso das ideias protagonizadas por Sherratt teria o seu começo, uma vez mais, nos estudos de Victor Gonçalves para o Alto Algarve Oriental (Gonçalves 1989), onde se elencava nos produtos secundários o principal mecanismo de sustento das comunidades que desbravavam e ocupavam territórios até então inocupados, num processo apodado de *enxameamento* (vide Gonçalves 1989: 409).

Volvidos 30 anos, a ideia de uma *revolução dos produtos secundários* tem perdido tracção nos estudos pré-históricos, em muito motivado pelos crescentes *corpora* empíricos e de datações absolutas, então não existentes, permitindo colocar sérias questões ao modelo primevo (e.g., Harrison 1985; Vigne – Helmer 2007; Greenfield 2010; Halstead – Isaakidou 2011; Marciniak 2011; Greenfield – Arnold 2015; Gaastra – Greenfield – Vander Linden 2018; Cubas *et al.* 2020). Um maior conhecimento das especificidades locais, fruto do desenvolvimento de trabalhos sobre Pré-História um pouco por toda a Europa, tem sido a chave, e numa lógica de *bottom-up*, para interrogar o modelo.

Não se crê, todavia, que seja proveitoso em tão acutilante modelo que logra vislumbrar a *longue durée* preteri-lo em nome vias hermenêuticas mais frágeis e de menor alcance. E se numa lógica Kuhniana (vide Kuhn 2012) o modelo original se pode encontrar sitiado pelas críticas, é também verdade que o *mecanismo dialéctico* que o caracteriza advoga que, ante as interrogações, o modelo será suplantado por outro que já terá em conta as falhas do seu antecessor, corrigindo-as. Mesmo maculado, o esquema interpretativo de Sherratt preserva a sua relevância, sendo paragem obrigatória em todo o trabalho que procure compreender as sociedades camponesas da *Velha Europa*.

Em verdade, não mais é possível afirmar que se tenha tratado de uma revolução – pelo menos na sua acepção temporal –, nem que sequer que os produtos secundários tenham entrado em cena simultaneamente (e.g., Vigne – Helmer 2007; Greenfield 2010: 46; Halstead – Isaakidou: 2011; Marciniak 2011: 126–127; Greenfield 2015; Greenfield – Arnold 2015: 21; Cubas *et al.* 2020).

O que se verifica, e regressando ao extremo Ocidente ibérico, é que desde a alvorada do Neolítico até ao 3.º milénio a.n.e. um conjunto de produtos

secundários foram ingressando no modelo de complexidade social que então entrava no seu *meio-dia*. Mais do que uma revolução, e numa metáfora bastante afecta a Portugal, a revolução dos produtos secundários foi, na verdade, um *Processo Revolucionário em curso dos Produtos Secundários* – doravante *PREseC*.

Neste ensejo, vislumbram-se especificidades regionais – típicas de qualquer processo. Vislumbram-se especificidades contextuais – obrigatórias em toda a realidade humana. Vislumbram-se «avanços» e «recuos» – forçosos em todos os movimentos não-lineares. No fundo, neste eixo pendular que é a complexidade social o desenvolvimento dos *meios de produção* foi seguramente pontilhado pelo *PREseC*, assim como para todos os outros aspectos da vida quotidiana (*vide* Greenfield 2010: 30). E em todas estas dimensões, o 3.º milénio a.n.e., que na verdade começou nos finais do 4.º (alhores apodada de *take-off* – Valera 2018: 213-219; 2019: 1042-1046), é o seu zénite: o seu expoente máximo que só findaria com o ocaso de uma história milenar, onde a sua base Neolítica seria suplantada por algo que a pré-história, em todos os seus salutareos intentos, ainda procura compreender.

Regressando às plagas transtaganas, e numa leitura do corpo empírico *supra* descrito, consegue-se deslindar São Brás enquanto um povoado com indeléveis traços de uso de produtos secundários, neste caso, mormente aplicados à exploração agrícola (i.e., uso tracção animal).

Com efeito, verifica-se para a fauna domesticada uma idade de abate precoce para os porcos, o que é condicente com um cenário que privilegia a extracção de carne. Os escassos exemplares de *Ovis/Capra* denunciam que a exploração de cabras para obtenção de leite deverá ter sido reduzidíssima – o que é corroborado pela ausência de queijeiras (cf. Parreira 1983: 159 para o único fragmento de queijeira conhecido), cuja infrequência é aliás típica para o 3.º milénio do Sul (*vide* Costeira 2017: 275). Exclui-se também a exploração da lã da ovelha para a tecelagem, não havendo evidências que o comprovem nestas cronologias (Shishlina – Orfinskaya – Golikov 2003: 339; Greenfield 2010: 36; Costeira 2017: 324; *vide* Sousa 2021: 407-411). Por outro lado, a quase totalidade dos bovinos evidenciados em São Brás denotam idades de abate mais avançadas, concordantes no seu emprego para a tracção animal em campos agrícolas – um elemento fundamental na *PREseC*.

Para as faunas selvagens, e ainda que num grau de intensidade incomparavelmente mais reduzido que os cervídeos, a caça do cavalo selvagem – que provavelmente não estaria domesticado – foi também uma fonte de alimento, peles, ossos, sangue, etc., para as comunidades de São Brás.

Dessarte, São Brás evidencia a sua integração na *PREseC* pelo aproveitamento da tracção animal, ainda que não verifique elementos adicionais desta realidade – como o leite, o queijo, a lã, etc.

Alfim, é apanágio de São Brás um conjunto de actividades produtivas (no que aos recursos bióticos é atinente) mormente garantida pelos cervídeos e suínos – para a carne – e pelos bovinos para a agricultura, por mais que o seu aporte cárnico não tenha sido despiendo.

Este cenário tem o seu maior paralelo, e ainda que já fora do Centro-Sul actualmente português, com Junta de los Rios, ainda que por arrazoados distintos dos que aqui se apresentam (Abril *et al.* 2008). Tal poderá dever-se por ambos estarem numa região interior da península, onde aparenta haver uma maior presença de cervídeos (Davis – Mataloto 2012: 74). A resposta, porém, pode não se quedar no simples e redutor *determinismo ecológico*. E se é possível gizar algum cotejo com as realidades do «bairro metalúrgico», não é despiendo interrogar se ambos os sítios possam ter tido, numa lógica de *peer polity* (*vide* Renfrew 1986), um papel semelhante no cenário regional.

4.2. São Brás na sua relação com a gestão biótica do Sudoeste peninsular

Se os elementos da *PREseC* em São Brás não destoam do já conhecido no Sudoeste ibérico, a situação de sobrecaça de cervídeos configura-se como singular no cenário então conhecido da arqueozoologia do 3.º milénio a.n.e. A situação acresce se se tiver em consideração que os cervídeos, no geral, tiveram um grau de caça constante desde a alvorada do Neolítico até ao final do Calcolítico (Valente – Carvalho 2014: 3). Ainda que o veado seja, *grosso modo*, a espécie mais caçada quer na Estremadura como no Sul (*idem*: 8), mostrando que estas regiões poderiam já dispor consideráveis populações de cervídeos, a situação de sobrecaça é assaz anómala. E se já se verificou uma maior actividade cinegética na segunda metade do 3.º milénio a.n.e. no Sul (Cardoso 2013: 504; Valente – Carvalho

2014: 11; Pereira 2016: 43), a mor da ocupação do sítio evidencia-se na primeira metade, ainda que a sua ocupação na segunda metade tenha existido.

Resulta claro que o veado deverá ter-se constituído como uma *presa de elevado valor* (numa acepção funcional), rarefazendo-se a sua presença no ecossistema pela sua excessiva caça (Reitz – Wing 2008: 326). Tal poderá dever-se não só ao seu aporte cárnico como, também, nas peles, alguns ossos e no uso das suas hastes nas *cadeias operatórias* da indústria lítica – enquanto cabo/manga (Cardoso – Gradim 2009: 11; Cardoso 2020: 110), percutor (*vide* Moreno-García 2013: 336; Altamirano García 2015: 27) ou perfurador nas *chaîne opératoire* dos artefactos de adorno (Tátá *et al.* 2014). É possível que o veado tivesse sido substituído por fauna com um rácio *custo/benefício* menor devido à sua escassez em fases posteriores – conforme enuncia a *foraging theory* (*vide* Stephens – Krebs 1986). A inópia de cervídeos poderá ter conduzido a uma *resource depression*. E, até, a uma possível disrupção nas cadeias alimentares do ecossistema (Jones 2013: 356).

Numa perspectiva menos *processual*, é indubitável a presença do veado nas cosmogonias estremenhas e transtaganas, como a sua presença nas decorações campaniformes estremenhas (Pereira – Bubner 1974/1977: Est.III; Cardoso *et al.* 1996: 58; Soares 2003: 120), ou o seu uso para a produção de falanges decoradas comprovam (Costeira – Mataloto 2016: 76). As possíveis de deposições intencionais de hastes de cervídeo em contextos concretos – quer em não-sepulcrais (Costeira – Mataloto 2016: 77; Delicado *et al.* 2017: 42) como em sepulcrais (Viana 1953: 243; Boaventura 2009: 87, 155, 181) – acalentam a urdidura geral. A sua presença na arte-rupestre da macrorregião também não é de somenos (e.g., Bacelar 2013: 518, ainda que de uma cronologia ligeiramente mais avançada), não correspondendo o veado a outros desígnios do estritamente funcional e de gestão *ecossistémica* das faunas locais.

Não é possível lobrigar o peso que um microclima mais quente – enquadrado num cenário já de si de maiores temperaturas (*vide* Walczak *et al.* 2015; Schröder *et al.* 2018) – possa ter na menor dimensão destes animais, conforme a lei de Bergmann postula (Bergmann 1847).

São Brás, assim como São Pedro (Davis – Mataloto 2012) ou Junta de los Rios (Abril *et al.* 2008), queda-se em pleno contraste com o verificado quer para as

plagas transtaganas como para as mais setentrionais da Estremadura portuguesa, onde a fauna doméstica em muito domina os conjuntos (e.g., Cardoso – Detry 2002; Moreno-García – Sousa 2015a; 2015b; Detry *et al.* 2020). Para além disto corresponder claramente a duas formas de gestão dos recursos bióticos que implicam distintas estruturas de índole *varia*, a questão do *espaço* e do nível de *artefactualização da paisagem* (*vide* Mateus 2004) não deve ser negligenciada. Deveras, parte do móbil para percentagens tão expressivas de fauna selvagem pode prender-se com uma menor pressão humana no território (Davis – Mataloto 2012: 53), o que se torna de difícil apreço num território como o da *Terra de Serpes*, onde a abundância de sítios é contrastada pela indefinição que ainda sobre eles paira.

Numa escala mais cerca de São Brás, os estudos faunísticos não apontam para valores semelhantes na gestão biótica, salvante os supramencionados (já um pouco mais distantes) São Pedro e Junta de los Rios.

No atinente ao mundo negativo, Alto de Brinches 3 – sítio de fossas com mais de 63 estruturas negativas calcólicas –, embora com uma amostra faunística não muito distante de São Brás (183 para o 3.º milénio), tem uma preponderância da fauna doméstica e com os cervídeos a rondar somente os 16% (NRD) e os 19% (NMI) (Delicado *et al.* 2017: 36). São Jorge de Ficalho não dispõem de qualquer exemplar de cervídeos (Cardoso 1994), mas a intervenção de pequena escala (Soares 1994; 1996) e, por isso, com uma amostra faunística muito reduzida acomete de forma inexorável o sítio de um problema estatístico: o princípio da *regressão à média*, ou *regressão à mediocridade* (Everitt – Skrondal 2010: 363-364) (i.e., uma maior amostra conduz paulatinamente a uma aproximação ao *centro de distribuição*, e vice-versa).

Casa Branca 7 – povoado aberto da transição do 4.º para o 3.º milénio a.n.e. que pouco dista de São Brás – também não revela níveis de caça de cervídeos de forma alguma considerável (Costa, anexo V, *apud* Rodrigues 2006: 59).

Saindo da *Terra de Serpes* mas ainda na margem esquerda do Guadiana, os valores para o povoado do Mercador distanciam-se substancialmente nos cervídeos (8,8% *versus* 25,5%) (Moreno-García, 2013, p. 332). No Moinho de Valadares os valores dos cervídeos são ofuscados pela amostra de pouca dimensão (Valente 2013: 359). Os escassíssimos conjuntos faunísticos

do Porto das Carretas (Cardoso 2013) e do Monte do Tosco (Pajuello 2013) não permitem qualquer estudo comparativo.

No resto do Sul português, o cenário não é sobremaneira distinto do já esboçado, como em Monte da Tumba (Antunes 1987), Montoito 2 (Costa – Mataloto 2017: 751), Porto Torrão (Arnaud 1993: 44-45 e 59; Pereira 2016: 46), Paraíso (Mataloto *et al.* 2012: 61), Monte das Cabeceiras (Almeida *et al.* 2022: 50) ou Perdigões (Costa 2010: 73).

E se uma revisão de literatura não permite confirmar, numa malha geográfica um pouco mais restrita, quaisquer paralelos com a situação atestada em São Brás, a ausência de qualquer padrão – aliada a natural variabilidade nos conjuntos de diferentes sítios – tornam a avaliação de uma putativa especificidade cultural um exercício de especial fragilidade. Ademais, para além dos poucos conjuntos faunísticos conhecidos – especialmente no extremo Sul – a concentração de cervídeos em São Brás pode ser paralelizável com o verificado no Mercado, onde o sector 3 apresentava uma percentagem anómala de 26,1% (Moreno-García 2013: 332) – ainda que não seja cotejável com nenhuma situação de sobrecaça, como em São Brás.

5. SÚMULA

O conjunto faunístico do Cerro dos Castelos de São Brás atestava cerca de 3214 fragmentos fauna mamalógicos com um de ave, 39 restos de malacofauna sendo 15 fragmentos identificáveis. porém, destes, e aplicando a metodologia dos POSAC (Parts Of Skeleton Always Counted) (Davis 1992; 2002: 30–33), este número decresce para 218, sendo 220 o número de restos determinados verificados.

Das 15 categorias mamalógicas atestadas, os suídeos compõem cerca de 43,2% do NRD, seguindo-se os cervídeos (25,5%), os 13,2% de caprinos e os 8,6% de bovinos.

Durante toda a diacronia, os suídeos foram a espécie mais bem representada no registo, seguindo-se os cervídeos, não obstante se verifique uma paulatina subida dos valores do primeiro face aos segundos.

Contrariando a tendência da maioria dos conjuntos faunísticos do terceiro milénio a.n.e. no Centro e

Sul de Portugal, o conjunto apresentava uma maioria de fauna selvagem face a doméstica. Nesta, destaca-se claramente a percentagem de cervídeos dos demais, compondo cerca de um terço total do conjunto (31,3% - NMI) e 59% do NMI de toda a fauna selvagem.

Verifica-se uma inusitada situação de sobrecaça de cervídeos somente paralelizável com o atestado no Mesolítico – conforme os valores biométricos sustentam.

Os suídeos, estando bem representados no conjunto, são a família que apresenta as idades de abate mais precoces, cujo móbil poderá ter sido a obtenção de carne. Em sentido contrário, os bovídeos, que também são expressivos, têm idades de abate bastante avançadas que apontam para um cenário exploração de tracção animal.

Nas demais famílias, os ovicaprinos e os equídeos encontram-se muito pouco representados. Os anatídeos e os leporídeos são os mais sub-representados, contando com um a dois restos determinados (respectivamente).

Na fauna malacológica verificou-se a presença de margaritiferas, facilmente explicável pela sua grande proximidade com o Guadiana. Por outro lado, a presença de malacofauna de água salgada (*Ruditapes decussatus* e *Pecten maximus*) confirma, pela fauna, a inserção do sítio das redes de troca que ligavam as costas marítimas com o interior alentejano.

A primeira fase de ocupação – correspondente à primeira metade do 3.º milénio – é coincidente com uma maior diversidade e maior abundância de resto os faunísticos. Ademais, é nestes planos que se atestam os remanescentes de malacofauna, incluindo os de água salgada, como também os restos osteológicos de auroque.

Verifica-se uma redução da presença da fauna na segunda fase do povoado, o que acompanha aliás a menor intensidade de ocupação do espaço durante a segunda metade do 3.º milénio a.n.e.

Uma primeira tentativa de teorização sobre o questionário estabeleceu a intransponível diferença ontológica entre o Homem e o Animal, sendo o primeiro *formador-de-mundo* (*Weltbildend*) e o segundo *pobre-em-mundo* (*weltarm*). Sendo impossível uma visão zoocêntrica desta tópica, arribou-se que o *contraste* e a *diferença*, através das faunas, são informados pela

gestão biótica, que tem de ser humanizada para servir de indicador, assim como sondando o papel da Revolução dos Produtos Secundários nas dinâmicas históricas do 3.º milénio a.n.e.

No atinente à Revolução dos Produtos Secundários, reavaliou-se e reconceptualizou-se a *estrutura* (*sensu* Braudel 1959: 731) na sua dimensão temporal e na intensidade – não se configurando como um fenómeno de curta duração e não tendo os produtos secundários entrado em cena sincronicamente –, rebaptizando-a de *Processo Revolucionário em curso dos Produtos Secundários (PREseC)*.

Avaliou-se a inserção de São Brás na *PREseC*, tendo-se vislumbrado indeléveis traços de uso de produtos secundários essencialmente no uso da tracção animal – justificado pela idade de abate dos bovídeos. Por outro lado, não é possível concluir a exploração de ouvir caprinos para a obtenção de leite. Do mesmo modo, escassas são as evidências da exploração da lã de ovelha para a tecelagem nestas cronologias.

No atinente à gestão biótica em São Brás não se dispõe de avultados paralelos. Enquanto a situação de uma presença significativa de cervídeos – e uma maioria da fauna selvagem face à doméstica – tem pouco de cotejável (salvante São Pedro e Junta de los Rios), a situação de sobrecaça não encontra semelhança. Porém, nos demais elementos não se evidencia qualquer padrão historicamente significativo que justifique cabalmente uma putativa especificidade cultural. Os poucos estudos de conjuntos faunísticos, especialmente no Baixo Alentejo e Algarve, são também um factor decisivo para ausência de base empírica.

Alfim, a natural variabilidade entre valores entre os diferentes conjuntos faunísticos no Sudoeste peninsular, e faltando um outro meio que permita desvelar um padrão ainda não vislumbrável, fazem com que este tentame – i.e., o de deslindar uma especificidade cultural através da gestão biótica e na inserção na *PREseC* – malogre. Ainda assim, não deixa de ser este intento como um primeiro raio que, embora deficitariamente, alumia a tópica. Mas a luz – ainda que, por ora, pouco clara – não deixa de luzir sobre as hermenêuticas onde se entrevê uma putativa especificidade cultural. E – com o correr do tempo – nada há de mais pervasivo que a luz.

Agradecimentos

Há que agradecer à Câmara de Serpa e a Rui Parreira pela cedência dos materiais e todo o apoio logístico no seu estudo. Agradece-se igualmente a Cleia Detry pela sua insubstituível ajuda, bibliografia e comentários durante a redacção do presente texto, ao Daniel Carvalho e ao Miguel Calado pelas revisões e sugestões ao manuscrito e, por fim, aos dois revisores anónimos pelos prestáveis contributos.

Bibliografia

- ABRIL, D. – NOCETE, F. – BAYONA, M. R. – LIZCANO, R. (2008) – Prácticas sociales asociadas al patrón de consumo alimenticio en el poblado de la Junta de los Ríos (Puebla del Guzmán, Huelva). *Rampas*, 9: 55-90.
- AGAMBEN, G. (2004) – *The Open: Man and Animal*. Stanford.
- AGOSTO, F. (2021) – *O Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa) no 3.º milénio a.n.e.: materialidades e problemáticas de uma especificidade cultural no extremo Sul do Sudoeste ibérico*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- ALBARELLA, U. – DAVIS, S. – DETRY, C. – ROWLEY-CONWY, P. (2005) – Pigs of the “Far West”: the biometry of *Sus* from archaeological sites in Portugal. *Anthropozoologica*, 40(2): 27-54.
- ALMEIDA, N. J. – BASÍLIO, A. C. – SILVA, C. – SOARES, A., M. – BORGES, N. (2022) – Faunal Remains manipulation during the Chalcolithic in Pits 13, 16 and 54 from Monte das Cabeceiras 2 (Beja, Southern Portugal). *Zephyrus*, 88: 41-64.
- ALMEIDA, N. J. – BASÍLIO, A. C. – VALERA, A. C. (2020) – The faunal record from Santa Vitória (Campo Maior): an initial appraisal based on the remains from 2018 and 2019 excavations. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 14: 9-16.
- ALMEIDA, N. J. – VALERA, A. C. (2021) – Animal consumption and social change: the vertebrates from Ditch 7 in the context of a diachronic approach to the faunal remains at Perdígões enclosure (3400-2000 BC). *Archaeofauna*, 30: 75-106.
- ALTMIRANO GARCÍA, M. (2015) – Hueso, asta y marfil: manufactura de artefactos durante el III milenio a.C. en el poblado de Los Castillejos (Montefrío, Granada). *SAGVNTVM. Papeles Del Laboratorio de Arqueología de Valencia*, 46: 21-40.
- ANGELUCCI, D. (2003) – A partir da terra: a contribuição da Geoarqueologia. In MATEUS, J. E. – MORENO-GARCÍA, M. (ed.) – *Paleoecologia Humana e Arqueociências: um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura*. Lisboa (Trabalhos de Arqueologia 29). Lisboa: 35-84.
- ANTUNES, M. T. (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. IV - Mamíferos (nota preliminar). *Setúbal Arqueológica*, VIII: 103-144.
- ARGENT, G. (2010) – Do the clothes make the horse? Relationality, roles and statuses in Iron Age Inner Asia. *World Archaeology*, 42(2): 157-174.
- ARNAUD, J. M. (1993) – O Povoado calcolítico do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas. *Vipasca*, 2: 41-60.

- BACELAR, L. (2013) – A rocha gravada de Aguaita 7. In VALERA, A. C. (ed.) – *As sociedades agropastoris na margem esquerda do Guadiana (2.ª metade do IV aos inícios do II milénio AC)*. Beja: 505-538.
- BERGMANN, C. (1847) – Über die Verhältnisse der Wärmeökonomie der Thiere zu ihrer Grösse. *Göttingen Studien*, 3: 595-708.
- BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- BRAUDEL, F. (1959) – Histoire et Sciences sociales: la Longue durée. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 14(4): 710-718.
- CABAÇO, N. (2014) – O registo faunístico de Bela Vista 5 (Mombaja, Beja). In VALERA, A. C. (ed.) – *Bela Vista 5. Um recinto do final do 3.º milénio a.n.e. (Mombaja, Beja)*. Lisboa: 87-94.
- CARDOSO, J. L. – DETRY, C. (2002) – Estudo arqueozoológico dos restos de ungulados do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 10: 131-182.
- CARDOSO, J. L. – GRADIM, A. (2009) – A Anta do Malhão (Alcoutim) e o “Horizonte de Ferradeira”. *XELB*, 10: 11-30.
- CARDOSO, J. L. – LEITÃO, M. – FERREIRA, O. da V. – NORTH, C. T. – NORTON, J. – MEDEIROS, J. – SOUSA, P. F. de (1996) – O monumento pré-histórico de Tituarua, Moinhos da Casela (Mafra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6: 135-194.
- CARDOSO, J. L. (1994) – Os restos de grandes mamíferos do povoado neolítico da igreja de S. Jorge. *Vipasca*, 3: 51-55.
- CARDOSO, J. L. (2013) – A fauna do povoado Calcolítico do Porto Das Carretas. In SOARES, J. – *Transformações sociais durante o III milénio AC no Sul de Portugal: o povoado do Porto das Carretas*. Beja: 502-505.
- CARDOSO, J. L. (2020) – Os artefactos de pedra polida do povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras, Portugal). In VILAÇA, R. – AGUIAR, R. S. (eds.) – *(I) mobilidades na Pré-História: pessoas, recursos, objectos, sítios e territórios*. Coimbra: 91-133.
- CAVALIERI, P. – SINGER, P. (1993) – Preface. In CAVALIERI, P. – SINGER, P. (eds.) – *The Great Ape Project: Equality Beyond Humanity*. New York: 1-3.
- CIMATTI, F. (2015) – Ten Theses on Animality. *Rivista Di Filosofia*, 11(18): 41-59.
- CIMATTI, F. (2020) – *Unbecoming Human: Philosophy of Animality after Deleuze*. Edimburgo. CLARKE, D. (2015) – *Analytical Archaeology*. Oxford.
- CLIFFORD, J. (1980) – Orientalism by Edward W. Said. *History and Theory*, 19(2): 204-223.
- COELHO, M. (2006) – *A fauna malacológica de Porto Torrão: os moluscos no Neolítico final/Calcolítico do Sul de Portugal*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- COSTA, C. – MATALOTO, R. (2017) – Contributos para o conhecimento da componente animal dos recintos de fossos Calcolíticos. A fauna vertebrada de Montoito 2. In ARNAUD, J. M. – MARTINS, A. (eds.) – *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: 741-751.
- COSTA, C. (2010) – Os restos faunísticos de animais vertebrados do sector I dos Perdígões (Fossas e Fossos 3 e 4). *Apointamentos de Arqueologia e Património*, 6: 53-74.
- COSTEIRA, C. – MATALOTO, R. (2016) – Gestos do simbólico, I: “ídolos”, idóliciformes, figuras e representações do “sagrado”(?) nos povoados do IV / III milénios a.n.e. de São Pedro (Redondo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 19: 63-86.
- COSTEIRA, C. (2017) – *No 3.º milénio a.n.e., o sítio de São Pedro e as dinâmicas de povoamento no Alentejo Médio*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- CUBAS, M. – LUCQUIN, A. – ROBSON, H. K. – COLONESE, A. C. – ARIAS, P. – AUBRY, B. – BILLARD, C. – JAN, D. – DINIZ, M. – FERNANDES, R. – FÁBREGAS VALCARCE, R. – GERMAIN-VALLÉE, C. – JUHEL, L. – LOMBERA-HERMIDA, A. – MARCIGNY, C. – MAZET, S. – MARCHAND, G. – NEVES, C. – ONTAÑÓN-PEREDO, R. – RODRÍGUEZ-ÁLVAREZ, X. – SIMÕES, T. – ZILHÃO, J. – CRAIG, O. E. (2020) – Latitudinal gradient in dairy production with the introduction of farming in Atlantic Europe. *Nature Communications*, 11: 2036.
- DAVIS, S. – DETRY, C. (2013) – Crise no mesolítico: evidências zooarqueológicas. In ARNAUD, J. M. – MARTINS, A. – NEVES, C. (eds.) – *Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Lisboa: 297-309.
- DAVIS, S. – MATALOTO, R. (2012) – Animal remains from Chalcolithic São Pedro (Redondo, Alentejo): evidence for a crisis in the Mesolithic. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 15: 47-85.
- DAVIS, S. (1992) – A rapid method for recording information about mammal bones from archaeological sites. *Ancient Monuments Laboratory Report*, 19: 1-14.
- DAVIS, S. (2002) – The mammals and birds from the Gruta do Caldeirão, Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5(2): 29-98.
- DE CASTRO, E. V. (1998) – Cosmological Deixis and Amerindian Perspectivism. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 4(3): 469-488.
- DELEUZE, G. (1993) – *Différence et Répétition*. Paris.
- DELICADO, C. S. – SANTOS, A. B. – PORFÍRIO, E. – SERRA, M. – DETRY, C. (2017) – Alto de Brinches 3 (Serpa): estudo da fauna recuperada nos contextos do 3.º e 2.º milénios a.n.e. *Cadernos do Geevh*, 6(1): 1-28.
- DERRIDA, J. (2006) – *L’animal que donc je suis*. Paris.
- DETRY, C. – FRANCISCO, A. C. – DINIZ, M. – MARTINS, A. – NEVES, C. – ARNAUD, J. M. (2020) – Estudo zooarqueológico das faunas do Calcolítico final de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal): campanhas de 2017 e 2018. In ARNAUD, J. M. – NEVES, C. – MARTINS, A. (eds.) – *Arqueologia em Portugal . 2020 – Estado da Questão*. Lisboa: 925-941.
- DETRY, C. (2007) – *Paleoecologia e Paleoconomia do Baixo Tejo no Mesolítico Final: o contributo do estudo dos mamíferos dos concheiros de Muge*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Salamanca e à Universidade Aberta. Inédita.
- DRIESCH, A. von den (1976) – *A Guide to the Measurement of Animal Bones from Archeological Sites*. Massachusetts.
- EVERITT, B. S. – SKRONDAL, A. (2010) – *The Cambridge Dictionary of Statistics*. Cambridge.
- FAGES, A. – HANGHØJ, K. – KHAN, N. – GAUNITZ, C. – SEGUIN-ORLANDO, A. – LEONARDI, M. – CONSTANTZ, C. – GAMBA, C. – AL-RASHEID, K. – ALBIZURI, S. – ALFARHAN, A. – ALLENTOFT, M. – ALQURAIISHI, S. – ANTHONY, D. – BAIMUKHANOV, N. – BARRETT, J. – BAYARSAIKHAN, J. – BENECKE, N. – BERNÁLDEZ-SÁNCHEZ, E. – BERROCAL-RANGEL, L. – BIGLARI, F. – BOESSENKOOL, S. – BOLDGIV, B. – BREM, G. – BROWN, D. – BURGER, J. – CRUBÉZY, E. – DAUGNORA, L. – DAVOUDI, H. – DAMGAARD, P. B. – VILLACEBALLOS, M. – DESCHLER-ERB, S. – DETRY, C. – DILL, N. – OOM, M. do M. – DOHR, A. – ELLINGVÁG, S. – ERDENEBAATAR, D. – FATHI, H. – FELKEL, S. – FERNÁNDEZ-RODRÍGUEZ, C. – GARCÍA-VIÑAS, E. – GERMONPRÉ, M. – GRANADO, J. – HALLSSON, J.

- HEMMER, H. – HOFREITER, M. – KASPAROV, A. – KHASANOV, M. – KHAZAEI, R. – KOSINTSEV, P. – KRISTIANSEN, K. – KUBATBEK, T. – KUDERNA, L. – KUZNETSOV, P. – LALEH, H. – LEONARD, J. A. – LHUILLIER, J. – LETTOW-VORBECK, C. L. – LOGVIN, A. – LÓUGAS, L. – LUDWIG, A. – LUIS, C. – ARRUDA, A. M. – MARQUES-BONET, T. – SILVA, R. M. – MERZ, V. – MIJIDDORJ, E. – MILLER, B. – MONCHALOV, O. – MOHASEB, F. – MORALES, A. – NIETO-ESPINET, A. – NISTELBERGER, H. – ONAR, V. – PÁLSDÓTTIR, A. – PITULKO, V. – PITSKHELARI, K. – PRUVOST, M. – SIKANJIC, P. R. – PAPEŠA, A. R. – ROSLYAKOVA, N. – SARDARI, A. – SAUER, E. – SCHAFBERG, R. – SCHEU, A. – SCHIBLER, J. – SCHLUMBAUM, A. – SERRAND, N. – SERRES-ARMERO, A. – SHAPIRO, B. – SENO, S. S. – SHEVNINA, I. – SHIDRANG, S. – SOUTHON, J. – STAR, B. – SYKES, N. – TAHERI, K. – TAYLOR, W. – TEEGEN, W. – VUKIČEVIĆ, T. T. – TRIXL, S. – TUMEN, D. – UNDRAKHBOLD, S. – USMANOVA, E. – VAHDATI, A. – VALENZUELA-LAMAS, S. – VIEGAS, C. – WALLNER, B. – WEINSTOCK, J. – ZAIBERT, V. – CLAVEL, B. – LEPETZ, S. – MASHKOUR, M. – HELGASON, A. – STEFÁNSSON, K. – BARREY, E. – WILLERSLEV, E. – OUTRAM, A. K. – LIBRADO, P. – ORLANDO, L. (2019) – Tracking Five Millennia of Horse Management with Extensive Ancient Genome Time Series. *Cell*, 177(6): 1419-1435. e31.
- FIRENZE, A. (2019) – Lacking what? On the Welt-Umwelt dichotomy in Heidegger and Gehlen. *Enrahonar. An International Journal of Theoretical and Practical Reason*, 63: 39-53.
- GAASTRA, J. S. – GREENFIELD, H. J. – VANDER LINDEN, M. (2018) – Gaining traction on cattle exploitation: zooarchaeological evidence from the Neolithic Western Balkans. *Antiquity*, 92(366): 1462-1477.
- GABRIEL, S. – COSTA, C. (2017) – Exploração de recursos aquáticos no final do Neolítico e Calcolítico: breve revisão do registo faunístico. In ARNAUD, J. M. – MARTINS, A. (eds.) – *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: 723-740.
- GONÇALVES, V. S. (1988/1989) – A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz). *Portugalia*, IX-X: 49-62.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no alto Algarve oriental: uma aproximação integrada*. 2 vols. Lisboa.
- GONÇALVES, V. S. (2003) – *STAM-3, a Anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa.
- GONÇALVES, V. S. (2007) – Breves reflexões sobre os caminhos das antigas sociedades camponesas no Centro-Sul de Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 15: 79-94.
- GRANT, A. (1982) – The use of tooth wear as a guide to the age of domestic ungulates. In WILSON, B. C. – GRIGSON, C. – PAYNE, S. (eds.) – *Ageing and sexing animal bones from Archaeological sites*. Oxford: 91-108.
- GREENFIELD, H. J. – ARNOLD, E. (2015) – ‘Go(a)t milk?’ New perspectives on the zooarchaeological evidence for the earliest intensification of dairying in south eastern Europe. *World Archaeology*, 47(5): 1-26.
- GREENFIELD, H. J. (2010) – The secondary products revolution: the past, the present and the future. *World Archaeology*, 42(1): 29-54.
- HALSTEAD, P. – ISAAKIDOU, V. (2011) – Revolutionary Secondary Products: the Development and Significance of Milking, Animal-Traction and Wool-Gathering in Later Prehistoric Europe and the Near East. In WILKINSON, T. – SHERRATT, S. – BENNET, J. (eds.) – *Interweaving Worlds: Systemic Interactions in Eurasia, 7th to the 1st Millennia BC*. Oxford: 61-76.
- HARRISON, R. J. (1985) – The Policultivo Ganadero, or the Secondary Products Revolution in Spanish Agriculture, 5000–1000 BC. *Proceedings of the Prehistoric Society*, 51(1): 75-102.
- HEIDEGGER, M. (1983) – *Die Grundbegriffe der Methaphysik: Welt – Endlichkeit – Einsamkeit*. Frankfurt am Main.
- HODDER, I. (2012) – *Entangled: An Archaeology of the Relationships between Humans and Things*. Chichester.
- HODDER, I. (2016) – *Studies in Human-Thing Entanglement*. Edição de autor.
- INÁCIO, N. – NOCETE, F. – CALADO, D. – CURATE, F. – NIETO, J. S. – BAYONA, M. – OLIVEIRA, C. (2010) – O Túmulo Megalítico de Santa Rita (Vila Nova de Cacela). Resultados preliminares de um processo de investigação em curso. *XELB, 10 (Actas do 9.º Congresso de Arqueologia do Algarve, Silves)*: 73-86.
- JONES, T. L. (2013) – Archaeological perspectives on prehistoric conservation in western North America. *International Journal of Environmental Studies*, 70(3): 350-357.
- KANT, I. (1922) – *Kritik der Urteilskraft*. Leipzig.
- KLEIN, R. G. – STEELE, T. E. (2013) – Archaeological shellfish size and later human evolution in Africa. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 110(27): 10910-10915.
- KUHN, T. S. (2012) – *The structure of scientific revolutions*. Chicago.
- LATOURE, B. (2005) – *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Norfolk.
- LYMAN, R. L. (1994) – *Vertebrate taphonomy*. Cambridge.
- MÄEKIVI, N. – MARAN, T. (2016) – Semiotic dimensions of human attitudes towards other animals: A case of zoological gardens. *Sign Systems Studies*, 44(1-2): 209-230.
- MAHIAS, M.-C. (1993) – Pottery Techniques in India: Technical variants and social choice. In LEMONNIER, P. (ed.) – *Technological Choices: Transformations in Material Cultures since the Neolithic*. Londres: 157-180.
- MARCINIAK, A. (2011) – The Secondary Products Revolution: Empirical Evidence and its Current Zooarchaeological Critique. *Journal of World Prehistory*, 24(2): 117-130.
- MATALOTO, R. – COSTEIRA, C. – DAVIS, S. – CLEMENTE, R. – SANTOS, I. (2012) – Os povoados de fossos do Paraíso: uma ocupação do IV/III milénios a. C. na região de Elvas. Balanço das intervenções 2009-2010. In DEUS, M. M. de (ed.) – *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar: 39-72.
- MATEUS, J. E. (2004) – Território Antigo. *Estudos/Património*, 7: 36-44.
- MILKOWSKI, L. – WÓJCIK, J. M. (1984) – Structure of Wild Boar Harvest in the Białowieża Primeval Forest. *Acta Theriologica*, 29: 337-347.
- MONSÓ, S. – BENZ-SCHWARZBURG, J. – BREMHORST, A. (2018) – Animal Morality: What It Means and Why It Matters. *The Journal of Ethics*, 22: 283-310.
- MORENO-GARCÍA, M. – SOUSA, A. C. (2015b) – A exploração de recursos faunísticos no Penedo do Lexim (Maфра) durante o Neolítico Final. In GONÇALVES, V. S. – DINIZ, M. – SOUSA, A. C. (eds.) – *5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa: 67-76.
- MORENO-GARCIA, M. (2013) – Estudo arqueozoológico dos restos faunísticos do Povoado Calcolítico do Mercador (Mourão). In VALERA, A. C. (ed.) – *As sociedades agropastoris na margem esquerda do Guadiana (2.ª metade do IV aos inícios do II milénio AC)*. Beja: 321-349.

- MORENO-GARCÍA, M. – SOUSA, A. C. (2015a) – Para além das muralhas, uma perspectiva dos recursos faunísticos no Calcolítico da Estremadura Portuguesa: o conjunto arqueofaunístico do locus 5 do Penedo do Lexim (Maфра). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 18: 101-124.
- NOSKE, B. (1993) – Great Apes as Anthropological Subjects – Deconstructing Anthropocentrism. In CAVALIERI, P. – SINGER, P. (eds.) – *The Great Ape Project: Equality Beyond Humanity*. New York: 258-268.
- PAJUELLO, A. (2013) – Monte do Tosco 1. Faunas recolhidas na campanha de 2000: análise preliminar. In VALERA, A. C. (ed.) – *As sociedades agropastoris na margem esquerda do Guadiana (2.ª metade do IV aos inícios do II milénio AC)*. Beja: 361-364.
- PARREIRA, R. (1979) – *Relatório dos trabalhos de escavação efectuados no Cerro dos Castelos de São Brás, concelho de Serpa, distrito de Beja, de 7 de Setembro a 15 de Outubro de 1979*. Relatório apresentado à DGPC.
- PARREIRA, R. (1983) – O Cerro dos Castelos de São Brás. Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980. *O Arqueólogo Português*, 4(1): 149-168.
- PARREIRA, R. (1990) – Considerações sobre os milénios IV e III a.C. no Centro e Sul de Portugal. *Estudos Orientais*, 1: 27-43.
- PAYNE, S. (1987) – Reference codes for wear states in the mandibular cheek teeth of sheep and goats. *Journal of Archaeological Science*, 14(6): 609-614.
- PEREIRA, M. A. – BUBNER, T. (1974-1977) – Novo Materiais de Palmela. *O Arqueólogo Português*, Série III(7-9): 113-124.
- PEREIRA, V. (2016) – Repastos alentejanos: dados preliminares da fauna de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo). In VILAÇA, R. – SERRA, M. (eds.) – *Matar a fome, alimentar a alma, criar sociabilidades: Alimentação e comensalidade nas sociedades pré e proto-históricas*. Coimbra: 39-53.
- REGAN, T. (2003) – *Animal Rights: Human Wrongs. An Introduction to Moral Philosophy*. Maryland.
- REIMER, P. J. – AUSTIN, W. E. N. – BARD, E. – BAYLISS, A. – BLACKWELL, P. – RAMSEY, C. B. – BUTZIN, M. – CHENG, H. – EDWARDS, R. – FRIEDRICH, M. – GROOTES, P. – GUILDERSON, T. – HAJDAS, I. – HEATON, T. – HOGG, A. – HUGHEN, K. – KROMER, B. – MANNING, S. – MUSCHELER, R. – PALMER, J. – PEARSON, C. – van der PLICHT, J. – REIMER, R. W. – RICHARDS, D. A. – SCOTT, E. M. – SOUTHON, J. R. – TURNEY, C. S. M. – WACKER, L. – ADOLPHI, F. – BÜNTGEN, U. – CAPANO, M. – FAHRNI, S. – FOGTMANN-SCHULZ, A. – FRIEDRICH, R. – KÖHLER, P. – KUDSK, S. – MIYAKE, F. – OLSEN, J. – REINIG, F. – SAKAMOTO, M. – SOOKDEO, A. – TALAMO, S. (2020) – The IntCal20 Northern Hemisphere Radiocarbon Age Calibration Curve (0-55 cal kBP). *Radiocarbon*, 62(4): 725-757.
- REITZ, E. J. – WING, E. S. (2008) – *Zooarchaeology*. Cambridge.
- RENFREW, C. (1986) – Peer Polity Interaction and Socio-political Change. In RENFREW, C. – CHERRY, J. (eds.) – *Peer Polity Interaction and Socio-political Change*. Cambridge: 1-18.
- RODRIGUES, F. (2006) – *Casa Branca 7: um povoado na transição do 4.º para o 3.º milénio a.n.e. na margem esquerda do Guadiana (Serpa)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- ROWLANDS, M. (2019) – *Can Animals Be Persons?* New York.
- SAHLINS, M. (2017) – *Stone Age Economics*. New York.
- SCHMID, E. (1972) – *Atlas of Animal Bones: For Prehistorians, Archaeologists and Quaternary Geologists*. Amsterdão.
- SCHRÖDER, T. – VAN'T HOFF, J. – LÓPEZ-SÁEZ, J. A. – VIEHBERG, F. – MELLES, M. – REICHERTER, K. (2018) – Holocene climatic and environmental evolution on the southwestern Iberian Peninsula: A high-resolution multi-proxy study from Lake Medina (Cádiz, SW Spain). *Quaternary Science Reviews*, 198: 208-225.
- SEDDA, F. (2015) – Semiotics of Culture(s): Basic Questions and Concepts. In TRIFONAS, P. (ed.) – *International Handbook of Semiotics*. Dordrecht: 675-696.
- SHERRATT, A. (1981) – Plough and pastoralism: aspects of the secondary products revolution. In HODDER, I. – ISAAC, G. – HAMMOND, N. (eds.) – *Pattern of the Past*. Cambridge: 261-306.
- SHERRATT, A. (1983) – The secondary exploitation of animals in the Old World. *World Archaeology*, 15(1): 90-104.
- SHERRATT, A. (1987) – Cups that cheered. In WALDREN, W. H. – KENNARD, R. C. (eds.) – *Bell beakers of the Western Mediterranean: definition, interpretation, theory and new site data: the Oxford international conference, 1986*. Oxford: 81-106.
- SHISHLINA, N. I. – ORFINSKAYA, O. V. – GOLIKOV, V. P. (2003) – Bronze age textiles from the North Caucasus: New evidence of fourth millennium BC fibers and fabrics. *Oxford Journal of Archaeology*, 22(4): 331-344.
- SILVER, I. A. (1969) – The ageing of domestic animals. In BROTHWELL, D. – HIGGS, E. S. (eds.) – *Science in archaeology*. Londres: 283-302.
- SIMMEL, G. (2007) – The Philosophy of Landscape. *Theory, Culture & Society*, 24(7-8): 20-29.
- SOARES, A. M. (1994) – Descoberta de um povoado do Neolítico junto à igreja Velha de S. Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa). *Vipasca*, 3: 41-49.
- SOARES, A. M. (1996) – Datação absoluta da estrutura neolítica junto à Igreja Velha de S. Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa). *Vipasca*, 5: 51-58.
- SOARES, J. (2003) – *Os hipogeus pré-históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as economias do simbólico*. Setúbal.
- SOARES, J. (2013) – *Transformações sociais durante o III milénio AC no Sul de Portugal: o povoado do Porto das Carretas*. Beja.
- SOUSA, A. C. – GONÇALVES, V. S. (2012) – In and out. Tecnologias, símbolos e cultura material. Interações e identidades regionais no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e. *Rubricatum. Revista Del Museu de Gavà*, 5: 383-392.
- SOUSA, A. C. (2021) – *O Penedo do Lexim (Maфра) no Neolítico final e Calcolítico da península de Lisboa*. Lisboa.
- STEPHENS, D. – KREBS, J. (1986) – *Foraging Theory*. Princeton.
- TÁTÁ, F. – CASCALHEIRA, J. – MARREIROS, J. – PEREIRA, T. – BICHO, N. (2014) – Shell bead production in the Upper Paleolithic of Vale Boi (SW Portugal): An experimental perspective. *Journal of Archaeological Science*, 42(1): 29-41.
- VALENTE, M. J. – CARVALHO, A. F. (2014) – Zooarchaeology in the neolithic and chalcolithic of Southern Portugal. *Environmental Archaeology*, 19(3): 226-240.
- VALENTE, M. J. (2013) – Moinho de Valadares, Mourão. Estudo da fauna mamalógica das sondagens 1, 2 e 3 (Campanha de 1999). In VALERA, A. C. (ed.) – *As sociedades agropastoris na margem esquerda do Guadiana (2.ª metade do IV aos inícios do II milénio AC)*. Beja: 353-360.
- VALERA, A. C. – FILIPE, I. (2004) – O Povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): Novos dados e novas problemáticas no contexto da calcolitização do Sudoeste peninsular. *Era Arqueologia*, 6: 28-63.

- VALERA, A. C. – SILVA, A. M. – CUNHA, E. – EVANGELISTA, L. (2014) – Funerary practices and body manipulation at Neolithic and Chalcolithic Perdigões ditched enclosures (South Portugal). In VALERA, A. C. (ed.) – *Recent Prehistoric Enclosures and funerary practices in Europe*. Oxford: 37-57.
- VALERA, A. C. (2017) – La sal en el 4.º y 3.º milenio AC en Portugal: Especialización, distribución y consumo. *Cuaternario y Geomorfología*, 31(1–2): 105–121.
- VALERA, A. C. (2018) – *Os Perdigões Neolíticos: Génese e desenvolvimento (de meados do 4.º aos inícios do 3.º milénio a.C.)*. Lisboa.
- VALERA, A. C. (2019) – Landscapes of complexity in South Portugal during the 4th and 3rd millennium BC. In MÜLLER, J. – HINZ, M. – WUNDERLICH, M. (eds.) – *Proceedings of the international conference »Megaliths – Societies – Landscapes. Early Monumentality and Social Differentiation in Neolithic Europe« (16th–20th June 2015) in Kiel*. Bonn: 1039-1054.
- VIANA, P. A. (1953) – O Monumento megalítico da Folha da Amendoeira (Odivelas do Alentejo). *Zephyrus*, 4: 241-263.
- VIGNE J. D. – HELMER D. (2007) – Was milk a “secondary product” in the Old World Neolithisation process? Its role in the domestication of cattle, sheep and goats. *Anthropozoologica*. 42(2): 9-40.
- von den DRIESCH, A. (1976) – *A Guide to the Measurement of Animal Bones from Archeological Sites*. Cambridge.
- WALCZAK, I. W. – BALDINI, J. – BALDINI, L. – MCDERMOTT, F. – MARSDEN, S. – STANDISH, C. – RICHARDS, D. – ANDREO, B. – SLATER, J. (2015) – Reconstructing high-resolution climate using CT scanning of unsectioned stalagmites: A case study identifying the mid-Holocene onset of the Mediterranean climate in southern Iberia. *Quaternary Science Reviews*, 127: 117-128.
- WATSON, J. P. N. (1979) – The estimation of the relative frequencies of mammalian species: Khirokitia 1972. *Journal of Archaeological Science*, 6(2): 127-137.
- WATTS, C. (2013) – *Relational Archaeologies: Humans, animals, things*. Oxford.
- WITTEGENSTEIN, L. (2002) – *Tractatus Logico-Philosophicus*. Londres.
- WRIGHT, E. – VINER-DANIELS, S. (2015) – Geographical variation in the size and shape of the European aurochs (*Bos primigenius*). *Journal of Archaeological Science*, 54: 8-22.
- ZEDER, M. A. – LEMOINE, X. – PAYNE, S. (2015) – A new system for computing long-bone fusion age profiles in *Sus scrofa*. *Journal of Archaeological Science*, 55: 135-150.
- ZEDER, M. A. (2002) – Reconciling Rates of Long Bone Fusion and Tooth Eruption and Wear in Sheep (*Ovis*) and Goat (*Capra*). In RUSCILLO, D. (ed.) – *Recent Advances in Ageing and Sexing Animal Bones*. Durham: 87-118.

Cartografia

- CIGeoE (Centro de Informação Geoespacial do Exército) (2011) – *Carta Militar de Portugal, folha 532 - Beja/Serpa, Escala: 1:25 000*. 4.ª edição.

The materialization of an iconography: a LBA/EIA metallic representation of an “anchoriform” or “anchor idol” (?) from the Fraga dos Corvos habitat site (Eastern Trás-os-Montes, Portugal)

**Uma materialização de um símbolo iconográfico:
a representação metálica do Bronze Final/Primeira
Idade do Ferro de um “ancoriforme” (?) do habitat
da Fraga dos Corvos (Trás-os-Montes Oriental, Portugal)**

JOÃO CARLOS SENNA-MARTINEZ (1948-2022)

UNIARQ – Centre for Archaeology of the University of Lisbon
<https://orcid.org/0000-0003-3244-9518>

ELSA LUÍS

UNIARQ – Centre for Archaeology of the University of Lisbon
elsavluis@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3498-316X>

CARLOS MENDES

UNIARQ – Centre for Archaeology of the University of Lisbon;
Associação Terras Quentes.
administracao@terrasquentes.pt
<https://orcid.org/0000-0002-1248-6461>

PEDRO VALÉRIO

Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares (C2TN),
Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa
pvalerio@ctn.tecnico.ulisboa.pt
<https://orcid.org/0000-0002-3726-6975>

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO

Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares (C2TN), Departamento de Engenharia
e Ciências Nucleares, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa
faraujo@ctn.tecnico.ulisboa.pt
<https://orcid.org/0000-0001-9192-9461>

ANTÓNIO M. MONGE SOARES

Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares (C2TN),
Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa
amsoares@ctn.tecnico.ulisboa.pt
<https://orcid.org/0000-0001-7112-0649>

ABSTRACT: A metallic artefact recorded in a LBA/EIA context in Northern Portugal, which can be one of the first known material representations of the so-called Southwestern Bronze Age “anchoriform” or “anchor idol”, is presented. The artefact comes from an intrusive LBA/EIA context into a MBA level at the hilltop settlement of Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros, Bragança, Northern Portugal). It is made of a ternary bronze alloy (Cu-Sn-Pb), consequently integrating the impressive Fraga dos Corvos collection of bronze artefacts currently known, whose affiliation, whether typological or in terms of chemical composition, should be mostly sought in Southwestern Iberian Peninsula. The significance of the presence of such artefact in this archaeological site is discussed, taking into account that it is chronologically and geographically far away from its cultural source.

KEYWORDS: LBA/EIA; Southwestern Bronze Age; Ideotechnic artefact; Radiocarbon dating; Archaeometallurgy.

RESUMO: Apresenta-se o que pensamos poder ser uma das primeiras materializações encontradas de um artefacto ideotécnico do Bronze Final/Primeira Idade do Ferro, o chamado “ancoriforme” do Bronze do Sudoeste, conhecido por representações iconográficas em lajes ou estelas existentes em contextos funerários desta época, eventualmente com um precedente anterior. O artefacto aqui em estudo tipológico e analítico provém de uma deposição intrusiva do Bronze Final/Primeira Idade do Ferro em níveis estratigráficos do Bronze Médio no sítio de habitat da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros, Bragança, Trás-os Montes Oriental). A análise química não destrutiva a que foi sujeito permitiu verificar ser feito de uma liga de bronze ternária, integrável na importante colecção de artefactos metálicos da Fraga dos Corvos, a qual constitui, talvez, o mais importante conjunto artefactual do Bronze Final/Primeira Idade do Ferro com filiações meridionais actualmente conhecido no Norte de Portugal. O significado da presença deste artefacto situado longe, temporal e geograficamente, da provável origem cultural de seu modelo é também discutido.

PALAVRAS-CHAVE: Bronze Final/Primeira Idade do Ferro; Bronze do Sudoeste; Artefacto ideotécnico; Arqueometalurgia; Datação por radiocarbono.

1. INTRODUCTION

One of the most enigmatic iconographic representations of Western Iberian Bronze Age is the so called *anchoriform* or *anchor idol* of its southwestern cultural area (Schubart 1975: 100-109). Up to now, this *anchoriform* was only known in Iberia from its depiction in the engraved stelae and lid slabs of cist graves of the Southwestern Bronze Age (SWBA) Culture of the Iberian Peninsula, with its core area encompassing the Portuguese South (the entire region south of the Évora parallel), the province of Huelva and part of that of Badajoz, in Spain. There are only two known representations outside the Iberian Southwest: the statue-menhir of Corgas, at Fundão, Beira Interior (Banha – Veiga – Ferro 2009), which corresponds to the northernmost known limit of this kind of depictions, and the El Torcal stela, at Córdoba province, therefore far to the east of the core region of these depictions, and whose attribution to this group of engraved stones has been the subject of some controversy (Muñiz Jaén 1995).

The finding of a metallic artefact, FCORV-1807, in north-eastern Portugal with a shape similar to the symbol in question is here published for the first time¹. We present and discuss its shape, typology, metallic characteristics and archaeometallurgic analytical results, probable chronology, as well as its possible meaning and implication for our knowledge of the Bronze Age of Western Iberia and its societies.

2. THE SITE, THE ARTEFACT AND RELATED ARCHAEOLOGICAL CONTEXTS

Fraga do Corvos (FCORV) is a hilltop habitat site, under study since 2003, located in the north-western

¹ A first presentation and discussion of this artefact was held at a meeting at Uniarg, predating the actual pandemic situation, in 2018-10-16. The problems created by a bronze ternary alloy, as revealed by the chemical analysis of the artefact, which was recovered in a context then ascribed to a MBA stratigraphic unit, substantiated further reflexion and study before the artefact should be published, which led to the fact that it was only now possible to go ahead with this publication.

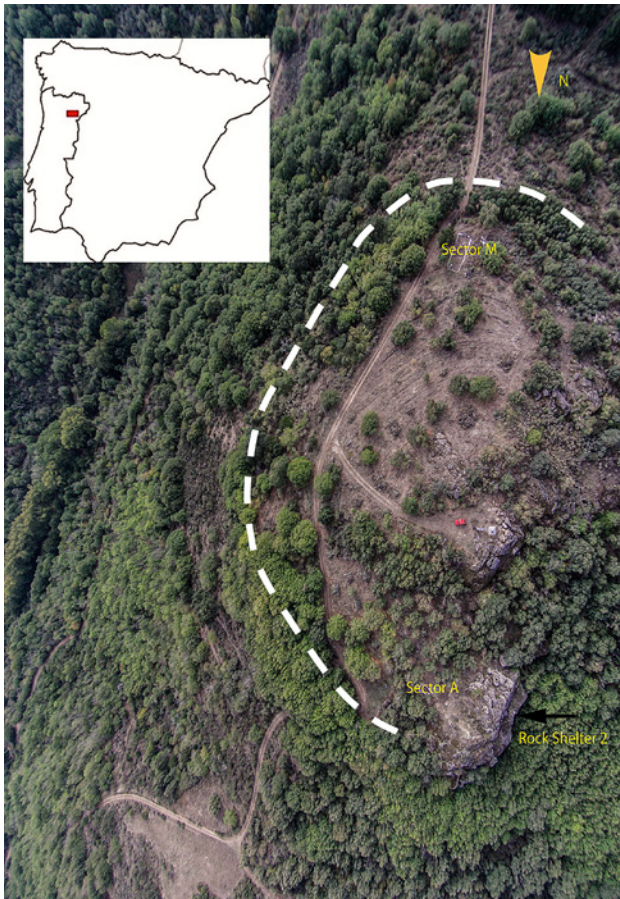


FIG. 1 Oblique aerial photograph of the site of Fraga dos Corvos (2004) and its setting in the Iberian Peninsula. The main features are highlighted, namely the Rock Shelter 2, just close to Sector A, while the white broken line indicates the wall that follows and stabilizes the slope that surrounds the archaeological site.

slope of Serra de Bornes, Eastern Trás-os-Montes (Fig. 1). With an altitude of 870 m, it rises over the modern parish of Vilar do Monte (municipality of Macedo de Cavaleiros, district of Bragança).

The site was identified as a Bronze Age settlement during 2003. The archaeological digging of its Sector A (2003-2011) – a platform with a gentle slope tilted to the northeast – brought to light a MBA occupation, documented in two areas: Area 3 with the dimension of 36 m² and Area 2 with 101 m², only 3 meters away from each other (see also Senna-Martinez *et al.* 2011: Figs. 2 and 3, for a more complete geographical setting of the site).

In **Area 3** only one occupation phase corresponding to a domestic context was found, which consists of two huts – Huts 2 and 4 – and a porch (Hut 6) adjacent to the western limit of Hut 4. Besides these structures, a very likely foundry facility was also recorded (Senna-Martinez *et al.* 2010: Figs. 10.2 and 10.3), apparently associated to Hut 4 and to the porch (Fig. 2).

In the area inside the oval structure corresponding to the Hut 4, which is defined by several post-holes (Senna-Martinez *et al.* 2010), a negative structure was recorded, also with an oval configuration (88 cm × 77 cm) (Fig. 2: A), while remains of a hearth or firepit (Fig. 2: B) were identified inside the porch area. This negative oval structure was interpreted as a “sand box” where metallurgical moulds were placed to be filled with molten metal from the firepit. In the space around the “sand box” and between it and the firepit, three metallic nodules of binary bronze, 71 vitrified stone fragments without any metallic remains, one crucible fragment with traces of Cu and Sn, two fragments of stone moulds for awls, and a fragment of a bronze blade were recorded. The vitrified remains were identified as pieces of shale that solidified after melting at a temperature higher than 1100 °C (Geirinhas *et al.* 2011), temperature high enough to melt bronze. It should be noted that bronze was the alloy identified in the aforementioned metallic artefacts, as well as most likely to correspond to the alloy whose remains were also identified adhering to the crucible wall (Senna-Martinez *et al.* 2010: 383).

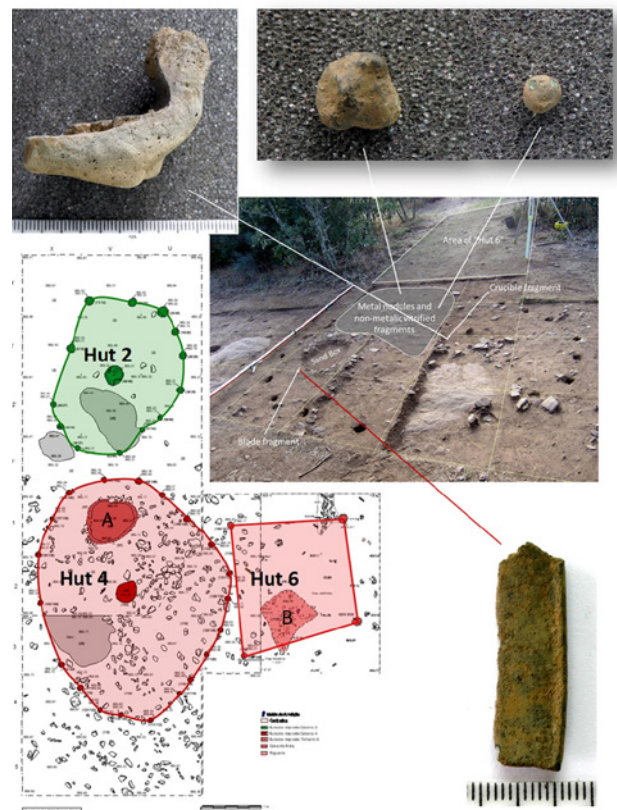


FIG. 2 Final plan and photograph of MBA Area 3 of Fraga dos Corvos with the main features and recorded locations of some archaeometallurgical finds. A - “sand box”; B - hearth or firepit

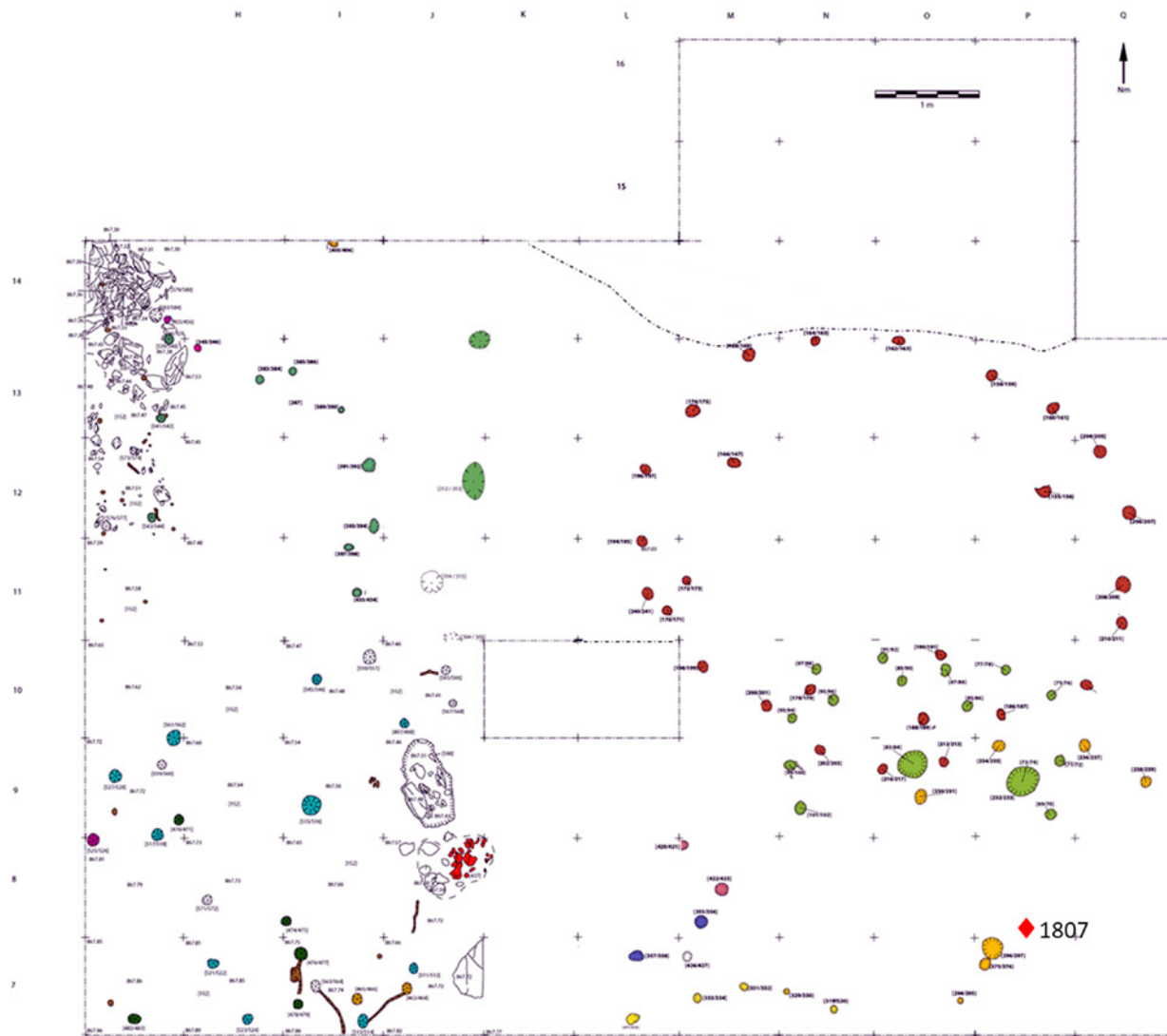


FIG. 3 Plan of upper interface of SU [152] (Area 2). The numbered red diamond indicates the location of the *anchoriform* finding.

All the other archaeological artefacts and faunal remains recovered from floors of these two structures, Huts 2 and 4, can be related to a simple domestic MBA environment.

Just 3 meters north from this Area 3, another survey was opened, **Area 2**, that showed a more complex stratigraphy encompassing six levels. Unfortunately, it was not possible to relate the occupation phase of Area 3 to any particular level of Area 2, due to the similarity of the material assemblage of these contexts.

In Area 2, it was possible to identify a total of 6 levels of occupation, each of them cut by postholes and, sometimes, shallow pits, defining 19 “hut” floors in association with pits, fireplaces and archaeological materials related to domestic environments, which present small variability along the stratigraphic sequence, namely with regard to pottery (Luís 2010; 2016: 239-244).

In the area where the artefact here under consideration comes from (Fig. 3), the stratigraphic sequence, in spite of being clear, seems as being compressed being each stratigraphic unit (SU) reduced to a few centimetres of thickness. Also, near the artefact a blue glass bead with a probable LBA/EIA chronology was found, clearly an intrusion from the site later occupation.

The artefact FCORV-1807 (Fig. 4) was first identified as a sort of “spatula” and was previously studied in the context of the local MBA metallurgy (Senna-Martinez *et al.* 2011: 384-385). However, during the installation, in 2016, of Coronel Albino Pereira Lopo’s Municipal Museum of Archaeology, at Macedo de Cavaleiros, and after a more careful examination and a stratigraphic revision of some contexts of Area 2, the inference arises that the artefact could indeed represent a LBA/EIA materialization in metallic material of

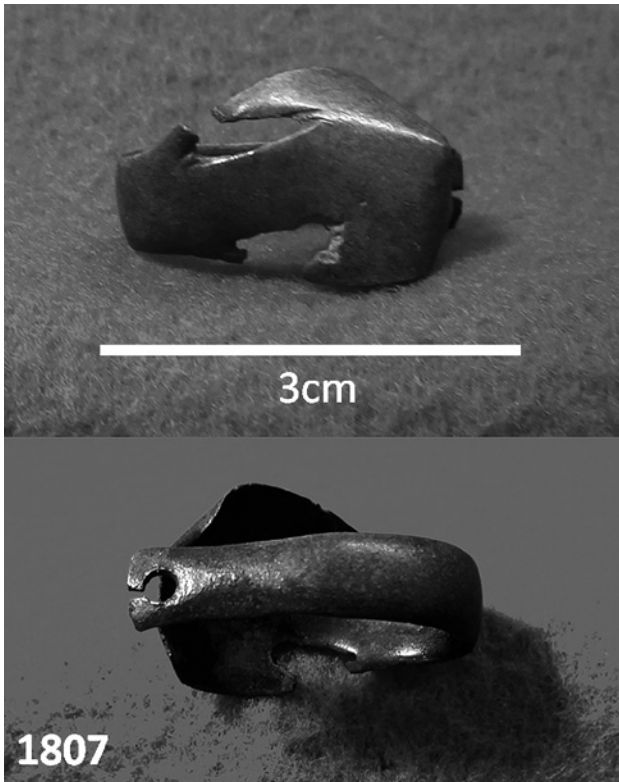


FIG. 4 The *anchoriform* after cleaning.

the well-known iconographic symbol of the SWBA or, at least, a late survival of its symbolic meaning.

As the artefact was found folded over itself, a flattened view of FCORV-1807 was needed in order to clearly review its shape. We asked our colleague Artur Ramos (Faculty of Fine Arts, Lisbon University) to provide us with a series of accurate drawings of such a view (Fig. 5). Accordingly, in its reconstructed original shape

(Fig. 5C) the dimensions of this artefact would be:

- Total length – 7.1 cm
- Head length – 3.0 cm
- Head width – 2.1 cm
- Shaft length – 4.1 cm
- Shaft width – 0.7 cm

As can be seen in Fig. 4, the shape of the *anchoriform* seems to have been obtained by cutting through the sheet of metal and will not simply result from fragmentation of the edge of previous hollowed parts. Given the dimensions of the artefact and the presence of a hole at the end of the shaft, the artefact can be interpreted as a pendant, as is the artefact FCORV- 252, recorded in Fraga dos Corvos Rock-Shelter 2, located close to Area A (see Fig. 1), which has dimensions (total length 5.5 cm) similar to the *anchoriform*, also featuring a circular hole at the end of the shaft (Figueiredo *et al.* 2009: Fig. 2; Senna-Martinez *et al.* 2012: Figs. 5 and 6). So, although the artefact FCORV-1807 has a shape similar to the *anchoriform* depicted on Southern Iberia stelae, it was placed upside down if used as a pendant, contrary to what is observed in those ones. Nevertheless, the small hole at the extremity of the shaft opens the possibility the artefact could be used attached to the end of a wooden rod. However, if the object is to be used attached to a wooden stick, perhaps as a symbol of status or power, the ensemble formed by the metallic *anchoriform* and the wooden rod seems too small and

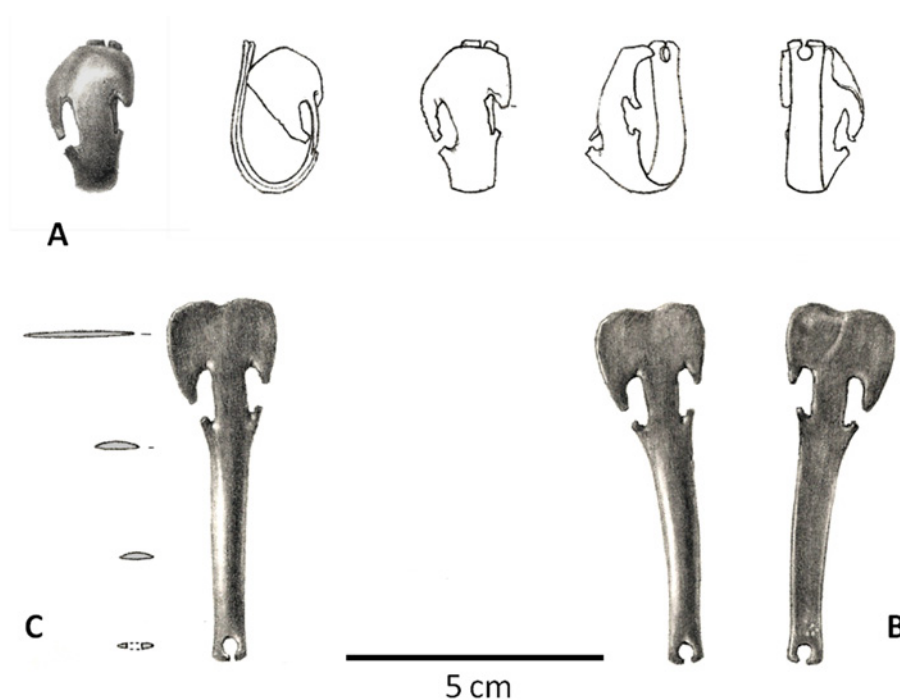


FIG. 5 Drawings of the *anchoriform* by Artur Ramos: A - condition in which it was found; B - simple extended view; C - probable original shape.

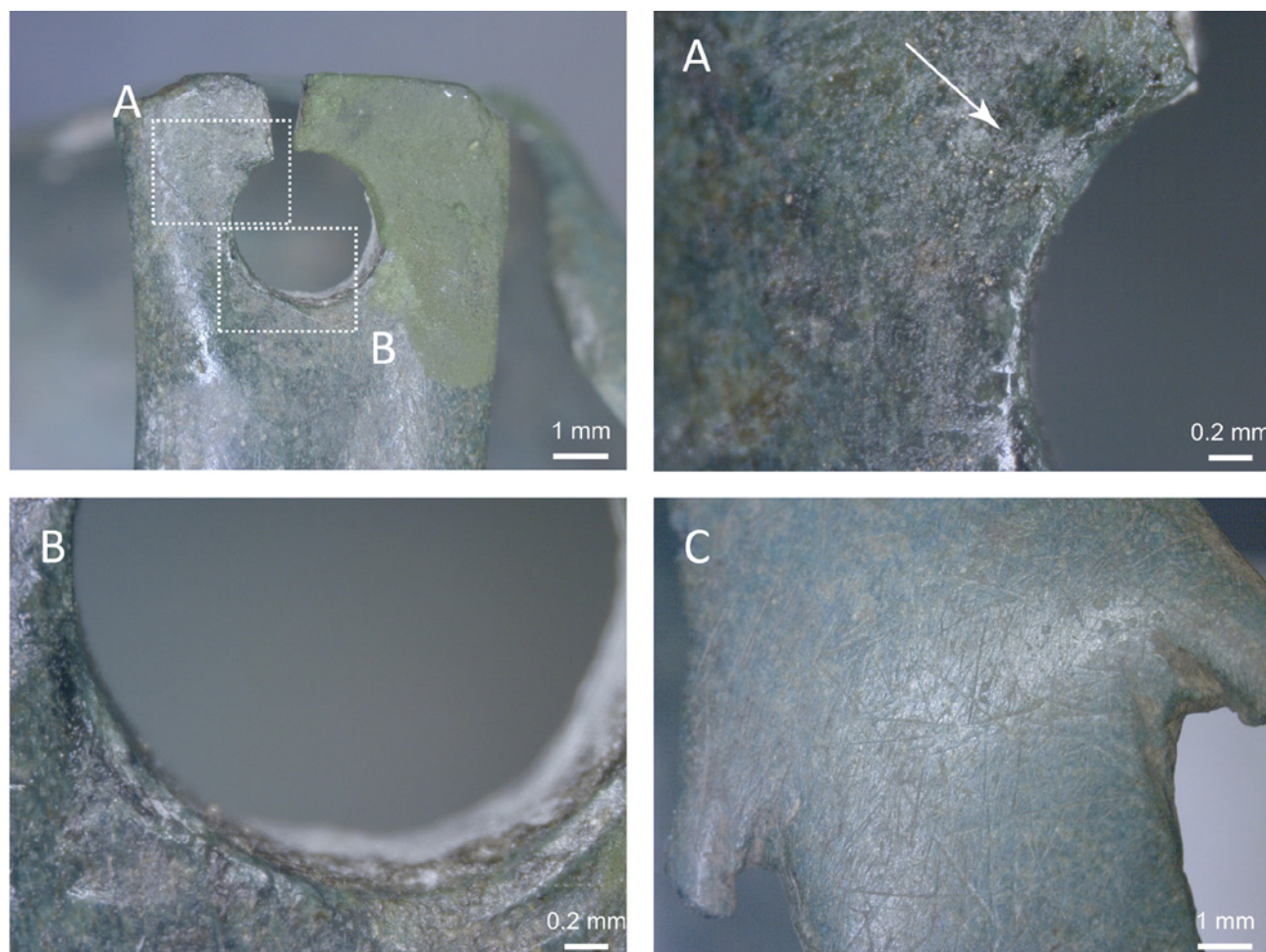


FIG. 6 Some features of the hole in the shaft end and on the surface of the *anchoriform* using optical microscopy.

fragile to have that function or that meaning of power.

In an attempt to identify any signs that would indicate how it had been used, its surface was observed under an optical microscope. Some use-wear marks seem to exist around the “suspension” hole, namely thin scratches in the form of incised concentric circular lines (marked by a white arrow in Fig. 6A). These marks possibly resulted from rotational movements of an element (perhaps a bead?) that was in contact with the *anchoriform* if used as a pendant on a necklace. On the other hand, there are many superficial and thin scratches with a chaotic disposition made on the corrosion layer (Fig. 6C), most likely produced by post-depositional events after the artefact has been folded.

The artefact FCORV-1807 comes from unit [152] (cf. Luís 2016: 241) (see Fig. 3). The folded condition in which it was recorded hints at a deliberate deposition, perhaps as a sacrificed metal offering. However, the compression of the stratigraphic units of habitational layers sequence in the Area 2, notwithstanding the carefully trowel excavation of all area, makes possible

that the deliberate deposition of FCORV-1807 is a LBA/EIA intrusion (perhaps in a very small pit, which was probably undetected during the archaeological digging due to the mentioned stratigraphic conditions). The same situation could account for the LBA/EIA glass beads intrusion in Area 2, as for two charcoal samples that were radiocarbon dated.

3. RADIOCARBON DATING AND CHRONOLOGIES

Two charcoal samples collected near the place where the artefact FCORV-1807 was found (Fig. 7) were dated at the ITN Radiocarbon Dating Laboratory (Lisbon) using the liquid scintillation technique. Results are presented in Table 1 and plotted in Fig. 8. Radiocarbon dates were calibrated using the IntCal20 curve (Reimer *et al.* 2020) and programs CALIB (Stuiver – Reimer – Reimer 2021) and OxCal v4.4.4 (Bronk Ramsey 2009) to build up Table 1 and Fig. 7, respectively.

of artefact FCORV-1807 may help to specify the time interval in which the context to which the artefact in question belongs should be integrated. On the other hand, it must be taken into account that these dates fit the relative chronology (8th - 6th centuries BC) provided by the LBA/EIA fibulae sequence found at Sector M (Senna-Martinez – Luís – Mendes *in press*).

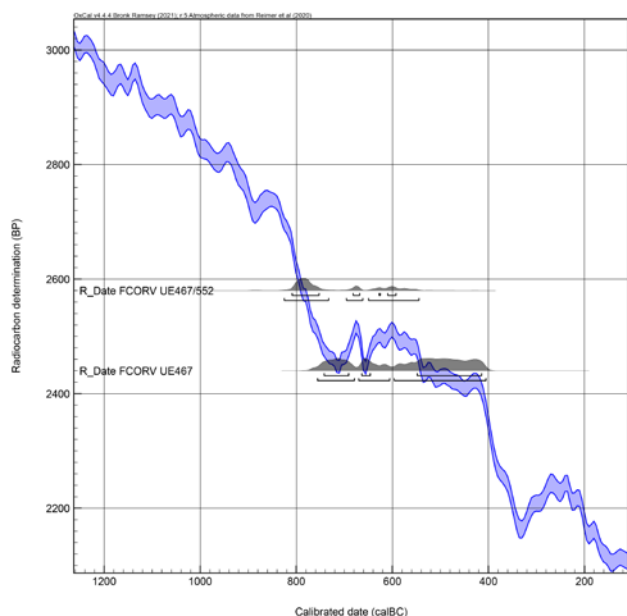


FIG. 8 Plot of calibrated radiocarbon dates (with the IntCal20 calibration curve plot) for the Protohistoric occupation of Fraga dos Corvos.

4. ARCHAEOLOGICAL STUDY

4.1. Material and methods

The preparation of FCORV-1807 for microanalyses involved the removal of the superficial corrosion layer in three selected areas. The cleaning process comprised the polishing of these small areas (c. 3-5 mm in diameter, Fig. 9) with diamond pastes of increasingly smaller grit size (6 μm , 3 μm and 1 μm). The efficiency of the cleaning process was ascertained by optical

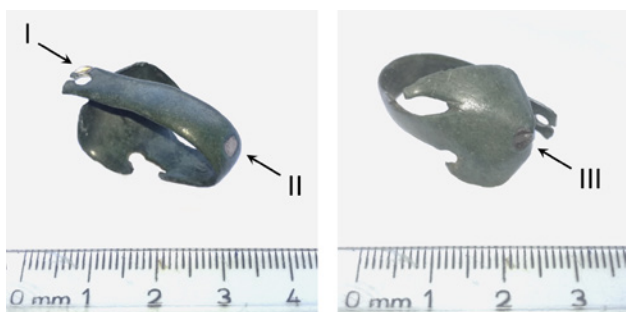


FIG. 9 Location of small areas on the *anchoriform* subject to archaeometallurgical analysis.

microscopy observations made with a Zeiss Discovery V20 stereomicroscope, which was also used to identify the possible existence of use-wear marks.

The chemical composition of FCORV-1807 was obtained by micro-EDXRF analyses in an ArtTAX Pro spectrometer with a 30 W Mo X-ray tube, focusing polycapillary lens and an electro-thermally cooled Si drift detector (FWHM of 160 eV at 5.9 keV – Bronk *et al.* 2001). Each selected area was analysed in four spots (about 0.1 mm diameter) to account for heterogeneities with 40 kV, 600 μA and 120 s of live time. Quantifications were made with WinAxil software, comprising experimental calibration factors calculated with the British Chemical Standards Phosphor Bronze 551 and BNF Metals Technology Centre Leaded Bronze C50.01. The relative uncertainty of quantification is lower than 10 %, while the quantification limits of identified elements are 0.05 % Fe, 0.10 % Ni, 0.50 % Sn and 0.10 % Pb (Valério *et al.* 2015).

4.2. Results

The areas analysed in *anchoriform* FCORV-1807 originated analogous results, establishing a homogeneous composition along the artefact length (Table 2). In fact, the object is composed of a leaded bronze alloy with a relatively high tin content (c. 13.7 % Sn) and a significant amount of lead (c. 4.3 % Pb). It is acknowledged that the tin and, especially, the lead additions to copper provide an increased castability to the metal, making it easier to cast objects with massive size or intricate decorations. However, this does not seem to be the case of FCORV-1807 given its small size and relatively plain shape.

As mentioned before, the MBA contexts of Area 3 at FCORV provided evidence of onsite production of binary bronze alloy artefacts (3 bronze nodules, 1 bronze blade fragment and a crucible with traces of Sn and Cu). Furthermore, the small set of local Orientalising artefacts already known (Figueiredo *et al.* 2009) comprises leaded bronzes and unalloyed copper items, apart from the common binary bronze alloys with somewhat lower contents of tin (Table 3). During the LBA, the copper-based metallurgy in Northern and Central Portugal was dominated by binary bronze alloys with c. 12 % Sn and very low amounts of other metallic elements, such as lead, arsenic, nickel or iron. Some good illustrations of this LBA metallurgy

TABLE 2 CHEMICAL COMPOSITION OF THE ANCHORIFORM FCORV-1807
 (average ± standard deviation of n analyses)

ANALYSIS AREA	Cu (%)	Sn (%)	Pb (%)	Ni (%)	Fe (%)
I (n=4)	82.3 ± 1.5	13.5 ± 0.3	4.1 ± 1.4	<0.10	<0.05
II (n=4)	81.3 ± 1.7	14.1 ± 0.1	4.5 ± 1.6	<0.10	<0.05
III (n=4)	81.8 ± 1.3	13.6 ± 0.2	4.4 ± 1.4	<0.10	<0.05
Global (n=12)	81.8 ± 1.4	13.7 ± 0.3	4.3 ± 1.4	<0.10	<0.05

TABLE 3 COMPOSITION OF PROTOHISTORIC COPPER-BASED COLLECTIONS FROM NORTHERN AND CENTRAL PORTUGAL
 (LBA: Coles de Samuel, Canedotes, Baiões, Freixianda and Vila Cova de Perrinho)

	BINARY BRONZE			COPPER	LEADED BRONZE
	Frequency	Sn (%)	n	n	n
<i>FCORV (Orientalising items)</i>	70 %	10.2 ± 1.3	7	1	2
<i>LBA collections</i>	96 %	12.2 ± 2.4	47	2	—
<i>Medronhal</i>	100 %	13.1 ± 1.5	37	—	—

are the artefact collections of Coles de Samuel (Cof-fyn 1985), Canedotes (Valério – Araújo – Canha 2007), Baiões (Figueiredo *et al.* 2010), Freixianda (Gutiérrez-Neira *et al.* 2011) and Vila Cova de Perrinho (Bottaini *et al.* 2012) (Table 3). Additionally, the LBA/Orientalising transition period collection of Medronhal follows the same trend (Figueiredo *et al.* 2013), evidencing the slow adoption of technological innovations by indigenous communities. Overall, this set of artefacts displays mostly binary bronzes; however the tin content of artefacts from Medronhal, perhaps coeval of LBA/EIA artefact FCORV-1807, is similar to that one of the *anchoriform*, although its composition, a leaded bronze, is therefore a rarity among the metallurgy of this region, at this time, being in line with its singular typology and suggested southern affiliation.

Regarding the possible meaning of the unusual alloy composition of FCORV-1807, it is widely known that high tin contents provide a golden colour to the bronze alloy. However, quite a different issue is to

determine if the colour of this particular alloy stood out from coeval bronzes. Mecking (2020) measured the CIELAB colour parameters (L^* - lightness; a^* - red/green; b^* - yellow/blue) in a wide range of Cu-Sn-Pb alloys. These measurements can be used to assess the human perception of a colour difference between two alloys (ΔE , Equation 1 – Mecking 2020). The human eye begins the differentiation at $\Delta E = 2$ and a clear difference between two colours occurs from a value of 3.5 (Mokrzycki – Tatol 2011). The ΔE value for the typical LBA bronze alloy (Cu-12 % Sn) compared to a Cu-14 % Sn alloy is only 1.2. However, the ΔE value increases to 3.2 when comparing a Cu-12 % Sn alloy to an alloy close to FCORV-1807 (Cu with c. 14 % Sn and c. 5 % Pb). The *anchoriform* FCORV would therefore have a more golden colour than most LBA bronzes, while such colour distinction supports a prestige character which may perhaps be assigned to this unique item.

$$\Delta E = \sqrt{(L_1^* - L_2^*)^2 + (a_1^* - a_2^*)^2 + (b_1^* - b_2^*)^2}$$

5. DISCUSSION: ANCHORIFORM OR ANCHOR IDOL – A SYMBOL OF POWER OR A SIMPLE IDEOTECHNIC PENDANT

The iconographic representation known by Iberian archaeologists as the *anchoriform* (Fig. 10) is actually known from 31 engraved slabs, most of them of schist, and two granite statues-menhirs, all of them constituting the so called *Estelas Alentejanas* (Almagro Basch 1966) or Type I stelae. The former were mostly found (66% – 21 schist slabs) in the southern Portuguese region of Lower Alentejo (Díaz-Guardamino 2010; Serra – Porfírio – Soares 2014; Fig. 6; Gomes 2015).

Seven of the known engraved schist slabs only depict the *anchoriform*, in three other the *anchoriform* is associated with a sword, and in another five it goes with a sword and a halberd (Serra – Porfírio – Soares 2014). Some researchers, taking into account the available chronology for the Iberian Bronze Age halberds and swords proposed a chronology for the *Estelas Alentejanas* between the last quarter of the 3rd millennium BC and the middle of the 2nd millennium BC, encompassing the EBA and part of the MBA in the Iberian Southwest (Senna-Martinez 2013a; Senna-Martinez *et al.* 2017). However, a more recent date for

the disappearance of these stelae can be suggested since the geographic distribution of these stelae overlaps the dispersal of some ceramic types, namely Odivelas and Santa Vitória cups, as well as bottles and pots with vertical ribs, corresponding to the Southwest Bronze II (following Schubart 1975). Soares *et al.* (2021) also proposed that the use of the *Estelas Alentejanas* covered the entire 2nd millennium BC, due to the depiction of a LBA shaft-hole axe in association with an *anchoriform* on a covering slab from a stone cist at Ervidel (Gomes – Monteiro 1976/1977: Fig. 3).

One of the founding fathers of Portuguese Archaeology and its National Archaeology Museum, José Leite de Vasconcelos, thought the *anchoriform* should be the depiction of an axe (Vasconcelos 1906; 1908), but its coexistence with hafted axes in several occasions (namely in the schist slab from Assento, Beja – Almagro Basch 1966: Lãm. XXVI) makes this interpretation, largely followed during the first half of the 20th century (Almagro Basch 1966), difficult to sustain.

A few years ago, Leonardo García Sanjuán and collaborators (García Sanjuán *et al.* 2013) published a large set of ivory pieces from a Chalcolithic funerary megalithic monument of the PP4-Montelirio Sector of Valencina de la Concepción (Seville, Spain). In one

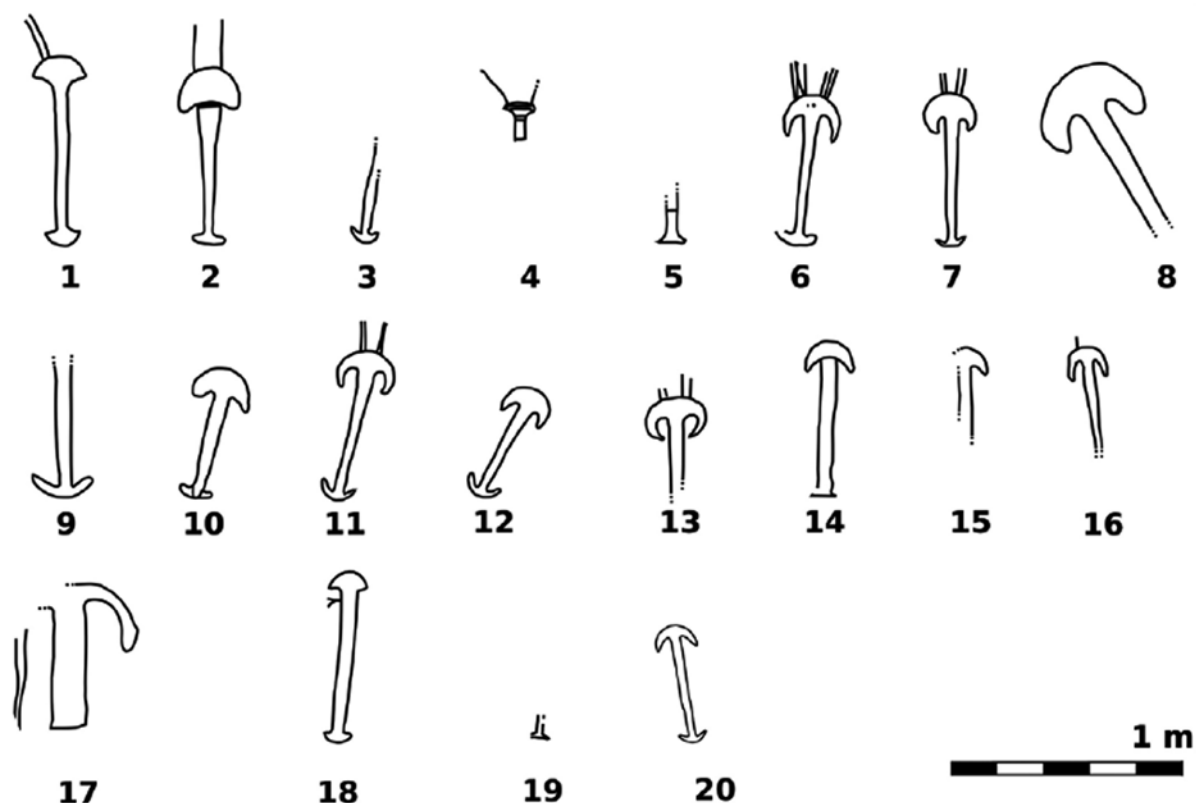


FIG. 10 SWBA *anchoriforms* following Serra – Porfírio – Soares (2014: Fig. 6).



FIG. 11 The Tapada da Moita stele.

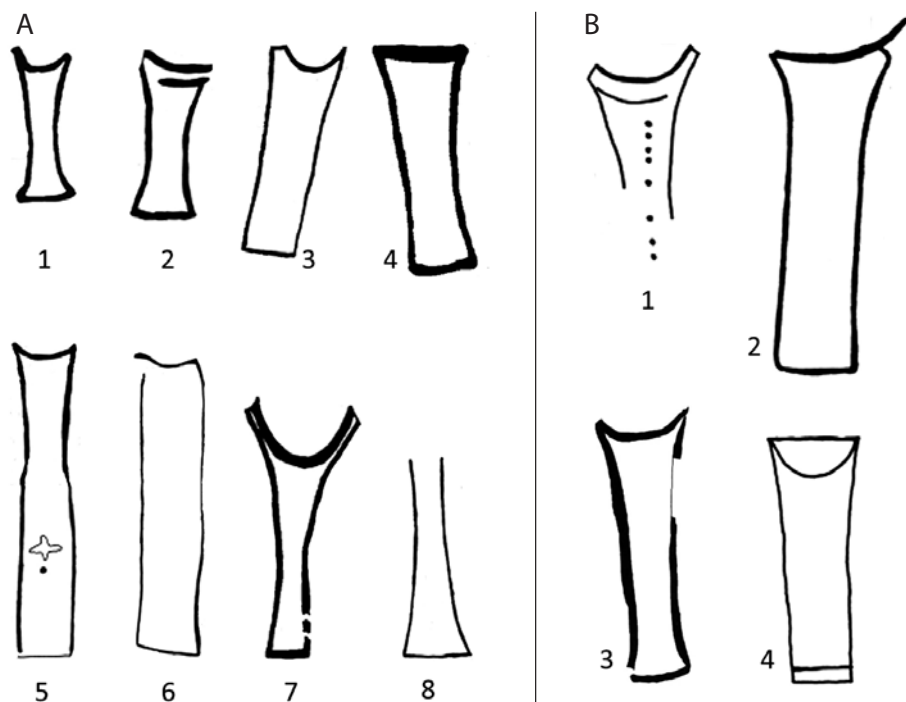


FIG. 12 A - Front *skeuomorphs* following Senna-Martinez (2018: Fig. 7); B - back *skeuomorphs* following Senna-Martinez (2018: Fig. 8).

of the chambers of the monument several fragments of carved ivory and a rock crystal blade of a dagger were found, allowing the reconstruction of what was probably its crescent-shaped ivory hilt and dagger sheath. The set of these artefacts (dagger blade, hilt and sheath) is perhaps the prototype for the symbol under discussion here (see reconstitution by Miriam Luciañez Triviño according to García Sanjuán *et al* 2013: 622, Fig. 11). This artefact is clearly a prestige item, eventually associated to the single young male burial recorded in the same chamber where the dagger was found, but in different stratigraphic units.

From 1995 onwards, following the exhibition “*A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*”, in the National Archaeology Museum (Lisbon), the prevalent interpretation for the *Estelas Alentejanas* tends to see them as being part of the first of the successive “power discourses” that gave shape to the development of the Iberian Bronze Age (Jorge 1995). Within this line of interpretation the *anchoriform* is invested with a symbolic meaning as “a symbol of power”, which was probably used suspended from a collar worn around the neck. Stelae of Tapada da Moita, Castelo de Vide (Fig. 11) (Oliveira 1986), Passadeiras, Silves (Gomes 1994: 86-89) and, at least, another eight specimens (Serra – Porfírio – Soares 2014: Fig. 6) show

the depiction of a hanging object. This object is the *anchoriform* precisely.

Transition from the Chalcolithic to the EBA occurs at different places in each of the areas belonging to the cultural mosaic of Western Iberia. However, a common characteristic of this cultural phase seems to be a generalized disinvestment in the construction and maintenance of various architectural structures used for burial and/or ritual that developed from the Middle Neolithic onwards. Reuse of older structures or construction of other more economic architectural solutions seems to be the rule from the EBA onwards. It is in this context that the first masculine power figures emerge, together with a new panoply of arsenical copper artefacts, privileging “male items”, namely weapons and gold jewellery (Senna-Martinez 2013a; Senna-Martinez – Luis 2016).

A split occurring on the Portuguese Central Massif (highlands of Lousã, Açor and Estrela) between cultural areas seems to arise during the EBA/MBA. Northwards from the Sabugal area (in the transition from the Beira Interior to the Beira Alta regions) the *anchoriform* is replaced by another representation: the *skeuomorph*. This representation, depicting a skinned hide, occupying a large area either in the front or in the back of a male figure (Fig. 12), constitutes a probable cultural

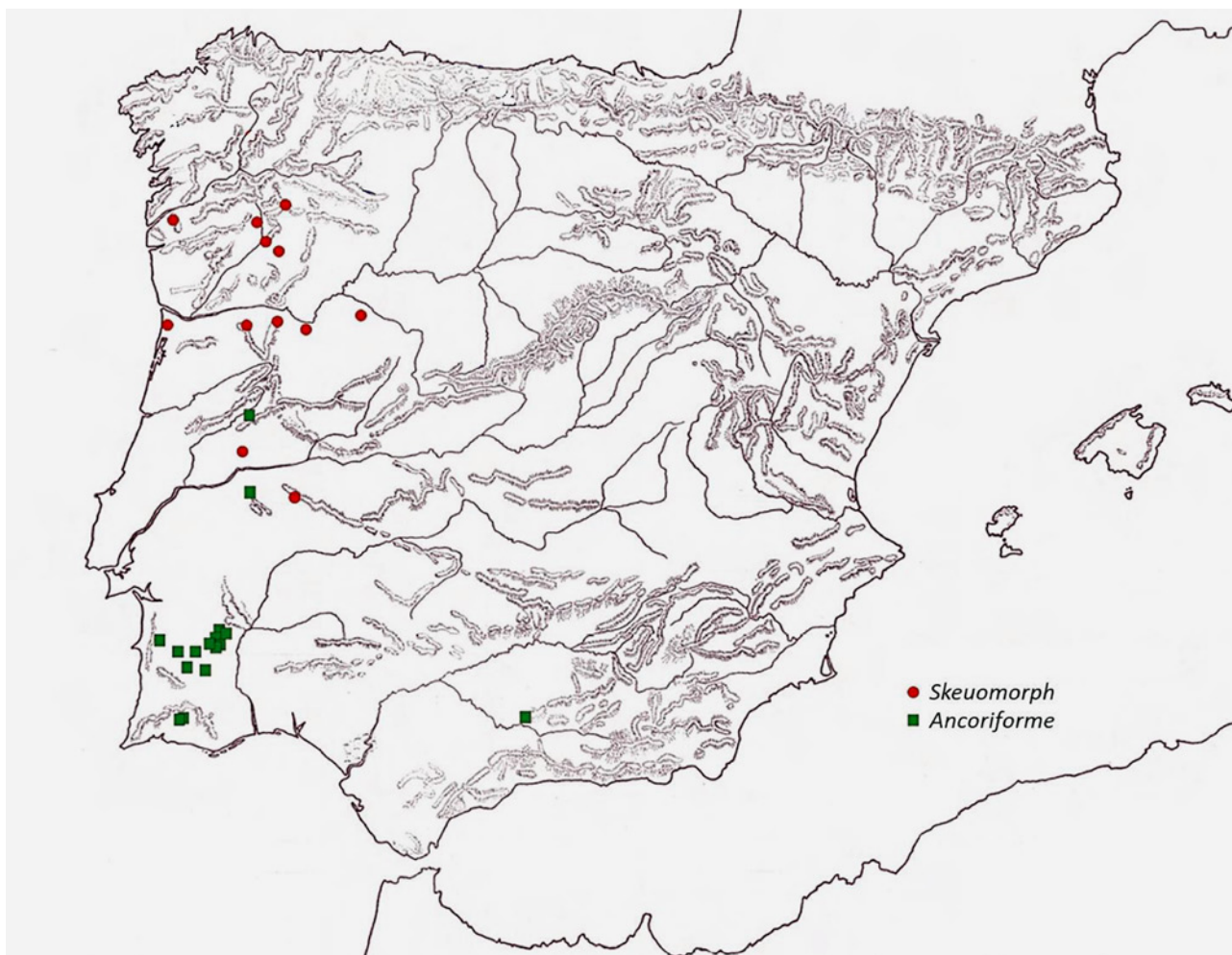


FIG. 13 Distribution of *anchoriforms* and *skeuomorphs* following Marta Díaz-Guardamino (2010: Fig. 92).

conservative trend² recuperating the Elizabeth Shee Twohig Neolithic symbol present in the “megalithic art” of the northern half of Western Iberia (Twohig 1981: 23). Concerning these two representations, the distribution analysis proposed by Marta Díaz-Guardamino (2010: 143) shows that the *anchoriform* is present from the Southwest to the Beira Interior, while to the north of this region the *skeuomorph* is predominant or the only one that exists (Fig. 13).

² In 2018 we already argued that “...various tensions and balances pass through the neo-chalcolithic system of beliefs that underlies the megalithic art in Beira Alta. For us, the symbolic oppositions / complementarities present in its iconography reflect the characteristics of the regional Neolithic, a world where hunting and pastoralism are associated with winter-fruits collecting (mainly acorns), in societies not yet fully agricultural, and in which andriarchal values and representations remain structural (Senna-Martinez and Ventura 2008: 328-332). In the new EBA system, male power legitimation can thus be seen in continuity with earlier, Neolithic, social beliefs adding and transforming what was needed to fulfil the new power agenda and legitimize the new power actors.” (Senna-Martinez 2018: 296). We still think this to be a valid interpretation of the available evidence.

Together, the *anchoriform* distribution follows mostly what we have been calling the “stelae route” (Senna-Martinez 2011: 291-293; 2013b; 2018). Of course, in prehistoric times, we are thinking not of something like a Roman road but of a series of traditional passways generally following what, in modern times, become the main delineation of the so called IP2 in the Portuguese road system (Fig. 14).

6. CONCLUDING: THE POSSIBLE SURVIVAL OF THE ANCHORIFORM AS A SYMBOL OF POWER OR ITS SURVIVAL AS A SIMPLE IDEOTECHNIC PENDANT

The iconographic representation known as the *anchoriform* depicted in engraved slabs in SWBA funerary contexts has usually been considered with a symbolic meaning - a symbol of power. A symbol of power often associated in the same slab, in a realistic



FIG. 14 Approximate layout of what we have been calling the “stelae route” (Senna-Martinez 2011; 2013b; 2018).

style, with weapons and tools, namely swords, halberds and axes and, more rarely, a bow, a chisel and a pair of sandals or feet. All these weapons and tools engraved on the stone strongly indicate its connection to male individuals, who would wear the *anchoriform* suspended over their shoulders or from a collar worn around the neck as the straps associated with it, which depart from the larger crescent of the object, also indicate.

The bronze *anchoriform* from Fraga dos Corvos certainly has a southern affiliation, but is much smaller than any of the stone depictions and it is very probably more recent than the last funerary manifestations ascribed to the SWBA. Its use may be reminiscent of the function it had at that time, but seems to have changed over time. The dimensions it presents prevent it from being interpreted as a symbol of power and it is also not plausible that it could be used as a sceptre, even if attached to a wooden rod, for instance. The typology of the artefact, as well as some apparently

use-wear marks next to the shaft hole, makes much more plausible that it was used as a pendant on a necklace, perhaps as a mere ideotechnic object. Also, the position in which the *anchoriform* symbol is shown on the pendant, contrary to that shown in its depiction in the *Estelas Alentejanas*, indicates that something of its function or symbolism would have already been lost. However, the raw material (a ternary bronze with a golden glow) with which it was manufactured as well as its shape, a pendant, leads to consider it as a prestige object, possibly indicative of the social status of the owner. It is also indicative of an exchange of materials and, of course, of concepts and ideas between north and south on the Atlantic facade of the Iberian Peninsula.

If we accept the Montelirio dagger, hilt and sheath as an early possible explanation of the origin of the *anchoriform* symbol and consider the FCORV one as a late expression of the same, these hypotheses open the possibility of further discussion, namely about the

permanence and transmission of symbolic meaning and the change or no-change over time of the symbolic significance inland and in more conservative societies.

Final note

This paper is the result of a team work led by Professor João Senna-Martinez, the first author. Sadly, he passed away before it was published. The other authors have finished this work, hoping that it stays true to his thought and line of research, and in order to keep alive the important contribution of Senna-Martinez to the Iberian Prehistory.

Acknowledgments

The support of Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) to C2TN (UIDB/04349/2020) is gratefully acknowledged. Authors also acknowledge the use of the micro-EDXRF spectrometer from Department of Conservation and Restoration (DCR/FCT-NOVA).

Bibliography

- ALMAGRO BASCH, M. (1966) – *Las Estelas Decoradas del Suroeste Peninsular*. Madrid.
- BANHA, C. – VEIGA, A. M. – FERRO, S. (2009) – A Estátua-Menir de Corgas (Donas, Fundão). Contributo para o Estudo da Idade do Bronze Na Beira Interior. Associação de Estudos do Alto Tejo. *AÇAFA On Line*, 2: 1-16.
- COFFYN, A. (1985) – *Le Bronze Final Atlantique dans la Peninsule Iberique*. Paris.
- BOTTAINI, C. E. – SILVA, A. L. M. – COVITA, D. S. – MOUTINHO, L. M. – VELOSO, J. F. C. A. (2012) – Energy dispersive X-ray fluorescence analysis of archaeological metal artifacts from the Final Bronze Age. *X-Ray Spectrometry*, 41: 144-149.
- BRONK, H. – ROHRS, S. – BJEUMIKHOV, A. – LANGHOFF, N. – SCHMALZ, J. – WEDELL, R. – GORNÝ, H. E. – HEROLD, A. – WALDSCHLAGER, U. (2001) – ArtTAX - A new mobile spectrometer for energy-dispersive micro X-ray fluorescence spectrometry on art and archaeological objects. *Fresenius Journal of Analytical Chemistry*, 371: 307-316.
- BRONK RAMSEY, C. (2009) – Bayesian analysis of radiocarbon dates. *Radiocarbon*, 51(1): 337-360.
- DÍAZ-GUARDAMINO, M. (2010) – *Las estelas decoradas en la Prehistoria de la Península Ibérica*. PhD Thesis presented to the Complutense University of Madrid. Unpublished.
- FIGUEIREDO, E. – ARAÚJO, M. F. – SILVA, R. J. C. – VILAÇA, R. (2013) – Characterisation of a Proto-historic bronze collection by micro-EDXRF. *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research B*, 296: 26-31.
- FIGUEIREDO, E. – SENNA-MARTINEZ, J. C. – SILVA, R. J. C. – ARAÚJO, M. F. (2009) – Orientalizing artifacts from Fraga dos Corvos rock shelter in North Portugal. *Materials and Manufacturing Processes*, 24(9): 949-954.
- FIGUEIREDO, E. – SILVA, R. J. C. – SENNA-MARTINEZ, J. C. – ARAÚJO, M. F. – BRAZ FERNANDES, F. M. – INÊS VAZ, J. L. (2010) – Smelting and recycling evidences from the Late Bronze Age habitat site of Baiões (Viseu, Portugal). *Journal of Archaeological Science*, 37: 1623-1634.
- GARCÍA SANJUÁN, L. – LUCIAÑEZ TRIVIÑO, M. – SCHUHMACHER, T. X. – WHEATLEY, D. – BANERJEE, A. (2013) – Ivory craftsmanship, trade and social significance in the southern Iberian Copper Age: the evidence from the PP4-Montelirio Sector of Valencina de la Concepción (Seville, Spain). *European Journal of Archaeology*, 16(4): 610-635.
- GEIRINHAS, F. – GASPAR, M. – SENNA-MARTINEZ, J. C. – FIGUEIREDO, E. – ARAÚJO, M. F. – SILVA, R. J. C. (2011) – Copper isotopes on artifacts from Fraga dos Corvos First Bronze Age habitat site and nearby Cu occurrences: an approach on metal provenance. In MATA-PERELLÓ, J. M. – TORRO I ABAT, L. – FUENTES PRIETO, M. N. – CAMPO, A. N. – PUCHA RIART, O. (eds.) – *Actas del Quinto Congreso Internacional sobre minería y metalurgia Históricas en el Suroeste Europeu*. Madrid: 177-184.
- GOMES, M. V. (1994) – *A Necrópole de Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines) e a Idade do Bronze no Concelho De Silves* (Xelb 2). Silves.
- GOMES, M. V. (2015) – *The Vale da Telha Necropolis (Aljezur) in the Context of the Southwest Iberian Bronze Age*. Lisbon.
- GOMES, M. V. – MONTEIRO, J. P. (1976/1977) – As estelas decoradas da herdade de Pomar (Ervidel - Beja) - Estudo comparado. *Setúbal Arqueológica*, 2/3: 281-343.
- GUTIÉRREZ NEIRA, P. C. – ZUCCHIATTI, A. – MONTERO-RUIZ, I. – VILAÇA, R. – BOTTAINI, C. – GENER, M. – CLIMENT-FONT, A. (2011) – Late Bronze Age hoard studied by PIXE. *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research B*, 269: 3082-3086.
- JORGE, S. O. (1995) – Introdução. In JORGE, S. O. (ed.) – *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*. Lisboa: 16-20.
- LUÍS, E. (2010) – *A Primeira Idade do Bronze no Noroeste: O conjunto cerâmico da Sondagem 2 do Sítio da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros)*. MA Thesis in Archaeology presented to the University of Lisbon. Unpublished.
- LUÍS, E. (2016) – *Mudança e transformação. Calcolítico, Bronze Inicial e Bronze Médio em Trás-os-Montes Oriental: reflexões a partir dos recipientes cerâmicos*. PhD Thesis presented to the University of Lisbon. Unpublished.
- MECKING, O. (2020) – The colours of archaeological copper alloys in binary and ternary copper alloys with varying amounts of Pb, Sn and Zn. *Journal of Archaeological Science*, 121: 105199.
- MOKRZYCKI, W. S. – TATOL, M. (2011) – Colour difference Delta E - a survey. *Machine Graphics and Vision*, 20(4): 383-411.
- MUÑIZ JAÉN, I. (1995) – Nuevos descubrimiento en la estela de “El Torcal”. Estela de tipo alentejano o estatua-menhir? *Antiquitas*, 6: 15-28.
- OLIVEIRA, J. (1986) – *A estela decorada da Tapada da Moita, Portalegre*. Castelo de Vide.
- REIMER, P. J. – AUSTIN, W. E. N. – BARD, E. – BAYLISS, A. – BLACKWELL, P. G. – BRONK RAMSEY, C. – BUTZIN, M. – CHENG, H. – EDWARDS, R. L. – FRIEDRICH, M. – GROOTES, P. M. – GUILDERSON, T. P. – HAJDAS, I. – HEATON, T. J. – HOGG, A. G. – HUGHEN, K. A. – KROMER, B. – MANNING, S. W. – MUSCHELER, R. – PALMER, J. G. – PEARSON, C. – VAN DER PLICHT, J. – REIMER, R. W. – RICHARDS, D. A. – SCOTT, E. M. – SOUTHON, J. R. – TURNEY, C. S. M. – WACKER, L. – ADOLPHI, F. – BÜNTGEN, U. – CAPANO, M. – FAHRNI, S. M. – FOGTMANN-SCHULZ, A. – FRIEDRICH, R. – KÖHLER, P.

- KUDSK, S. – MIYAKE, F. – OLSEN, J. – REINIG, F. – SAKAMOTO, M. – SOOKDEO, A. – TALAMO, S. (2020) – The IntCal20 Northern Hemisphere Radiocarbon Age Calibration Curve (0-55 cal kBP). *Radiocarbon*, 62(4): 725-757.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Sudwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2011) – La «conexión lusitana»: contactos orientalizantes y búsqueda de estaño y oro en el Centro-Norte portugués. In DOMÍNGUEZ PÉREZ, J. C. (ed.) – *Gadir y el Círculo del Estrecho revisados. Propuestas de la arqueología desde un enfoque social*. Cádiz: 285-296.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2013a) – Metals, Technique and Society. The Iberian Peninsula between the first Peasant Societies with Metallurgy and the “Urban Revolution”. In GUERRA, M. F. – TISSOT, I. (eds.) – *A Ourivesaria Pré-Histórica do Ocidente Peninsular Atlântico. Compreender para Preservar*. Lisboa: 11-20.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2013b) – Um rio na(s) rota(s) do estanho: O Tejo entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro. *CIRA Arqueologia*, 2: 7-18.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2018) – Parasitic frequentation or cultural continuity? The re-use of megalithic monuments in the Ancient / Middle Bronze Age of the Mondego’s Platform. In SENNA-MARTINEZ, J. C. – DINIZ, M. – CARVALHO, A. F. (eds.) – *De Gibraltar aos Pirenéus. Megalitismo, Vida e Morte na Fachada Atlântica Peninsular*. Lapa do Lobo (Nelas): 277-302.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. – LUÍS, E. (2016) – Technique and Social Complexity: Development Trajectories of Peasant Societies with Metallurgy during the Bronze Age of Western Iberia. In SOARES, J. (ed.) – *Social complexity in a long term perspective. Proceedings of Session B15 of UISPP 17th Congress. Setúbal Arqueológica*, 16: 115-130.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. – LUÍS, E. – ARAÚJO, M. F. – SILVA, R. – FIGUEIREDO, E. – VALÉRIO, P. (2011) – First Bronzes of North-West Iberia: the data from Fraga dos Corvos Habitat Site. In MARTINS, C. B. – BETTENCOURT, A. M. S. – MARTINS, J. I. F. P. – CARVALHO, J. (eds.) – *Settlement and Mining in the Atlantic Western Europe*. Braga: 377-390.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. – LUÍS, E. – MATOS, R. – VALÉRIO, P. – ARAÚJO, M. F. – TERESO, J. – COSTEIRA, I. (2017) – O Enterramento da Idade do Bronze da Gruta das Redondas (Carvalhal de Aljubarrota): Um contributo para o estudo do Bronze Antigo na Estremadura Atlântica. In ARNAUD, J. M. – MARTINS, A. (eds.) – *Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: 833-847.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. – LUÍS, E. – MENDES, C. (in press) – Between the Atlantic and the Mediterranean: The Fraga dos Corvos mountain site (Macedo de Cavaleiros) in the Late Bronze Age/Early Iron Age Transition. *Colóquio Internacional “Romper Fronteiras, Atravessar Territórios”*, September 23rd and 24th 2021. Oporto.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. – REPREZAS, J. – LUÍS, E. – FIGUEIREDO, E. – LOPES, F. – GOMES, S. S. – ARAÚJO, M. F. – SILVA, R. J. (2012) – Metal Artefacts of Mediterranean Affiliation from Fraga dos Corvos Habitat Site (Eastern Trás-os-Montes, Portugal): a First Appraisal. *O Arqueólogo Português, Série V(2)*: 241-263.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. – VENTURA, J. M. Q. (2008) – Neolitização e Megalitismo na Plataforma do Mondego: Algumas Reflexões sobre a Transição Neolítico Antigo/Neolítico Médio. In HÉRNANDEZ PÉREZ, M. S. – SOLER DÍAZ, J. A. – LÓPEZ PADILLA, J. A. (eds.) – *Actas del IV Congreso del Neolítico Peninsular*. Tomo II. Alicante: 77-84.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. – VENTURA, J. M. Q. – CARVALHO, H. A. – ARAÚJO, M. F. – FIGUEIREDO, E. – VALÉRIO, P. (2010) – “Melting the Power” – The Foundry Area of Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal). In BETTENCOURT, A. M. S. – SANCHES, M. J. – ALVES, L. B. – FÁBREGAS VALCARCE, R. (eds.) – *Conceptualising Space and Place. On the role of agency, memory and identity in the construction of space from the Upper Palaeolithic to the Iron Age in Europe* (BAR Internacional Series 2058). Oxford: 111-117.
- SERRA, M. – PORFÍRIO, E. – SOARES, S. (2014) – A Estela da Idade do Bronze do Monte do Ulmo (Santa Vitória, Beja). *Conimbriga*, 53: 5-30.
- SOARES, A. M. – BAPTISTA, L. – MATALOTO, R. – MELO, L. – SILVA, A. M. – SOARES, R. M. – VALÉRIO, P. (2021) – The Bronze Age of Southwestern Iberian Peninsula: endogenous evolution versus migration stimuli. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 24(1): 59-82.
- STUIVER, M. – REIMER, P. J. – REIMER, R. W. (2021) – CALIB 8.2 [www program] at <http://calib.org> accessed 2021-12-4.
- TWOHIG, E. S. (1981) – *The Megalithic Art of Western Europe*. Oxford.
- VALÉRIO, P. – ARAÚJO, M. F. – CANHA, A. (2007) – EDXRF and micro-EDXRF studies of Late Bronze Age metallurgical productions from Canedotes (Portugal). *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research B*, 263: 477-482.
- VALÉRIO, P. – SILVA, R. J. C. – SOARES, A. M. M. – ARAÚJO, M. F. – GONÇALVES, A. P. – SOARES, R. M. (2015) – Combining X-ray based methods to study the protohistoric bronze technology in Western Iberia. *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research B*, 358: 117-123.
- VASCONCELLOS, J. L. (1906) – Estudos sobre a época do bronze em Portugal. *O Archeólogo Português, Série I(11)*: 179-189.
- VASCONCELLOS, J. L. (1908) – Estudos sobre a época do bronze em Portugal. *O Archeólogo Português, Série I(13)*: 300-313.

A necrópole do Cerro do Ouro (Ourique): reflexões sobre os enterramentos em urna nas necrópoles tumulares do Baixo Alentejo

The necropolis of Cerro do Ouro (Ourique): thoughts on the urn burials in the tumular necropoleis of the Lower Alentejo

FRANCISCO B. GOMES

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa;

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

franciscojbgomes@gmail.com

ORCID iD: 0000-0003-0664-6374

RESUMO: Apesar de referida desde há muito na bibliografia sobre a Idade do Ferro no Sul de Portugal, em geral, e na região de Ourique em particular, pouco se sabe sobre a necrópole do Cerro do Ouro (Ourique). O estudo dos materiais procedentes deste conjunto funerário em depósito no Museu Nacional de Arqueologia permite confirmar a presença de um enterramento em urna com características particulares que remetem para uma influência de cunho meridional procedente do litoral, presença essa que permite repensar as dinâmicas culturais da difusão dos enterramentos em urna em torno a meados do I milénio a.n.e. e a sua posição na sequência crono-cultural das necrópoles tumulares da região de Ourique, no Baixo Alentejo.

PALAVRAS-CHAVE: Cerro do Ouro (Ourique); práticas funerárias; necrópoles tumulares; cremação em urna.

ABSTRACT: Despite having been mentioned for a long time in bibliography regarding the Iron Age of southern Portugal in general, and the Ourique area in particular, little is known about the necropolis of Cerro do Ouro (Ourique). The study of the material from this site deposited in the Museu Nacional de Arqueologia confirms the presence in this funerary site of an urn burial with peculiar characteristics which point towards a southern influence hailing from the coastal areas. This burial allows a reassessment of the cultural dynamics underlying the diffusion of urn burials around the mid-1st millennium B.C.E. and their position in the chrono-cultural sequence of the tumular necropoleis of the Ourique region of Lower Alentejo.

KEY WORDS: Cerro do Ouro (Ourique); funerary practices; tumular necropoleis; urn burials.

1. OS ENTERRAMENTOS EM URNA NAS NECRÓPOLES TUMULARES DO BAIXO ALENTEJO: UMA BREVE INTRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

A importância dos trabalhos desenvolvidos a partir do final da década de 1960 por C. de Mello Beirão e seus colaboradores na região em torno a Ourique é sobejamente conhecida. Tendo como objectivo central caracterizar o contexto histórico e arqueológico da Escrita do Sudoeste, o ambicioso programa de investigação liderado por aquele investigador saldou-se com efeito na produção de um importante volume de dados (Dias – Beirão – Coelho 1970; Beirão – Gomes – Monteiro 1979; Beirão – Gomes 1980; 1983; Dias – Coelho 1983; Beirão 1986; 1990; Correia 1993; Beirão – Correia 1994) que permitiu pela primeira vez discutir com bases sólidas o desenvolvimento histórico das comunidades locais durante as etapas iniciais da Idade do Ferro.

Entre os principais contributos destes trabalhos conta-se a definição e investigação da conhecida fácies funerária desta área, caracterizada pelas suas distintivas arquitecturas tumulares adossadas que formam paisagens funerárias muito características e com uma identidade própria muito marcada (Beirão 1986; Correia 1993; Arruda 2001). No entanto, e apesar de a atenção da equipa liderada por C. de Mello Beirão ter incidido especialmente nessas estruturas monumentais e nas sepulturas que albergavam, os trabalhos desenvolvidos em várias destas necrópoles permitiram igualmente identificar um número significativo de enterramentos em urna que foram devidamente individualizados no panorama funerário local (Dias – Coelho 1971; Beirão 1986: 49; Silva – Gomes 1992: 151-152 e 176-177; Correia 1993: 360; Beirão – Correia 1994; cf. tb. *infra*).

A posição destes enterramentos nas paisagens funerárias regionais levou C. de Mello Beirão a interpretá-los como uma realidade essencialmente intrusiva (Beirão 1986: 49-50), relacionando-os com a chegada à região de novas populações com uma matriz cultural diferenciada. Estes enterramentos converteram-se assim numa das bases do modelo histórico bipartido propugnado por aquele investigador e pelos seus colaboradores, em que a uma I Idade do Ferro com fortes vínculos ao mundo meridional e ao Mediterrâneo sucederia uma II Idade do Ferro com características

continentais e celtizantes (Beirão – Gomes – Monteiro 1979; Beirão – Gomes 1980; Beirão 1986: 27-29).

Ainda assim, e apesar da relativa centralidade da questão dos enterramentos em urna na argumentação que suportava este modelo, não pode deixar de se assinalar que no próprio quadro deste amplo programa de investigação se foram recolhendo dados que destoavam desta leitura, mas que mereceram sempre uma atenção reduzida. A este nível, o enterramento em urna do Cerro do Ouro (Ourique), que adiante se tratará em detalhe, parece ter sido um dos elementos mais dissonantes, tendo sido considerado pelo próprio C. de Mello Beirão como um caso particular e diferenciado (Beirão 1986: 49-50; v. tb. *infra*).

Apesar de o referido modelo histórico bipartido ter sido objecto de sérias críticas (Arruda – Guerra – Fabião 1995; Fabião 1998: 336-402; cf. tb. *infra*), tendo sido matizado pelo próprio C. de Mello Beirão (Beirão – Correia 1994), os dados sobre estes enterramentos em urna da região de Ourique que haviam servido de base ao mesmo permaneceram escassos, impedindo uma reapreciação global do seu contexto e da sua posição na sequência cultural regional. O presente contributo visa precisamente oferecer novos dados para essa discussão, apresentando o estudo de um conjunto de materiais procedentes do Cerro do Ouro actualmente em depósito no Museu Nacional de Arqueologia (MNA) cujas características permitem reflectir sobre as dinâmicas culturais da introdução da prática do enterramento em urna nesta área.

2. A NECRÓPOLE DO CERRO DO OURO (OURIQUE): LOCALIZAÇÃO, DESCOBERTA E TRABALHOS ANTERIORES

Situada no centro de um planalto relativamente dominante no contexto da orografia regional, a cerca de 240m de altitude, a necrópole do Cerro do Ouro (Fig. 1) situa-se nas imediações do povoado homónimo, do qual dista apenas 300m, e da necrópole do Monte do Poço (Arruda 2001: 249; Vilhena 2006: 82), integrando-se portanto no núcleo de Palheiros definido por A. M. Arruda (2001).

Sobre o povoado correspondente nada se sabe, ainda que se tenha constatado que o mesmo foi objecto de escavações das quais não se conhece

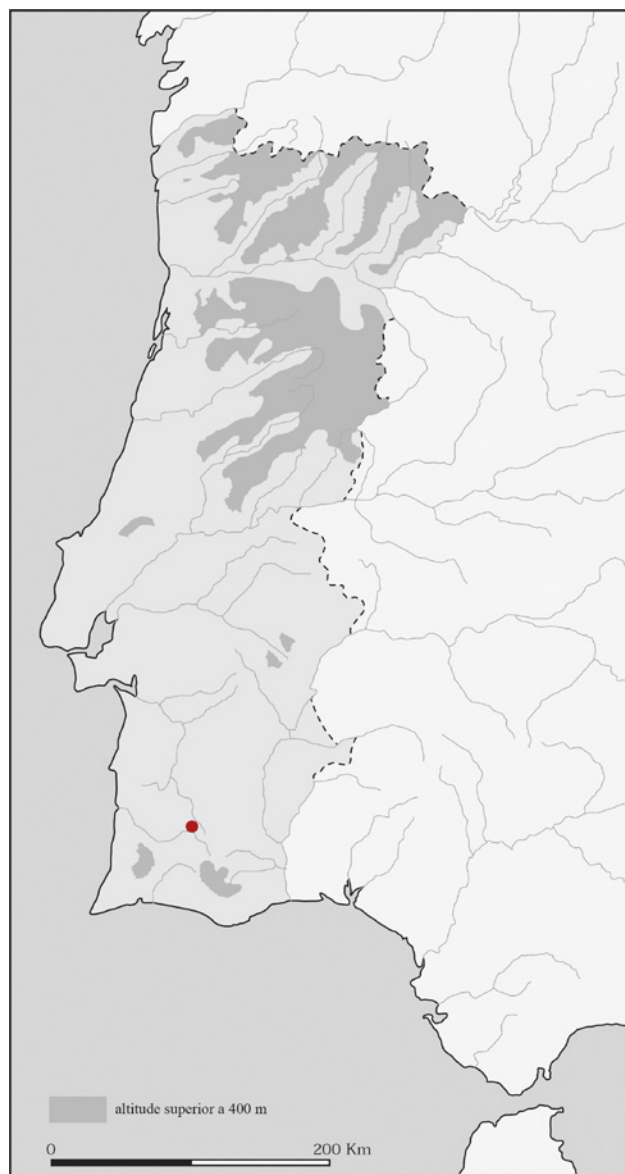


FIG. 1 Localização da necrópole do Cerro do Ouro (Ourique). Base cartográfica: Victor S. Gonçalves.

qualquer notícia (Vilhena 2006: 82). Ainda assim, J. Vilhena assinala que nos inícios do século XXI se observava ainda no terreno o edifício de planta ortogonal posto a descoberto por esta intervenção, composto por pequenos compartimentos de planta quadrangular distribuídos em torno de um pátio de maiores dimensões (Vilhena 2006: 82). Posteriormente, o sítio parece ter-se deteriorado significativamente, reportando o mesmo autor pouco tempo mais tarde que o mesmo se encontrava já arrasado (Vilhena 2008: 386).

A necrópole, por seu turno, foi identificada por C. de Mello Beirão nalgum momento indeterminado dos anos 1970, tendo ao que tudo indica sido decapada, mas não escavada (Beirão – Gomes 1984: 440-442), embora outros autores refiram a existência de uma

sepultura de incineração em fossa alongada que teria efectivamente sido objecto de escavação (Arruda 2001: 249). Em todo o caso, no decurso dos trabalhos de limpeza e reconhecimento foi possível identificar e recolher uma urna contendo os restos de uma cremação e alguns objectos do respectivo espólio, conjunto a que, pelo seu interesse, se dedicará especial atenção neste trabalho. Como adiante se verá, foram igualmente recolhidos outros objectos durante estes trabalhos, cuja associação a esta cremação em urna ou a qualquer outra sepultura não pode contudo confirmar-se.

Contrariamente ao ocorrido com outros conjuntos funerários estudados por C. de Mello Beirão e pelos seus colaboradores e que mereceram publicação detalhada (Dias – Beirão – Coelho 1970; Beirão 1986; 1990; Correia 1993), a necrópole do Cerro do Ouro nunca foi objecto de uma apresentação pormenorizada, tendo apenas sido referida de forma mais ou menos breve em trabalhos de âmbito mais geral (Beirão – Gomes 1980: 26-27; Beirão – Gomes 1983: 242; 1984: 436 e 440-444). Não se conhece, nomeadamente, qualquer planta publicada das estruturas funerárias postas a descoberto durante os trabalhos antes mencionados.

Destas breves notas publicadas, a mais extensa encontra-se num trabalho dedicado por C. de Mello Beirão e M. Varela Gomes à coroplastia da Idade do Ferro do Sul de Portugal, na qual dão a conhecer uma terracota procedente do Cerro do Ouro (Beirão – Gomes 1984: 436; v. *infra*). Neste trabalho, e como forma de contextualizar a referida terracota, apresentam igualmente alguns detalhes sobre o referido enterramento em urna, bem como sobre outros elementos documentados e recolhidos na necrópole (Beirão – Gomes 1984: 440-442).

Posteriormente, na sua monografia sobre a *Civilisation protohistorique du sud du Portugal*, C. de Mello Beirão teceria também algumas considerações adicionais sobre este enterramento em urna, que considerava distinto das restantes deposições deste tipo por si identificadas (Beirão 1986: 49-50), sem contudo se deter na discussão dos possíveis significados dessa diferenciação.

Como já foi referido, os responsáveis pela documentação desta necrópole não oferecem em nenhum dos seus contributos uma descrição detalhada da paisagem funerária que ali terão posto a descoberto,

indicando apenas sucintamente que a necrópole «...é constituída por um núcleo tumular da Idade do Ferro e por enterramentos em urna periféricos, de época posterior...» (Beirão – Gomes 1984: 442). Contudo, em trabalho mais recente, A. M. Arruda (2001: 249) oferece alguns detalhes adicionais, assinalando nomeadamente a presença de um grande monumento circular com sensivelmente 2,45m de raio, pertencente à Fase I da sequência estabelecida por V. H. Correia (Correia 1993: 360), ao qual se adossaria um conjunto de monumentos tumulares quadrangulares dotados de câmara sepulcral, pertencentes por tanto à Fase II daquele investigador (Correia 1993: 360), delimitados ao que parece por um muro envolvente.

A mesma autora refere ainda a existência e escavação da já mencionada sepultura de incineração em fossa alongada, situada a Sul do conjunto tumular antes mencionado (Arruda 2001: 249). Com os parcos dados disponíveis, a relação entre esta incineração e o enterramento em urna referenciado pelos responsáveis da intervenção no sítio não é de todo perceptível, parecendo contudo claro que este último se deve *a priori* enquadrar na Fase IV de V. H. Correia (1993: 360). A necrópole do Cerro do Ouro poderia assim corresponder a um exemplo de necrópole de larga diacronia, na qual estariam representadas praticamente todas as fases da arquitectura tumular estabelecidas por aquele investigador, podendo pensar-se que a ausência de referências a monumentos da Fase III resulta sobretudo da falta de documentação fiável.

Os materiais recolhidos durante esta intervenção, e nomeadamente os que correspondem ao enterramento em urna e aos respectivos conteúdos, foram (parcialmente) listados pelos seus responsáveis (esp. Beirão – Gomes 1984: 436, 440-442; v. tb. Beirão – Gomes 1980: 26-27; 1983: 242; Beirão 1986: 49-50; Calado – Gomes 2004: 181), mas, com excepção da terracota anteriormente referida (Beirão – Gomes 1984: 436), nunca foram objecto de publicação detalhada. Contudo, parte desses materiais encontra-se actualmente em depósito no Museu Nacional de Arqueologia (MNA) – onde a maioria dos elementos recolhidos no Cerro do Ouro chegou a estar exposta no início da década de 1980 no contexto da exposição *A Idade do Ferro no Sul de Portugal: Epigrafia e Cultura* (Beirão – Gomes 1980: 26-27) –, tendo sido possível realizar o estudo dos mesmos, que se apresenta nas páginas seguintes.

3. OS MATERIAIS DO CERRO DO OURO EM DEPÓSITO NO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

3.1. O enterramento em urna

Entre os materiais do Cerro do Ouro actualmente depositados no MNA, o núcleo mais significativo corresponde ao espólio associado ao enterramento em urna anteriormente mencionado. Como ficou dito acima, este conjunto foi já descrito em termos gerais por C. de Mello Beirão e M. Varela Gomes, valendo a pena reter neste contexto os elementos de juízo oferecidos pelos seus descobridores relativamente às suas condições de achado.

Assim, os referidos autores assinalam que durante os trabalhos realizados no Cerro do Ouro se teria recolhido «... parte de uma urna com os restos da incineração de uma criança, onde se encontrava um *nazm* de prata e vinte contas, treze esféricas e uma tubular de pasta vítrea de cor negra, oculadas a branco; seis de pasta vítrea translúcida sendo quatro de cor castanha e duas de cor verde; uma conta bitroncocónica de pedra (mármore?) de cor cinzenta» (Beirão – Gomes 1984: 442). C. de Mello Beirão especificaria posteriormente que a urna continha um dente decíduo, elemento que permitiu interpretar os restos cremados nela contidos como pertencentes a um indivíduo infantil, com uma idade em torno aos 12 anos (Beirão 1986: 49-50).

A associação de um enterramento em urna com elementos próprios do comércio mediterrâneo, como as contas de vidro antes citadas, parece ter causado alguma estranheza aos descobridores destes materiais. Com efeito, e num primeiro momento, considerou-se que os materiais contidos nesta urna – ou pelo menos as contas de vidro – corresponderiam a elementos reutilizados, putativamente obtidos por via da violação de sepulturas mais antigas (Beirão – Gomes 1984: 442). Posteriormente, contudo, C. de Mello Beirão parece ter revisto esta posição, assumindo que este espólio “arcaizante”, na sua terminologia, poderia indicar uma maior antiguidade deste enterramento em urna face aos outros exemplos de deposições deste tipo por si identificados (Beirão 1986: 49-50). As características do contentor cinerário, contudo, nunca foram objecto de descrição ou valorização.

No entanto, esta urna (Fig. 2, n.º 1; Fig. 3), actualmente depositada no MNA, apresenta características

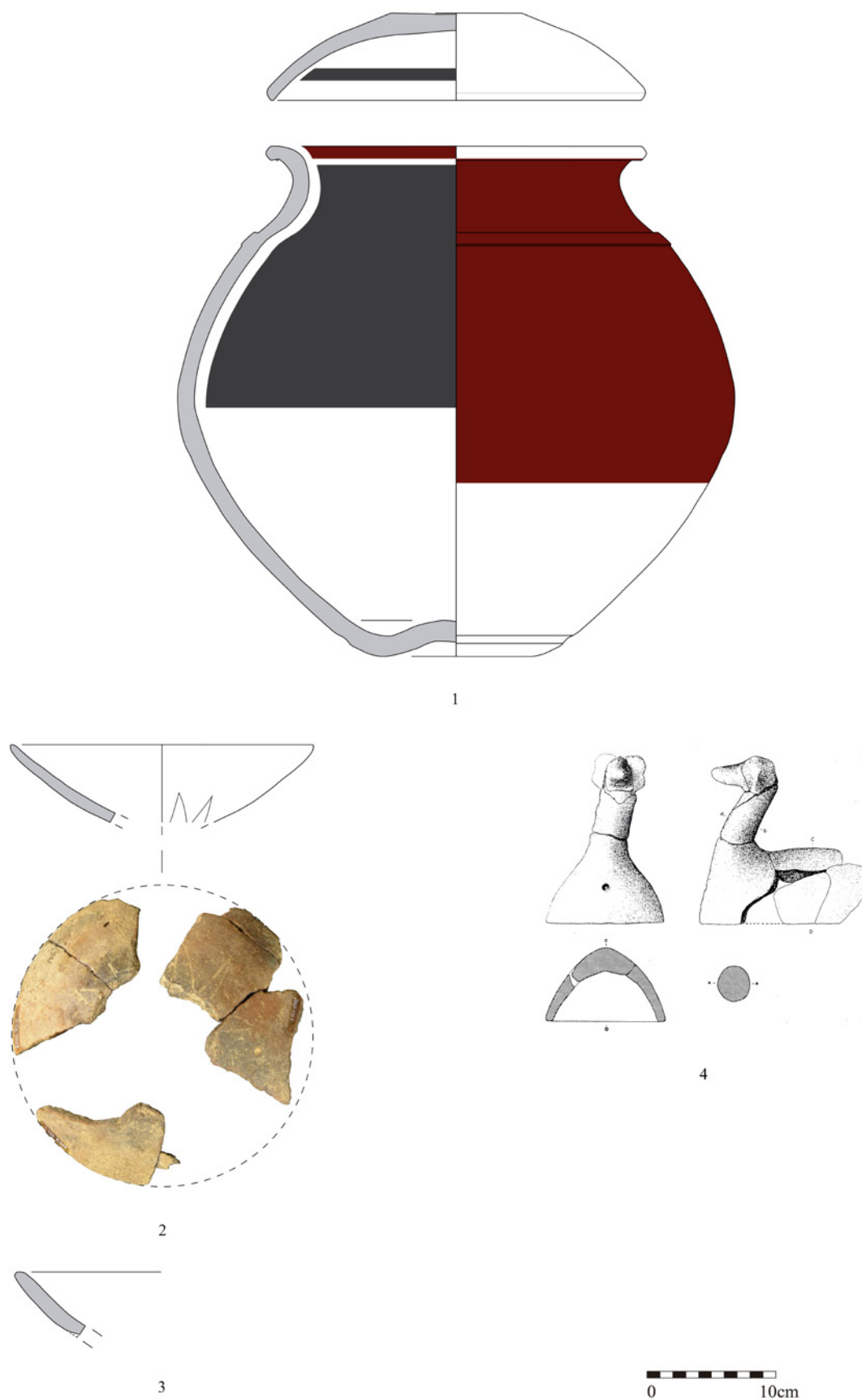


FIG. 2 Materiais cerâmicos da necrópole do Cerro do Ouro: 1, urna e tampa – cerâmica pintada (des. do autor); 2-3, pratos, cerâmica manual (des. do autor); 4, terracota (seg. Beirão – Gomes 1984).



FIG. 3 Urna da necrópole do Cerro do Ouro (foto do autor).

muito interessantes que merecem uma análise detalhada neste contexto. Desde logo, caberia destacar o facto de corresponder a uma produção a torno, pintada, de boa qualidade, que se destaca num ambiente cultural onde a cerâmica manual havia permanecido claramente dominante durante a I Idade do Ferro (Beirão 1986; Arruda 2001).

Este recipiente apresenta com efeito uma pasta fina e bem depurada, aparentemente não calcária, com escassos elementos não-plásticos, de pequenas dimensões, incluindo areias quartzíticas, micas brancas e algumas raras plagioclases de maiores dimensões. Esta peça foi objecto de uma cozedura oxidante, resultando em superfícies de coloração cor-de-laranja amarelada clara.

Do ponto de vista morfológico, esta peça apresenta um bordo facetado, extroverso, e um colo côncavo relativamente desenvolvido e separado do bojo por uma moldura saliente (*"baquetón"*). O corpo desta urna apresenta uma configuração *grosso modo* globular, embora denote uma certa tendência para a diferenciação das partes superior e inferior, sem que contudo se chegue a produzir uma descontinuidade acentuada que permita classificá-la como bitroncocónica. Este recipiente conta ainda com um fundo côncavo, separado do bojo por uma ranhura relativamente larga e pouco profunda, mas que não apresenta qualquer outro tipo de sinalização ou desenvolvimento.

Do ponto de vista decorativo, a peça apresenta pintura a negro, muito degradada mas aparentemente contínua, na parte interior do colo e da porção superior do bojo. Pelo contrário, a porção interna e externa do bordo bem como a parte externa do colo e a parte superior do bojo apresentam pintura a vermelho, de boa qualidade, espessa, lustrosa e polida.

Tipologicamente, este recipiente do Cerro do Ouro enquadra-se sem qualquer dificuldade numa série de urnas muito características da II Idade do Ferro da Baixa Andaluzia, isto é, da área dita turdetana, que se encontram igualmente representadas noutras regiões que mantiveram com aquele território estreitas relações durante esse período. Além da morfologia em geral e da técnica decorativa, a presença da característica moldura saliente antes referida, conhecida na bibliografia espanhola como *"baquetón"*, permite integrar esta peça na vasta família das urnas *"con baquetón"* (Ferrer Albelda – García Fernández 2008: 211).

Pela sua morfologia global, a peça do Cerro do Ouro poderia integrar-se no Subtipo XVIII-A definido por J. L. Escacena Carrasco para a cerâmica pintada da II Idade do Ferro andaluzia (Escacena Carrasco 1985: 582-588), embora a presença da moldura antes citada a aproxime preferencialmente da Forma XX do mesmo autor (Escacena Carrasco 1985: 610-622), podendo pensar-se que se trata de uma peça tipologicamente situada entre uma e outra forma. Em contrapartida, a urna que aqui nos ocupa pode integrar-se sem dificuldade na Variante 6-C-1 da tipologia estabelecida por J. Pereira Sieso para as mesmas produções pintadas andaluzas (Pereira Sieso 1988: 157 e Fig. 9, n.º 10-11).

Segundo este último autor, as urnas *"con baquetón"* surgem nas sequências cerâmicas da Baixa Andaluzia ainda durante o século V a.n.e., tal como atesta a sua presença em estratos desta cronologia do Cerro Macareno (La Rinconada) (Pellicer Catalán – Escacena Carrasco – Bendala Galán 1983: Fig. 53) e de Carmona (Mata Carriazo – Raddatz 1960), perdurando nas centúrias seguintes, como se pode apreciar, entre outros sítios, na sequência *"turdetana"* de Écija (Rodríguez González 2014: 183 e ss.). Estas peças parecem por outro lado perdurar até pelo menos ao final do século III ou mesmo aos inícios do II a.n.e., como atestam os contextos de achado dos exemplares de Alhonor (Écija) (López Palomo 1981: Fig. 49) e de Pajar de Artillo (Santiponce) (Luzón Nogué 1973: 72).

As urnas de tipologia “turdetana” em geral, e do tipo “*con baquetón*” em particular, não são tão-pouco desconhecidas no actual território português, sobretudo em contextos litorais, avultando no panorama nacional o expressivo conjunto de recipientes utilizados como recipientes funerários durante a Fase II da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) (Gomes 2018a; 2021a). Também na infelizmente mal conhecida necrópole do Galeado (Vila Nova de Milfontes) se recolheu uma urna que, apesar da ausência de “*baquetón*”, se integra de forma clara nesta linha de contentores cinerários de inspiração meridional (Beirão – Gomes 1983: 221-222). Finalmente, e em contexto não funerário, as urnas “*con baquetón*” estão também bem documentadas nos horizontes da II Idade do Ferro do Castelo de Castro Marim (Gomes – Arruda 2013: 48).

Por outro lado, as urnas do tipo em apreço estão também presentes em contextos interiores, nomeadamente na necrópole da Herdade da Chaminé (Elvas), onde se conhecem pelo menos dois exemplares muito similares ao do Cerro do Ouro que aqui nos ocupa (Nolen 1985: 165-170), e na da Herdade das Casas (Redondo), onde se exumou também pelo menos uma urna “*con baquetón*” (Mataloto – Williams – Roque 2014: Fig. 3). A presença no Alentejo Central de urnas de tipo “turdetano” deve por outro lado relacionar-se com a presença de abundantes recipientes desse tipo em necrópoles da área *extremeña*, nomeadamente nas necrópoles de El Jardal (Badajoz) (Jiménez Ávila 2015), El Mercadillo (Cáceres) (Hernández Hernández – Galán Domingo 1996) ou mesmo no conjunto mais tardio de El Peñascón – Hornachuelos (Badajoz) (Rodríguez Díaz – Jiménez Ávila 1987-1988).

Por outro lado, e em contexto não funerário, não pode deixar de se assinalar a existência no depósito votivo de Garvão (Ourique) de recipientes que, apesar da ausência de “*baquetones*”, são passíveis de integração na família tipológica (e decorativa) das urnas de tipo “turdetano” (Beirão *et al.* 1985: Figs. 19 e 21).

Em face do anteriormente exposto, pode afirmar-se que este diverso grupo de urnas se distribui por um período cronológico centrado entre o século V e o final do III a.n.e., pelo menos. Algumas características morfológicas do exemplar do Cerro do Ouro permitem contudo pensar que o mesmo se enquadra numa fase precoce dessa sequência: a morfologia genericamente globular do bojo, onde se aprecia apenas uma ligeira

tendência para o achatamento e o aparecimento de uma quebra intermédia, o aspecto indiferenciado do pé e, sobretudo, a presença de pintura bícroma parecem com efeito indiciar a relativa antiguidade desta peça, que poderia tentativamente datar-se do século V ou, quando muito, dos inícios do IV a.n.e..

Nas colecções do MNA preserva-se igualmente um prato/ tigela produzido a torno com decoração pintada (Fig. 2, n.º 1) que, pelo seu fabrico, pelas suas dimensões e até pela sua gramática decorativa, poderia corresponder à tampa do recipiente cinerário antes descrito. Esta peça apresenta um fabrico semelhante ao da urna já analisada, embora com maior presença de quartzo/ areias quartzíticas de médias dimensões. Do ponto de vista formal, este recipiente apresenta uma morfologia geral em calote de esfera, com um bordo biselado e um fundo plano, não assinalado. Quanto à decoração, este prato/ tigela apresenta uma única banda pintada a negro na superfície interna, sensivelmente a meia altura da peça.

Este tipo de pratos/ tigelas, muito bem representado nos repertórios da área da Baixa Andaluzia (v., p. ex., Escacena Carrasco 1985: Forma 1; Pereira Sieso 1988: variante 16-C-1; Ferrer Albelda – García Fernández 2008: 208), é também extremamente comum nos repertórios dos sítios costeiros portugueses da segunda metade do I milénio a.n.e. (Sousa 2009; 2014; Gomes – Arruda 2013: 26-30), nos quais ocorrem tanto exemplares pintados como sem pintura, bem como nalguns sítios do Vale do Guadiana (Mataloto 2004: Est. XVII; Antunes 2010: 176-178; Soares 2012: Fig. 25), parecendo ocioso enunciar todos os paralelos possíveis para esta peça do Cerro do Ouro.

Pelo contrário, deve notar-se a escassez deste tipo de peças nos conjuntos sidéricos da região de Ourique onde, como já se disse, predomina a cerâmica manual; ainda assim, a peça do Cerro do Ouro pode cotejar-se com um prato/ tigela igualmente dotado de decoração pintada, neste caso a vermelho, procedente da Sepultura 2 do Sector B da necrópole da Chada (Ourique) (Beirão 1986: Fig. 30), ou com um prato/ tigela da Sepultura IV da necrópole da Herdade do Pêgo (Ourique) (Dias – Beirão – Coelho 1970: 211). As peças deste tipo aparecem no entanto com relativa frequência em contextos integráveis na II Idade do Ferro do interior alentejano, nomeadamente na Rua do Sembrano, em Beja (Grilo 2006: 46-49), nas Mesas do Castelinho

(Almodôvar) (Estrela 2010: 51), e no depósito votivo de Garvão (Beirão *et al.* 1985: Figs. 19, 36 e 37).

Embora esta forma tenha uma larga perduração, o que não lhe confere um particular valor cronológico, o exemplar em apreço apresenta detalhes morfológicos muito simples, estando ausentes nomeadamente os pés de anel que caracterizam algumas das produções mais tardias (García Fernández – Sáez Romero 2014: 111-114) (v., p. ex., as tampas das urnas de El Jardal [Jiménez Ávila 2015: 387-389 e Fig. 7] ou alguns dos exemplares de Mesas do Castelinho [Estrela 2010: Est. 5]). Embora a ausência de um pé de anel não exclua em si mesma uma cronologia avançada (García Fernández – Sáez Romero 2014: 114), este detalhe poderia uma vez mais sugerir que esta peça se enquadra numa cronologia comparativamente precoce, possivelmente do século V a.n.e., compatível portanto com o aspecto antigo da urna antes descrita.

Os restantes materiais que podem associar-se de forma clara a este enterramento em urna correspondem na sua totalidade a elementos de adorno, especificamente, como já foi referido, a um *nazm* de prata e a um conjunto relativamente nutrido de contas de colar de vidro e, num caso, de pedra (Beirão – Gomes 1984: 442).

O primeiro destes elementos (Fig. 4, n.º 1) encontra-se actualmente integrado nas colecções do MNA, embora num estado muito fragmentário que dificulta a restituição do seu aspecto original. Os brincos (ou argolas para o nariz) de tipo *nazm* (Quillard 1987: 157-158) caracterizam-se pela sua relativa simplicidade formal, compondo-se de um arame relativamente fino, normalmente de ouro mas, no caso vertente, de prata, mais espesso na porção média e mais estirado nas extremidades, a partir do qual se configura um pequeno aro circular (c. 2,5 cm de diâmetro na peça em apreço), enrolando-se por sua vez as extremidades em torno do próprio aro, formando pequenas espirais com um número variável de voltas (neste caso, esse número é infelizmente impossível de determinar), que correspondem ao mecanismo de fecho.

As peças deste tipo, cuja origem se deve buscar num ambiente cultural púnico, correspondem ao Tipo D1 estabelecido por B. Quillard para a ourivesaria de Cartago (Quillard 1987: 146-148). A ocorrência de *nazem* em contextos púnicos peninsulares encontra-se também bem documentada, tendo estas peças

sido recolhidas no Grupo 8, variante A de A. Perea (1991: 295). Exemplares integráveis neste grupo foram com efeito exumados em Cádiz (Almagro-Gorbea 1986: n.º 7-8, 15), Villaricos (Almería) (Perea 1991: n.º 107 e ss.; Almagro-Gorbea – Lorrio 2015: 77-78) e Ibiza (Perea 1991: n.º 192 e ss.), bem como noutros sítios de matriz “orientalizante”, como La Angorrilla (Alcalá del Río) (de la Bandera – Ferrer 2014: Fig. 9) e Medellín (Badajoz) (Almagro-Gorbea 2008: 371-373), ou pertencentes já ao âmbito ibérico (Nicolini 1991).

Estas peças não são igualmente desconhecidas no actual território nacional, havendo a assinalar o conjunto relativamente nutrido procedente da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Gomes 2021a: 221 e Est. LVI), a peça exumada na necrópole do Galeado (Beirão – Gomes 1983: 226 e Fig. 14, n.º 3) ou ainda um exemplar mais recentemente documentado na necrópole da Vinha das Calijas 4 (Beja) (Arruda *et al.* 2017: Fig. 15), todos de ouro. A nível regional, a produção deste tipo de arrecadas em prata parece ser contudo uma especificidade do Cerro do Ouro, embora a existência de peças análogas de prata em Cartago esteja também referenciada (Gauckler 1915, *apud* Quillard 1987: 146), ao passo que em Villaricos se documenta pelo menos um exemplar em prata dourada (Almagro Gorbea – Lorrio 2015: 78). Por outro lado, a situação da peça aqui analisada pode também comparar-se à de um exemplar da necrópole da Quinta do Estácio 6, executado também ele num material invulgar, neste caso em bronze (Pereiro – Mataloto – Borges 2017: Fig. 10, n.º 6).

Os paralelos antes aduzidos levantam contudo algumas dificuldades quanto à interpretação dos fragmentos conservados no MNA. Com efeito, se considerássemos que esta tipologia básica de *nazm* é a que se encontra efectivamente representada no Cerro do Ouro, seríamos obrigados a assumir que este enterramento em urna continha na verdade duas peças deste tipo e não uma única, como indicam os responsáveis da sua escavação.

No entanto, e apesar do seu mau estado de conservação, os fragmentos da necrópole alentejana permitem pensar que a peça ali exumada corresponde na verdade a um *nazm* duplo do Tipo D3 de B. Quillard (1987: 149) ou do Grupo 8, variante G de A. Perea (1991: 295), tipo bastante menos comum mas ainda assim bem conhecido nos repertórios da joalheria peninsular,

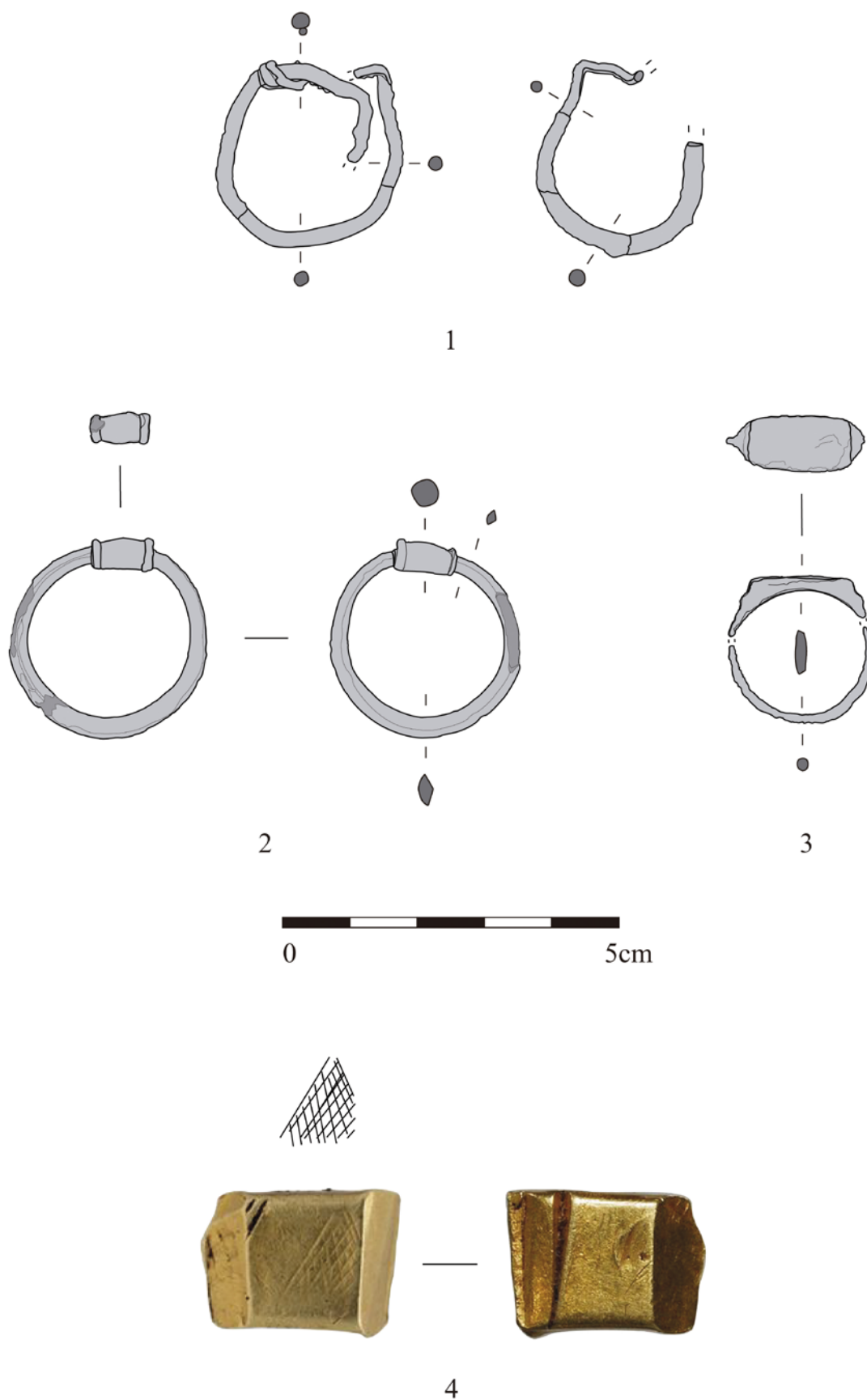


FIG.4 Materiais metálicos da necrópole do Cerro do Ouro; 1, *nazm* – prata (des. autor); 2-3, anéis – bronze (des. autor); 4, fragmento de lingote? – ouro (fonte: matriznet.dgpc.pt, fotos de Luísa Oliveira e David Martins, adaptadas).

nomeadamente em Cádiz, Villaricos, El Molar (Alicante) e Cabezo Lucero (Alicante) (Nicolini 1991: Pl. 44 e Pl. 45; v. tb Almagro-Gorbea – Lorrio 2015: 77-78). A origem destas peças num atelier gaditano foi já, de resto, defendida, e explicaria a sua abundante presença também em contextos púnicos do Mediterrâneo Central, para onde, nesta perspectiva, seriam exportadas a partir de Cádiz (Nicolini 1991: 294).

Do ponto de vista cronológico, B. Quillard considera que as arrecadas do seu tipo D1 surgem pela primeira vez em Cartago nos anos finais do século VI a.n.e., perdurando até à destruição da cidade no final da III Guerra Púnica (Quillard 1987: Tableau Recapitulatif IX). Os materiais peninsulares, pelo contrário, parecem sugerir uma origem mais antiga: o exemplar de La Angorrilla, por exemplo, foi datado pelo seu contexto do final do século VII ou inícios do VI a.n.e. (de la Bandera – Ferrer 2014: Fig. 9), enquanto o da Vinha das Calças se situa com toda a probabilidade na segunda metade desta última centúria (Arruda *et al.* 2017).

Outros exemplares, contudo, como o de Medellín (Almagro-Gorbea 2008: 371-373) ou parte do conjunto de Alcácer do Sal (Gomes 2021a: 221 e Est. LVI), parecem referendar uma cronologia centrada entre os finais do século VI e, sobretudo, o V a.n.e., não havendo provas expressivas da perduração deste tipo de brincos no Extremo Ocidente Peninsular para lá do final daquela centúria ou, no máximo, dos inícios da seguinte.

Quanto às peças duplas, e embora B. Quillard date este tipo de arrecadas essencialmente dos séculos IV e III a.n.e. (Quillard 1987: Tableau Recapitulatif IX), G. Nicolini sugere que a sua produção terá tido início ainda no século V a.n.e., perdurando efectivamente ao longo da centúria seguinte (Nicolini 1991: 293-294).

Ao contrário desta peça de joalheria, as contas de colar de vidro e de pedra referenciadas pelos responsáveis da escavação no Cerro do Ouro não se encontram actualmente depositadas no MNA, a menos que correspondam, no todo ou em parte, a um conjunto de pequenos fragmentos de vidro, muito deteriorados e de difícil restituição, que efectivamente integra as colecções daquele museu, o que não parece provável.

Assim, para a discussão destes elementos contamos apenas com a descrição oferecida por C. de Mello Beirão e M. Varela Gomes, que contabilizam, como já vimos, um total de 20 contas de vidro, das quais 13

esféricas e uma tubular, todas de coloração negra com decoração oculada a branco. A esmagadora maioria dos diminutos fragmentos que integram as colecções do MNA pertencem também a peças deste tipo, distinguindo-se, apesar do mau estado de conservação, peças de grande e de média dimensão.

Este tipo de contas – sobretudo as de morfologia esférica – são frequentes nos conjuntos da Idade do Ferro do Sul de Portugal (Gomes 2021b), e em particular nos da região de Ourique, destacando-se claramente o conjunto da necrópole da Fonte Santa (Ourique) (Beirão 1986: 71; Gomes 2021b: Fig. 4), a que podem ainda somar-se outros exemplos das necrópoles da Mealha Nova (Ourique) (Dias – Beirão – Coelho 1970: 218), de Fernão Vaz (Ourique) (Beirão 1986: 71) e da Chada (Beirão 1986: 89). Sem pretensões de exaustividade, outros paralelos possíveis podem ainda encontrar-se nas necrópoles da Fonte Velha de Bensafrim (Lagos) (Gomes 2020: 99-101) e da Corte de Père Jacques (Aljezur) (Gomes 2021c).

Como já houve oportunidade de comentar, a presença destas peças no enterramento em urna do Cerro do Ouro parece ter provocado alguma perplexidade aos seus descobridores, o que não é de estranhar na medida em que C. de Mello Beirão considerava as contas negras oculadas a branco como as mais antigas dentro do universo tipológico das contas de vidro por si exumadas nas várias necrópoles que interveio, atribuindo-lhes uma cronologia centrada no século VI a.n.e. (Beirão 1986: 89). Tal facto levou a que os exemplares do sítio em apreço fossem considerados, num primeiro momento, como elementos reutilizados (Beirão – Gomes 1984: 442), interpretação que, como se viu, foi posteriormente matizada (Beirão 1986: 49-50).

Apesar de esta proposta de datação permanecer válida para muitos dos exemplares de contas deste tipo escavados por Caetano de Mello Beirão, os seus trabalhos posteriores na necrópole do Pardieiro (Odemira) permitiram identificar um conjunto de contas do tipo que aqui nos ocupa numa sepultura periférica daquela necrópole, o Túmulo 4 (Beirão 1990: 111), que pela sua posição e tipologia poderia corresponder já a um momento enquadrável no século V a.n.e., confirmando assim a maior longevidade destes elementos de adorno.

Quanto aos restantes exemplares, a ausência de indicações sobre a sua morfologia concreta dificulta a

sua correcta identificação e comparação com outros elementos documentados nas necrópoles da região, e do Sul de Portugal em geral. Pode ainda assim referir-se a presença, entre os fragmentos preservados no MNA, de restos de contas esféricas monocromas cor de mel, provavelmente análogas às contas “castanhas” referenciadas por C. de Mello Beirão e M. Varela Gomes, e de um fragmento diminuto (c. 2mm) de uma conta azul-turquesa de morfologia infelizmente impossível de determinar, possivelmente correspondente às contas verdes mencionadas por aqueles mesmos investigadores (Beirão – Gomes 1984: 442).

Embora pouco valorizada na literatura, a presença de contas de vidro cor de mel não é de todo desconhecida na I Idade do Ferro do Sul de Portugal, estando nomeadamente bem documentadas no conjunto da Fonte Santa (contas tubulares, contas sub-esféricas com superfícies enrugadas) (Beirão 1986: 71; materiais depositados no MNA), na da Fonte Velha de Bensafrim (contas tubulares, conta esférica achatada/discoide, conta sub-esférica com superfícies enrugadas) (Gomes 2020) e na da Vinha das Caliças 4 (conta cónica?) (Costa *et al.* 2019: Table 1, n.º 2). As contas azul-turquesa, em contrapartida, são quase omnipresentes nos conjuntos da I Idade do Ferro regional, em particular sob a forma de contas esféricas ou anelares com decoração oculada a branco e azul ultramarino (cf. Gomes 2020: 96-99).

Mais difícil de enquadrar é a única conta de colar lítica referenciada pelos responsáveis da intervenção no Cerro do Ouro. Segundo estes autores, corresponderia a uma peça bitroncocónica de coloração cinzenta, possivelmente de mármore (Beirão – Gomes 1984: 442), embora em trabalho posterior se indique que esta conta seria branca, e possivelmente de riolite (Calado – Gomes 2004: 181).

A presença de contas de colar líticas nos repertórios da Idade do Ferro do Sul de Portugal não é demasiado frequente, predominando nos casos em que a mesma está documentada o uso da cornalina (Gomes 2018b). Ainda assim, caberia destacar a presença de um conjunto significativo de contas de riolite na necrópole da II Idade do Ferro da Quinta da Queimada (Lagos), embora neste caso as peças apresentem uma morfologia discoide a cilíndrica (Calado – Gomes 2004: 176). No sítio das Mesas do Castelinho recuperou-se igualmente uma conta discoide, aparentemente de

quartzo, num contexto datado da segunda metade do século IV a.n.e. (Estrela 2019: 245 e Fig. 9D).

Embora não sejam particularmente homogéneos do ponto de vista do seu enquadramento cronológico, os elementos de cultura material que podem com segurança associar-se ao enterramento em urna que vimos discutindo permitem propor que o mesmo terá tido lugar durante o século V a.n.e., muito possivelmente em torno a meados daquela centúria.

Os rasgos morfológicos e decorativos da urna e, em menor medida, da sua tampa, os paralelos aduzidos para o *nazm*, mas também, até certo ponto, para as contas de vidro que continha permitem com efeito pensar que esta deposição ocupa uma posição precoce dentro da série de enterramentos em urna da Idade do Ferro regional, como o próprio C. de Mello Beirão havia já deduzido (Beirão 1986: 49-50), justificando plenamente a hipótese avançada por V. H. Correia de que este tipo de deposições se iniciaria ainda em pleno século V a.n.e. (Correia 1993: 360).

Por outro lado, e do ponto de vista da sua integração cultural, caberia salientar que os materiais antes resenhados, longe de se integrarem nos repertórios continentais e celtizantes que pautam a cultura material nalguns conjuntos da II Idade do Ferro regional (v. Berrocal-Rangel 1992; Fabião 1998), parecem antes evidenciar uma vincada afinidade cultural com os âmbitos costeiros e meridionais. O significado deste facto será objecto de discussão aprofundada no apartado seguinte.

3.2. Outros materiais do Cerro do Ouro

Antes de discutir o contexto cultural do enterramento em urna cujos materiais associados se apresentaram nas páginas precedentes, parece importante aproveitar esta oportunidade para dar a conhecer os restantes materiais procedentes da necrópole do Cerro do Ouro actualmente depositados no MNA, que não foram até ao momento objecto de publicação.

Estes elementos, cuja associação ao enterramento em urna acima comentado não é em nenhum momento referido pelos responsáveis da intervenção na necrópole, poderão resultar de recolhas superficiais durante a decapagem e limpeza do conjunto tumular, sem que possa precisar-se o seu contexto original de deposição. Apesar da sua falta de contexto, parece oportuno dar a conhecer estes elementos, cujo estudo constitui uma

achega adicional para a caracterização da cultura material das comunidades sidéricas da área de Ourique.

Entre esses materiais contam-se dois pratos de cerâmica manual (Fig. 2, n.º 2-3), tipologicamente muito similares. Correspondem a peças de morfologia muito simples, em calote de esfera, com bordos simples, ligeiramente apontados; infelizmente, ambas as peças se encontram num estado muito fragmentário, o que impede a restituição do tipo de fundos que ostentariam. Ambos os exemplares apresentam estruturas físicas similares, exibindo pastas finas e relativamente depuradas, com elementos não-plásticos frequentes mas de muito pequenas a pequenas dimensões, que incluem quartzo/ areias quartzíticas, plagióclases e micas brancas. As peças foram submetidas a cozaduras irregulares mas predominantemente oxidantes, resultando em superfícies de coloração desigual, entre o castanho alaranjado, o ocre e o castanho claro.

A mais bem preservada destas duas peças (diâmetro – c. 23,7 cm; altura – c. 6,1 cm) destaca-se ainda pelo facto de apresentar um motivo decorativo inciso pós-cozedura no seu fundo externo. Embora o seu mau estado de conservação impeça a restituição completa desse motivo, parece evidente pelas porções conservadas que o mesmo consistiria em triângulos com larguras, comprimentos e orientações irregulares dispostos radialmente em torno do fundo da peça, quiçá com a intenção de representar um motivo solar ou astral.

Este tipo de pratos tem a sua origem nos repertórios regionais do final da Idade do Bronze (Berrocal-Rangel – Silva 2010: Fig. 134), perdurando nos conjuntos predominantemente manuais da I Idade do Ferro do interior alentejano. Com efeito, e além dos próprios sítios da região de Ourique, como Fernão Vaz (Beirão 1986: Fig. 52) e Mealha Nova (Dias – Beirão – Coelho 1970: 207), pratos deste tipo foram também documentados em várias das recém-identificadas necrópoles da área de Beja, nomeadamente na Vinha das Caliças 4 (Arruda *et al.* 2017: Figs. 5 & 11), no Monte do Bolor 1-2 (Beja) (Soares *et al.* 2017: Fig. 23), em Cinco Réis 8 (Beja) (Salvador Mateos – Pereira 2017: Fig. 13), no Poço Novo 1 (Vidigueira) (Figueiredo – Mataloto 2017: Fig. 8) e na Fareleira 3 (Vidigueira) (Figueiredo – Mataloto 2017: Fig. 13), bem como em diversos outros sítios não funerários alentejanos, podendo citar-se, sem pretensões de exaustividade, os exemplos da Azougada (Moura) (Antunes 2010: Fig. 1), do Cabeço

Redondo (Moura) (Soares 2012: Fig. 25), da Herdade da Sapatôa (Redondo) (Mataloto 2004: Est. XVII), bem como diversas outras peças procedentes de sítios do Alentejo interior (Albergaria – Melro 2013).

A decoração incisa do exemplar mais bem conservado do Cerro do Ouro é, pelo contrário, bastante mais invulgar, não contando com paralelos exactos nos repertórios regionais. Ainda assim, a técnica e o motivo decorativo presentes nesta peça podem como hipótese paralelizar-se com os de um fundo de cerâmica manual recolhido no Monte da Pata I (Moura) (Albergaria – Melro 2013: Fig. 4.60) ou com os de um prato/tigela, neste caso a torno, da Azougada (Antunes 2010: Est. L, n.º 139). Motivos relativamente similares ocorrem igualmente no bojo de recipientes fechados, tanto manuais (Antunes 2010: Est. CXLIV, n.º 380; Arruda *et al.* 2017: 198, com bibliografia, e Fig. 11) como a torno (Mataloto 2004: Est. XLIX; Antunes 2010: Est. LXXXIV), documentados em diversos sítios alentejanos.

Tendo em conta estes paralelos formais e decorativos, os exemplares do Cerro do Ouro podem datar-se de um intervalo centrado nos séculos VI e V a.n.e., sem maiores precisões, datação plenamente consistente com a das tipologias tumulares aparentemente documentadas nesta necrópole (para uma revisão cronológica recente, v. Gomes 2016; v. tb. Correia 1993; Arruda 2001).

Ainda ao nível dos materiais cerâmicos recolhidos durante as intervenções realizadas no Cerro do Ouro, caberia destacar a bem conhecida terracota figurando uma ave aquática, possivelmente do género *Cygnus* (Fig. 2, n.º 4), que pela sua configuração poderia corresponder a uma tampa ou a parte de um elemento composto de natureza indeterminada (Beirão – Gomes 1984: 436 e 440-442).

Não foi possível identificar esta peça entre as colecções do MNA e, de qualquer forma, esta terracota foi a única a merecer uma publicação completa e detalhada de entre todos os elementos recolhidos no sítio que aqui nos ocupa, parecendo portanto redundante voltar a insistir nas suas características técnicas e formais. Bastará, neste contexto, recordar que este elemento integra uma tradição coroplástica muito particular e característica da I Idade do Ferro do Sul do actual território português, onde as representações de aves ocupam um lugar destacado (Gomes 2019a). No contexto de uma recente sistematização dessa tradição, a peça

do Cerro do Ouro foi englobada num putativo “Grupo Ourique-Aljustrel” (Gomes 2019a: 8-12) que inclui igualmente outras figurações de aves aquáticas, nomeadamente as duas terracotas exumadas na necrópole de Corte Margarida (Aljustrel) (Deus – Correia 2005).

A colecção de materiais do Cerro do Ouro actualmente depositada no MNA inclui ainda quatro outros elementos metálicos, concretamente dois anéis de bronze, fragmentos da mola de uma fíbula e um fragmento de um objecto indeterminado de ouro, possivelmente um lingote.

O primeiro dos referidos anéis (Fig. 4, n.º 2) apresenta uma configuração particular, sendo aparentemente composto por duas peças. A primeira corresponderia a um aro aberto de secção *grosso modo* losânguica, mais largo e espesso na parte inferior e mais estreito e fino na parte superior; a segunda peça corresponderia a um elemento de fecho, de configuração toneliforme, rematada lateralmente por espessamentos discoides na zona de contacto com o aro antes descrito. Esta peça tem um diâmetro de 3 cm e uma espessura em torno aos 0,3 cm no aro e aos 0,47 cm no fecho.

Apesar de não corresponder a uma tipologia particularmente difundida na Idade do Ferro do Sul do actual território português, este anel do Cerro do Ouro conta ainda assim com paralelos praticamente exactos num conjunto de peças da necrópole do Monte do Bolor 1-2 (Soares *et al.* 2017: Fig. 18; v. tb. 280) que caberia datar da segunda metade do século VI a.n.e.. As raízes do modelo representado nestas peças poderão eventualmente buscar-se num anel da necrópole da Favela Nova (Ourique) (Dias – Coelho 1983: 202) no qual se buscou reproduzir, integralmente em bronze, um tipo bem conhecido de anel dotado de estojo rotativo para engaste de um escaravelho ou escarabóide egípcio/egiptizante (Perea 1991: 217; Nicolini 1991: 349-362).

O segundo exemplar (Fig. 4, n.º 3), pelo contrário, corresponde a um anel com “mesa” relativamente simples, formado por um aro muito fino de secção circular com uma porção média achatada, de secção trapezoidal e laterais biselados, que configura uma “mesa” ou cartela sub-rectangular. Se esta cartela ostentava originalmente algum motivo gravado, a corrosão e o mau estado geral de conservação desta peça não permite hoje apreciar qualquer tipo de decoração. Esta peça tem um diâmetro de 2,2 cm e uma espessura de c. 0,2 cm no aro; a cartela apresenta uma área de 1,5 × 0,6 cm.

Embora a execução de um anel deste tipo em bronze seja bastante rara, os anéis com “mesa” ou cartela são uma presença relativamente comum nos repertórios da joalharia da Idade do Ferro peninsular, podendo a peça do Cerro do Ouro aproximar-se conceptualmente do Tipo 1E de A. Perea (1991: 285) ou do grupo dos anéis “à *chaton cartouche*” de G. Nicolini (1991: 367-370). A nível regional, este anel pode comparar-se com um exemplar exumado na necrópole da Vinha das Calças 4, neste caso de aro aberto (Arruda *et al.* 2017: Fig. 17, 201), e que pode datar-se com segurança da segunda metade do século VI a.n.e..

Como já foi referido, o conjunto metálico do Cerro do Ouro inclui ainda vários pequenos fragmentos da mola de uma fíbula (não ilustrados), que, contudo, se encontram muito mal preservados e não permitem avançar com uma proposta concreta de integração tipológica para a peça a que terão pertencido. Ainda assim, e como mera hipótese, poderia pensar-se que este exemplar se enquadraria na família das fíbulas de mola bilateral (Tipos “Bencarrón”, “Acebuchal” e “Alcores”), muito bem representadas nos horizontes dos séculos VII e VI a.n.e. do Sul do actual território nacional (Ponte 2006).

Finalmente, o último elemento que integra a colecção de materiais do Cerro do Ouro depositada no MNA corresponde a um fragmento (c. 1 × 0,7 cm) de uma peça de ouro de maiores dimensões intencionalmente recortada (Fig. 4, n.º 4). Esta peça poderia corresponder a parte de um lingote, comparável por exemplo ao que integra o “tesouro” de Baleizão (Beja), do Bronze Final (Vilaça – Lopes 2005; Valério *et al.* 2019). No entanto, a parte preservada, de secção rectangular, apesar de muito reduzida, parece sugerir uma ligeira curvatura, o que poderia indicar que este elemento corresponderia a parte de um bracelete ou outro elemento comparável.

A presença aparente de decoração numa das faces deste elemento, concretamente de um motivo reticulado, muito provavelmente um triângulo, parece igualmente sugerir que, independentemente de uma possível função de acumulação e entesouramento e do seu eventual fracionamento, esta peça poderá originalmente ter correspondido a um elemento de adorno. Note-se, de resto, que os triângulos reticulados constituem um dos elementos decorativos mais característicos da ourivesaria de tipo Sagrajas-Berzocana do

Bronze Final regional (Almagro-Gorbea 1974; Perea 1991: 95-139; Armbruster 2000; para o actual território português, v. Correia 2013: 45-48; Correia – Parreira – Silva 2013), sobrevivendo nalguns produtos híbridos que caberia situar já na transição para a Idade do Ferro (Perea 2005; v. tb. Correia 2007). A decoração do fragmento do Cerro do Ouro poderia assim entroncar num repertório profundamente arraigado na tradição local/regional.

Todos estes elementos são compatíveis com a putativa cronologia dos monumentos tumulares postos a descoberto durante a intervenção realizada no sítio, que pela sua tipologia caberia enquadrar num intervalo centrado nos séculos VI e V a.n.e. (Correia 1993; para uma revisão dos parâmetros cronológicos dos monumentos tumulares das necrópoles da região de Ourique, v. Arruda 2001; Gomes 2016). Infelizmente, pouco mais se pode dizer neste contexto sobre estas peças e os seus eventuais contextos originais de deposição, podendo apenas assinalar-se que todos eles se enquadram bem no panorama regional já conhecido (Beirão – Dias – Coelho 1970; Dias – Coelho 1983; Beirão 1986; 1990; Correia 1993; Arruda 2001).

O enterramento em urna que constitui o cerne do presente estudo, pelo contrário, apresenta características de indiscutível interesse que permitem reavaliar as dinâmicas históricas e culturais subjacentes à introdução da prática da deposição dos restos cremados em urnas. Para esse efeito, parece útil discutir o contexto funerário do Cerro do Ouro que aqui nos ocupa no contexto mais lato dos enterramentos em urna associados às fases mais avançadas das necrópoles tumulares da área de Ourique e das interpretações que sobre eles se têm construído.

4. RECONSIDERANDO O SIGNIFICADO DOS ENTERRAMENTOS EM URNA: O CERRO DO OURO NO SEU CONTEXTO REGIONAL

Como ficou dito acima, o enterramento em urna do Cerro do Ouro antes comentado insere-se numa série de manifestações funerárias congéneres documentadas em diversas necrópoles da região de Ourique. Estes enterramentos em urna associam-se nalguns casos aos chamados “monumentos em Π”, considerados como o último expoente das arquitecturas

tumulares regionais (v. Silva – Gomes 1992: Fig. 61A; Beirão – Correia 1994: Fig. 2), embora noutras ocasiões apareçam desprovidos de qualquer tipo de estruturas de enquadramento próprias (v. p. ex. Dias – Coelho 1971; Beirão 1986: 66-68; Silva – Gomes 1992: Fig. 61A; Barros – Melro – Gonçalves 2013; Soares – Martins 2013: 663-664).

Estes dois tipos de manifestações funerárias – os “monumentos em Π” e os enterramentos em urna – foram integrados por V. H. Correia na Fase IV que definiu para a evolução dos conjuntos funerários da região de Ourique, que constituiria a etapa final do desenvolvimento dos mesmos (Correia 1993: 360). Em termos cronológicos, o autor citado situa o surgimento dos enterramentos em urna logo a partir de inícios do século V a.n.e., indicando em contrapartida que os “monumentos em Π” se desenvolveriam em torno a meados daquela centúria (Correia 1993: 360).

Em contrapartida, em trabalho posterior estas duas classes de deposições funerárias foram consideradas como características da II Idade do Ferro regional (Beirão – Correia 1994: 921-923), o que levanta certos problemas de leitura. Com efeito, aceitando uma cronologia no século V a.n.e. para estas modalidades sepulcrais (v. contudo Beirão – Correia 1994: 921; cf. tb. *infra*), deve assinalar-se que as mesmas são *grosso modo* contemporâneas de outros contextos considerados como paradigmáticos da I Idade do Ferro da área de Ourique. É por exemplo o caso do povoado de Fernão Vaz (Beirão 1986: 103-122; Beirão – Correia 1991; Correia 1999; Correia 2007), como bem evidencia a presença no mesmo de um *kylix* ático de verniz negro, concretamente uma Taça Cástulo (Beirão – Correia 1991: Fig. 3), evidenciando uma continuidade da ocupação do sítio na segunda metade do século V a.n.e..

Por outro lado, deve também salientar-se que a revisão do enquadramento cronológico dos próprios monumentos tumulares característicos das paisagens funerárias regionais da I Idade do Ferro permite afirmar que os mesmos persistem igualmente até ao século V a.n.e.. Os monumentos rectangulares sem câmara sepulcral atribuídos à Fase III de V. H. Correia (1993: 360), em particular, oferecem elementos de juízo que permitem situá-los entre os finais do século VI e os finais do V a.n.e. (Gomes 2016: 446), o que implicaria um período de convivência entre esta modalidade funerária e as que se atribuíram à Fase IV.

Em relação a estas últimas, contudo, qualquer tentativa de restituição do seu enquadramento cronológico esbarra com a escassez de dados concretos sobre os seus conteúdos e a cultura material que lhes está associada. Ainda assim, alguns dados conhecidos permitem discutir, mesmo que brevemente, o horizonte cronológico das soluções funerárias em apreço.

Desde logo, no que diz respeito aos enterramentos em urna, os dados acima apresentados sobre o caso do Cerro do Ouro, considerado precoce pelo próprio C. de Mello Beirão (1986: 49-50), permite sugerir que o arranque desta modalidade funerária nas necrópoles da região de Ourique poderia situar-se em torno aos meados do século V a.n.e.. Não é naturalmente impossível que esse arranque seja anterior, remontando à primeira metade daquela centúria como propôs V. H. Correia (1993: 360), mas desconhecem-se por agora quaisquer elementos de juízo concretos que suportem essa maior antiguidade.

O término desta modalidade funerária, em contrapartida, parece mais difícil de determinar, na medida em que o mesmo entronca – pelo menos do ponto de vista cronológico – com um período caracterizado precisamente pela generalização da prática dos enterramentos em urna (cf. Gomes 2019b). Ainda assim, e considerando apenas aqueles casos em que estes enterramentos em urna surgem de alguma forma associados a contextos sepulcrais que remetem para o horizonte funerário anterior, caberia pensar numa perduração até, talvez, aos inícios/ primeira metade do século IV a.n.e., tal como sugerem os dados das necrópoles da Atafona (Almodôvar) (Silva – Gomes 1992: Fig. 61A; cf. tb. *infra*) e da Abóbada (Almodôvar) (Dias – Coelho 1971; Barros – Melro – Gonçalves 2013).

Já no que diz respeito aos “monumentos em Π”, os elementos para aferir a sua cronologia inicial de uso são muito limitados, não havendo *a priori* razões para questionar a datação inicial de meados do século V a.n.e. sugerida por V. H. Correia (1993: 360; v. contudo Beirão – Correia 1994: 921). Ainda assim, note-se a presença de monumentos deste tipo na periferia de necrópoles tumulares (cf. Correia 1993: 360) onde também se documentam monumentos rectangulares da Fase III. Se, como ficou dito acima, a cronologia destes últimos alcança potencialmente os finais do século V a.n.e., talvez seja possível sugerir uma cronologia ligeiramente mais tardia para os “monumentos em Π”, teoricamente

mais evolucionados, cujo desenvolvimento poderia como hipótese situar-se no último quartel/ finais do século V a.n.e..

Em contrapartida, o que parece certo é que a utilização deste tipo de estruturas se prolonga no tempo até, pelo menos, à primeira metade do século IV a.n.e., como bem reconheceram os responsáveis do seu estudo (Beirão – Correia 1994: 921). Esse prolongamento encontra-se bem evidenciado no caso do monumento da Atafona, no exterior do qual se depositou, eventualmente como recipiente de oferenda, uma imitação (local?) de um *krater* ático (Silva – Gomes 1992: Fig. 61A).

Assim, e assumindo a filiação destes “monumentos em Π” nas arquitecturas tumulares regionais, nunca questionada, e que os mesmos seriam uma expressão tardia da tradição funerária representada por aqueles, parece necessário matizar a ideia de uma descontinuidade ao nível das práticas funerárias durante as etapas finais das necrópoles sidéricas de Ourique, como aliás já se defendeu (Arruda – Guerra – Fabião 1995: 248), o que implicaria também reconsiderar o carácter intrusivo dos enterramentos em urna, intimamente associados, como ficou dito, aos citados “monumentos em Π” (cf. Beirão – Correia 1994: 921).

Por outro lado, os dados concretos sobre os materiais associados ao enterramento em urna do Cerro do Ouro apresentados nas páginas precedentes, somados a outros já anteriormente conhecidos, permitem igualmente repensar as dinâmicas culturais que subjazem à difusão desta modalidade funerária, oferecendo alternativas plausíveis ao modelo de difusão démica originalmente sustentado pelos responsáveis da escavação de boa parte desses enterramentos (Beirão – Gomes – Monteiro 1979).

Com efeito, as características da cultura material presente neste enterramento não só não indiciam quaisquer afinidades continentais ou celtizantes como, pelo contrário, evidenciam claras concomitâncias com os horizontes culturais e funerários do litoral, notando-se em particular as evidentes similitudes entre o enterramento em urna do Cerro do Ouro e o horizonte funerário da Fase II da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal (Gomes 2016-2017: 36-44; 2018a).

Uma revisão recente do registo funerário desta última necrópole permitiu situar a transição entre

a I e a II Idade do Ferro local em torno a meados do século V a.n.e. (Gomes 2018a). A nível das práticas funerárias, essa transição coincide com a substituição das incinerações *in situ* em *busta* que haviam caracterizado a etapa imediatamente precedente do sítio por cremações depositadas em urna (Gomes 2016-2017: 36-44; 2018a). As características destas últimas, nomeadamente ao nível da cultura material que lhes está associada (Gomes 2018a), indiciam uma evidente continuidade das afinidades meridionais da população local que não se compagina com uma qualquer ideia de descontinuidade cultural (cf. Arruda – Guerra – Fabião 1995: 248-249; Fabião 1998: 350-369).

Pelo contrário, as alterações ao nível das práticas funerárias da comunidade alcacerense devem ler-se preferencialmente no quadro de uma reorientação da rede de relações sociais, políticas e económicas desta comunidade que resulta da retracção da presença fenícia no Sudoeste Peninsular e da concomitante reorganização das antigas redes “orientalizantes” a partir do século VI a.n.e.. Neste contexto, Alcácer do Sal parece não só ter mantido e aprofundado as suas relações com a área da Baixa Andaluzia, como também ter estabelecido novas relações com o mundo “ibérico” do Sudeste e do Levante (Gomes 2018a), relações essas que se reflectem na esfera funerária, mas não só (cf. Gomes 2008).

Neste contexto, parece relevante sublinhar que este processo de reorientação e reorganização da rede de contactos regionais e transregionais da comunidade de Alcácer do Sal parece coincidir no tempo com o surgimento dos primeiros enterramentos em urna nas necrópoles da região de Ourique, ilustradas pelo caso aqui estudado do Cerro do Ouro. Essa coincidência cronológica, somada às concomitâncias em termos de cultura material entre o referido enterramento em urna e os da necrópole alcacerense permite sugerir, como hipótese, que a introdução dos enterramentos em urna na área do Baixo Alentejo aqui considerada poderá resultar não da chegada de novas populações com uma matriz cultural continental, mas de uma intensificação dos contactos de Alcácer do Sal com o seu *hinterland* alentejano.

Nesta perspectiva, o caso do enterramento em urna do Cerro do Ouro aqui analisado poderia paralelizar-se com o de outro conjunto funerário que, apesar de infelizmente mal conhecido, oferece também dados

sugestivos: a necrópole do Galeado, em Vila Nova de Milfontes (Beirão – Gomes 1983). Com efeito, neste sítio da costa alentejana documentou-se igualmente um horizonte funerário integrável na II Idade do Ferro com claras semelhanças com a Fase II da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires. Uma recente reapreciação dos materiais desta necrópole em depósito no MNA permitiu de resto constatar que pelo menos parte dos materiais cerâmicos do Galeado apresenta fabricos consistentes com uma produção alcacerense, o que reforçaria ainda mais esse vínculo entre ambos os sítios.

Considerados desde este ponto de vista, os enterramentos em urna do Galeado e do Cerro do Ouro poderiam considerar-se reflexos da crescente projecção de Alcácer do Sal na sua envolvente regional mais imediata, possivelmente como parte de processos mais complexos de reorientação económica que por ora nos escapam. A introdução dos enterramentos em urna na área de Ourique poderia assim resultar de contactos e relações interculturais de signo distinto do proposto por C. de Mello Beirão e seus colaboradores que, contudo, se inscrevem numa dinâmica não de ruptura, mas de continuidade.

Em termos globais, esta leitura parece coadunar-se melhor com o contexto dos enterramentos em urna aqui considerados, intimamente associados às mais antigas necrópoles tumulares ou aos seus correlatos tardios, os “monumentos em Π”, o que sugere igualmente uma evolução na continuidade e não uma ruptura radical em termos culturais. Por outro lado, nesta hipótese a introdução dos enterramentos em urna em meados do século V a.n.e. pode dissociar-se da conjuntura que resultou no esgotamento do modelo sociopolítico das comunidades da I Idade do Ferro da região de Ourique já nos finais daquela centúria ou nos inícios da seguinte, explicando o desfasamento cronológico entre uma e outra.

Deve contudo salvaguardar-se que esta leitura alternativa das dinâmicas culturais que resultaram na introdução dos enterramentos em urna nas necrópoles da região de Ourique não invalida que as comunidades desta área tenham a seu tempo assimilado outros influências culturais com origens distintas. Com efeito, certos aspectos da cultura material de alguns enterramentos em urna tardios dentro do grupo aqui considerado evidenciam efectivamente a incorporação de elementos

com conotações continentais, celtizantes (v. Dias – Coelho 1971: 182-183; Silva – Gomes 1992: Fig. 61A). No entanto, parece plausível que a introdução desses elementos se produza numa outra conjuntura, e como parte de um processo de paulatina construção do ambiente eminentemente multicultural que parece caracterizar a II Idade do Ferro baixo-alentejana.

Este tema mereceria uma discussão mais detalhada, no âmbito de uma leitura de conjunto dos vários grupos de enterramentos em urna da Idade do Ferro conhecidos no Sul do actual território português. Essa leitura escapa, contudo, aos objectivos do presente trabalho, que pretende unicamente contribuir para uma necessária reflexão sobre um horizonte funerário que carece ainda de uma revisão detalhada que permita dissipar as muitas incógnitas que o envolvem. Espera-se por isso que as hipóteses aqui levantadas venham a ser confrontadas no futuro com novos dados que permitam avançar nesta discussão com bases mais sólidas e mais seguras.

Entretanto, restaria apenas assinalar que o caso do enterramento em urna do Cerro do Ouro serve como um recordatório de que, no estado actual dos nossos conhecimentos, o registo funerário da Idade do Ferro do Sul português se presta cada vez menos a leituras unilineares e homogeneizantes, exigindo uma grelha de leitura assente no reconhecimento da diversidade e complexidade dos fenómenos históricos de que constitui um ilustrativo reflexo.

Bibliografia

- ALBERGARIA, J. – MELRO, S. (2013) – *Ocupação Proto-Histórica na margem esquerda do Guadiana*. Beja.
- ALMAGRO GORBEA, M. J. (1986) – *Orfebrería fenicio-púnica*. Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1974) – Los tesoros de Sagrajas y Berzocana y los torques de oro macizo del Occidente Peninsular. In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto: 259-282.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2008) – Joyería. In ALMAGRO-GORBEA, M. (dir.) – *La necrópolis de Medellín. I. La excavación y sus hallazgos*. Madrid: 371-386.
- ALMAGRO-GORBEA, M. – LORRIO, A. (2015) – Nuevas joyas fenio-púnicas de Villaricos. *Rivista di Studi Fenici*, 43: 67-90.
- ANTUNES, A. S. (2010) – *Um conjunto cerâmico da Azougada. Em torno da Idade do Ferro Pós-Orientalizante da margem esquerda do Baixo Guadiana*. Lisboa.
- ARMBRUSTER, B. (2000) – *Goldschmiedekunst und Bronzetechnik. Studien zum Metallhandwerk der Atlantischen Bronzezeit auf der Iberischen Halbinsel*. Montpellier.
- ARRUDA, A. M. (2001) – A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4(2): 207-291. URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/4_2/7.pdf
- ARRUDA, A. M. – BARBOSA, R. – GOMES, F. B. – SOUSA, E. de (2017) – A necrópole da Vinha das Calças (Trigaches, Beja, Portugal). In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.) – *Sidereum Ana III: El río Guadiana en Época Tartésica*. Madrid: 187-226.
- ARRUDA, A. M. – GUERRA, A. – FABIÃO, C. (1995) – O que é a IIª Idade do Ferro no Sul de Portugal? *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35(2): 237-257.
- de la BANDERA, M. L. – FERRER ALBELDA, E. (2014) – Las joyas y adornos personales. In FERNÁNDEZ FLORES, Á. – RODRÍGUEZ AZOGUE, A. – CASADO ARIZA, M. – PRADOS PÉREZ, E. (coords.) – *La Necrópolis de Época Tartésica de La Angorrilla, Alcalá del Río, Sevilla*. Sevilla: 429-476.
- BARROS, P. – MELRO, S. – GONÇALVES, D. (2013) – A necrópole da Idade do Ferro da Abóbada (Almodôvar). In JIMÉNEZ ÁVILA, J. – BUSTAMANTE, M. – CABEZAS, M. G. (eds.) – *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barrios: 1157-1177.
- BEIRÃO, C. de M. (1986) – *Une Civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (Ier Âge du Fer)*. Paris.
- BEIRÃO, C. de M. (1990) – Epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica. Novos dados arqueológicos. *Estudos Orientais*, 1: 107-118.
- BEIRÃO, C. de M. – CORREIA, V. H. (1991) – A cronologia do povoado de Fernão Vaz. *Conimbriga*, 30: 5-11. DOI: https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_30_1
- BEIRÃO, C. de M. – CORREIA, V. H. (1994) – A IIª Idade do Ferro no Sul de Portugal: o estado actual dos nossos conhecimentos. In *Actas del XXI Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: 915-930.
- BEIRÃO, C. de M. – GOMES, M. V. (1980) – *A I Idade do Ferro no Sul de Portugal*. Epigrafia e Cultura. Lisboa.
- BEIRÃO, C. de M. – GOMES, M. V. (1983) – A necrópole da Idade do Ferro do Galeado (Vila Nova de Milfontes). *O Arqueólogo Português*, S. IV(1): 207-266. URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_4/volume_1/necropole.pdf
- BEIRÃO, C. de M. – GOMES, M. V. (1984) – Coroplastia da I Idade do Ferro do Sul de Portugal. In *Volume d'hommage au géologue Georges Zbyszewski*. Paris: 450-482.
- BEIRÃO, C. de M. – GOMES, M. V. – MONTEIRO, J. P. (1979) – *As Estelas Epigrafadas da I Idade do Ferro do Sul de Portugal*. Setúbal.
- BEIRÃO, C. de M. – SILVA, C. T. da – SOARES, J. – GOMES, M. V. – GOMES, R. V. (1985) – Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. *O Arqueólogo Português*, S. IV(3): 45-135. URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_4/volume_3/deposito_votivo.pdf
- BERROCAL-RANGEL, L. (1992) – *Los pueblos célticos del suroeste peninsular*. Madrid.
- BERROCAL-RANGEL, L. – SILVA, A. C. (2010) – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa.
- CALADO, D. – GOMES, M. V. (2004) – Quinta da Queimada (Lagos): a necrópole da II Idade do Ferro. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9(2): 171-185. URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revista_portuguesadearqueologia/9_2/2/09-p.171-186.pdf

- CORREIA, V. H. (1993) – As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal: arquitetura e rituais. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 33(3-4): 351-370.
- CORREIA, V. H. (1999) – Fernão Vaz (Ourique, Beja). Balanço da investigação arqueológica. *Vipasca*, 8: 23-31.
- CORREIA, V. H. (2007) – The early Iron Age transition in the goldwork of the west of the Iberian Peninsula. In BURGESS, C. – TOPPING, P. – LYNCH, F. (ed.) – *Beyond Stonehenge: essays on the Bronze Age in honour of Colin Burgess*. Oxford: 90-96.
- CORREIA, V. H. (2013) – A ourivesaria arcaica no Ocidente peninsular. Estado da questão, problemáticas arqueológicas e perspectivas de desenvolvimento do campo de estudo. *O Arqueólogo Português*, S.5(3): 15-80.
- CORREIA, V. H. – PARREIRA, R. – SILVA, A. C. F. da (2013) – *Ourivesaria Arcaica do Território Português*. Lisboa.
- COSTA, M. – ARRUDA, A. M. – DIAS, L. – BARBOSA, R. – MIRÃO, J. – VANDENABEELE, P. (2019) – The combined use of Raman and micro-X-ray diffraction analysis in the study of archaeological glass beads. *Journal of Raman Spectroscopy*, 50(2): 137-142. DOI: <https://doi.org/10.1002/jrs.5446>
- DEUS, M. de – CORREIA, J. (2005) – Corte Margarida. Mais uma necrópole orientalizante no Baixo Alentejo. In CELESTINO PÉREZ, S. – JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coords.), *El Periodo Orientalizante*. Madrid: 615-618.
- DIAS, M. M. A. – BEIRÃO, C. de M. – COELHO, L. (1970) – Duas necrópoles da Idade do Ferro no Baixo-Alentejo: Ourique. (Notícia preliminar). *O Arqueólogo Português*, S.3(4): 175-219. URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_3/volume_4/necropoles_idade_ferro.pdf
- DIAS, M. M. A. – COELHO, L. (1971) – Notável lápide proto-histórica da Herdade da Abóbada - Almodôvar (primeira notícia). *O Arqueólogo Português*, S.3(5): 181-190. URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_3/volume_5/notavel_lapide.pdf
- DIAS, M. M. A. – COELHO, L. (1983) – Objectos arqueológicos de um túmulo de incineração da necrópole proto-histórica da herdade da Favela Nova (Ourique). *O Arqueólogo Português*, S.4(1): 197-205. URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_4/volume_1/objectos_arqueologicos.pdf
- ESCACENA CARRASCO, J. L. (1985) – *Cerámicas a torno pintadas andaluzas de la II Edad del Hierro*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Sevilha. Inédita.
- ESTRELA, S. (2010) – *Os níveis fundacionais da Idade do ferro de Mesas do Castelinho (Almodôvar): os contextos arqueológicos na (re)construção do povoado*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/3009>
- ESTRELA, S. (2019) – Adornos, espaço e tempo: as contas de colar em Mesas do Castelinho (Santa Clara-a-Nova, Almodôvar). *digitAR*, 6: 227-253. DOI: https://doi.org/10.14195/2182-844X_6_18
- FABIÃO, C. (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na Área Céltica do actual território português*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 3 Volumes. Inédita.
- FERRER ALBELDA, E. – GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. (2008) – Cerámica Turdetana. In BERNAL CASASOLA, D. – RIBERA i LACOMBA, A. (eds.) – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: 201-219.
- FIGUEIREDO, M. – MATALOTO, R. (2017) – Necrópoles rurais sidéricas do Baixo Alentejo setentrional: sociedade e mundo funerário nos Barros de Beja. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.) – Sidereum Ana III: *El río Guadiana en Época Tartésica*. Madrid: 353-398.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. – SÁEZ ROMERO, A. (2014) – Influencias de tradición helenística y centromediterránea en las producciones comunes del área turdetana. In MORAIS, R. – FERNÁNDEZ, A. – SOUSA, M. J. (eds.) – *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Porto: 109-124.
- GAUCKLER, P. (1915) – *Nécropoles puniques de Carthage*. Paris.
- GOMES, E. (2008) – *Os ex-votos proto-históricos do Castelo de Alcácer do Sal*. Tese de Mestrado apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <http://hdl.handle.net/10451/488>.
- GOMES, F. B. (2016) – *Contactos culturais e discursos identitários na I Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII a V a.n.e.): leituras a partir do registo funerário*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/25042>.
- GOMES, F. B. (2016-2017) – A evolução dos rituais funerários da Idade do Ferro no Ocidente Peninsular: uma nova proposta de faseamento para a necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). *O Arqueólogo Português*, S. V(6/7): 17-59.
- GOMES, F. B. (2018a) – The Olival do Senhor dos Mártires necropolis (Alcácer do Sal, Portugal) during the Late Iron Age: new social, political and cultural insights. *Zephyrus*, 81: 117-139. DOI: <http://dx.doi.org/10.14201/zephyrus201881117139>
- GOMES, F. B. (2018b) – La Cornalina en el Bronce Final y la Edad del Hierro del Sur de Portugal. *Lucentum*, XXXVII: 55-74. DOI: <http://dx.doi.org/10.14198/LVCENTVM2018.37.03>
- GOMES, F. B. (2019a) – Early Iron Age terracottas from southern Portugal: towards the definition of a regional coroplastic tradition. *Les Carnets de l'ACoSt*, 19: s/p. URL: <https://journals.openedition.org/acost/1729>
- GOMES, F. B. (2019b) – El mundo funerario prerromano en el sur de Portugal (siglos V/IV – II a.n.e.): (pocos) datos y (algunos) problemas. *Archivo Español de Arqueología*, 92: 43-62. DOI: <https://doi.org/10.3989/aespa.092.019.002>
- GOMES, F. B. (2020) – O conjunto vítreo da necrópole da I Idade do Ferro da Fonte Velha de Bensafrim (Lagos). *Ophiussa*, 4: 71-116. <https://doi.org/10.51679/ophiussa.2020.65>
- GOMES, F. B. (2021a) – *A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). Práticas funerárias, Cultura Material e Identidade(s) na Idade do Ferro do Baixo Sado (séculos VII – II a.n.e.)*. Lisboa.
- GOMES, F. B. (2021b) – Early Iron Age 'Black' Glass in Southwestern Iberia: Typology, Distribution, and Context. *Zephyrus*, LXXXVII: 125-144. DOI: <https://doi.org/10.14201/zephyrus202187125144>
- GOMES, F. B. (2021c) – El vidrio prerromano en el Algarve (Portugal): el conjunto de la tumba de Corte de Père Jacques (Aljezur) en su contexto regional. *Onoba*, 9: 93-108. DOI: <http://dx.doi.org/10.33776/onoba.v9i0.4810>
- GOMES, F. B. – ARRUDA, A. M. (2013) – A cerâmica pintada da II Idade do Ferro do Castelo de Castro Marim. *Onoba*, 1: 19-54. URL: <http://rabida.uhu.es/dspace/handle/10272/6800>
- GRILO, C. (2006) – *A rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.

- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. – GALÁN DOMINGO, E. (1996) – *La necrópolis de “El Mercadillo” (Botija, Cáceres)*. Cáceres.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2015) – Tumbas de la II Edad del Hierro de la necrópolis de El Jardal (Herrera del Duque, Badajoz). In MEDINA, N. (ed.) – *Actas del VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Aroche: 377-404.
- LÓPEZ PALOMO, L. A. (1981) – Alhonor (Excavaciones de 1973 a 1978). *Noticiario Arqueológico Hispánico*, XIII: 33-188.
- LUZÓN NOGUÉ, J. M. (1973) – *Excavaciones en Italica. La estratigrafía en el Pajar de Artillo*. Madrid.
- MATA CARRIAZO, J. de – RADDATZ, K. (1960) – Primicias de un corte estratigráfico en Carmona. *Archivo Hispalense*, 33(103-104): 333-369.
- MATALOTO, R. (2004) – *Um “monte” da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa: ruralidade e povoamento no I milénio a.C. do Alentejo Central*. Lisboa.
- MATALOTO, R. – WILLIAMS, J. – ROQUE, C. (2014) – ‘...e daí desce a dar-lhe batalha...’: a ocupação pré-romana e a romanização da região da Serra d’Ossa (Alentejo Central, Portugal). In SALAS TOVAR, E. (coord. cient.) – MATALOTO, R. – MAYORAL HERRERA, V. – ROQUE, C. (eds.) – *La Gestación de los Paisajes Rurales entre la Protohistoria y el Periodo Romano*. Madrid: 17-44.
- NICOLINI, G. (1991) – *Techniques des ors antiques. La bijouterie ibérique du VIIe au IVe siècle*. Paris.
- NOLEN, J. (1985) – *Cerâmica Comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa.
- PELLICER CATALÁN, M. – ESCACENA CARRASCO, J. L. – BENDALA GALÁN, M. (1983) – *El Cerro Macareno*. Madrid.
- PEREA, A. (1991) – *Orfebrería Prerromana: Arqueología del Oro*. Madrid.
- PEREA, A. (2005) – Mecanismos identitarios y de construcción de poder en la transición Bronce-Hierro. *Trabajos de Prehistoria*, 62(2): 91-103. DOI: <https://doi.org/10.3989/tp.2005.v62.i2.70>
- PEREIRA SIESO, J. (1988) – La cerámica ibérica de la cuenca del Guadalquivir. I: Propuesta de clasificación. *Trabajos de Prehistoria*, 45: 143-173. DOI: <https://doi.org/10.3989/tp.1988.v45.i0.608>
- PEREIRO, T. do – MATALOTO, R. – BORGES, N. (2017) – Alentejo, a Sul de Beja: a necrópole sidéica da Quinta do Estácio 6. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) – *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: 303-331.
- PONTE, S. da (2006) – *Corpus Signorum das Fibulas Protohistóricas e Romanas de Portugal*. Porto.
- QUILLARD, B. (1987) – *Bijoux Carthaginois. II. Porte-Amulettes, Sceaux-Pendentifs, Pendants, Boucles, Anneaux et Bagues*. Louvain-la-Neuve.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. – JIMÉNEZ ÁVILA, J. (1987-1988) – Informe sobre las excavaciones realizadas en el yacimiento de Hornachuelos, Ribera del Fresno, (Badajoz). 1986-1988. *Norba*, 8-9: 13-31.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (2014) – *Astigi Vetus. Arqueología y urbanismo de la Écija turdetana (ss. VI – I a.C.)*. Madrid: La Ergástula.
- SALVADOR MATEOS, R. – PEREIRA, J. A. (2017) – A paisagem funerária a Oeste de Beja no Período Orientalizante: duas necrópoles da Carlota (São Brissos) e de Cinco Réis 8 (Santiago Maior). In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) – *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: 333-352.
- SILVA, A. C. F. da – GOMES, M. V. (1992) – *Proto-história de Portugal*. Lisboa.
- SOARES, R. M. (2012) – *O Cabeço Redondo. Um edifício da Idade do Ferro Pós-Orientalizante na Herdade do Metum (Moura)*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/7919>
- SOARES, R. M. – BAPTISTA, L. – PINHEIRO, R. – OLIVEIRA, L. – RODRIGUES, Z. – VALE, N. (2017) – A necrópole da Idade do Ferro do Monte do Bolor 1-2 (São Brissos, Beja). In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) – *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: 263-301.
- SOARES, R. M. – MARTINS, A. (2013) – A necrópole da Nora Velha 2 (Ourique). Novos dados e interpretações 20 anos após a sua escavação. In ARNAUD, J. M. – MARTINS, A. – NEVES, C. (coords.) – *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: 661-669.
- SOUSA, E. de (2009) – *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve: os casos de Castro Marim e de Faro*. Lisboa.
- SOUSA, E. de (2014) – *A Ocupação Pré-Romana da Foz do Estuário do Tejo*. Lisboa.
- VALÉRIO, P. – SILVA, R. J. C. – ARAÚJO, M. de F. – SOARES, A. M. (2019) – Análise arqueométrica dos artefactos metálicos do “Tesouro” de Baleizão. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 22: 43-53.
- VILAÇA, R. – LOPES, M. da C. (2005) – The treasure of Baleizão, Beja (Alentejo, Portugal). *Journal of Iberian Archaeology*, 7: 177-184.
- VILHENA, J. (2006) – *O Sentido da Permanência. As Envolventes do Castro da Cola nos 2º e 1º Milénios a.C.* Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- VILHENA, J. (2008) – As armas e os barões assinalados? Reflexões em torno das necrópoles monumentais do “Ferro de Ourique” (Sul de Portugal). In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.) – *Sidereum Ana I: El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*. Madrid: 373-397.

O sítio arqueológico de Arruelas (Maiorca, Figueira da Foz, Portugal) no contexto da Conquista Romana do Ocidente Peninsular

The archaeological site of Arruelas
(Maiorca, Figueira da Foz, Portugal)
in the context of the Roman Conquest
of Western Iberia

FLÁVIO IMPERIAL

Câmara Municipal de Montemor-o-Velho
fimp_3@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5431-1846>

RESUMO: Em 1992, durante as obras de abertura do troço do I.P.3 que ligou Santa Olaia à Figueira da Foz, que não contou com acompanhamento arqueológico, foram recolhidos vários fragmentos cerâmicos, de importação itálica a maior parte. O espólio consiste em fragmentos cerâmicos de ânforas Dressel 1A, Campanienses A (Napolitanas) e de um *kalathos* (cerâmica ibérica). Pela localização e profundidade do achado, estaremos perante os vestígios de um naufrágio de uma embarcação romano-republicana, com uma cronologia (140-130 a.C.) que a deve relacionar com as campanhas militares de *Decimus Junius Brutus* (138-137 a.C.) e a conquista romana do Ocidente Peninsular.

PALAVRAS-CHAVE: Naufrágio Romano Republicano; Conquista militar; Ânforas; Cerâmicas campanienses; *Kalathos*.

ABSTRACT: In 1992, during the construction of the highway connecting Santa Olaia to Figueira da Foz, that had no archaeological survey, several ceramic fragments were collected, mostly from italic import. The assemblage consists in pottery fragments of Dressel 1A amphorae, Campanian A ware (Neapolitan) and of a *kalathos* (iberian ceramic). The location and depth of the find suggests that we are dealing with the remains of a wreck of a roman republican ship, with a chronology (140-130 BC) that may relate to *Decimus Junius Brutus* (138-137 BC) military campaigns and the roman conquest of the Western Iberian Peninsula.

KEYWORDS: Roman Republican Shipwreck; Military conquest; Amphorae; Campanian ware; *Kalathos*.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa um conjunto de material cerâmico recolhido em 30 de Novembro de 1992, a uma profundidade de 3,5 / 4 m., durante as obras de abertura do troço do I.P.3 que ligou Santa Olaia à Figueira da Foz. Esta obra não contou, infelizmente, com acompanhamento arqueológico, sendo que foram recolhidas por um manobrador de máquinas que as cedeu ao Eng. Luís Marçal Correia de Oliveira, para fazerem parte do espólio do Museu do Campo. O local, com o topónimo de Arruelas, situa-se no sopé de uma elevação onde existe uma pedreira (pedreira do Varino), na freguesia de Maiorca, Concelho da Figueira da Foz (Figs. 1 e 2).

A zona tem características profundamente aluviais, sendo ainda hoje frequentes grandes inundações nos meses de maior pluviosidade. O remeximento dos terrenos trouxe à superfície uma enorme quantidade de areias e saibros, onde se detectam inúmeras cascas de bivalves, prova da existência de fauna marinha nesta zona em tempos recuados. Ainda há bem pouco tempo as marés se faziam sentir na zona de Montemor-o-Velho, conhecida pelo seu porto marítimo-fluvial



FIG. 1 Localização do sítio de Arruelas (Maiorca) sobre imagem de satélite da European Space Agency (disponível em http://www.esa.int/spaceinimages/Images/2016/03/Iberian_Peninsula).

medieval. Nesta altura (e sobretudo em épocas anteriores) o estuário do Mondego teria seguramente uma configuração diferente, mais aberto e relacionado com o mar até Montemor, onde encontrava as marés. De referir ainda a proximidade do sítio classificado dos Montes de Santa Olaia e Ferrestelo, com ocupação desde o Neolítico, mas com importantíssimos

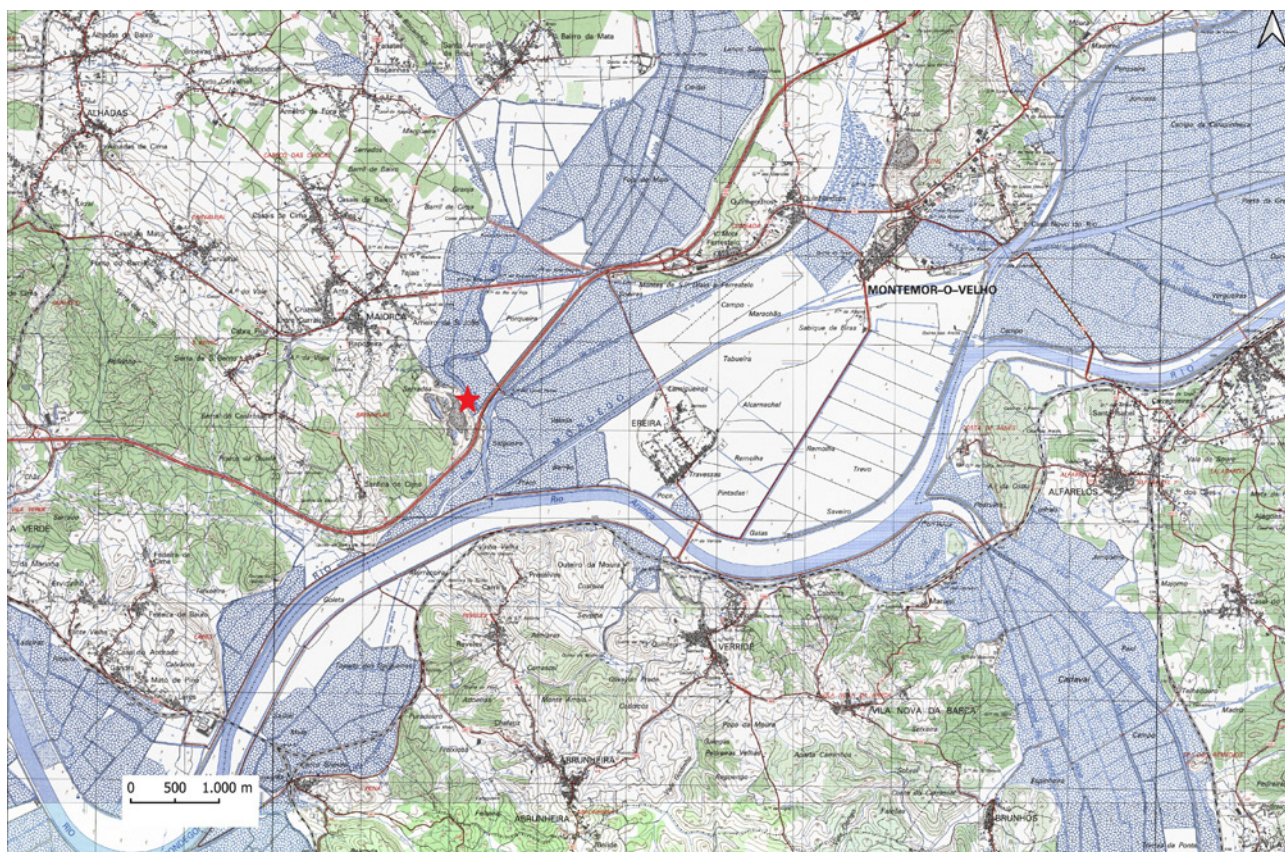


FIG. 2 Localização do sítio de Arruelas (Maiorca) com base nas Cartas Militares de Portugal 1:25.000 n.ºs 228, 229, 239, 240, 249.

vestígios da Idade do Ferro, que podem indiciar o estabelecimento de uma fundação fenícia, o que só prova a forte relação desta área com a fachada atlântica e mesmo com horizontes mediterrânicos. Estes vestígios da Idade do Ferro são primeiramente assinalados por Santos Rocha, que promoveu intervenções arqueológicas no por si denominado “Castro de Santa Olaia” em finais do século XIX/inícios do século XX (Rocha 1971) e os apresenta e descreve no Catálogo do Museu (Rocha 1905). Outros trabalhos foram realizados já no século XX, sob a orientação científica de Isabel Pereira, como veremos posteriormente.

Tendo em conta a profundidade a que os materiais foram recolhidos, para mais sendo inequivocamente um ambiente de areias e cascas de bivalves, numa zona de estuário aluvionar, a primeira ideia que se formula é a de estarmos perante vestígios de um naufrágio. Aliás, um naufrágio nesta zona não é de estranhar, visto que ainda na Idade Média, como já referimos, o Mondego era navegável até montante de Coimbra, sendo Montemor-o-Velho porto marítimo-fluvial de relevância, como o atesta a referência do geógrafo árabe Edrisi (século XII), que aconselhava quem demandava Santiago de Compostela por via marítima a “partir do Castelo de Montemor” (Coelho 1989: 72) (certamente não do Castelo, mas das suas vizinhanças). A ligação destas terras a actividades náuticas é ainda comprovada pela existência de construção naval na época dos Descobrimentos. Temos conhecimento de um Lopo Afonso, de Verride (margem esquerda do Mondego, em frente a Montemor), descrito como “carpinteiro e mestre de fazer caravellas e barcas” num documento, datado de 23 de Agosto de 1449 (Coelho 1989: 837). O próprio monte de Santa Olaia, na Alta Idade Média, surge na documentação como *Angliata*, que deve ter o seu étimo em *Anguluata*, vocábulo que se reporta a um sítio com vários ancoradouros (Alarcão 2004: 14). Para melhor se entender como seria o local do achado no séc. II a.C., foi incluída neste trabalho (Fig. 3) a proposta de configuração do Baixo Mondego (entre 3000 e 1000 a.C.) formulada por Senna-Martinez (1989). Estamos em crer que no séc. II a.C. a configuração não devia ser muito diferente.

Como se comprova pela figura apresentada, a zona dos achados seria uma zona navegável, formando um estuário protegido pelo estreitamento de Reveles, pelo que não é de estranhar o aproveitamento da bacia aí

formada, pois facilitava as condições de atracagem.

Trabalhos de campo relativamente recentes (Wachsmann *et al.* 2009), que acompanhámos, permitem ter uma leitura da deposição sedimentar na zona envolvente de Santa Olaia e Ereira, precisamente a zona estuarina a montante do estreitamento de Reveles. É assumido que a evolução estuarina contemporânea da ocupação fenícia de Santa Olaia permitia o acesso ao povoado por barco, a quem o demandava vindo do mar, através de um vasto estuário. Este amplo estuário manteve-se praticamente inalterado até cerca de 2200 a.C., altura em que a deposição de sedimentos criará uma zona de delta (Wachsmann *et al.* 2009: 10-11). O largo estuário continua a dar lugar a uma zona de delta, transformando-se numa zona de meandros alagáveis, braços de rio e ribeiros e bacias mais superficiais. É impossível perceber onde se situaria nesta altura o canal principal do rio Mondego, mas podemos inferir da navegabilidade da zona de Arruelas (Maiorca), pois que os materiais romano-republicanos retirados dum ambiente de areias, saibros e bivalves assim o parecem indicar. O autor refere que nesta fase de cerca de 2300 BP (Wachsmann *et al.* 2009: 12), a zona de Santa Olaia ainda apresentava uma profundidade entre 1,75 e dois metros, portanto perfeitamente navegável.

De referir que as peças apresentadas neste artigo pertencem ao Museu do Campo (da Liga dos Amigos dos Campos do Mondego, situado na Carapinheira, Concelho de Montemor-o-Velho) e que actualmente se encontram cedidas e em exposição no Museu Municipal Dr. Santos Rocha, da Figueira da Foz.



FIG. 3 A ria flandriana do Baixo Mondego: 1 – local dos achados; 2 – Santa Olaia; 3 – *Conimbriga*; 4 – Acampamento de Antanol; 5 – *Aeminium*. Base cartográfica de Senna Martinez 1989, modificada.

2. OS MATERIAIS

Os achados cerâmicos consistem em restos de quatro ânforas (todas conservando total ou parcialmente o bordo e o colo, uma conservando ainda uma asa e o arranque do corpo), fragmentos de cerâmica de verniz negro itálico, três fragmentos de um mesmo *kalathos*, e um seixo com vestígios de possível utilização humana. Foram ainda recolhidos fragmentos de parede e uma asa de ânfora. Apesar de ser um sítio sem intervenção arqueológica, é, no entanto, contextualizável, como vimos anteriormente. Pensamos ainda ser relevante o facto de estarmos perante um achado fechado, que possivelmente corresponderá a parte da carga de uma embarcação romano-republicana, apresentando vários tipos de cerâmica, mas comprovadamente contemporâneos. O material anfórico foi desenhado pelo Dr. José Alberto Simões Franco, com tintagem do Dr. Eduardo Oliveira.

2.1. As ânforas Dressel 1A (Fig. 4)

Todos os fragmentos de ânfora, num total de quatro, apresentam bordo (ver Fig. 4). A descrição das cores das pastas foi feita com base no código Munsell Color Soils (1973).

- **Ânfora 1 (Fig. 4, n.º 1)**

DESCRIÇÃO: Fragmento de ânfora que apresenta o bocal, o colo, parte do ombro e do corpo e uma asa inteira. Lábio triangular/oblíquo, bastante pronunciado, longo colo cilíndrico, ombro bem marcado, largo e horizontal. O corpo também aparenta ser cilíndrico, pelo menos o seu arranque.

PASTA: Vestígios abundantes de resina no interior. Pasta sonora. Fratura regular. Bastantes elementos não plásticos (ENP's) nomeadamente os negros, de origem vulcânica, alguns de grande calibre. Também alguns ENP's brancos. Cozedura oxidante no interior (avermelhada, 2.5YR 5/6) e redutora no exterior (2.5YR 4/0). As fraturas das asas e um orifício/fratura do colo apresentam pasta de cor castanha avermelhada (2.5YR 5/4). Exterior com tonalidade bege muito claro (10YR 7/3).

- **Ânfora 2 (Fig. 4, n.º 2)**

DESCRIÇÃO: Fragmento de ânfora que apresenta o bocal, parte do colo e o arranque das duas asas.

Lábio triangular/oblíquo, bastante pronunciado e com extremidade bastante delgada. Longo colo cilíndrico (ligeiramente hiperbolóide), apresentando grafito em "cruz" (+) junto de uma asa. Asas de secção elíptica, espalmadas, com face superior pouco curva, arrancando perpendicularmente abaixo do lábio.

PASTA: Praticamente sem resina no interior, apresentando apenas uma pequena mancha (reutilização?). Pasta sonora. Pasta pouco depurada. Fratura regular, mas também menos que no exemplar n.º 3. Muito abundantes ENP's, sobretudo os negros, de origem vulcânica. Cor da pasta avermelhada, entre 2.5YR 5/8 e 2.5YR 4/8. Exterior com tonalidade bege muito claro (10YR 7/3).

- **Ânfora 3 (Fig. 4, n.º 3)**

DESCRIÇÃO: Fragmento de ânfora que apresenta o bocal, parte do colo e o arranque das duas asas. Lábio triangular/oblíquo. Longo colo cilíndrico. Asa de secção elíptica, bastante espalmada, com face superior pouco curva, arrancando perpendicularmente pouco abaixo do lábio.

PASTA: Vestígios abundantes de resina no interior. Pasta sonora. Pasta mais depurada e compacta que nos dois exemplares anteriores, com fraturas lisas/regulares. Bastantes ENP's, de pequeno calibre, sobretudo os de origem vulcânica. Pasta de cor amarela avermelhada (7.5YR 7/6). Exterior com tonalidade bege muito claro (10YR 7/3).

- **Ânfora 4 (Fig. 4, n.º 4)**

DESCRIÇÃO: Fragmento de ânfora que apresenta o bocal, parte do colo e o arranque de uma das asas. Lábio triangular/oblíquo, bastante pronunciado e com extremidade bastante delgada. Longo colo cilíndrico. Asa de secção elíptica, com face superior curva, arrancando perpendicularmente abaixo do lábio.

PASTA: Vestígios abundantes de resina no interior. Pasta menos sonora que as anteriores. Pasta pouco compacta e pouco depurada. Fraturas mais irregulares, com bastantes fissuras. ENP's de origem vulcânica de maior calibre, embora em menor quantidade que nas pastas das ânforas anteriores. Pasta de cor avermelhada (2.5YR 5/6). Sem engobe exterior.

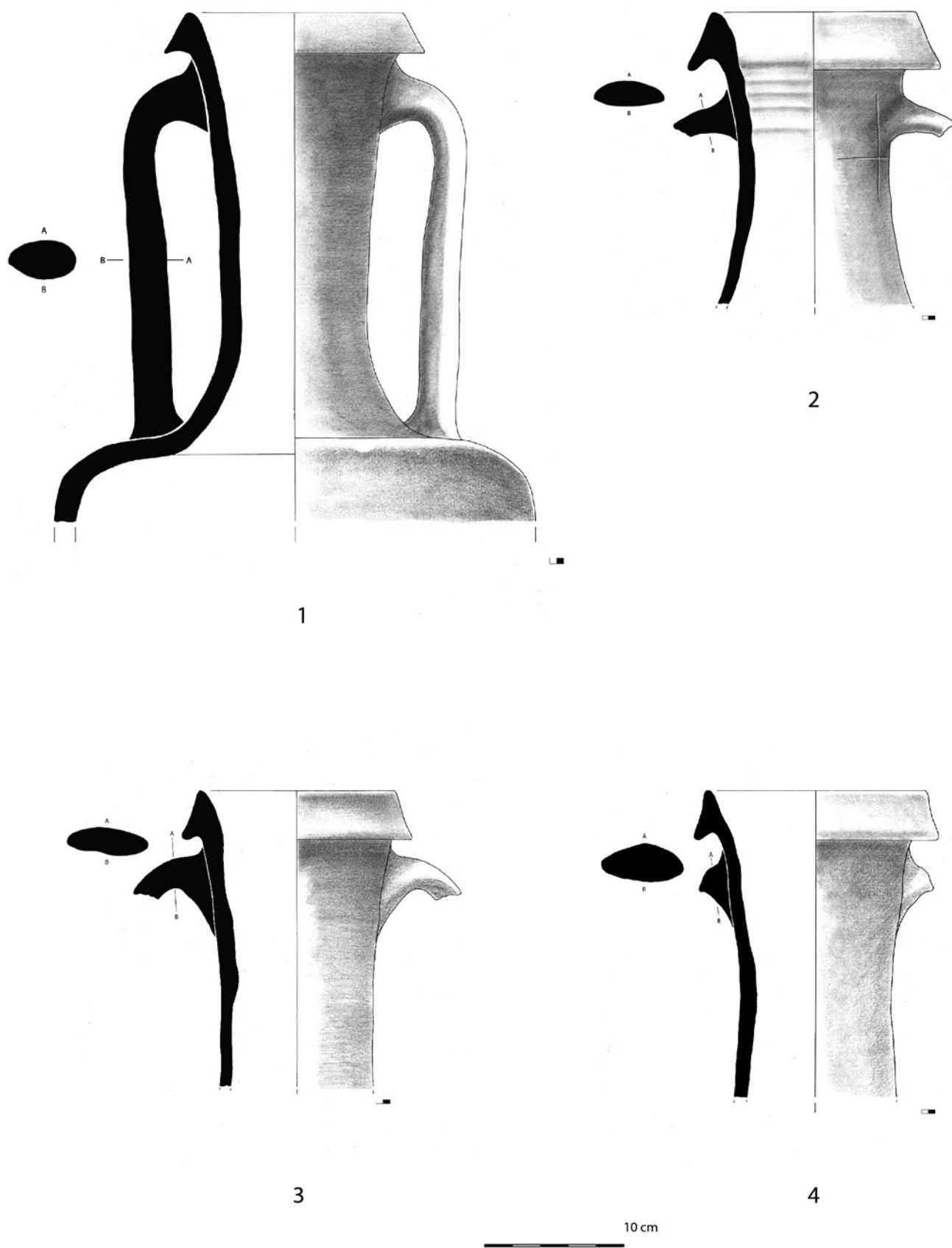


FIG. 4 As ânforas.

As ânforas, pese embora algumas pequenas diferenças, mormente na altura dos bordos, parecem pertencer todas à mesma classe. Com efeito, as ânforas apresentam bordos de secção triangular, colo alto e elegante. Através da peça que conserva uma asa (ânfora n.º 1), da asa que surgiu isolada e dos arranques conservados nas outras peças, podemos concluir que as asas são de secção oval, sendo bastante espalmadas nos casos das ânforas n.ºs 2 e 3. No caso da ânfora n.º 1, a asa remanescente arranca perpendicularmente ao colo, sofrendo inflexão que a leva a espriar-se depois em posição paralela a este, indo entroncar no início do ombro da ânfora, na zona de ligação ao colo. O arranque do bojo é arredondado, deixando depois pressupor um corpo cilíndrico. Quanto às ânforas n.ºs 2 e 3, o que ficou preservado do arranque das asas parece indicar que estas também teriam a mesma relação e posicionamento da anterior.

Esta característica, bem marcada, de um lábio triangular, levou Lamboglia (1955) a classificar estas ânforas como Dressel 1, variante A, contrapostas às variantes B e C, que apresentam lábio de fita alto. Esta classificação de Dressel 1A corresponde ainda à Classe 3 de Peacock e Williams (Peacock – Williams 1986: 86 – 88). Estes autores sublinham a semelhança dos bordos entre as Classes 2 (Greco-Itálicas) e 3 (Dressel 1A), colocando esta evolução por volta do terceiro quartel do século II a.C. (Peacock – Williams 1986: 24), configurando uma tipologia de transição, que os autores situam por volta de 140-130 a.C.. A Dressel 1A mantém ainda um ombro pronunciado, quase horizontal,



FIG. 5 Possível *titulus pictus* em fragmento de bojo.

marcando claramente a divisão entre o colo e o bojo.

No que concerne à análise das pastas, todas elas se apresentam algo grosseiras, micáceas, com colorações entre o amarelo avermelhado (7.5YR 7/6) e o vermelho (2.5YR 5/6), sendo as pastas mais avermelhadas as dominantes. A pasta é sonora, com fractura irregular e bastantes inclusões de elementos não plásticos (E.N.P's). Nestes E.N.P's, para além da mica é de relevar a enorme quantidade de inclusões de partículas de rochas vulcânicas, algumas de grande calibre. Se exceptuarmos a ânfora n.º 4, todas elas apresentam um revestimento/engobe exterior de com tonalidade bege muito clara (10YR 7/3), que se pode dever ao facto de a argila ter sido misturada com água do mar (Peacock – Williams 1986: 45).

De referir, por último, que um dos fragmentos de bojo recolhidos apresenta o que se poderá identificar como *titulus pictus* (ver Fig. 5).

Caso se trate efectivamente de uma inscrição comercial, teria sido realizada com recurso a tinta (normalmente seria preta ou vermelha). Não nos é possível apresentar qualquer proposta de leitura devido à sua deficiente conservação.

2.2. As cerâmicas de verniz negro itálicas - Campaniense A (Fig. 6, n.ºs 1 a 6)

A análise das cerâmicas de verniz negro itálicas (Campanienses A), baseia-se na tipologia proposta por Jean-Paul Morel (1981). As ânforas, bem como o *kalthos*, foram desenhadas pelo Dr. José Luis Madeira.

• Cerâmica de verniz negro napolitano 1 (Fig. 6, n.º 1)

DESCRIÇÃO: Fragmento de pátera, com pé em anel, conservando ainda parte do bordo. Inflexão nítida da parede perto do bordo. Inexistência de carena. Fundo com círculo inciso. No seu interior, dois círculos de *guillochures* que emolduram quatro estampilhas de folhas de parreira (com impressão deficiente ou muito estilizada) dispostas em forma radial.

PASTA: Pasta laranja rosada (5YR 5/8). Pasta não muito compacta, depurada, apresentando ENP's, sendo os de origem vulcânica de grandes dimensões. Alguns vacúolos. Engobe negro, interior e exterior, com poucos reflexos metálicos, sendo pouco aderente em algumas zonas. No interior, a

zona central do fundo apresenta coloração castanho esverdeada (5YR 3/1), devido à sobreposição do pé de outra peça durante o processo de cozedura (disco de empilhamento). Também se observam uns pontos sem engobe em volta do pé, talvez devido ao facto de ter estado apoiado durante a cozedura.

- **Cerâmica de verniz negro napolitano 2 (Fig. 6, n.º 2)**

DESCRIÇÃO: Fragmento de fundo de pátera (?), com pé anelado. Fundo com círculo inciso. No seu interior, um círculo de *guillochures* que emoldura duas (presume-se que seriam quatro) estampilhas (folhas de parreira?) ainda mais estilizadas que na peça anterior, ou fruto de má impressão, dispostas em forma radial.

PASTA: Pasta de cor rosa acastanhada (5YR 5/3), pouco compacta, não fracturando de forma homogénea, e depurada. Apresenta poucos ENP's, sendo os de maior calibre de origem vulcânica, e alguns vacúolos. Engobe negro interior e exterior, sendo que na zona decorada se apresenta castanho esverdeado (5YR 3/1), devido à sobreposição do pé de outra peça durante o processo de cozedura (disco de empilhamento).

- **Cerâmica de verniz negro napolitano 3 (Fig. 6, n.º 3)**

DESCRIÇÃO: Fragmento de fundo de taça, com pé em anel, apresentando em toda a volta da parede externa dois sulcos, possivelmente devidos ao fabrico a torno. Fundo com círculo inciso. No seu interior, um círculo de *guillochures* (algo descentrado) que emoldura quatro estampilhas (também descentradas) de palmetas (estas, já bastante perfeitas) dispostas em forma radial.

PASTA: Pasta rosa acastanhada (5YR 5/3), não muito compacta, mas mais que as anteriores, depurada, apresentando bastantes ENP's de muito pequenas dimensões (alguns de origem vulcânica são de maior calibre) e alguns vacúolos. Engobe negro, tendo a zona de impressão clara cor castanha esverdeada (5YR 3/1), pelos motivos já enunciados (disco de empilhamento). Este engobe "descasca-se" em pequenos fragmentos e não apresenta reflexos metálicos.

- **Cerâmica de verniz negro napolitano 4 (Fig. 6, n.º 4)**

DESCRIÇÃO: Fragmento de fundo de taça (?), com pé em anel. Parte central do fundo sobrelevada. Fundo com círculo inciso. O círculo de *guillochures* e as quatro estampilhas de palmetas (duas bastante perfeitas, duas mal impressas) encontram-se descentrados.

PASTA: Pasta de cor bege rosada (5YR 6/3), mais compacta que anteriores, depurada, apresentando poucos ENP's, os de maior dimensão de origem vulcânica e alguns vacúolos. O círculo decorado e a parede exterior apresentam engobe negro. A parede interior apresenta engobe acastanhado (10YR 3/2), devido a problemas na cozedura.

- **Cerâmica de verniz negro napolitano 5 (Fig. 6, n.º 5)**

DESCRIÇÃO: Fragmento de fundo de taça (?), com pé em anel. Fundo com círculo inciso. O círculo de *guillochures* e as três estampilhas de palmetas subsistentes (deveriam ser quatro e apresentam-se algo mal impressas) encontram-se descentrados.

PASTA: Pasta rosa acastanhada (5YR 5/4), pouco compacta, depurada, apresenta alguns vacúolos, com alguns ENP's de origem vulcânica de grande calibre. Engobe negro, interior e exterior, soltando-se em lascas.

- **Cerâmica de verniz negro napolitano 6 (Fig. 6, n.º 6)**

DESCRIÇÃO: Fragmento de fundo de taça (?), com pé em anel. Apenas subsiste parte das *guillochures* e uma palmeta com boa impressão.

PASTA: Pasta rosa acastanhada (5YR 5/4), pouco compacta, com fracturas mais irregulares, depurada, bastantes vacúolos, poucos ENP's, embora apresente um ou outro de maiores dimensões (sobretudo os vulcânicos). Engobe negro interior e exterior.

Todos os seis fragmentos apresentam pelo menos parte do pé da peça e o arranque do bojo, o que permite uma aproximação à sua classificação formal. Infelizmente apenas uma das cerâmicas apresenta parte do bordo, permitindo reconstruir o perfil completo e assegurar a sua classificação, sem restrições, como pátera ("tipo" 2252 b 1 de Morel, ver peça n.º 1,

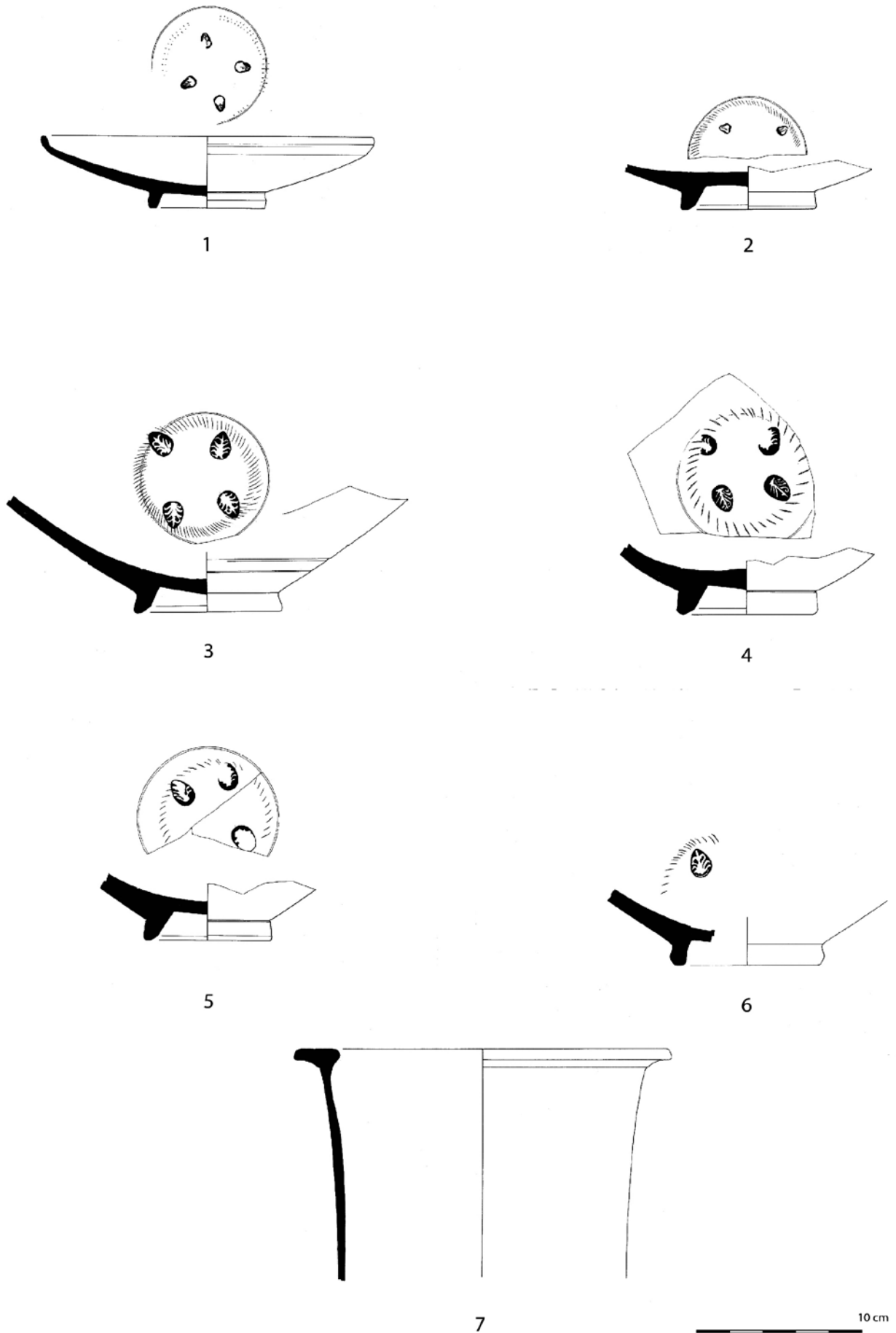


FIG. 6 As cerâmicas de verniz negro napolitano e o *kalathos*.

quadro 5). Uma outra peça (n.º 3, quadro 7), apesar de não apresentar o bordo, como ainda conserva uma boa parte do bojo, é possível de classificar como taça (“série” 2825 de Morel), embora neste caso não possamos ser tão peremptórios na sua classificação como na peça anterior. A peça n.º 2 (ver quadro 6), pelo que conserva, poderá ser classificada como possível fundo de pátera (“género” 2200 de Morel). Nas remanescentes três peças limitámo-nos a classificar o tipo de pé, pois a classificação da sua forma seria seguramente questionável, embora pela orientação das suas paredes pareçam corresponder a fundos de taças, formas abertas mas de perfil mais vertical que a pátera.

De referir que a peça n.º 1, pátera que permitiu a reconstituição de perfil completo, pertence à “espécie” F2250 de Morel, que surge em substituição da F2230 (Alves 2010: 30), por meados do século II a.C. Há, inclusivamente, uma referência (Morel 1981: 153) de que a F2252 b 1 (classificação que propomos para esta peça) se deve situar entre 140-130 a.C., com base nos dados do naufrágio de Punta Scalette, na ilha de Giannutri (Lamboglia 1964).

Todas as cerâmicas apresentam decoração, o que não será muito vulgar, pelo que se poderia pôr a hipótese de que a pessoa que as recolheu tivesse feito uma escolha, abandonando no local as peças que não a ostentassem. Contudo, não deve ter sido este caso, pois para além dos fundos e do bordo que foi possível colar, dando origem à peça n.º 1, também foi recolhido um fragmento de parede, sem decoração. Acresce o facto de também terem sido recolhidos fragmentos de bojo de ânforas, seguramente menos apelativos do que fundos de cerâmica itálica de verniz negro napolitana (Campaniense A) sem decoração, pelo que nos parece que todos os materiais notados pelo achador foram recolhidos.

De notar que, segundo Michel Py (1993: 147), a pátera F2252 é raramente decorada, sendo que no caso em que há decoração, esta se restringe a círculos concêntricos. Mesmo a “série” 2825 (a que pertence a peça n.º 3) é referida pelo autor como tendo “decoração eventual de palmetas”, o que só vem sublinhar a invulgaridade de todas as peças estudadas terem decoração, numa cronologia em que a tendência predominante é o desaparecimento das decorações na cerâmica itálica de verniz negro napolitana. A decoração de todas as peças é bastante similar, consistindo

em estampilhas impressas, distribuídas em forma radial (há três exemplares que conservam as quatro estampilhas impressas, sendo que as outras peças apresentam apenas uma, duas e três, devido às fracturas sofridas na base). Estas estampilhas eram envolvidas por um círculo de decorações circulares feitas com roleta (dois no caso da peça n.º 1) e por um círculo inciso (não presente na peça n.º 1, que como vimos apresenta dois círculos de decorações circulares, nem na peça n.º 6). Há peças que apresentam uma impressão de palmetas bastante perfeita (peças n.ºs 3, 6 e 4, embora esta última apresente duas mal impressas), outra que apresenta uma má impressão (peça n.º 5). O caso das cerâmicas n.ºs 1 e 2 é algo diferente, pois as estampilhas impressas são claramente de menores dimensões e devem ser inseridas noutra grupo ao nível da decoração, o grupo das folhas radiais (Bats 1988: 132-134).

Este grupo de decoração de palmetas (quatro) dispostas em forma radial, “emolduradas” por círculos de *guillochures* é típica de meados do século II a.C., podendo ter-se estendido por mais algum tempo, o que parece ser comprovado pelos materiais surgidos em *Lattara* (Lattes, França), onde se fixa o desaparecimento de tal tipo de decoração no início do século I a.C. (Py – Auroux – Sanchez 2001: 528). Torna-se até interessante a comparação de tipologias de decorações apresentadas (Py – Auroux – Sanchez 2001: 530, 532, 533) com as decorações apresentadas para as cerâmicas de verniz negro napolitanas apresentadas neste artigo. Deve destacar-se que o conjunto em apreço apresenta uma peça (a n.º 1) que emoldura a decoração impressa (não de palmetas, mas de folhas) com dois círculos de *guillochures*, sendo que as outras apresentam apenas um círculo de *guillochures*, mas já apresentam um círculo inciso exterior à restante decoração. É sabido (Principal-Ponce – Sanmartí 1997: 40) que esta decoração que apresenta círculos incisos deve ter surgido no penúltimo quartel do século II a.C., por influência das decorações das produções ditas Campaniense B. Os citados autores referem ainda que a pouco comum associação na cerâmica de verniz negro itálica napolitana de palmetas com círculos incisos deve corresponder a um momento final deste tipo de decoração, até porque é neste mesmo terceiro quartel que se assiste ao desaparecimento da decoração de palmetas e *guillochures*.

A decoração das peças n.ºs 1 e 2, como vimos, enquadra-se noutra grupo de decoração, o das folhas,

sendo que nos parece tratar-se de uma decoração de “folha de parreira”, possibilidade que nos parece até mais plausível na peça n.º 1. Este tipo de decoração com “folhas de parreira” é tido como mais antiga, mas há casos em que ela se pode ter estendido, pelo menos, até ao terceiro quartel do século II a.C. Um destes casos reporta-se precisamente aos materiais trazidos pelo exército romano-republicano para os acampamentos numantinos (Principal-Ponce – Sanmartí 1997: 40), propondo os autores uma datação situada entre 140-130 a.C. A própria tipologia das peças e a forma dos seus pés anelados também apontam para uma cronologia de 140/130 a.C., datação que se conjugava perfeitamente com a das ânforas.

No que diz respeito à análise das pastas, podemos dizer que elas são homogéneas nas suas características, apresentando colorações entre o rosa acastanhado (5YR 5/3 e 5/4), o laranja rosado (5YR 5/8) e o bege rosado (5YR 6/3). As pastas apresentam-se pouco compactas, depuradas, apresentando vacúolos e alguns ENP's, sendo que a maioria e os de maiores dimensões são os de origem vulcânica. Este tipo de pastas é típico dos fabricos da Campânia, como seria de esperar até pela cronologia das peças.

Todas as peças apresentam engobe negro, interior e exterior, com poucos ou nenhuns reflexos metálicos. Em algumas das peças (peças n.ºs 1, 3 e 5) o verniz denota ser menos aderente, havendo zonas em que se soltou em pequenas lascas. Nalgumas das peças (n.ºs 1, 2 e 3) nota-se ainda que o círculo central (que ostenta a decoração) apresenta coloração castanho esverdeada (5YR 3/1), devido à sobreposição do pé de outra peça durante o processo de cozedura (disco de empilhamento).

2.3. O *kalathos*

A única peça recuperada e não carregada no início da viagem, algures na costa tirrénica italiana, é o *kalathos* (do qual foram recolhidos três fragmentos pertencentes à mesma peça), com origem na costa oriental da Península Ibérica, e que deve ter sido incluído a bordo como carga, nessa mesma região (Fig. 6, n.º 7). É uma cerâmica cinzenta escura, de pasta muito depurada e compacta, e de paredes finas para o tamanho que apresenta. O bordo, em aba horizontal, é de grandes dimensões, com forte projecção para o exterior e ligeira para o interior. Trata-se de um enorme contentor, com diâmetro externo de 230 mm.

Parece então tratar-se de um *kalathos*, forma 17 da cerâmica ibérica (Aranegui Gascó – Pla Ballester 1979: 79), mais especificamente da forma 17b, que congrega os *kalathoi* de corpo cilíndrico e bordo de “asa plana”. São cerâmicas de armazenamento, muito presentes em sítios arqueológicos tardo-republicanos, que tanto se podem apresentar com decoração pintada polícroma, como podem ser cinzentas como o espécime de Arruelas (Maiorca).

Posteriormente, outros autores (Bonet – Mata 1992) propõem um novo tipo de classificação para estas peças. Assim, tipologicamente, os *kalathoi* são classificados na Classe A (Cerâmica Fina), Grupo II (recipientes de diversa morfologia, com funcionalidade dificilmente determinável, podendo ser multifuncionais, para armazenamento, ou outras actividades domésticas), Tipo 7, Subtipo 1 (cilíndrico). No caso do *kalathos* de Arruelas (Maiorca) este deve ser ainda inserido na variante 2 pois que, de acordo com a classificação proposta e os atributos métricos definidos (Bonet – Mata 1992: 121), o diâmetro ao nível do exterior dos bordos deve ser considerado como mediano (peças com diâmetros entre 10 e 25 cm). É ainda referido (Bonet – Mata 1992: 129) que há exemplares que não têm decoração (como o exemplar de Arruelas), nomeadamente uma produção específica procedente da Catalunha, bem como alguns recipientes de grandes dimensões. É um dos poucos tipos de cerâmica ibérica que é exportado para fora da zona de influência da Cultura Ibérica propriamente dita e é dos produtos que mais perdura depois da conquista romana. Como hipóteses de conteúdo surgem o mel, o *garum* e a púrpura.

Parece também que poucos exemplares de *kalathoi* foram recolhidos em naufrágios, mesmo nas costas do Mediterrâneo (Izquierdo 1995: 123), algo que acaba por trazer mais interesse à peça de Arruelas (Maiorca), com cronologias propostas entre 150-130 a.C. (Izquierdo 1995: 126).

2.4. Outros materiais/vestígios

Um outro material recolhido foi um seixo, de cor escura, possivelmente de anfíbolito (ver Fig. 7).

Se o seixo for contemporâneo e pertencer ao mesmo contexto dos achados cerâmicos, é provável que fizesse parte do lastro que todas as embarcações utilizavam, por forma a terem maior estabilidade na navegação.



FIG. 7 Seixo.

3. RELAÇÃO COM O CONTEXTO PENINSULAR

Considerámos que, depois de analisadas as peças recolhidas e proposta a sua classificação, seria útil a sua contextualização no horizonte peninsular romano-republicano, por forma a obter uma visão mais vasta do achado e sua inserção na história da expansão territorial de Roma para Ocidente.

Uma primeira análise debruçar-se-á sobre os naufrágios romano-republicanos conhecidos, de cronologia similar. Infelizmente, para o actual território português não há registos de intervenções arqueológicas subaquáticas de contextos com esta cronologia. Assim, a nossa análise centrar-se-á em sítios arqueológicos subaquáticos das costas mediterrânicas de Espanha e das Baleares, por serem as mais próximas da zona em estudo no presente trabalho. Esta navegação mediterrânica era, ao tempo republicano, já bastante consistente, contrariamente ao que se passaria na fachada atlântica peninsular. Esta área mediterrânica seguramente que era sulcada por inúmeros navios de comércio marítimo interprovincial, como por barcos de cabotagem, dando expressão a uma rede local/regional de trocas comerciais (Campoy – Reyes 2008: 221). A própria logística das legiões romanas também muito por aqui deve ter passado, nomeadamente em direcção a portos como o de Ampúrias, verdadeira porta de entrada peninsular, pelo menos desde a Segunda Guerra Púnica.

Procuraremos também inserir o achado de Arruelas (Maiorca) na problemática da conquista romana

do Ocidente Peninsular. Tendo em conta a homogeneidade cronológica de todas as peças postas a descoberto, que apontam para uma datação do terceiro quartel do século II a. C., convém relacionar o achado com a conquista do Ocidente Peninsular ocorrida neste período, nomeadamente com as campanhas de Décimo Júnio Bruto, que o levaram até ao Norte do actual território de Portugal e Galiza. Os movimentos destas campanhas ainda hoje levantam muitas questões, sobretudo para a zona da fachada atlântica, nomeadamente no que concerne às deslocações das tropas e à logística dos seus reabastecimentos. Cremos, inclusive, que este poderá ser o achado fechado mais a Norte registado para esta época da conquista romana, daí a sua importância neste contexto.

3.1. Naufrágios republicanos de cronologia similar

Como atrás referimos, infelizmente para o actual território português não são conhecidos sítios arqueológicos subaquáticos, devidamente intervencionados, para as cronologias aqui em análise. Alguns materiais têm surgido, por acção de obras ou da frota pesqueira de arrastão (Silva – Coelho-Soares – Soares 1987; Diogo – Alves 1988-1989; Arruda – Almeida 1999; Diogo 1999; Diogo – Cardoso – Reiner 2000), que nos absteremos de analisar dada a ausência de associações primárias. Referiremos apenas que mais a Norte, apesar de não se reconhecerem menções a materiais recuperados de meio aquático com cronologias similares, a existência de uma referência importante para a zona do interface do Baixo Mondego, num artigo que julgamos pouco conhecido (Cortez 1957). O autor relata o surgimento de materiais romanos (a 70 braças de profundidade, cerca de 130 metros) numa rede de arrastão, “provenientes do naufrágio de uma nave romana no enfiamento do estuário do Mondego, ao largo da Figueira da Foz” (Cortez 1957: 120). A seu pedido, o mestre do arrastão voltou ao local, tendo localizado com o apoio da sonda eléctrica, “no fundo, meio enterrado na vasa, os restos da nave naufragada” (Cortez 1957: 121). Posteriormente voltaram a lançar redes (!) para tentar recolher mais material, tendo sido recuperados *dolia* (é apresentada a fotografia de um) e ânforas (para as quais infelizmente não apresenta nenhuma imagem). Como é lógico, esta informação não nos dá qualquer tipo de hipótese de discernir a tipologia das ânforas e

a sua cronologia, mas fica, contudo, a informação, que julgamos não ser muito conhecida.

Já quanto aos dados recolhidos da análise dos materiais provenientes de naufrágios devidamente intervencionados pela arqueologia subaquática, estes são de extrema utilidade, sobretudo no que diz respeito à cronologia e estabelecimento de sequências morfológicas das peças, mormente na classificação morfotipológica de material anfórico (Arruda – Sousa 2013: 110). As autoras baseiam a sua análise cronológica das ânforas itálicas de Monte Molião na proposta de classificação de Asensio (2010), tendo por base os materiais de Colònia de Sant Jordi E (Ses Salines, Maiorca). Este artigo de Asensio parece-nos extremamente importante, pois analisa naufrágios com cronologia similar ao achado de Arruelas e não se resume à análise anfórica, pois nos carregamentos apresentados surgem outros materiais similares, como as cerâmicas de verniz negro itálico de produção napolitana (Campanienses A).

O autor sublinha que são muito mais abundantes (que em períodos anteriores) os sítios arqueológicos conhecidos, com presença de contentores itálicos na sua carga, atribuíveis ao século II a. C. (Asensio 2010: 27), apontando seis naufrágios que apresentam “ânforas greco-itálicas das variantes formais evoluídas”, de meados do referido século. Refere, a título de exemplo, o naufrágio de Es Llatzeret (Maó, Menorca), que apresenta um grande número de “ânforas greco-itálicas avançadas”, a par de um pequeno grupo de ânforas gregas (como tal, uma clara época de transição tardia). Acresce de interesse para este nosso trabalho o facto de o espólio anfórico vir acompanhado de um pequeno número de fragmento de cerâmica de verniz negro itálica napolitana (Asensio 2010: 31), para além de três lucernas itálicas de verniz negro. Ao nível dos perfis dos bordos e da implantação das asas, as ânforas apelidadas de greco-itálicas avançadas (Asensio 2010: 28) são muito semelhantes às por nós aqui estudadas, o que não é de estranhar pois que também se inserem na fase de transição entre as greco-itálicas e as formas Dressel 1. Dentro das próprias produções napolitanas de verniz negro itálico há claras semelhanças, nomeadamente com a nossa peça n.º 3 (“série” 2825 de Morel), registando-se também decoração de palmetas envolvidas por um círculo de decorações circulares feitas com roleta.

Os naufrágios de Cabrera 7 (Cabrera, Maiorca) e de Colònia de Sant Jordi E (Ses Salines, Maiorca) também são interessantes de analisar, pois em ambos nos deparamos com ânforas itálicas, tipicamente de transição (Asensio 2010: 30, 31), embora o seu número fosse inferior ao número das ânforas e outros materiais de produção púnica. Este facto de se detectar uma coexistência de ânforas itálicas (em menor número) e púnicas pode dever-se ao facto de os referidos naufrágios corresponderem a barcos comerciais, carregados de produtos itálicos mas, sobretudo, de produtos regionais, enquanto o carregamento exclusivamente itálico de Arruelas (se excluirmos o *kalathos*, que deve ter sido carregado como reabastecimento na Catalunha) se pode dever a um carregamento inicial e completo feito na Península Itálica, como apoio logístico de tropas (possivelmente das campanhas peninsulares de Décimo Júnio Bruto).

Do ponto de vista cronológico há, como se viu, uma clara linha definidora da evolução (como atrás também já referimos), com o estreitamento e alongamento das ânforas, verticalização dos lábios, colos e asas mais longos, características que se vão acentuando até finais do século II a. C. É com base nestes critérios que o autor propõe uma ordenação cronológica para a evolução tipológica das ânforas greco-itálicas, sendo de destacar o quadro evolutivo da Fig. 11 (Asensio 2010: 36), que apresenta a evolução crono-tipológica dos modelos anfóricos presentes nos naufrágios e onde é de salientar a semelhança entre a ânfora n.º 1 de Arruelas (Maiorca) e a imagem usada para representar o naufrágio de Cabrera 7. A única diferença mais visível prende-se com o facto de o ombro da ânfora de Arruelas ser mais horizontal (característica que é típica das ânforas mais antigas), sendo que o lábio, as asas e o colo são bastante semelhantes.

É, pois, de realçar a existência de vários naufrágios conhecidos no Mediterrâneo Ocidental que reúnem na sua carga ânforas Dressel 1A e cerâmicas de verniz negro itálico napolitanas, portanto sensivelmente a mesma carga exumada em Arruelas (Maiorca). Parece-nos, contudo, que a carga do possível naufrágio de Arruelas se apresenta ainda mais homogénea do que as cargas dos referidos naufrágios mediterrânicos, quer do ponto de vista do material anfórico, quer do ponto de vista do material dito campaniense. Tal facto, como já referimos, deve-se certamente ao facto de o naufrágio de Arruelas dever estar associado a um navio

de apoio a incursões militares romano-republicanas (como tal, é possível que a carga tenha sido feita num único local, ou numa zona geográfica mais restrita), ao passo que os naufrágios analisados por Asensio devem ser de navios comerciais, como tal com uma carga mais heterogénea, carregada em vários portos, englobando vários produtores. De notar ainda que, num dos naufrágios (Escombreras 2), é também referida a presença de *kalathoi*. A novidade dos materiais de Arruelas prende-se, sobretudo, com o facto de um achado fechado como este, com este tipo de carga e cronologia, surgir na fachada atlântica (ainda que em ambiente de interface de estuário) e não no, à altura já tão cruzado por rotas marítimas, *Mare Nostrum*.

3.2. A conquista romana do Ocidente Peninsular

É chegado o tempo de procurar uma contextualização ao nível da conquista romana do Ocidente Peninsular. Penso que se deve assumir esta ligação da conquista romana do Ocidente Peninsular com as campanhas de Décimo Júnio Bruto, pelo que há, pois, que procurar os vestígios deixados por essas ocupações militares, tarefa sem dúvida difícil, pois fica sempre a dúvida se um determinado contexto arqueológico se reporta efectivamente a uma ocupação castrense¹ (Fabião 2004: 53). Esta análise não será exaustiva, atendendo à quantidade de dados disponíveis e aos limites de extensão deste trabalho, antes se direccionará para a zona de charneira do Vale do Tejo.

Ainda antes de nos debruçarmos sobre a análise da conquista romana do Ocidente Peninsular propriamente dita, sobretudo do que se passou no actual território português, é pertinente referir o caso emblemático de *Valentia* (Valência, Espanha). Apesar de não se localizar no Ocidente Peninsular, o facto de ser uma fundação de raiz, descrita por autores clássicos, com numerosas e profícuas campanhas de escavações arqueológicas nas últimas décadas, serve como “farol” para o estudo destes passos iniciais da conquista e romanização. Com efeito, os dados das referidas intervenções arqueológicas permitiram indagar da veracidade e exactidão da datação historicamente proposta por Tito Lívio para a fundação da cidade em

138 a.C. (Ribera i Lacomba 2014: 61). Os materiais da época fundacional apresentam fragmentos de várias ânforas, maioritariamente itálicas, cerâmica de verniz negro itálico e cerâmica ibérica. Ao analisar as figuras apresentadas (Ribera i Lacomba 2014: 72), são claras as semelhanças entre o perfil dos bordos de algumas das ânforas apresentadas e as que surgiram em Arruelas (Maiorca), com os seus lábios triangulares bastante pronunciados e o colo cilíndrico. Também a cerâmica de verniz negro itálico se enquadra dentro da tipologia das de Arruelas, parecendo até que algumas apresentam decoração de círculos de *guillochures* a emoldurar estampilhas de palmetas. Nestes mesmos contextos, destaca-se ainda a presença de materiais produzidos na costa oriental peninsular, concretamente de *kalathoi* (Ribera i Lacomba – Romaní 2011: 319).

Em forma de conclusão, o autor refere ainda que à data da fundação há, pois, um claro predomínio de cerâmicas de importação itálicas (serviço de mesa e de cozinha e contentores para bens alimentícios, como o vinho), maioritariamente da Campânia, sendo que o material anfórico originário desta região configura o maior volume destes materiais importados (Ribera i Lacomba 2014: 80). Este facto não é de estranhar se atentarmos que estamos perante a fundação de uma colónia, que albergou veteranos das “Guerras Lusitanas” e que ao nível do consumo teriam clara preferência por produtos itálicos.

Como se vê, nota-se um certo padrão no que concerne aos materiais arqueológicos presentes em recintos tardo-republicanos (Morillo – Adroher Auroux 2014: 31), sendo de relevar “cerâmica campaniense A y B, ânforas y lucernas tardorrepublicanas, monedas romanas e ibéricas, así como elementos típicos del ajuar metálico como las fíbulas tipo Alesia, glandes de plomo, puntas de pilum y dardos para ballista o jabalina”. Infelizmente, em Arruelas (Maiorca), estamos reduzidos às cerâmicas de verniz negro itálico napolitano e às ânforas Dressel 1A, sendo de equacionar estarmos perante um navio encarregue da logística de abastecimento, transportando a necessária baixela e mantimentos e não equipamento militar (que também podia ter existido e não se ter encontrado/recuperado ou que pode não ter resistido, porque metálico, às condições do local, embora esta hipótese não nos pareça muito plausível). É sobretudo estranho, uma vez que aparece serviço de mesa (verniz negro itálico

¹ Parece-nos que nos casos em que aparecem artefactos de carácter bélico (como as *glandes plumbeae*) se pode afirmar estarmos perante uma ocupação militar do sítio, mesmo que tão só temporária, durante as deslocações das legiões.



FIG. 8 Mapa do baixo Tejo, extraído de Fabião, 2014: 11.

napolitano), o facto de o nosso conjunto não registar qualquer peça de paredes finas (que se encontram em vários assentamentos militares desta cronologia) nem lucernas. Este facto pode perfeitamente ser atribuível ao contexto do achado, se levarmos em conta que a zona intervencionada pela obra pode não ter atingido toda a embarcação (como tal, não afectando toda a carga) ou que, por serem cerâmicas mais frágeis, a sua destruição foi maior, não procedendo o achador à recolha de fragmentos muito pequenos e/ou informes.

Ainda que haja uma disseminação por todo o actual território português de materiais de produção itálica com a cronologia aqui defendida (140-130 a.C.), a maior preponderância localiza-se a Sul do Tejo, palco de “grandes movimentações de tropas” (Parreira 2009: 55), mas também, sem dúvida, a zona mais estudada para este período específico. Os dados que comprovam esta ocupação aliada às movimentações das tropas do *Callaicus* serão analisados mais pormenorizadamente, mas convém reter desde já que, para além de *Olisipo* e *Moron*, estabelecidas em 138 a.C., os novos dados de sítios como Mesas do Castelinho (Parreira 2009: 94) que apresentam materiais itálicos (sobretudo anfóricos) em estratigrafia pós-conquista, vêm comprovar um claro estabelecimento estratégico na zona do Tejo. Pensamos que a partir dos dados do achado de Arruelas (Maiorca), bastante mais a Norte, se deverá começar também a questionar da importância geoestratégica do Vale do Mondego (pelo menos

do Vale do Baixo Mondego) como suporte das incursões militares romano-republicanas.

Este eixo de assentamento e penetração surge referido nas fontes clássicas (Estrabão e Plínio-o-Velho), sendo que desde há muito se pretende identificar, na margem Norte do Tejo, os vestígios arqueológicos comprovativos das referidas fontes (Fabião 2014: 9), “posições-chave para as campanhas de conquista em direcção ao norte”. Esta visão inicial de procura na margem Norte do rio tem sido alterada, pois que trabalhos realizados (Fabião 2014: 11) têm permitido discernir que esta ocupação se desenrolou em ambas as margens, provavelmente não se devendo só a uma preocupação militar de estabelecer uma forte base de apoio às acções militares, mas também já com intuítos de exploração de um território conhecido “pela riqueza aurífera cuja exploração pode ter começado nessa época e não mais tarde como habitualmente se tem pensado” (Fabião 2014: 9).

Como já atrás referimos, o vale do Tejo foi assumido como zona de charneira para as acções militares do terceiro quartel do século II a.C., facto ao qual não será estranha a sua facilitada e ampla navegabilidade, bem como as capacidades portuárias da sua foz, dados já referidos por Estrabão (Fabião 2014: 11) e que justificam a disseminação de sítios arqueológicos ao longo da bacia hidrográfica do rio (ver Fig. 8).

Os mais recentes dados da investigação confirmam que esta ocupação romano-republicana se localiza no terceiro quartel do século II a.C., embora a importância de toda esta zona se tenha feito sentir ao longo de todo o primeiro milénio a.C. (Pimenta 2014: 44). Muito do que referimos para as potencialidades do Baixo Mondego no que concerne à navegação, também se registava na embocadura do Tejo, que apresentava condições de excepção para se estabelecer como interface preferencial para a navegação atlântica (Pimenta 2014: 45): a descrição de “verdadeiro mar interior, de águas calmas e margens férteis, encontrando aí um ancoradouro seguro para qualquer tipo de embarcação”, se descontextualizada, pode perfeitamente colar-se à descrição do Baixo Mondego em período tardo-republicano (claro que em menor escala), nomeadamente à zona dos achados de Arruelas (Maiorca), a seguir ao estreitamento de Reveles. Mais, quando o autor refere “o seu papel como principal via de comunicação para o interior do território, por onde

se escoavam as matérias-primas e os excedentes dos férteis terrenos do alto Tejo irrigados pelas cheias periódicas, [...] ponto de contacto entre dois mundos o Mediterrânico e o Atlântico”, se trocarmos “Tejo” por “Mondego” o texto continua a ter a mesma pertinência. Parece-nos, também, que a navegabilidade referida até *Scallabis* (último porto de mar), sendo para montante a navegação feita com recurso a barcos mais pequenos, de menor calado, também deve ter tido o seu paralelo no Mondego, sabendo nós que até há pouco tempo as marés ainda chegavam a Montemor, pelo que a navegação na Antiguidade teria sido possível, talvez mesmo até *Aeminium*.

Estes novos dados permitem perceber claramente que em meados do século II a.C. se assiste ao súbito aparecimento de importações da península itálica, sendo que a cronologia pode ser ainda mais afinada, mais precisamente para o período entre 140-130 a.C., tendo em conta a homogeneidade das tipologias e correspondentes cronologias dos materiais surgidos (Pimenta 2014: 47). O espólio encontrado permite confirmar a chegada em grande número de cerâmicas de verniz negro itálico napolitanas, copos de paredes finas e lucernas, contentores vinícolas da Costa Tirrénica, sobretudo ânforas greco-itálicas tardias ou de transição, bem como exemplares de cerâmica ibérica, principalmente *kalathoi* (Pimenta 2014: 49). Todos estes materiais são consentâneos com a campanha desencadeada em 138 a.C. por Décimo Júnio Bruto, “com claros objectivos de uma “pacificação” exemplar dos últimos focos de rebelião lusitana e de reconhecimento de uma área até então pouco conhecida, o Noroeste peninsular” (Pimenta 2014: 50). Esta pujante fase de ocupação militar parece ter terminado em finais do século II a.C., altura em que se assiste (nomeadamente no Castelo de São Jorge) a um claro declínio das importações itálicas (Pimenta 2014: 57).

Deixaremos de lado outros vestígios arqueológicos de Lisboa com idêntica cronologia aos de Arruelas (Pimenta *et al.* 2014; Mota – Pimenta – Silva 2014; Silva 2014), bem como os que permitiam o controlo da foz do Tejo na sua margem Sul (Barros – Henriques 2002), atendendo a que estes corroboram o panorama já previamente descrito.

Seguindo o rio em direcção a montante, detemo-nos no sítio de Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos), pois que a sua localização e aparente

função apresentam pontos de contacto com Arruelas (Maiorca). Está localizado na margem esquerda do Tejo, já na zona de influência de *Scallabis* e *Móron*, de que falaremos adiante. Pode-se hoje concluir que, para além da ocupação proto-histórica, registou uma forte ocupação romano-republicana, com abundantes materiais de proveniência itálica (Pimenta – Mendes – Arruda - Sousa - Soares 2014: 43-46). Dentre estes são de relevar um elevado número de ânforas itálicas (greco-itálicas e Dressel 1), alguns fragmentos de cerâmica de verniz negro itálico napolitano, fragmentos de paredes finas, “elementos associados à presença militar romana, como é o caso da glande de chumbo recuperada” e referências orais a moedas republicanas recuperadas por detetoristas. Parece-nos muito curiosa e pertinente a hipótese levantada pelos autores de que possamos estar perante um *vicus* portuário, que terá começado a exercer essa função em época das campanhas do Galaico, não sendo propriamente um assentamento militar, mas funcionando como entreposto/local de descarga dos produtos itálicos que chegavam para abastecer as tropas já localizadas nesta zona (nomeadamente no Alto do Castelo, Alpiarça, que se localiza na mesma margem).

No que concerne aos dados associados ao sítio arqueológico de Chões de Alimpé (Santarém), que se poderá interpretar “como a cidade de Morón e/ou como Acampamento militar romano” (Pimenta 2014: 57), parece haver uma coeva ocupação indígena do sítio, notando-se depois uma significativa ocupação republicana, atestada pela abundância de ânforas itálicas, algumas das quais de tipo greco-itálico (Fabião 2014: 12). Apesar de *Móron* ter sido mencionada por Estrabão, a par de *Olisipo*, como um dos sítios mais importantes do baixo Tejo, ela “não volta a ser mencionado na literatura antiga e não há nenhuma epígrafe latina que se lhe refira, ou seja, parece constituir local abandonado e de que não restou memória toponímica” (Fabião 2014: 13). Uma análise “do estado da arte” do conhecimento que se tem sobre o sítio foi realizada em 2014 (Pimenta – Arruda 2014), antecedendo as primeiras campanhas de escavações arqueológicas que se realizaram no local (2015 e 2016). Estas campanhas (Arruda *et al.* 2018) revelaram ocupações desde a I Idade do Ferro até à época islâmica (materiais detectados no enchimento duma fossa). Na cronologia que mais interessa para a questão em análise neste artigo, romano-republicana,

foram registados importantes resultados sobre o sistema defensivo. Será de destacar que numa estrutura negativa originada por um rebaixamento do estrato geológico na zona da base do talude da muralha se registou um enchimento com “fragmentos de ânforas itálicas, que podem integrar-se nas formas Dressel 1 ou Greco-itálica” (Arruda *et al.* 2018: 207). A ânfora classificada como Dressel 1A, da qual se apresenta desenho (Arruda *et al.* 2018: 219) tem um lábio triangular bastante menos nítido e pronunciado que as ânforas da mesma classe de Arruelas (Maiorca). Na mesma página também surge a reprodução desenhada (Fig. 17, n.º 105) de cerâmica de verniz negro itálica napolitana, recolhida em prospecção (Arruda *et al.* 2018: 216).

Santarém, a antiga *Scallabis*, goza de um extraordinário posicionamento geoestratégico, de dominância sobre o Vale do Tejo. Embora distante da foz do rio e de *Olisipo*, do seu planalto se avistam vários dos sítios da região com ocupação romano-republicana (Arruda – Viegas 2014: 243). Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos em Santarém (Arruda – Viegas – Almeida 2002) permitiram aferir que a romanização do povoado indígena pré-existente se inicia nas últimas décadas do século II a.C. (Arruda – Viegas 2014: 252). Aliás, quer nos níveis fundacionais dos edifícios do século I a.C., quer nas estratigrafias preservadas de época republicana (em várias zonas do planalto) foi possível identificar as habituais “associações artefactuais documentadas para o período tardo-republicano” (Arruda – Viegas 2014: 247), como ânforas itálicas, paredes finas, cerâmica de verniz negro napolitana e mesmo *kalathoi*, para além de moedas e alguns apetrechos militares (glandes e pontas de lança), embora estes últimos em número diminuto. De referir que, no caso das ânforas, as mais antigas, são predominantemente itálicas, registando-se a presença de greco-itálicas e Dressel 1, de entre as quais se registam as de transição, similares às de Arruelas (Maiorca). A cerâmica de verniz negro napolitana é predominante nos contextos mais antigos (Arruda – Viegas 2014: 250), apresentando formas que também encontramos no conjunto de Arruelas, como as Lamb. 5-7 (como a de Tipo 2252 b 1 de Morel apresentada neste estudo) e Lamb. 27 (como a de Série 2825 de Morel, também aqui apresentada). Estes dados levam as autoras a referir uma romanização relativamente tardia do planalto (sobretudo para as duas últimas décadas do

século II a.C.), assistindo-se à sua plena romanização apenas no século I a.C. (segundo quartel). Este facto já anteriormente tinha sido abordado, na análise que foi feita ao sítio de Chões de Alpompé (*Móron*) que terá sido “substituído”, a curta distância, por *Scallabis*, neste processo de controlo do Vale do Tejo. As autoras referem, assim, que o povoado que ocupava então o planalto de Santarém (que não era ainda *Scallabis*) terá “ficado relativamente à margem das movimentações militares ocorridas no terceiro quartel do século II a.n.e., com a campanha de 138, realidade que distingue o sítio dos outros dois importantes povoados pré-romanos da foz do Tejo, Lisboa e Chões de Alpompé, onde esse momento está particularmente bem documentado” (Arruda – Viegas 2014: 250).

Esta problemática é resumida por Carlos Fabião quando analisa o panorama que se apresenta para a conquista romana do Vale do Tejo (Fabião 2014: 21). O autor refere que numa primeira fase, ainda no século II a.C., a ocupação romana republicana se centra de forma mais intensa em dois pontos, *Olisipo* e Chões de Alpompé, embora ao longo do vale existam outros sítios que apresentam evidências de, pelo menos, contactos com produtos itálicos, nomeadamente ânforas greco-itálicas.

Por último, situar-nos-emos nas proximidades do achado que aqui estudamos, averiguando da existência ao longo do Vale do Mondego de materiais que partilhem tipologia e cronologia similares, indiciando a passagem de exércitos rumo à pacificação dos povos setentrionais. Esta análise tem hoje mais razão de ser, pois que o achado de Arruelas (Maiorca) parece vir provar claramente que a utilização dos rios e suas bacias hidrográficas para o abastecimento dos exércitos de Décimo Júnio Bruto não se limitou ao Sul do território, tendo o Mondego servido também para tais fins.

Em Santa Olaia são de destacar os fragmentos de ânforas de origem itálica. Num artigo recente (Silva – Almeida – Pereira 2021: 190) são apresentados desenhos destas mesmas ânforas, sendo de destacar as peças n.º 5 e 6, que apresentam claramente um perfil similar às peças de Arruelas, com o característico bordo triangular pendente bem marcado. De referir que ambas estas peças são referidas como tendo sido recolhidas na plataforma superior do povoado. Também de registo e muito interesse é a existência de pelo menos dois fragmentos de cerâmica de verniz negro

napolitana. Sobretudo um deles, peça n.º 3 (Pereira 2009: Est. XXVIII, n.º 42a; Silva – Almeida – Pereira 2021: 193), apresenta decoração impressa de palmetas, facto que desde logo chamou à atenção pela coincidência decorativa com as peças da próxima Arruelas. A peça observada apresenta notáveis semelhanças com o vaso n.º 3 de Arruelas. Pelo desenho parece ser também um fundo de taça, de perfil muito próximo da peça que estudámos, podendo ser da Série 2825 de Morel. Também notável é a clara semelhança no tipo de pé, que se enquadra igualmente no tipo 234 a1 de Morel. Apresenta também círculo inciso no fundo, com decoração circular (neste caso centrada) feita com roleta, que enquadra o que deveriam ser quatro palmetas em disposição radial. Apenas subsiste uma palmetas inteira e o arranque de outra, sendo que os seus posicionamentos comprovam a aventada localização radial. A palmetas é muito perfeita como as da peça de Arruelas, sendo aliás muito similar a elas, parecendo quase saída da mesma matriz. Esta peça terá surgido nas escavações de emergência aquando da construção do I.P.3 (1992-1993), no sopé do monte, na zona metalúrgica aí identificada e escavada, possivelmente numa fase já de abandono do complexo metalúrgico, pois que a sua laboração terminara dois séculos antes (Pereira 1993: 38). No mesmo recente artigo se dá conta da existência de fragmentos de cinco recipientes identificados como *kalathoi*. Contrariamente ao espécime de Arruelas (que, como vimos, apresenta uma coloração cinzenta escura), todos estes recipientes apresentam colorações entre o castanho acinzentado e as resultantes de cozeduras oxidantes (Silva – Almeida – Pereira 2021: 192-193). Estas diferenças ao nível da pasta/coloração devem resultar de se tratar de diferentes centros produtores, relembrando que a coloração da peça de Arruelas e a ausência de decoração, como referenciado anteriormente, se deve a um regionalismo bem específico da zona da Catalunha.

No que concerne a *Conimbriga*, apesar de se tratar de um povoado indígena romanizado, os dados para as cronologias abordadas neste trabalho são relativamente escassos. Apesar do seu excelente posicionamento geoestratégico, próximo do curso do Mondego e daquela que será a ligação terrestre mestra Norte-Sul ao tempo romano (estrada *Olisipo-Bracara*), parece não ter sentido de forma intensa estas campanhas militares inseridas na conquista romana do Ocidente Peninsular do terceiro quartel do século II a.C.

Nos materiais que mais temos analisado ao longo deste trabalho, apenas são referidos oito fragmentos de cerâmica itálica de verniz negro que aparentam ser de produção napolitana, num total de 86 fragmentos de cerâmicas de verniz negro resultantes das campanhas de escavação luso-francesas (Delgado 1976: 21). Estas peças nem sequer foram desenhadas, pois os fragmentos não apresentavam suficiente perfil para tal, embora seja referido que as peças pareçam ser de boa qualidade. Foi-nos aliás referido pelo Doutor José Ruivo que mesmo nas campanhas de escavação arqueológica mais recentes não se detectaram quaisquer peças desta categoria. Quanto ao material anfórico, são também poucos os fragmentos surgidos. De dois fragmentos apresentados como pertencendo a greco-itálicas, um bordo e um fundo, o bordo parece-nos claramente ter as características das ânforas de transição, da Classe 3 de Peacock e Williams, sendo a sua pasta descrita como tendo inúmeras inclusões de origem vulcânica (Buraca 2005: 22) e apresentando um lábio triangular muito pronunciado (n.º 2 do Catálogo), bastante semelhante às ânforas de Arruelas (Maiorca). Aliás, já na primeira vez em que esta peça foi publicada (Alarcão 1976: 80), apesar de ser classificada como greco-itálica, o autor refere que a sua classificação coloca alguns problemas². As Dressel 1 apresentadas (Buraca 2005: 23-24) já possuem um lábio mais verticalizado (n.ºs 4 a 10 do Catálogo), como tal serão posteriores à fase de transição.

Apesar de ainda ser uma incógnita quanto à cronologia, mais para o interior, mas bastante perto de *Conimbriga*, encontramos o acampamento romano de Antanol. Este sítio arqueológico encontra-se hoje em dia, infelizmente, bastante destruído pela construção e posterior aumento da pista do Aeródromo Municipal Bissaia Barreto. Apresentava planta rectangular, irregular, com cantos arredondados e muralha de terra batida precedida por duplo fosso. Infelizmente, poucos foram os materiais encontrados no local, resumindo-se a *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum e, pelo menos, um peso de tear (VV.AA. 1958: 18 e 30). Este facto não permite o estabelecimento de uma cronologia precisa para o acampamento, ficando em aberto a possibilidade de o acampamento romano

² Apesar de as referências e as medidas não serem correspondentes nos dois autores, parece-me ser a mesma peça pelo desenho e por só haver menção a ter aparecido um bordo de uma peça greco-itálica.

de Antanol se dever às campanhas de Décimo Júnio Bruto, estando na zona do presumível caminho terrestre da investida para Norte, através da rota que viria mais tarde a constituir a estrada romana de *Olisipo* a *Bracara* (Fabião 1989: 43).

No que diz respeito a *Aeminium* também o panorama não é muito animador. Povoado indígena, romanizado, teve suficiente importância para ser referido por Plínio (*Historia Natural*, 4, 113 e 118). Os dados mais significativos de que dispomos, para a época sobre a qual se debruça este trabalho, resultam das campanhas de escavação levadas a cabo na zona do Museu Nacional de Machado de Castro, onde se localiza o famoso criptopórtico que sustentaria o fórum da cidade. Dentre o espólio recolhido, nos níveis de aterro do Sector A, surgiu um fragmento de ânfora que é classificada como Dressel 1A (Carvalho 1998: 73). De facto, na Estampa IX (Carvalho 1998: 76, peça n.º 2), podemos confirmar que apresenta lábio curto e triangular, semelhante às ânforas recuperadas em Arruelas (Maiorca). Já quanto à peça n.º 3, embora a pasta seja descrita como tendo muitas partículas vulcânicas, nos parece que apresenta o lábio demasiado volumoso e verticalizado para ser atribuível à classe 3 de Peacock e Williams. Já a cerâmica de verniz negro itálico recolhida nesta mesma área (apenas três exemplares) é toda de produção calena (Carvalho 1998: 78), não se coadunando cronologicamente com as ânforas de transição. Um outro sector da intervenção, o C, acabou por ser mais rico ao nível anfórico: há referência a 15 fragmentos da Classe 3 encontrados nos níveis alto-imperiais, o que já é um número mais significativo (Carvalho 1998: 159). Apesar de alguma exiguidade de materiais, o autor é levado a dizer que “a passagem dos exércitos de Décimo Júnio Bruto por esta região terá marcado o início dos contactos deste povoado com o mundo romano”, sendo que os “fragmentos de ânforas vinárias Dressel 1 e de cerâmicas campanienses, entretanto recolhidos, são algumas das importações itálicas que parecem testemunhar esse período conturbado em que a influência romana começava paulatinamente a enraizar-se” (Carvalho 1998: 179).

A região a Norte do Mondego ainda é menos pródiga em vestígios materiais para as cronologias em causa neste trabalho. Apesar de estarem materialmente comprovados contactos mediterrânicos em sítios castrejos, é com as campanhas de Décimo Júnio

Bruto que se dão os primeiros contactos directos entre romanos e os habitantes destes castros. Mas, como já referimos, esta análise mais exaustiva de sítios fora das principais bacias hidrográficas ficará para um futuro trabalho de maior fôlego.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a primeira vez que tive acesso aos materiais provenientes de Arruelas (Maiorca) que tive a noção de estar perante um importante espólio resultante de um naufrágio de cronologia romano-republicana, pois que apesar da sua heterogeneidade material (ânforas, cerâmica de verniz negro itálico e o *kalathos*), as peças eram extremamente homogéneas no que concerne à sua cronologia, sincrónicas, portanto.

Com o aprofundar deste estudo foi ganhando consistência a hipótese de estarmos perante o naufrágio (ou abandono, embora esta hipótese seja menos provável, pois não foi resgatada a carga) de uma embarcação de apoio ligada às campanhas militares romanas levadas a cabo no Ocidente Peninsular, cronologicamente balizado entre 140-130 a.C., e não perante uma embarcação comercial (como a maior parte das que são conhecidas de naufrágios mediterrânicos) que demandasse esta área. De facto, numa região tão pouco “romanizada” à altura, com tão poucos vestígios de importações itálicas com similar cronologia (mesmo mais a Sul eles não são abundantes), não seria crível o surgimento de um naufrágio de um barco comercial. Esta baliza cronológica é ainda compatível com as campanhas militares de Décimo Júnio Bruto para o Norte atlântico. É, claro, cientificamente impossível estabelecer umnexo directo entre este conjunto de materiais e as referidas campanhas de Décimo Júnio Bruto, mas a consistência do conjunto itálico e a sua cronologia tão precoce no que concerne à conquista romana do Ocidente Peninsular permitem deixar esta hipótese em aberto e, creio, dar-lhe alguma plausibilidade. O próprio local do achado, num recanto abrigado desse “mar interior” que seria à época o estuário do Mondego, desde logo chamou a atenção para a hipótese de estarmos perante uma embarcação de apoio às investidas para Norte de exércitos romanos, ao longo da fachada atlântica, visto que, do ponto de vista logístico, seria mais fácil o abastecimento dos exércitos por via

marítimo-fluvial, resultando claro que estas verdadeiras “auto-estradas” fluviais da Antiguidade tiveram um importante papel na conquista romana do Ocidente Peninsular. Esta problemática da logística militar, com o aproveitamento das principais bacias hidrográficas e dos seus portos para a distribuição inerente ao funcionamento das campanhas militares, parece aplicável mesmo em acampamentos militares do interior, como o de Valdetorres (Badajoz, Espanha), que poderá ter recebido os seus suprimentos através do porto de Lisboa e que apresenta materiais e cronologias similares aos de Arruelas (Heras Mora 2021: 147).

O nosso conjunto de peças, apesar de reduzido, apresenta dados interessantes. Um deles prende-se com a sua grande homogeneidade. As ânforas, por exemplo, apesar de algumas ligeiras diferenças no perfil, pertencem todas à mesma Classe. Isso não se verifica na maior parte dos naufrágios que analisámos. Na altura levantámos a possibilidade de este facto se dever a que o possível naufrágio de Arruelas se trata de um navio de apoio militar, com um carregamento único, num único porto (se exceptuarmos o *kalathos*, embarcado durante a viagem), ao passo que as embarcações comerciais iriam constituindo a sua carga ao longo dos portos do Mediterrâneo, daí a sua heterogeneidade, apresentando mesmo ânforas de diferentes proveniências e, como tal, de diferentes classes.

Outro dado interessante, que mais uma vez denota homogeneidade, mas também uma certa raridade, relaciona-se com a constatação de que todos os fragmentos de verniz negro itálico napolitano possuem decoração, algo que referimos não se dever a uma recolha selectiva.

Em comparação com os dados de vários sítios terrestres com cronologia similar, associados às referidas campanhas militares, veja-se o caso de *Valentia*, (Ribera i Lacomba 2014: 73-74), sobressai que em Arruelas falta um elemento, que faria parte do serviço de mesa romano-republicana³: a cerâmica de paredes finas, que surge mesmo em naufrágios republicanos, como no de Pudrimel Sur (Asensio 2010: 34). Mais uma vez, a exiguidade de elementos e a forma como foram recolhidos, sem metodologia arqueológica, pode explicar este facto. Mas será sempre de estranhar que um barco que

carregava, para além de contentores de vinho itálico, cerâmica de mesa fina como a de verniz negro itálico, não transportasse também os pequenos vasos destinados a beber, que nesta época consistiam nos copos de paredes finas. O próprio facto de serem pequenas e frágeis peças pode explicar a sua não recolha, pois que podem ter ficado bastante destruídas pela acção da maquinaria pesada. Também se pode ter dado o caso de que a intrusão no subsolo tenha afectado e posto a descoberto apenas uma parte da carga transportada, não tendo chegado à zona ocupada por outros materiais, neste caso onde estariam armazenadas as paredes finas.

Também digno de registo é o facto de terem aparecido, entre as peças recuperadas, três fragmentos, pertencentes a um *kalathos*. Estas típicas cerâmicas ibéricas, também com a função de contentores, aparecem frequentemente associadas às restantes (ânforas Dressel 1A e verniz negro napolitano, para além das paredes finas) que conformam o “padrão material” característico de sítios arqueológicos com esta cronologia, como já atrás referi. Embora algo raros em contextos de naufrágios (referimos acima a existência em Escombreras 2), eles aparecem em sítios terrestres, mesmo do Ocidente Peninsular.

Este achado de Arruelas vem consubstanciar a ideia de que as bacias hidrográficas dos principais rios navegáveis tiveram um importante papel nas campanhas militares da altura. O caso do Tejo sempre foi indismutável, até pelas referências clássicas, mas como vimos toda a região que lhe fica a Norte pouco mais é que um campo desconhecido. Este achado, embora o tenha sido em condições precárias do ponto de vista arqueológico, pela sua localização e pela sua homogeneidade material e cronológica, permite afirmar a importância (ou pelo menos a utilização) do Baixo Mondego como via de abastecimento dos exércitos em movimento para as campanhas do Noroeste Peninsular. Pensamos, aliás, que é caso único de naufrágio desta época em território actualmente português, sendo de realçar mais uma vez que se encontra bem a Norte dos mais importantes sítios, com materiais semelhantes, relacionados com estas acções bélicas. Do que nos foi dado perceber, também deverá ser caso único de naufrágio de embarcação militar (parece-me que não restam dúvidas quanto a esta classificação) desta cronologia no mundo romano-republicano.

³ Para além de também não ter surgido qualquer vestígio de lucernas, que aparecem por vezes em estabelecimentos de cronologia análoga.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1976) – Les amphores. In *Fouilles de Conimbriga*, VI. Paris: 79-91.
- ALARCÃO, J. (2004) – *In territorio Colimbricie: lugares velhos (e alguns deles deslembados) do Mondego* (Trabalhos de Arqueologia 38). Lisboa.
- ALVES, C. (2010) – *A cerâmica campaniense de Mesas do Castelinho*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- ARANEGUI GASCÓ, C. – PLA BALLESTER, E. (1979) – La cerámica ibérica. In *La Baja Epoca de la Cultura Iberica: actas de la mesa redonda celebrada en conmemoración del décimo aniversario de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*. Madrid: 73-113.
- ARRUDA, A. M. – ALMEIDA, R. R. de (1999) – As importações de vinho itálico para o território actualmente português: contextos, cronologias e significado. In RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. – GORGES, J.-G. (eds.) – *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: 307-337.
- ARRUDA, A. M. – PEREIRA, C. – SOUSA, E. – PIMENTA, J. – DETRY, C. – GOMES, J. (2018) – Chões de Alpompe (Vale de Figueira, Santarém): lendas e narrativas. *SPAL*, 27: 201-227.
- ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. (2013) – Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). *SPAL*, 22: 101-141.
- ARRUDA, A. M. – VIEGAS, C. (2014) – Santarém durante a Época Romano-Republicana. In *Atas – Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira-Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 242-255.
- ARRUDA, A. M. – VIEGAS, C. – ALMEIDA, M. J. (eds.) (2002) – *De Scallabis a Santarém*. Lisboa.
- ASENSIO, D. (2010) – El comercio de ánforas itálicas en la Península Ibérica entre los siglos IV y I a.C. y la problemática en torno a las modalidades de producción y distribución. In *International Congress of Classical Archaeology Roma 2008* (Bolletino di Archeologia on line Volume speciale). Roma: 23-41.
- BARROS, L. – HENRIQUES, L. F. (2002) – A última fase de ocupação do Almaraz. In *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Almada: 97-107.
- BATS, M. (1988) – *Vaisselle et alimentation à Olbia de Provence (v. 350-v. 50 av. J.-C.). Modèles culturels et catégories céramiques* (Révue Archéologique de Narbonnaise 18). Paris.
- BONET, H. – MATA, C. (1992) – La cerámica ibérica. Ensayo de tipología. In *Estudios de arqueología ibérica y romana: homenaje a Enrique Pla Ballester* (Trabajos Varios del SIP 89). Valencia: 117-174.
- BURACA, I. (2005) – *Civitas Conimbriga. Ânforas romanas*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Inédita.
- CAMPOY, D. A. – REYES, J. P. (2008) – Notas sobre las ánforas adriáticas del pecio Escombreras 2 (Cartagena). In PÉREZ BALLESTER, J. – PASCUAL BERLANGA, G. (eds.) – *Comercio, redistribución y fondeadores: la navegación a vela en el Mediterráneo. V Jornadas de Arqueología Subacuática. Actas*. Valencia: 221-229.
- CARVALHO, P. (1998) – *O forum de Aeminium*. Lisboa.
- COELHO, A. B. (1989) – *Portugal na Espanha Árabe*, 2 vols.. Lisboa.
- COELHO, M. H. C. (1989) – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, 2 vols.. Lisboa.
- CORTEZ, F. R. (1957) – Pesquisas arqueológicas submarinas, no Atlântico. *Viriatis*, I(II): 120-121.
- DELGADO, M. (1976) – Céramiques campaniennes et de type campanien. In *Fouilles de Conimbriga*, VI. Paris : 21-26.
- DIOGO, A. M. D. (1999) – Ânforas provenientes de achados marítimos na costa portuguesa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2(1): 235-248.
- DIOGO, A. M. D. – ALVES, F. J. S. (1988-1989) – Ânforas provenientes do meio fluvial nas imediações de Vila Franca de Xira e Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. IV(6/7), 227-240.
- DIOGO, A. M. D. – CARDOSO, J. P. – REINER, F. (2000) – Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3(2): 81-118.
- FABIÃO, C. (1989) – *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa.
- FABIÃO, C. (2004) – Arqueologia militar romana da Lusitania: textos e evidências materiais. In PÉREZ-GONZÁLEZ, C. – ILLARREGUI GÓMEZ, E. (eds.) – *Arqueologia Militar Romana en Europa*. Salamanca: 53-73.
- FABIÃO, C. (2014) – Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica. In *Atas – Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira-Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 9-24.
- HERAS MORA, F. J. (2021) – El campamento romano de Valdeterres en los conflictos militares de los siglos II y I A.N.E. en el Sur Hispano. In PEREIRA, C. – ALBUQUERQUE, P. – MORILLO, Á. – FABIÃO, C. – CHAVES, F. (eds.) – *De Ilipa a Munda. Guerra e conflito no Sul da Hispânia* (Estudos&Memórias 15). Lisboa: 133-148.
- IZQUIERDO, A. F. (1995) – Presencia de *kalathoi* en yacimientos submarinos valencianos. *Saguntum*, 29: 123-130.
- LAMBOGLIA, N. (1955) – Sulla cronologia delle anfore romane di età repubblicana (II-I secolo a. C.). *Rivista di Studi Liguri*, 2: 241-270
- LAMBOGLIA, N. (1964) – La campagna 1963 sul relitto di punta scaletta all'Isola di Giannutri. *Rivista di Studi Liguri*, 30: 229-257.
- MOREL, J. P. (1981) – *Céramique campanienne: les formes*. 3 vols. Roma.
- MORILLO, A. – ADROHER AUROUX, A. M. (2014) – El patrón arqueológico de carácter material: un critério imprescindible de identificación de recintos militares romano-republicanos. In *Atas – Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira-Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 25-43.
- MOTA, N. – PIMENTA, J. – SILVA, R. B. (2014) – Acerca da ocupação romana republicana de Olisipo: os dados da intervenção na Rua do Recolhimento n.ºs 68-70. In *Atas – Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira-Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 149-177.
- PARREIRA, J. C. F. (2009) – *As ânforas romanas de Mesas do Castelinho*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- PEACOCK, D. P. S. – WILLIAMS, D. F. (1986) – *Amphorae and the roman economy – an introductory guide*. Londres.
- PEREIRA, I. (1993) – Figueira da Foz. Santa Olaia. *Estudos Orientais*, IV: 285–304.
- PEREIRA, I. (2009) – As actividades metalúrgicas na I.ª e II.ª Idade do Ferro em Santa Olaia - Figueira da Foz. *Conimbriga*, XLVIII: 61-79.
- PIMENTA, J. (2014) – Os contextos da conquista: *Olisipo e Decimo Júnio Bruto*. In *Atas – Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira-Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 44-60.

- PIMENTA, J. – ARRUDA, A. M. (2014) – Novos dados para o estudo de Chões de Alpompe (Santarém). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21: 375-392.
- PIMENTA, J. – GASPAR, A. – GOMES, A. – MOTA, N. – MIRANDA, P. (2014) – O estabelecimento romano republicano de Olisipo: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.16-20) – Lisboa. In *Atas – Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira-Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 122-148.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. – ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. – SOARES, R. (2014) – Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos*, 1: 39-57.
- PRINCIPAL-PONCE, J. – SANMARTI, E. (1997) – Las cerámicas de importación, itálicas e ibéricas, procedentes de los campamentos numantinos. *Revista d'Arqueologia de Ponent*, 7: 35-76.
- PY, M. (1993) – Céramique Campanienne A. *Lattara*, 6: 146-150.
- PY, M. – ADROHER AUROUX, A. M. – SANCHEZ, C. (2001) – Dicocer 2. *Corpus des céramiques de l'Âge du Fer de Lattes (fouilles 1963-1999)*. 2 vols. (Lattara 14). Lattes.
- RIBERA i LACOMBA, A. (2014) – La fundación de Valentia: historia, arqueología, ritos, basureros y cabañas. In *Atas – Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira-Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 61-85.
- RIBERA i LACOMBA, A. – ROMANÍ, N. (2011) – Valentia. In REMOLÀ VALLVERDÚ – ACERO PÉREZ, J. (eds.) – *La gestión de los residuos urbanos en Hispania. Xavier Dupré Raventós (1956-2006)*, In *Memoriam* (Anejos de Archivo Español de Arqueología LX). Madrid: 313-344.
- ROCHA, A. S. (1905) – *O Museu Municipal da Figueira da Foz: Catálogo Geral*. Figueira da Foz.
- ROCHA, A. S. (1971) – *Memórias e explorações arqueológicas: Estações pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira*. Coimbra.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1989) – *Pré-história Recente da bacia do Médio e Alto Mondego. Algumas contribuições para um modelo sociocultural*. Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- SILVA, A. C. F. da. (1983) – A cultura castreja no noroeste de Portugal: habitat e cronologias. *Portugalia: Revista de Arqueologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP*, 4: 121-129.
- SILVA, C. T. – COELHO-SOARES, A. – SOARES, J. (1987) – Nota sobre material anfórico da foz do Arade (Portimão). *Setúbal Arqueológica*, 8: 203-219.
- SILVA, R. B. (2014) – Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/Largo das Portas do Sol (Lisboa): as evidências do período romano. In *Atas – Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (Cira-Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 178-199.
- SILVA, R. C. – ALMEIDA, S. O. – PEREIRA, I. (2021) – A face romana de Santa Olaia (Figueira da Foz, Portugal) – uma leitura possível a partir da cultura material. *Ophiussa*, 5: 183-206.
- VV.AA. (1958) – *Subsídios para o estudo do acampamento romano de Antanol*. (Separata da *Biblos* 35). Coimbra.
- WACHSMANN, S. – DUNN, R. K. – HALE, J. R. – HOHLFELDER, R. L. – CONYERS, L. B. – ERNENWEIN, E. G. – SHEETS, P. – BLOT, M. L. P. – CASTRO, F. – DAVIS, D. (2009) – The paleo-environmental contexts of three possible phoenician anchorages in Portugal. *The Nautical Journal of Nautical Archeology*, 38: 221-253.

A importação de ânforas do Tipo *Urceus* em Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira

The import of *Urceus* Type amphoras in Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira

JOÃO PIMENTA¹

Museu Nacional de Arqueologia
UNIARQ - Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras,
Universidade de Lisboa
joao.pimenta.marques@gmail.com
orcid.org/0000-0001-5149-5566

HENRIQUE MENDES

Câmara Municipal de Santarém.
henrique.mendes@cm-santarem.pt
orcid.org/0000-0002-7446-1104

RESUMO: O sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos é uma fundação de raiz, datada dos momentos finais do período romano republicano. Recentes trabalhos de escavação revelaram uma importante fase de renovação urbanística do sítio, com cronologias de inícios do Principado de Augusto, revelando um inegável cariz urbano. Tendo como intuito a publicação sistemática do conjunto de evidências materiais associados a este conjunto urbanístico, pretende-se com este trabalho iniciar o estudo do conjunto de ânforas exumadas, apresentando o conjunto de contentores de fundo plano do Tipo *Urceus*.

PALAVRAS-CHAVE: Povoamento; Urbanismo; Romano; Economia; Ânforas.

ABSTRACT: The archeological site of Monte dos Castelinhos corresponds to a foundation from scratch, dating from the final moments of the roman republican period. Recent excavation work has revealed an important phase of urban renewal at the site, with chronologies of the beginnings of the Principality of Augustus, revealing an undeniable urban character. With the aim of systematically publishing the set of material evidence associated with this urban set, we intend with this work to start the study of the group of amphorae, presenting the flat-bottomed amphorae of the *Urceus* Type.

KEYWORDS: Settlement; Urbanism; Roman; Economy; Amphoras.

¹ Artigo redigido conforme o acordo ortográfico posterior a 1990.

1. INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos (CNS 3923) localiza-se na propriedade privada de Quinta da Marquesa, no extremo norte do Concelho de Vila Franca de Xira, distrito de Lisboa, Portugal (Fig. 1). Desenvolve-se num vasto cabeço, com uma cota máxima de 88 metros situando-se de forma protuberante sobre a margem direita dos rios Grande da Pipa e Tejo.

As invulgares características de implantação na paisagem fazem com que este amplo morro tenha sido a opção para a implantação de uma fundação *ex novo* no contexto da conquista romana assumindo uma posição geoestratégia de controlo de uma zona de fronteira natural na península de Lisboa e baixo-Tejo (Pimenta - Mendes 2014) (Fig. 2).



FIG. 1 Localização de Monte dos Castelinhos, na península Ibérica em geral e no baixo Tejo em particular.

Apesar de existirem referências antigas ao sítio e suas antigas ocupações, os primeiros trabalhos de recolha sistemática de materiais arqueológicos nesta estação devem-se a Hipólito Cabaço realizados em meados dos anos trinta do século XX (Pereira 1970). No final dos anos oitenta, no decorrer do gizar da primeira Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira, Monte dos Castelinhos foi inventariado como um local de habitat com longa diacronia de ocupação, iniciando-se no Calcolítico e mantendo-se até ao período Medieval. Foi então descrito como um “vasto habitat fortificado, com vários troços de muralha visíveis (...)” (Parreira 1990: 82).

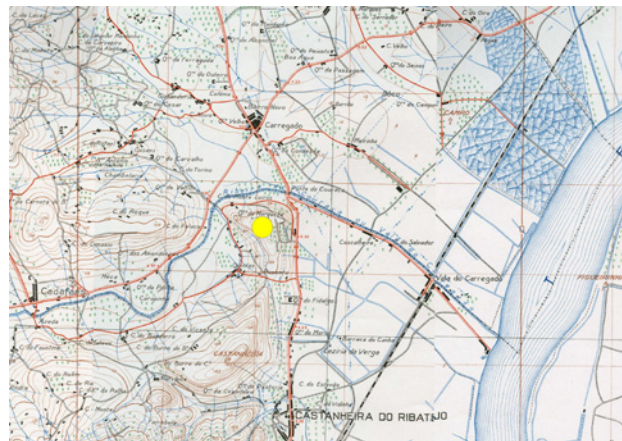


FIG. 2 Localização de Monte dos Castelinhos na Carta Militar 1: 25 000, Folha N.º 390, datada de 1941.

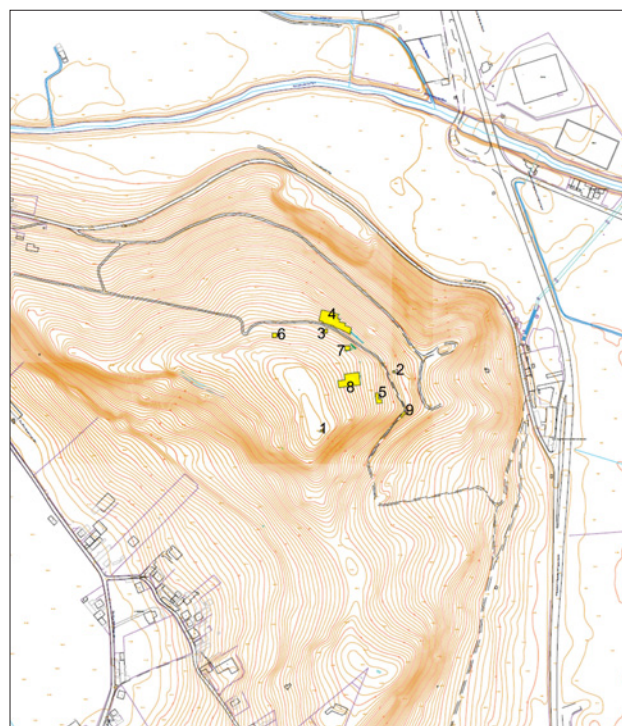


FIG. 3 Levantamento topográfico de Monte dos Castelinhos, com a localização das áreas de Sondagens realizadas.

A presente investigação no local insere-se num Projeto de Investigação Plurianual de Arqueologia, Monte dos Castelinhos e a romanização do baixo Tejo (MOCRATE), tendo este como objetivo central o estudo das dinâmicas de implantação romana em que o sítio se insere de forma a melhor entender a sua fundação e diacronias de ocupação/abandono.

As escavações que o Museu Municipal de Vila Franca de Xira tem desenvolvido no local desde 2008 permitem descortinar as potencialidades científicas, patrimoniais e museológicas desta estação arqueológica (Fig. 3). Tendo o desenrolar do seu estudo e divulgação

revelado que este é um sítio singular para o estudo do processo de conquista e consolidação do poder de Roma no extremo Ocidente peninsular (Pimenta 2013).

2. OCUPAÇÃO DE MONTE DOS CASTELINHOS DURANTE O PRINCIPADO

O conhecimento de que dispomos sobre o sítio e suas dinâmicas de ocupação permite reconhecer uma vasta área urbanizada que se estende por mais de 10 hectares (Pimenta – Mendes – Norton 2008).

Decorridos doze anos de investigação, podemos afirmar que em meados do século I a.C. se assistiu à construção de raiz de um estabelecimento de dimensões significativas, numa área de grande valor de domínio territorial. Situado a meio caminho, entre os dois principais núcleos do vale do Tejo (*Olisipo* e *Scallabis*), Monte dos Castelinhos controlava a transiabilidade do baixo-Tejo, as principais vias de comunicação da península de Lisboa e o acesso ao Alentejo através do vale do rio Sorraia (Pimenta 2013; Pimenta – Mendes 2019) (Figs. 1 e 4).

Esta localização foi escolhida após o conflito sertoriano (80-72 a.C.), no âmbito de uma nova política de refundação da presença de Roma no Ocidente (Fabião

1998: 288). Com efeito, são conhecidos diversos povoados fortificados na área próxima a Monte dos Castelinhos que foram abandonados nesta fase, aos que se somam dois entesouramentos deste período, sintoma da instabilidade generalizada naqueles momentos (Ruivo 1997).

Tendo em conta as características do seu sistema defensivo, a implantação de um urbanismo regular de cariz hipodâmico, o padrão de romanização presente nas suas técnicas construtivas, os materiais cerâmicos e metálicos exógenos, incluindo a forte presença de armamento e *militaria*, supõe-se que na sua génese Castelinhos se tenha assumido como uma base operacional de apoio logístico à movimentação de tropas e ao controlo das vias de comunicação (Pimenta – Mendes 2021). enquadrando-se a cronologia da sua fundação entre o fim do conflito sertoriano (72 a.C.) e a presença de Júlio César na província da Ulterior como propretor (60-61 a.C.) (Pimenta 2015).

Porém, ficou claro que a ocupação do sítio se teria prolongado para lá do período Romano Republicano, continuando ao longo do Principado. Em concreto, o estudo das coleções de materiais resultantes das extensas prospeções aí efetuadas, quer nos anos oitenta, quer mais recentemente em 2008, deixavam antever uma ocupação que se prolongaria, pelo



FIG. 4 Fotografia aérea do Monte dos Castelinhos.

menos, até ao período flaviano (Pimenta – Mendes – Norton 2008; Silva 2012; Pimenta 2015).

As últimas campanhas arqueológicas no sítio incidiram numa nova área de Sondagem, a n.º 8 (ver Fig. 3). Esta leitura permitiu uma perceção mais clara do sítio e das suas ocupações posteriores às fases romanas republicanas. Os trabalhos que aí temos vindo a desenvolver permitiram revelar um novo desenho urbano correspondendo ao que denominamos como Fase 3. Esta nova planimetria está materializada na construção de um novo traçado de ruas e de habitações datado de início do Principado de Augusto. Estas evidências permitem-nos destacar que o sítio não só continuou a existir, após a fase de abandono datada do final do período romano republicano, mas



FIG. 5 Planta simplificada da Fase 3 da área de Sondagem n.º 8.

que foi considerado suficientemente relevante para ser dotado de um novo projeto urbanístico (Pimenta – Mendes 2018). Esta descoberta veio relançar a discussão em torno da localização da *lerabriga* mencionada nas fontes clássicas nomeadamente no Itinerário de Antonino, na cosmografia do anónimo de Ravena e na Geografia de Ptolomeu, considerando-se a sua provável identificação com esta estação arqueológica (Pimenta – Mendes 2012: p. 61).

As novas evidências detetadas na Sondagem 8 sobrepõem-se ao urbanismo tardo-republicano, anulando-o, e ainda que conservem genericamente as orientações reestruturam de forma distinta o espaço. Tendo em conta os vestígios colocados a descoberto, podemos distinguir claramente três edifícios (Fig. 5), separados por um arruamento com 6,60 m de largura (ambiente 40). Ainda que não seja claro, é plausível que o Ambiente 44 possa corresponder a outra área de rua cruzando com o Ambiente 40 em ângulo reto. O cuidado que detetámos na pavimentação desta rua, com um forte empedrado de disposição regular, a par de um pórtico com colunas no lado Sul, revela um cariz urbano que, até ao momento não havia sido identificado na fase republicana (Figs. 6 e 7).

Ainda que o estudo global das associações cerâmicas e metálicas se encontre em fase de estudo, a análise dos artefactos recuperados (numismas, *terra sigillata* de tipo itálico, cerâmicas de paredes finas, lucernas e um vasto conjunto de ânforas), permite atribuir a sua construção aos inícios do Principado de Augusto (Pimenta – Mendes 2018; Pereira – Pimenta – Mendes 2021; Conejo Delgado – Pimenta no prelo).

Nos ambientes escavados até ao momento recolheram-se espólios coerentes sobre os seus pavimentos. Destaque-se aqui a omnipresença de *terra sigillata* itálica, estando presente as formas 11, 12 e 18 do *Conspectus*, um grande fundo de pátera com pé da Forma B 1.7 (Ettlinger *et al.* 1990) e um pequeno fragmento de fundo com marca. Este tem a marca NAEVIVS, gravada numa cartela quadrangular, com paralelos em OCK.1231. Esta marca atribui-se às oficinas de Pisa/Lyon e está datada entre 1 e 20 d.C. (Oxé – Comfort – Kenrick 2000: 296). Nestes níveis encontra-se igualmente bem representado a presença de cerâmicas cinzentas imitando os serviços de verniz negro do tipo Campaniense e de *terra sigillata*, assim como fragmentos de



FIG. 6 Pormenor da fachada dos edifícios da Fase 3 com o pórtico de colunas, sendo visível mais à esquerda a parede que vem posteriormente encerrar este espaço.

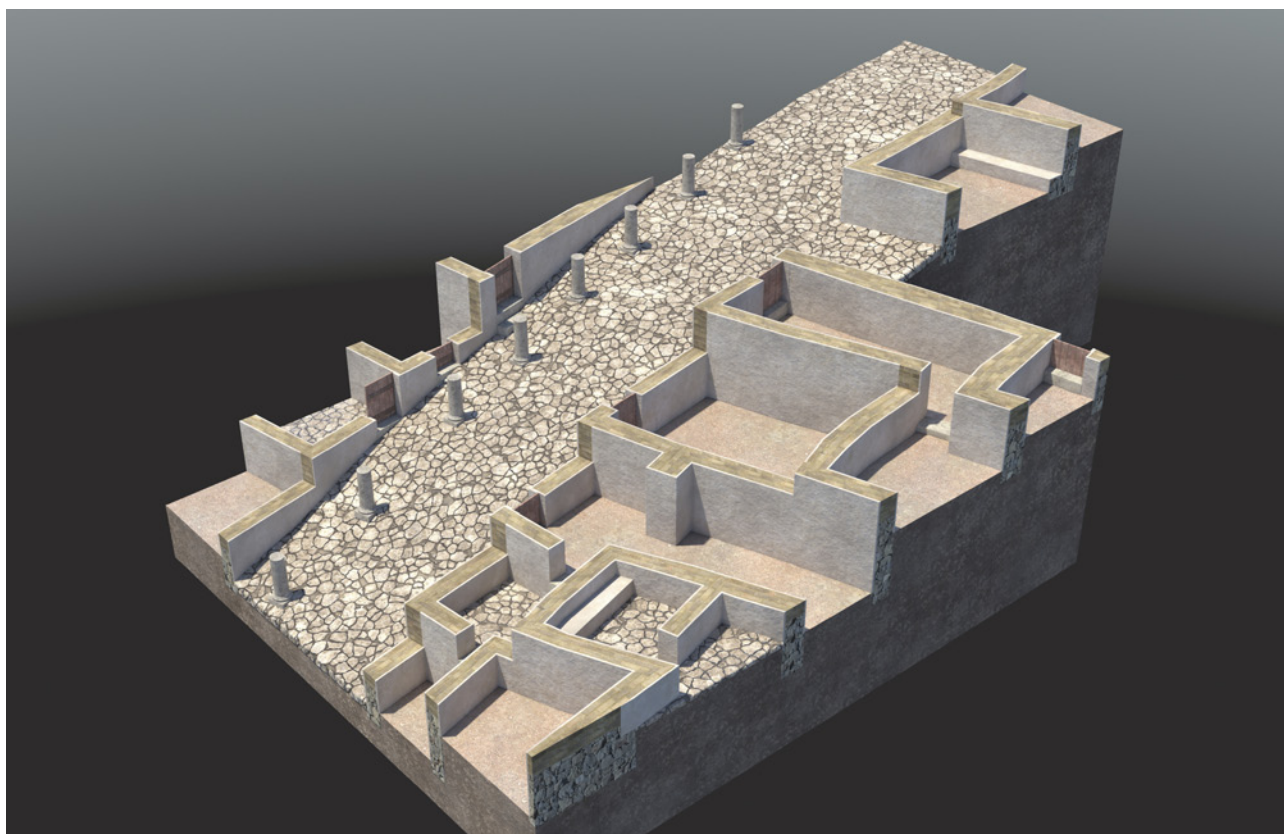


FIG. 7 Reconstituição axonométrica do conjunto arquitetónico da Sondagem 8, primeira fase da rua de Monte dos Castelinhos. Desenho César Figueiredo.

cerâmica Campaniense B, nomeadamente dois bocais de Lamboglia 3.

A fase 4 corresponde a uma ampla remodelação do urbanismo augustano. Este materializa-se na eliminação do pórtico lateral da rua, tendo sido desmontado e substituído por uma parede que fechou o espaço antes ocupado pela colunata (Fig. 8). A rua é reorganizada, alvo de um aterro para a regularização sendo repavimentada com um lajeado de boa qualidade (Fig. 9). O estudo dos abundantes materiais recolhidos nestes níveis de aterro, U.E.s [405] e [442], apontam para uma cronologia augustana tardia ou já tiberiana, sustentada num vasto conjunto de *terra sigillata* itálica, de lucernas, cerâmica de paredes finas, de ânforas e de numismas.

De acordo com as leituras estratigráficas, este conjunto de cariz urbano, acaba por ser precocemente abandonado ainda durante o século I d.C. Não é ainda possível determinar se este fenómeno foi, ou não, programado pois nos níveis superficiais não foram registados derrubes dos telhados ou colapsos que possamos atribuir a destruições deliberadas. Apesar disso, considerando os artefactos mais recentes, podemos situar com alguma segurança o momento de abandono deste urbanismo na fase final da dinastia dos Júlio-Cláudios. A informação recolhida nos níveis de derrube e abandono destas estruturas é assaz abundante. Entre as cerâmicas finas destaca-se a presença esmagadora de *terra sigillata* itálica, equivalendo a 90% do conjunto das cerâmicas do tipo *sigillatas*, com uma panóplia diversificada das formas Consp. 2, 4, 12, 14, 18, 19, 20 e 22. Destacando-se diversos fragmentos de um cálice da forma Conspectus R10 com uma cronologia Tiberiana (Ettlinger *et al.* 1990). Um dos elementos mais assertivos para a atribuição desta cronologia é a presença de *terra sigillata* Sudgálica (10% do conjunto da *terra sigillata*), nomeadamente das formas Drag. 15/17, 18/31, 24/25, 27 e 30, a par da importação de cerâmica de paredes finas de produção bética com decoração arenosa da forma Mayet XXXVI e da presença de numismas das emissões tiberianas de *Augusta Emerita*. Pela negativa podemos ainda aduzir, como elemento com pertinência cronológica a inexistência de qualquer elemento de *terra sigillata* hispânica. Face a esses elementos, situamos o final da ocupação do sítio no final daquela dinastia, concretamente entre 40/60 d.C. (Pereira – Pimenta – Mendes 2021; Conejo Delgado – Pimenta no prelo).



FIG. 8 Planta simplificada da Fase 4 da área de Sondagem n.º 8. Verificando-se o encerramento do pórtico e a privatização desse espaço.

3. O CONJUNTO DE ÂNFORAS

Tendo como intuito a publicação sistemática do conjunto de evidências materiais associados a este conjunto urbanístico, pretende-se com este trabalho iniciar o estudo do conjunto de ânforas exumadas.

A amostragem de ânforas recolhidas em Monte dos Castelinhos é assaz volumosa ascendendo a várias dezenas de milhares de fragmentos. O número de fragmentos que possibilita um enquadramento a nível tipológico e assim uma classificação, correspondem a 2120, equivalendo a um NMI de 1010 indivíduos (ver Fig. 10). Convertendo assim, este volume de



FIG. 9 Vista geral da área da área de Sondagem N.º 8 e do conjunto urbanístico do Principado.

informação, numa amostragem assaz expressiva, em termos numéricos e estatísticos, que merece ser valorizada por se encontrar bem contextualizada e inserida em espaços arquitetónicos bem individualizados.

Esta extensa amostragem incorpora a totalidade do conjunto de ânforas recolhidas no sítio, correspondendo às campanhas anuais de 2008 a 2019. Engloba assim, distintos contextos estratigráficos que assinalam/correspondem várias fases urbanísticas, coincidentes com a diacronia do sítio, abarcando as duas fases tardo republicanas com um claro fácies militar e os já extensos níveis do Principado, de características urbanas detetados na Sondagem 8 (Pimenta – Mendes 2018). Da análise global do conjunto, ressalta o franco domínio das importações de produtos alimentares provenientes do território da vizinha província da *Ulterior/Baetica*, nomeadamente da área da baía Gaditana/costa Sudoeste equivalendo a 26% e do vale do Guadalquivir correspondendo a 54%. Esta forte relação interprovincial será uma constante que se mantém ao longo da diacronia do sítio e que denota uma forte ligação do baixo Tejo com o Sul peninsular, equivalendo a 80% da totalidade dos materiais. Tivemos já oportunidade de apresentar e publicar de forma circunstanciada o conjunto de ânforas romano

republicanas do sítio (Pimenta 2017; 2022: Pimenta – Mendes no prelo). Tendo presente o objetivo e enquadramento deste estudo, optámos por restringir a nossa análise do conjunto de importações de ânforas a um tipo específico de contentor, aquelas do tipo *Urceus*. Deixa-se assim, para futuros trabalhos o estudo circunstanciado do restante conjunto inserido em cronologias do Principado.

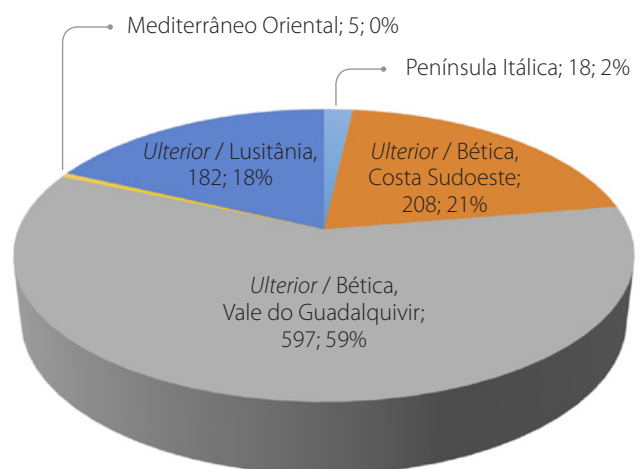


FIG. 10 Gráfico de síntese da totalidade das ânforas presentes em Monte dos Castelinhos - Campanhas de 2008 a 2019.

3.1. As ânforas Tipo *Urceus*

Nos últimos anos foi reconhecido uma produção de ânforas béticas de reduzidas dimensões que foram batizadas de forma feliz como tipo *Urceus* precisamente pela sua similitude com as pequenas jarras homónimas (Morais 2007). Este característico tipo de contentor foi individualizado por Rui Morais, partindo das suas pertinentes observações em torno do conjunto de ânforas importadas recolhidas nas escavações de *Bracara Augusta* (Morais 2005: 101), no Aljube (Porto), Monte Castelo (Matosinhos), no Castro de Vigo (Galiza), assim como no Castelo da Lousa (Mourão) (Morais 2007; 2010).

A publicação dos resultados da intervenção arqueológica do naufrágio Sud-Perduto 2, localizado no estreito do Bonifácio, entre a Córsega e a Sardenha, veio aduzir novos dados a esta proposta, tendo-se recolhido diversos exemplares completos atribuíveis a esta morfologia (Bernard 2008) (ver Fig. 11). O carregamento do navio era composto por ânforas Dressel 7 e 9, Haltern 70, Oberaden 83 Longarina 3 e ânforas de fundo plano, identificadas posteriormente por Morais como do tipo *Urceus*. Com base na análise do material publicado, foi proposta uma divisão desta forma em três subtipos (Morais 2008: Fig. 2). Mais recentemente, a problemática das produções do Tipo *Urceus* foi alvo de ponderação, tendo sido redefinidas as características dos três subtipos e a sua distinção com a forma Dressel 28 (García Vargas – Almeida – González Cesteros 2011: 248-252).

Morfologicamente, este tipo de ânfora evidencia pequena dimensão, com alturas em torno dos 50 centímetros, capacidade máxima entre os 2,81 e os 3,31 litros, caracterizando-se por um fundo plano com a base elevada, um corpo ovalado, exibindo por vezes uma carena na metade superior do bojo, um colo curto, reto ou bitroncocónico, asas de perfil em arco, e bocais ligeiramente virados para o exterior (Morais 2008: 268-269; 2016; García Vargas – Almeida – González Cesteros 2011: 248-250; Filipe 2019: 387).

A sua produção ainda que não atestada de forma contundente em nenhum centro oleiro, encontra-se atribuída tanto à costa da província da Bética, nomeadamente à baía gaditana, como ao vale do Guadalquivir (Morais 2008: 269; Bernal Casasola – Lavado Florido 2011: 10). A cronologia de produção e circulação destes contentores está bem estabelecida, tendo

em conta os dados de diversos centros de consumo. Parece assim, encontrar-se bem enquadrada entre o início do Principado de Augusto até meados do século I d.C. (Morais 2016).

Em relação ao conteúdo transportado, a sua morfologia ovalada e em particular o seu fundo plano, normalmente associado aos contentores vinícolas levou a que fosse estabelecido uma analogia formal com os característicos contentores Gauleses e assim proposto o mesmo conteúdo, o transporte de vinho (Morais 2007: 403). Os resultados de análises químicas por cromatografia de gases realizados sobre exemplares encontrados no naufrágio de Esposende, permitiu corroborar a proposta de transporte de vinho adoçado artificialmente com mel, *Mulsum* (Morais 2013: 315; Oliveira *et al.* 2013; Oliveira – Morais – Araújo 2015).

A definição deste tipo de ânforas tem permitido nos últimos anos atestar a sua ampla comercialização e difusão ao longo da fachada atlântica, onde se encontra particularmente bem representada no noroeste peninsular e nos acampamentos militares da *Germania* (Filipe 2019: 388-389; Almeida – González Cesteros 2017). No vale do Tejo a sua presença tem vindo a ser assinalada, na Alcáçova de Santarém (Almeida 2008: 204-205) e em diversas intervenções na cidade de *Olisipo* (Filipe 2015; 2019; Silva 2018).

Entre o conjunto de ânforas recolhidas nos contextos do Principado de Monte dos Castelinhos, associados às duas fases do urbanismo detetados na área de Sondagem n.º 8, identificaram-se 21 fragmentos de bordo, 14 asas, 5 fragmentos de colo e 8 fundos de ânforas do Tipo *Urceus* importadas da Bética. Totalizando 48 fragmentos classificáveis o que representa 4,3% do total da amostragem, tendo em conta o número de fragmentos de ânforas, e um NMI de 21 o que equivale a 4,2 do total das ânforas recolhidas nestes níveis tendo em conta a análise por NMI.

Através de análise macroscópica identificam-se dois grupos de fabrico distintos que parecem corresponder a duas macrorregiões distintas:

Grupo 1

Pasta de matriz calcária, com cozedura oxidante. Apresenta-se muito compacta, dura, áspera ao tato e pouco depurada. Os elementos não plásticos são abundantes e bem distribuídos pela peça, sendo normalmente constituídos por elementos de quartzo,

inclusões negras (xisto?) e escassos elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos. A tonalidade da pasta varia entre o castanho (Muns. 5 YR 6/4) e o castanho alaranjado, (Muns. 7.5 YR 5/4). A superfície externa evidencia a aplicação de uma aguada de tom próximo da pasta.

Identificamos este grupo de fabrico como proveniente do vale do baixo Guadalquivir. Tendo-se identificado nas mesmas unidades diversos almofarizes importados, com as mesmas pastas. Está representado por 17 bocais, 12 asas, 4 fragmentos de colo e 6 fundos. Encontra-se particularmente bem atestado por bocais escalonados com ressalto interno correspondendo à variante 3 desta forma (García Vargas – Almeida – González Cesteros 2011: Fig. 31) (ver Fig. 12, n.º 1 a 11). Os outros bocais são de mais complexo enquadramento, ainda que possam associar-se à variante 1, evidenciando diâmetros menores, com lábios quadrangulares engrossados e planos na parte superior (ver Fig. 12, n.º 14 a 17). Identifica-se ainda com este grupo de fabrico dois fragmentos de colo (Fig. 12, n.º 18 e figura 13, n.º 23); uma asa (Fig. 13, n.º 24) e seis fundos com base elevada (Fig. 13, n.º 25 a 30).

Grupo 2

Caracteriza-se por pastas de matriz calcária, cozidas em modo A. Evidenciam textura fina, de aspeto poroso, e bem depuradas, sem inclusões visíveis a olho nu. Os elementos não plásticos são raros e bem distribuídos, compostos por quartzos de pequena dimensão, raras palhetas de micas negras e elementos ferruginosos. As suas tonalidades variando entre o amarelo claro (Muns. 2.5 Y 8/2) e o rosa (Muns. 7.5 YR 8/4).

Identifica-se este grupo de fabrico como da costa da Bética, provavelmente da baía Gaditana. Está menos documentado, tendo-se inventariado 4 bocais, 2 asas, 1 fragmento de colo e 2 fundos. As ânforas do Tipo *Urceus* que identificamos com este fabrico, apresentam curiosamente outra morfologia, remetendo para variante 2a e 2b desta forma (García Vargas – Almeida – González Cesteros 2011: Fig. 31). O exemplar melhor preservado preserva o bocal completo, evidenciando lábio de tendência côncava, marcada por profundas caneluras, colo estrangulado e asas com depressão longitudinal (Fig. 13, n.º 19). Este exemplar, assim como outros dois outros bocais exumados no Ambiente 41, podem-se incluir na variante 2a deste

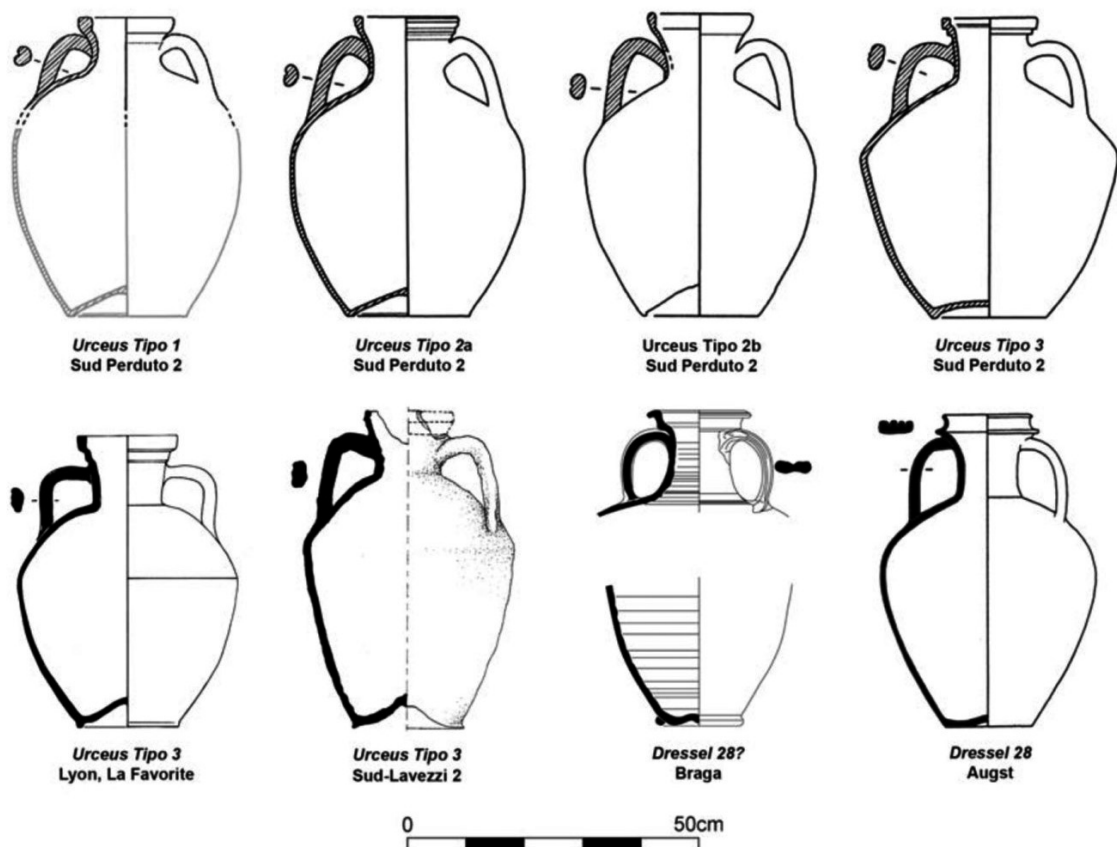


FIG. 11 Exemplos completos de *Urcei* e dos posteriores contentores Dressel 28, segundo García Vargas *et al.* 2011: Fig. 31.

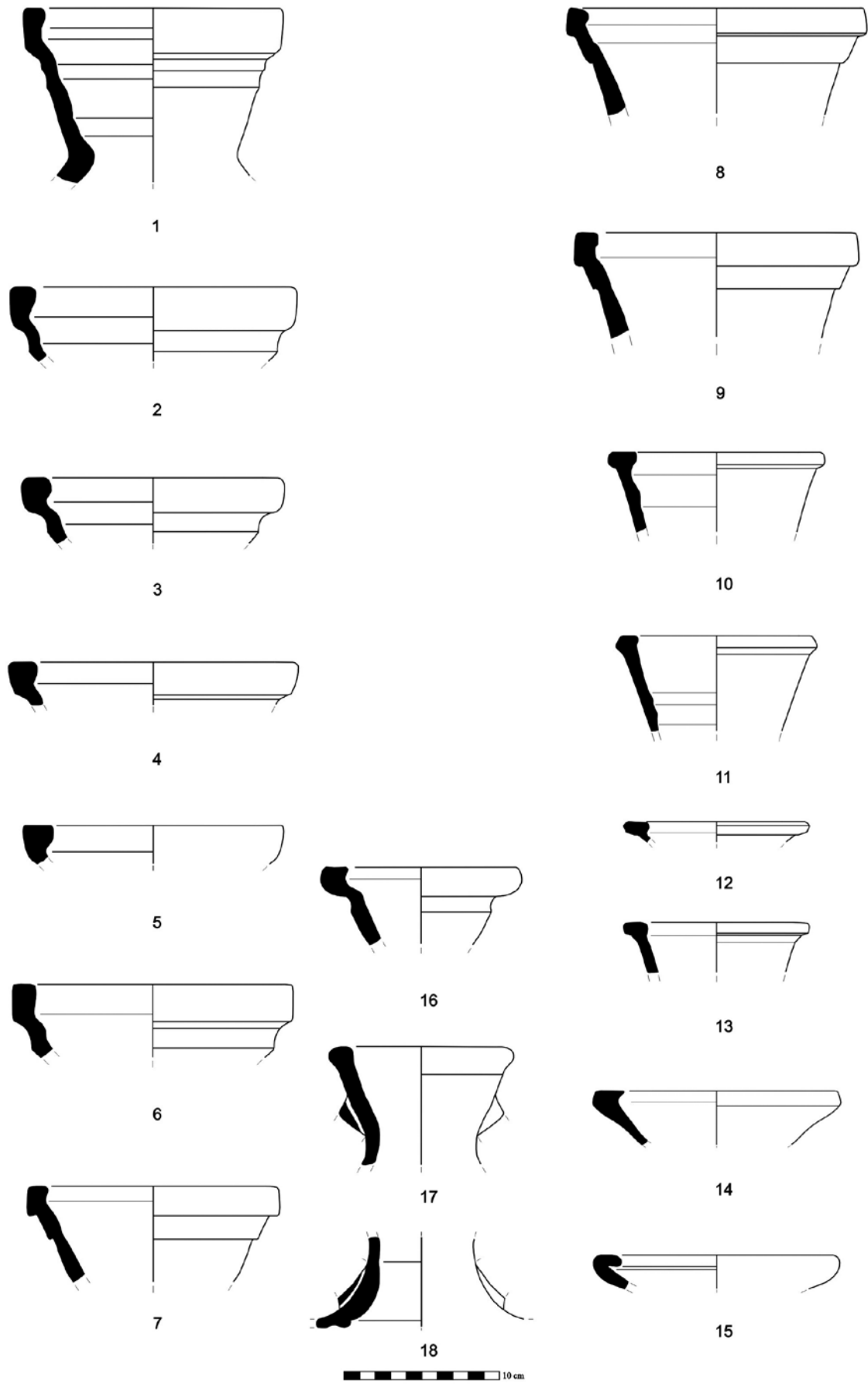


FIG. 12 Ânforas do tipo *Urceus* béticas recolhidas em Monte dos Castelinhos.

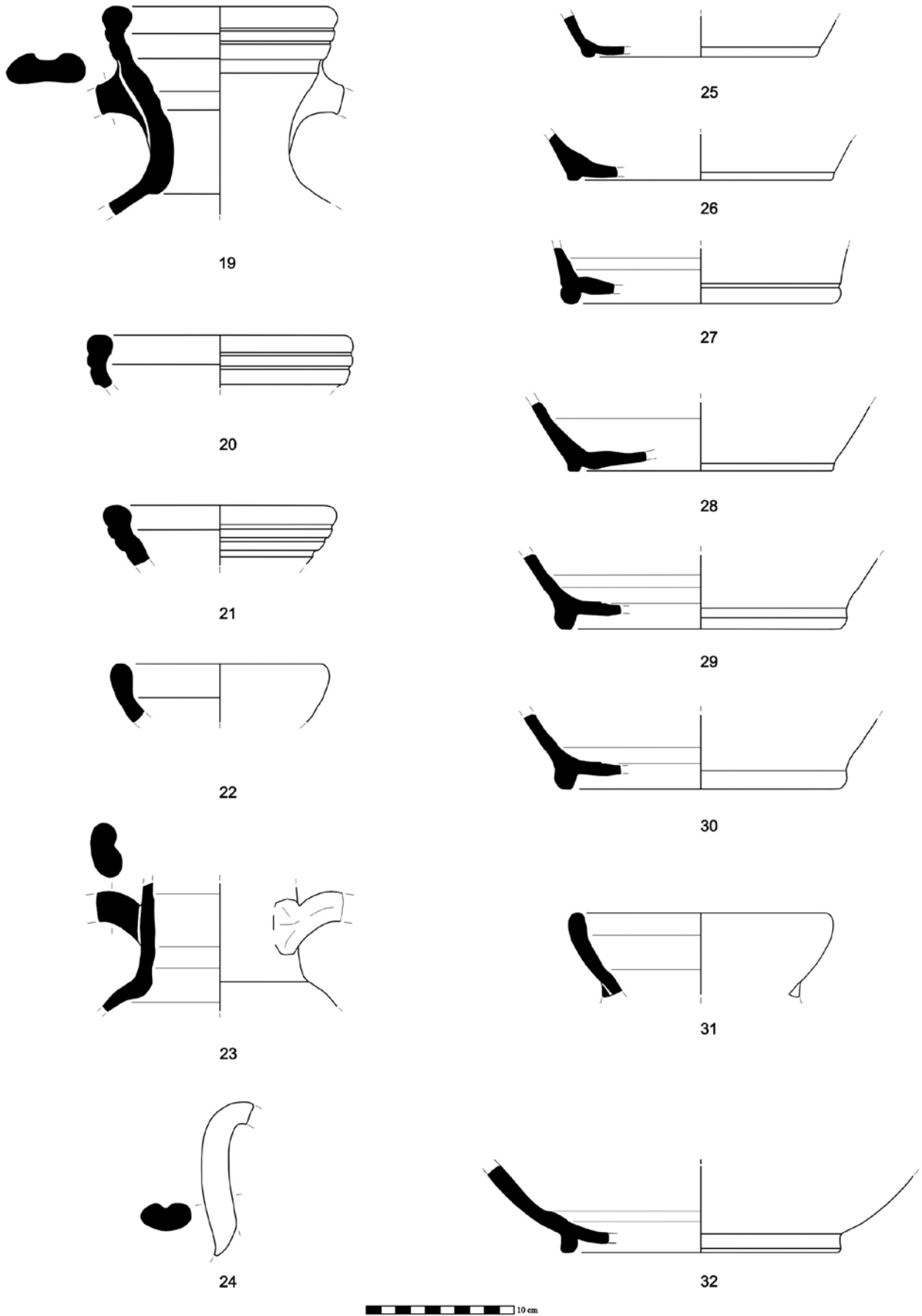


FIG. 13 Ânforas do tipo *Urceus* béticas, n.º 19 a 30 e ânforas do tipo *Urceus* Lusitanas, n.º 31 e 32.

tipo de ânforas. O exemplar que apresentamos como n.º 22 da figura 13, apresenta-se de mais complexo enquadramento, ainda que seja possível a sua inclusão na variante 2b desta morfologia.

Do ponto de vista de enquadramento do conjunto na estratigrafia do sítio, à exceção do fragmento de bordo MC 11873 (Fig. 12, n.º 10) a totalidade do conjunto insere-se nos níveis associados à fase 4 encontrando-se particularmente bem representada nos níveis de aterro de regularização da rua Ambiente 40 U.E.s [405] e [442].

3.2. Ânforas Tipo *Urceus lusitanas*?

Nos últimos anos foram detetados em diversas intervenções do casco antigo da cidade de Lisboa, alguns elementos de bocais e fundos de ânfora Lusitanos de difícil classificação (Filipe 2019: 364-367). Tendo em conta as características morfológicas dos elementos recolhidos, foi proposto por Victor Filipe, a provável existência de uma produção Lusitana nos vale do Tejo ou do Sado de ânforas de fundo plano do tipo *Urceus* (Filipe 2021: 6). Tendo em conta os bocais documentados, estas ânforas parecem remeter para a variante 2a e 2b desta forma (García Vargas – Almeida – González Cesteros: Fig. 31), apresentando bocais côncavos com ligeiro espessamento interno.

Os dados da estratigrafia de Castelinhos, vêm aduzir nova sustentação a esta proposta, de facto, identificou-se um bocal com arranque de asa e um fundo que podem ser associados a estas produções do tipo *Urceus* Lusitanas devidamente enquadrados na estratigrafia do sítio (Fig. 13, n.º 31 e 32). O bordo MC 8048 foi recolhido sob o pavimento em lajes do Ambiente 46, correspondendo à fase 3 do sítio datada do Principado de Augusto. O fundo de pé elevado em anel MC 11522, foi recolhido associado ao primeiro nível de aterro UE.442 da remodelação da rua Ambiente 40, encontrando-se assim já associado a uma cronologia augustana tardia ou já tiberiana.

4. COMENTÁRIO FINAL

Um dos grupos cerâmicos mais representativos nos níveis estratigráficos associados às fases de urbanismos do Principado é sem dúvida o das ânforas, atestando o cariz portuário e a capacidade aquisitiva do

núcleo de Monte dos Castelinhos: estão representados 1106 fragmentos classificáveis, equivalendo a um NMI de 506. Não tendo este trabalho o propósito de desenvolver aprofundadamente o extenso conjunto de dados recuperados, importa ainda assim reter, por questões de contextualização, as linhas gerais da dinâmica comercial do sítio.

Dominam de forma esmagadora, os contentores da vizinha província da Bética (79,5%), repartidos por ânforas do vale do Guadalquivir (67,6%) e da costa Sudoeste (12,6%). Entre os primeiros, predomina a forma de ânfora vinária Haltern 70, com perfis de lábio que em função das recentes propostas de evolução tipológica desta forma, permitem genericamente considerá-los como “augustano-tiberianos” (Carreras Monfort 2003; Berni Millet 2011; Carreras Monfort - Berni Millet 2016). Seguidos dos contentores oleícolas da forma Oberaden 83/Ovóide 7 e dos primeiros modelos de ânforas da forma Dressel 20 (para uma discussão e revisão do estado da arte relativo às ânforas Oberaden 83 e sua substituição progressiva pelos primeiros modelos de ânfora Dressel 20 ver Berni Millet 1998; García Vargas – Almeida – González Cesteros 2011; González Cesteros – Almeida 2017). As importações da área costeira da Bética encontram-se parcamente atestados (160 fragmentos equivalendo a 64 NMI e a 12,6% da amostragem. Destacando-se o grupo das ânforas piscícolas do heterógeno Tipo Dressel 7/11. As evidentes afinidades formais entre a Forma 7 a 11 da tabela de Dressel e a grande diversidade ao nível do perfil de bordos dificultam em muito a sua correta classificação, quando nos deparamos, como é o caso, com materiais muito fragmentados (García Vargas González Cesteros – Almeida 2019). A cronologia de fabrico destes envases situa-se genericamente entre o último terço do século I a.C. e os finais do século I / inícios do século II d.C. (García Vargas 1998: 76 a 92).

O estudo do conjunto de importações Béticas e de produções regionais de ânforas de fundo plano de tipo *Urceus* insere-se assim no plano de investigação deste vasto conjunto de informação em torno dos conjuntos cerâmicos associados às duas fases urbanísticas de Castelinhos. A sua análise vem reforçar a relevância deste espaço durante o Principado com evidente capacidade económica, aproximando-se do ritmo de importações de cariz urbano que reconhecemos para o vale do Tejo, como são os casos de *Scallabis*

a montante (Almeida 2008) e *Olisipo* a jusante (Filipe 2019).

O conjunto de ânforas do Tipo *Urceus* importadas da província da *Baetica* que aqui apresentamos é uma amostragem considerável. A sua análise macroscópica permite distinguir duas proveniências distintas assim como atestar diversos modelos morfológicos destes contentores. Identificaram-se 21 fragmentos de bordo, 14 asas, 5 fragmentos de colo e 8 fundos, totalizando 48 fragmentos classificáveis o que representa 4,3% do total da amostragem, tendo em conta o número de fragmentos de ânforas, e um NMI de 21 o que equivale a 4,2% do total das ânforas recolhidas nestes níveis tendo em conta a análise por NMI.

A presença de ânforas Lusitanas encontra-se atestada por produções da área do Vale do Tejo/Sado (17,8%) e por dois fragmentos de bocal correspondo a produções da zona de Peniche (0,4%). Em relação ao primeiro grupo, identificam-se elementos de bocais moldurados, colos, asas e fundos correspondendo a morfologias ovóides, atestando assim as primeiras fases das olarias Lusitanas (Morais – Fabião 2007; Morais – Filipe 2016; Almeida – Fabião 2019). Recentemente, tivemos oportunidade de apresentar que estas produções encontram-se bem atestadas no Monte dos Castelinhos em contextos da segunda metade do século I a.C. (Pimenta 2017). A produção oleira na costa atlântica na península de Peniche, tem nos últimos anos sido alvo de um *floruit* de conhecimento, tendo permitido o reconhecimento da sua presença e o mapear de uma precoce e ampla dispersão destas ânforas e dos seus conteúdos dentro e fora da Lusitânia (Cardoso – Rodrigues – Sepúlveda 2006; Cardoso *et al.* 2016; 2017), alcançando mesmo a capital *Augusta Emerita* (Bernal Casasola – Bustamente Álvarez – Bejarano Osorio 2017). Os dois fragmentos de bocal com pastas

adstritas a esta proveniência, foram identificados em níveis de abandono do conjunto urbanístico da área de Sondagem n.º 8, podendo ser classificados como do Tipo Peniche 4, com uma produção datada do período de Augusto / Tibério (Cardoso *et al.* 2016: 11-12).

A possibilidade da existência de uma produção de ânforas de fundo plano do Tipo *Urceus* no extremo ocidente peninsular é tentadora e parece começar a consolidar-se, porém temos que matizar que não é conclusiva e que teremos que alargar o espectro e amostragens disponíveis. O pequeno conjunto de Monte dos Castelinhos é apenas mais um dado para essa proposta.

A problemática da importação de produtos alimentares provenientes da província da Bética não se esgota no estudo das ânforas (Morais 2017: 334). De facto, nos últimos anos tem vindo a ser valorizado o campo das cerâmicas comuns, nomeadamente as importadas que atestadamente circularam entre províncias, existindo a hipótese de alguns destes recipientes, não terem circulado vazios. Um bom exemplo são os dados das escavações subaquáticas do navio romano Arles Rhône 3, em que se atestou que algumas formas de cerâmica comum bética foram utilizadas como contentor, tendo mesmo algumas delas *tituli picti* (Djaoui 2014; 2016). Essa premissa foi efetivamente levantada no estudo que desenvolvemos dos conjuntos de cerâmica comum da *Ulterior/Baetica* identificada nos contextos tardo republicanos de Monte dos Castelinhos. O peso significativo de um tipo particular de pequeno pote, levou a propor que este se possa destinar ao transporte de preparados piscícolas (Pimenta 2022). Esperamos que o aprofundar da investigação em torno dos conjuntos de cerâmica comum importada nestes contextos possa futuramente consubstanciar esta tese.

CATÁLOGO ÂNFORAS MONTE DOS CASTELINHOS, FORMAS ILUSTRADAS

EST.	N.º	N.º DE INV.	SOND.	ANO	AMB.	U.E.	FASE	TIPO	SUB-TIPO	GRUPO DE FABRICO	FRAG.	DIÂM. BORDO	ALT. BORDO	ALT. TOTAL
Fig. 12	1	8178	8	2018	40	405	4	<i>Urceus</i>	3	1	bordo	16,5 cm	2,8 cm	11,5 cm
Fig. 12	2	8305	8	2018		65		<i>Urceus</i>	3	1	bordo	18 cm	2,7 cm	4,8 cm
Fig. 12	3	8132	8	2018	40	366	4	<i>Urceus</i>	3	1	bordo	17 cm	2,4 cm	4,2 cm
Fig. 12	4	8349	8	2018	40	366	4	<i>Urceus</i>	3	1	bordo	18 cm	2,2 cm	2,8 cm
Fig. 12	5	8253	8	2018	40	405	4	<i>Urceus</i>	3	1	bordo	17 cm	2,3 cm	2,4 cm
Fig. 12	6	4926	8	2018		65		<i>Urceus</i>	3	1	bordo	18 cm	2,4 cm	4,8 cm
Fig. 12	7	4899	8	2018		65		<i>Urceus</i>	3	1	bordo	16 cm	2 cm	6,2 cm
Fig. 12	8	11880	8	2018	40	405	4	<i>Urceus</i>	3	1	bordo	19 cm	1,8 cm	7 cm
Fig. 12	9	12390	8	2018	40	65		<i>Urceus</i>	3	1	bordo	18 cm	2,3 cm	7,8 cm
Fig. 12	10	11873	8	2018	46	428	3	<i>Urceus</i>	3	1	bordo	14 cm	1,2 cm	5,1 cm
Fig. 12	11	11527	8	2018	40	405	4	<i>Urceus</i>	3	1	bordo	13 cm	1 cm	6,2 cm
Fig. 12	12	4063	4	2014	10	5		<i>Urceus</i>	3	1	bordo	12 cm	0,8 cm	1,4 cm
Fig. 12	13	4384	4	2015	11	5		<i>Urceus</i>	3	1	bordo	12 cm	0,8 cm	3,2 cm
Fig. 12	14	2227	8	2017		65		<i>Urceus</i>	1	1	bordo	16 cm	1,5 cm	3,6 cm
Fig. 12	15	8254	8	2018	40	405	4	<i>Urceus</i>	1	1	bordo	15,5 cm	1,5 cm	2,2 cm
Fig. 12	16	5156	8	2018	40	366	4	<i>Urceus</i>	1	1	bordo	13 cm	2 cm	5 cm
Fig. 12	17	8303	8	2018	48	437	4	<i>Urceus</i>	1	1	bordo	12 cm	1,2 cm	8 cm
Fig. 12	18	8158	8	2018	48	437		<i>Urceus</i>		1	colo e asa	7 cm		6 cm
Fig. 13	19	8321	8	2018	41	416	4	<i>Urceus</i>	2a	2	Bordo, colo e asa	15 cm	3,5 cm	14,2 cm
Fig. 13	20	5050	8	2018	44	399	4	<i>Urceus</i>	2a	2	Bordo	17 cm	3,3 cm	3,8 cm
Fig. 13	21	4952	8	2018	45	401	4	<i>Urceus</i>	2a	2	Bordo	15,5 cm	3 cm	4,2 cm
Fig. 13	22	5097	8	2018	40	365	4	<i>Urceus</i>	2b	2	Bordo	14,5 cm	4 cm	4 cm
Fig. 13	23	5122	8	2018	40	366	4	<i>Urceus</i>		1	colo e asa	10,5 cm		8,5 cm
Fig. 13	24	8146	8	2018	40	365	4	<i>Urceus</i>		1	asa			10,3 cm
Fig. 13	25	11523	8	2018	40	442	4	<i>Urceus</i>		1	fundo	15,5 cm		2,8 cm
Fig. 13	26	11916	8	2018	40	442	4	<i>Urceus</i>		1	fundo	18 cm		3 cm
Fig. 13	27	11913	8	2018	40	442	4	<i>Urceus</i>		1	fundo	19 cm		3,6 cm
Fig. 13	28	11897	8	2018	40	405	4	<i>Urceus</i>		1	fundo	18 cm		4,8 cm
Fig. 13	29	10768	8	2018	46	364	4	<i>Urceus</i>		1	fundo	19,5 cm		5 cm
Fig. 13	30	12391	8	2018	40	364	4	<i>Urceus</i>		1	fundo	19,5 cm		5 cm
Fig. 13	31	8048	8	2018	46	427	3	<i>Urceus</i>		Tejo/Sado	bordo com arranque de asa	17 cm	4,5 cm	5,5 cm
Fig. 13	32	11522	8	2018	40	442	4	<i>Urceus</i>		Tejo/Sado	fundo	19 cm		5,8 cm

Bibliografia

- ALMEIDA, R. R. (2008) – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios* (Col·lecció Instrumenta 28). Barcelona.
- ALMEIDA, R. – FABIÃO, C. (2019) – The “early production” of Roman amphorae in *Ulterior/Lusitania*. State of play of a universe (still) under construction. In GARCÍA VARGAS, E. – ALMEIRA, R. R. – GONZÁLEZ CESTEROS, H. – SÁEZ ROMERO, A. (eds.) – *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire* (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 13). Oxford: 175-190.
- ALMEIDA, R. – GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2017) – Las ánforas lusitanas en los orígenes del mundo romano septentrional. In CARRERAS MONFORT, C. – BERG, J. van der (eds.) – *Amphorae from the Kops Plateau (Nijmegen): trade and supply to the lower-rhineland from the Augustan period to AD 69/70* (Archaeopress Roman Archaeology 20). Oxford: 87-91.
- BERNAL CASASOLA, D. – LAVADO FLORIDO, M.L. (2011) – Primeras ánforas tipo urceus en la Bahía de Cádiz. *Boletín Ex Officina Hispana*, 3: 10-11.
- BERNAL CASASOLA, D. – BUSTAMENTE ÁLVAREZ, M. – BEJARANO OSORIO, A. (2017) – L. ARVENIVS RVSTICVS en Augusta Emerita (Mérida, Badajoz). Un ánfora de Peniche en el interior de Lusitania. *Boletín Ex Officina Hispana*, 8: 53-55
- BERNARD, H. (2008) – Nouvelles épaves hispaniques de Corse: Sud Perduto 2 (Bonifacio) et Marina di Fiori (Porto Vecchio). In PÉREZ BALLESTER, J. – PASCUAL BERLANGA, G. (eds.), *Comercio, Redistribución y Fondaderos. La navegación a vela en el Mediterráneo. V Jornadas Internacionales de Arqueología Subacuática*: Valencia: 461-471.
- BERNI MILLET, P. (1998) – Las ánforas de aceite de la Bética y su presencia en la Cataluña romana. Col. Leció Instrumenta 4, Barcelona, Publicacions de la Universitat de Barcelona.
- BERNI MILLET, P. (2011) – “Tipología de la Haltern 70 bética”, *Ánforas romanas de Lugo (comercio romano en los Finisterrae)*. Trabajos de Arqueología 3: 80-107.
- CARDOSO, G. – RODRIGUES, S. – SEPÚLVEDA, E. (2006) – A olaria romana de Peniche. In *Simpósio Internacional Produção e comércio de preparados piscícolas durante a proto-história e a época romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet (Setúbal, 7-9 Maio 2004)* (Setúbal Arqueológica 13). Setúbal: 253-278.
- CARDOSO, G. – RODRIGUES, S. – SEPÚLVEDA, E. – RIBEIRO, I. (2016) – Production during the Principate in Peniche (Portugal). Raw Materials, Kilns and Amphora Typology. In PINTO, I. V. – ALMEIDA, R. R. DE – MARTIN, A. (eds.) – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution* (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10). Oxford: 3-17.
- CARDOSO, G. – RODRIGUES, S. – SEPÚLVEDA, E. – RIBEIRO, I. (2017) – A olaria romana do Morraçal da Ajuda: estruturas de produção. In FABIÃO, C. – RAPOSO, J. – GUERRA, A. – SILVA, F. (eds.) – *Actas Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana (Seixal 17-20 de Fevereiro de 2010)* Lisboa/ Seixal: 49-88.
- CARRERAS MONFORT, C. (2003) – “Haltern 70: a review”, *Amphorae in Britain and the western Empire*. *Journal of Roman Pottery Studies* 10: 85-91.
- CARRERAS MONFORT, C.; BERNI MILLET, P. (2016) – “Haltern 70 (Valle del Guadalquivir)”, *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/haltern-70-guadalquivir-valley>), 08 julio, 2016 (Consulta 30-XI-2017).
- CONEJO DELGADO, N. – PIMENTA, J. (no prelo) – Circulación de moneda en Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira, Lisboa, Portugal): datos para la monetización de Lusitania. *SPAL*.
- DJAQUI, D. (2014) – Découverte d’un pot mentionnant la société des DD *Caecilii* dans un context portuaire entre 50-140 apr. J.-C. (decouverte subaquatique à Arles, Bouches-du-Rhône, France). In *Atas II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana. As produções cerâmicas de imitação na Hispana*, vol. 2 Braga: 161-178.
- DJAQUI, D. (2016) – Les céramiques hispaniques du dépotoir portuaire d’Arles-Rhône 3 (50-140 apr. J.-C.). Fouilles subaquatiques à Arles (Bouches-du-Rhône, France). In JÁRREGA, R. – BERNI MILLET, P. (eds.) – *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo* (Monografías Ex Officina Hispana III). Tarragona, 962-975.
- ETTLINGER, E. – HEDINGER, B. – HOFFMANN, B. – KENRICK, P. – PUCCI, G. – ROTHUBI, K. – SCHNEIDER, G. – SHNURBEIN, S.V. – WELLS, C.M. – ZABEHLICKY-SCHNEFFWEGGER, S. (1990) – *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*. Bona.
- FABIÃO, C. (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- FILIFE, V. (2015) – *As ânforas do teatro romano de Olisipo (Lisboa, Portugal): campanhas 2001-2006*. *SPAL*, 24: 129-163.
- FILIFE, V. (2019) – *Olisipo, o grande porto da fachada atlântica. Economia e comércio entre a República e o Principado*. Tese de Doutoramento no Ramo de História, especialidade em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- FILIFE, V. (2021) – Las ánforas vinarias alto-imperiales de Lusitania: estado de la cuestión. *Lucentum*, XL: 197-214
- GARCÍA VARGAS, E. (1998) – *La producción de ánforas en la bahía de Cádiz en época romana (siglos II a.C. - IV D.C.)*. Écija.
- GARCÍA VARGAS, E. – ALMEIRA, R. R. – GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2011) – Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a.C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización. *SPAL*, 20: 185-283.
- GARCÍA VARGAS, E. – GONZÁLEZ CESTEROS, H. – ALMEIDA, R. R. (2019) – Ovoid amphorae as the first Roman provincial repertoire in *Hispania Ulterior* (the Guadalquivir valley). In GARCÍA VARGAS, E. – ALMEIRA, R. R. – GONZÁLEZ CESTEROS, H. – SÁEZ ROMERO, A. (eds.) – *The Ovoid amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*. Oxford: 62-111.
- GONZÁLEZ CESTEROS, H. – ALMEIDA, R. R. de (2017) – Chapter 3. Amphorae from the West: Hispania (Spain and Portugal) – A. Las ánforas de aceite de oliva béticas. De las Oberaden 83 hasta las Dressel 20 en el Kops Plateau de Nimega. In CARRERAS MONFORT, C. – BERG, J. van der (eds.) – *Amphorae from the Kops Plateau (Nijmegen): trade and supply to the lower-rhineland from the Augustan period to AD 69/70* (Archaeopress Roman Archaeology 20). Oxford: 47-60.
- MORAIS, R. (2005) – *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta: contribuição para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial* (Bracara Augusta, Escavações arqueológicas 2). Braga.
- MORAIS, R. (2007) – *Ânforas tipo Urceus de produção bética e produções regionais e locais do NW peninsular*. In *Actas del congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Universidad de Cádiz, Noviembre de 2005 (B.A.R., International Series 1686). Oxford: 401-415.

- MORAIS, R. (2008) – Novos dados sobre as ânforas vinárias béticas de tipo *Urceus*. *SPAL*, 17: 267-280.
- MORAIS, R. (2010) – Ânforas. In ALARCÃO, J. – CARVALHO, P. C. – GONÇALVES, A. (coords.) – *Castelo da Lousa-Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002 (Studia Lusitana 5)*. Mérida, 181-218.
- MORAIS, R. (2013) – Um naufrágio bético, datado de época de Augusto, em Rio de Moinhos (Esposende, Norte de Portugal). In *O Irado mar Atlântico, O Naufrágio Bético Augustano de Esposende (Norte de Portugal)*. Braga, 309-333.
- MORAIS, R. (2016) – *Urceus* (Guadalquivir Valley). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/urceus-guadalquivir-valley>). (Consulta 12-03-2017).
- MORAIS, R. (2017) – Las ânforas altoimperiales. In FERNÁNDEZ OCHOA, C. – MORILLO, A. – ZARZALEJOS, M. (eds.) – *Manual de cerámica romana III. Cerámicas romanas de época altoimperial III: Cerámica comum de mesa, cocina y almacenaje. Imitaciones hispanas de series romanas. Otras producciones*. Alcalá de Henares/ Madrid: 311-380.
- MORAIS, R. – FABIÃO, C. (2007) – Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. In *Actas del congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad. Universidad de Cádiz, noviembre de 2005* (B.A.R., International Series 1686). Oxford: 127-133.
- MORAIS, R. – FILIPE, V. (2016) – Ovoide Lusitana (Lusitania Occidental). In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/ovoid-lusitan-western-lusitania>). (Consulta 12-03-2017).
- OLIVEIRA, C. – KUZNIARSK-BIERNACHA, I. – PARPOT, P. – NEVES, I. C. – FONSECA, A. M. – MORAIS, R. (2013) – Análise química de resíduos orgânicos de ânforas do naufrágio bético de Esposende. In *O Irado mar Atlântico, O Naufrágio Bético Augustano de Esposende (Norte de Portugal)*. Braga: 263-281.
- OLIVEIRA, C. – MORAIS, R. – ARAÚJO, A. (2015) – Application of gas chromatography coupled with mass spectrometry to the analysis of ceramic containers of Roman Period. Evidence from the peninsular northwest. In OLIVEIRA, C. – MORAIS, R. – MORILLO CERDÁN, A. (eds.) – *ArchaeoAnalytics. Chromatography and DNA analysis in archaeology*. Esposende: 193-212.
- OXÉ, A. – COMFORT, H. – KENRICK, Ph. (2000) – *Corpus Vasorum Aretinorum*: Bona.
- PARREIRA, R. (1990) – Inventário do património arqueológico e construído de Vila Franca de Xira. Notícia da parcela 390-2. *Boletim Cultural*, 4: 77-91.
- PEREIRA, C. – PIMENTA, J. – MENDES, H. (2021) – As lucernas romanas alto-imperiais de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira, Portugal). *Oppidum*, 17: 117-148.
- PEREIRA, M. A. H. (1970) – Hipólito Cabaço. *Arqueologia e História*, 9.^a Série (2): 7-27.
- PIMENTA, J. (2017) – Em torno dos mais antigos modelos de ânfora de produção lusitana. Os dados do monte dos castelinhos – Vila Franca de Xira. In FABIÃO, C. – RAPOSO, J. – GUERRA, A. – SILVA, F. (eds.) – *Actas Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana (Seixal 17-20 de Fevereiro de 2010)* Lisboa/ Seixal: 195-205.
- PIMENTA, J. (coord.) (2013) – *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Lisboa/ Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J. (coord.) (2015) – *O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira – em busca de Ierabriga*. Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J. (2022) – *Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo*. Dissertação de Doutoramento no Ramo de História, especialidade em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- PIMENTA, J. (no prelo) – As ânforas da *Ulterior*/Bética do sítio de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) – Portugal. *Congresso Internacional de Arqueologia Ex Baetica Amphorae II*. Universidade de Sevilha.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (2012) – Sobre o povoamento romano ao longo da via de *Olisipo* a *Scallabis*. In PIMENTA, J. (coord.) – *De Olisipo a Ierabriga. A rede viária romana no vale do Tejo* (Cira Arqueologia 1). Vila Franca de Xira: 41-64.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (2014) – Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo. In MATALOTO, R. – MAYORAL HERRERA, V. – ROQUE, C. (eds.) – *La Gestación de los paisajes rurales entre la Protohistoria y el Periodo Romano. Formas de Asentamiento y Procesos de Implantación* (Anejos de AEspA LXX). Madrid: 125-142.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (2018) – Novos dados sobre o urbanismo de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira). A campanha de escavações de 2017. *CIRA Arqueologia*, 6: 127-178.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (2019) – De *Olisipo* a *Scallabis*. O povoamento romano do Baixo Tejo e a sua articulação com o núcleo de *Ierabriga*. In CARDOSO, G. – NOZES, C. (coord.) – *Lisboa Romana/Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*. Lisboa: 42-53.
- PIMENTA, J. a – MENDES, H. (2021) – Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Uma Fundação romana republicana *Ex Novo* no Baixo Tejo. In PEREIRA, C. – ALBUQUERQUE, P. – MORILLO, Á. – FABIÃO, C. – CHAVES, F. (eds.) – *De Ilipa a Munda. Guerra e conflito no Sul da Hispânia*. Lisboa: 293-306.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (no prelo) – O fâcias de destruição do povoado de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um episódio de conflito militar no extremo ocidente, da província da *Ulterior*. In Congresso Internacional “*Cultura material romana en la Hispania Republicana: contextos privilegiados y estado de la cuestión*” (22 a 24 de Abril, Lezuza – Albacete – Espanha).
- PIMENTA, J. – MENDES, H. – NORTON, J. (2008) – O Povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. *Al-madan*, II Série (16): 26-37.
- RUIVO, J. (1997) – O conflito Sertoriano no Ocidente Hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*, 70: 91-100.
- SILVA, R. B. (2012) – *As “marcas de oleiro” na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Tese de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Inédita.
- SILVA, R. B. (2018) – O “fâcias” cerâmico de *Olisipo* (Lisboa) no período Júlio-Cláudio: uma primeira aproximação a partir de contextos suburbanos seleccionados. In RUIZ MONTES, P. – PEINADO ESPINOSA, M. V. – FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. (eds.) *Estudios para la configuración de las fâcias cerâmicas altoimperiales en el sur de la Península Ibérica* (Archaeopress. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 11). Oxford: 3-31.

Traianeum de Italica. **Campaña arqueológica 2016/2017**

The Traianeum of Italica. **Archaeological excavation 2016/2017**

SEBASTIÁN VARGAS-VÁZQUEZ¹

Departamento de Prehistoria y Arqueología,
Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Sevilla
svargas2@us.es

RESUMEN: Con este trabajo desarrollamos un recorrido por los distintos espacios del *Traianeum de Italica* y exponemos los datos arqueológicos más relevantes surgidos de las intervenciones arqueológicas desarrolladas en el edificio en 2016/2017. De los datos obtenidos en la nueva actividad arqueológica destacan, entre otros, aquellos que permiten ahondar en la configuración formal del edificio, en su propia ubicación, en un punto topográfico difícil y complicado, aunque premeditada, para proporcionarle visibilidad, protagonismo y monumentalidad, y en su relación con el entramado urbano en el que se inserta, al poner de relieve su papel como elemento articulador, a partir del cual se organiza el resto de la trama urbana.

PALABRAS CLAVES: Santuario, templo, pórtico, exedra, culto imperial.

ABSTRACT: With this work we describe a route through the distinct spaces of the *Traianeum of Italica*, and we present the most relevant archeological data that resulted from the archeological interventions that took place in the building in 2016/2017. Of the data obtained in this new archeological activity, the pieces of information that most stand out are those that allow us to deepen our understanding of the formal configuration of the building, in its own location, at a difficult and complicated topographic point, although deliberate, in order to provide visibility, protagonism and monumentality, and in its relationship with the urban framework in which it is embedded, to throw into relief its role as an articulator from which the rest of the urban fabric develops.

KEYWORDS: Sanctuary, temple, portico, exedra, imperial culto imperial.

¹ Este estudio ha sido financiado por el VI Plan Propio de Investigación y Transferencia de la Universidad de Sevilla (VI PPIT-US) y se enmarca en los trabajos de investigación de los Proyectos "Geometría, diseño y modelos del *Traianeum de Italica* y su entorno" (Har2013-46027-P, Dir. P. León y F. Montero), "Itálica, nuevo horizonte científico y tecnológico" (P12-Hum-912, Dir. P. León) y "*Colonia Aelia Augusta Italica*. Arqueología del Sector NE de la Vetus Urbs de Italica en el Marco del Proceso de Romanización en el Guadalquivir Inferior" (HAR2017-89004-P; Dir. J. Beltrán y J. L. Escacena). Las intervenciones arqueológicas de las que emana este estudio las dirige S. Vargas-Vázquez y forman parte de las actividades programadas en el Proyecto General de Investigación "*Nova urbs Adriani*. La articulación de los espacios públicos en torno al *Traianeum de Italica*" (Dir. P. León y S. Vargas-Vázquez).

1. INTRODUCCIÓN

Como es bien sabido, el *Traianeum* de *Itálica* fue excavado por Pilar León en los años 80 del siglo pasado (Figs. 1 y 2), sacando a la luz un recinto de culto imperial construido por Adriano (León 1988)².

Una de las particularidades más evidentes del edificio documentado por aquel entonces es quizás el enorme grado de expolio que acusaba, encontrándose reducido prácticamente a su mínima expresión. Se salvaron de la piqueta parte de los cimientos, aunque también éstos atrajeron el feroz embate de los expoliadores, y del sistema de canalizaciones, el estanque que se desarrolla en su zona trasera y algunos materiales constructivos. Destacan los sillares de piedra arenisca que conformaban ciertas partes de la cimentación y sobre todo el cierre perimetral del edificio, en este caso almohadillados y en algunos casos moldurados, y muy probablemente enlucidos y/o estucados, permitiendo recomponer con aproximación la visión exterior del recinto de culto imperial. A todo ello hay que sumar una gran colección de piezas marmóreas, destacando aquellas de la decoración arquitectónica y escultórica (León 1988; 1995; 2019; Márquez 2002; Rodero 2002; Ahrens 2005; Bermúdez 2009) y las epigráficas (Blanco 1983; 1988; Canto 1985; González 1991; Caballos 2010a; 2010b; Caballos – Marín – Rodríguez Hidalgo 1999; Beltrán 2014; Martínez 2014; Becerra y Beltrán 2020). Muchos de esos elementos constructivos estaban elaborados en mármol, siendo éste, quizás, su material más representativo (para el estudio del mármol en *Itálica*, véase: Rodá 1997; Mayer y Rodá 1998; Rodríguez Oliva 2008; 2015; Beltrán 2013; Becerra 2016; 2019). Este proceso de expolio, que arrasó casi por completo el edificio, se vio muy probablemente precedido, en un primer momento, de un programa de desmonte sistemático reaprovechando los elementos y materiales más distinguidos y valorados, de ahí que no se documente un material tan característico en este tipo de edificaciones como es el pórfido rojo. Sólo

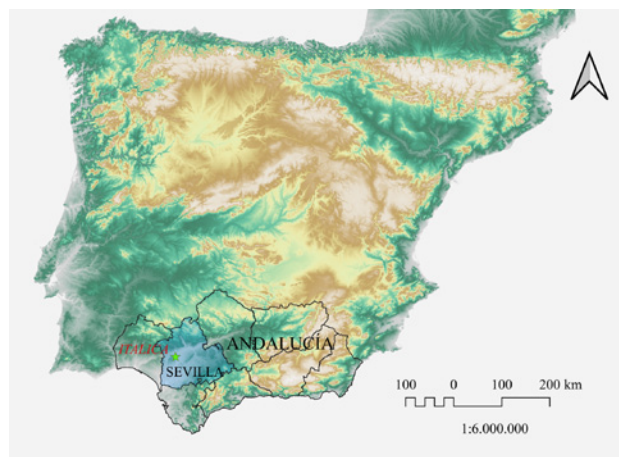


FIG. 1 Localización de Itálica sobre mapa de la Península Ibérica. Elaborado a partir de mapa del PNOA del Instituto Geográfico Nacional.

un pequeño fragmento de placa de este material se pudo encontrar en los exteriores del edificio (Becerra 2019: 725, 873-874, 879), por lo que ni siquiera podemos asegurar que perteneciera a él.

Este importante proceso de destrucción y expolio que presenta el *Traianeum* ha sido y es la principal traba para afrontar su estudio de manera global y para que se pueda generar una visión mucho más acabada de él. Aun así, y como ya hemos señalado en otras ocasiones, el *Traianeum* conserva, aún hoy, elementos suficientes como para generar con gran acierto las líneas principales de su planta arquitectónica (Fig. 3) y permitir un ligero acercamiento a lo que debió de ser su imagen final, mostrada en un primer momento por P. León (León 1988) y F. Montero (Montero 1988: 89-101) y matizada a partir de los nuevos descubrimientos (León 2021: 189-228).

En lo que respecta a la definición de la planta del edificio, hay que tener en cuenta que los restos conservados se corresponden en su mayor parte con los cimientos. A este respecto, son notorias las diferencias métricas que se observan entre algunos puntos, como es el caso de los cimientos perimetrales, que oscilan entre 1,40 m y 2 m de anchura, siendo en los muros de cierre de las exedras semicirculares donde se producen las estrecheces más significativas.

Esas diferencias métricas se observan igualmente tanto en la longitud como en el fondo de las exedras de un mismo tipo, donde se producen desfases de en torno a 0,5 m, en ocasiones incluso de más. Es obvio que son diferencias asumibles y poco notorias si tenemos en cuenta las dimensiones del edificio

² Las excavaciones de los años 80, dirigidas por P. León, sacaron a la luz este majestuoso complejo edilicio que representa el *Traianeum* de *Itálica*. Aquellas excavaciones y posterior estudio (León 1988), fueron de gran importancia, al abordar toda el área del edificio en su conjunto y definir claramente sus líneas maestras y configuración general que, no obstante, se han visto matizadas y completadas en algunos de sus aspectos con las recientes intervenciones arqueológicas.

y la distancia existente entre las diferentes exedras, que haría imperceptible dichas variaciones. En cualquier caso, hay que tener presente igualmente, que nos encontramos a nivel de cimentación y que, por lo general, dichas diferencias métricas serían matizadas e incluso corregidas en obra, como hemos podido comprobar en la exedra semicircular del extremo noreste, quizás la mejor conservada y la que mayor documentación aporta. A todo ello se suma que algunos de sus elementos más destacados se encuentran ligeramente descentrados o desplazados sobre los ejes principales del complejo edilicio.

En función de todo ello, la planta del edificio que mostramos en este trabajo, en líneas generales aceptada y bien acogida (Alarcón – Montero-Fernández 2020; León 2021: 95-97), muestra de manera ideal lo conservado, tratando de reajustar o armonizar en la manera de lo posible las diferencias métricas documentadas (Figs. 3 y 14).

En cualquier caso, nos enfrentamos a revisar algunos aspectos del majestuoso complejo arquitectónico,



FIG. 2 Localización del Traianeum en el corazón del nuevo barrio adrianeo.

compuesto por una gran plaza porticada en cuyo interior se construyó un templo y un ara enfrentado a su fachada principal, en eje y en una posición intermedia entre el cuerpo de acceso al recinto y el templo, así como una serie de basamentos de esculturas que se levantaron en la plaza, repartidos a un lado y otro del templo, y un estanque en su trasera (Figs. 3 y 14).

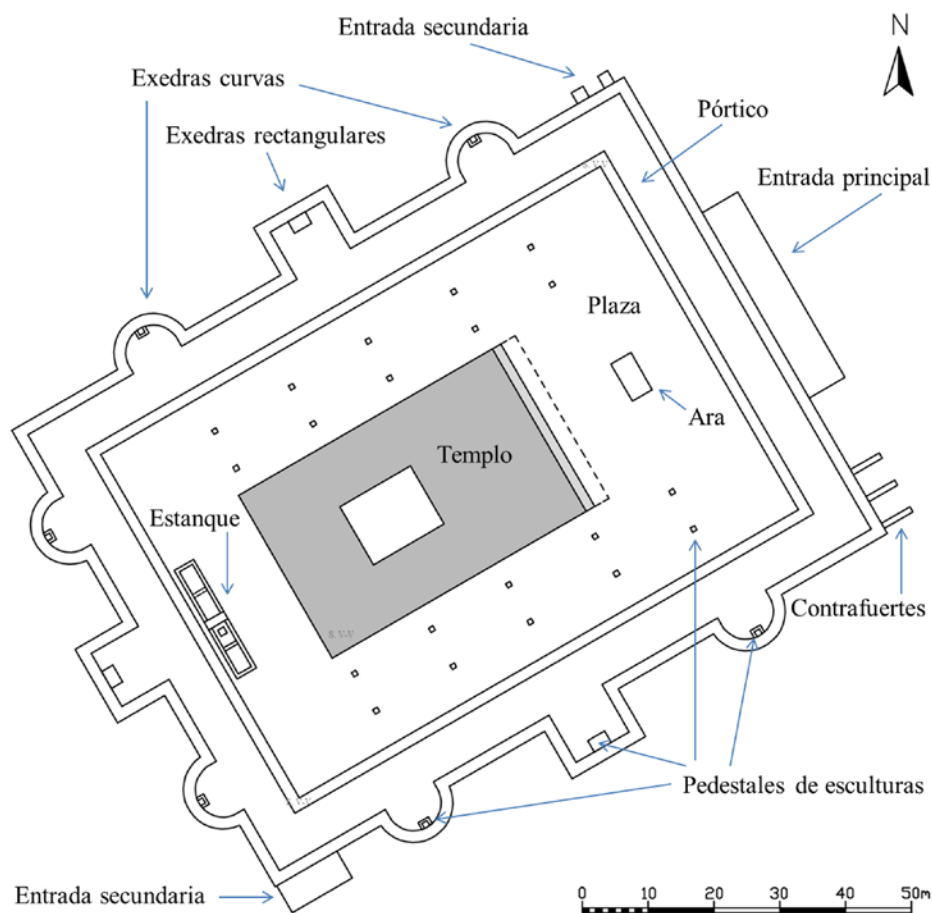


FIG. 3 Planta del Traianeum de Itálica, según (autor).

2. LA PLAZA

El lamentable estado de conservación en el que se encuentra la plaza de *Traianum* no permite definir con mayor precisión su configuración final. Y es que su superficie y su cota de paso original se encuentran arrasadas en su totalidad, dificultando una posible visualización acabada de ella, nunca definida suficientemente bien desde el punto de vista arqueológico. Las dudas en este caso giran en torno a si estuvo pavimentada, configurada como un espacio ajardinado o una combinación de ambas.

Aun cuando la plaza ha perdido su superficie original, el análisis de las cotas actuales puede arrojar algo de luz, aunque no datos del todo concluyentes. Dentro de la plaza el firme o nivel geológico sobre el que se asentó el edificio aflora con mayor certeza en su extremo suroeste, sobre todo en las inmediaciones del estanque, cuyo coronamiento conservado ofrece datos objetivos en relación con el suelo circundante. En este entorno se documenta lo que podrían ser restos de una posible cama de pavimento. Estos puntos serán estudiados convenientemente en un futuro, puesto que, en muchas zonas, las capas de relleno y de áridos vertidos recientemente sobre la plaza distorsionan toda la superficie a analizar, especialmente aquellos puntos que podrían ser definitorios. Si finalmente se confirman los datos en campañas futuras, estos restos permitirían afirmar que la plaza del *Traianum* estuvo al menos en parte pavimentada. En consecuencia, también podríamos descartar la posibilidad de que estuviera pensada y organizada en su totalidad como un gran jardín abierto, posibilidad planteada por nosotros mismos en el proceso de estudio. Obviamente, es prácticamente imposible dilucidar con los datos obtenidos a día de hoy si tuvo o no parterres localizados en puntos concretos, o si parte de ella se configuró con zonas ajardinadas o de tierra batida. Es importante señalar en este punto que el análisis de algunos de los basamentos de esculturas conservados en la plaza pone de manifiesto que se configuraron como elementos aislados, al no mostrar relación con resto de cama de pavimentación alguna.

Si finalmente se demuestra que la plaza pudo estar en parte pavimentada, lo sería por un enlosado mármoleo asentado sobre una cama no muy gruesa y/o elaborada. Esto se deduce por la altura resultante de

la diferencia de cota, de entre 20 y 40 cm, en algunos puntos algo más, existente entre aquellos lugares donde aflora el nivel geológico y la que podría ser la cota de la rasante original de la plaza, establecida por el coronamiento del estanque y el arranque de los pedestales de las esculturas que se distribuyen por ella.

En consonancia con esa idea de plaza pavimentada, al menos en parte o configurada con andenes, se encontraría, igualmente, toda la sistematización o adecuación del espacio que se documenta en la delantera del templo, justo en el entorno de la escalinata de acceso.

3. EL TEMPLO

En cuanto al templo, los datos con los que contamos para su estudio siguen siendo escuetos, como también ocurre con el resto del monumento, dificultando sobremanera un acercamiento a su definición formal y estructural que se aleje de lo puramente hipotético. Lo único que conocemos con certeza son sus cimientos y algunos aspectos de su decoración arquitectónica (León 1988; Márquez 2002; Rodero 2002; Ahrens 2005; Bermúdez 2009; Márquez – Borrego 2021), a partir de algunos restos conservados. Entre ellos destacan fragmentos de sus majestuosos fustes de mármol de Luni (Carrara), estriados y elaborados en tambores, como es habitual en muchos otros edificios de similares características, de los que es ejemplo el *Hadrianeum* de Roma (Jones 1999), además de restos de pilastras acanaladas, igualmente en mármol de Luni (Carrara), de capiteles, de cornisas, etc. Por lo que respecta a la nueva intervención arqueológica, la actividad se ha centrado en el estudio de algunos elementos integrantes de la techumbre del edificio, en indagar sobre la profundidad del cimiento y en el islote de tierra virgen que se dejó en reserva en su interior.

Un estudio concreto se ha centrado en elementos de su techumbre, descubiertos por nosotros en los fondos almacenados de la excavación y en el entorno del edificio. Se corresponden con un fragmento de tégula de mármol, que permite plantear que cada pieza entera pesaría entre 50 y 60 kg, y con algunos ejemplares de ímbrices, con un peso por unidad de en torno a 33 kg (Vargas-Vázquez 2017a: 66-67; 2018: 219). A todo ello habría que sumar las acróteras, de las que contamos con un fragmento que se conserva en el Museo



FIG. 4 Cimiento del templo del *Traianeum*, interrumpido por la carretera que conduce al cementerio de Santiponce. El estanque en la trasera del templo. Foto cortesía Conjunto Arqueológico de Itálica.

Arqueológico de Sevilla (Rodero 2002: 102-103, lám.9), y que Ahrens relacionó con la decoración de un friso (Ahrens 2005: 72-73, L28, taf. 60e-f), y las antefijas, de las que por el momento no hemos encontrado indicio alguno. Otra pieza que podríamos vincular a la cubierta del *Traianeum* es una cabeza de león de mármol, que se podría interpretar como una gárgola, de las que irían encastradas en la cornisa (Vargas-Vázquez 2018: 220-221). Los análisis arqueométricos practicados sobre la tégula, los ímbrices y la cabeza de león, cuyos resultados serán publicados en breve, parecen poner de manifiesto que toda la techumbre del *Traianeum* se configuró en mármol de Luni (Carrara), poniendo de relieve, una vez más, la grandeza y suntuosidad de un edificio cuyo peso, verdaderamente desorbitado, a tenor de los datos del techo y otros elementos de su decoración arquitectónica, recayó sobre un cimiento concebido y elaborado concienzudamente para ello.

Del templo sólo quedan, como ya hemos apuntado, los restos de su losa de cimentación (Fig. 4) y, presumiblemente, las huellas de una de las antas de la escalinata de ingreso. Este espacio se encuentra en la actualidad, en gran medida, bajo la carretera del Cementerio de Santiponce, fijada en el siglo XIX, y que esperamos se pueda excavar en un futuro no lejano. Contamos, por tanto, con indicios claros y evidentes del cimiento del templo, una masa de *opus caementicium* encastrada en el terreno natural en una profundidad de 5,8 m, que hoy conocemos con total seguridad

gracias a los datos obtenidos a partir de un nuevo sondeo realizado en el marco de las nuevas actividades arqueológicas.

La caja estructural que se asocia con el templo tiene unas dimensiones aproximadas de 48 m × 28,5 m, si bien, la losa de cimentación sobre la que se construye tiene en torno a 44,5 m de ancho × 28,5 de longitud × 5,80 metros de profundidad. Delante de ésta se genera un nuevo cimiento, tal vez menos poderoso, de aproximadamente 1,5 m de longitud, proyectado seguramente para redimensionar o reajustar el edificio, de tal manera que pudo servir para soportar el inicio de la caja de escalera, donde no recaería tanto peso. A los pies de este nuevo elemento, se documentan los restos de una canalización que recorre todo el frente del edificio y que aparte de evacuar las aguas de lluvia de esta zona podría sugerir la presencia en el entorno del templo de algún elemento, tipo fuente, en el que el agua fuera la protagonista.

En cualquier caso, sobre la losa de cimentación de *opus caementicium* se alzaría un *podium* de sillares de piedra arenisca, como dejan entrever algunas huellas conservadas, con revestimiento marmóreo, sobre el que definitivamente descansaría el templo. No es posible saber con precisión la altura de este *podium*, pero en función de las dimensiones del recinto no es descabellado pensar que tuviera entre 3 y 5 m.

En el interior del cimiento se reserva, como ya hemos adelantado, un islote de tierra virgen (Fig. 4),

de aproximadamente 10 × 12 m, sin evidencia alguna de construcción sobre él, lo que hemos podido comprobar recientemente a partir de un estudio geotécnico, cuya interpretación agradezco a los profesores Francisco Borja y Cesar Borja, de las universidades de Huelva y Sevilla, respectivamente. Es muy probable que los sillares que conformaron el *podium* del edificio mantuvieran el hueco en todo su alzado, cubriéndose con posterioridad con un forjado o bóveda, sin que podamos discernir si finalmente el interior se rellenó o no. Un ejemplo muy parecido lo encontramos en el templo romano de la Calle Claudio Marcelo de Córdoba, interpretado por J. L. Jiménez Salvador como una solución para ahorrar material pétreo en el centro de la *cella* (Jiménez 1989: 459-460; 1991: 123).

En nuestro caso, el islote es significativo y, aparte de ajustarse al claro deseo de ahorrar esfuerzos y materiales en la construcción del cimiento y del *podium*, no deja de ser inquietante y anima a pensar que, de algún modo, también pudo poseer cierto tipo de significado simbólico, y aunque por el momento se nos escapa del todo, no es descabellado pensar que tuviera que ver con el rito fundacional de la nueva colonia. Esta idea, lejos de parecer una generalidad, invita a la reflexión, pues los restos conservados parecen evidenciar que dicho sector nunca estuvo pavimentado, por lo que es poco probable que fuese transitable y que pudiese servir, entre otras cosas, para guardar el tesoro del templo.

En cualquier caso, pensamos que la posición del islote de tierra virgen, ligeramente desplazado hacia el norte y claramente retranqueado hacia el fondo de la losa de cimentación, sí que puede ser clave para definir con mayor precisión la planta del templo. Esta ha de ser sometida, sin duda alguna, a un análisis métrico preciso, con objeto de establecer las dimensiones de su *cella*, en cuyo centro quedaría el islote, al ser éste el lugar donde menos peso recaería de todo el edificio. La definición de las dimensiones de la *cella*, por un lado, y de la escalinata frontal del templo, en relación con la altura del *podium*, por otro, podrían concretar con mayor acierto la configuración final del edificio.

Junto al cimiento del templo y enfrentado a su escalinata de acceso, se documentó en los años 80 el basamento de un ara, actualmente no visible, y parte de los elementos de su decoración arquitectónica (León 1988: 43-44).

4. EL ESTANQUE

El estanque es quizás el elemento mejor conservado de todo el complejo edilicio (Fig. 5), seguramente por tratarse de una estructura construida bajo la rasante. P. León (1988) interpretó en su momento que se trataba de una estructura cubierta para almacenar agua, pero ahora podemos asegurar que estuvo a la vista y en uso durante el funcionamiento del santuario y que muy probablemente formó parte de su aparato escenográfico, simbólico y funcional. Se trataría, por tanto, de un estanque que completaría el repertorio ornamental de la trasera del recinto, y que podría estar relacionado, además, con actividades cultuales y rituales vinculadas con el santuario, especialmente con el templo y más probablemente con la exedra a la que se enfrenta (Escacena – Esteban – Vargas-Vázquez 2021: 236-237). Este tipo de estanques asociados a templos es de sobra conocido en el mundo romano, constituyendo ejemplos claros en Hispania, entre otros, los documentados en Écija (García-Dils – Ordoñez – Rodríguez 2012), Munigua (Hauschild 1991) y Mérida (Álvarez – Nogales 2003; Nogales – Álvarez 2005; Nogales – Álvarez 2006).

De forma rectangular, con dimensiones totales de 19,20 m × 3,60 m, incluidos los muros perimetrales, su estudio pormenorizado revela que se proyectó como una estructura dividida en cuatro sectores rectangulares, con dimensiones internas de 4 m × 2,40 m de ancho, salvo el primero del sector sur, a partir de la división central, que tiene 3,54 m × 2,40 m, reducidos con posterioridad a tres, con dimensiones aproximadas de 8,55 m × 2,40 m, 3,54 m × 2,40 m y 4 m × 2,40 m (Fig. 5). En algunos puntos se conserva el coronamiento del estanque con el revoco de mortero hidráulico, siendo este detalle de singular importancia para deducir la cota de suelo de la plaza. Las diferentes capas de mortero hidráulico que revisten sus paredes y suelos evidencian, además, otras reformas y un uso prolongado en el tiempo, sin que podamos descartar la posibilidad de que en origen estuvieran recubiertas con placas de mármol.

Otro dato completamente novedoso relacionado con esta estructura tiene que ver con la presencia de una abertura cuadrada que se localiza en el primer compartimento del sector sur, cuyo fondo se encuentra roto y saqueado (Fig. 6), quizás como fruto de

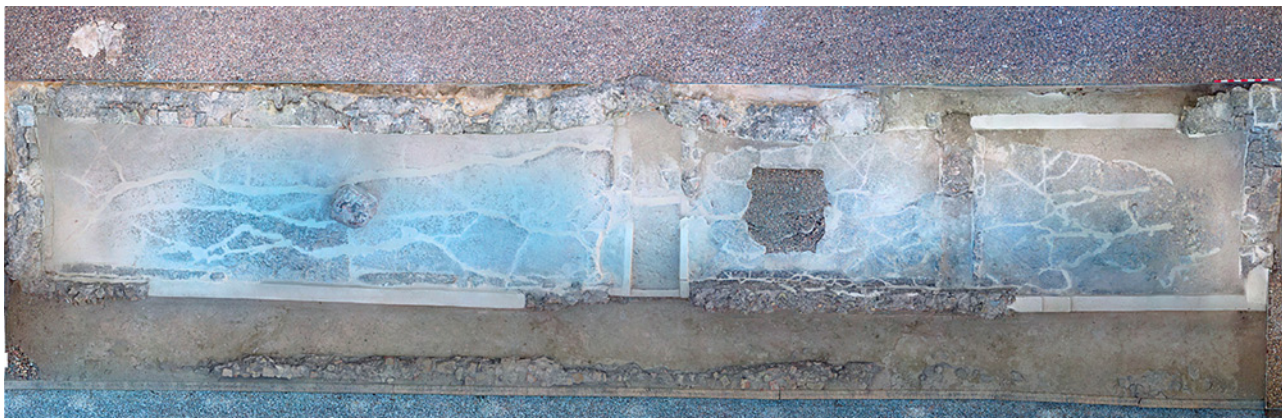


FIG. 5 Ortofoto y vista general del estanque. Foto (autor) y A. López Núñez.

la búsqueda de tuberías de plomo por parte de los expoliadores. Aun cuando su interpretación no está cerrada, esta huella podría suponer la evidencia de un basamento destinado a acoger algún elemento escultórico o decorativo que aportara mayor suntuosidad y simbolismo a toda esta parte del edificio. Un estudio reciente abre la posibilidad de que quizás en este estanque o en sus inmediaciones pudiera estar representado el dios Océano, en clara relación con la representación imperial que se encontraría presente en la exedra rectangular a la que se enfrenta (Escacena – Esteban – Vargas-Vázquez 2021: 237-238). Como se puede ver en la imagen, el hueco no ocupa el centro del estanque, sino que está desplazado hacia el sur. Este hecho viene motivado porque la división central de la estructura se genera con el paso de la cloaca que

canaliza las aguas de la parte trasera del templo. Además, si pensamos que pudo haber un elemento fijado al fondo y este sobresalía del estanque, su posición descentrada podría explicarse para no obstaculizar la visión desde la plaza de la imagen colosal de culto que presidiría la exedra.

La división central del estanque queda definida por la propia canalización que trae las aguas de la parte trasera del templo para evacuarlas por uno de los ramales principales que discurre en paralelo y a los pies del pórtico oeste. Esta división tendría una anchura de 1,30 m, aproximadamente, sin que se haya podido concretar si sobre ella, a nivel de la plaza, tuvo algún desarrollo en alzado, o si sostuvo algún tipo de elemento ornamental de referencia que hiciera igualmente juego con la exedra rectangular a la que se



FIG. 6 Base cuadrada localizada en uno de los compartimentos del estanque. Foto (autor).

enfrenta. No cabe duda de que esta exedra y el estanque se encuentran relacionados y que es muy probable que entre ambos existiera una comunicación que hoy se nos escapa. En cualquier caso, sí que es cierto que estos dos elementos constituyen los referentes más destacados visualmente de la trasera del edificio, que se completaría con las dos exedras semicirculares que, dentro del pórtico, se abren a izquierda y derecha de ellos.

El estudio de este estanque es, por tanto, de importancia para entender la vida del edificio, puesto que es prácticamente la única evidencia que refleja diferentes etapas y un uso y mantenimiento continuado en el tiempo, sin que podamos dilucidar a día de hoy fechas concretas que indiquen el momento de abandono de aquel y del *Traianeum* en general. Sabemos que el santuario se construye en época adrianea, pero no tenemos datos certeros que ayuden a vislumbrar ni el momento de su abandono ni los cambios que pudo sufrir a lo largo de su vida.

5. EL PÓRTICO

De la configuración final de las galerías del pórtico del *Traianeum* pocos datos tenemos, pues de ellas sólo se conservaban, como en el caso del templo, parte de sus cimientos y algunos restos de la cama del pavimento de la galería, hoy difícilmente visibles por motivos de las actuaciones modernas de “musealización” desarrolladas en el edificio.

También conocemos algunos materiales de su techumbre, concebida, como pasara con el templo, en mármol blanco de grano fino, probablemente Luni (Carrara), como atestigua, entre otros, un ímbrice localizado bajo el derrumbe de los sillares del muro perimetral del edificio (Vargas-Vázquez 2017a: 59; 2018: 218).

Por lo que respecta al nivel de uso, lo podemos definir a partir de las cotas máximas conservadas en los espacios interiores de la exedra rectangular de la galería oeste, y las de la exedra este de la galería sur, más fiables que las anteriores, puesto que su base no se encuentra disgregada. En este último caso se conserva, además, parte de la cama del pavimento que incluye, incrustadas, placas de pizarra utilizadas para la nivelación del enlosado de mármol. Si establecemos que este último debió poseer un grosor de al menos cinco centímetros y damos por hecho, supuestamente, que el suelo de las galerías del pórtico y el de las exedras estuvieron al mismo nivel, la diferencia de cota entre la plaza y el pórtico sería de entre 50 y 60 cm, lo que anima a pensar que la misma se salvaría con la existencia de, a lo sumo, dos o tres escalones. Una cuestión de importancia a resolver durante las excavaciones de 2016-2017 fue la confirmación de la existencia o ausencia de su galería frontal o galería este. Aunque fue asumida en la propuesta inicial, no fue lo suficientemente documentada como para tener



FIG. 7 Baza de columna del pórtico. Foto (autor).



FIG. 8 Fragmentos de fustes de mármol cipollino, arriba, y de mármol portasanta, abajo. Foto (autor).

certeza y era cuestión de interés despejar la duda de cara a aportar solidez a tan relevante monumento. Pues bien, con esta nueva intervención arqueológica se pudo excavar el extremo norte del cimientado de su perístasis frontal hasta en 6 m, comprobándose perfectamente que continuaba hacia el sur. Las medidas y características resultantes eran coincidentes con las de los cimientados de las galerías norte, sur y oeste, permitiendo confirmar su existencia y reafirmar el dato ofrecido en los años 80, a partir del cual se establece que el pórtico poseía cuatro galerías que circundaban y delimitaban la plaza.

Con respecto a su columnata, el cimientado no presenta huella alguna que permita recomponer la localización y distribución exacta de sus columnas, a juzgar por los datos obtenidos en los años 80. Es probable que este fuera *hecatostylon*, como en el caso de la Biblioteca de Adriano en Atenas, retomando el paralelo aportado por P. León en su día (véase, además: Alarcón – Montero 2020; León 2021: 189-211). Sólo una basa de columna se pudo rescatar en una localización más o menos segura. Se trata de una de las basas de la columnata frontal del pórtico (Fig. 7), elaborada en mármol de Luni (Carrara), material en el que también irían desarrollados los capiteles. En cuanto a los fustes, tenemos dos tipos entre los restos del *Traianeum* que podrían formar parte de las columnas del pórtico, los de *cipollino* y los de *portasanta* (Fig. 8). Una muy reciente intervención desarrollada en el fondo del estanque ha permitido extraer un importante paquete de restos marmóreos procedentes del momento de expolio del edificio, en el

que se documentan, principalmente, fragmentos de un mármol blanco de grano muy fino, presumiblemente Luni (Carrara), y lascas de *cipollino*. Teniendo en cuenta que el estanque se localiza a los pies del pórtico, es lógico pensar que todos esos fragmentos proceden del derrumbe y/o saqueo de sus elementos constitutivos y que, en consecuencia, fueran los fustes de *cipollino* los que formaran parte de sus columnas. Restos semejantes a los señalados fueron extraídos por P. León en los años 80 en el entorno de los pórticos, por lo que la evidencia arqueológica parece despejar dudas al respecto. Por su parte, los fustes de *portasanta* serían, como también apuntó en su momento la Profesora León, los que sustentaban la techumbre del *propylon* de entrada al edificio, aunque también pudieron estar distribuidos por otras partes del complejo, en función de la dispersión de fragmentos por otras zonas del yacimiento. En el caso del *propylon* de entrada, la constatación arqueológica queda patente si tenemos en cuenta que gran parte de esos fustes fueron encontrados caídos sobre el *cardo* máximo, a los pies de esta estructura, según observaciones del momento (León 1988: 58).

6. LAS ENTRADAS

Como ya hemos señalado, el edificio contaba con una gran entrada monumental, localizada en su frente este. Una estructura que requiere de una profunda revisión y sobre la que estamos trabajando actualmente, teniendo en cuenta principalmente que

sus restos conservados ponen de manifiesto que se encontraba cerrada en la parte inferior, casi a cota de calle, ofreciendo una imagen que difiere de la ofrecida hasta ahora, basada en dos grandes escalinatas de acceso abierto (León 2021, 197 y 199), delimitadas por antas o pretilos inclinados, que desde el sur y el norte suben sin interrupción buscando el descanso o desembarco superior y, con éste, el ingreso principal al santuario.

Junto a la entrada monumental el edificio poseía dos ingresos secundarios, localizados en los extremos este y oeste de las galerías norte y sur del pórtico, respectivamente. Del ingreso de la galería norte sólo queda parte de lo que serían sus fundamentos, ningún elemento más que permita intuir una visión significativa del mismo, si bien la cercanía con el frente principal del edificio hace pensar que no debió de estar exenta de cierta monumentalidad. Esta es, además, la entrada más cómoda al edificio, pues se localiza en un punto en el que la diferencia de cota entre la calle y el pórtico sería mínima. Esta circunstancia, junto con su proximidad al ara, hace posible interpretarla como el servicio más adecuado para la introducción de los animales destinados al sacrificio, al menos de aquellos que formaron parte del acto fundacional del edificio. Idea que con anterioridad pensamos se pudo producir por el acceso secundario localizado en el pórtico sur, en base a que es posible que parte de él se desarrollara en rampa, y por ser el ingreso más alejado de la zona monumental del complejo edilicio. En el caso de esta última entrada, los restos conservados son más sustanciales. De ellos se deduce que, pese a ser un acceso secundario, gozó de cierta monumentalidad, dando fe de que en el grueso del edificio no se descuidó ninguna de sus partes. Junto a todo ello, como ya hemos adelantado, la nueva actividad arqueológica ha resaltado la posibilidad de que su escalinata se desarrollara parcialmente en rampa, aunque este aspecto no queda muy claro y habrá que corroborarlo con exactitud.

7. LAS EXEDRAS DEL PÓRTICO

Como es bien sabido, el *Traianeum* alterna dos exedras semicirculares y una rectangular en sus pórticos norte, sur y oeste (Figs. 3 y 14), siendo la verdadera



FIG. 9 Cimiento del basamento para escultura de la exedra semicircular noreste. Foto A. López Núñez y (autor).

definición de las dimensiones de las rectangulares y el descubrimiento de los cimientos de los basamentos que las presidía, documentados en las exedras norte y oeste, la aportación más relevante de las últimas excavaciones arqueológicas.

De las exedras semicirculares se conservan los fundamentos, en algunos casos muy saqueados, y gran parte de la cama del pavimento y el arranque del pedestal que presidía la exedra este de la galería norte, cuya plataforma final, de unos 80 × 80 cm, tiene como base un cimiento de 1,60 m × 1,20 m, aproximadamente (Fig. 9). En el caso de la exedra oeste del pórtico sur, todo su interior se encuentra resuelto con relleno de *caementicium*, como también ocurre con la rectangular del mismo pórtico, siendo ambas exedras las únicas de todo el complejo que se construyeron siguiendo dicha técnica edilicia.

En el caso de las exedras rectangulares de las galerías norte y oeste, hemos podido documentar, como ya se ha señalado, los cimientos de sus pedestales, cuyas dimensiones oscilan entre 1,80 m y 2 m de fondo por 2,80 m y 2,90 m de longitud (Fig. 10), por lo que establecemos unas medidas finales de aproximadamente 2 m × 3 m, si tenemos en cuenta que el basamento de sillares que apoya sobre el cimiento iría revestido de mármol. La potencia del fundamento en ambos casos es de unos 80 cm. En el caso de la exedra sur, el cimiento del basamento de la escultura no se ha conservado, sencillamente porque es muy probable que no existiera de la manera que lo vemos en las otras dos exedras, dado que, al ocupar una zona de gran desnivel, todo su interior se desarrolló en *caementicium*,



FIG. 10 Cimiento del basamento para escultura de la exedra rectangular oeste. Foto A. López Núñez y (autor).



FIG. 11 Antebrazo procedente del *Traianum* de Itálica. Foto (autor).



FIG. 12 Fragmento de dedo meñique procedente del *Traianum* de Itálica. Foto (autor)

descansando dicho elemento directamente sobre esta potente base.

En cuanto a los basamentos, hoy sabemos que se levantaron con sillares, gracias a las huellas conservadas en el cimiento de la exedra rectangular oeste (Fig. 10). Así ocurre con el de la sala del coloso del Foro de Augusto en Roma (Ungaro 2004; Ungaro – Milella – Vitti 2004), y aunque menores que el de este último, podríamos aventurar que fueron igualmente ideados para soportar estatuas de grandes dimensiones. No

hay que olvidar, en ese sentido, que en el *Traianum* se encontraron dos fragmentos de estatuas colosales que se diferencian claramente entre sí en lo que a módulo se refiere. Nos referimos concretamente a un antebrazo de 1,70 m de longitud (Fig. 11) y a parte de un dedo meñique que supera los 30 cm y que se corresponde con la primera falange y el arranque de la segunda (Fig. 12). Junto a estas piezas se hallaron otros restos escultóricos, aunque de menor módulo o tamaño, destacando una mano que, si bien corresponde a una pieza mayor que el natural, nada tiene que ver con las dimensiones de las anteriores (Fig. 13). Este último fragmento, que podría pertenecer a una escultura de entre 3 y 4 m, podría encajar perfectamente, entre otros lugares, en las exedras semicirculares de los pórticos.

Aunque los restos conservados de las dos primeras piezas, antebrazo y dedo (Figs. 11 y 12), dificultan cualquier ejercicio de modulación que pretenda esclarecer las dimensiones reales de las estatuas a las que pertenecieron, es obvio que ambas formaron parte de estatuas colosales y que en el caso de que no estuvieran pensadas como representaciones sedentes, la del antebrazo podría girar en torno a los 9 m de altura, siendo la del dedo de un tamaño mayor. Este dato, junto con las dimensiones de los basamentos de las exedras rectangulares, invitan a la reflexión sobre el tipo de estatua que pudieron soportar sobre ellos, atendiendo principalmente a los pesos que podrían



FIG. 13 Fragmento de mano procedente del *Traianum* de Itálica. Foto (autor).

aguantar unos cimientos cuya potencia gira en torno a los 80 cm, aunque tampoco debemos perder de vista, a este respecto, la existencia y uso de acrolitos, estatuas con núcleos de madera pensados para ahorrar material y aligerar los pesos. Por otra parte, se hace necesario un ejercicio profundo que indague en la altura que pudieron tener dichas exedras.

Junto a los datos anteriores, los resultados más reveladores de las nuevas intervenciones arqueológicas giran, como decíamos más arriba, en torno a las nuevas dimensiones de las exedras rectangulares, al poner de manifiesto la existencia de variaciones métricas considerables con respecto al trazado de la planta generada en los años 80. Se trata de diferencias muy notorias entre el fondo de las exedras semicirculares y las rectangulares que dan como resultado una nueva visión del monumento, con claras implicaciones para la comprensión de la relación del edificio con su entorno urbanístico y para el conocimiento de su configuración arquitectónica y de su propio significado simbólico.

En el caso de las exedras semicirculares los cambios documentados son menos notorios, puesto que, si en la planta de los años 80 mostraban un fondo interior de aproximadamente 4,30 m, en realidad lo son de en torno a 5,50 m, siendo el ancho del muro exterior o perimetral en ambos casos de más/menos 1,50 m. Se produce, por tanto, una variación importante de documentar pero que tampoco va a implicar cambios sustanciales, ni en lo estético, ni en lo funcional, ni en la relación del edificio con su entorno urbano inmediato.

Por el contrario, las diferencias detectadas en las exedras rectangulares sí que son mucho más significativas, al rondar su fondo los 8 m, en lugar de los 4,30 m que muestran en el modelo inicial. Esta particularidad sí va a generar cambios más perceptibles en la planta final del monumento, en su estética y en su relación con el entorno urbano en el que se inserta, permitiendo plantear, al mismo tiempo, nuevas incógnitas y/o propuestas relacionadas con su significado. El nuevo descubrimiento de las mayores dimensiones de las exedras rectangulares podría poner de relieve, además, que éstas no sólo destacaran en lo que al fondo de los espacios se refiere, sino también en altura. En consecuencia, las columnas que las presidían en el pórtico también pudieron destacar de alguna manera,

modificando enfáticamente la visión unitaria de la columnata del pórtico.

Las diferencias métricas documentadas, importantes para entender mejor nuestro edificio, no son una particularidad del *Traianeum*. Está constatado que era algo común en la arquitectura romana, como ponen de manifiesto ejemplos como el Panteón de Agripa, en el que se produce un cambio no en el fondo de las exedras, pero sí en la longitud, mayor en el caso de las rectangulares. En este caso, las exedras no están vinculadas a un pórtico, pero el ejemplo es suficientemente significativo. En el Pórtico de Octavia también se pueden ver diferencias métricas entre la longitud de las exedras rectangulares y las semicirculares, siendo las primeras mayores que las segundas, salvo una de ellas, que es ligeramente más pequeña. Otro de los edificios con exedras semicirculares y rectangulares en los pórticos es el hallado bajo las Termas de Diocleziano en Roma, interpretado como el *templum gentis Flaviae* (Candilio 1990-1991; Candilio 1995, *apud* La Rocca 2009). En este último caso las exedras cuadrangulares son ligeramente más pequeñas que las semicirculares (La Rocca 2014: 65). Los ejemplos expuestos son sólo una muestra representativa que ayudan a entender que no hay unas pautas de funcionamiento únicas ni dominantes, y que la elección de una fórmula u otra, especialmente en lo que respecta a la aplicación de dimensiones distintas en las exedras de un mismo edificio, pudo estar relacionada, aparte de con criterios estéticos, con su funcionalidad y/o con unas necesidades de uso concretas (Vargas-Vázquez 2017b: 186-187). Un aspecto que parece tomar relevancia, como veremos más adelante, en el caso del *Traianeum* de *Italica*.

Lo primero que detectamos con estos cambios métricos es la pérdida de la homogeneidad que hasta ahora se pensaba existía entre las exedras rectangulares y semicirculares del *Traianeum* (Figs. 3 y 14). La nueva planta varía de manera considerable desde el punto de vista estético, y es que desde el exterior la percepción de esos espacios invadiendo las calles de manera tan notoria debió de ser impactante, al mostrar mucho más volumen que las exedras semicirculares, en lo que al fondo se refiere. Probablemente también en alzado, pues cabe la posibilidad de que superaran en altura a las exedras semicirculares y al resto del tejado del pórtico, como hemos comentado.

Hoy sabemos que las exedras semicirculares invadían las calles algo más de cinco metros, ocupando y anulando las aceras porticadas, y, aun así, podríamos decir que el problema sigue siendo prácticamente inexistente. Sin embargo, la cosa cambia de manera notoria en el caso de las exedras rectangulares, que llegan a invadir las calles hasta en 8 m (Vargas-Vázquez 2017b: 186-187).

8. RELACIÓN ENTRE EL EDIFICIO Y EL URBANISMO

Desde el punto de vista urbanístico, los cambios mencionados afectan considerablemente al viario circundante, puesto que las exedras rectangulares invadían las calles no en 4, como se pensaba anteriormente, sino en torno a 8 m (Figs. 3 y 14).

Esta particularidad es interesante si tenemos en cuenta que en el nuevo barrio adrianeo contamos con dos tipos de vías, las grandes, de unos 17 metros de ancho, 9 m de calzada más 4 m de aceras porticadas, y las pequeñas, de unos 14 m, entre 5,50 m y 6 m de calzada más 4 m de aceras porticadas, y que lo más lógico es pensar que fueran estas últimas las que se construyeran en los flancos norte, sur y oeste del *Traianeum*. Si esto último hubiera sido así, el problema habría sido manifiesto pues con las dimensiones que hoy sabemos que tienen las exedras rectangulares, se hubieran producido estrechamientos o embudos en las vías a la altura de éstas, donde quedaría apenas 1 m de calzada y los 4 m de la acera porticada de enfrente (Vargas-Vázquez 2017b: 187). Ante esta situación, no podemos más que preguntarnos por las soluciones programadas en el proyecto original para evitar precisamente esos inconvenientes. La planta de los años 80 no hacía evidente esta problemática, puesto que, al sobresalir todas las exedras en torno a 5 m, el espacio de la calle invadido se correspondería más o menos con el de las aceras que contorneaban al edificio, quedando libre la mayor parte de la calzada y la acera porticada de enfrente.

El análisis de todo el conjunto, edificio y calles pone de manifiesto que el proyecto o planificación urbanística original de la ciudad contempló, claramente, las dimensiones de las exedras rectangulares. Y es que para evitar los mencionados estrechamientos se dotó

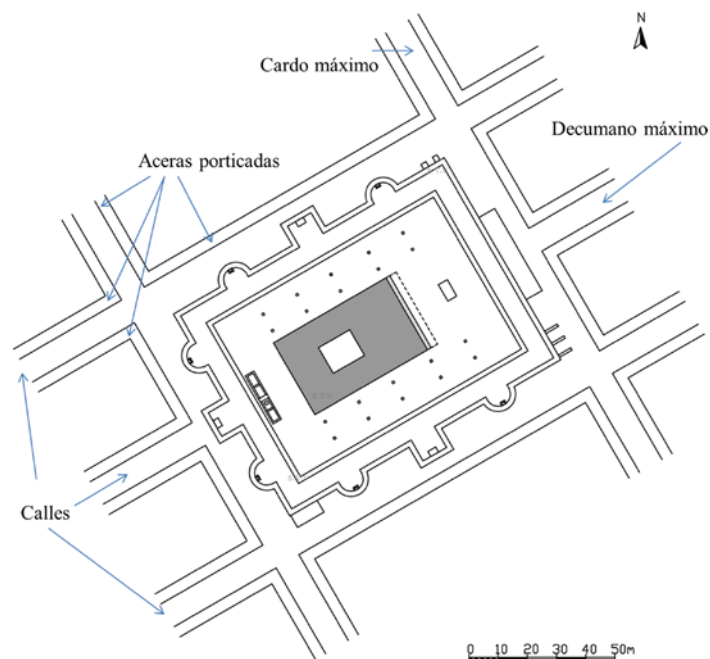


FIG. 14 Planta del *Traianeum* de Itálica representada con el entramado de calles colindantes Según (autor).

a todo el entorno del santuario de calles anchas, del tamaño del *cardo* y el *decumanus* máximos, cuyos trazados se cruzan justo en la delantera del edificio, quedando ahora, a la altura de las exedras rectangulares, en torno a 5 m de calzada libre más los 4 m del pórtico de la acera del otro flanco de la calle (Fig. 14). La solución tomada no sólo evitó la generación de estrechamientos y/o embudos en las vías, sino que además proporcionaba visibilidad y protagonismo al edificio, resaltando, en último término, su importancia dentro del entramado urbano de la ciudad. Al mismo tiempo posibilitaba la salida, desde el frente del santuario, de tres grandes avenidas en dirección este y hacia el río, buscando muy probablemente la creación de un juego visual entre éste y el monumento, por mucho que la muralla, más baja, se interpusiera entre ambos (Vargas-Vázquez 2017b: 187; sobre la orientación del edificio véase Escacena – Esteban – Vargas-Vázquez 2021). Tres grandes avenidas cuyo esplendor se vería reforzado por elementos monumentales, escenográficos, iconográficos, etc., que se distribuirían entre ellas y por su entorno más inmediato, como es el caso, entre otros, de la estructura que yace en parte volcada en la ladera que, desde el este, remonta hacia el *Traianeum* (Fig. 15), aún por definir desde el punto de vista arquitectónico y que requiere de una profunda revisión arqueológica. A ella se podrían sumar otros elementos



FIG. 15 Estructura localizada al este del *Traianum*. Foto (autor).

que se distribuyen por las calles cercanas, fuentes y posibles basamentos de esculturas, así como el conocido hasta hoy como “*tetrapylon*” (León 2021: 169), localizado en el cruce del *cardo* máximo y el *decumanus* que discurre por el lateral norte del *Traianum*.

El supuesto “*tetrapylon*” representa una estructura cuya configuración arquitectónica nunca se ha abordado con precisión. Como en el caso de la entrada principal del santuario, sobre ella estamos trabajando actualmente y adelantamos que los elementos conservados y visibles parecen poner de manifiesto que, lejos de permitir un desarrollo en arco (León 2021: 169), constituye un cruce de vías pensado para salvar el desnivel, seguramente por medio de escalinatas³, de las calles que a distintas alturas confluyen en ese punto, consecuencia una vez más de la localización particular en la que, como veremos, se construyó el *Traianum*. De ahí, su importante cimiento de *caementicium*, pensado para sustentar los grandes sillares que proporcionaban a la obra la cota deseada para la plataforma que constituía el encuentro de las calles. En el centro de dicho cimiento se conserva un gran sumidero conectado directamente con las cloacas

que pasa por debajo, evidenciando que la estructura se encontraba al aire libre. En sus esquinas noroeste, noreste y sureste se conservan, además, las huellas de tres pilares, responsables de su interpretación como *tetrapylon*, cuya localización deja claro que son las bases o asientos de los pilares que sustentan los pórticos de las calles que confluyen en ese punto, faltando un cuarto que debería estar ubicado en la esquina suroeste de la estructura, justo la que se enfrenta al ángulo noreste de *Traianum*. La ausencia de este cuarto pilar tiene fácil explicación, y es que nunca existió como tal, pues en los laterales del *Traianum* no había pórticos.

Volviendo al viario, el hecho de que las dimensiones de las calles que envuelven al edificio no se ciñeran exclusivamente a su entorno inmediato, sino que se prolongaran a lo largo de toda la ciudad, pone de relieve que la trama urbana del nuevo barrio adrianeo responde a un proyecto unitario, meditado y bien definido desde su origen. El proyecto dejaba poco margen a la improvisación y resaltaba de manera muy notoria el carácter simbólico del edificio, al reflejar claramente que el *Traianum* se concibió como punto neurálgico y principal a partir del cual se iba a distribuir y articular el resto de la trama urbana de la nueva ampliación de la ciudad (Vargas-Vázquez 2017b: 187).

³ Elemento que pondría de relieve la imposibilidad del tránsito de carros por este punto concreto de la ciudad.

9. LOCALIZACIÓN DEL EDIFICIO DENTRO DE LA NOVA URBS

A todo lo anterior se suma el hecho de que el santuario se construyera en el que quizás fuera el punto topográfico más difícil del entorno (Fig. 2). En ese lugar se produce una caída de cota tal que obligó a los arquitectos a construir un balcón o plataforma artificial sobre la que montar todo el extremo sureste de un edificio que en parte iba a sobrepasar y “volar” sobre la ladera.

Pero esa localización en la que se encuentra el edificio no es nada fortuita, antes bien es meditada y programada, pues a pesar del sobre-esfuerzo que supuso para su construcción, es evidente que con ello se buscó aportar visibilidad, realce y protagonismo al santuario. Y es que detrás de dicho proceder es muy probable que se encontrara el deseo, por parte de sus promotores, de crear un frente escenográfico impactante que emulara en cierta medida a los grandes santuarios helenísticos y orientales. Modelos que también fueron usados para aquellos santuarios republicanos como el de Hércules en Tivoli o de la Fortuna Primigenia en Praeneste, e incluso para el cercano santuario de *Munigua*, de una fecha más avanzada que los anteriores. Un frente escenográfico que a su vez fuera visible no sólo desde la cercanía y/o desde aquellos puntos más destacados de la ciudad, como la zona localizada en la terraza superior del teatro, sino sobre todo desde puntos alejados y muy especialmente desde las ciudades localizadas al este de *Italica*, donde mira y se orienta el edificio, enfrentándose al *Baetis* y a gran parte de su campiña. En este sentido, la sorpresa y admiración que debía provocar la visión del santuario no debió de ser poca, sobre todo para aquellos que, sin esperarlo, lo divisaban al remontar el río aguas arriba. A todo ello contribuyó, con fuerza, la imagen acabada del templo, concebido como una gran mole de mármol (Vargas-Vázquez 2017a; 72; 2017b: 184, 187; 2018: 222).

Con ello, *Italica* daba muestra, una vez más, de riqueza y esplendor, y de ser digna patria de los emperadores. Una ciudad que, con la construcción del nuevo barrio adrianeo y el *Traianeum*, absolutamente monumentales, con las reformas programadas en la ciudad vieja (Jiménez Sancho – Rodríguez – Izquierdo 2013; Rodríguez Hidalgo – Jiménez Sancho 2015), y con el proceso claro de refundación que sufre (véase en ese sentido Caballos 2019; Cortés 2022a y b), fue capaz de medirse con

las grandes ciudades del imperio. Una ciudad *neokora*, capaz de competir por el título de metrópolis provincial.

Por otra parte, que el edificio se construyera en una zona complicada, en lugar de hacerlo en un punto más llano y estable, cosa que se hubiera conseguido sólo con retranquearlo unos cuantos metros hacia el oeste, tenía el claro propósito de generar un frente limpio y nítido. Se evitaba con ello que las edificaciones que se iban a construir delante de él, de carácter doméstico, actuaran de pantalla y lo pudieran ocultar, puesto que todas ellas estarían a una cota más baja, tapando, como mucho, la plataforma o balcón en el que se apoyaba y, si acaso, parte del muro exterior del pórtico. El templo, en ese sentido, sobresaldría por encima de todas ellas (Vargas-Vázquez 2017b: 187).

La plataforma o balcón que se crea para soportar parte del edificio permite, asimismo, indagar en el proceso constructivo del complejo edilicio. Parece lógico pensar que lo primero que se construye es su perímetro exterior, reforzado desde el origen con contrafuertes en su extremo sureste, punto donde se genera el mayor desnivel entre la calle y la cota de uso del edificio. Es muy probable que el gran hueco generado en esta esquina, con la construcción del muro exterior, se rellenara con las tierras que a posteriori se extraen del rebaje de los cimientos del templo⁴, sin que se haya podido documentar a día de hoy posibles subestructuras internas de contención.

10. SIGNIFICADO

Las novedades aportadas por esta nueva intervención arqueológica van más allá de los datos ofrecidos, y nos invitan irremediamente a reflexionar sobre el significado del edificio. Y es que el cambio que se produce entre las exedras rectangulares y las semicirculares del *Traianeum* rompe por completo, aunque sin menoscabo de la armonía y simetría que imperan en el edificio, la linealidad que hasta ahora se creía que tenía y que sí se mantiene, en cambio, en la Biblioteca de Adriano en Atenas (véase la planta en Travlos 1971; 1981, actualizada en Corcella – Monaco – Nuzzo 2013: 116, 118-119, fig. 1-3; confróntese además La Rocca 2009: 224 y 2014).

⁴ Sobre este tema estamos realizando un estudio pormenorizado que profundiza en los volúmenes de material movido y en la mano de obra utilizada en la construcción del cimiento del edificio.

Al mismo tiempo, el cambio que se produce en las exedras del *Traianeum* también invita a reflexionar sobre las razones que motivaron al propio Adriano a evitar, en su construcción, la variante contemplada para Atenas. En este caso, podríamos asegurar sin reservas que la tipología elegida para el santuario italicense tuvo que responder a razones de peso, principalmente de carácter funcional, máxime si tenemos en cuenta que sus exedras, y con ellas todo el edificio, condicionaron como ya hemos visto el viario urbano del nuevo barrio adrianeo.⁵

Quizás, una de esas razones esté en el contenido y significado de las exedras rectangulares, y en la necesidad de generar tres grandes espacios concebidos a modo de *sacella* o *aedes*, dotados de gran protagonismo dentro del edificio y programados para acoger imágenes de culto de primer orden y significado. En este sentido, y aunque no podamos descartar del todo que pudieran actuar como espacios independientes, es posible que, en origen, tanto el culto como las imágenes principales o titulares asociadas a estos espacios siguieran un hilo conductor o programa en consonancia con el resto del santuario. En este caso, podría tomar relevancia el culto a la propia dinastía, con la presencia en el santuario, aparte de *Divus Traianus*, de *Divus Nerva*, *Divus Traianus Pater* y el propio Adriano (Vargas-Vázquez 2017a, 187-188; León 2021, 225-228). Aunque esta propuesta no deja de ser una hipótesis para cuya definición no contamos, actualmente, con datos concluyentes.

En consecuencia, lo que se deriva de este nuevo descubrimiento es que el templo y su *cella* constituirían el espacio principal de culto del *Traianeum*, pero éste, aparte de las posibles capillas que pudiera contener en su interior y de las exedras semicirculares, pudo contar con otros tres grandes espacios de culto distinguidos. Serían las tres exedras rectangulares, cuyo acabado final debió tener un protagonismo decorativo similar al de la sala del coloso del foro de Augusto en Roma (véase: Ungaro 2004; Ungaro – Milella – Vitti 2004), dominadas por sendos basamentos que, adosados al centro de sus muros traseros, estaban

destinados a acoger estatuas colosales, mucho mayores que el natural, a tenor de sus medidas, en torno a 3 m de frente por 2 m de fondo (Fig. 10).

Pese a que actualmente no tenemos ningún dato fiable sobre la decoración de las exedras del *Traianeum*, el reciente descubrimiento de los cimientos de los basamentos antes citados es tremendamente significativo y permite que la comparación con la sala del coloso del Foro de Augusto en Roma sea viable, aunque sólo sea como mera aproximación, teniendo siempre presente que esta última es ligeramente más grande que las del santuario italicense.

Finalmente, sólo nos queda apuntar que, si realmente el edificio se concibió en origen como un santuario dinástico de culto imperial, teniendo en cuenta que durante su uso pudo verse sometido a cambios, no sólo estéticos, sino también relacionados con el culto, no cabe duda de que *Divus Traianus* debió ocupar un papel protagonista dentro de él. Y ello en función de sus lazos con la ciudad y como iniciador de la carrera imperial de los italicenses. Esta propuesta se ha visto reforzada recientemente a partir del estudio de la orientación celeste del edificio (Escacena – Esteban – Vargas-Vázquez 2021: 238). El Profesor Cortés Copete defiende, en cambio, la posibilidad de que el edificio pudiera estar dedicado al propio Emperador Adriano (Cortés 2010).

11. LA VIDA DEL TRAIANEUM

Las reformas que se han detectado en los revestimientos del estanque nos han aportado alguna de las escasas evidencias conservadas de la evolución temporal del complejo, aunque sin mayores precisiones cronológicas⁶. Un dato que podría arrojar algo de luz a este

⁵ En el caso de *Italica*, es probable que la palestra de las termas mayores repita esa alternancia de exedras semicirculares y rectangulares. Nuestro proyecto, centrado en estos momentos en ese edificio, tratará de desvelar en la manera de lo posible, si en este caso, de confirmarse la existencia de las exedras, se optó por una u otra fórmula. Sumamente interesante sería que *Italica* concentrara las dos variantes.

⁶ El análisis del registro arqueológico desarrollado en los años 80 no pudo aportar datos concluyentes en torno a la vida del complejo edilicio y su propio devenir histórico, la cerámica documentada parece no estar vinculada a contextos estratigráficos cerrados, y su presencia en el área excavada se percibió como fruto de la reutilización del edificio y su entorno en momentos ya tardíos o de un proceso de colmatación en fechas indefinidas (Ventura 1988: 147-148), por lo que no ayudaron a definir cronologías claras. El caso de la numismática es también de interés, pues su procedencia deriva principalmente de las calles colindantes, también excavadas en aquel momento, en contextos vinculados con el proceso de ocupación de los alledaños del *Traianeum*. Destacan, aparte de una moneda de Adriano que aporta datos sobre el momento de construcción del edificio, dos ocultaciones con monedas cuya cronología más tardía se corresponde con los finales del siglo IV (Chaves 1988: 121), estableciendo un claro término *post quem* para su ocultación.

respecto deriva de uno de los fragmentos de pedestal de mármol encontrados en el *Traianeum*, cuyo epígrafe recoge una dedicatoria a la Victoria Augusta, ofrecida por *Vibia Modesta* (CIL II.2, 358). La pieza se fecha en la primera mitad del siglo III (Beltrán 2014, 86-87; Becerra – Beltrán 2020: 278-279), por lo que parece lógico pensar que para esos momentos el edificio aún seguía en pleno funcionamiento. Pero de esa pieza se pueden extraer más datos, porque en el epígrafe se recoge además que la oferente donó, en su templo, (refiriéndose al de la Victoria Augusta), su corona áurea flaminial, un busto de oro de Isis, uno de Ceres con collares de plata y otro de Juno. De esta parte se deduce que, andando el tiempo, el *Traianeum* se había también convertido en un templo dedicado al culto de los emperadores sucesivos y sus virtudes, actuando aún en esos momentos, a modo de foro, como el lugar ideal de auto-representación de los miembros más destacados de la ciudad⁷.

Otro elemento de gran ayuda para ir despejando el devenir histórico del *Traianeum* tiene que ver, esta vez, con la muralla tardoantigua documentada en las prospecciones geofísicas dirigidas por J. M. Rodríguez Hidalgo y S. Keay en los años 90 (Rodríguez Hidalgo – Keay 1995; Rodríguez Hidalgo 1997; Rodríguez Hidalgo *et al.* 1999; Keay – Rodríguez Hidalgo 2010). Las nuevas investigaciones arqueológicas que sobre la muralla están llevando a cabo investigadores de las Universidades Pablo de Olavide y Marburg, dirigidos por Rafael Hidalgo y Felix Teichner, podrán aportar, en un futuro próximo, datos concluyentes en torno a su construcción y cronología (Hidalgo *et al.* 2018).

Los resultados de esas prospecciones dejan entrever que en época tardoantigua la ciudad sufre un importante retroceso en su extensión, replegándose de nuevo hacia la ciudad vieja, dejando fuera de los nuevos límites gran parte del barrio adrianeo, incluyendo sus termas mayores. En el interior de esos nuevos límites de la ciudad queda, sin embargo, el *Traianeum*, pues el lienzo norte de la nueva defensa parece buscar, según la geofísica, su esquina noroeste, con objeto, muy probablemente, de utilizar su fachada norte como parte de la nueva cerca.

Si finalmente se ratificara en un futuro que la fachada norte del *Traianeum* actuó como parte de las defensas

de la ciudad, se confirmaría que el edificio quedó incorporado a sus nuevos límites. Si bien, seguiría siendo una incógnita el estado y en qué condiciones y para que función lo hizo. Aunque no sería descabellado aventurar que lo hiciera en un grado de conservación relativamente bueno. En caso contrario, ¿qué sentido tendría incluir unas ruinas en los nuevos límites de la ciudad? Si el edificio hubiera estado en desuso, abandonado y/o medio derruido, lo más lógico es pensar que se utilizara como cantera de la que extraer sillares y otros materiales, entre otras cosas para construir la nueva muralla, cosa que sí se haría, por ejemplo, con otras edificaciones emblemáticas como las Termas Mayores y sobre todo con su gran palestra, ya que es muy probable que su muro perimetral se desarrollara en sillares, tal y como ocurre con el *Traianeum*. El anfiteatro sería otro de los edificios susceptibles de convertirse en cantera de materiales si ya para entonces estaba abandonado.

Está claro que de nuevo nos movemos en la mera suposición, pero no cabe duda de que en un futuro tendremos que retomar y profundizar en este tema tan interesante y crucial para la definición de la vida del monumento y de la propia ciudad.

12. CONCLUSIONES

Como decíamos al principio, los nuevos hallazgos producidos en el *Traianeum* de Italica vuelven a poner de manifiesto la grandeza y monumentalidad de un edificio que, junto con el resto del programa que conforma el nuevo barrio adrianeo, forman parte de un proyecto ideado por el propio Emperador Adriano, seguramente en consonancia con las élites locales, para posicionar a Italica a la altura de las grandes ciudades del Imperio. Un proyecto que además englobaba, como no puede ser de otra manera, la refundación de la ciudad, que se materializa no sólo en el cambio de su estatus sino también de su nombre, pues ahora pasa a denominarse *Colonia Aelia Italica*. Una refundación y un cambio de estatus necesarios, no obstante, para dar sentido y cobertura al propio *Traianeum*.

Desde el punto de vista formal, los datos derivados de la nueva actividad arqueológica nos ofrecen una imagen del monumento novedosa, mucho más acabada y precisa, que lo posiciona claramente dentro de su contexto urbano y justifica su propia localización,

⁷ Sobre el tema de la auto-representación en los foros por parte de las élites y otras cuestiones véase Abascal 2009.

en una zona difícil, como hemos visto, pero que en cambio le va a proporcionar mayor protagonismo y visibilidad. Se convierte en un claro referente y en un potente foco de atracción, al actuar como nuevo centro neurálgico de la ciudad.

Por otra parte, el descubrimiento de las verdaderas dimensiones de las exedras rectangulares y los cimientos de sus basamentos, abren las puertas al planteamiento de nuevas hipótesis relacionadas con el culto al que pudo estar destinado el edificio en un primer momento.

Agradecimientos

Especial agradecimiento a los Profesores José Beltrán, Oliva Rodríguez y Fernando Amores, de la Universidad de Sevilla, Ángel Ventura, de la Universidad de Córdoba, a la Dra. Guadalupe López Monteagudo, del Consejo Superior de Investigaciones Científicas y al Dr. Álvaro Jiménez, por sus revisiones y enriquecedoras aportaciones y consejos. Y a los profesores Francisco Borja y César Borja, de las universidades de Huelva y Sevilla, respectivamente, por la ayuda prestada en la interpretación de los datos geotécnicos.

Gracias, también, a todos/as los/as estudiantes que han participado en las distintas campañas de excavación. Y a los/as colaboradores/as: Alba León, Alberto Villarejo, Antonio López, Jesús Muños, Jesús Rodero, María Lancharro, Mercedes Sauci y Joaquín Rodríguez Saumell.

Bibliografía

ABASCAL, J. M. (2009) – Programas epigráficos en los foros romanos de Hispania. In NOGUERA, J. M. (ed.) – *Fora Hispaniae. Paisaje urbano, arquitectura, programas decorativos y culto imperial en los foros de las ciudades hispanorromanas*. Murcia: 85-100.

AHRENS, S. (2005) – *Die Architekturdekoration von Itálica*. Mainz am Rhein.

ALARCÓN, L. – MONTERO-FERNÁNDEZ, F. (2020) – La planta del Traianeum de Itálica: el proyecto de arquitectura como apoyo al conocimiento arqueológico. In HIDALGO, R. – CINQUE, G. E. – PIZZO, A. – VISCOGLIOSI, A. (coords.) – *Adventus Hadriani. Investigaciones sobre arquitectura adrianea*. Roma: 309-316.

ÁLVAREZ, J. M. – NOGALES, T. (2003) – Forum Coloniae Augustae Emeritae: *Templo de Diana*. Mérida.

BECERRA, D. (2016) – Marmora en los opera sectilia italicenses. *Revista Itálica: revista para la difusión de jóvenes investigadores del mundo antiguo*, 1(2): 205-222.

BECERRA, D. (2019) – *Los materiales marmóreos del Traianeum de Itálica*. Tesis Doctoral presentada a la Universidad de Sevilla. Inédita. <https://hdl.handle.net/11441/84310>

BECERRA, D. – BELTRÁN, J. (2020) – Sobre soportes epigráficos. A propósito de las inscripciones del Traianeum de Itálica. *Lucentum XXXIX*: 269-294. <https://doi.org/10.14198/LVCENTVM2020.39.12>

BELTRÁN, J. (2013) – Mármoles en la Bética durante el reinado de Adriano. El protagonismo de Itálica. In HIDALGO, R. – LEÓN, P. (coords.) – *Roma, Tibur, Baetica. Investigaciones adrianeas*. Sevilla: 225-250.

BELTRÁN, J. (2014) – Una estatua de plata cubierta con joyas. In LÓPEZ, J. R. – BELTRÁN, J. (eds.) – *Itálica, cien años, cien piezas*. Sevilla: 86-87.

BERMÚDEZ, J. M. (2009) – Las técnicas de reparación mediante encastres en los talleres adrianeos de Itálica: Los capiteles. *Romula*, 8: 145-178.

BLANCO, A. (1983) – Nuevas inscripciones latinas de Itálica. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 180(1): 1-20.

BLANCO, A. (1988) – Hallazgos epigráficos. In LEÓN, P. (ed.) – *Traianeum de Itálica*. Sevilla: 103-117.

CABALLOS, A. (2010a) – 1. Hitos de la historia de Itálica. In CABALLOS, A. (ed.) – *Itálica-Santiponce - Municipium y Colonia Aelia Augusta Italicensium*. Roma: 1-16.

CABALLOS, A. (2010b) – Adriano, la Colonia Aelia Augusta Italicensium y una nueva inscripción del “Traianeum” de Itálica. In NAVARRO, F. J. (ed.) – *Pluralidad e integración en el mundo romano*. Navarra: 265-277.

CABALLOS, A. (2019) – Trajano, Adriano e *Itálica*: de cuna de emperador a patria imperial. In CABALLOS, A. (ed.) – *De Trajano a Adriano. Roma matura. Roma mutans*. Sevilla: 657-728.

CABALLOS, A. – MARÍN, J. – RODRÍGUEZ, J. M. (1999) – *Itálica arqueológica*. Sevilla.

CANDILIO, D. (1990-1991) – Roma. Indagini archeologiche nell’aula ottagonale delle Terme di Diocleziano. *Notizie degli Scavi di Antichità*, Serie 9(1-2): 165-183.

CANDILIO, D. (1995) – Terme di Diocleziano: indagini nell’aula ottagonale. *Archeologia Laziale*, 12(1): 193-202.

CANTO, A. M. (1985) – *La epigrafía romana de Itálica*. Tesis doctoral presentada a la Universidad Complutense de Madrid. Inédita.

CHAVES, F. (1988) – Hallazgos numismáticos. In LEÓN, P. (ed.) – *Traianeum de Itálica*. Sevilla: 121-137.

CORCELLA, A. – MONACO, M. C. – NUZZO, E. (2013) – Ancora su Pausania I, 18.9, la cd. Biblioteca di Adriano ed il Panellenio. *Anuario della Scuola Archeologica di Atene e delle Missioni Italiane in Oriente*, XCI: 111-156.

CORTÉS, J. M. (2010) – ¿Un Traianeum en Itálica? In FORNIS, C. – GÁLLEGO, J. – LÓPEZ, P.M. – VALDÉS, M. (eds.) – *Dialéctica histórica y compromiso social: homenaje a Domingo Plácido*, Vol. I. Zaragoza: 583-596.

CORTÉS, J. M. (2022a) – Itálica en el concierto de ciudades del Imperio I. El giro adrianeo. In CORTÉS, J. M. – LOZANO, F. – ALARCÓN, C. (eds.) – *Itálica adrianea. Nuevas perspectivas, nuevos resultados*. Roma: 21-34.

CORTÉS, J. M. (2022b) – Itálica en el concierto de ciudades del Imperio II. El templo y la ciudad. In CORTÉS, J. M. – LOZANO, F. – ALARCÓN, C. (eds.) – *Itálica adrianea. Nuevas perspectivas, nuevos resultados*. Roma: 35-50.

ESCACENA, J. L. – ESTEBAN, C. – VARGAS-VÁZQUEZ, S. (2021) – Sobre la orientación solar del Traianeum de Itálica. *SPAL*: 30(2): 216-244.

GARCÍA-DILS, S. – ORDÓÑEZ, S. – RODRÍGUEZ, O. (2012) – Nuevo templo augusteo en la Colonia Augusta Firma Astigi. *Romula*, 6: 75-114.

GONZÁLEZ, J. (1991) – *Corpus de Inscripciones Latinas de Andalucía*, Vol. II, Tomo II. *La Vega (Itálica)*. Sevilla.

- HAUSCHILD, Th. (1991) – Los templos romanos de Munigua (Sevilla). In *Templos romanos de Hispania. Cuadernos de Arquitectura Romana*, Vol. 1. Murcia: 133-143.
- HIDALGO, R. – CARRASCO, I. – HERMANN, F. – TEICHNER, F. (2018) – El proyecto de investigación arqueológica en la Cañada Honda de Itálica. Planteamientos, objetivos y primeros resultados. *Antiquitas*, 30: 45-61.
- JIMÉNEZ, J. L. (1989) – Segunda campaña de excavación arqueológica sistemática, realizada en el yacimiento denominado Templo Romano de la Calle Claudio Marcelo en Córdoba. *Anuario Arqueológico de Andalucía, 1986, II*. Sevilla: 458-460.
- JIMÉNEZ, J. L. (1991) – El Templo Romano de la Calle Claudio Marcelo en Córdoba. In *Templos Romanos de Hispania. Cuadernos de Arquitectura Romana*, Vol. 1. Murcia: 119-132
- JIMÉNEZ SANCHO, A. – RODRÍGUEZ, O. – IZQUIERDO, R. (2013) – Novedades arqueológicas adrianeas en el entorno del Teatro de Itálica. In HIDALGO, R. – LEÓN, P. (eds.) – *Roma, Tibur, Baetica. Investigaciones Adrianeas*. Sevilla: 271-292.
- JONES, M. W. (1999) – L'ordine architettonico dell'Hadrianeum: forma e norme. In SAPELLI, M. – CLARIDGE, A. (eds.) – *Provinciae fideles. Il fregio del Tempio di Adriano in Campo Marzio*. Milán: 129-139.
- KEAY, S. – RODRÍGUEZ HIDALGO, J. M. (2010) – Topografía y evolución urbana. In CABALLOS, A. (ed.) – *Ciudades romanas de Hispania. Itálica-Santiponce. Municipium y Colonia Aelia Augusta Italicensium* Roma: 43-55.
- LA ROCCA, E. (2009) – Il Templum Gentis Flaviae. In COARELLI, F. (ed.) – *Divus Vespasianus*. Milán: 224-233.
- LA ROCCA, E. (2014). Il Traianeum de Itálica e la Biblioteca di Adriano ad Atene: costruzione e fortuna di una morfologia architettonica. In CALANDRA, E. – ADEMBRI, B. (eds.) – *Adriano e la Grecia. Studi e Ricerche*. Milán: 61-70.
- LEÓN, P. (1988) – *Traianeum de Itálica*. Sevilla.
- LEÓN, P. (1995) – *Esculturas de Itálica*. Sevilla.
- LEÓN, P. (2019) – Piezas de acrolitos del Traianeum de Itálica. In NOGUERA, J.M. – RUIZ, L. (eds.). *Escultura Romana en Hispania IX*. YAKKA, año XXVI(22): 369-378.
- LEÓN, P. (2021) – *Itálica. La ciudad de Trajano y Adriano*. Sevilla.
- MÁRQUEZ, C. (2002) – Talleres imperiales en la Provincia Bética. El caso de Colonia Patricia e Itálica. In REGGIANI, A. M. (ed.) – *Villa Adriana. Paesaggio antico e ambiente moderno: elementi di novità e ricerche in corso*. Milán: 169-180.
- MÁRQUEZ, C. – BORREGO, J. DE D. (2020) – Novedades en la decoración arquitectónica del Traianeum. In HIDALGO, R. – CINQUE, G. E. – PIZZO, A. – VISCOGLIOSI, A. (coords.) – *Adventus Hadriani. Investigaciones sobre arquitectura adrianea*. Roma: 317-331.
- MARTÍNEZ, J. B. (2014) – Pedestal del genio de la colonia. In LÓPEZ, J. R. – BELTRÁN, J. (eds.) – *Itálica, cien años, cien piezas*. Sevilla: 84-85
- MAYER, M. – RODÁ, I. (1998) – The use of marble and decorative stone in Roman Baetica. In KEAY, S. (ed.) – *The Archaeology of Early Roman Baetica (Journal of Roman Archaeology, Supplementary Series 29)*. Cambridge: 217-234.
- MONTERO, F. J. (1988) – Arquitectura. In LEÓN, P. (ed.) – *Traianeum de Itálica*. Sevilla: 89-101.
- NOGALES, T. – ÁLVAREZ, J. M. (2005) – Foros de Augusta Emerita: espacios simbólicos en el urbanismo emeritense. In LAFON, X. – SAURON, G. (eds.) – *Théorie et pratique de l'architecture romaine. La norme et l'expérimentation. Études offertes à Pierre Gros*. Aix-en-Provence: 213-231.
- NOGALES T. – ÁLVAREZ, J. M. (2006) – Fora Augustae Emeritae. La "interpretatio" provincial de los patrones metropolitanos. In VAQUERIZO, D. – MURILLO, J. F. (coords.) – *El concepto de lo provincial en el mundo antiguo. Homenaje a Pilar León Alonso*, vol. 1. Córdoba: 419-450.
- RODÁ, I. (1997) – Los mármoles de Itálica. Su comercio y origen. In Caballos, A –León, P. (eds.) – *Itálica MMCC*. Sevilla: 155-180.
- RODERO, S. (2002) – Algunos aspectos de la decoración arquitectónica del *Traianeum de Itálica*. *Romula*. 1, 75-106.
- RODRÍGUEZ, O. (2008) – Los *marmora* en el programa arquitectónico y decorativo del Teatro Romano de Itálica: algunas hipótesis, nuevas propuestas y posibles certezas a la luz de las aportaciones de los análisis de microscopía óptica de polarización. In NOGALES, T. a – BELTRÁN, J. (eds.) – *Marmora Hispania: Explotación y uso de los materiales pétreos en la Hispania Romana* Roma: 231-259.
- RODRÍGUEZ, O. (2015) – Aquí no se tira nada. Más sobre las dinámicas preventivas en elementos arquitectónicos marmóreos italicenses: refuerzos, reutilización y mercado de ocasión. In GARCÍA, J. – MAÑAS, I. – SALCEDO, F. (eds.) – *Navigare necesse est. Estudios en homenaje a José María Luzón Nogué*. Madrid: 365-376.
- RODRÍGUEZ HIDALGO, J. M. (1997) – La nueva imagen de la Itálica de Adriano. In LEÓN, P. a – CABALLOS, A. (coords.) – *Itálica MMCC*. Sevilla: 87-113.
- RODRÍGUEZ HIDALGO, J. M. – JIMÉNEZ SANCHO, A. (2015) – Itálica, la Colina de los Dioses. De Augusto a Adriano. In GARCÍA, J. – MAÑAS, I. – SALCEDO, F. (eds.) – *Navigare necesse est. Estudios en homenaje a José María Luzón Nogué*. Madrid: 231-242.
- RODRÍGUEZ HIDALGO, J. M. – KEAY, S. (1995) – Recent Work at Itálica. In CUNLIFFE, B. – KEAY, S. (eds.) – *Social Complexity and the Development of Towns in Iberia, From the Copper Age down to the Second Century AD. Proceedings of the British Academy 86*. Oxford: 395-420.
- RODRÍGUEZ HIDALGO, J. M. – KEAY, S. – JORDAN, D. – CREIGHTON J. – RODÁ, I. (1999) – La Itálica de Adriano. Resultados de las prospecciones arqueológicas de 1991 y 1993. *Archivo Español de Arqueología*, 72: 73-98.
- TRAVLOS, J. (1971) – *Bildlexikon zur Topographie des antiken Athen*. Tübingen.
- TRAVLOS, J. (1981) – Athens after the Liberation: planning the new City and Exploring the Old. *Hesperia*, 50: 391-407.
- UNGARO, L. (2004) – La decorazione architettonica del Foro di Augusto a Roma. In RAMALLO, S. (ed.) – *La decoración arquitectónica en las ciudades romanas de Occidente*. Murcia: 17-35.
- UNGARO, L. – MILELLA, M. – VITTI, M. (2004) – Il sistema museale dei Fori Imperiali e i Mercati di Traiano. In RUIZ DE ARBULO, J. (ed.) – *Simulacra Romae, Roma y las capitales provinciales del Occidente Europeo. Estudios Arqueológicos*. Tarragona: 11-47.
- VARGAS-VÁZQUEZ, S. (2017a) – Los ímbrices de mármol del Traianeum de Itálica. *European Journal of Roman Architecture*. 1, 57-74. <https://doi.org/10.21071/reudar.v1i0.10163>
- VARGAS-VÁZQUEZ, S. (2017b) – Nuovi dati sul pórtico del Traianeum d'Itálica. In PARISI, C. – MILELLA, M. – PASTOR, S. – UNGARO, L. (eds.) – *Traiano. Costruire L'Impero, creare L'Europa*. Roma: 183-188.
- VARGAS-VÁZQUEZ, S. (2018) – La techumbre marmórea del Traianeum de Itálica. In BELTRÁN, J. – LOZA, M.L. – ONTIVEROS, E. (coords.) – *Marmora Baeticae*. Sevilla: 57-74.
- VENTURA, J. J. (1988) – Hallazgos Cerámicos. In LEÓN, P. (ed.) – *Traianeum de Itálica*. Sevilla: 139-161.

El asentamiento rural romano de la Venta El Parrao (Alcalá de Guadaíra, España): Nuevos datos arqueológicos

The Roman rural roman settlement of Venta El Parrao (Alcala de Guadaira, Spain): New archaeological data

LUIS-GETHSEMANÍ PÉREZ-AGUILAR

Instituto de Arqueología-Mérida (CSIC)

Lgpa@iam.csic.es

<https://orcid.org/0000-0002-6732-5753>

SALVADOR ORDÓÑEZ AGULLA

Universidad de Sevilla¹

Sagulla@us.es

<https://orcid.org/0000-0003-4965-0154>

RESUMEN: En este trabajo se ofrece una revisión del contexto arqueológico conocido del yacimiento de la Venta El Parrao (Alcalá de Guadaíra, Sevilla) a partir del análisis crítico de los artefactos localizados en superficie mediante prospección arqueológica y hallazgos casuales. En trabajos anteriores al nuestro, este yacimiento se interpretó como una villa romana con necrópolis que, a partir de época tardoantigua, se transformó en un poblado rural (*vicus*). El estudio de la cultura material del sitio y la inserción de este en el marco territorial más inmediato nos permiten discutir y precisar la interpretación que se venía haciendo sobre este yacimiento en términos cronológicos y funcionales.

PALABRAS CLAVE: Yacimiento romano; Cerámica romana; Sur de España; epigrafía latina; *Abinnaeus*.

ABSTRACT: In this paper, we present a review of the known archaeological context of Venta El Parrao (Alcala de Guadaira, Seville), based on a critical analysis of the artefacts located on the surface by means of archaeological survey and chance findings. In previous works, this site was interpreted as a villa with cemetery, which in the Late Roman period was transformed into a rural village (*vicus*). The study of the material culture and the insertion of the site in its most immediate territory allow us to discuss and nail down the interpretation of this site from a chronological and functional point of view.

KEY WORDS: Roman archaeological site; Roman pottery; South of Spain; Latin epigraphy, *Abinnaeus*.

¹ Esta publicación es parte del proyecto de I+D+i PGC2018-093507-B-I00, financiado por MCIN/AEI/10.13039/501100011033/ y "FEDER Una manera de hacer Europa", y de la ayuda FJC2018-037126-I, financiada por MCIN/AEI/10.13039/501100011033.

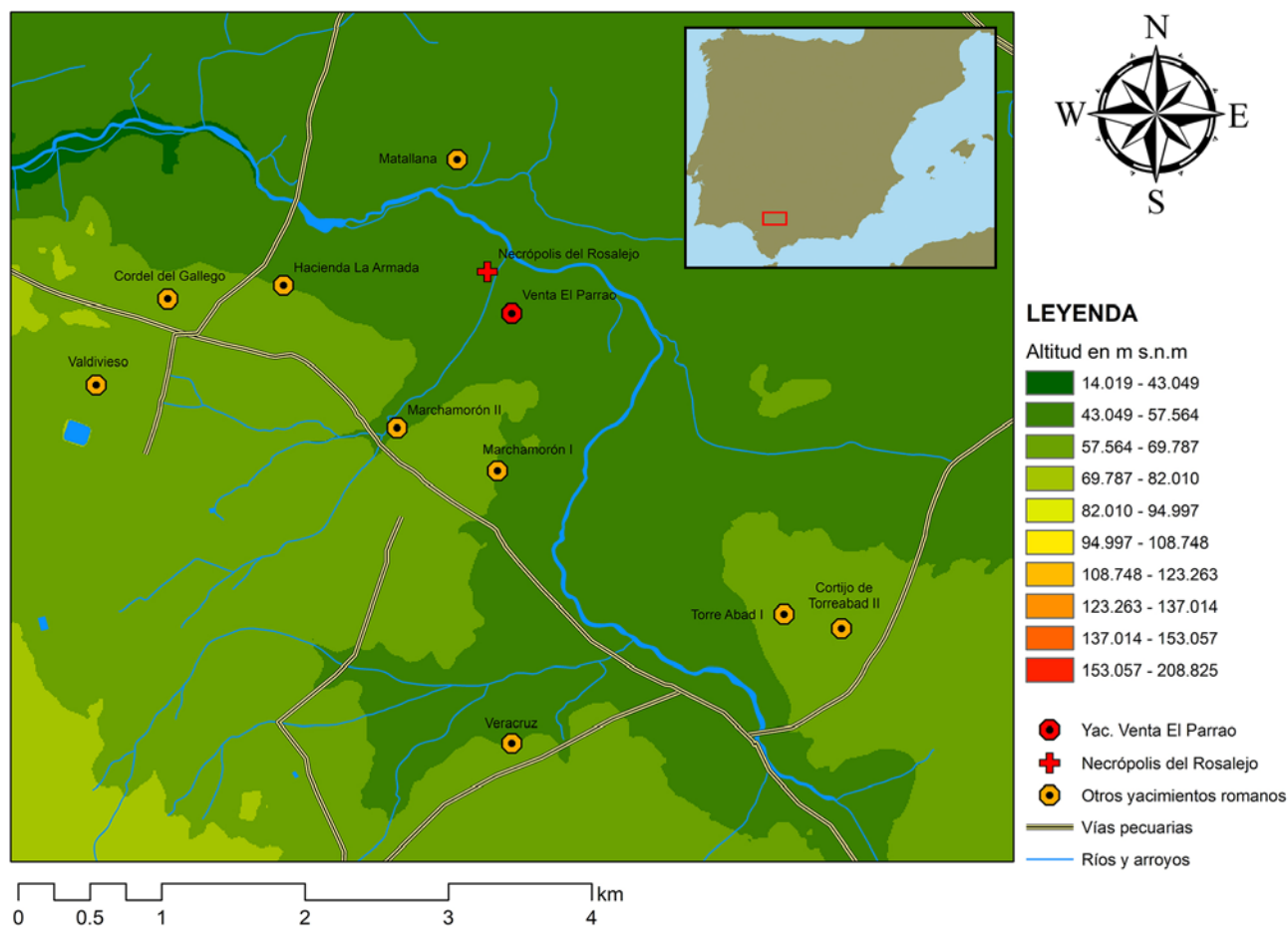


FIG. 1 Ubicación del yacimiento de la Venta El Parrao/Necrópolis del Rosalejo y de otros sitios arqueológicos romanos próximos. Elaboración propia a partir de los datos de Buero – Florido (1999).

1. INTRODUCCIÓN

El yacimiento de la Venta El Parrao (Alcalá de Guadaíra, Sevilla) se corresponde con un asentamiento rural de época romana. Es conocido en la literatura arqueológica desde finales de la década de 1980 (Buero – Florido – Domingues 1991: 119; Buero – Florido 1998: 17-18; 1999: 64), aunque existen noticias anteriores relacionadas con el hallazgo fortuito de una serie de tumbas en 1965 en la que vino a denominarse Necrópolis del Rosalejo, anexa al asentamiento². En este trabajo presentamos una serie de piezas procedentes de este sitio arqueológico que pertenecen a la colección de un particular de la localidad anterior a 1985. Estas piezas, casi en su totalidad de naturaleza cerámica, aportan nueva

² Estas tumbas fueron excavadas de manera asistemática por un grupo de aficionados de la época, haciéndose eco el hallazgo en el periódico ABC (1965: 5 y 61) y, posteriormente, en distintas obras de carácter local que publicaron tales aficionados. Para una síntesis y crítica de estas publicaciones véase Pérez-Aguilar – Guillén-Rodríguez (2020).

información sobre el contexto arqueológico que a nivel superficial define al yacimiento. Entre ellas destaca un galbo de cerámica de almacenamiento de época romana con una inscripción esgrafiada cuya edición epigráfica completa se ha presentado en otra sede, por lo que se ofrecerá aquí una síntesis de la misma.

2. REVISIÓN DE LA INFORMACIÓN PRECEDENTE DEL YACIMIENTO

A la hora de aproximarnos al contexto arqueológico del yacimiento, distinguiremos la revisión crítica de los datos ya conocidos sobre el sitio de aquella otra información inédita que presentaremos luego. De otro lado, en la literatura arqueológica suele diferenciarse el yacimiento de la Venta El Parrao de la denominada Necrópolis del Rosalejo, distinción que aquí mantendremos por razones analíticas. Pero a todas luces estos dos yacimientos realmente formaron una única unidad

de poblamiento u ocupación: un asentamiento rural romano y su necrópolis aneja.

2.1. El asentamiento rural romano de la Venta El Parrao

El yacimiento arqueológico de la Venta El Parrao se encuentra en el término municipal de Alcalá de Guadaíra (Sevilla, SO de España). Fue documentado mediante prospección arqueológica en 1987 (Buero – Florido – Domingues 1991: 119), localizándose más o menos entre los kilómetros 9 y 10 de la carretera A-360, que une la localidad alcalaína con Morón de la Frontera. Los prospectores indican que el yacimiento se distribuye a ambos lados de dicha carretera, ofreciendo una única coordenada para su georreferenciación: UTM X 256088 / Y 4127396 (huso 30, datum ETRS89) (Buero – Florido – Domingues 1991: 119; Buero – Florido 1998: 17; 1999: 63)³.

El sitio arqueológico se emplaza en plena zona de campiña, en un entorno relativamente llano y próximo a la confluencia de los arroyos del Rosalejo y de Guadairilla, a unos 48-50 m s. n. m. No muy lejos tienen su paso diversas y antiguas vías pecuarias: el cordel del Gallego (al SO), el cordel de Mairena (al O) y el cordel de Utrera a Carmona (al SE). Los yacimientos arqueológicos de época romana más próximos al de la Venta El Parrao son los de Marchamorón I y II, Matallana, Cordel del Gallego, Valdivieso, Cortijo de Torreabad II, Torre Abad I, Veracruz y Hacienda La Armada (Fig. 1).

A nivel edáfico predominan fluvisoles calcáreos, cambisoles con regosoles calcáreos y luvisoles cálcicos. Son suelos que tienen un potencial agrológico intermedio, siendo especialmente óptimos para la horticultura, aunque de estar bien drenados también suelen dar buenos resultados para el cultivo de cereales, vides y olivos. Especialmente los cambisoles con regosoles y los luvisoles pueden emplearse para el cultivo arbóreo o bien destinarse a un uso de dehesa, forestal y/o de pastos (Garrido 2011: 12).

La extensión del yacimiento es desconocida en términos de hectáreas o m². Cuando se documentó, la metodología empleada por los prospectores no contemplaba la poligonación de los sitios arqueológicos, que se registraban espacialmente mediante una sola

coordenada, aludiéndose únicamente a la superficie de los mismos en términos cualitativos, lo que proyecta sobre la variable extensión imprecisión e inexactitud (cf. Tobalina-Pulido – González-Pérez 2020). Tal hecho impide concretar cuán grandes o pequeños son realmente los yacimientos, pues siempre quedará la duda sobre el carácter subjetivo de la caracterización de esta variable espacial. Dicho lo cual, se especifica que el yacimiento de la Venta El Parrao “es de gran extensión y aparecen abundantes restos constructivos (ladrillos, *tegulae*, sillares, *opus signinum*, *opus caementicium*, *tesellae* de mosaicos, molinos, placas de mármol,...) dispersos y muy destrozados por las labores agrícolas” (Buero – Florido 1999: 63). La importante extensión del sitio queda nuevamente manifiesta en la interpretación que hacen del yacimiento, el cual es valorado como una “gran villa romana fechada a comienzos del Imperio, con su correspondiente necrópolis de Alto Imperio, posiblemente se convertiría en un vicus en época tardorromana (siglo IV) [...]” (Buero – Florido 1998: 18), lo cual discutiremos posteriormente.

Además de los materiales arqueológicos ya referidos, los arqueólogos que prospectaron la Venta El Parrao documentaron en superficie un conjunto de fragmentos pertenecientes a recipientes cerámicos (cf. Buero – Florido – Domingues 1991: 119; Buero – Florido 1998: 17; 1999: 63 y 223).

Entre el repertorio de cerámica fina de mesa distinguieron fragmentos de *terra sigillata* hispánica, dibujando un ejemplar que no clasificaron a nivel tipológico (Fig. 2.1). Las características formales nos hacen pensar que podría tratarse de un plato de la forma 15/17, al presentar el ejemplar una pared lisa y vertical, ligeramente exvasada al exterior, y con el borde romo. Sin embargo, el pequeño tamaño del fragmento impide descartar la correlación del ejemplar con un vaso de la forma 33. Sea como fuere, ambas posibilidades se fecharían para los talleres del sur hispano (Andújar, Granada, Antequera, Alameda, Teba) entre el siglo I y la primera mitad del siglo II d.C. (Fernández – Roca 2008: 312). También se localizaron galbos de *terra sigillata* gálica, producto de importación que es muy frecuente en todo el Bajo Guadalquivir en época altoimperial romana, y que puede fecharse a grandes rasgos entre el cambio de era y el tercer cuarto del siglo II d.C. (Passelac – Vernhet 1993; Polak 2000: 32-38).

³ La coordenada que damos se trata de una adaptación al formato moderno de aquella otra anotada por los prospectores en las diferentes publicaciones sobre el sitio: UTM 30STG562276 (hoja 1003).

Respecto a la cerámica de mesa africana, o de imitación⁴, los prospectores registraron ejemplares de *ARS-A* que nuevamente no clasificaron tipológicamente, aunque sí los dibujaron. La ilustración de la Fig. 2.2 se corresponde con el borde de un plato del tipo Hayes 3C, fechado en la segunda mitad del siglo II d.C. (Hayes 1972: 20-25; Carandini – Tortorella 1981a: 24); mientras que el dibujo de la Fig. 2.3 se trata del borde de un cuenco del tipo Hayes 16, datado entre finales del siglo II y comienzos del III d.C. (Bonifay 2004: 159).

También se documentaron fragmentos de *ARS-C*, o de imitación, entre los que destaca el ejemplar de la Fig. 2.4, correspondiente al borde de un plato del tipo Hayes 52B, el cual se fecharía entre finales del siglo III o principios del IV hasta finales del IV o principios del siglo V d.C. (Hayes 1972: 74 y 76-78; Carandini – Tortorelli 1981: 162). Esta pieza presenta un motivo decorativo de temática zoomorfa a modo de relieve aplicado. Aunque no hemos podido determinar con exactitud qué tipo de animal es el representado, creemos que podría tratarse de la parte trasera de una liebre o de un felino. Se localizó, igualmente, el borde de un plato del tipo Hayes 50 (Fig. 2.5). La revisión que hemos hecho del dibujo de la pieza nos ha permitido concretar, de hecho, que se trata de la variante A de esta forma, la cual viene a fecharse entre el segundo cuarto del siglo III y el primer cuarto del siglo IV d.C. (Hayes 1972: 68-73; Carandini – Sagui 1981: 65).

En el yacimiento se localizaron igualmente fragmentos de *ARS-D* o de imitaciones locales de tales producciones. Los arqueólogos que prospectaron la Venta El Parrao lograron identificar dos formas. De un lado, el borde de un plato del tipo Hayes 59 (Fig. 2.6). Este ejemplar está fracturado de tal modo que resulta imposible determinar si se trata de la variante A o B de la forma, con lo que podemos datarlo en términos generales entre el segundo cuarto del siglo IV y el primer cuarto del siglo V d.C. (Hayes 1972: 96-100; Carandini – Tortorella 1981b: 82-83). Por otra parte, se localizó el borde de un plato o fuente del tipo Hayes 61A (Fig. 2.7), cuya cronología productiva oscila entre el

segundo cuarto y finales del siglo IV d.C. (Hayes 1972: 100-107; Carandini – Tortorella 1981b: 83-84).

Durante la prospección se documentó cierta variedad de cerámica de cocina. Entre las formas identificadas destacan ejemplares de cerámica africana de cocina, o de imitación. Hay evidencias de cazuelas del tipo Hayes 23A y Hayes 23B (Fig. 2.8-9), datándose las primeras entre finales del siglo I y mediados del III d.C.; mientras que las segundas se fechan entre el siglo II y comienzos del V d.C. (cf. Hayes 1972: 45-48; Tortorella 1981: 217; Bonifay 2004: 211; Serrano 2005: 263-265). Uno de los fragmentos hallados se trata de un borde de cazuela que imita la forma Ostia III, 108 de cerámica africana de cocina (Fig. 2.10). La cronología productiva de este tipo de cazuela se mueve entre la primera mitad del siglo III y comienzos del V d.C. (Tortorella 1981: 218-219; Serrano 2005: 266-267).

Dentro del repertorio de cerámica común de cocina se identificaron también fragmentos del tipo Vegas 1, que hace referencia a una tipología de ollas de cuerpo globular y borde vuelto hacia afuera que encierra una diversidad formal variopinta (Luezas 2002: 61), razón por la que creemos que carece de utilidad práctica a la hora de definir formalmente a los ejemplares estudiados. El ejemplar dibujado de la Venta El Parrao (Fig. 2.11) se corresponde con una olla de cuerpo globular con borde engrosado, romo y levemente exvasado al exterior. Este tipo concreto de ollas tiene una amplia cronología dentro del periodo romano (García Vargas – Conlin – Maestre 2013: 284-285). Por otra parte, se documentó una pieza que fue interpretada como un cuenco de borde horizontal del tipo Vegas 4 (Fig. 2.12). No obstante, el ejemplar dibujado presenta paredes gruesas y un diámetro superior a 27 cm. Por esta razón nos inclinamos a pensar que se trata, más bien, de un barreño o lebrillo de borde horizontal saliente o del tipo Vegas 12A (cf. Luezas 2002: 90-91). Su datación vuelve a ser amplia, al fecharse entre los periodos republicano y tardorromano (García Vargas – Conlin – Maestre 2013: 272-274). Estos barreños o lebrillos eran multifuncionales, ya que podían emplearse tanto en labores de cocina como de servicio u otros usos domésticos o productivos.

En cuanto a la cerámica común de mesa, los arqueólogos que prospectaron el sitio no ofrecen dibujos de las piezas identificadas, por lo que no hemos podido efectuar una revisión crítica de las tipologías

⁴ Al tratarse de un trabajo antiguo, resulta difícil o imposible discriminar las producciones realmente africanas de sus imitaciones en suelo hispano únicamente a partir de los dibujos de las piezas, de ahí que abramos esta doble casuística. Valga esta anotación para posteriores advertencias sobre la posibilidad de imitaciones.

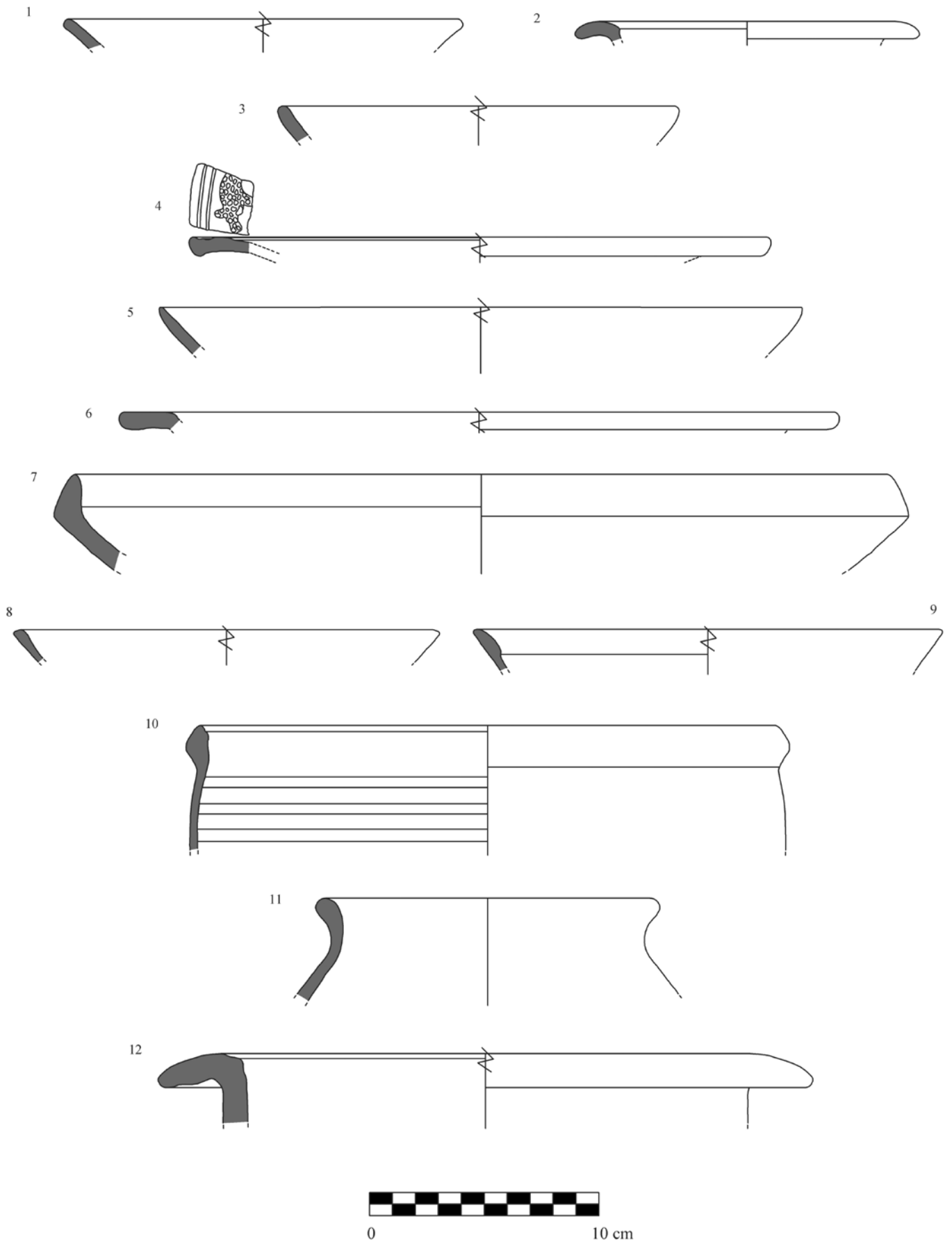


FIG. 2 Dibujos de materiales cerámicos localizados en la prospección arqueológica del yacimiento de la Venta El Parrao. Elaboración propia. Ejemplares n.ºs 1-6 y 8-12 a partir de Buero – Florido (1999: 223); ejemplar n.º 7 a partir de Buero – Florido – Domingues (1991: 119).

asignadas. De un lado distinguen platos-tapaderas de borde ahumado de los tipos Vegas 16 y Hayes 196 (Buero – Florido 1998: 17; 1999: 63). De ser esto cierto, tendríamos un repertorio de platos-tapadera que emulan las formas africanas Ostia I, 261; Ostia I, 262; Ostia I, 264 y Ostia II, 302 (cf. Vegas 1973: 50; Tortorella 1981: 212-214; Bonifay 2004: 225-227). Sabemos que tales imitaciones se fabricaron en la provincia romana de la *Baetica* sobre todo entre los siglos II y III d.C. (García Vargas – Conlin – Maestre 2013: 279), aunque tampoco puede descartarse cierta perduración en la Antigüedad Tardía, especialmente entre los siglos IV y comienzos del V d.C. De otra parte, los prospectores identificaron un fragmento de jarra del tipo Vegas 38 (Buero – Florido 1998: 17; 1999: 63), tratándose de una tipología que, nuevamente, enmarca cierta diversidad formal, sobre todo en lo referente al borde y al cuello, pero que en términos generales se fecha entre los siglos II/I a.C. y I d.C. (Vegas 1973: 92-94).

Al igual que sucede con la cerámica común de mesa, los prospectores tampoco dibujan ejemplares de cerámica de transporte y/o almacenamiento, aunque constatan la evidencia de un *dolium* y de ánforas romanas (Buero – Florido 1998: 17; 1999: 63). Los *dolia* suelen tener una datación amplia dentro de la época romana, fechándose entre el periodo republicano y el tardoantiguo (Beltrán 1990: 260-261). Los recipientes anfóricos, en cambio, suelen tener una cronología más acotada. Y aunque en los trabajos de prospección no se distinguieron tipos concretos, sospechamos que al menos algunos de ellos podrían tratarse de ánforas Beltrán II B, var. B, a tenor de los ejemplares hallados en 1965 en la anexa Necrópolis del Rosalejo (Pérez-Aguilar – Guillén-Rodríguez 2020: 653-655).

Entre el elenco de materiales localizados en superficie, los prospectores llamaron la atención sobre otros elementos que resultan también de interés para la caracterización funcional de este asentamiento rural romano. Localizaron un molino de mano, la *meta* y el *catillus* de un molino de sangre y piezas de hierro además de industria lítica tallada (Buero – Florido 1998: 17; 1999: 63). A estos artefactos debemos sumar evidencias materiales que permitieron distinguir a los arqueólogos una fase de ocupación del sitio en época andalusí, aunque sin dar mayores detalles (cf. Buero – Florido – Domingues 1991: 119). Precisamente esta parquedad de datos sobre los artefactos medievales

nos hace dudar sobre si realmente testimonian una fase de ocupación efectiva para este periodo o si más bien se trata de material fuera de sitio u *off-site*.

2.2. La Necrópolis del Rosalejo

Como arriba decíamos, en el año 1965 se descubrió de forma fortuita parte de una necrópolis altoimperial romana que debió estar funcionalmente asociada al asentamiento rural de la Venta El Parrao. Por entonces, un grupo de aficionados desenterró algunas tumbas y rescató una serie de piezas. Algunas están hoy por hoy en paradero desconocido, otras fueron publicadas por estos aficionados en algunas obras escritas por ellos, mientras que algunos de estos bienes fueron entregados a la autoridad municipal y actualmente se encuentran custodiados en el Museo de Alcalá de Guadaíra, donde hemos podido estudiarlos (cf. Pérez-Aguilar – Guillén-Rodríguez 2020).

Este espacio funerario se sitúa en las inmediaciones del cercano Arroyo del Rosalejo o de La Salud, justo al NO-O del yacimiento de la Venta El Parrao (Fig. 1). Hay constancia de que en la necrópolis coexistieron los ritos de cremación, con un mínimo de 5-10 tumbas bajo tégulas, y de inhumación, con al menos 1 enterramiento seguro en ánfora, posiblemente infantil según los paralelos existentes en el registro funerario (cf. Pereira – Albuquerque 2018: 89-118). Uno de los aficionados que actuaron en la necrópolis llamó la atención sobre un depósito de varias ánforas vacías, especulando sobre una posible reserva de contenidos funerarios que nunca llegaron a utilizarse (Romero Muñoz 1975: 96). Si bien esta posibilidad nos parece factible, tampoco podemos descartar otros usos, ya que las ánforas en contextos funerarios también podían emplearse como materiales constructivos en tumbas de adultos, como soportes de memoriales, como materiales constructivos en otras estructuras de la necrópolis, como ofrendas votivas, como testigos funerarios e incluso para construir canales de libación (Pérez-Aguilar – Guillén-Rodríguez 2020: 664-665).

Este mismo aficionado publicó la fotografía de una de tales ánforas (cf. Romero Muñoz 1975: 94), a la que podemos sumar los tres ejemplares que hemos estudiado en el Museo de Alcalá de Guadaíra (Fig. 3). Todas ellas pertenecen a la variante B del tipo Beltrán IIB (=Augst 26, Augst 28, Ostia 58, Peacock & Williams 19), fechada entre finales del siglo I e inicios



FIG. 3 Ánforas del tipo Beltrán IIB, var. B procedentes de la Venta El Parrao. Ejemplares depositados en el Museo de Alcalá de Guadaíra (Sevilla) con los N.º de Registro 149, 150 y 151. Fotografía: LGPA y SOA.

del III d.C., y fueron elaboradas con pastas propias de la Bahía de Cádiz. La función primaria de estos contenedores fue la de transportar y comercializar salsas de pescado desde la costa hacia el interior del valle del Guadalquivir, aunque excepcionalmente podían también ser contenedores vinarios, como se ha documentado para ciertos ejemplares de la campiña jerezana (Pérez-Aguilar – Guillén-Rodríguez 2020: 653-655). Posiblemente los habitantes del asentamiento rural de la Venta El Parrao demandaron inicialmente estas ánforas gaditanas para consumir el producto que transportaban, adquiriéndolas tal vez en algún núcleo urbano próximo como por ejemplo el de Gandul, donde la investigación reciente viene situando la ciudad de *Irippa* (Pascual 2003). Consumido el producto, los envases debieron reservarse para un segundo uso dentro de la Necrópolis del Rosalejo, como arriba decíamos. Aunque otra posibilidad es que tales ánforas se adquiriesen ya vacías, habiéndose consumido su contenido salsario (o vinario) en el entorno urbano donde fueron compradas.

Según la noticia de ABC (1965), en una de las tumbas de cremación se encontraron restos de un cráneo, de un hueso largo y otros tantos huesos pequeños, así

como una moneda de bronce y un par de platos fabricados con barro rojo (*terra sigillata* altoimperial?). Quizás esta tumba fuese la misma que los aficionados excavaron en presencia de F. Collantes de Terán, la cual contenía una moneda del emperador Claudio, posiblemente identificada por dicho profesor (cf. Romero Muñoz 1975: 95-96; García Rivero 2006: 409).

En la misma nota de prensa se alude a otros artefactos encontrados en la necrópolis, como un recipiente de vidrio semejante a un florero (posiblemente un ungüentario) y a dos monedas más de bronce de Claudio, no sabemos si halladas junto a un par de ánforas o en el interior. V. Romero Muñoz (1975: 94) publicó también otra fotografía con otros hallazgos procedentes de este espacio funerario, y gracias a la cual hemos podido clasificar tales artefactos (Pérez-Aguilar – Guillén-Rodríguez 2020: 662-663): un cuenco de *terra sigillata* hispánica de la forma 27, datado entre el tercer cuarto del siglo I y mediados del II d.C. (Fernández – Roca 2008: 312); un ungüentario de vidrio del tipo Isings 28B, con una cronología que oscila entre finales del siglo I y los siglos III/IV d.C. (Salinas 2003: 54-57); una lucerna de volutas altoimperial; una olla; un brazalete o pulsera de bronce; y una pieza metálica de



FIG. 4 Materiales cerámicos procedentes del yacimiento de la Venta El Parrao. Ejemplares depositados en el Museo de Alcalá de Guadaíra (Sevilla) con los N.º de Registro 148, 142, 145, 144, 143, 146-1 y 146-2. Fotografía: LGPA y SOA.

función no identificada (¿pulsera o colgante?). A todo este repertorio se suman los ajuares que uno de estos aficionados cuantificó en una libreta que fue consultada por M. S. Buero y C. Florido: “Los ajuares, hoy en parte desaparecidos y otros depositados en el Ayuntamiento de Alcalá de Guadaíra, consisten en lucernas de disco, espejos, ungüentarios, cerámicas de cocina, *terra sigillata* hispánica, monedas sin precisar, fibulas, pendientes de oro, un carnero tallado, etc. Todo ello nos indica que nos encontramos ante una típica necrópolis imperial romana. Muchas de las tumbas

serían de mujeres, como indican los espejos, pendientes y ungüentarios” (Buero – Florido 1999: 63-64).

Uno de nosotros (LGPA) también ha podido estudiar el conjunto de estos objetos que se encuentran en el Museo de Alcalá de Guadaíra (cf. Pérez-Aguilar – Guillén-Rodríguez 2020: 663). Las piezas habían sido previamente inventariadas por otro colega (Domínguez 2009), si bien varias de ellas estaban insuficientemente o mal clasificadas. Así, se han podido distinguir: una taza de cerámica de paredes finas del tipo Mayet XXXII (Fig. 4.1), fechada en el siglo I d.C. (Mayet 1975:

64); un cuenco de la forma 27 y un plato de la forma 15/17 de *terra sigillata* hispánica⁵ (Fig. 4.2-3), fechándose ambos ejemplares entre el tercer cuarto del siglo I y mediados del II d.C. (Fernández – Roca 2008: 312); una lucerna de disco altoimperial (Fig. 4.4); una lucerna de canal del tipo Dressel 5A (=Loesch. IX) con motivo decorativo de un gallo en el *discus* (Fig. 4.5), datada en la segunda mitad del siglo I d.C. (Celis 2005: 444); así como un par de platos o cuencos de cerámica común romana (Fig. 4.6).

3. NUEVOS DATOS ARQUEOLÓGICOS SOBRE EL YACIMIENTO DE LA VENTA EL PARRAO

Hemos podido estudiar una serie de materiales arqueológicos de época romana procedentes del yacimiento de la Venta El Parrao. Este conjunto de artefactos fue recogido por un particular en un olivar al norte del Cortijo de Marchamorón y al suroeste de la carretera A-360. Tales referencias coinciden con la ubicación del mencionado yacimiento arqueológico.

Para el estudio de tales materiales hemos distinguido varios grupos sobre la base de la naturaleza funcional de los mismos: materiales constructivos, cerámica fina de mesa, cerámica común de mesa, cerámica de cocina, ánforas, cerámica de almacenamiento y otros materiales.

3.1. Materiales constructivos

Entre los materiales recogidos destaca el ejemplar completo de un ladrillo romano rectangular con un módulo de 18 × 27 × 7 cm (Fig. 5.1). Tiene algunas trazas adheridas de mortero de arena y cal. También se han documentado 5 *laterculi*, probablemente empleados en la construcción de pavimentos (Roldán 2008: 762). Dos de ellos con unas dimensiones de 6 × 10 × 2,5 cm (Fig. 5.2), mientras que los tres restantes son algo menores, de 8 × 3 × 2,25 cm (Fig. 5.3). Estos ejemplares

también presentan leves adherencias de mortero de arena y cal. Asimismo, hemos identificado lo que parece ser un par de pestañas de téglulas romanas (Fig. 5.4-5) que formarían parte de la techumbre de la edificación rural, sin descartarse tampoco que pertenecieran a la cubierta de alguna tumba (Adam 2002: 230-231; Roldán 2008: 750-752), algo que vemos menos probable por localizarse la necrópolis del asentamiento en un sector del yacimiento algo distante (Fig. 1).

Se ha hallado también en el yacimiento una serie de cuartos de columnas. Las características métricas de éstos nos han permitido distinguir tres grupos independientemente de la éntasis de las columnas. Dos de los ejemplares (Fig. 6.1) tienen un largo –equivalente al radio de la columna– de 17 cm y una altura de 5 cm. Esto permitiría generar diámetros de 34 cm en bruto, al que habría que sumarle el grosor de la capa de estuco con el que se enfoscarían las columnas para generar apariencia mármorea. El segundo grupo de cuartos de columnas queda representado por un único ejemplar (Fig. 6.2) de 5,5 cm de altura y 19 cm de largo (radio), medida que permite lograr diámetros de 38 cm en bruto, dimensión a la que hay



FIG. 5 Materiales constructivos procedentes del yacimiento arqueológico de la Venta El Parrao. Fotografía: LGPA y SOA.

⁵ Pese al deterioro de su barniz, la copa de la forma 27 estudiada está elaborada en *terra sigillata* hispánica. En cambio, tanto el tratamiento externo como la imposibilidad de analizar la pasta del plato de la forma 15/17 genera ciertas dudas, ya que podría tratarse de una imitación local de *sigillata* altoimperial, tradicionalmente denominada cerámica tipo Peñaflo. Si bien no hemos encontrado paralelos exactos para esta forma en los estudios más recientes sobre tales imitaciones del SW peninsular (cf. Bustamante – López 2014; Vázquez – García Vargas 2014), no descartamos tal posibilidad.

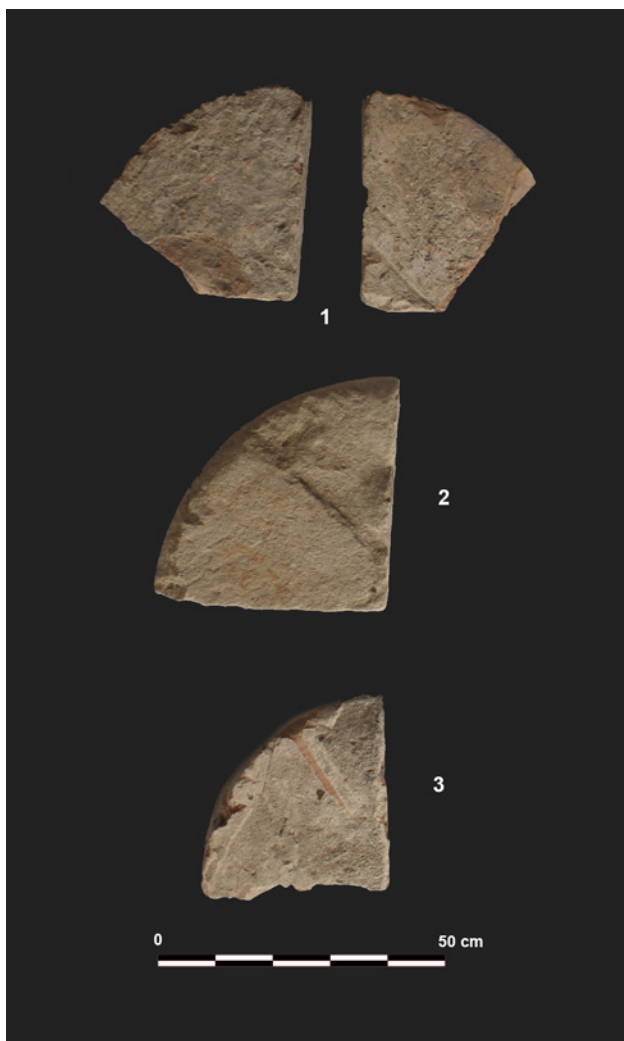


FIG. 6 Cuartos de columnas procedentes del yacimiento arqueológico de la Venta El Parrao. Fotografía: LGPA y SOA.



FIG. 7 Posible ladrillo parietal, fallo de cocción de material latericio y probable alisador o moleta procedentes del yacimiento de la Venta El Parrao. Fotografía: LGPA y SOA.

que sumar nuevamente el grosor de la capa de estuco. Finalmente disponemos de un ejemplar (Fig. 6.3) con una altura de 5,5 cm y un largo (radio) de 18 cm, lo que permitiría generar diámetros de 36 cm en bruto.

De otro lado llama la atención un fragmento de material latericio que por su tratamiento exterior estriado recuerda a los ladrillos *parietales* o de revestimiento de paredes (Brodrribb 1987: 58-60). El fragmento tiene unas dimensiones máximas conservadas de 11 × 12 cm. Su escaso grosor, de 2 cm, podría confundirlo con una tégula decorada con estrías (Fig. 7.1); sin embargo, los ejemplares conocidos en Gran Bretaña de ladrillos *parietales* tienen también entre 1,2 y 2 cm de grueso (Brodrribb 1987: 58). Eran ladrillos empleados para el revestimiento interior de las edificaciones. El dibujo superficial de estrías tiene la finalidad de favorecer la adherencia del estuco con el que se enfoscaban las paredes, y sobre el cual luego se pintaban motivos decorativos en distintos colores (Brodrribb 1987: 58-59). De hecho, el ejemplar de la Venta El Parrao conserva en la parte central del fragmento restos de la capa de estuco (Fig. 7.1). No obstante, las dimensiones reducidas de la pieza y el hecho de que tan sólo se tenga constancia de un solo individuo para el sitio, aconsejan guardar cierta cautela en cuanto a su interpretación funcional.

Por su relevancia en cuanto a la información que aporta para la interpretación del yacimiento, debemos destacar el hallazgo de un fallo de cocción. El estado fragmentario del mismo nos hace dudar entre su correspondencia con un ladrillo o más bien con un *laterculus* (Fig. 7.2). Independientemente de ello, su localización apuntaría a la probable existencia de un alfar en el asentamiento en el que, como mínimo, se produjeron materiales constructivos de carácter latericio. Sin embargo, tampoco puede descartarse que este ejemplar, pese a estar sobrepasado de cocción, se comercializase y fuese usado a modo de aparejo en el asentamiento rural.

3.2. Cerámica fina de mesa

Entre el repertorio de cerámica fina de mesa se tiene constancia de un único ejemplar de *terra sigillata* gálica. Se trata de un galbo de difícil adscripción tipológica, aunque pensamos que podría tratarse de una copa del tipo Drag. 27, al corresponderse, quizás, con la unión de los dos cuartos de círculo que caracterizan

la pared o perfil de este tipo de vasos (Fig. 8.1). De ser así, se fecharía entre principios del siglo I y las primeras décadas del II d.C. (Passelac – Vernhet 1993: 573; Polak 2000: 118-121). De otro lado, se ha podido identificar el borde de un plato o escudilla de ARS-D del tipo Hayes 67A (Fig. 8.2), datado en la segunda mitad del siglo IV d.C. (Bonifay 2004: 171-173).

Debe llamarse igualmente la atención sobre el borde de un plato, algo pasado de cocción y que a nivel externo presenta marcas de fuego (Fig. 8.3), que imita al tipo Hayes 59 de ARS-D. Los originales africanos de esta forma presentan una cronología genérica que se mueve entre las décadas iniciales del siglo IV y las primeras décadas del V d.C. (Hayes 1972: 96-100; Carandini – Tortorella 1981b: 82-83).

3.3. Cerámica común de mesa

Un importante número de fragmentos estudiados queda conformado por ejemplares de cerámica común de mesa, por lo general con una cronología bastante amplia dentro del periodo romano: 7 platos-tapadera, 2 fuentes y 7 jarras.

Entre los ejemplares de platos-tapadera se distinguen 6 grupos formales: un ejemplar de pared oblicua y con borde recto de labio romo (Fig. 8.4); dos ejemplares de borde ligeramente engrosado y labio romo (Fig. 8.5-6); un ejemplar con borde ligeramente exvasado al interior y de labio romo (Fig. 8.7); un ejemplar de borde ligeramente engrosado y exvasado al interior con labio romo (Fig. 8.8); un ejemplar con el borde escalonado (Fig. 8.9); y un ejemplar de borde de sección cuadrangular, semejante al tipo I-A9 de I. Vaz Pinto (2003: 177-178) (Fig. 8.10).

También se ha distinguido una fuente con borde engrosado y ligeramente exvasado al exterior (Fig. 9.1) y otra fuente con una leve carena en el tramo superior de la pared, con borde cuadrangular exvasado al interior, labio con suave bisel y asas de cinta horizontales (Fig. 9.2). Concretamente esta clase de fuentes suele fecharse entre principios del siglo I y finales del III d.C. (García Vargas – Conlin – Maestre 2013: 269-270). Un paralelo muy semejante a la fuente de la Venta El Parrao, y geográficamente próximo, lo localizamos en el entorno malagueño, en el alfar del Faro de Torrox (Serrano 2000: 71, Fig. 4).

Los contenedores de líquidos para la mesa presentan también cierta diversidad formal, si bien la

cronología de éstos es igualmente extensa dentro del periodo romano, aunque en el entorno del Bajo Guadalquivir comienzan a ser frecuentes sobre todo a partir del cambio de era (García Fernández – García Vargas 2010: 127-129; García Vargas – Conlin – Maestre 2013: 281). La mencionada diversidad morfológica se percibe especialmente en los cuatro tipos de bordes de jarras documentados (Fig. 9.3-7) y no tanto en los dos fragmentos de bases planas estudiados (Fig. 9.8-9). Dos de las jarras tienen el borde ligeramente exvasado al exterior, con un labio de sección triangular que genera una moldura rectangular en la vista exterior del recipiente (Fig. 9.3-4). Otro fragmento de jarra tiene una pared recta, con un borde engrosado hacia el exterior de sección triangular (Fig. 9.5). También hay un ejemplar de jarrita de borde romo levemente exvasado al exterior, conservando un asa que se une al recipiente por debajo del labio y que tiene una sección subrectangular con moldura o acanaladura central (Fig. 9.6). Finalmente, contamos con un tipo de jarra de borde romo y ligeramente engrosado (Fig. 9.7).

3.4. Cerámica de cocina

Entre la cerámica de cocina hemos podido distinguir un grupo de siete fragmentos de imitaciones locales de cerámica africana de cocina, algo harto frecuente en el entorno del Bajo Guadalquivir (cf. Romero Moragas 1987: 863-872; García Vargas – Conlin – Maestre 2013). Dos de ellos se corresponden con bordes de cazuelas del tipo Hayes 23B (Fig. 10.1-2), las cuales se fechan entre el siglo II y principios del siglo V d.C. (cf. Hayes 1972: 45-48; Tortorella 1981: 217; Bonifay 2004: 211; Serrano 2005: 263-264). Se ha documentado el borde de una cazuela del tipo Hayes 181A/B (Fig. 10.3), con una datación que se mueve entre el siglo II y la primera mitad del IV d.C. (Bonifay 2004: 211-214). Hay también dos bordes de platos/tapaderas del tipo Ostia I, 261 (Fig. 10.4-5), con una cronología que oscila entre mediados del siglo II y principios del V d.C. (Tortorella 1981: 212; Luezas 2002: 189-190). Los dos últimos ejemplares se corresponden con bordes de cazuelas del tipo Ostia III, 267 (=Hayes 197), los cuales presentan ciertas diferencias formales. El primero de ellos (Fig. 10.6) se trata de la forma clásica de este tipo, fechada entre finales del siglo II y el III d.C.; mientras que el segundo (Fig. 10.7) se corresponde con una variante tardía datada entre finales del IV y la primera mitad del V d.C. (Bonifay 2004: 224-225).

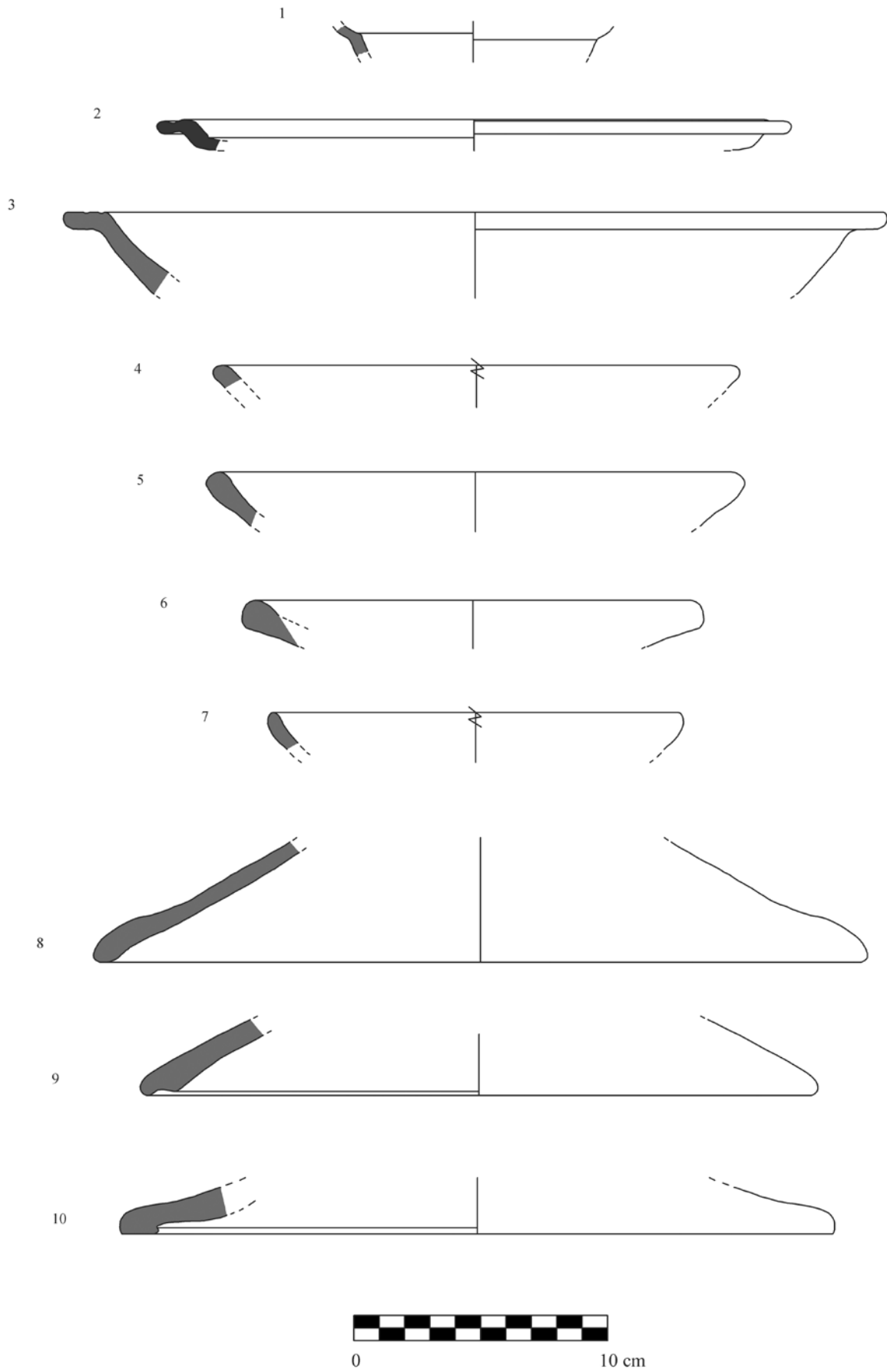


FIG. 8 Vajilla fina de mesa y cerámica común de mesa romana del yacimiento de la Venta El Parrao. Dibujos: LGPA y SOA.

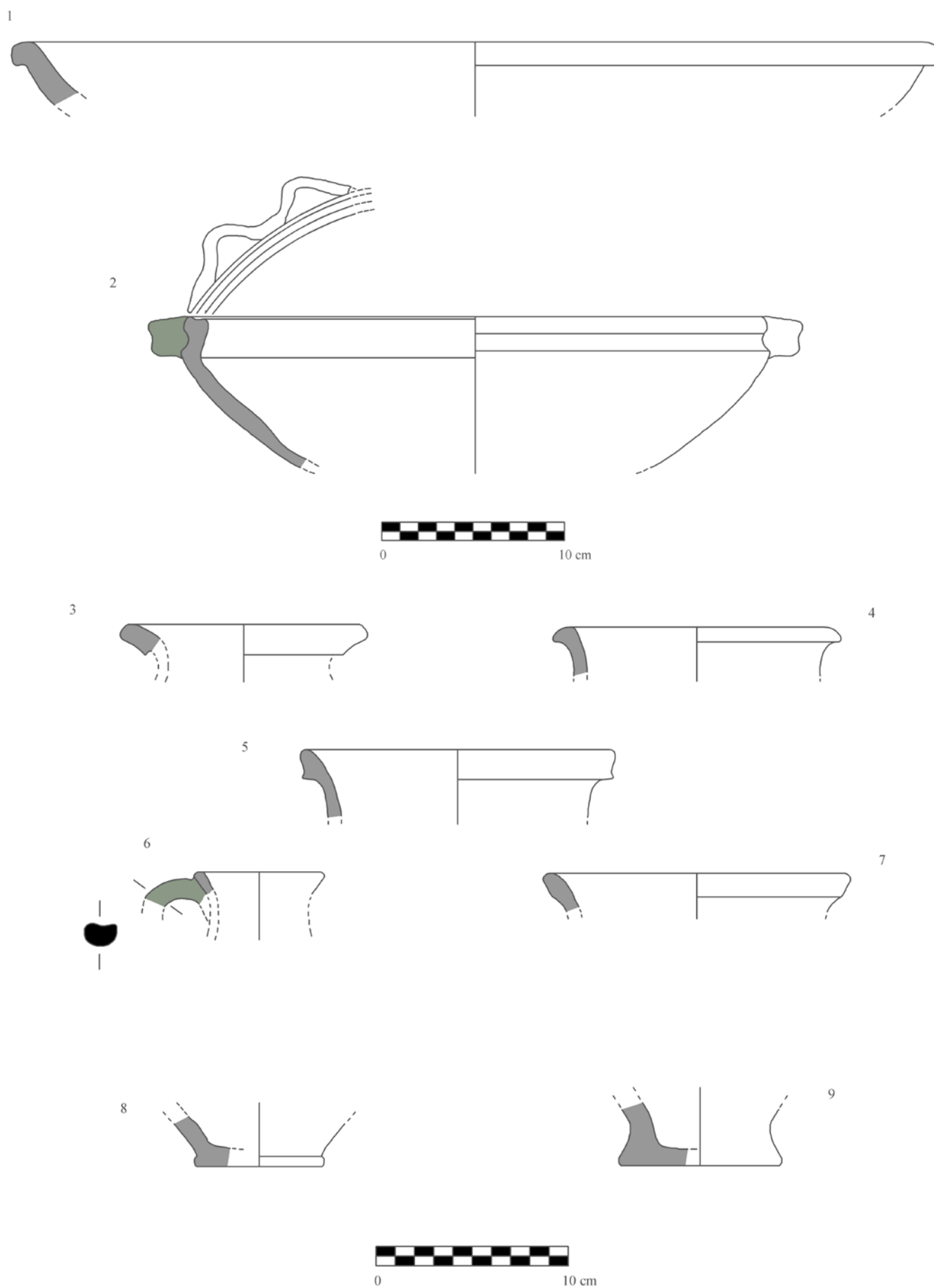


FIG. 9 Cerámica común de mesa romana del yacimiento de la Venta El Parrao. Dibujos: LGPA y SOA.

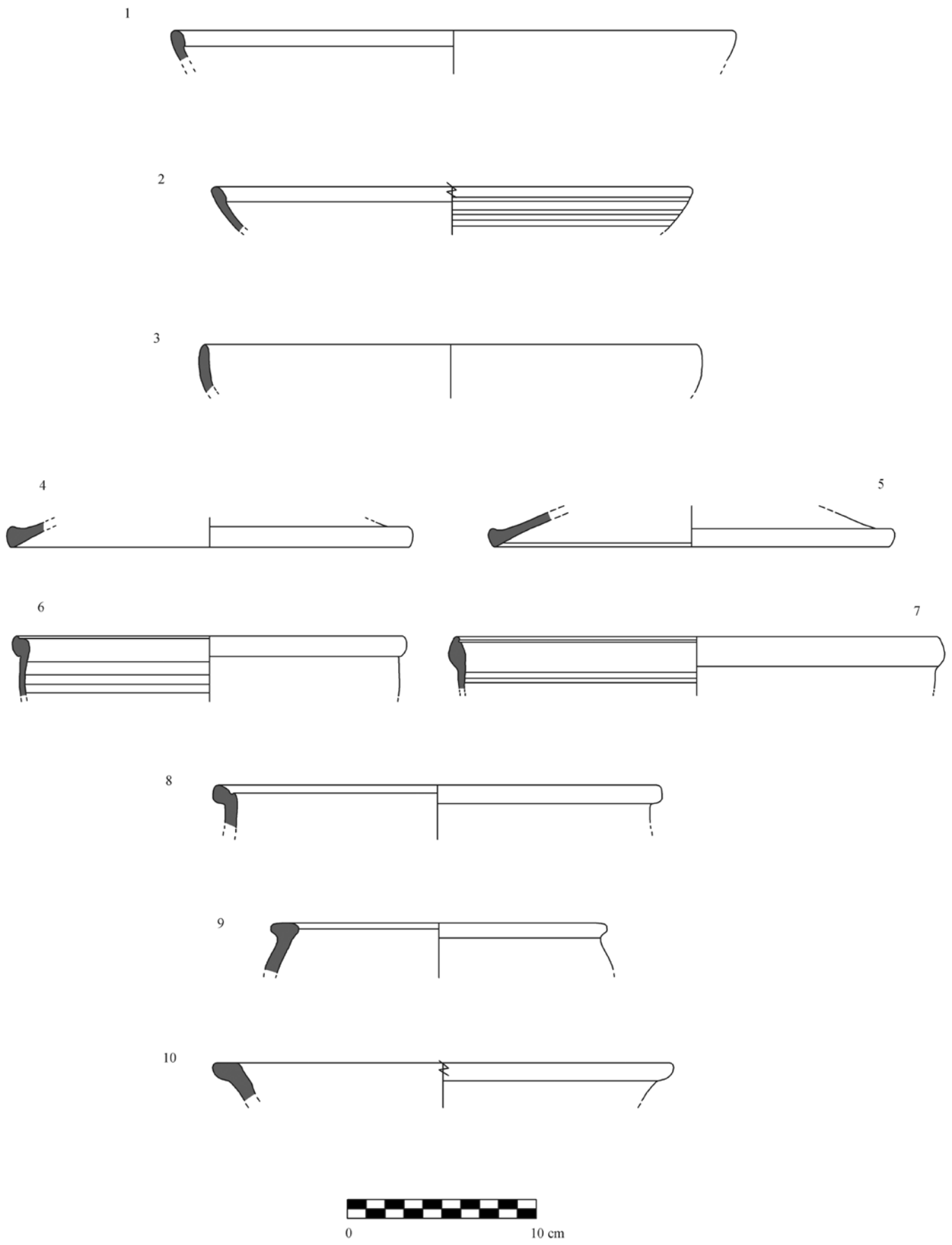


FIG. 10 Cerámica de cocina del yacimiento de la Venta El Parrao. Dibujos: LGPA y SOA.

Encontramos también otro grupo de ejemplares de cerámica común romana de cocina. Se compone de un par de fragmentos de ollas, de una cazuela o tapadera de cocina y de tres lebrillos.

Una de las ollas (Fig. 10.8) es de borde moldurado (cf. García Vargas – Conlin – Maestre 2013: 285, Fig. 30.1). Su forma nos recuerda a ciertas variantes de las producciones regionales del valle medio del Ebro del tipo Aguarod 3, datadas en época altoimperial romana (cf. Luezas 2002: 57, Fig. 5), si bien este ejemplar bético presenta una pasta depurada y reductora de color rojizo, teniendo la pieza un engobe de color beige a modo de tratamiento externo e interno. Una datación más acotada a partir del estudio de otros contextos del Bajo Guadalquivir arroja una cronología que se mueve entre mediados del siglo II y las primeras décadas del III d.C. (García Vargas – Conlin – Maestre 2013: 289). En cambio, la otra olla tiene un borde engrosado y vuelto hacia dentro (Fig. 10.9) que permite clasificarla dentro del tipo Vegas 3, el cual presenta una amplia cronología dentro del periodo romano (Vegas 1973: 17-19). Sus rasgos formales son semejantes a ciertos ejemplares documentados en La Rioja (Luezas 2002: 50, Figs. 10.9 y 10.10).

El borde de la cazuela presenta un color grisáceo. La pieza tiene un pequeño labio aplanado y exvasado al exterior que permitiría asegurar el encaje de la tapadera sobre su recipiente parejo (Fig. 10.10), aunque también este ejemplar pudo emplearse a modo de tapadera de cocina, ya que no evidenciamos marcas de fuego. Este tipo de piezas de cerámica común de cocina suelen tener también una amplia cronología dentro del periodo romano.

Por su parte, los lebrillos o barreños se definen como recipientes multifuncionales, pudiendo ser usados en ambientes de cocina para preparar alimentos, pero también en otras labores domésticas (p.ej. la limpieza, el teñido de prendas, etc.) e incluso productivas o artesanales (Luezas 2002: 90). Dos de los ejemplares estudiados (Fig. 11.1-2) presentan borde horizontal saliente, forma documentada frecuentemente en diferentes contextos del SO de la península ibérica entre el cambio de era y el periodo tardorromano (García Vargas – Conlin – Maestre 2013: 272-274). También contamos con un lebrillo o barreño con el borde exvasado al exterior y labio de sección triangular (Fig. 11.3) que nos recuerda en parte a uno de los ejemplares del Cortijo

del Río de Marchena (Sevilla), salvo por el hecho de que el lebrillo de este otro sitio es de pequeño formato y tiene un labio de sección redondeada (García Vargas – Conlin – Maestre 2013: 271, Fig. 11.2).

3.5. Ánforas

Encontramos tres tipos diferentes de material anfórico en el yacimiento de la Venta El Parrao que incrementan la diversidad conocida en el sitio para este tipo de contenedores hasta el momento. De un lado tenemos dos pivotes y un asa de ánforas del tipo Haltern 70 (Fig. 11.4-6), fechadas entre la segunda mitad del siglo I a.C. y finales del I d.C. (García Vargas 2000: 67 y 88; Carreras – Berni, 2016). Estos ejemplares debieron fabricarse en alguno de los alfares del valle del Guadalquivir, al haber sido elaborados con pastas propias de esta zona (Carreras – Berni, 2016). Tenemos también la base de un ánfora del tipo Gauloise 4 (Fig. 11.7). Se sabe que estas ánforas galas se imitaron en talleres gaditanos como el de Puente Melchor en Puerto Real (Bernal 2016). No obstante, la pasta con la que se hizo el ejemplar de la Venta El Parrao parece ser propia del sur de Francia. Se fecha entre mediados del siglo I y el III d.C. (Sciallano – Sibella 1991: 46; Laubenheimer 2014). También se ha estudiado el fragmento de un borde de ánfora del tipo Keay XVI que se fecha entre la segunda mitad del siglo II y mediados del V d.C. (Fig. 11.8). Este tipo anfórico se produjo en alfares lusitanos (Almeida – Raposo 2016) y de la costa bética (García Vargas – Lavado 1995: 218-219; Sáez – Sáez 2004: 93-98; García Vargas – Bernal 2008: 668 y 670; Bernal – García Vargas – Gener 2014: 33). La pasta del ejemplar de la Venta El Parrao es del entorno de la Bahía de Algeciras, teniendo una matriz arenosa con inclusiones de cuarzo y de mica dorada. De este entorno productivo se conoce su fabricación, por ejemplo, en el alfar tardoantiguo de Ringo Rango, en el municipio gaditano de Los Barrios (Lagóstena – Bernal 2004: 51-52; García Vargas – Bernal 2008: 670). A este grupo de cinco ejemplares debemos sumar un par de asas de ánforas romanas que no hemos podido definir tipológicamente (Fig. 11.9-10).

3.6. Cerámica de almacenamiento

Junto al anterior conjunto de ánforas encontramos un repertorio de cerámica de almacenamiento caracterizado por haber sido elaborado con arcillas

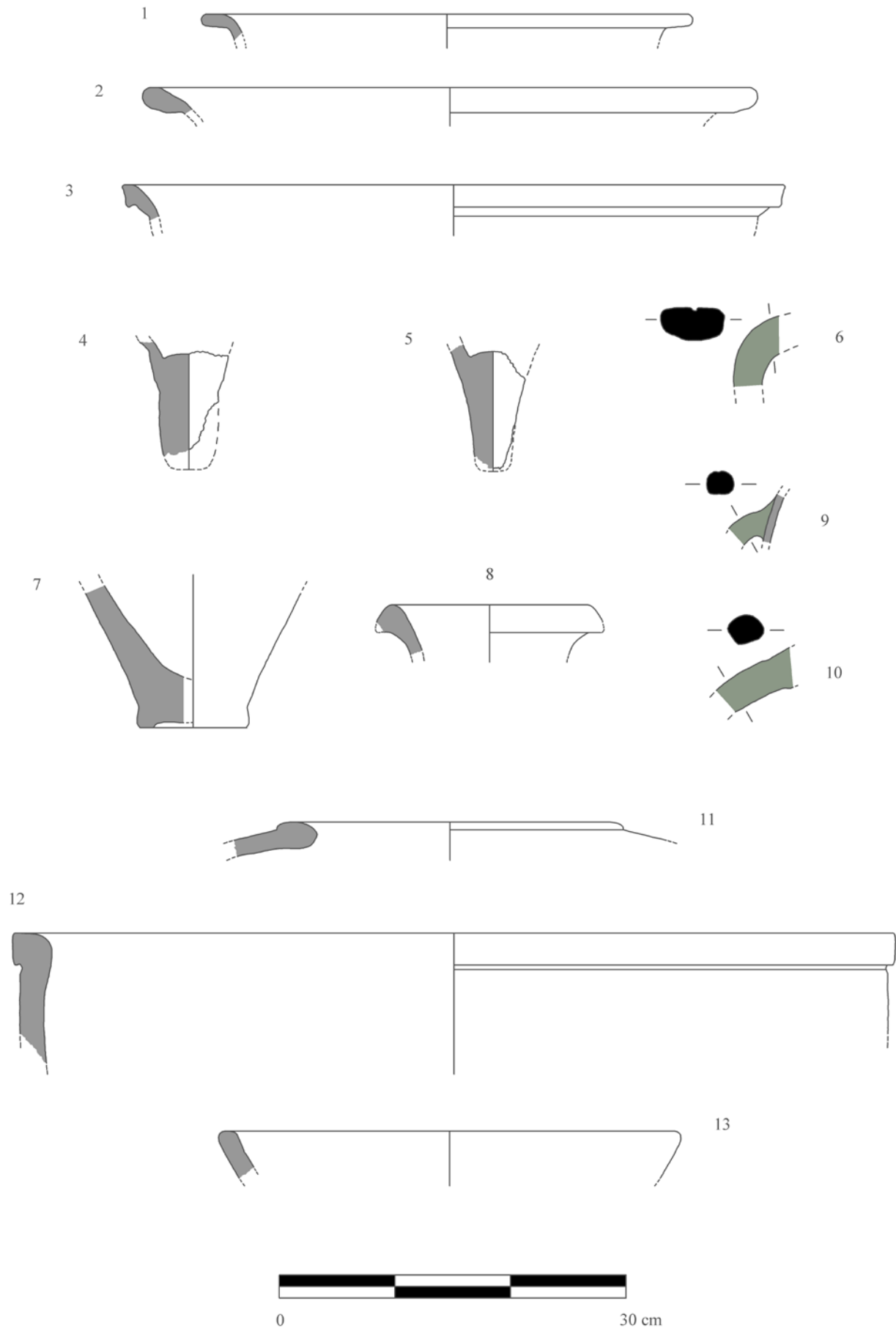


FIG. 11 Cerámica multifuncional, ánforas y cerámica de almacenamiento del yacimiento de la Venta El Parrao. Dibujos: LGPA y SOA.

locales propias del Bajo Guadalquivir⁶ y por tratarse de artefactos cerámicos más imprecisos en términos cronológicos dentro del periodo romano, ya que suelen ser frecuentes en buena parte del mismo. Entre este material destaca sin duda un fragmento del galbo de un contenedor cerámico, probablemente un *dolium*, si bien la poca curvatura del ejemplar tampoco permite descartar que se trate de material latericio. Lo que singulariza a esta pieza es que sobre su superficie se ha grabado un grafito *post cocturam* de letras capitales librarías con el siguiente texto⁷ (Fig. 12):

+ABINN+

que transcribimos como: C(---) Abinn+.

En nuestra reconstrucción, se trataría de un *nomen* abreviado seguido por un *cognomen*. Entre las varias posibilidades de desarrollo de éste último, consideramos la más factible la de *Abinnaeus* - Αβινναεος, un nombre propio de raigambre semítica, y en última instancia aramea, que tenemos atestiguado en numerosos lugares del imperio, especialmente en la *Vrbs* y en el entorno sirio, egipcio y en el Éufrates medio, tanto en esta forma como en otras variantes producto de las lógicas adaptaciones y ajustes en las transcripciones (Solin 1983: 601; Jongeling 1994: 3; Solin 1996: 601; 2002: 172-173; Boffo 2003: 533-534; 2007: 359 n.º 1; Grassi 2010: 3-4 y 24; 2012: 343-344). En la península ibérica es, sin embargo, desconocido en la antroponimia de época romana en general y en la de tradición semítica en particular. El ambiente social al que se asocia este *cognomen*, como se desprende de la información de la capital imperial es, como era de esperar, el del mundo servil y de la dependencia, con un uso mayoritario entre libertos e *incerti*. Por el tipo de letra empleado el grafito podría datarse a fines del siglo II e inicios del III, sin que quepa



FIG. 12 Galbo cerámico de posible *dolium* con inscripción incisa procedente del yacimiento arqueológico de la Venta El Parrao. Fotografía: LGPA y SOA.

mayor precisión. En fin, esta pieza añade un ejemplar más al exiguo número de antropónimos sobre *dolia* atestiguados en el sur hispano.

Junto a la pieza reseñada, tenemos el fragmento de la boca de un *dolium* (Fig. 11.11), gran contenedor de cuerpo globular y borde engrosado e inclinado hacia el interior que pudo emplearse para almacenar vino o aceite (Beltrán 1990: 261). Asimismo, los *dolia* también se usaban para acopiar otros productos como cereales, harina, agua, frutas, carne salada, etc. (Vegas 1973: 117; Luezas 2002: 136-137). Otro fragmento se corresponde con el borde de un gran barreño de gruesas paredes y borde horizontal saliente (Fig. 11.12). Este tipo de contenedores comienzan a ser frecuentes en el entorno del Bajo Guadalquivir entre el periodo tardorrepublicano y los primeros decenios del altoimperial, perdurando su uso hasta mediados del siglo V d.C. (García Vargas – Conlin – Maestre 2013: 273-274). Tradicionalmente se les ha asignado la función de cubos para lavar (Vegas 1973: 41; Beltrán 1990: 202) e incluso la de macetas de plantas ornamentales (Chic 1984: 278-280), algo que no descartamos para aquellos ejemplares de dimensiones más reducidas; sin embargo, los barreños más grandes, como el de la Venta El Parrao, quizás se emplearon en labores productivas. De hecho, en algunos asentamientos rurales romanos este tipo de contenedor forma parte de contextos relacionados con la misma producción alfarera, pero también con la textil, la oleícola y la vitícola (cf. Chic 1984: 278; Bernal – García Vargas – Gener 2014: 27; Bernal *et al.* 2014: 27; Pérez Díaz *et al.* 2017, 312; Pérez-Aguilar 2018: 764-768). Estos contenedores de gran formato pudieron igualmente emplearse a modo de

⁶ Para una descripción genérica de este tipo de pastas cerámicas pueden consultarse las caracterizaciones macro y microscópicas realizadas por Mateo (2014: 1044-1064 y 1196-1199) a los grupos UA 9 y 41 de su tesis. En general, disponen de un fino engobe agitado de color marrón claro u ocre en la superficie, teniendo una textura compacta y áspera. La matriz arcillosa tiene un color que suele oscilar entre el marrón claro y el anaranjado, presentando frecuentes vacuolas o fisuras de pequeño/mediano tamaño. El desgrasante suele componerse sobre todo de inclusiones de pequeño/mediano tamaño de cuarzo anguloso, micaesquisto, cuarzoesquisto, óxido de hierro y de microfósiles entre otros, pudiendo estar presente partículas minoritarias de hematitas, moscovita, biotita, chamota, etc.

⁷ La edición completa de este texto se ha publicado en Ordóñez Agulla – Pérez-Aguilar (2021).

baños para el lavado de personas o cosas (Chic 1984: 277). Finalmente hemos podido estudiar el borde de un gran recipiente o vasija de morfología poco frecuente en la zona del Bajo Guadalquivir (Fig. 11.13) y al que hemos encontrado paralelos en el entorno de Málaga (Serrano 2000: 70 y 80, Figs. 54-57). De ser esta correspondencia cierta, pudo tener una cronología altoimperial romana, siendo empleado para fines productivos o industriales (cf. Serrano 2000: 61-62) o más bien para almacenamiento, aunque tampoco descartamos que se trate realmente de la tapadera de un contenedor cerámico.

3.7. Otros materiales

Entre el nuevo elenco de artefactos que damos a conocer de la Venta El Parrao debemos mencionar un pequeño canto rodado de escasas dimensiones (aprox. 7,5 × 5 cm) cuyo extremo distal presenta huellas de uso, a modo de banda o cara pulimentada (Fig. 7.3). Se nos ocurre que esta pieza bien pudo emplearse como alisador o bruñidor en el alfar del asentamiento. Pero también pudo utilizarse como una rudimentaria mano de mortero en labores que implicasen el triturado o machacado de alimentos, minerales o hierbas para preparar ungüentos o medicinas (cf. Navas *et al.* 2017: 114 y 117-118).

4. CONCLUSIONES

La revisión crítica tanto de los datos conocidos del yacimiento arqueológico como de los materiales inéditos que presentamos del sitio nos llevan a concretar aún más su cronología. Trabajos anteriores lo habían fechado entre el cambio de era y el siglo VI d.C. (Buero – Florido 1999: 63). La revisión cronotipológica nos lleva a confirmar que el origen de este asentamiento rural se remonta muy probablemente al cambio de era, pero que permaneció ocupado sin solución de continuidad hasta finales del siglo IV o inicios del V d.C., no encontrando fundamento en los datos conocidos su prolongación más allá de comienzos de la quinta centuria.

E. García Vargas ha relacionado la emergencia de una red embrionaria de asentamientos rurales, tipo *villae*, en los Alcores, en las vegas del Guadaíra y del Corbones y en la campiña oriental de este, con el reparto

de lotes de tierra en época cesaro-augustea, proceso que se intensificaría durante todo el siglo I d.C., especialmente a partir de la municipalización flavia (García Vargas 2016: 65-67). Este pudo ser el caso del enclave aquí analizado, muy posiblemente dependiente de la ciudad romana que ocupa el solar de la Mesa de Gandul (*¿Irippa?*), en el término de Alcalá de Guadaíra (cf. Ponsich 1974: 268-271; Amores 1982: 125-127; Buero – Florido 1998: 27; 1999: 114-115; Pascual 2003; Garrido 2007; Vals 2010; Domínguez 2013-2014: 68-70).

Como decíamos *supra*, M. S. Buero y C. Florido interpretaron el sitio de la Venta El Parrao como una gran y lujosa villa romana de comienzos del Imperio con perduración en época tardorromana, convirtiéndose en un *vicus* a partir del siglo IV d.C. (Buero – Florido 1998: 18; 1999: 63-64). Aunque no dudamos de su gran tamaño en términos cualitativos –y siempre desde los parámetros subjetivos de estas autoras–, ciertamente este nos resulta desconocido cuantitativamente, por lo que la variable extensión impide de momento discutir si nos encontramos ante una gran villa desde sus orígenes, ante un pequeño asentamiento agropecuario que en la Antigüedad Tardía incrementó notablemente su tamaño, e incluso si nos encontramos ante un pequeño poblado rural (*vicus*), ya sea en su fase altoimperial y/o tardoantigua. La inexactitud, pero sobre todo la imprecisión de los datos en cuanto a la superficie del yacimiento, impiden de momento afinar más en la interpretación tipológica del sitio (cf. Tobalina-Pulido – González-Pérez 2020). Tendrán que ser futuros trabajos de campo arqueológico los que arrojen luz en este u otro sentido, siendo además la variable tamaño, junto a otras, clave para poder discernir interpretativamente entre las distintas tipologías de asentamientos al uso para el entorno del Bajo Guadalquivir y de otras zonas del SO hispano (cf. García Vargas – Oria – Camacho 2002: 314-315; Vargas – Romo 2002: 165-166; Oria – García Vargas 2007: 154-157; Garrido 2011: 292-213; Pérez-Aguilar 2018: 388-406).

Dejando a un lado dicha problemática, sí podemos decir que este asentamiento rural debió estar volcado a la explotación agropecuaria del entorno inmediato, ya que en él se tiene constancia de molinos de mano y de sangre, posiblemente destinados al procesado del cereal o del aceite (cf. Morales 2008: 131-147), pero también restos de mortero hidráulico que pueden asociarse a piletas empleadas en labores industriales,

así como de grandes contenedores cerámicos utilizados normalmente en el almacenamiento de estos y otros productos. Tal vez con tales actividades podríamos relacionar el antropónimo de raigambre semita *Abinnaeus*, quizás perteneciente a un liberto que operaba en el lugar. Asimismo, el asentamiento debió disponer de una zona residencial embellecida con placas de mármol y pavimentos musivarios. El peso demográfico del asentamiento debió ser suficiente como para generar un área funeraria anexa –la Necrópolis del Rosalejo–, cementerio en el que coexistieron tanto ritos de cremación como de inhumación, y que podemos fechar como mínimo entre mediados del siglo I y la segunda mitad del II d.C. (Pérez-Aguilar – Guillén-Rodríguez 2020: 665).

A este enclave rural llegó una serie de productos cerámicos que nos permite hacer distintas inferencias sobre aspectos económicos, especialmente de índole comercial y sobre las dinámicas de abastecimiento de diversos productos por parte de los asentamientos rurales, muy probablemente a través de ciudades de primer orden como *Hispalis* y de otras de menor rango como Mesa de Gandul. Además de esto, el sitio de la Venta El Parrao dispuso de un alfar que con certeza estuvo volcado a la producción de materiales constructivos de naturaleza latericia, sin poder descartarse la posibilidad de que en él se fabricasen otras producciones

de cerámica común, de almacenamiento e iluminación para el autoabastecimiento, o bien destinadas a un comercio más local. En la cuantificación que hemos podido hacer sobre un total de 71 fragmentos cerámicos publicados e inéditos del yacimiento (tabla 1), los contenedores destinados al almacenamiento representan el 4%, la cerámica común de mesa el 24%, la común de cocina el 7%, los recipientes multifuncionales el 9% y la cerámica de iluminación el 4% (Fig. 13). De todos ellos hemos podido examinar directamente 28 ejemplares, estando el 93% de estos elaborados con arcillas propias del entorno del Bajo Guadalquivir y sólo el 7% con arcillas de la Bahía de Cádiz.

TABLA 1 NÚMERO DE FRAGMENTOS DE MATERIALES CERÁMICOS PROCEDENTES DEL YACIMIENTO DE LA VENTA EL PARRAO. ELABORACIÓN PROPIA.

MATERIAL CERÁMICO	N.º DE FRAGMENTOS
Paredes finas	1
TS Gálica	1
TS Hispánica o imit.	4
ARS-A o imit.	2
ARS-C o imit.	2
ARS-D o imit.	4
Africana de cocina	2
Imit. africana de cocina	10
Almacenamiento	3
Ánforas	11
Común de mesa	17
Común de cocina	5
Multifuncional	6
Lucernas	3
TOTAL	71

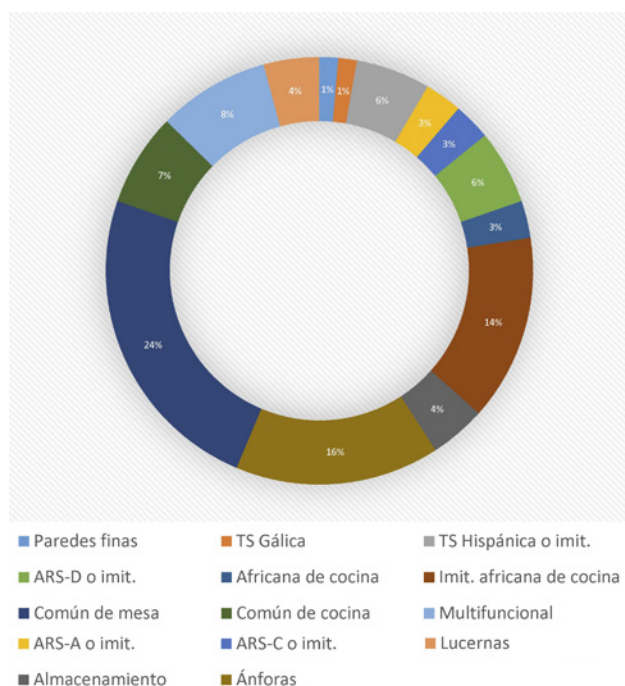


FIG. 13 Representatividad del material cerámico cuantificado en el yacimiento de la Venta El Parrao. Elaboración propia.

En el ámbito de la vajilla fina de mesa altoimperial, la presencia de cerámica de paredes finas de talleres béticos es prácticamente residual (1%), sucediendo

exactamente lo mismo con la *terra sigillata* gálica (1%), yendo este último dato en contra de la dinámica general detectada en el Bajo Guadalquivir, región que durante los siglos I y II d.C. estuvo abierta de forma masiva a la llegada de este tipo de menaje de servicio galo (cf. Vázquez 2004: 215-242; Vázquez – Pérez-Aguilar 2018: 323-338). En cambio, la *terra sigillata* hispánica en el repertorio estudiado representa el 6%, siendo un tipo de vajilla que en otras partes del Bajo Guadalquivir suele ser residual (cf. Gómez *et al.* 2014; Ruiz *et al.* 2014). Cifra más coherente, en relación a las dinámicas comerciales conocidas, resulta la de la vajilla ARS-A (3%), procedente de *Africa Proconsularis*, que junto a la cerámica africana de cocina inundó los mercados de la *Baetica* occidental (Reynolds 2007: 19-20), desplazando a las producciones galas desde finales del siglo I o comienzos del II d.C., repertorio africano que además fue profusamente imitado tanto en los talleres locales del Bajo Guadalquivir como en los de otras zonas hispanas (Romero Moragas 1987: 863-872; Luezas 2002: 200-202; Vázquez 2014; Vázquez – García Vargas 2014: 313-316). Las imitaciones de ARS-A y de cerámica africana de cocina suponen más del 14% del repertorio cerámico en el yacimiento estudiado.

Por su parte, los contenedores anfóricos altoimperiales nos permiten apuntar tanto hacia un comercio más regional como hacia otro interprovincial. El primero quedaría representado de un lado por ánforas del tipo Haltern 70, que fueron fabricadas en talleres del entorno del Bajo Guadalquivir entre finales del siglo I a.C. y finales del I d.C., empleándose para transportar diversos productos tales como vino, salsas de pescado e incluso aceitunas (Carreras – Berni 2016); de otra parte contamos con ánforas del tipo Beltrán IIB tardías, recipientes que fueron hechos en *figlinae* de la Bahía de Cádiz para comerciar sobre todo salsas de pescado, y en menor medida vinos (García Vargas – Bernal – Díaz 2016; Pérez-Aguilar – Guillén-Rodríguez 2020: 653-654). En el marco de este comercio desde la costa gaditana hacia el interior del valle del Guadalquivir (García Vargas – Camacho 2005: 115-121) puede explicarse también la existencia de algunos ejemplares de cerámica común romana que fueron elaborados con pastas propias de la Bahía de Cádiz, como antes indicábamos. El reflejo del comercio interprovincial queda atestiguado mediante la documentación de un ánfora vinaria del tipo Gauloise 4 y de pasta sudgálica,

datada entre mediados del siglo I y el III d.C. (Sciallano – Sibella 1991: 46; Laubenheimer 2014).

Como señalábamos, el desconocimiento que tenemos sobre la extensión de este yacimiento y sobre la distribución de los materiales en superficie impide valorar con rigor si en época tardorromana el asentamiento se transformó en una gran *villa* o en un poblado rural. Aún así, tal hecho no sería de extrañar a tenor de lo conocido en otras zonas del occidente tardoantiguo (Quirós 2007: 78; López 2009: 54-55). Para el entorno más próximo a la Venta El Parrao, E. García Vargas ha podido inferir que entre los siglos III y IV d.C. muchos asentamientos agropecuarios fueron abandonados, concentrándose probablemente la población de estos en otros núcleos estratégicos de las terrazas y del alcor, o en zonas de la vega próximas a vías de comunicación –como el cordel del Gallego– o a cursos de agua –como el arroyo Guadairilla– (García Vargas 2016: 68-69). De verificarse algún día el crecimiento en extensión de la Venta El Parrao en época tardorromana, tal vez pueda ponerse en conexión con esta dinámica de abandono y trasvase poblacional apuntada por el autor.

La vajilla fina de mesa producida en ARS-C queda representada por un 3% del repertorio, siendo esta fabricada en los talleres de *Africa Bizacena* en la transición del periodo altoimperial al tardorromano (siglo III-inicios del IV d.C.). La recepción de productos africanos para el servicio de mesa vuelve a incrementarse a partir del siglo IV d.C. con las producciones en ARS-D (6%), vajilla que también pudo transportarse acompañada de cerámica africana de cocina desde los talleres del entorno de Cartago y de otras zonas del actual Túnez central y septentrional, como es frecuente en otras partes del Bajo Guadalquivir (cf. García Vargas – Vázquez 2006: 68-73; Campos – Teruel – Gómez 2014; Vázquez 2017; Vázquez – Pérez-Aguilar 2018). Este panorama de comercio interprovincial tardorromano se completa con el hallazgo de un ejemplar de ánfora del tipo Key XVI fabricada en algún taller de la Bahía de Algeciras, y que nos estaría poniendo sobre la pista del mercado regional de salsas de pescado y de otros productos piscícolas desde las factorías del Estrecho de Gibraltar (cf. Jiménez 2018: 253-255) hacia el interior del valle del Guadalquivir y sus campiñas en la Tardoantigüedad.

El asentamiento rural de la Venta El Parrao parece desocuparse entre finales del siglo IV e inicios del V d.C. De corroborarse algún día que este yacimiento no fue

un poblado, sino una gran *villa* en época tardorromana, muy posiblemente su abandono deba ponerse en conexión con la crisis de la villa romana clásica que en estos momentos parece experimentar buena parte del occidente del Imperio (Chavarría 2007: 32-33). De ser un enclave aldeano, tampoco debió verse este exento de los problemas agropecuarios que parecen haber afectado a un gran número de sitios volcados a la explotación del campo en la segunda mitad del siglo IV y la primera mitad del V d.C. (Pérez-Aguilar 2018: 1275-1280).

Agradecimientos

Queremos dar las gracias al profesor Enrique García Vargas por sus orientaciones en cuanto a la identificación de distintas pastas cerámicas, a Luis Miguel Carranza Peco por su ayuda con el aparato gráfico, así como a las editoras y a los revisores anónimos de este trabajo por sus comentarios constructivos.

Bibliografía

- ABC (1965) – Los hallazgos arqueológicos de Alcalá de Guadaíra datan, posiblemente, del siglo I de nuestra Era. Fueron extraídas ánforas y otras manufacturas de barro, y restos humanos. *ABC*, 19200 (miércoles 17 de marzo, ed. de Andalucía): 5 y 61.
- ADAM, J.-P. (2002) – *La construcción romana. Materiales y técnicas*. León.
- ALMEIDA, R. R. – RAPOSO, J. M. C. (2016) – Keay 16 (Lusitania Occidental). In *Amphorae Ex Hispania. Paisajes de producción y consumo*. Institut Català d'Arqueologia Clàssica. <http://amphorae.icac.cat/amphora/keay-16-western-lusitania> (Consultado: 27/08/2021).
- AMORES, F. (1982) – *Carta arqueológica de Los Alcores (Sevilla)*. Sevilla.
- BELTRÁN, M. (1990) – *Guía de la cerámica romana*. Zaragoza.
- BERNAL, D. (2016) – Gauloise 4 (Costa Bética). In *Amphorae Ex Hispania. Paisajes de producción y consumo*. Institut Català d'Arqueologia Clàssica. <http://amphorae.icac.cat/amphora/gauloise-4-baetica-coast> (Consultado: 27/08/2021).
- BERNAL, D. – GARCÍA VARGAS, E. – GENE, J. M. (2014) – Un nuevo sello sobre ánfora salazonera (Keay XVI) en la Gades severiana. *Boletín Ex Officina Hispana*, 5: 31-34.
- BERNAL, D. – GARCÍA VARGAS, E. – LAVADO, M. L. – DÍAZ, J. J. – LUACES, M. – PÉREZ-AGUILAR, L. G. (2014) – M. Petrucidius y los hornos romanos y canteras de extracción de arcilla de La Vereda (Burguillos, Sevilla). *Boletín Ex Officina Hispana*, 5: 26-31.
- BOFFO, L. (2003) – Orientali in Aquileia. *Antichità Altoadriatiche*, 54: 529-558.
- BOFFO, L. (2007) – Dal Vicino-Oriente all'Italia Settentrionale: persone e mestieri. In GATIER, P.-L. – YON, J.-B. (eds.) – *Mélanges en l'honneur de Jean-Paul Rey-Coquais*. Beyrouth: 355-380.
- BONIFAY, M. (2004) – *Etudes sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford.
- BRODRIBB, G. (1987) – *Roman brick and tile*. Gloucester.
- BUERO, M. S. – FLORIDO, C. (1998) – Aspectos de la romanización en Alcalá de Guadaíra. In *Actas de las V Jornadas de Historia de Alcalá de Guadaíra (23-25, noviembre de 1994)*. Alcalá de Guadaíra: 13-48.
- BUERO, M. S. – FLORIDO, C. (1999) – *Arqueología de Alcalá de Guadaíra (Sevilla). Prospección arqueológica superficial del término municipal*. Alcalá de Guadaíra.
- BUERO, M. S. – FLORIDO, C. – DOMINGUES, F. M. (1991) – Prospección arqueológica superficial del término municipal de Alcalá de Guadaíra, Sevilla. Campaña de 1987. In *Anuario Arqueológico de Andalucía, 1989*, vol. 2. Sevilla: 116-123.
- BUSTAMANTE, M. – LÓPEZ, E. (2014) – Las imitaciones locales de *Terra Sigillata* en la Bahía de Cádiz. In GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. – GARCÍA VARGAS, E. (eds.) – *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética occidental durante la Antigüedad (s. VI a.C. – VI d.C.)*. Barcelona: 271-299.
- CAMPOS, J. M. – TERUEL, N. O. – GÓMEZ, A. (2014) – *La ceteria de "El Cerro del Trigo" (Doñana, Almonte, Huelva) en el contexto de la producción romana de salazones del sur peninsular*. Huelva.
- CARANDINI, A. – SAGUI, L. (1981) – Ceramica africana. Terra sigillata. Vasi non decorati o decorati a stampo. Produzione C. In CARANDINI, A. (coord.) – *Atlante delle forme ceramiche I. Ceramica fine romana nel bacino Mediterraneo (Medio e Tardo Imperio)*. Roma: 58-78.
- CARANDINI, A. – TORTORELLA, S. (1981a) – Ceramica africana. Terra sigillata. Vasi non decorati o decorati a stampo. Produzione A. In CARANDINI, A. (coord.) – *Atlante delle forme ceramiche I. Ceramica fine romana nel bacino Mediterraneo (Medio e Tardo Imperio)*. Roma: 19-52.
- CARANDINI, A. – TORTORELLA, S. (1981b) – Ceramica africana. Terra sigillata. Vasi non decorati o decorati a stampo. Produzione D. In CARANDINI, A. (coord.) – *Atlante delle forme ceramiche I. Ceramica fine romana nel bacino Mediterraneo (Medio e Tardo Imperio)*. Roma: 78-117.
- CARANDINI, A. – TORTORICI, E. (1981) – Ceramica africana. Terra sigillata. Vasi decorati a matrice e a rilievo applicato. Produzione C³ e C⁴ decorata a rilievo applicato a matrice. In CARANDINI, A. (coord.) – *Atlante delle forme ceramiche I. Ceramica fine romana nel bacino Mediterraneo (Medio e Tardo Imperio)*. Roma: 156-163.
- CARRERAS, C. – BERNI, P. (2016) – Haltern 70 (Valle del Guadalquivir). In *Amphorae Ex Hispania. Paisajes de producción y consumo*. <http://amphorae.icac.cat/amphora/haltern-70-guadalquivir-valley> (Consultado: 27/08/2021).
- CELIS, R. (2005) – Las lucernas. In ROCA, M. – FERNÁNDEZ, M. I. (coords.) – *Introducción al estudio de la cerámica romana. Una breve guía de referencia*. Málaga: 405-465.
- CHAVARRÍA, A. (2007) – *El final de las villae en Hispania (siglos IV-VIII)*. Turnhout.
- CHIC, G. (1984) – Lebrillos y macetas en los antiguos alfares romanos del Guadalquivir y del Genil. *Habis*, 15: 275-282.
- DOMÍNGUEZ, E. L. (2009) – *Inventario de la Colección Arqueológica Municipal de Alcalá de Guadaíra*. Documento inédito depositado en el Museo de Alcalá de Guadaíra (Sevilla).
- DOMÍNGUEZ, E. L. (2013-2014) – El poblamiento rural en Los Alcores durante la Antigüedad Tardía (ss. III/VII?): Santa Lucía y Las Majadillas (Alcalá de Guadaíra, Sevilla). *Romula*, 12-13: 65-94.
- FERNÁNDEZ, M. I. – ROCA, M. (2008) – Producciones de *Terra Sigillata* Hispánica. In BERNAL, D. – RIBERA, A. (eds.) – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: 307-332.

- GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. – GARCÍA VARGAS, E. (2010) – Entre gaditanización y romanización: repertorios cerámicos, alimentación e integración cultural en Turdetania (siglos III-I a.C.). *Saguntum Extra*, 9: 115-134.
- GARCÍA RIVERO, F. (2006) – *Crónicas y Memorias de Alcalá de Guadaíra*. Alcalá de Guadaíra.
- GARCÍA VARGAS, E. (2000) – La producción de ánforas «romanas» en el sur de *Hispania*. República y Alto Imperio. In *Actas del Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano*. Vol. 1. Écija: 51-174.
- GARCÍA VARGAS, E. (2016): Alcalá de Guadaíra antes del Castillo (II): la ocupación en épocas romana y post-romana. In DOMÍNGUEZ, E. L. – CERVERA, L. (coords.) – *Castillo de Alcalá de Guadaíra. Arqueología e historia*. Alcalá de Guadaíra: 51-72.
- GARCÍA VARGAS, E. – BERNAL, D. (2008) – Ánforas de la Bética. In BERNAL, D. – RIBERA, A. (eds.) – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: 661-687.
- GARCÍA VARGAS, E. – BERNAL, D. – DÍAZ, J. J. (2016) – Beltrán IIB (Costa Bética). In *Amphorae Ex Hispania. Paisajes de producción y consumo*. <http://amphorae.icac.cat/amphora/beltran-iib-baetica-coast> (Consultado: 27/08/2021).
- GARCÍA VARGAS, E. – CAMACHO, M. (2005) – El comercio del *garum* hacia el interior del valle del Guadalquivir. El papel de *Hispalis* y *Astigi*. In *Actas del VII Congreso de Historia de Écija: Écija, economía y sociedad*. Vol. 1. Écija: 111-121.
- GARCÍA VARGAS, E. – CONLIN, E. – MAESTRE, C. (2013) – El horno altoimperial del Cortijo del Río (Marchena, Sevilla). Tipología y producciones cerámicas. In BERNAL, D. – JUAN, L. C. – BUSTAMANTE, M. – DÍAZ, J. J. – SÁEZ, A. M. (eds.) – *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania*. Vol. 1. Cádiz: 257-294.
- GARCÍA VARGAS, E. – LAVADO, M. L. (1995) – Ánforas alto, medio y bajoimperiales producidas en el alfar de Puente Melchor (Villanueva, paso a nivel: Puerto Real, Cádiz). *SPAL*, 4: 215-228.
- GARCÍA VARGAS, E. – ORIA, M. – CAMACHO, M. (2002) – El poblamiento romano en la campiña sevillana: el término municipal de Marchena. *SPAL*, 11: 311-340.
- GARCÍA VARGAS, E. – VÁZQUEZ, J. (2006) – Sevilla y el comercio transmarino en el Bajo Imperio y en la Antigüedad Tardía: el testimonio de la Arqueología. In JIMÉNEZ, A. (ed.) – *La catedral en la ciudad (II). De Isidoro a Abd Ar Rahman*. Sevilla: 44-99.
- GARRIDO, P. (2007) – *Análisis de redes urbanas en época romana. Los casos de Sيارum y la Mesa del Gandul*. Tesis de obtención del DEA presentada a la Universidad de Sevilla. Inédita.
- GARRIDO, P. (2011) – *La ocupación romana del valle del Guadimar y la conexión minera*. Tesis doctoral presentada a la Universidad de Sevilla. Accesible en: <http://hdl.handle.net/11441/15988> (Consultada: 27/08/2021).
- GÓMEZ, A. – PÉREZ-AGUILAR, L. G. – RUIZ, E. – GUILLÉN, L. (2014) – *Memoria final de la actividad "Prospección arqueológica superficial del término municipal de Trebujena (Cádiz)"*. Memoria depositada en la Delegación en Cádiz de la Consejería de Cultura y Patrimonio Histórico de la Junta de Andalucía.
- GRASSI, G. F. (2010) – Semitic onomastics in Roman Aquileia. In FALES, F. M. – GRASSI, G. F. (eds.) – *Proceedings of the 13th italian meeting of afro-asiatic linguistics*. Padova: 1-31.
- GRASSI, G. F. (2012) – L'onomastica degli immigrati siriani ad Aquileia e le caratteristiche dell'antroponimia del Vicino Oriente di età romana. In LANFRANCHI, G. B. – MORANDI BONACOSSO, D. – PAPPI, C. – PONCHIA, S. (eds.) – *Leggo! Studies Presented to Frederick Mario Fales on the Occasion of His 65th Birthday*. Wiesbaden: 333-348.
- HAYES, J. W. (1972) – *Late Roman Pottery*. London.
- JIMÉNEZ, H. (2018) – Los paisajes que encontró Tariq. La Bahía de Algeciras entre los siglos III y VIII. *Lucentum*, 37: 251-269.
- JONGELING, K. (1994) – *North-African names from Latin sources*. Leiden.
- LAGÓSTENA, L. – BERNAL, D. (2004) – Alfares y producciones cerámicas en la provincia de Cádiz. Balance y perspectivas. In BERNAL, D. – LAGÓSTENA, L. (eds.) – *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. Vol. 1. Oxford: 39-124.
- LAUBENHEIMER, F. (2014) – Gauloise 4. In *Roman Amphorae: a digital resource [data-set]*. University of Southampton. Accesible en: <https://doi.org/10.5284/1028192> (Consultado a 06/08/2021).
- LÓPEZ, J. (2009) – *Arqueología del hábitat rural en la Península Ibérica (siglos V al X)*. Madrid.
- LUEZAS, R. A. (2002) – *Cerámica común romana en La Rioja*. Logroño.
- MATEO, D. (2014) – *El comercio en Hispania Ulterior durante los siglos II a.C. y II d.C. Tráfico anfórico y relaciones mercantiles*. Tesis doctoral presentada a la Universitat d'Alacant. Inédita. Accesible en: <http://hdl.handle.net/10045/56121> (Consultada: 02/05/2022).
- MAYET, F. (1975) – *Les céramiques a parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris.
- MORALES, S. M. (2008) – Molinos romanos localizados en el término municipal de Montilla (Córdoba). *Boletín de la Asociación Provincial de Museos Locales de Córdoba*, 9: 131-147.
- NAVAS, E. – ROMÁN, J. M. – GARCÍA, M. – GUTIÉRREZ, M. – MORGADO, A. (2017) – Vida cotidiana a través de la cultura material y los restos arqueofaunísticos de una villa romana de Granada. *Antiquitas*, 29: 109-124.
- ORDÓÑEZ AGULLA, S. – PÉREZ-AGUILAR, L. G. (2021) – Grafito sobre *dolium* con antropónimo de raigambre semítica en el entorno de Alcalá de Guadaíra (Sevilla). *Ficheiro Epigráfico*, 225: 3-16.
- ORIA, M. – GARCÍA VARGAS, E. (2007) – La campiña de Marchena en época romana. In FERRER, E. (coord.) – *Arqueología en Marchena. El poblamiento antiguo y medieval en el valle medio del río Corbones*. Sevilla: 143-188.
- PASCUAL, J. (2003) – La ciudad romana de la mesa de Gandul como emplazamiento de *Irippu* y en relación a *Lucurgentum* y a Alcalá de Guadaíra. In *Actas del III Congreso de Historia de Andalucía. Historia Antigua*. Córdoba: 389-407.
- PASSELAC, M. – VERNHET, A. (1993) – Céramique sigillée sud-gauloise. *Lattara*, 6: 569-580.
- PEREIRA, C. – ALBUQUERQUE, P. (2018) – Inumações infantis em ânfora na Península Ibérica durante a época romana: a prática e o rito. *SPAL*, 27(1): 89-118.
- PÉREZ-AGUILAR, L. G. (2018) – *Termodinámica y poblamiento humano en el Bajo Guadalquivir durante la Antigüedad Tardía (siglos III-VI d.C.)*. Un enfoque darwiniano. Tesis doctoral presentada a la Universidad de Sevilla. Accesible en: <https://hdl.handle.net/11441/79400> (Consultada: 27/08/2021).
- PÉREZ-AGUILAR, L. G. – GUILLÉN-RODRÍGUEZ, L. (2020) – Breves apuntes sobre las (supuestas) ánforas cretenses de Alcalá de Guadaíra (Sevilla) y su contexto arqueológico. In CLARET, A. – GARCÍA, A. – DUARTE, O. M. – JIMÉNEZ, J. (coords.) – *Actas del II Congreso de Historia y Cultura de Alcalá de Guadaíra (18-21, febrero de 2020)*. Alcalá de Guadaíra: 641-669.

- PÉREZ DÍAZ, S. – BERNAL, D. – LÓPEZ, J. A. – GARCÍA VARGAS, E. – ALBA, F. – LAVADO, M. L. – SERRA, C. – DÍAZ, J. J. – NÚÑEZ, S. – PÉREZ-AGUILAR, L. G. – LUACES, M. (2017) – Estudio palinológico del yacimiento romano de La Vereda (Burguillos, Sevilla): de la reconstrucción paleoambiental a la funcionalidad de las estructuras. *SPAL*, 26: 311-318.
- POLAK, M. (2000) – *South Gaulish Terra Sigillata with potters' stamps from Vechten*. Nijmegen.
- PONSICH, M. (1974) – *Implantation rurale Antique sur le Bas-Guadalquivir*. Vol. 1. Madrid.
- QUIRÓS, J. A. (2007) – Las aldeas de los historiadores y de los arqueólogos en la Alta Edad Media del norte peninsular. *Territorio, Sociedad y Poder*, 2: 63-86.
- REYNOLDS, P. (2007) – Cerámica, comercio y el Imperio Romano (100-700 d.C.): Perspectivas desde Hispania, África y el Mediterráneo Oriental. In MALPICA, A. – CARVAJAL, J. C. (eds.) – *Estudios de cerámica tardorromana y altomedieval*. Granada: 13-82.
- ROLDÁN, L. (2008) – El material constructivo latericio en Hispania. Estado de la cuestión. In BERNAL, D. – RIBERA, A. (eds.) – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: 749-773.
- ROMERO MORAGAS, C. A. (1987) – Un horno de cerámica común romana en Marchena. In *Crónica del XVIII Congreso Arqueológico Nacional*. Zaragoza: 863-872.
- ROMERO MUÑOZ, V. (1975) – *Alcalá de Guadaíra*. Alcalá de Guadaíra.
- RUIZ, E. – PÉREZ-AGUILAR, L. G. – GÓMEZ, A. – GUILLÉN, L. – ROLDÁN, E. (2014) – *Memoria final de la actividad "Prospección arqueológica superficial del término municipal de El Cuervo (Sevilla)"*. Memoria depositada en la Delegación en Sevilla de la Consejería de Cultura y Patrimonio Histórico de la Junta de Andalucía.
- SÁEZ, A. M. – SÁEZ, A. (2004) – Control arqueológico de urgencia realizado en el solar ubicado en C/ Albaronero, 24 (San Fernando, Cádiz). In *Anuario Arqueológico de Andalucía, 2001*, vol. 3(1). Sevilla: 93-98.
- SALINAS, M. E. (2003) – *El vidrio romano de Córdoba*. Córdoba.
- SCIALLANO, M. – SIBELLA, P. (1991) – *Amphores. Comment les identifier? Aix-en-Provence*.
- SERRANO, E. (2000) – *Cerámica común romana: siglos II a.C. al VII d.C.. Materiales importados y de producción local en el territorio malacitano*. Málaga.
- SERRANO, E. (2005) – Cerámicas africanas. In ROCA, M. – FERNÁNDEZ, M. I. (coords.) – *Introducción al estudio de la cerámica romana. Una breve guía de referencia*. Málaga: 225-303.
- SOLIN, H. (1983) – Juden und Syrer in westlichen Teil der römischen Welt. Eine ethnisch-demographische Studie mit besonderer Berücksichtigung der sprachlichen Zustände. *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, II, 29(2): 587-789.
- SOLIN, H. (1996) – *Die Stadtrömischen Sklavennamen. Ein Namenbuch*. Stuttgart.
- SOLIN, H. (2002) – Spigolature aquileiesi. In SARTORI, A. – VALVO, A. (eds.) – *Ceti medi in Cisalpina*. Milano: 167-175.
- TOBALINA-PULIDO, L. – GONZÁLEZ-PÉREZ, C. (2020) – Valoración de la calidad de los datos arqueológicos a través de la gestión de su vaguedad. Aplicación al estudio del poblamiento tardorromano. *Complutum*, 31(2): 343-360.
- TORTORELLA, S. (1981) – Cerámica africana. Cerámica da cucina. In CARANDINI, A. (coord.) – *Atlante delle forme ceramiche I. Cerámica fine romana nel bacino Mediterraneo (Medio e Tardo Imperio)*. Roma: 208-227.
- VALS, B. (2010) – *Arqueología del área de Gandul en época romana*. Trabajo Fin de Máster en Arqueología presentado a la Universidad de Sevilla. Inédito.
- VARGAS, J. M. – ROMO, A. (2002) – El territorio de Osuna en la Antigüedad. In CHAVES, F. (ed.) – *Urso. A la búsqueda de su pasado*. Osuna: 147-186.
- VAZ PINTO, I. (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa.
- VÁZQUEZ, J. (2004) – Comercio de cerámica romana en Carmo: la terra sigillata. *SPAL*, 13: 215-242.
- VÁZQUEZ, J. (2014) – Imitaciones béticas de African Red Slip Ware: una sucinta aproximación a los contextos de *Hispalis*. In GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. – GARCÍA VARGAS, E. (eds.) – *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética occidental durante la Antigüedad (s. VI a.C. – VI d.C.)*. Barcelona: 323-332.
- VÁZQUEZ, J. (2017) – Los materiales arqueológicos documentados. Prospección, sondeo de excavación y control de movimiento de tierras en el Parque Olivar del Zaudín de Tomares (Sevilla). In VÁZQUEZ, J. – GARRIDO, P. (eds.) – *El Tesoro del Zaudín: contextualización arqueológica del conjunto numismático tardoantiguo de Tomares (Sevilla)*. Sevilla: 279-300.
- VÁZQUEZ, J. – GARCÍA VARGAS, E. (2014) – Imitaciones béticas de sigillata: contextos del s. I a.C.-II d.C. en la Plaza de la Encarnación y el Patio de Banderas del Real Alcázar de Sevilla. In GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. – GARCÍA VARGAS, E. (eds.) – *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética occidental durante la Antigüedad (s. VI a.C. – VI d.C.)*. Barcelona: 301-321.
- VÁZQUEZ, J. – PÉREZ-AGUILAR, L. G. (2018) – Importaciones de vajilla de mesa y cocina en *Caura* y su entorno inmediato entre el Alto Imperio Romano y la Antigüedad Tardía. In ESCACENA, J. L. – GÓMEZ, A. – PÉREZ-AGUILAR, L. G. (coords.) – *Caura. Arqueología en el estuario del Guadalquivir*. Sevilla: 323-338.
- VEGAS, M. (1973) – *Cerámica común romana del Mediterráneo occidental*. Barcelona.

A ocupação romana da Lezíria (Castro Marim, Portugal)

The Roman occupation of Lezíria (Castro Marim, Portugal)

ANA MARGARIDA ARRUDA

UNIARQ

a.m.arruda@letras.ulisboa.pt

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7446-1104>

MARGARIDA RODRIGUES

margaridarodrigues@campus.ul.pt

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9000-9978>

RESUMO: Prospecções levadas a efeito nos anos 80 do século XX no Concelho de Castro Marim permitiram identificar, através da recolha de abundantes materiais à superfície, um sítio de época romana. Esses materiais, integralmente cerâmicos (*terra sigillata*, ânforas, cerâmica de paredes fina, lucerna e cerâmica comum), contribuíram para o conhecimento da ocupação rural do território do litoral algarvio, e para discutir a cronologia em que essa ocupação se iniciou.

PALAVRAS-CHAVE: Algarve romano; cerâmicas romanas, importações.

ABSTRACT: Archaeological surveys carried out in the 80s of the 20th century in Castro Marim Municipality allowed the identification, through the collection of many materials on the surface, of a Roman site. These materials (*terra sigillata*, amphorae, Thin-walled pottery, and common ware) can be used to understanding the rural occupation of the Algarve territory, and the chronology in which this occupation began.

KEY WORDS: Roman Algarve; roman pottery, imports.

1. INTRODUÇÃO

O sítio da Lezíria foi descoberto em 1982 no decorrer de prospecções efectuadas no quadro do projecto CAALG - Carta Arqueológica do Algarve (Gonçalves 1980; 1981; Gonçalves – Arruda – Calado 1996). A visita ao local foi justificada pela descoberta anterior de um ídolo cilíndrico oculado de tipo Moncarapacho (Gonçalves 1978). À superfície, contudo, não foram detectados quaisquer vestígios referentes a uma ocupação pré-histórica. Pelo contrário, os materiais romanos abundavam, bem como os de época islâmica. Distribuíam-se por extensas áreas, mas concentravam-se sobretudo nas que tinham sido atingidas por trabalhos agrícolas e nas sujeitas à exploração da pedra.

Destas prospecções e de outras de 1984 resultou um primeiro artigo que incidiu sobre a *terra sigillata* itálica

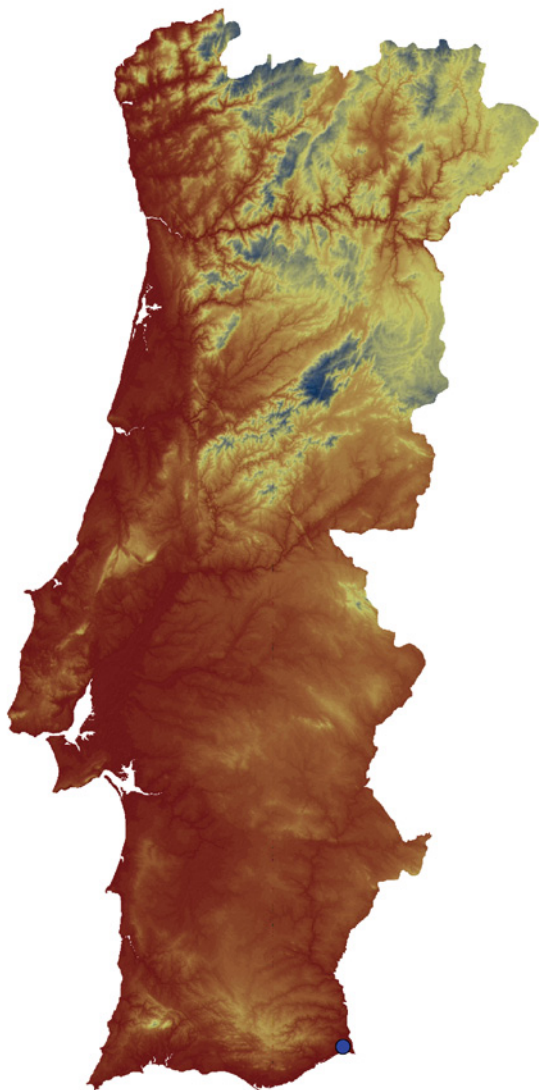


FIG. 1 Localização da Lezíria (Castro Marim, Portugal).

e sudgálica (Arruda – Dias 1985), não se tendo concretizado a intenção de continuar a divulgar os espólios recolhidos. E, assim, a restante *terra sigillata* (hispânica e africana), as ânforas e as cerâmicas comuns permaneceram inéditas, depositadas nas instalações da UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa).

Num momento de inícios, de balanços e de recomenços, entendeu-se que tinha chegado o momento de divulgar os referidos restantes materiais, voltando-se aos primeiros que, entendemos, merecem uma nova abordagem que tenha em consideração não só as novas tipologias e estudos internacionais, mas também o crescimento do conhecimento das realidades regionais em época romana.

A ocupação antiga do sítio da Lezíria incide sobre uma crista alongada, de baixa altitude (16 m.), com cerca de 1 Km de extensão, circundada por dois esteiros do Guadiana, o que corre a Este, o da Lezíria, e o da Carrasqueira (Fig. 1). Pertence à freguesia de Castro Marim, concelho de Castro Marim, distrito de Faro e possui as seguintes coordenadas geográficas: 37°12' de latitude e 7°26' de longitude.

O sítio tem permanecido mais ou menos protegido, apesar dos trabalhos agrícolas que continuaram a decorrer. De acordo com o portal do Arqueólogo (<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=53997>), uma sondagem efectuada em 2010 permitiu identificar "...duas fossas, sendo que uma delas continha um momento de utilização com materiais de cronologia almóada (século XII e XIII)". Os resultados destes trabalhos nunca foram publicados.

2. A TERRA SIGILLATA

A *terra sigillata* da Lezíria compreende produções itálicas, sudgálicas, hispânicas e africanas, totalizando 112 fragmentos que correspondem a um NMI de 72, de acordo com o protocolo de Mont Beuvray (Arcelin – Tuffeau-Libre 1998).

2.1. Terra Sigillata Itálica

As produções de origem itálica compreendem um total de 10 fragmentos. Entre estes encontra-se um fragmento de bordo (Lez. 38, Fig. 2, n.º 1) e também um de parede (Lez. 80, não ilustrado) pertencentes à forma *Conspectus* 20 (1 NMI), do serviço II de Haltern.

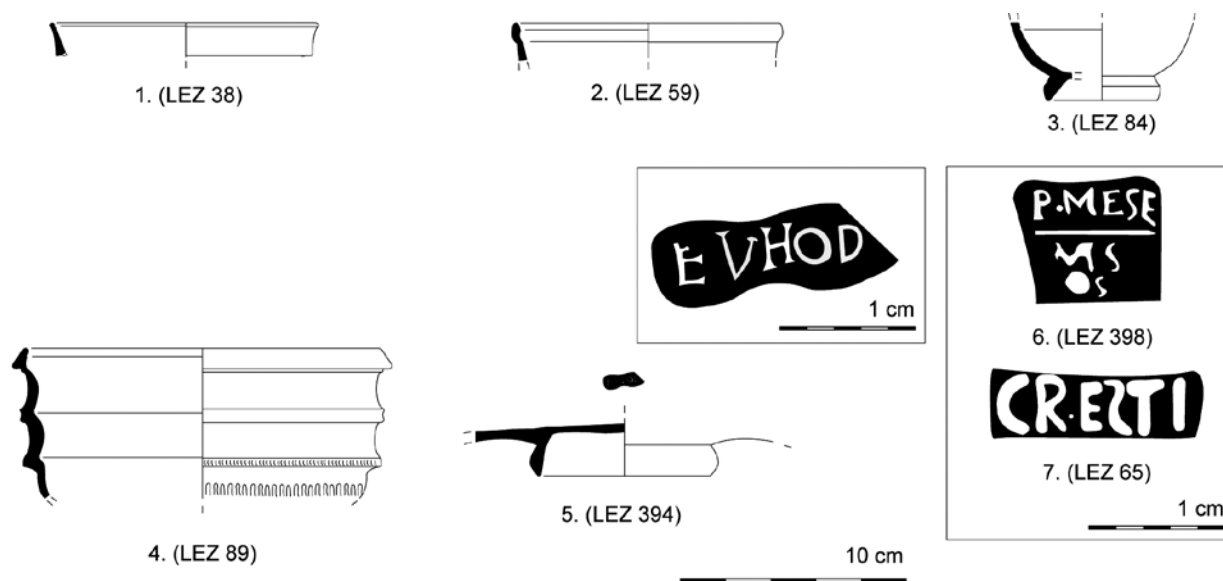


FIG. 2 Terra sigillata itálica: 1 – Consp. 20; 2 – Consp. 15; 3 – Consp. 36; 4 – Consp. R. 8.1.1; 5 a 7 – Marcas de oleiro.

Tradicionalmente, baliza-se a produção desta forma entre a época augustana e o principado de Cláudio, ainda que algumas variantes sejam mais tardias, do período de Nero ou mesmo Flávias (Ettlinger *et al.* 1990: 86). O primeiro deverá integrar-se na variante 20.4, a mais comum em contextos de meados do século I (Ettlinger *et al.* 1990: 86), não tendo o segundo permitido a sub-classificação, por se tratar de um fragmento de pequena dimensão. A distribuição desta forma no território português é extensa, sublinhando-se a sua presença em Castro Marim, bem como em Faro, *Balsa* (Viegas 2011: 532), Monte Molião (Arruda – Dias 2018; Rodrigues 2021: 27) e Milreu (Teichner 2008), bem como em Chãos Salgados (Quaresma 2012).

Um outro bordo (Lez. 59, Fig. 2, n.º 2) parece tratar-se da forma Consp. 15 (1 MNI), um copo/taça em forma de campânula, de bordo convexo, que, por não apresentar *guillochis* deverá corresponder à variante 15.2 (Ettlinger *et al.* 1990: 78).

Um fundo (Lez. 84, Fig. 2, n.º 3) poderá, ainda que com algumas reservas, ser inserido na forma Consp. 36 (1 MNI). Trata-se de uma taça hemisférica, cuja produção se baliza entre 10 e 30 (Passelac 1993: 564), ainda que outros autores estendam a sua cronologia até aos finais do século I (Ettlinger *et al.* 1990: 114). Não sendo particularmente comum, a forma está, ainda assim, presente em Faro e Castro Marim (Viegas 2011: 532), em diversos locais da cidade de Lisboa (Silva 2012: 319, 358 e 404), bem como no acampamento romano do Alto dos Cacos (Silva – Pimenta – Mendes 2013).

Foi também identificado um outro fragmento de bordo (Lez. 89, Fig. 2, n.º 4) pertencente a um cálice da forma *Conspectus* R. 8.1.1. (1 MNI), forma de paredes muito molduradas datada do período augusto-tiberiano (Ettlinger *et al.* 1990: 178). Está ausente dos grandes centros algarvios já mencionados, correspondendo a uma forma rara em território português identificada por um único fragmento em Santarém (Viegas 2003: 79).

Dois fundos não permitem uma classificação formal exacta: um, de pé alto e perfil triangular, cabe no tipo B 2.7 (Lez. 74, não ilustrado); outro, pertencente a um prato raso, integra-se no tipo B 1.11 (Lez. 359, não ilustrado) (Ettlinger *et al.* 1990: 154-157).

Incluídos neste conjunto estão também três outros fundos de forma indeterminada, mas que apresentam marcas de oleiro bem conservadas que permitiram leitura e a identificação do respetivo oleiro.

Na primeira (Lez. 394, Fig. 2, n.º 5), colocada centralmente num fundo interno de um prato, pode ler-se EVHOD[...], numa cartela *in planta pedis*. Trata-se de uma marca do oleiro identificado como *Euhodus*(2)/*Cneus Ateius Euhodus* (OCK 292), sendo o registo 787.22 do *Samian Research* o que apresenta mais semelhanças com a identificada na Lezíria. Este oleiro, que produziu nas olarias de Pisa entre 5 a.C. e 40 d.C., é conhecido em território português, concretamente em Lisboa, no Teatro Romano e no Jardim das Portas do Sol (Silva 2012: 267 e 573), em Alcácer do Sal (Faria – Ferreira – Diogo 1987: 66), em Braga (Morais 1997-1998: 54) e talvez em Santarém (Silva 2012: 790, Fig. 272).

Num outro fundo de forma indeterminada (Lez. 65, Fig. 2, n.º 7) é possível ler-se CR.ESTI (com S retrógrado e um ponto entre o R e o E). Corresponde a uma marca identificada no *NoTS* como *Crestus* (1), que engloba um conjunto vasto de punções que poderão pertencer a mais do um oleiro, sendo as marcas 698.26 e 698.29 da base de dados *Samian Research* as que mais se aproximam do exemplar agora estudado. Este oleiro produziu em Pisa/Lyon entre 10 a.C. e 30 d.C. Em Portugal, as marcas deste oleiro estão bem representadas, surgindo em Faro (Viegas 2011: 156), no Teatro Romano de Lisboa (Silva 2012), em Alcácer do Sal (Faria – Ferreira – Diogo 1987: 67) no Castelo das Guerras (Caeiro 1977) e em Conímbriga (Alarcão 1971; 1975).

No restante fundo (Lez. 398, Fig. 2, n.º 6), encontra-se uma marca relativamente bem conservada onde se lê, em três linhas, P.MESE/ NVS SI/[?]OS. Apresenta mais dificuldades de leitura do que as anteriores, não tendo sido possível encontrar paralelos diretos para a mesma. É possível que se trate de um liberto de *P. Messenius* (OCK 1168), e, entre os oleiros já documentados, talvez *P. Messenius Sindaeus* (OCK 1172), da Itália Central, que produziu entre 20 e 1 a.C., seja o que apresenta uma melhor correspondência. No entanto, esta leitura não se compagina totalmente com a grafia da terceira linha tendo em consideração a terminação em “OS” e não em “VS” e também pelo escasso espaço disponível antes destes caracteres, onde não parecem caber “NDI”, a menos que estes se compusessem através de vários nexos. Pode ainda tratar-se de um escravo de *P. Messenius Sindaeus*, o que não se descarta até pela terminação em “OS”, lendo-se assim P.MESINUS SI(ndaeus)/[E]ROS. De qualquer forma, parece tratar-se de uma marca inédita, tratando-se, no caso da última hipótese proposta estar correta, de um oleiro itálico até ao momento desconhecido¹.

2.2. Terra Sigillata Sudgálica

As importações de origem sudgálica são as mais frequentes, tendo sido contabilizados 54 fragmentos, sendo a sua maioria proveniente das olarias de La Graufesenque.

Os pratos Drag. 18 correspondem à forma mais frequente no conjunto, estando contabilizados 12 frag-

mentos (Fig. 3, n.º 1 a 10), 10 de bordo e dois de fundo (10 NMI). Os Drag. 15/17 encontram-se representados por três fragmentos de bordo e um de fundo (3 NMI) (Fig. 3, n.º 12 a 14). Trata-se de formas com uma longa diacronia de produção, tendo sido fabricadas praticamente durante todo o século I (Polak 2000), ainda que a Drag.15/17 apresente um decréscimo de produção significativo a partir de 60 d.C. No caso das Drag. 18, a maioria dos fragmentos apresenta diâmetros entre os 14 e os 16 cm., podendo ser associados à época de Nero e inícios da dinastia Flávia, tanto nas olarias de La Graufesenque, como em centros de consumo como Chãos Salgados (Quaresma 2012). Existem, ainda assim, alguns bordos com diâmetros superiores a 20 cm. que geralmente correspondem a cronologias mais antigas, ainda que esteja documentada nos centros produtores em momentos mais tardios em quantidades diminutas (Genin 2007). Ambas são extremamente comuns em todo o território português, destacando-se a sua presença no Algarve no Castelo de Castro Marim, em Faro, em *Balsa* (Viegas 2011: 536), em Lagos (Fernández Fernández *et al.* 2019), em Monte Molião (Rodrigues 2021), bem como em outros sítios de menor dimensão (Viegas 2006; 2017; Teichner 2008; Pereira 2012).

Os fragmentos Lez. 85 e Lez. 87 (Fig. 3, n.º 15 e 11), deverão ser integrados especificamente nas formas 17 (1 NMI) e 15 (1 NMI) respetivamente. O fragmento Lez85 apresenta características ainda muito semelhantes aos dos modelos itálicos, podendo confundir-se com uma forma dessa mesma produção. No entanto, a observação da peça não deixa dúvidas que tanto a pasta como o engobe correspondem a uma produção do sul da Gália, possivelmente a produções precoces das olarias de La Graufesenque. Existem também paralelos próximos no Castelo de Castro Marim (Viegas 2011: Est. 85 n.º 1067) para peças da forma 15 com características muito semelhantes às aqui reconhecidas.

Foram também identificados dois fragmentos que podem ser integrados na forma Ritt. 1 (2 NMI) (Fig. 3, n.º 16 e 17), apresentando parede côncava e bordo de lábio semi-circular e a característica canelura na parede interna, imediatamente abaixo do lábio (Polak 2000: 83). A cronologia associada a esta forma aponta para os momentos iniciais da produção sudgálica, entre o principado de Tibério e o de Cláudio, mas terá sido produzida pelo menos até ao de Nero (Passelac

¹ Agradecemos ao Doutor Rodrigo Banha da Silva a ajuda prestada na leitura desta marca.

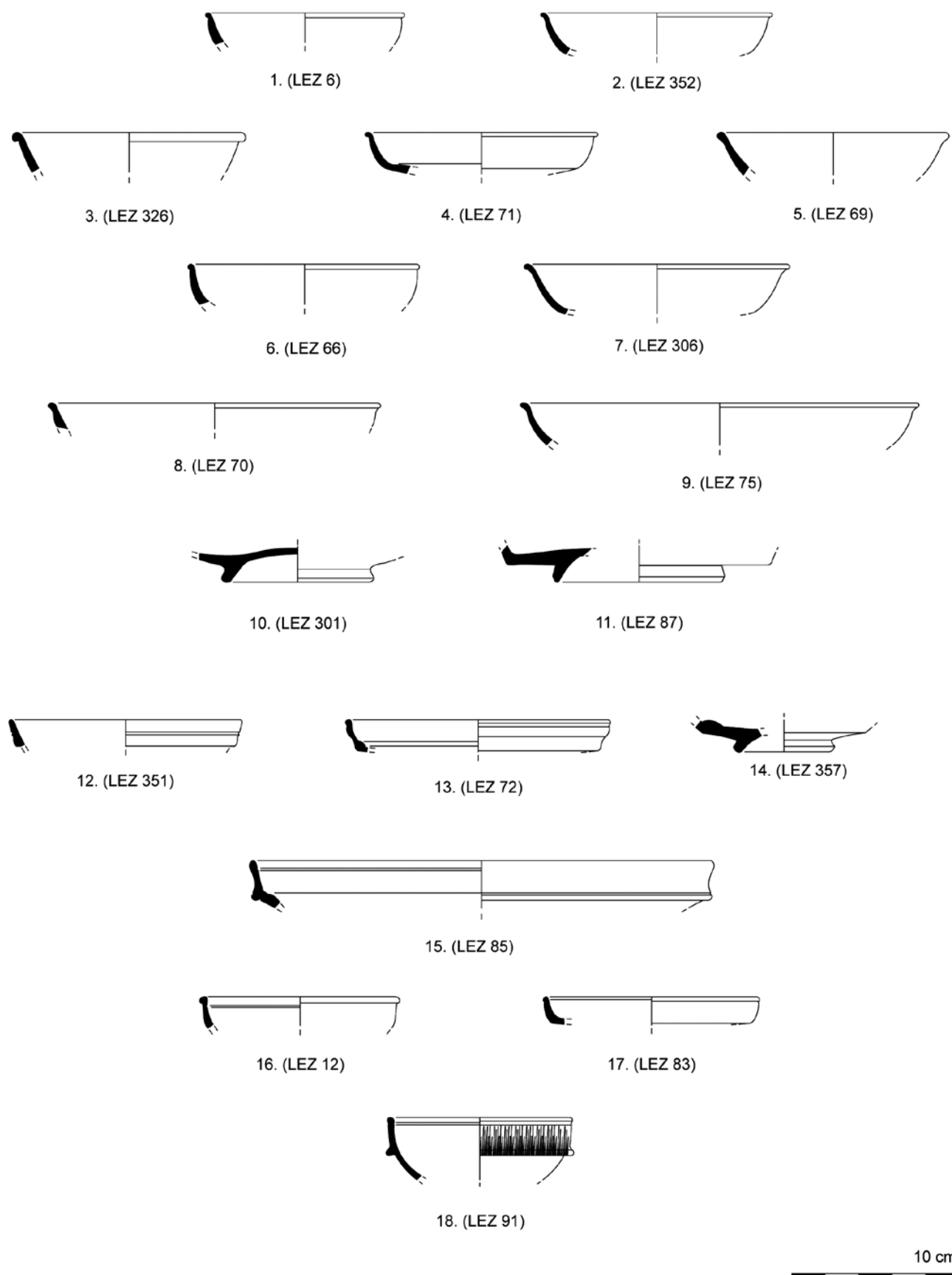


FIG. 3 Terra sigillata sudgálica: 1 a 10 – Drag. 18; 11 – Drag. 17; 12 a 14 – Drag. 15/17; 15 – Drag. 15; 16 a 17 – Ritt. 1; 18 – Drag. 24/25.

– Vernhet 1993). Não se trata de uma forma particularmente comum nos contextos do ocidente peninsular, estando ainda assim documentada em Alcácer do Sal (Faria – Ferreira – Diogo 1987), na Alcáçova de Santarém (Viegas 2003: 112) e em Conímbriga (Alarcão 1975: 93). A parecença do fragmento Lez 83 com dois fragmentos de *Balsa*, classificados como Drag. 18 (Viegas 2011: 298, Est. 40, n.º 567 e 568) gerou algumas dúvidas na sua classificação. No entanto, a existência da canelura interior sob o bordo facilitou a sua integração na forma Ritt. 1.

Documentaram-se também as taças Drag. 24/25 (4 NMI), produzidas entre o período augustano tardio e o início da época flávia, contabilizando-se dois bordos e três fragmentos de parede, sendo de destacar que um dos primeiros (Lez. 91, Fig. 3, n.º 18) corresponde a um exemplar marmoreado.

Sete fragmentos de bordo pertencem ao tipo Drag. 27 (7 NMI) (Fig. 4, n.º 1 a 6), forma preponderante durante todo o século I e inícios do século II, que, tal como a Drag. 18, é comum na grande generalidade dos sítios desta cronologia no ocidente peninsular. Os diâmetros lidos no conjunto da Lezíria cabem, maioritariamente, entre os 10 e os 14 cm., valores associados ao período flávio (Polak 2000), havendo apenas um único exemplar mais reduzido, com 8 cm. Em Chãos Salgados (Quaresma 2012), os exemplares entre 7 e 9 cm. são associados ao período neroniano.

Integráveis na forma Drag. 35/36 (1 NMI) foram identificados dois fragmentos, um de bordo e um de fundo (Fig. 4, n.º 7), ainda que este último tenha suscitado algumas dúvidas na sua classificação. Esta forma está associada às produções compreendidas entre o período flávio e a primeira metade do século II, sendo particularmente comum no território algarvio, estando presente no Castelo de Castro Marim, *Balsa* e Faro (Viegas 2011), Monte Molião (Rodrigues 2021), Milreu e Cerro da Vila (Teichner 2008), bem como no território alentejano, por exemplo em Chãos Salgados (Quaresma 2012).

Entre o espólio sudgálico, encontra-se também um conjunto de fragmentos de vasos decorados. Correspondem, maioritariamente, às formas mais frequentes tanto na região como no restante território português. Seis pertencem a taças da forma Drag. 37 (5 NMI).

A peça Lez 16 (Fig. 4, n.º 12) possui um motivo metopado muito empastelado, de decoração muito

cheia ou barroca, observando-se dentro das métopas punções de animais (aves) e de figuras humanas ou mitológicas que se repetem em redor da peça. Paralelos exatos para esta decoração não foram identificados, ainda que a composição tenha semelhanças com o oleiro de La Graufesenque L. Tr- Masculus (Base de dados *Samian Research*, n.º 0005074). No entanto, a pasta vermelho escuro, e com fracturas internas, e o engobe, também escuro e acastanhado, parecem apontar para um outro centro oleiro, apesar de não ser impossível que as características físicas pouco comuns da peça possam dever-se a um erro de cozedura ou algum tipo de fenómeno pós deposicional.

Na parede Lez. 321 (Fig. 4, n.º 10) é visível uma linha de óvulos de lingueta tripartida, sob a qual se identifica, parcialmente, uma decoração metopada, com ave no interior. Este motivo encontra grandes parecenças com decorações de *Masculus* (Mees 1995: Est. 121 e Base de dados *Samian Research*, n.º 0005078), oleiro que terá laborado entre 80 e 120.

Na parede Lez. 397 (Fig. 4, n.º 8) é visível uma linha de óvulos de lingueta com terminação tripartida, separada de uma decoração metopada por uma linha ondulada. Dentro da métopa pode apenas identificar-se uma cruz de Santo André, elemento comum nas decorações dos períodos decorativos de transição e esplendor (40 a 80 d.C.), especialmente do principado de Vespasiano (Tilhard 2004). No fragmento Lez 47 (Fig. 4, n.º 14), observa-se também uma possível cruz de Santo André, ainda que possa corresponder a um outro elemento vegetalista.

Uma outra parede (Lez. 3, Fig. 4, n.º 9) apresenta uma decoração metopada, na qual se insere um possível medalhão e motivos vegetais bem como um punção de um animal, muito provavelmente um cão, motivo muito frequente durante o período flávio, utilizado por um grande número de oleiros de La Graufesenque. O estabelecimento de paralelos mais exactos está dificultado pela escassez de elementos decorativos. O último fragmento desta forma (Lez 380, Fig. 4, n.º 13) é de muito pequena dimensão, sendo apenas possível observar uma linha de óvulos de lingueta tripartida.

A forma Drag. 29 (2 NMI) (Fig. 4, n.º 15) foi documentada por dois fragmentos de parede, ainda que nenhum deles apresente decoração esclarecedora quanto à sua cronologia ou oleiro: Lez 79 corresponde a uma parede espessa da zona da carena decorada

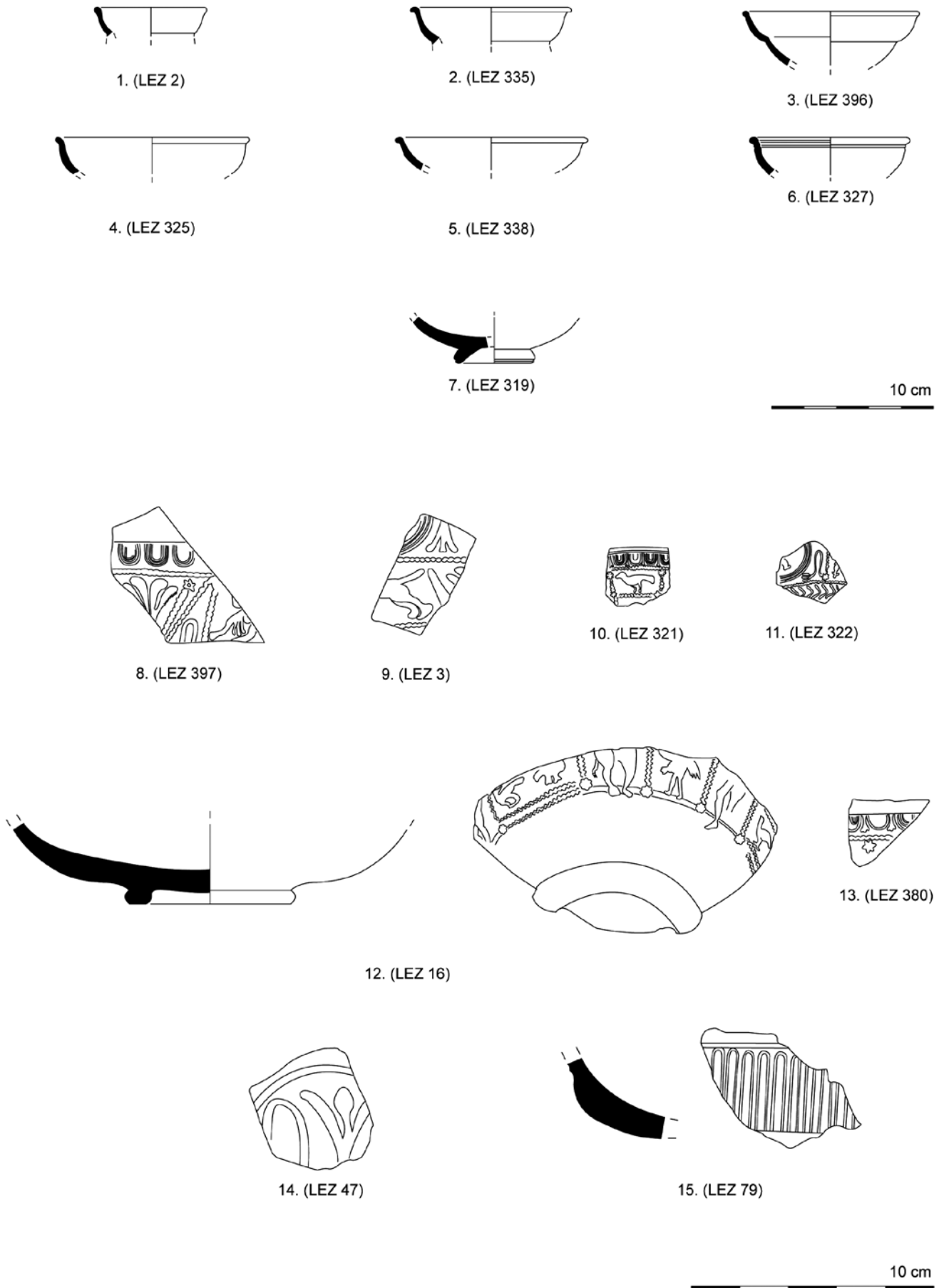


FIG. 4 Terra sigillata sudgálica: 1 a 6 – Drag. 27; 7 – Drag. 35/36; 8 a 10 e 12 a 14 – Drag. 37; 11 - Indeterminado; 15 – Drag. 29.

por uma palissada de gomos; Lez 51 (não ilustrado) conserva apenas a pequena secção de *guillochis* localizada sob o bordo.

O fragmento de forma indeterminada Lez 322 (Fig. 4, n.º 11) exhibe uma decoração metopada e o que aparenta ser um medalhão, no interior do qual apenas se vislumbra uma pequena parte de um membro inferior. Apresenta grandes semelhanças com um exemplar da forma Drag. 29 (n.º 89) de Chãos Salgados (Quaresma 2012), onde foi datado entre 40 e 80. Parece também idêntico a um motivo de *C. Valerius Albanus* (Mees 1995: Est. 3; Base de dados *Samian Research* n.º 0004319, 0004321 e 0005950), oleiro que terá produzido em La Graufesenque entre 70 e 95.

A única forma decorada menos comum corresponde a um fragmento de parede (Lez, 73, Fig. 5, n.º 1) que pode ser associado a um cálice Drag. 11 (1 NMI).

A parede, pouco espessa, conserva uma linha de óvulos duplos separados por linguetas simples e limitados, na sua parte superior, por duas caneluras. Apresenta uma canelura acentuada na parede interna. Trata-se de uma forma pouco comum entre os conjuntos algárvios, mas que, ainda assim, se encontra presente em pequenas quantidades em Faro e no Castelo de Castro Marim (Viegas 2011), bem como, já no Alentejo, em Chãos Salgados (Quaresma 2012).

Por fim, dentro do conjunto das formas decoradas foram ainda identificados dois fragmentos de bordo, correspondentes a taças Drag. 30 (2 NMI), forma produzida durante todo o século I. Num deles (Lez 354, Fig. 5, n.º 2) apenas se conserva a área não decorada, sendo visível no restante (Lez 323, Fig. 5, n.º 3) uma linha de óvulos com lingueta com terminação em florinha, sob a qual se desenvolve um motivo vegetal de folhas serrilhadas.

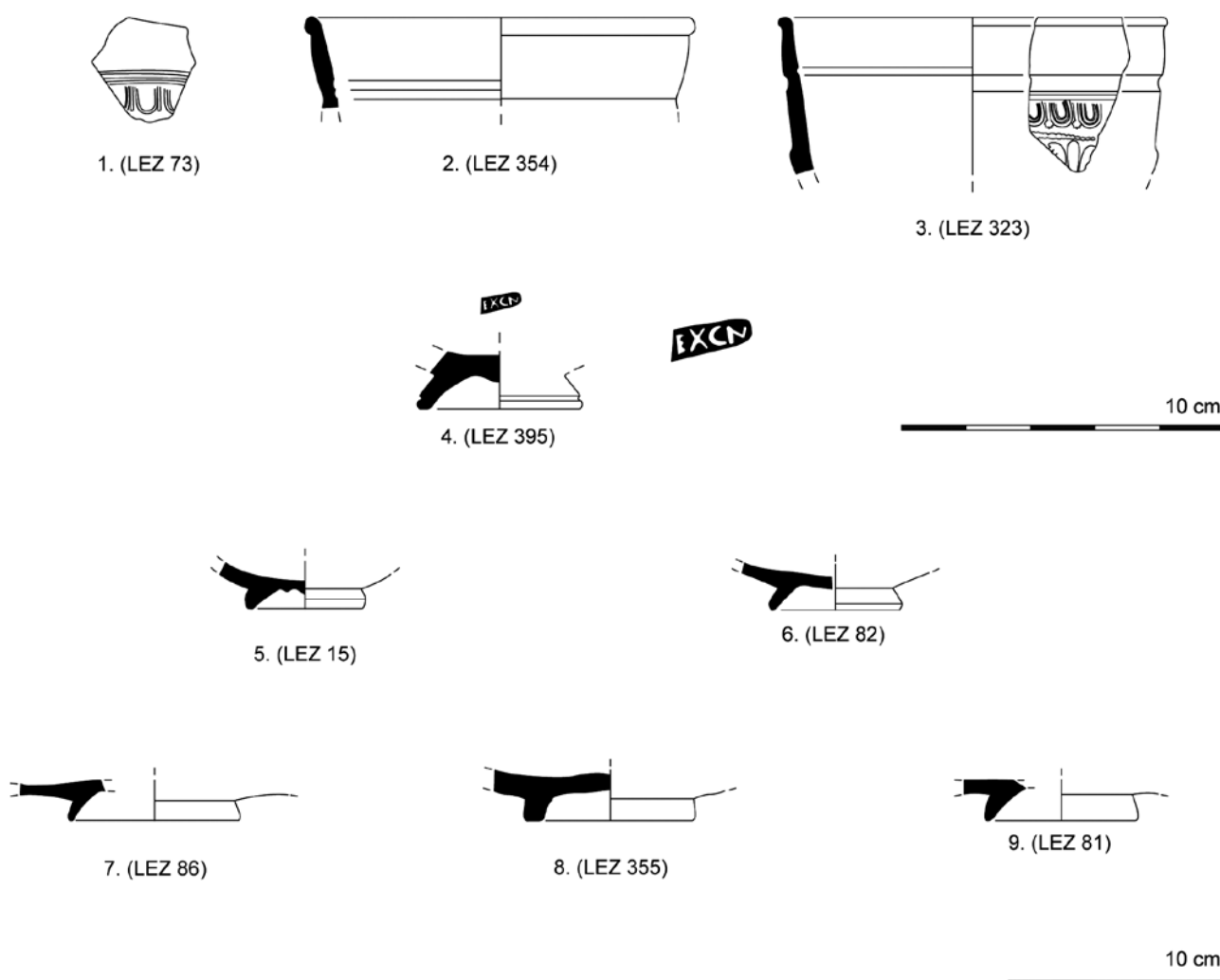


FIG. 5 Terra sigillata sudgálica: 1 – Drag. 11; 2 e 3 – Drag. 30; 4 – Marca de oleiro; 5 a 9 – Fundos indeterminados.

Um único fundo de taça de forma incerta (podendo tratar-se da forma Drag. 27 ou Drag. 35) contem marca de oleiro (Lez. 395, Fig.5, n.º 4). Corresponde a uma marca incompleta onde se pode ler [...]EX CN, que deverá pertencer ao oleiro *Sextius Can-*, variante 4a (Base de dados *Samian Research*, n.º 135996), oleiro que fabricou em La Graufesenque entre 80 e 110. Em Portugal, marcas deste oleiro foram identificadas exclusivamente em Represas, Beja (Lopes 1994).

Foi ainda reconhecido um conjunto de fundos para os quais não foi possível realizar uma classificação formal. Entre estes, contam-se cinco (Fig. 5, n.º 7 a 9) que podem ser integrados no grupo dos pratos e dois outros, cuja curvatura permite, ainda que com reservas, a sua classificação como tigelas (Fig. 5, n.º 5 e 6).

2.3. Terra Sigillata Hispânica

Dentro das produções hispânicas foram contabilizados 40 fragmentos, menos numerosos do que os de TSSG e também com diversidade formal inferior.

As formas mais frequentes são os pratos Hisp. 15/17 (Fig. 6, n.º 1-6), com sete bordos e uma parede (7 NMI), e os Hisp. 18 (Fig. 6, n.º 7-8), correspondendo a quatro bordos (4 NMI). O exvazamento e simplificação das paredes dos fragmentos da forma 15/17 afasta-os das produções mais antigas de influência sudgálica, aproximando-os mais das características associadas aos exemplares dos finais do século I e do século II (Bustamante Álvarez 2013). Por outro lado, os bordos arredondados e destacados dos fragmentos da forma 18 são assimiláveis aos elementos de tradição sudgálica, datados da época flávia.

O conjunto das taças é composto por um bordo da forma Hisp. 24/25 (1 NMI) (Fig 6, n.º 14), acompanhado pela característica ausência de ranhuras externas (Fernández-García – Ruiz Montes 2005), mas apresentando uma suave ranhura interna imediatamente por baixo do bordo, e seis da Hisp. 27, um dos quais (Lez 29, Fig.6, n.º 9) com lábio destacado e por isso com características ainda tradicionalmente sudgálicas, provavelmente ainda de cronologia flávia. Os restantes (Fig. 6, n.º 10-13) possuem um lábio já suavizado, o que permite associá-los a produções mais tardias, provavelmente já do século II (Bustamante Álvarez 2013). Estas formas são comuns entre os conjuntos recolhidos a nível regional, estando presentes nos principais centros de consumo algarvios, entre eles o Castelo de

Castro Marim, mas também *Balsa* e Faro (Viegas 2011), Monte Molião (Rodrigues 2021), Milreu, Cerro da Vila (Teichner 2008) e Vidigal (Pereira 2012), bem como no Alentejo, em Chãos Salgados (Quaresma 2012).

Quanto aos fragmentos decorados, apenas foi identificada a forma Hisp. 37, com cinco fragmentos de bordo e três de fundo (5 NMI). Três dos primeiros (Lez, 312, 310 e Lez. 13, Fig. 6, n.º 15 e 16, último não ilustrado) não conservam a parede decorada. Os restantes bordos e fundos (Fig. 6, n.º 17 a 19 e Fig. 7, n.º 1) preservam todos eles decorações de motivos circulares dispostos em redor da parte inferior da taça, elementos característicos do período flávio (Sotomayor – Roca – Fernández García 1999; Fernández García 2015), tendo sido utilizados em La Rioja a partir de 60/70 d.C. O fundo Lez 88 (Fig. 7, n.º 1) contém, dentro dos já mencionados medalhões, uma ave. O Lez. 332 (Fig. 6, n.º 17) apresenta uma pasta de tonalidade bege e engobe avermelhado no exterior e muito escuro no interior, características muito invulgares nos produtos hispânicos, mas que podem corresponder a um fenómeno pós deposicional.

Foi ainda identificado um fragmento de parede de difícil classificação formal (Fig. 6, n.º 20) que exhibe pequenas porções de decorações vegetalistas ainda de influência sudgálica, decoração para a qual não foi possível identificar paralelos exatos. Dois outros aparentam apresentar decoração, mas a sua pequena dimensão impossibilitou a identificação de qualquer elemento distintivo.

Num fundo de prato de forma indeterminada (Lez 315, Fig. 7, n.º 2), foi possível observar uma marca de oleiro onde pode ler-se OF MAT [] (MA em nexos), muito provavelmente pertencendo a *Maternus Blandvs*, oleiro do centro produtor de *Tritium Magallum*. Trata-se de uma marca pouco comum em território português, tendo sido identificada apenas no fórum de *Eburobritium* (Moreira 2002), onde está associada a contextos datados entre 70 e 100. Em território extra peninsular foi documentada em Tânger e Lixus (Boube 1965 *apud* Bustamante Álvarez 2010).

Num outro fundo de tigela de forma indeterminado é possível ler-se [] VA.PAT (AT em nexos) (Lez. 14, Fig. 7, n.º 3). É provável que esta marca corresponda ao oleiro *Valerius Paternus* de Trício. Trata-se de um dos oleiros hispânicos com maior difusão e maior número de punções identificados (Silva 2012: 474), estando

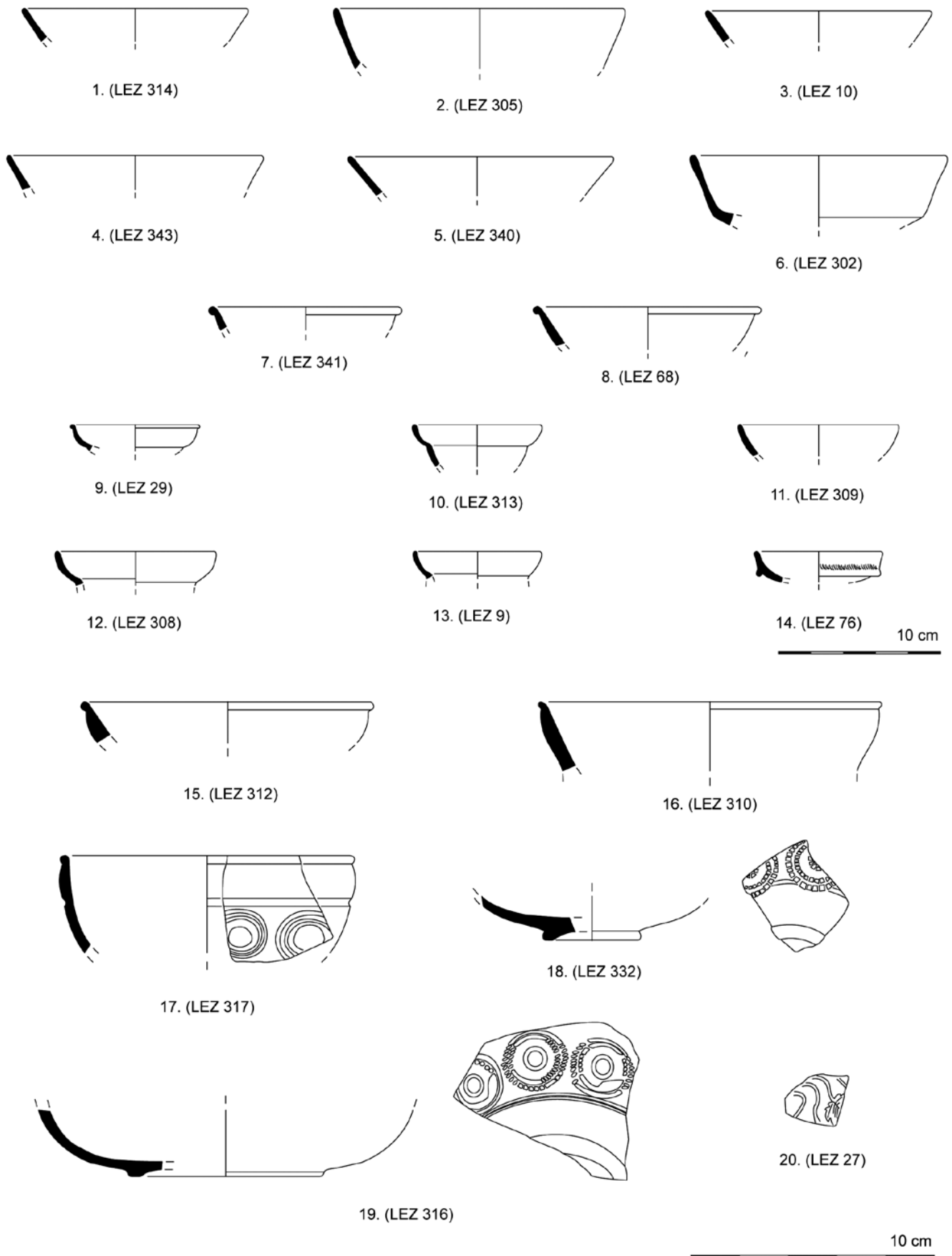


FIG. 6 Terra sigillata hispânica: 1 a 6 – Hisp. 15/17; 7 e 8 – Hisp. 18; 9 a 13 – Hisp. 27; 14 – Hisp. 24/25; 15 a 19 – Hisp. 37; 20 – Parede decoradas.

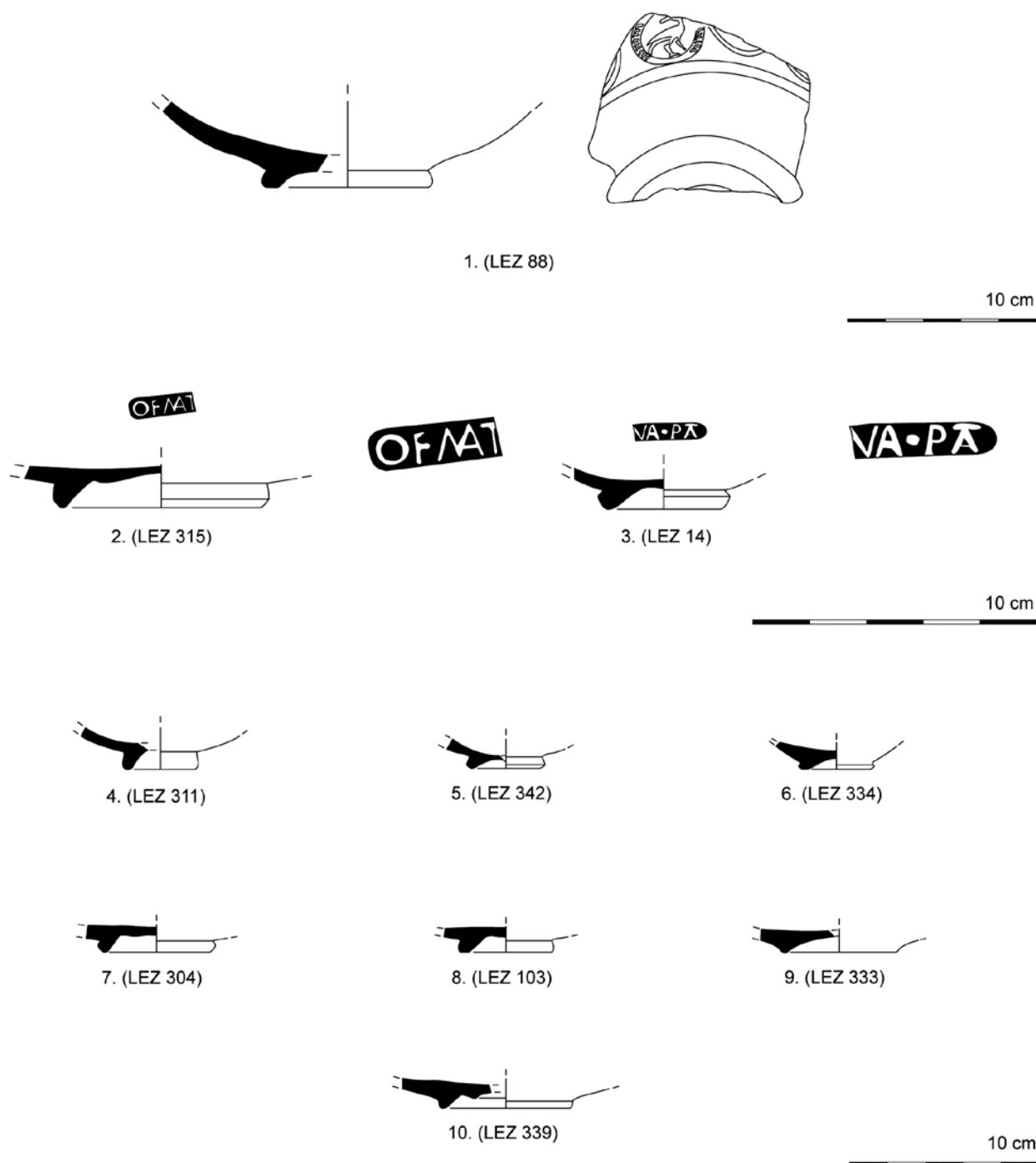


FIG. 7 Terra sigillata hispânica 1- Hisp. 37; 2 e 3 – Marcas de oleiro; 4 a 10 – Fundos indeterminados.

presente, por exemplo, em Faro (Viegas 2011), Praça da Figueira (Lisboa) (Silva 2012: 476), no fórum de *Eburbrittium* (Moreira 2002), em S. Cucufate (Alarcão – Étienne – Mayet 1990) e em Alcácer do Sal (Sepúlveda – Faria – Faria 2000). Macarena Bustamante posiciona a produção deste oleiro entre os principados de Trajano e Adriano (Bustamante Álvarez 2010).

Um terceiro fundo de prato (Lez. 358, não ilustrado), possivelmente da forma Hisp. 18, apresenta também marca de oleiro no fundo interno, mas o desgaste e

a fragmentação não permitem qualquer leitura dos caracteres.

Para além destes fundos com marca de oleiro, foram ainda identificados sete outros para os quais não foi possível realizar uma classificação em termos formais. Entre estes, dois corresponderão a taças (Lez. 311 e 342, Fig. 7, n.º 4-5), quatro a pratos (Fig. 7, n.º 7-10), não havendo, para o restante, dados que permitam compreender se se trata de um prato ou de uma taça (Lez. 334, Fig. 7, n.º 6).

2.4. Terra Sigillata Africana A

As importações de cerâmica de mesa norte africana são muito escassas, sobretudo se comparadas com as comentadas anteriormente. No total, foram contabilizados nove fragmentos, integralmente incluídos na categoria TSA, distribuindo-se pelos tipos 3, 9 e 14 A de Hayes.

O primeiro (1 NMI), que pode caber indistintamente na variante A ou B, está representado por um único bordo - Lez 361 (não ilustrada) - com decoração de barbotina, forma produzida entre o terceiro quartel do século I e os finais do século seguinte (Hayes 1972). Apesar de não ter sido identificada no Castelo de Castro Marim, a forma está presente em outros centros algarvios, como Faro (Viegas 2011; Martins 2019), Balsa (Viegas 2011), Vidigal (Pereira 2012) e Vale da Arrancada (Viegas 2017), bem como no Alentejo em sítios como Chões Salgados (Quaresma 2012).

Um pouco mais abundante é a Hayes 9, da qual se identificaram três bordos (Fig. 8, n.º 1-3), dois dos quais podem ser incluídos na variante A (2 NMI) (Lez 344 e Lez 9) e um (Lez 7) na variante B (1 NMI). A primeira é típica do século II (Hayes 1972; Bonifay 2004), com bons paralelos regionais por exemplo em Faro (Viegas 2011; Martins 2019) e em Balsa (Viegas 2011), e ainda no Alentejo litoral, em Chões Salgados (Quaresma 2012).

Um fragmento de bordo pode ter pertencido à forma Hayes 14A (1 NMI) (Fig. 8, n.º 4), taça hemisférica

associada a uma cronologia entre os finais do século II e os inícios do século III (Bonifay 2004). Em termos de distribuição regional encontramos esta mesma forma em Faro (Viegas 2011; Martins 2019) e em Balsa (Viegas 2011), bem como em vários outros sítios de menores dimensões como o Vidigal (Pereira 2012), Pedras del Rei (Viegas – Dinis 2010), Vale da Arrancada (Viegas 2017), Manta Rota (Viegas 2006) e ainda Milreu e Cerro da Vila (Teichner 2008), bem como no território alentejano como é o caso de Chões Salgados (Quaresma 2012). Um fragmento de fundo (Lez. 63, não ilustrado) pode corresponder a qualquer uma das formas anteriormente descritas.

Os restantes fragmentos do conjunto de TSA, um fundo (Lez. 348, não ilustrado) e dois bordos (Lez 8 e Lez 4, não ilustrados), não permitiram classificação do ponto de vista formal, dada a sua reduzida dimensão.

3. A CERÂMICA DE PAREDES FINAS

São apenas três os fragmentos que se associam à categoria da cerâmica de paredes finas. Trata-se de um bordo (Lez. 93, Fig. 9, n.º 1), um fundo (Lez. 95, Fig. 9, n.º 2) e uma parede com decoração com pérolas obtida através da técnica da barbotina (Lez. 92, Fig. 9, n.º 3) (1 NMI). Todas são importações da Bética devendo o bordo e a parede incluir-se no tipo Mayet

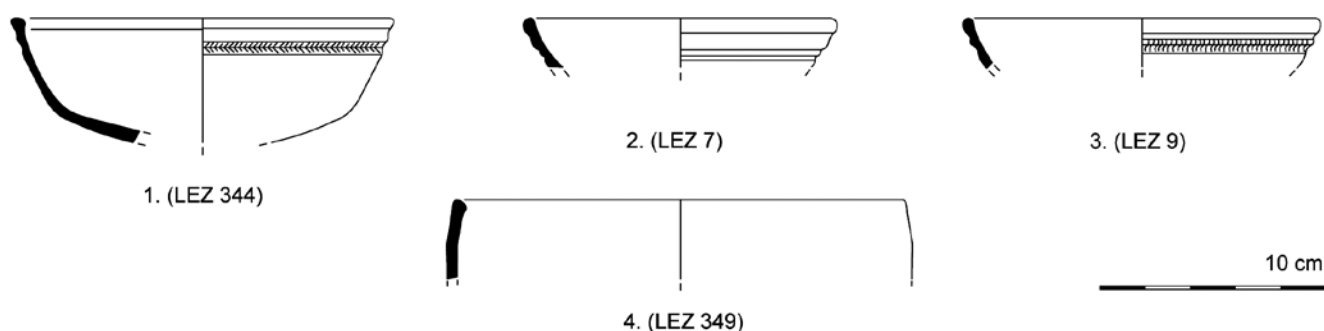


FIG. 8 Terra sigillata africana: 1 e 3 – Hayes 9A; 2 – Hayes 9B; 4 – Hayes 14A.

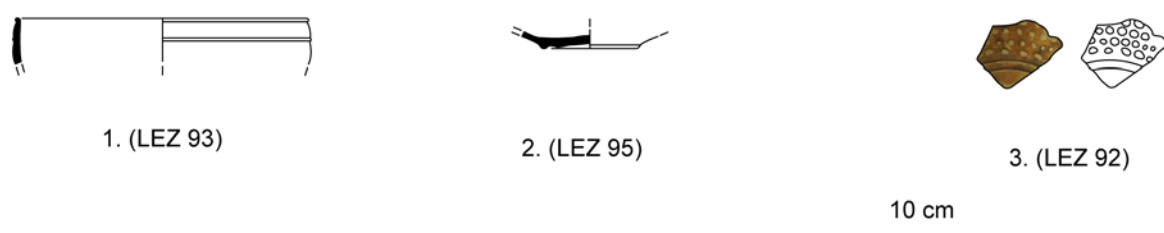


FIG. 9 Cerâmica de paredes finas: 1 a 3 – Mayet XXXVII ou XXXVIII

XXXV ou XXXVII, cabendo o fundo indistintamente nos tipos XXXV, XXXVI ou XXXVII. São formas frequentes a partir do Principado de Cláudio em todo o Ocidente peninsular. No Algarve, destaca-se o abundante conjunto de Monte Molião, aí devidamente contextualizado (Sousa – Arruda 2018).

4. AS ÂNFORAS

O conjunto anfórico da Lezíria é constituído por 43 fragmentos, entre bordos (nove), fundos (14) e asas (20) contabilizando um NMI de 21.

A análise macroscópica das pastas permitiu verificar a existência de importações oriundas da Península itálica, muito escassas, e da Bética, bem como de produtos lusitanos, mais concretamente regionais.

As primeiras estão representadas por um fragmento de asa (Lez. 14, não ilustrado), de secção oval, muito provavelmente pertencente a uma ânfora vinária de tipo Dressel 1 (1 NMI), cujo fabrico indica uma origem na região do Lácio ou da Campânia. Com pastas menos características, mas idênticas entre si, identificamos um fundo maciço, largo e de tendência cónica (Lez 378, Fig. 10, n.º 1).

A distribuição deste contentor no território actualmente português é muito vasta (Filipe 2019: 299, Fig. 23), devendo fazer-se referência, pela proximidade geográfica, aos exemplares do Castelo de Castro Marim (Viegas 2011: 474-477) e do Forte de São Sebastião, Castro Marim (Arruda – Pereira 2008).

O restante fundo (Lez. 365, Fig. 10, n.º 2) é tendencialmente cilíndrico e pode ter pertencido a uma Dressel 2-4 (1 NMI), ânfora que nunca tendo atingido o volume das importações do tipo anterior, e sendo inexistente no território de Castro Marim está, apesar de tudo, bem representada no Algarve, concretamente em *Balsa* (Viegas 2011: 359, Est. 65), Quinta de Marim (Silva – Soares – Coelho-Soares 1992), Quinta do Lago (Arruda 2019: 97, fig. 4, n.º 1, 2 e 3), Milreu (Teichner 2008), Cerro da Vila (Teichner 2008), Foz do Arade (Silva – Coelho-Soares – Soares 1987; Diogo – Cardoso – Reiner 2000), Lagos (Almeida – Moros Diaz 2014) e Quinta da Abicada (Teichner 2008). Ambos os fundos possuem grafitos pré-cozedura, relacionados, portanto, com o processo da produção, sendo o primeiro um X e o último um simples traço vertical.

As importações béticas são em maior número, estando representado o vale do Guadalquivir e a área da Baía de Cádiz.

Da primeira das regiões, registaram-se as Dressel 20 (3 NMI), documentadas através de seis fragmentos de asa e de um fundo. Os perfis das duas asas mais completas (Lez. 371 e Lez. 195, Fig. 10, n.º 3 e 4) permitem enquadrá-las na forma D (“Antoniniano Temprana”) de Berni Millet e García Vargas (2016), o que indica uma cronologia dos inícios do II, merecendo destaque a marca completa *in ansa*, com direcção directa e em *litt. Extantibus* (Fig. 10, n.º 4). Pode ler-se LLANAIA, marca que se aproxima das CEIPAC 12982 e CEIPAC 13591, impressas também sobre asas de Dressel 20 (Ponsich 1974: 155, n.º 64; Étienne – Mayet 2004: n.º 124 a e b) e que foram consideradas oriundas de um centro produtor de ânforas localizado nas proximidades de Arva (Remesal Rodríguez *et al.* 1997).

As ânforas oleárias de tipo Dressel 20 constituem o mais difundido contentor bético no centro e ocidente do Império, estando presente em quantidades apreciáveis em todo o território português, com especial incidência no vale do Tejo e no Algarve. Nesta última região, são conhecidas no Castelo de Castro Marim (Viegas 2011), *Balsa* (Viegas 2011), Pedras d’El Rei, (Viegas – Dinis 2010), Quinta do Marim (Silva – Soares – Coelho-Soares 1992), Faro (Viegas 2011; Almeida *et al.* 2014), Cabo de Santa Maria (Cardoso 2013, *apud* Avelino 2015), Quinta do Lago (Arruda 2019), Milreu (Teichner 2008), Cerro da Vila (Teichner 2008), Cerro da Rocha Branca (Gomes - Beirão 1986), foz do rio Arade (Silva – Coelho-Soares – Soares 1987; Diogo – Cardoso – Reiner 2000; Fonseca 2015), Ria de Alvor (Cardoso 2013, *apud* Avelino 2015), Lagos (Almeida – Moros Diaz 2014), Vidigal (Pereira 2012) e em Monte Molião (Estrela 1999; Arruda *et al.* 2008; Bargão 2008; Viegas – Arruda 2013; Arruda – Viegas 2016), sítio em que constituem mais de 50 % das importações béticas, tendo atingido os 64 % na fase flávio-trajana (Arruda *et al.* no prelo).

Também com origem no vale do Guadalquivir, contabilizaram-se dois bordos, nove fragmentos de asa e dois fundos pertencentes a ânforas de tipo Haltern 70 (5 NMI). Os primeiros (Lez. 192 e 118, Fig. 10, n.º 5 e 6) apresentam bordos engrossados no exterior, diferenciando-se do resto do lábio, convexo, através de um ressalto bem marcado, sendo a face interna côncava. Estas características permitem enquadrar

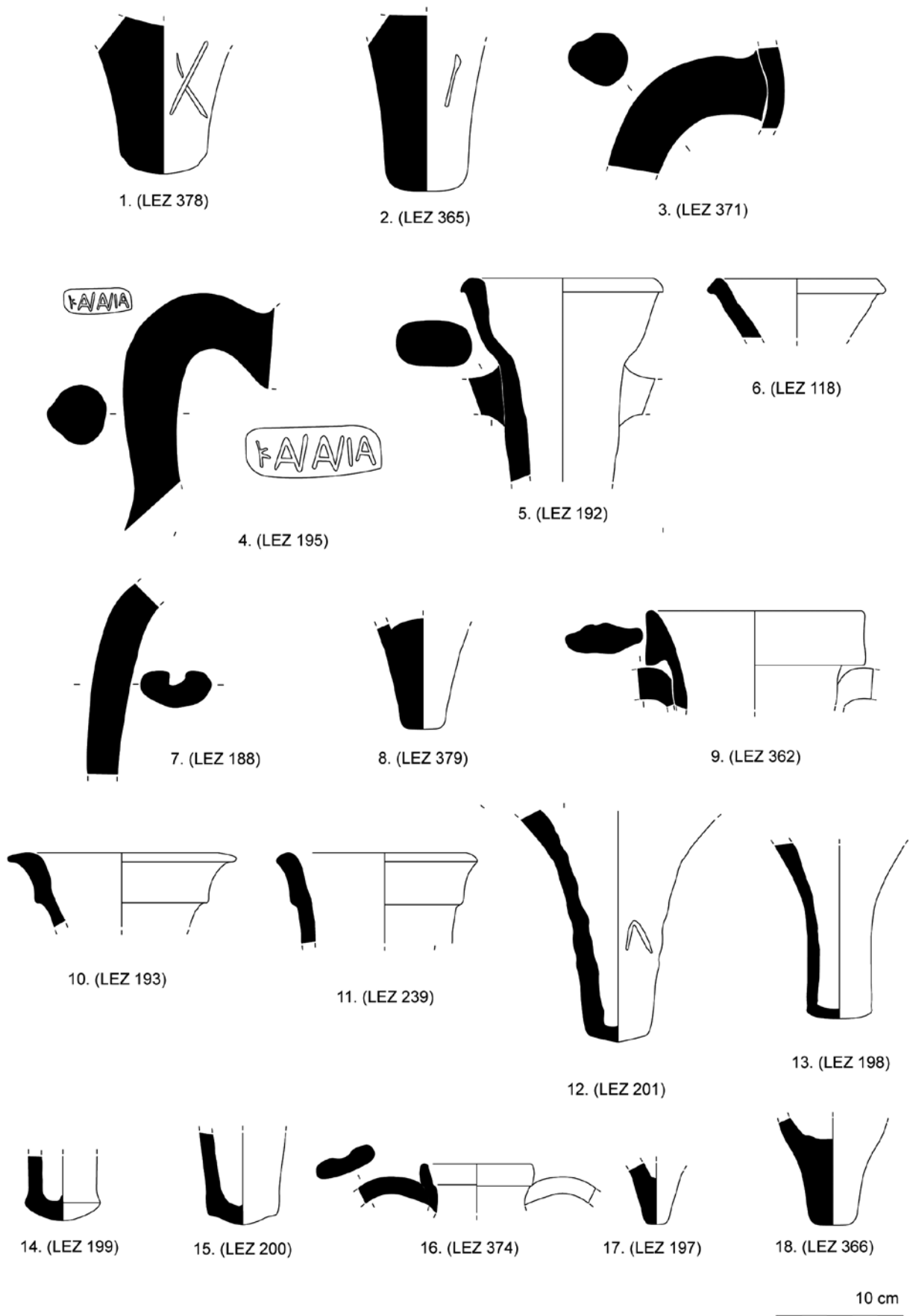


FIG. 10 Ânforas: 1 - Dressel 1 (itálica); 2 - Dressel 2-4 (itálica); 3 e 4 - Dressel 20 (Guadalquivir); 5 a 8 - Haltern 70 (Guadalquivir); 9 - Dressel 1 A (Bética); 10 e 11 - Dressel 7-11 (Bética); 10 a 15 - Dressel 10B ou 11 (Bética); 16 a 18 - Almagro 51C (Lusitana).

os exemplares da Lezíria na variante D de Berni Millet, para a qual está estabelecida uma cronologia de época flávia (Berni Millet 2011). As asas, de perfil oval (Lez. 188, Fig. 10, n.º 7), possuem uma canelura vertical profunda e os dois fundos são cónicos e maciços, com esfera de argila a rematar a superfície interna (Lez. 379, Fig. 10, n.º 8).

Tal como as anteriores, as ânforas Haltern 70, que transportaram essencialmente produtos vinários, conheceram uma ampla difusão no actual território português, sobretudo nos finais da república e inícios do principado, sendo muito mais raras as de época flávia. Estas, contudo, estão presentes no Algarve, concretamente no Castelo de Castro Marim (Arruda *et al.* 2006: Fig. 10, n.º 106-107; Viegas 2011: 499, Estampa 108, n.º 1368-1372), ainda que com escassa representação, o que contrasta com a sua abundância no século I a.C. e primeira metade do seguinte.

As ânforas oriundas da Bética costeira estão representadas por 14 fragmentos, entre bordos (seis, quatro dos quais pertencem à mesma peça), fundos (quatro) e asas (quatro).

Os bordos incluem-se nos tipos Dressel 1 A (1 NMI, Lez. 362, Fig. 10, n.º 9) e no abrangente grupo das Dressel 7-11 (4 NMI, Lez. 193 e Lez. 239, Fig. 10, n.º 10 e 11).

O primeiro, alto e com secção triangular, tem pasta compacta, dura, com numerosos elementos não plásticos de reduzida dimensão, apresentando cor laranja-claro, e um engobe bege, pouco espesso, que cobre a superfície externa. Estas características indicam uma produção na área da Baía de Cádiz, muito possivelmente em olarias localizadas na ilha de São Fernando, onde ânforas de este tipo foram fabricadas entre o século II e os finais do século I a.C.

As ânforas Dressel 1 produzidas na área costeira da Andaluzia Ocidental (García Vargas *et al.* 2016a), de ampla distribuição geográfica na área do Mediterrâneo como demonstram os exemplares de Tharros, Roma ou Delos (García Vargas – Bernal 2008), nunca atingiram em Portugal os valores das suas congéneres itálicas. Porém, estes contentores estão presentes, no vale do Tejo (Lisboa, Monte dos Castelinhos e Santarém) e, sobretudo, no Algarve, área que, no quadro do presente estudo, se deve valorizar. A sua presença no Castelo de Castro Marim (Viegas 2011: 493, Est. 105: 1340-1343) e em Monte Molião (Arruda – Sousa 2013: 120) foi documentada em níveis tardo republicanos

e augustanos, sempre em pequenas quantidades, sobretudo se comparadas com outras ânforas fabricadas na área do Estreito de Gibraltar, em geral, e na baía de Cádiz, em particular.

Os restantes cinco bordos, que correspondem a duas ânforas (Lez. 193 e Lez. 239, Fig. 10, n.º 10 e 11), cabem indistintamente nos tipos Dressel 10B (García Vargas *et al.* 2016b) ou Dressel 11 (García Vargas *et al.* 2016c), possuindo bocas acampanadas, bordos esvaçados de secção rectangular e lábios côncavos, que, na superfície externa, estão separados do colo por um ressalto pouco pronunciado. As pastas são claras (esbranquiçadas e alaranjadas), porosas, polvorentas, com escassos elementos não plásticos de pequena dimensão, entre os quais se distinguem alguns grãos de quartzo, características que indicam uma importação gaditana.

Os quatro fundos, ocós, altos, e de base plana ou ligeiramente convexa (Lez. 201, 198, 199, 200, Fig. 10, n.º 12, 13, 14 e 15), pertencem muito possivelmente a estas ou a outras ânforas destes mesmos tipos (Dressel 10B ou Dressel 11), com as quais partilham as características físicas das pastas e a cor.

Também as asas, largas e de fita, são incluíveis nas mesmas formas possuindo fabricos idênticos, denotando uma mesma origem. Todas têm perfis ovais, mas três apresentam caneluras o que pode apontar para a sua pertença ao grupo das Dressel 10B, enquanto a restante, sendo lisa, pode caber no mesmo grupo ou no das Dressel 11.

Uma cronologia dos finais do século I/inícios do II parece ser de admitir para estas ânforas piscícolas produzidas na Bética costeira.

As ânforas lusitanas estão representadas por cinco fundos e um bordo (Lez. 382, 197, 366, 374, 361, 113, Fig. 10, n.º 16, 17 e 18).

O bordo (Lez. 374, Fig. 10, n.º 16), que se integra no tipo Almagro 51 C (5 NMI), tem lábio sub-triangular, apresentando-se na superfície interna acentuadamente côncavo. A pasta é idêntica à que foi reconhecida nos fundos, havendo, tal como em um deles, um engobe de tonalidade bege.

Os cinco primeiros são curtos, sendo três tronco-cónicos e dois cilíndricos e pertenceram, muito provavelmente, à mesma forma. As pastas são grosseiras, mas duras, com abundantes elementos não plásticos (sobretudo calcite) de pequena e média dimensão e

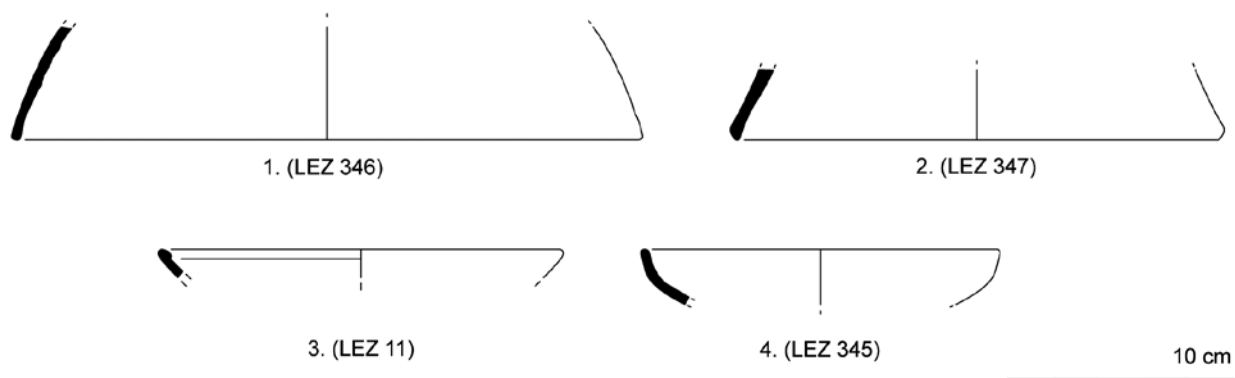


FIG. 11 Cerâmica de cozinha africana: 1 e 2 – Hayes 196 A; 3 – Hayes 23 B; 4 – Hayes 181 C.

apresentam cor laranja-escuro, estando um deles (o cilíndrico) coberto por um engobe bege.

As características da pasta e a própria morfologia indicam uma produção algarvia, onde quase todos os fornos conhecidos produziram este tipo anfórico entre o século III e o V, como são os casos de São Bartolomeu de Castro Marim (Vasconcelos 1898: 329-336; Alves – Diogo – Reiner 1990), Manta Rota (Vasconcelos 1920; Viegas 2006), Quinta do Lago (Arruda – Fabião 1990) ou Martinhal (Silva – Soares – Correia 1990; Dias 2009; Bernardes *et al.* 2013).

5. A CERÂMICA DE COZINHA AFRICANA

No sítio da Lezíria foram ainda recolhidos cinco fragmentos de bordo que cabem na categoria da “cerâmica de cozinha africana”, que se enquadram tipologicamente nas formas 196, variante A (dois exemplares, Lez. 346 e 347, Fig. 11, n.º 1 e 2), 23, variante B (dois exemplares, Lez. 11 e 363, Fig. 11, n.º 3), e 181, variante C (um exemplar, Lez. 345, Fig. 11, n.º 4) de Hayes (1972). Estes pratos/tampas (Hayes 196) e este tipo de caçoilas e/ou frigideiras (Hayes 23 e 181), produzidos em várias regiões do actual território tunisino a partir do século II (Bonifay 2004), conheceram uma considerável divulgação no Mediterrâneo ocidental e na Península Ibérica, tendo sido reconhecidos a nível regional em vários sítios, como são os casos do Vidigal (Pereira 2012), *Ossonoba*, *Balsa* (Viegas 2011), Cerro da Vila (Teichner 2008) e Monte Molião (Arruda – Pereira 2017). Assinale-se que nos últimos dois sítios foram recolhidos em níveis datados contextualmente do século II.

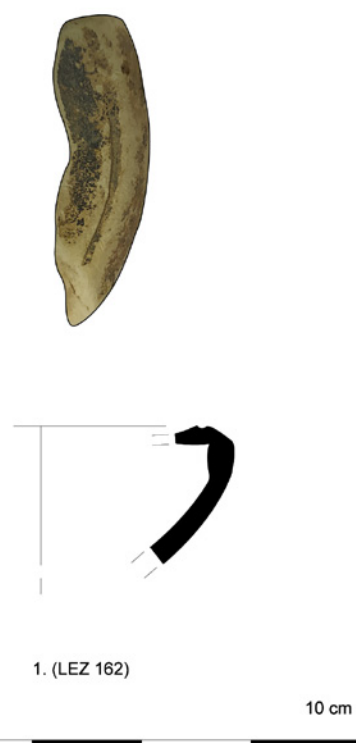


FIG. 12 Lucerna Dressel 14 ou 15

6. LUCERNA

Entre os materiais recolhidos à superfície na Lezíria encontra-se uma única lucerna (Lez, 162, Fig. 12, n.º 1). Trata-se de uma lucerna da série de volutas, de difícil classificação tipológica dada a reduzida dimensão do fragmento. Ainda assim, pode avançar-se que não é impossível incluí-la quer no tipo Dressel 14, quer no 15.²

² Agradecemos ao Doutor Carlos Pereira a ajuda na classificação desta peça.

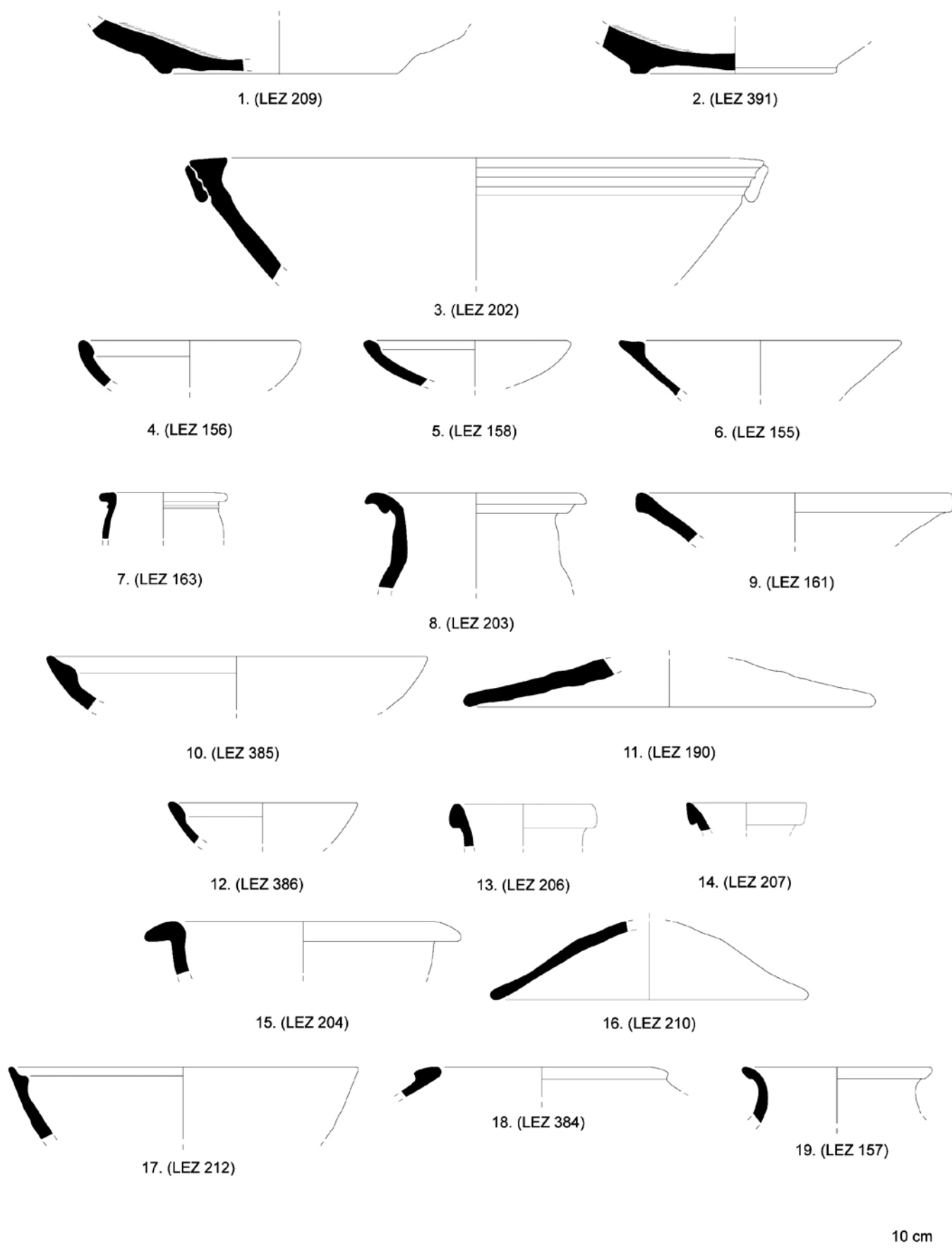


FIG. 13 1 a 3 – Almofazires (Bética); 4 a 6 e 10 – Tigelas (Bética); 7 – Jarro (Bética); 8 – Pote (Bética); 9 – Pote (?) (Bética); 11 – Tampa (local); 12 - Tigela (local); 13 e 14 – Pote (local); 15 – Dolium (local); 16 – Tapa (pasta redutora); 17 – Caçoila (pasta redutora); 18 – Tacho (pasta redutora); 19 – Pote/Panela (pasta redutora).

7. A CERÂMICA COMUM

A cerâmica comum faz também parte do conjunto de materiais recolhidos na Lezíria, tendo sido detectadas várias categorias morfo-funcionais, como almo-farizes, *dolia*, potes/panelas, jarros, tigelas e caçoilas, destinados à preparação e confecção de alimentos, mas também ao serviço de mesa.

Os primeiros (Lez. 209 e 391 – Fig. 13, n.º 1 e 2) possuem fabricos (pastas pouco compactas, esbranquiçadas e calcárias) que podem ser associados à Bética, tratando-se, portanto, de importações. Trata-se de dois fundos, anelares, sendo visíveis as estrias concêntricas na parede interna.

Uma pasta idêntica foi reconhecida num bordo de lábio horizontal e ligeiramente invertido, do que parece ser um alguidar com asa horizontal (Lez. 202, Fig. 13, n.º 3) e em duas tigelas hemisféricas, de bordo espessado internamente (Lez. 156 e 158 – Fig. 13, n.º 4 e 5) e em uma outra cujo bordo é plano-convexo (Lez. 155 – Fig. 13, n.º 6).

Com pastas um pouco mais compactas e depuradas, mas de coloração e matriz geológica aparentemente idênticas, foram identificados bordos de um jarro (Lez. 162 – Fig. 13, n.º 7), de um pote (Lez. 203, Fig. 13, n.º 8) e de uma forma indeterminada - pote? – (Lez. 161, Fig. 13, n.º 9). Corresponderão também, muito provavelmente a importações da área do Estreito de Gibraltar.

Também com origem na Bética, mas produzido no vale do Guadalquivir, identificámos um bordo de uma tigela (Lez. 385, Fig. 13, n.º 10), de bordo plano-convexo, invertido.

Atribuímos a produções locais uma tampa (Lez. 190, Fig. 13, n.º 11), uma tigela hemisférica (Lez. 386, Fig. 13, n.º 12), um tacho de bordo aplanado (Lez. 144, não ilustrado), dois potes de bordo espessado e lábio pendente (Lez. 206 e 207, Fig. 13, n.º 13 e 14) e um *dolium* de bordo espessado e exvertido (Lez. 204, Fig. 13, n.º 15).

A origem das peças de pastas redutoras, duras e de granulometria média, com cores que oscilam entre o cinzento-claro e o cinzento escuro, não é fácil de determinar. De facto, foram já consideradas produções regionais (Viegas 2012), mas vasos com estas mesmas características de fabrico foram identificados na Andaluzia nomeadamente na depressão de Antequera (Serrano

2000) e em Sevilha (Vázquez Paz *et al.* 2018), estando a sua produção também documentada na Extremadura espanhola (Bustamante 2012). Na Lezíria, as formas são uma tampa (Lez. 210, Fig. 13, n.º 16), uma caçoila de bordo escalonado (Lez. 212 – Fig. 13, n.º 17), um tacho de bordo plano-convexo (Lez. 384, Fig. 13, n.º 18) e um pote/panela (Lez. 157 – Fig. 13, n.º 19).

8. AS LEITURAS POSSÍVEIS DE UM CONJUNTO DESCONTEXTUALIZADO

Apesar das circunstâncias em que foram encontrados, os materiais que as prospecções na Lezíria proporcionaram revestem-se de uma considerável importância, não podendo ser dissociados do contexto regional em que o sítio se insere. Neste âmbito, ganham particular destaque o Castelo de Castro Marim e o Forte de São Sebastião, mas também outras áreas em que a ocupação romana foi detectada, concretamente São Bartolomeu de Castro Marim, Enterreiro, Vale do Boto e Sobral (Gonçalves – Arruda – Calado 1996).

Parece assim claro que na crista alongada localizada a Sul de um dos esteiros do Guadiana a instalação de populações ocorreu num momento que podemos localizar nos finais do século I a.C., como alguns vasos de *terra sigillata* itálica e algumas ânforas (Dressel 1 itálicas e Dressel 1 A bética) indicam claramente. Sendo muito escassos, se comparados com o restante espólio, atestam, ainda assim, uma ocupação datada do principado de Augusto, também documentada no Castelo de Castro Marim (Viegas 2011), aí muito mais dinâmica e robusta.

Esta realidade documenta a instalação em territórios anexos ao *oppidum* estipendiário de indivíduos que se dedicavam à exploração agrícola e talvez pecuária. Esta acomodação, de características iminente rurais, foi, muito provavelmente, programada pelo referido *oppidum*, parecendo certo que estaria na sua na directa dependência.

Ao contrário do que até há pouco tempo se supunha, o início das ocupações de âmbito rural é, no Algarve, um fenómeno que ocorreu ainda antes da viragem da Era. De facto, quer no Cerro da Vila (Teichner 2008: 314-315), quer em *Balsa* (Maia 1987: 45; Nolen 1994: 63; Viegas 2011), quer ainda na vila romana da encosta da Marina (Arruda 2021: 220) há

indícios claros de presenças humanas a partir dos finais do 3.º quartel do século I a.C., evidenciando uma nova modalidade de ocupação e exploração do território, com ocupação permanente de espaços abertos e de baixa altitude.

Foi, contudo, ao longo da dinastia júlio-cláudia e durante o principado dos Flávios, que a referida ocupação se fortaleceu, mantendo-se, todavia, a ligação estreita com o Castelo de Castro Marim, estando também relacionada com as restantes ocupações de âmbito rural documentadas em Vale do Boto, Sobral e São Bartolomeu de Castro Marim.

Bibliografia

- ALARCÃO, A. M. (1971) – A Terra Sigillata em Portugal. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: 421-432.
- ALARCÃO, A. M. (1975) – *Les Sigillées Italiques*. In *Fouilles de Conimbriga, IV. Les Sigillées*. Paris: 1-66.
- ALARCÃO, J. – ÉTIENNE, R. – MAYET, F. (1990) – *Les villas romaines de S. Cucufate (Portugal)*. Paris.
- ALMEIDA, R. – MOROS DIAZ, J. (2014) – Um testemunho da Figlina Scalensia em Lagos (Portugal). A propósito da grande fossa detritica da fábrica de salga da Rua Silva Lopes. *Al-Madan*, II(19): 44-59.
- ALMEIDA, R. R. – VIEGAS, C. – BEJA, N. – TEIXEIRA, N. (2014) – As Ânforas do Mediterrâneo Oriental em Faro (Ossonoba). Novos dados para equacionar o comércio durante a Antiguidade Tardia. In MORAIS, R. – FERNÁNDEZ, A. – SOUSA, M. J. (eds.) – *As produções cerâmicas de imitação na Hispânia. Actas do II Congresso Internacional da SECAH – Ex Officina Hispana* (Braga, 2013), Tomo II. Braga: 151-160. URL: <http://hdl.handle.net/10451/41943>
- ALVES, F. J. S. – DIOGO, A. D. – REINER, F. (1990) – A propósito dos fornos de cerâmica lusitano-romanos de S. Bartolomeu do Mar. In ALARCÃO, A. – MAYET, F. (eds.) – *Ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Coimbra: 193-198.
- ARCELIN, P. – TUFFREAU-LIBRE, M. (dirs.) (1998) – *La quantification des céramiques. Conditions et protocole*. (Collection Bibracte 2). Glux-en-Glenne: 141-157.
- ARRUDA, A. M. (2019) – Ânforas da Quinta do Lago (Loulé, Portugal): as importações. *Ophiussa*, 3: 93-110. URL: <http://hdl.handle.net/10451/40746>
- ARRUDA, A. M. (2021) – Guerra e Paz: O Algarve romano entre Ilipa e Munda. In Pereira, C. – ALBUQUERQUE, P. – MORILLO, Á. – FABIÃO, C. – CHAVES, F. (eds.) – *De Ilipa a Munda. Guerra e conflito no sul da Hispânia*. Lisboa: 209-224.
- ARRUDA, A. M. – DIAS, A. C. (1985) – A terra sigillata itálica e sud-gálica do sítio romano-árabe da Lezíria (Castro Marim), *Conimbriga*, 24: 111-124.
- ARRUDA, A. M. – DIAS, Í. (2018) – A terra sigillata itálica de Monte Molião, Lagos, Portugal. *Portvgalia*, (39): 159-178. DOI: 10.21747/09714290/port39a4.
- ARRUDA, A. M. – FABIÃO, C. (1990) – Ânforas da Quinta do Lago (Loulé). In ALARCÃO, A. – MAYET, F. (eds.) – *As Ânforas Lusitanas. Tipologia - Produção - Comércio*. Coimbra: 199-213.
- ARRUDA, A. M. – PEREIRA, A. (2017) – A cerâmica de cozinha africana de Monte Molião e o seu enquadramento regional. *Onoba*, 5: 21-43.
- ARRUDA, A. M. – PEREIRA, C. (2008) – As ocupações antigas e modernas do Forte de São Sebastião, Castro Marim. In *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve - Silves, 25 a 27 de Outubro de 2007*, Volume I (XELB 8). Silves: 391-421.
- ARRUDA, A. M. – PEREIRA, C. – SOUSA, E. – DIAS, I. (no prelo) – Importações béticas no Sul da Lusitânia: leituras a partir de um centro de consumo (Monte Molião, Lagos, Portugal). In *Actas do Congreso Internacional Ex Baetica amphorae, veinte años despues*. Sevilha.
- ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. (2013) – Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). *SPAL*, 22: 101-141. URL: <http://hdl.handle.net/10451/10883>
- ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. – BARGÃO, P. – LOURENÇO, P. (2008) – Monte Molião (Lagos): Resultados de um projecto em curso. *XELB*, 8: 161-192.
- ARRUDA, A. M. – VIEGAS, C. (2016) – As ânforas alto-imperiais de Monte Molião. In JÁRREGA, R. – BERNI, P. (eds.) – *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo*. Tarragona: 446-463. URL: <http://hdl.handle.net/10451/25550>
- ARRUDA, A. M. – VIEGAS, C. – BARGÃO, P. – PEREIRA, R. (2006) – A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana. *Setúbal Arqueológica*, 13: 153-176. URL: <http://hdl.handle.net/10451/40859>
- AVELINO, A. (2015) – *Achados arqueológicos subaquáticos no Algarve: As atividades comerciais entre a Idade do Ferro e Período Romano*. Tese de Mestrado apresentada à Universidade do Algarve. Inédita.
- BARGÃO, P. (2008) – Intervenção de emergência na Rua do Molião: primeiras leituras. In *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve - Silves, 25 a 27 de Outubro de 2007*, Volume I (XELB 8). Silves: 160-190.
- BERNARDES, J. P. – MORAIS R. – PINTO, I. V. – DIAS, R. (2013) – A olaria baixo-imperial do Martinhal, Sagres (Portugal). In BERNAL, D. – JUAN, L. C. – BUSTAMANTE, M. – DÍAZ, J. J. – SÁEZ, A. M. (eds.) – *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania (Monografías Ex Officina Hispana, I)*, Tomo I, Ex Officina Hispana /Universidad de Cádiz: 317-329.
- BERNI MILLET, P. (2011) – Tipología de la Haltern 70 bética. In Carreras, C. – Morais, R. – González Fernández, E. (coords.) – *Ânforas romanas de Lugo* (Traballos de Arqueoloxía 3). Lugo: 80-107.
- BERNI MILLET, P. – GARCÍA VARGAS, E. (2016) – Dressel 20 (Valle del Guadalquivir). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. Disponível em: <http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel—20-guadalquivir-valley>.
- BONIFAY, M. (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique* (BAR International Series 1301). Oxford.
- BOUBE, J. (1965) – *La Terra Sigillata Hispanique en Mauritanie, Les Marques de Potiers*. Tânger.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2010) – *Terra Sigillata Hispánica en Augusta Emerita (Mérida, Badajoz). Valoración tipocronológica a partir de los vertederos del suburbio Norte*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Cádiz. Inédita.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2012) – Las cerámicas comunes altoimperiales de Augusta Emerita. In Bernal, D. – Ribera, A. (ed.) – *Cerámicas hispanoromanas. II, Producciones regionales*. Cádiz: 407-433.

- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2013) – *La Terra Sigillata Hispánica em Augusta Emerita: estudio tipocronológico a partir de los vertederos del suburbio norte* (Anejos de AespA LXV). Mérida.
- CAEIRO, J. O. (1976-1977) – Marcas de oleiro em terra sigillata itálica do Castelo das Guerras (Moura). *Setúbal Arqueológica*, II-III: 419-422.
- CARDOSO, J. P. (2013) – *Ânforas romanas recuperadas em meio subaquático em Portugal*. Edição do autor.
- DIAS, R. (2009) – *As ânforas do centro oleiro romano do Martinhal (Vila do Bispo – Algarve)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Algarve. Inédita. URL: <http://hdl.handle.net/10400.1/776>
- DIOGO, A. M. D. – CARDOSO, J. P. – REINER, F. (2000) – Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3(2): 81-118.
- ESTRELA, S. (1999) – Monte Molião, Lagos: intervenção de emergência (1998) e problemas da gestão do património em sítios arqueológicos classificados. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2(1): 199-234.
- ÉTIENNE R. – MAYET F. (2004) – *L'huile hispanique. Corpus des timbres amphoriques sur amphores Dressel 20*. Paris.
- ETTLINGER, E. – HEDINGER, B. – HOFFMANN, B. – KENRICK, P. M. – PUCCI, G. – ROTH-RUBI, K. – SCHNEIDER, G. – VON SCHNURBEIN, S. – WELLS, C. M. – ZABEHLICKY-SHEFFENEGGER, S. (1990) – *Conspectus Formarum Terrar Sigillatae Italico Modo Confectae. Materialien zur Römisch-Germanischen Keramik*. Bonn.
- FARIA, J. C. – FERREIRA, M. A. – DIOGO, A. M. D. (1987) – Fornos de ânforas de Alcácer do Sal. *Conimbriga*, 26: 77-111. DOI: https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_26_4
- FILIPE, V. (2019) – *Olisipo, o grande porto romano da fachada atlântica. Economia e comércio entre a República e o Principado*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <http://hdl.handle.net/10451/38619>
- FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. – SILVA, R. C. – GARCÍA VARGAS, E. – GONÇALVES, A. (2019) – Los inicios de la ocupación romana de Lagos (Portugal) a partir de um contexto cerâmico Julio-Claudio". *SPAL*, 28, 2: 181-202.
- FERNÁNDEZ GARCÍA M. I. (2015) – La terra sigillata de origen bético: un camino aún por recorrer. In Fernández Ochoa, C. – Morillo, Á. – Zarzalejos, M. (eds.) – *Manual de cerámica romana II. Cerámicas romanas de época altoimperial en Hispania. Importación y producción*. Alcalá de Henares: 233-318.
- FERNÁNDEZ-GARCÍA, M. I. – RUIZ MONTES, P. (2005) – Sigillata Hispánica de Origen Bético. In ROCA ROUMENS, M. – FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. (eds.) – *Introducción al estudio de la cerámica romana. Un breve guía de referencia*. Málaga: 139-182.
- FONSECA, C. (2015) – *Fundear e naufragar entre o Mediterrâneo e o Atlântico: o caso do arqueossítio Arade B*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais e da Universidade Nova de Lisboa. Inédita.
- GARCÍA VARGAS, E. – BERNAL, D. (2008) – Ânforas de la Bética. In BERNAL, D. – RIBERA LACOMBA, A. (eds.) - *Cerámicas hispano-romanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: 661-687.
- GARCÍA VARGAS, E. – BERNAL CASASOLA, D. – SÁEZ ROMERO, A. – DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J. (2016a) – Dressel 1 (Baetica Ulterior coast). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*. URL: <http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-1-baetica-ulterior-coast>.
- GARCÍA VARGAS, E. – MARTÍN-ARROYO, D. – LAGÓSTENA BARRIOS, L. G. (2016b) – Dressel 10 (Baetica coast). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*. URL: <http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-10-baetica-coast>.
- GARCÍA VARGAS, E. – MARTÍN-ARROYO, D. – LAGÓSTENA BARRIOS, L. G. (2016c) – Dressel 11 (Baetica coast). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption*. URL: <http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-11-baetica-coast>.
- GOMES, M. V. - BEIRÃO, C. de M. (1986) – O Cerro da Rocha Branca (Silves) - resultados preliminares de três campanhas de escavações. In *Actas do IV Congresso do Algarve*, Vol. 1, Silves: 77-83.
- GENIN, M. (2007) – *La Graufesenque (Millau, Aveyron). Vol. II, Sigillées lisses et autres productions*. Bordeaux.
- GONÇALVES, V. S. (1978) – Dois novos ídolos tipo Moncarapacho. *Setúbal Arqueológica*, IV: 47-58
- GONÇALVES, V. S. (1980) – Carta Arqueológica do Algarve. In *Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal*. Lisboa.
- GONÇALVES, V. S. (1981) – Arqueologia do Algarve: sinopse, retrospectiva e perspectiva de mudança. *Clio*, 3: 177-181.
- GONÇALVES, V. S. – ARRUDA, A. M. – CALADO, M. (1996) – Novos contributos para a arqueologia do Algarve Oriental. *Ophiussa*, 0: 161-180.
- HAYES, J. W. (1972) – *Late Roman Pottery*. Londres.
- LOPES, M.C. (1994) – *A terra sigillata de Represas, Beja. Tratamento informático*. Coimbra.
- MAIA, M. (1987) – *Romanização do território hoje português a Sul do Tejo. Contribuição para a análise do processo de assimilação e integração sócio-cultural*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. Inédita.
- MARTINS, A. I. G. (2019) – *Contributo para o estudo da cidade romana de Ossonoba: a terra sigillata da Rua Infante D. Henrique n.º 58-60*. Tese de Mestrado apresentada à Universidade de Évora. Inédita. URL: <http://hdl.handle.net/10174/25900>
- MEES, A. (1995) – *Modellsignierte Dekorationen auf sudgallischer terra sigillata*. Stuttgart.
- MORAIS, R. (1997-1998) – Importações de cerâmicas finas em Bracara Augusta: da fundação até à época flávia. *Cadernos de Arqueologia* II(14-15): 47-135.
- MOREIRA, J. B. (2002) – *A cidade romana de Eburobrittium*. Óbidos.
- NOLEN, J. (1994) – *Cerâmicas e vidros de Torre d'Ares*. Lisboa.
- PASSELAC, M. (1993) – Céramique sigillée italique. In PY, M. (dir.) – *Dictionnaire des céramiques antiques (Viles. av. n. è. -VIIe s. de n. è.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)* (Lattara 6). Lattes: 554-568.
- PASSELAC, M. – VERNHET, A. (1993) – Céramique sigillée sud-gauloise. In PY, M. (dir.) – *Dictionnaire des céramiques antiques (VIIe s. av. n. è. -VIIe s. de n. è.) en Méditerranée nord-occidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)* (Lattara 6). Lattes: 569-580.
- PEREIRA, C. (2012) – O sítio romano do Vidigal, Aljezur. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 15: 155-179. URL: <http://hdl.handle.net/10451/10178>
- POLAK, M. (2000) – South Gaulish Terra Sigillata with Potters' Stamps from Vechten. (*Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta, Supplementum* 9). Nijmegen.
- PONSICH, M. (1974) – *Implantation Rurale Antique sur le Bas-Guadalquivir*. Madrid.

- QUARESMA, J. C. (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)* (Estudos&Memórias 4). Lisboa.
- REMESAL RODRIGUEZ, J. – REVILLA CALVO, V. – CARRERAS MONFORT, C. – BERNI MILLET, P. (1997) – Arva: prospecciones en un centro productor de ánforas Dressel 20 (Alcolea del Río, Sevilla). *Pyrenae*, 28: 151-178.
- RODRIGUES, M. (2021) – *A terra sigillata do sector C de Monte Molião (Lagos, Portugal)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <http://hdl.handle.net/10451/47784>
- Samian research Database*. Römisch-Germanisches Zentralmuseum Mainz (RGZM). <https://www.1.rgzm.de/samian/home/frames.htm>.
- SEPÚLVEDA, E. de – FARIA, J. C. – FARIA, M. (2000) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 1: terra sigillata. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3(2): 119-152.
- SERRANO, E. (2000) – *Cerámica común romana: Siglos II a.C. al VII d. C.: Materiales importados y de producción local en el territorio malacitano*. Málaga.
- SILVA, C. T. – SOARES, J. – CORREIA, V. (1990) – Produção de Ânforas romanas no Martinhal (Sagres). In ALARCÃO, A. – MAYET, F. (eds.) – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Coimbra: 225-246.
- SILVA, C. T. da – SOARES, J. – COELHO-SOARES, A. (1992) – Estabelecimento de produção de salga da época romana na Quinta do Marim (Olhão). Resultados preliminares das escavações de 1988-89. *Setúbal Arqueológica*, 9-10: 335-374.
- SILVA, C. T. – COELHO-SOARES, A. – SOARES, J. (1987) – Nota sobre material anfórico da foz do Arade (Portimão). *Setúbal Arqueológica*, 8: 203-219.
- SILVA, R. B. da (2012) – *As «Marcas de Oleiro» na Terra Sigillata e Circulação dos Vasos na Península de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Inédita. URL: <http://hdl.handle.net/10362/9472>.
- SILVA, R. B. DA – PIMENTA, J. – MENDES, H. (2013) – A Terra Sigillata do Acampamento Militar Romano de Alto dos Cacos (Almeirim). In ARNAUD, J. M. – MARTINS, A. – NEVES, C. (eds.) – *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: 775-783. URL: <http://hdl.handle.net/10362/54511>
- SOTOMAYOR, M. – ROCA, M. – FERNÁNDEZ GARCÍA, I. (1999) – Centro de producción de Los Villares de Andujar (Jaén). In ROCA ROUMENS, M. – FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. (coords.) (eds.) – *Terra sigillata hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales*. Jaén/ Málaga: 19-60.
- SOUSA, E. – ARRUDA, A. M. (2018) – A Cerâmica de Paredes Finas de Monte Molião (Lagos, Portugal). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 44: 201-226. URL: <http://hdl.handle.net/10451/36458>
- TEICHNER, F. (2008) – *Entre tierra y mar Zwischen Land und Meer Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungsplätze im Süden der römischen Provinz Lusitanien (Portugal)* (Studia Lusitana 3). Mérida.
- TILHARD, J.-L. (2004) – *Les céramiques sigillées du Haut-Empire à Poitiers d'après les estampilles et les décors moulés*. Marseille.
- VASCONCELOS, J. L. (1898) – Olaria luso-romana em S. Bartolomeu de Castro Marim. *O Arqueólogo Português* 4(10-12): 329-336.
- VASCONCELOS, J. L. (1920) – A olaria Lusitano-romana (?) de Manta Rota. *O Arqueólogo Português*, 24: 229.
- VÁZQUEZ PAZ, J. – GARCÍA VARGAS, E. – MAESTRE BORGE, C. – ARNOLD, E. (2018) – Contextos cerâmicos de Hispalis c. 50 a.C. al 225 d.C.: Excavaciones arqueológicas en el Patio de Banderas del Real Alcázar de Sevilla (2012-2014). In RUIZ MONTES, P. – PEINADO ESPINOSA, M. V. – FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. (coord.) – *Estudios para la configuración de las facies cerámicas altoimperiales en el Sur de la Península Ibérica*. Oxford: 129-155.
- VIEGAS, C. (2003) – *A terra Sigillata da Alcáçova de Santarém: cerâmica, economia e comércio* (Trabalhos de Arqueologia 26). Lisboa. URL: <http://hdl.handle.net/10451/41933>
- VIEGAS, C. (2006) – O Forno Romano da Manta Rota (Cacela-Algarve). *Simpósio Internacional "Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet (Setúbal Maio 2004)* (Setúbal Arqueológica 13). Setúbal: 177-196. URL: <http://hdl.handle.net/10451/41940>
- VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano* (Estudos e Memórias 3). Lisboa. URL: <http://hdl.handle.net/10451/9775>
- VIEGAS, C. (2012) – A cerâmica cinzenta grosseira do Algarve. In BERNAL, D. – RIBERA, A. (ed.) – *Cerámicas hispanoromanas. II, Producciones regionales*. Cádiz: 681-697. URL: <http://hdl.handle.net/10451/11178>
- VIEGAS, C. (2017) – A terra sigillata de uma villa algarvia: o caso do Vale da Arrancada (Portimão). In COLL CONESA, J. (ed.) – *OPERA FICTILES. Estudios transversales sobre cerámicas antiguas de la península ibérica. IV Congreso Internacional de la SECAH - EX OFFICINA HISPANA. Valencia, del 26 al 28 de Abril de 2017*. Madrid: 293-312. URL: <http://hdl.handle.net/10451/40776>
- VIEGAS, C. – ARRUDA, A. M. (2013) – Ânforas romanas de época imperial de Monte Molião (Lagos): as Dressel 20. In ARNAUD, J. M. – MARTINS, A. – NEVES, C. (eds.) – *Arqueologia em Portugal, 150 anos*. Lisboa: 727-735. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/11180>
- VIEGAS, C. – DINIS, T. (2010) – Pedras d'el Rei (Tavira): villa suburbana de Balsa. In *Actas do 7.º Encontro de Arqueologia do Algarve (XELB 10)*, Silves: 235-252. URL: <http://hdl.handle.net/10451/11175>

ANEXO 1 TABELA DE NÚMERO DE FRAGMENTOS E DE NMI

	FORMA	FRAGMENTOS	NMI
T.S.I.	Consp. 20	2	1
	Consp. 15	1	1
	Consp. 36	1	1
	Consp. R 8.1.1.	1	1
	Indt.	5	—
T.S.S.G.	Drag. 15/17	4	3
	Drag. 15	1	1
	Drag. 17	1	1
	Drag. 18	12	10
	Drag. 24/25	5	4
	Drag. 35/36	2	1
	Ritt. 1	2	2
	Drag. 27	7	7
	Drag. 29	2	2
	Drag. 30	2	2
	Drag. 11	1	1
	Drag. 37	6	5
	Indt.	9	—
T.S.H.	Hisp. 15/17	8	7
	Hisp. 18	4	4
	Hisp. 24/25	1	1
	Hisp. 27	6	6
	Hisp. 37	8	5
	Indt.	12	—
T.S.A.C.A.	Hayes 3	1	1
	Hayes 9A	2	2
	Hayes 9B	1	1
	Hayes 14A	1	1
	Indt.	4	—
	TOTAL	112	72
Cerâmica de paredes finas	Mayet XXXV, XXXVI ou XXXVII	3	1
TOTAL		3	1

	FORMA	FRAGMENTOS	NMI
Ânforas Itálicas	Dressel 1	2	1
	Dressel 2-4	1	1
Ânforas Béticas	Dressel 20	6	3
	Haltern 70	13	5
	Dressel 1A	1	1
Ânforas Lusitanas	Dressel 10B ou 11	10	4
	Almagro 51 C	6	5
TOTAL		39	20
Cerâmica de Cozinha Africana	Hayes 196A	2	2
	Hayes 23B	2	2
	Hayes 181C	1	1
TOTAL		5	5
Lucernas	Dressel 14 ou 15	1	1
TOTAL		1	1
Cerâmica Comum Bética	Almofariz	2	2
	Alguidar	1	1
	Tigela	3	3
	Jarro	1	1
	Pote	2	2
	Tigela (Guadalquivir)	1	1
Cerâmica Comum Local/ Regional	Tampa	1	1
	Tigela	1	1
	Tacho	1	1
	Pote	2	2
	<i>Dolium</i>	1	1
Cerâmica Comum Pasta Redutora	Tampa	1	1
	Caçoila	1	1
	Tacho	1	1
	Pote/Panela	1	1
TOTAL		20	20

Os recursos animais no Noroeste da Lusitânia do período republicano à Antiguidade Tardia (Séculos II a.C. - VII d.C.): Uma perspectiva a partir das evidências zooarqueológicas do centro de Portugal

Animal resources in northwestern Lusitania from the Republican period to Late Antiquity (2nd century BCE to 7th century CE):
A zooarchaeological perspective from central Portugal

PATRÍCIA ALEIXO

Investigadora independente

patriciasaleixo@hotmail.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9322-1408>

GIL VILARINHO

Bolseiro de doutoramento FCT (2021. 08970.BD)

CHAIA – Centro de História de Arte e Investigação Artística/

Universidade de Évora

gil.vilarinho@fa.uevora.pt

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-6327-9529>

RESUMO: Este estudo apresenta uma síntese dos dados zooarqueológicos publicados provenientes de sítios arqueológicos localizados entre os rios Douro e Tejo e enquadrados cronologicamente entre o período Republicano e a Antiguidade Tardia. O objectivo é caracterizar a relação das comunidades humanas e os animais nesta área da Lusitânia, de um ponto de vista económico e sociocultural e analisar eventuais alterações ocorridas ao longo de todo o período romano. Os resultados demonstram uma continuidade da importância da pecuária face as actividades cinegéticas. Embora os caprinos sejam as espécies prevalentes, os bovinos parecem apresentar um estatuto importante sobretudo durante a Antiguidade Tardia.

PALAVRAS-CHAVE: Zooarqueologia; Lusitânia; Entre Douro e Tejo; Romano; Antiguidade Tardia.

ABSTRACT: This study provides a synthesis of all the zooarchaeological studies available for Late Republican to Late Antique archaeological sites located between Douro and Tagus rivers, aiming to characterize the relationship between human communities and animals in this region of ancient Lusitania in an economic and sociocultural perspective, it also seeks to analyse the changes that might have occurred during the Roman period. The results demonstrate a continuity of the importance of pastoralism in relation to hunting activities. Despite the fact that goats are the prevalent species, cattle seem to have an important status especially during Late Antiquity.

KEY WORDS: Zooarchaeology; Lusitania; Between Douro and Tagus; Roman; Late Antiquity.

1. INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas na gestão dos recursos animais no âmbito do processo de romanização da Hispânia, ou seja, entre o final da Idade do Ferro e o Período Romano, já foram alvo de vários estudos, destacando-se a edição monográfica de um volume dedicado a este tema em 2017 (Valenzuela-Lamas – Colominas – Fernández Rodríguez 2017). No âmbito desta publicação, a Lusitânia mereceu também interesse académico, com um estudo que permite compreender algumas dinâmicas da utilização dos recursos animais com a integração desta província no mundo romano (Valenzuela-Lamas – Detry 2017). Não obstante, a análise efetuada neste estudo sustenta-se numa amostra limitada, constituída apenas por contextos procedentes da metade meridional do território lusitano. Uma perspetiva semelhante para a área situada a norte do rio Tejo permanece, portanto, ainda desconhecida, algo que o presente estudo procura colmatar, com uma análise mais abrangente, geográfica e cronologicamente, da utilização de animais ao longo de todo o período romano.

Deste modo, o estudo que se segue apresenta uma síntese dos estudos zooarqueológicos publicados sobre sítios arqueológicos localizados entre os rios Douro e Tejo, com um âmbito cronológico que se estende desde o Período Republicano à Antiguidade Tardia, com o objetivo de caracterizar a relação das comunidades humanas e os animais nesta área setentrional da Lusitânia, procurando contribuir para uma melhor compreensão das alterações socioeconómicas e culturais verificadas ao longo de todo o período romano nesta área geográfica. Designadamente, através desta análise procura-se discutir a importância da pastorícia face às atividades cinegéticas, assim como dos recursos aquáticos e verificar se é possível observar algum tipo de melhoramento dos bovinos, através da comparação de dados biométricos não só entre os contextos apresentados neste estudo, mas também com dados de contextos pré- e pós-romanos.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A conquista e subsequente integração da região localizada entre os rios Douro e Tejo no mundo

romano foi um processo longo que demorou mais de um século. Ainda que não seja possível definir com exactidão o momento da chegada dos primeiros contingentes romanos, esta terá acontecido com a eventual conquista do vale do Tejo no decorrer das guerras lusitanas, que duraram entre 155 – 139 a.C.. Com efeito, a expedição militar lançada no ano seguinte, 138 a.C., pelo procônsul Decimo Júnio Bruto, e que terá tido como pontos centrais *Olisipo* e *Moron* (Str. 3.3.1) parece corroborar a hipótese deste território ter sido integrado no mundo romano na segunda metade do século II a.C. (Fabião 2014; Pimenta 2014). Além disso, esta campanha militar foi a primeira tentativa de conquista da área a norte do Tejo, tendo mesmo, segundo Estrabão (3.3.4), alcançado o rio Minho. Arqueologicamente, no entanto, a realidade da cultura material dos povoados a norte do vale do Tejo com ocupação nesta fase final da Idade do Ferro parece ter-se mantido inalterada, o que sugere que esta primeira acção de subjugação das comunidades indígenas não terá sido seguida de um processo de integração e aculturação. Com efeito, a maioria dos contextos com evidências claras de influência e da presença romana na região surgem durante o século I a.C. e, apesar de se documentarem artefactos romanos deste período em vários pontos da região (Fabião – Guerra 1996; Arruda – Viegas 2014; Pimenta 2014; Silva – Almeida 2021), o processo de ‘romanização’ da paisagem rural só começa a avançar no início do século seguinte (Carvalho 2002). Com as reformas de Augusto (r. 27 a.C. – 14 d.C.), esta área tornou-se parte da província da Lusitânia.

No decurso deste processo de romanização ocorreram mudanças substanciais na organização da paisagem e do povoamento, surgindo uma complexa rede hierárquica de centros urbanos (Alarcão 1998; Mantas 2010) e diferentes tipos de propriedades rurais (Carvalho 2004), que possibilitaram uma gestão mais eficaz dos recursos disponíveis. Com a construção de estradas, que permitiam uma maior interconectividade com outros pontos da província ou até do império e uma eficaz rede de redistribuição, e com inovações nas técnicas agrícolas, a romanização trouxe também a produção em larga escala e a especialização económica (Rizzeto – Albarella 2022), sendo que, caso da exploração dos recursos animais, surgem os primeiros açougues dedicados à exploração em larga escala (Rizzeto – Crabtree – Albarella 2017). Embora a crise

do século III tenha levado a alterações, por vezes bastante significativas, nesta organização da paisagem e do povoamento, no caso exploração dos recursos, de que se destaca a produção de preparados piscícolas (Fabião 1996; Bombico 2012; Pinto – Magalhães – Brum 2014), a Lusitânia parece verificar uma certa continuidade. Esta configuração política e socioeconómica voltou, no entanto, a sofrer drásticas alterações na sequência da grande instabilidade derivada dos eventos do século V d.C. (Alarcão 2017), nomeadamente o contexto político-militar extremamente volátil e a ameaça resultante dos grupos migrantes germânicos. Com a queda formal do Império Romano do Ocidente, a região do entre Douro e Tejo encontra-se parcialmente inserida no reino dos Suevos, uma entidade política pós-romana centrada na província da *Gallaecia* que se foi expandindo paulatinamente para sul, chegando a ocupar a antiga capital provincial – *Emerita*, sendo estes, por sua vez, conquistados pelos Visigodos já no final do século sexto (Alarcão 2017). A fraca expressão do registo arqueológico associado a contextos deste período evidencia a disrupção dos padrões e tipologias de povoamento e da organização socioeconómica, com uma redução significativa do alcance das redes comerciais e consequente regionalização da economia.

2.1. A pecuária, a caça e os recursos aquáticos segundo as fontes escritas

A relação entre as comunidades humanas e os animais apresenta uma expressão significativa na literatura clássica, revelando a importância e o uso de diversas espécies domésticas, selvagens e aquáticas. Estas fontes escritas demonstram que a pecuária possuía um papel significativo durante a época romana. No que diz respeito ao gado, a sua posse era vista como um símbolo não só de riqueza, mas também de poder, desempenhando uma grande importância social (Harden 2013; Howe 2014a). Segundo Varro, a palavra *pecunia* (dinheiro) deriva da palavra *pecus* (gado), demonstrando a importância da produção de gado de um ponto de vista económico (Howe 2014b). *Cato*, afirmou mesmo que o gado saudável era o bem mais valioso que se podia ter (Harden 2013). A criação de animais tinha como objectivo principal a venda da sua carne, assim como dos produtos secundários, nomeadamente o leite, a lã, entre outros.

A produção de leite estava largamente difundida no Período Clássico, nomeadamente para a produção de queijo, que parece ter assumido um papel de destaque devido à sua melhor preservação comparativamente ao leite, mas também na confecção de determinadas refeições como se pode observar em *De Re Conquinaria* de *Apicius* (Castro 1992). Segundo *Columella* o queijo devia ser feito com leite muito fresco e coalho de ovelha e cabra (Harden 2013).

No caso dos bovinos, estes teriam funções significativas não só para consumo da sua carne e pela produção de leite, mas também como animal de transporte, carga e no auxílio das actividades agrícolas, já que seria utilizada a sua força de tracção. O estrume também seria aproveitado, para fertilizar os terrenos de cultivo (Toynbee 1973). A carne de vaca era utilizada em diversos cozinhados, havendo uma preferência pela carne de novilho (Castro 1992). Segundo as fontes escritas, os bovinos eram também sacrificados em determinadas alturas. A título de exemplo *Ovidius* refere que durante o *Fordicia*, (o festival da fertilidade que se realizava no terceiro dia após os *idus* de abril), se sacrificava uma vaca sagrada em período de gestação – *forda* (Harden 2013). *Cato* faz também referência a um ritual – *Suovitaurlia*, que se tratava do sacrifício de um porco, uma ovelha e um touro ao deus Marte para abençoar e purificar a terra (Toynbee 1973).

Relativamente às ovelhas e cabras para além da exploração do seu leite, a lã/pelo era muito utilizada nomeadamente para a confecção de vestes, aliás algumas fontes literárias referem as técnicas de extracção de lã (Howe 2014b). Os indivíduos juvenis eram os preferidos para consumo, como se pode verificar no receituário de *Apicius*, que refere diversos modos de cozinhar borregos e cabritos (Castro 1992). À semelhança dos bovinos estes animais também eram utilizados em sacrifícios, segundo *Columella* (Cardoso 1997).

O porco seria utilizado essencialmente para o aproveitamento da carne. De acordo com *Plinius*, o porco seria a espécie predilecta para consumo. Concomitantemente, *Apicius* apresenta inúmeras receitas à base de porco/leitão e até receitas de molhos específicos para esta carne. Da carne das fêmeas utilizavam-se também as vulvas e os seios, muito apreciados pelos romanos (Castro 1992). Por outro lado, os equídeos, eram utilizados sobretudo como transporte, nomeadamente na caça, na guerra, em corridas e na agricultura. A carne

de cavalo não era usualmente consumida. As fontes clássicas indicam que cada raça de cavalos era utilizada em diferentes funções. De acordo com o édito de preços de Diocleciano (*Edictum de pretiis rerum venalium*, consultado na tradução em inglês de Kropff [2016] e doravante referido pela abreviatura ED) determinadas raças de cavalos, utilizadas nomeadamente nas corridas de bigas e quadrigas, custavam 100 mil denários por cabeça, enquanto um cavalo de primeira categoria para a guerra custava 36 mil denários. Os burros e mulas tinham também uma grande procura por parte dos exércitos, como animais de carga (Howe 2014a).

No que concerne às aves domésticas estas proporcionavam carne, ovos e penas. Os galiformes eram amplamente comercializados. As galinhas que produzem menos ovos eram geralmente vendidas ou abatidas, demonstrando a importância deste produto para os romanos. Os pombos, rolas e patos eram também muito consumidos (Kron 2014). Já a carne de ganso, era muito rentável e apreciada. Segundo o ED (IV.21 – 22), um ganso engordado custava 200 denários, e um ganso não engordado 100 denários. As suas penas eram dispendiosas, sendo que 1 *Italicum libra* (aproximadamente 327 gramas) de penas desta ave custavam 100 denários (ED, XVIII.1a), sendo a sua extracção realizada em animais vivos (Harden 2013).

As fontes escritas revelam que havia um grande cuidado a nível da alimentação de todos os animais domésticos (que incrementou o aumento do tamanho e da produção leite, no caso dos bovinos), mas também a nível de higiene e das condições dos abrigos. Indicam também um grande conhecimento acerca da reprodução selectiva, da cautela a ter com as fêmeas durante a gestação e das crias, das doenças que podiam afectar as diversas espécies e dos cuidados de saúde e profilaxia que deviam ter. O cão, não sendo um animal consumido, estava ligado à pecuária, como guardador de rebanhos e como apoio à caça (Kron 2014).

No que concerne à caça, esta actividade ocorria por diversas razões: para obtenção de carne e peles, por desporto e como indicador de um estatuto superior, já que a caça estava fortemente ligada às elites, sendo um símbolo de prestígio. A carne de animais selvagens era também vendida nos mercados urbanos (Mackinnon 2014).

A lebre era um dos animais selvagens mais consumido, tendo em conta que facilmente é caçada e por

ser muito comum já que se reproduz rapidamente. No caso do coelho, este esteve confinado à Hispânia, tendo-se difundido pela Itália durante o período imperial. Para além da sua carne, haveria também o aproveitamento da sua pele (Mackinnon 2014).

O javali e os cervídeos (sobretudo o veado) eram também dos animais mais caçados. O javali essencialmente para consumo, mas também como desporto. A predileção por esta carne é atestada por *Plinius*, em *Naturalis historiae*, segundo ele “nenhum outro animal fornece tanto alimento à gulodice: a sua carne possui cerca de 50 sabores, enquanto que a dos outros tem apenas um. Daí, tantos artigos e leis censoriais interditando nas refeições os buchos, as tripas, os testículos, as glândulas e as cabeças de porco” (*apud* Cardoso 1997: 154). No caso dos cervídeos (especialmente o veado) era utilizada sobretudo a sua carne, mas também a pele e as hastes. As hastes de veado, contudo, podem ser recolhidas na natureza, sem ser necessário o abate, já que durante fevereiro e abril as hastes caem naturalmente. Ainda que menos frequentemente há a referência a outros cervídeos como o gamo. *Columella*, em *De Re Rustica*, menciona a importância tanto desta espécie, como do corço, da camurça, entre outras espécies selvagens, como símbolo de prestígio, mas também como forma de lucro. Este refere ainda a necessidade de serem construídos locais específicos (*vivarium*), próximos às habitações rurais, com água corrente ou lagoas, com o objectivo de manter estes animais selvagens em caso de ausência de água (Davis – Mackinnon 2009).

Para além das espécies já mencionadas, é de destacar a caça de aves, sendo as mais caras as de pavão e de faisão (ED, IV.17 – 18, 39). As aves de caça mais comuns seriam a perdiz, o pombo, o pardal, etc., atendendo à sua referência do ED (IV.24, 29, 37).

Quanto aos recursos aquáticos, o peixe ocupava um lugar incerto para as comunidades romanas. Alguns tipos de peixe eram caros, como a dourada, o robalo e a tainha por exemplo, sendo procurados pelas elites. Outros eram vistos como um complemento à dieta alimentar dos menos abastados, dependendo da disponibilidade de cada espécie de peixe. Ao contrário do pescado salgado ou seco, o pescado fresco poderia ter um “valor social”, conferindo *status* para aqueles que o consumiam, ainda que isto não se aplique a todas as espécies de peixe (Marzano 2018).

O consumo de peixe fresco dependia também obviamente da localização geográfica, já que quem morava junto às áreas costeiras tinha um acesso mais fácil a pescado e marisco fresco. De acordo com o verificado no ED (V.1a – 4), o peixe do mar era mais dispendioso que o do rio. *Apicius* refere diversas receitas de peixe, nomeadamente de dourada, cavala, atum, sarda, salmone, etc., mas também de moluscos como polvo, lula, mexilhão, ostras, entre outros (Castro 1992).

3. METODOLOGIA

Para o presente trabalho elaboramos uma síntese de diversos estudos faunísticos de vários sítios arqueológicos, utilizando, como informação de base, o Número de Restos Determinados (NRD) mas tendo, também, em conta o Número Mínimo de Indivíduos (NMI) de cada espécie por sítio. O NRD, apesar de apresentar problemas relativos à tafonomia e padrões de fracturação é uma das unidades quantitativas mais usual nos estudos de cariz zooarqueológico (Lyman 1994). Já o NMI não se trata de um número real, mas sim uma possibilidade. Uma das principais vantagens do NMI é a sua relativa indiferença à fragmentação (Valente 1997).

Para a comparação entre as medidas osteométricas dos bovinos, para compreender se existe melhoramento dos bovinos, utilizaram-se os dados biométricos tanto dos sítios com ocupação Romana e da Antiguidade Tardia apresentados neste estudo, como de outros sítios da Idade do Ferro e do Período Medieval Islâmico. Estas medidas foram obtidas pelos autores de cada estudo, com base nas medidas propostas por Driesch (1976). Importa referir que estas medidas podem apresentar pequenas variações, relacionadas com o tipo de paquímetro utilizado e com a forma como cada investigador as obtém.

Neste estudo foram identificados e analisados 19 contextos arqueológicos com conjuntos faunísticos já publicados na área geográfica entre os rios Tejo e Douro. Uma vez que cinco destes contextos resultam de escavações preventivas realizadas em vários pontos da antiga cidade de *Olisipo*, optámos, por uma mera questão logística e metodológica, por considerar estes como apenas um sítio, perfazendo, então, um total de 14 sítios distintos. Em termos cronológicos, importa

referir que os dados zooarqueológicos publicados correspondem, por vezes, a contextos específicos de uma determinada cronologia que pode não corresponder à totalidade do período de ocupação do sítio, ou seja, as datas apresentadas para os vários sítios correspondem à datação dos contextos dos materiais faunísticos e não à cronologia do sítio em si. Simultaneamente, no entanto, sítios com uma longa diacronia podem apresentar conjuntos de materiais de vários contextos enquadrados em subdivisões cronológicas diferentes. Nestes casos, os contextos foram divididos por cronologia, tendo sido atribuído um número para designar cada período (ex. Alcáçova de Santarém 1, 2 e 3). Deste modo, dos sítios analisados, 4 apresentam dados para o período republicano (século II a.C. – I a.C.), 5 para o período imperial (I – II d.C.) e 10 para a Antiguidade Tardia (III – VII d.C.).

4. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CONSIDERADOS

Os sítios arqueológicos analisados neste estudo foram selecionados mediante a disponibilidade de dados zooarqueológicos publicados e enquadrados no âmbito cronológico previamente definido (figuras 1 e 2). Embora a maioria dos sítios tenha sido alvo de projectos de investigação e os materiais sejam resultantes dos subsequentes trabalhos de investigação programada, em alguns casos estes provêm de escavações de âmbito preventivo, levadas a cabo em fase prévia a projectos de construção. Além disso, estes trabalhos arqueológicos decorreram, eles próprios, num período de tempo relativamente alargado, visto que algumas das escavações foram realizadas em meados do século XX. Deste modo, os métodos de recolha dos ecofactos nos vários sítios arqueológicos não será, de todo, homogénea.

Tipologicamente, a amostra é constituída por sítios rurais e urbanos. No âmbito dos sítios urbanos é possível distinguir entre cidades e aglomerados urbanos secundários, destacando-se, neste último, o sítio de Almoinhas. Este sítio foi identificado em 1990 e as escavações realizadas cinco anos depois levaram os investigadores a considerarem que se tratava de uma *villa*. Não obstante, trabalhos realizados entre 2005 e 2006 permitiram obter novos dados sobre a morfologia e urbanismo deste sítio, que é constituído por

espaços domésticos, funerários e industriais, e levaram os investigadores a classificar Almoinhas como um *vicus* (Quaresma 2018-2019). Outro sítio de cariz urbano que poderá corresponder a um aglomerado urbano secundário é o Monte dos Castelinhos, onde as intervenções arqueológicas realizadas nos últimos quinze anos permitiram identificar um contexto urbano datado do século I a.C. (Pimenta – Soria – Mendes 2014), que poderá ter servido de aquartelamento militar (Santos *et al.* 2018). Os centros urbanos primários correspondem a algumas das principais cidades existentes na área de estudo, nomeadamente *Olisipo*, *Scallabis*, *Igaedis* e Conimbriga. Não nos deteremos a descrever cada um destes sítios, referindo apenas que todas foram já alvo de extensos trabalhos arqueológicos e apresentam uma ocupação continua ao longo de todo período romano, que perdura em época pós-romana. Todas estas cidades surgem sobre ocupações anteriores, variando, no entanto, a data das primeiras evidências da presença e influência romana: Em Lisboa e Santarém são conhecidos contextos

republicanos datados do século II a.C. (Arruda – Viegas 2014; Pimenta 2014), ao passo que em Idanha-a-Velha e Conimbriga os contextos romanos mais antigos são atribuídos já ao período de Augusto, entre o final do século I a.C. e o início do I d.C. (Correia 2004; Carvalho 2009).

Relativamente aos sítios rurais, os casos de estudo que possuem dados zooarqueológicos publicados inserem-se em duas categorias tipológicas - *villae* e sítios industriais. No âmbito desta última tipologia destaca-se a Casa do Governador, um sítio costeiro dedicado à produção de preparados piscícolas, localizado em Belém, ainda a alguma distância da antiga cidade de *Olisipo*, e que foi descoberto, no ano de 2006, no âmbito de trabalhos de arqueologia preventiva que permitiram identificar um extenso complexo de produção de preparados de peixe de época romana (Fabião *et al.* 2021). Ainda nas imediações de *Olisipo*, mas um pouco mais a norte, as escavações arqueológicas no sítio do Moinho dos Castelinhos, situado no concelho de Amadora, revelaram um contexto

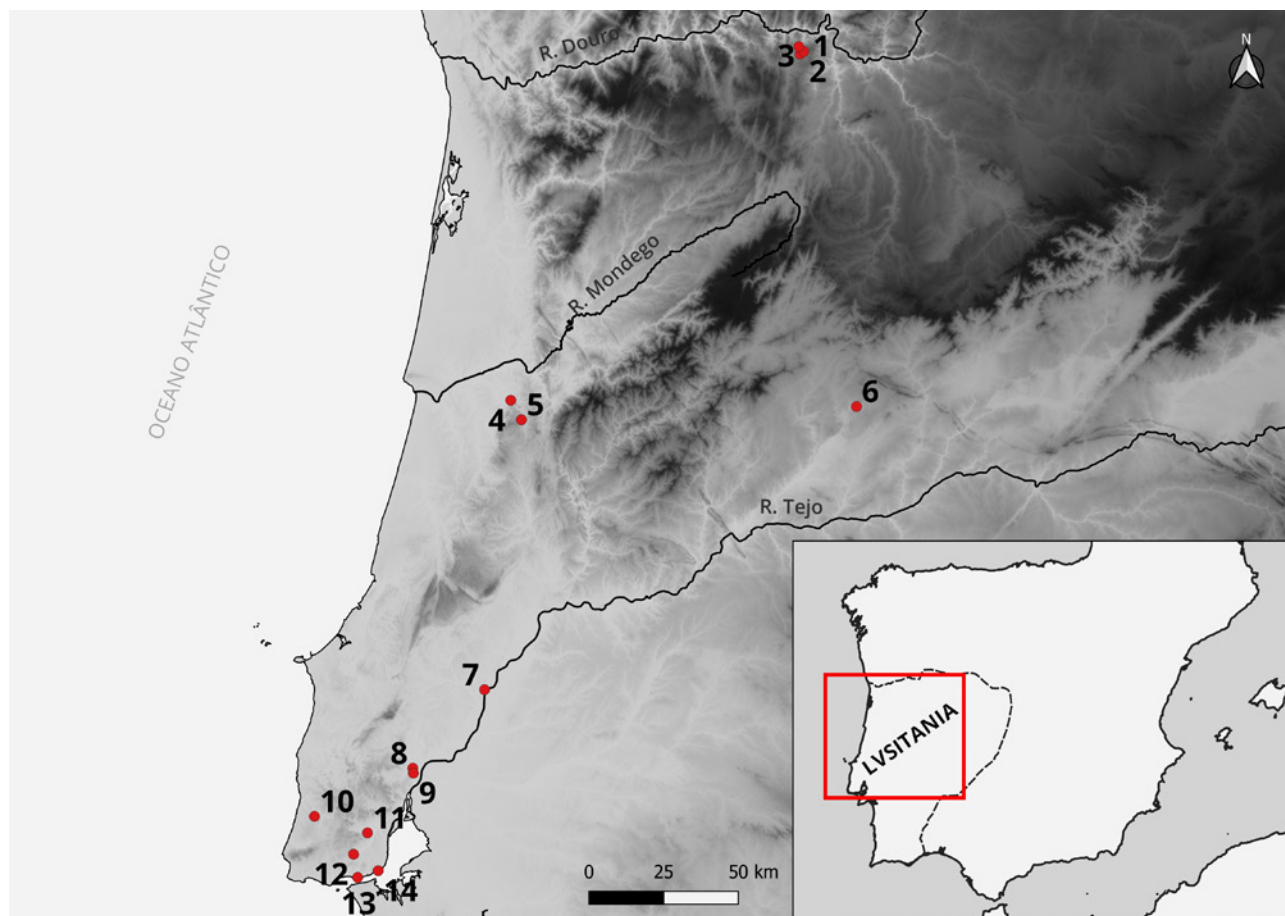


FIG. 1 Localização dos sítios mencionados no presente estudo. 1: Rumansil I; 2: Zimbro II; 3: Prazo; 4: Conimbriga; 5: Rabaçal; 6: Balneário romano de Idanha-a-Velha; 7: Alcáçova de Santarém; 8: Monte dos Castelinhos; 9: Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo; 10: São Miguel de Odrinhas; 11: Almoinhas; 12: Moinho dos Castelinhos; 13: Casa do Governador; 14: Lisboa.

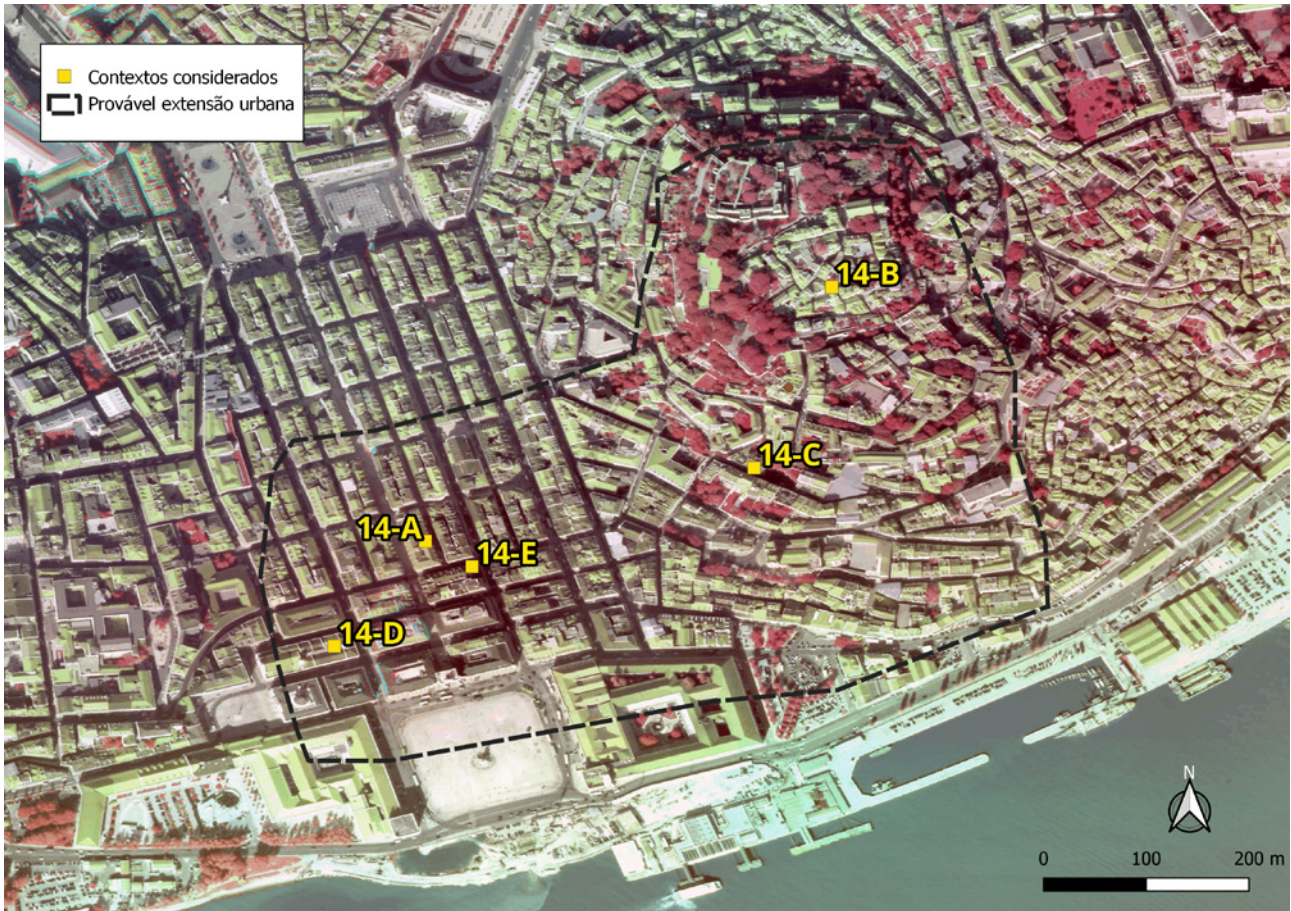


FIG. 2 Localização dos sítios mencionados no presente estudo relativos a Lisboa. 14a) NARC; 14b) Beco do Forno do Castelo; 14c) Rua de São Mamede; 14d) Banco de Portugal; 14e) Criptopórtico de Lisboa.

funerário sobreposto a um contexto doméstico dos inícios do período romano (Almeida – Dias – Encarnação 2021), contudo, e sendo a informação disponível ainda limitada, não foi possível enquadrar tipologicamente este assentamento.

No caso dos sítios classificados como *villa*, e seguindo uma perspetiva de sul para norte, verificam-se dados faunísticos publicados para os sítios de São Miguel de Odrinhas, em Sintra, Rabaçal, concelho de Penela, e na estação arqueológica do Prazo, já no concelho de Vila Nova de Foz Coa. As escavações em São Miguel de Odrinhas tiveram início em meados do século passado e permitiram, ao longo de mais de cinquenta anos, desvendar um sítio com uma longa diacronia, de que se destacam os vestígios de uma rica propriedade rural de época romana (Caetano 2008). Por sua vez, na *villa* do Rabaçal os trabalhos arqueológicos principiaram em 1984 e permitiram, ao longo das duas décadas seguintes, identificar os vestígios de uma *pars urbana*, uma *pars rustica* e umas termas de uma propriedade aristocrática baixo-imperial, que

se destaca pela riqueza do seu programa decorativo de carácter áulico (Pessoa 2008). Elementos relativamente semelhantes foram também identificados no decorrer dos trabalhos arqueológicos levados a cabo no sítio do Prazo, e de resultou também a publicação dos restos faunísticos (Costa 2008). Embora a existência de vestígios antigos no local fosse já conhecida, as escavações, que decorreram nas últimas décadas do século XX, permitiram identificar um conjunto de estruturas de época romana enquadráveis na tipologia de uma *villa* (Coixão 2000). Os outros dois sítios arqueológicos, Rumansil I e Zimbro II, localizados em Freixo de Numão, também na área de Vila Nova de Foz Coa, e que foram igualmente alvo de trabalhos arqueológicos na segunda metade do século passado, foram inicialmente interpretados como *pars rusticae* de eventuais *villae* (Coixão 2000). Não obstante, análises mais recentes levaram a uma reinterpretação da tipologia destes sítios como espaços artesanais, com evidência de produção metalúrgica, oleira e vitivinicultura (Silvino – Coixão – Pereira 2020).

TABELA 1 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM ESTUDO.

É apresentado o nome de cada sítio, a localidade a que pertencem, cronologia, tipo de sítio e a bibliografia utilizada.

ID	SÍTIO ARQUEOLÓGICO	LOCALIDADE	CRONOLOGIA	TIPO DE SÍTIO	BIBLIOGRAFIA ZOOARQUEOLOGIA
1	Rumansil	Freixo do Numão, V. N. Foz Côa	III - IV d.C	Industrial	Costa, 2009
2	Zimbro II	Freixo do Numão, V. N. Foz Côa	III - IV d.C	Industrial	Costa, 2009
3	Prazo	Freixo do Numão, V. N. Foz Côa	II - IV d.C	Villa	Costa, 2009
4	Conímbriga	Condeixa-a-Velha	II a IV e VI a VII d.C.	Urbano	Detry et al., 2014; Cardoso, 1992; 1995
5	Rabaçal	Penela	IV e V d.C.	Villa	Fernandes, 2016
6	Balneário romano de Idanha-a-Velha	Idanha-a-Velha	Romano	Urbano	Nabais e Profano, 2021
7	Alcáçova de Santarém	Santarém	II a.C.; I d.C e IV a V d.C.	Urbano	Davis, 2006
8	Monte dos Castelinhos	Vila Franca de Xira	I a.C.	Urbano	Santos <i>et al.</i> , 2018
9	Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo	Vila Franca de Xira	Romano	Villa	Cardoso, 2009
10	São Miguel de Odrinhas	Sintra	IV e V d.C.	Villa	Davis e Gonçalves, 2017
11	Almoinhas	Loures	III-IV d.C.	Vicus	Costa, 2011; Nabais e Costa, 2018
12	Moinho dos Castelinhos	Amadora	I a.C. a I d.C. e IV a V d.C.	Indefinido	Almeida <i>et al.</i> , 2021
13	Casa do Governador	Lisboa	I d.C. e IV d.C.	Industrial	Gabriel, 2009; Valenzuela-Lamas, 2014
14-A	Núcleo de Arqueologia da Rua dos Correios	Lisboa	I d.C. e III - V d.C.	Urbano	Valenzuela-Lamas, 2014; Martínez, 2017
14-B	Beco do Forno do Castelo	Lisboa	II a.C.	Urbano	Detry e Santos, 2021
14-C	Rua de São Mamede	Lisboa	I d.C.	Urbano	Detry e Santos, 2021
14-D	Banco de Portugal	Lisboa	I d.C.	Urbano	Detry e Santos, 2021
14-E	Criptopórtico de Lisboa	Lisboa	III d.C.	Urbano	Detry e Santos, 2021

5. OS DADOS ZOOARQUEOLÓGICOS DISPONÍVEIS

A apresentação das informações zoológicas disponíveis será apresentada de forma cronológica do seguinte modo: período Republicano (século II-I a.C.), período Imperial (século I-II d.C.) e Antiguidade Tardia (século III a VII d.C.).

5.1. Período Republicano

A figura 3 mostra a percentagem do número de restos determinados dos sítios arqueológicos em estudo, que possuem ocupação humana durante o período Republicano (século II-I a.C.), designadamente Alcáçova de Santarém (Davis 2006), Monte dos Castelinhos (Santos *et al.* 2018), Moinho dos Castelinhos (Almeida *et al.* 2021) e Beco do Forno do Castelo (Santos – Miranda – Mota 2020).

Um dos aspectos evidentes é a discrepância do número de restos determinados dos dois primeiros sítios comparativamente aos dois últimos (Tabela 2). Em primeiro lugar é de destacar a predominância dos animais domésticos face aos animais selvagens. Relativamente aos mamíferos domésticos, os caprinos são a espécie mais abundante em todos os contextos apresentados. No Monte dos Castelinhos, Moinho dos Castelinhos e Beco do Forno do Castelo os suínos são o segundo animal mais abundante, sendo que o seu estado de domesticidade só foi possível apurar no

Monte dos Castelinhos relativamente a dois elementos osteológicos identificados como porco. Os bovinos são também abundantes. Já em Alcáçova de Santarém os bovinos destacam-se relativamente aos suínos. Os equídeos são reduzidos em todos os contextos e estão ausentes no Moinho dos Castelinhos. À semelhança dos equídeos os canídeos são também pouco abundantes, estando presentes apenas em Alcáçova de Santarém e no Monte dos Castelinhos. Relativamente as espécies selvagens destacam-se os cervídeos (sobretudo o veado – *Cervus elaphus*), com exceção em Monte dos Castelinhos, em que estes estão ausentes. Foi ainda identificado o corço (*Capreolus capreolus*) no Monte dos Castelinhos. Os leporídeos são também significativos. Em Moinho dos Castelinhos salienta-se ainda a presença de roedores e de lince ibérico, ainda que representado por apenas um elemento osteológico cada.

No que concerne à avifauna, esta está presente nos dois primeiros sítios sendo mais abundante em Alcáçova de Santarém, destacando-se os galiformes (galinha – *Gallus gallus domesticus* e perdiz – *Alectoris rufa*), tendo sido ainda identificados o ganso-bravo (*Anser anser*), a rola comum (*Streptopelia turtur*), o pombo (*Columba palumbus*) e o sisão (*Tetrax tetrax*). Relativamente aos moluscos estes estão presentes apenas em Alcáçova e Santarém (ostra – *ostrea edulis*) e em Moinho dos Castelinhos, neste último os moluscos são bastante significativos, especialmente o mexilhão (*Mytilus sp.*) e a amêijoia boa (*Ruditapes decussata*).

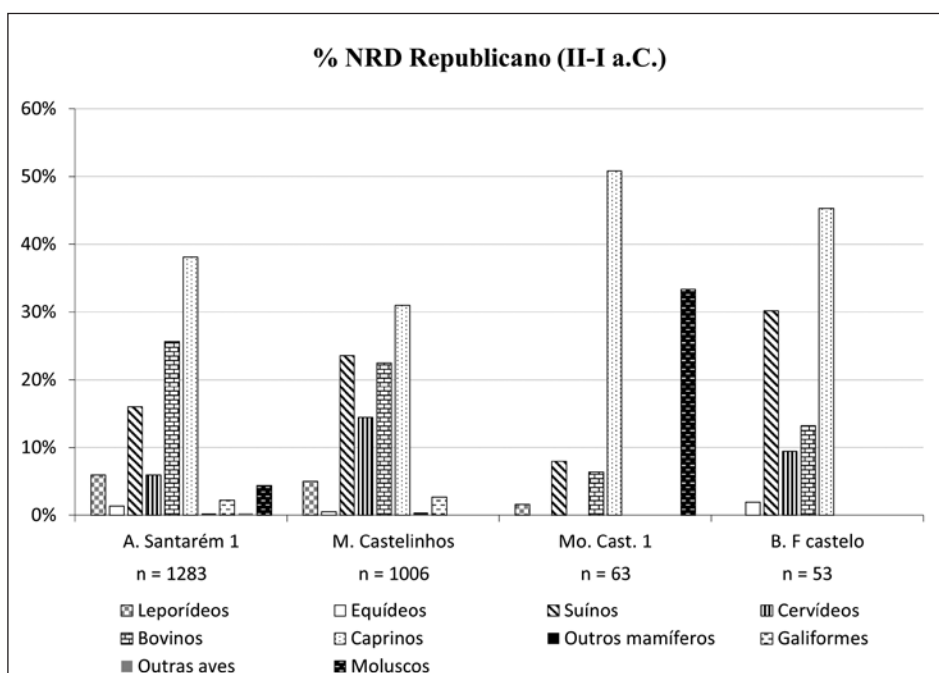


FIG. 3 Percentagem do número de restos determinados (% NRD) dos sítios arqueológicos com ocupação humana durante o período Republicano (Século II-I a.C.). Alcáçova de Santarém 1 - A. Santarém 1: Século II a.C. (Davis 2006); Monte dos Castelinhos - M. Castelinhos: Século I a.C. (Santos *et al.* 2018); Moinho dos Castelinhos 1 - Mo. Cast. 1: Século I a.C. (Almeida *et al.* 2021); Beco do Forno do Castelo - B. F. Castelo: Século II a.C. (Santos – Miranda – Mota 2020).

Os padrões de idade registados nestes sítios sugerem o uso do gado bovino e caprino para a aquisição não só de produtos primários, como também de produtos secundários, devido à presença essencialmente de animais adultos. No caso dos bovinos para além da carne, é provável que houvesse exploração e leite e aproveitamento como força motriz, já para os caprinos também o leite e a lã poderiam ser utilizados. No caso dos suínos verifica-se maioritariamente a presença de

indivíduos juvenis, talvez pelo facto destes animais não produzirem produtos secundários, sendo utilizados sobretudo para consumo. Os equídeos não aparentam ter sido consumidos, sendo que é plausível que fossem utilizados como transporte e eventualmente como apoio nas actividades agrícolas.

Quanto às espécies selvagens apesar de apresentarem um número de restos inferior face às domésticas, estas teriam uma importância significativa na

TABELA 2 SÍTIOS DO PERÍODO REPUBLICANO. ALCÁÇOVA DE SANTARÉM (Davis 2006); Monte dos Castelinhos (Santos *et al.* 2018); Moinho dos Castelinhos (Almeida – Dias – Encarnação 2021); Beco do Forno do Castelo (Santos – Miranda – Mota 2020).

TÁXON	NOME COMUM	A. SANTARÉM 1	M. CASTELINHOS	MO. CASTELINHOS 1	B. F. CASTELO
<i>Rattus</i> sp.	Rato		1		
<i>Lepus</i> sp.	Lebre	3	2		
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	Coelho	73	48	1	
<i>Lynx pardinus</i>	Lince ibérico		1		
<i>Canis familiaris</i>	Cão	3	2		
<i>Equus</i> sp.	Burro/cavalo	17	5		1
<i>Sus domesticus</i>	Porco			2	
<i>Sus</i> sp.	Javali/porco	205	237	3	16
<i>C. Capreolus</i>	Corço		5		
<i>C. elaphus</i>	Veado	76	140		5
<i>Bos taurus</i>	Vaca	329	226	4	7
<i>Ovis aries</i>	Ovelha		25		
<i>Capra hircus</i>	Cabra		18	1	1
<i>Ovis/Capra</i>	Ovelha/cabra	489	269	31	23
Total mamíferos		1195	979	42	53
<i>Gallus gallus domesticus</i>	Galinha doméstica		25		
cf. <i>Gallus</i>	Galinha	26			
<i>Alectoris</i> cf. <i>rufa</i>	Perdiz	2	2		
<i>Anser</i> cf. <i>Anser</i>	Ganso-bravo	1			
<i>Streptopelia turtur</i>	Rola comum	1			
<i>Columba</i> cf. <i>palumbus</i>	Pombo	1			
<i>Tetrax tetrax</i>	Sisão	1			
Total aves		32	27	0	0
<i>Patella</i> sp.	Lapa			2	
<i>Hexaplex trunculus</i>	Búzio			4	
<i>Mytilus</i> sp.	Mexilhão			6	
<i>Ostrea edulis</i>	Ostra	56			
<i>Ruditapes decussata</i>	Amêijoia-boia			6	
<i>Balanus</i> sp.	Craca			3	
Total invertebrados		56	0	21	0
TOTAL		1283	1006	63	53

alimentação destas comunidades humanas. No Monte dos Castelinhos e no Beco do Forno do Castelo é de notar uma percentagem elevada de cervídeos. No que concerne às aves e aos moluscos estas seriam um complemento alimentar, ainda que espécies como a craca e os gastrópodes terrestres sejam possivelmente intrusivos. Outros animais como o cão tinham neste período, um estatuto incerto, mas provavelmente no passado, o cão seria utilizado em atividades de caça ou mesmo para guardar rebanhos. Já o lince ibérico pode ter sido caçado para utilização da pele ou talvez para proteger os animais domésticos deste predador, porém a hipótese do consumo da sua carne não deve ser excluída. Esta espécie foi também identificada em outros sítios com ocupação romana como Monte Molião (Detry – Arruda 2013).

5.2. Período Imperial

Para o Período Imperial (século I-II d.C.) são apresentados os dados zooarqueológicos dos seguintes sítios arqueológicos: Prazo I (Costa 2008; 2009), Conímbriga (Cardoso 1995), Alcáçova de Santarém (Davis 2006), Casa do Governador (Valenzuela-Lamas 2014), NARC (Valenzuela-Lamas 2014), Moinho dos Castelinhos (Almeida – Dias – Encarnação 2021), Rua de São Mamede (Detry – Santos 2021) e Banco de Portugal (Detry – Santos 2021).

É de notar que os conjuntos faunísticos apresentam um número de restos reduzidos (< 100), excluindo a Alcáçova de Santarém e o Banco de Portugal (Tabela 3).

Como se pode observar na figura 4 destaca-se a predominância de caprinos. Os suínos e os bovinos são também muito abundantes. Estes últimos são mesmo a espécie mais comum em Conímbriga. No caso dos suínos estes prevalecem no NARC. O seu estado de domesticidade foi possível determinar em Conímbriga. Dos 7 elementos ósseos identificados, 6 foram classificados como de porco e 1 de javali. Os cervídeos (veado) têm uma presença relativamente significativa em Alcáçova de Santarém, Rua de São Mamede e Banco de Portugal, estando também presentes em Conímbriga, demonstrando alguma importância da caça. Quanto aos leporídeos estes estão presentes nos sítios arqueológicos do Prazo I, Alcáçova de Santarém e Rua de São Mamede. Já os equídeos são escassos e estão presentes apenas em Conímbriga e Alcáçova de Santarém. Neste último sítio foram ainda identificados outros mamíferos (felídeos e canídeos), avifauna e moluscos. Em relação à avifauna predominam os galináceos (galinha e perdiz) face a outras espécies de aves como o pombo e o sisão. Ainda na Alcáçova de Santarém destacam-se os moluscos, que apesar de serem significativos em quantidade, não são relativamente à variedade de espécies, já que só se identificou a ostra. Os moluscos estão também presentes no Moinho dos Castelinhos tendo sido identificada a lapa e a amêijoia-boia.

No que concerne às idades de abate registou-se maioritariamente a presença de indivíduos adultos relativamente aos bovinos e aos caprinos, sugerindo à semelhança do período anterior a exploração e

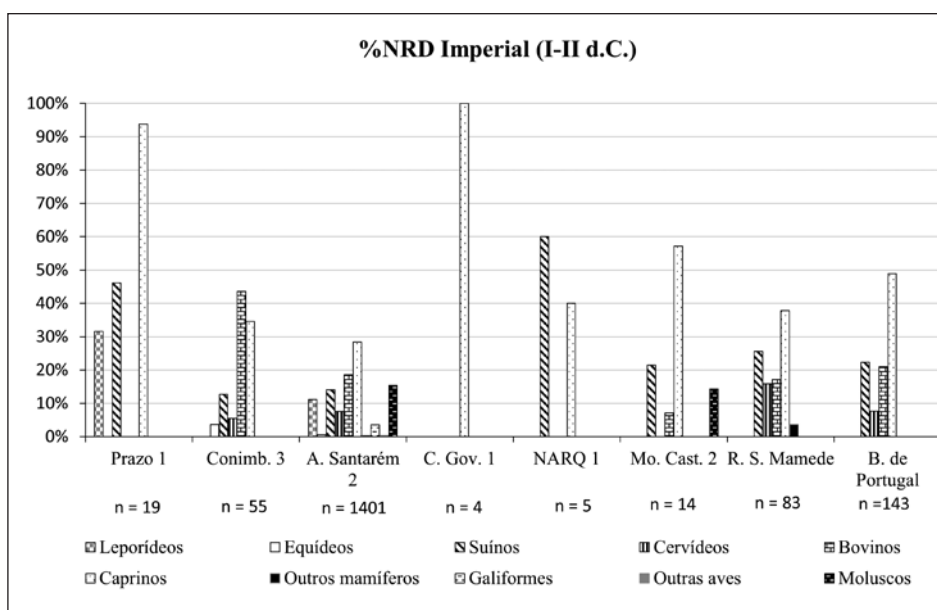


FIG. 4 Percentagem do número de restos determinados (% NRD) dos sítios arqueológicos com ocupação humana durante o período Imperial (Século I a II d.C.). Prazo I: Século II d.C. – (Costa 2008 – 2009); Conímbriga 3: Século II d.C. – (Cardoso 1995); Alcáçova de Santarém 2 - A. Santarém 2: Século II d.C. – Davis 2006; Casa do Governador 1 - C. Gov. 1: Século I d.C. (Valenzuela-Lamas 2014); Núcleo de Arqueologia da Rua dos Correeiros 1 - NARC 1 - Século I d.C. (Valenzuela-Lamas 2014); Moinho dos Castelinhos 2 - Mo. Cast. 2: Século I d.C. (Almeida et al. 2021); Rua de São Mamede - R. S. Mamede: Século I d.C. (Detry – Santos 2018); Banco de Portugal - B. de Portugal: Século I d.C. (Detry – Santos 2021).

TABELA 3 SÍTIOS DO PERÍODO IMPERIAL. PRAZO I

(Costa 2008; 2009); Conímbriga (Cardoso 1995.); Alcáçova de Santarém (Davis 2006); Casa do Governador (Valenzuela-Lamas 2014); NARC (Valenzuela-Lamas 2014); Moinho dos Castelinhos (Almeida – Dias – Encarnação 2021); Rua de São Mamede (Detry – Santos 2021); Banco de Portugal (Detry – Santos 2021).

TÁXON	NOME COMUM	PRAZO 1	CONIMB. 3	A. SANTARÉM 2	C. GOV. 1	NARC 1	MO. CAST. 2	R. S. MAMEDE	B. DE PORTUGAL
<i>Lepus</i> sp.	Lebre			7					
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	Coelho	6		149				3	
<i>Felis catus</i>	Gato			4					
<i>Canis familiaris</i>	Cão			1					
<i>Equus caballus</i>	Cavalo		2						
<i>Equus</i> sp.	Burro/cavalo			8					
<i>Sus scrofa</i>	Javali		1						
<i>Sus domesticus</i>	Porco		6						
<i>Sus</i> sp.	Javali/porco	6		197		3	3	21	32
<i>C. elaphus</i>	Veado		3	106				13	11
<i>Bos taurus</i>	Vaca		24	260			1	14	30
<i>Ovis aries</i>	Ovelha						2		
<i>Ovis/Capra</i>	Ovelha/cabra	7	19	397	4	2	6	31	70
Total mamíferos		19	55	1129	4	5	12	82	145
cf. <i>Gallus</i>	Galinha			47					
<i>Alectoris</i> cf. <i>rufa</i>	Perdiz			3					
<i>Columba</i> cf. <i>palumbus</i>	Pombo			3					
<i>Tetrax tetrax</i>	Sisão			3					
Total aves		0	0	56	0	0	0	0	0
<i>Patella</i> sp.	Lapa						1		
<i>Ostrea edulis</i>	Ostra			216					
<i>Ruditapes decussata</i>	Amêijoia-boia						1		
Total invertebrados		0	0	216	0	0	2	0	0
TOTAL		19	55	1401	4	5	14	82	145

utilização dos produtos secundários destas espécies, para além do seu consumo. Os suínos, galináceos e outras aves apresentam também um carácter alimentar. No caso das aves domésticas é presumível que os seus ovos fossem também utilizados. Por outro lado, mais uma vez não existem evidências do consumo dos equídeos (utilizados essencialmente como apoio às atividades agrícolas e transporte), nem dos carnívoros (cão e gato). Como já foi referido anteriormente, o cão seria utilizado como apoio à caça, e como guardador de rebanhos, enquanto o gato seria útil, em funções de predador.

Por último os moluscos identificados indicam que seriam também neste período um complemento na alimentação destas comunidades, nos sítios em que estão presentes.

5.3. Antiguidade Tardia

As figuras 5a e 5b mostram a percentagem do número de restos determinados dos sítios arqueológicos em estudo, que possuem ocupação humana durante a Antiguidade Tardia (século III-VII d.C.), nomeadamente Rumansil I, Zimbro II, Prazo (Costa 2008; 2009), Conímbriga (Detry – Cardoso – Correia 2014), Rabaçal (Fernandes 2016), Alcáçova de Santarém (Davis 2006), São Miguel de Odrinhas (Davis – Gonçalves 2017), Almoinhas (Costa 2011; Nabais – Costa 2018), Casa do Governador (Gabriel – Fabião – Filipe 2009; Valenzuela-Lamas 2014), NARC (Valenzuela-Lamas 2014; Martínez – Gabriel – Bugalhão 2017), Moinho dos Castelinhos (Almeida – Dias – Encarnação 2021) e Criptopórtico de Lisboa (Detry – Santos 2021).

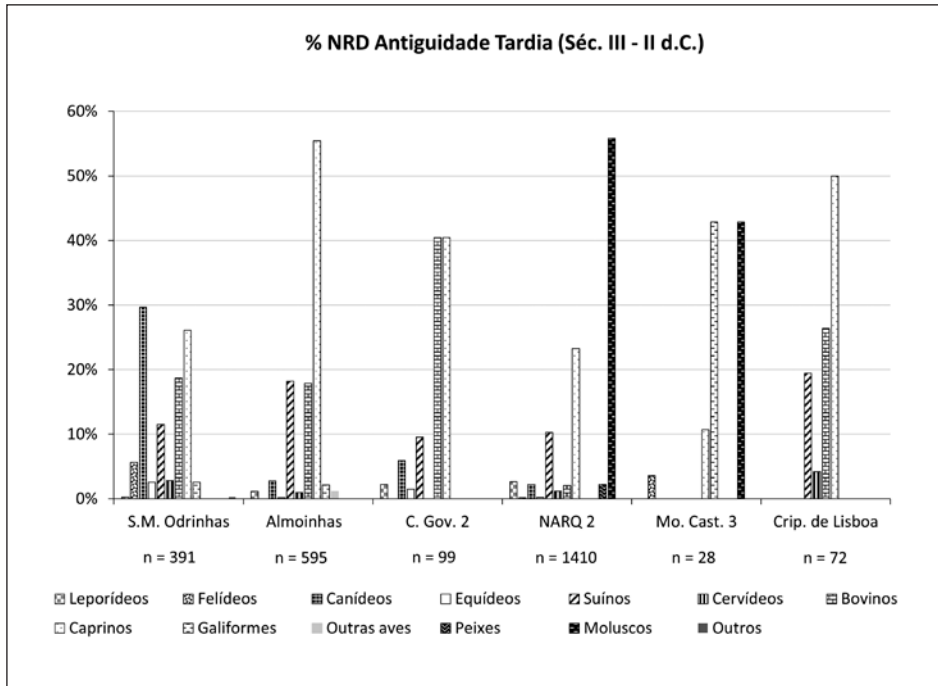


FIG. 5a Percentagem do número de restos determinados (% NRD) dos sítios arqueológicos com ocupação humana durante a Antiguidade Tardia (Século III a VII d.C.). Rumansil I: Século III-IV d.C. (Costa 2008 – 2009); Zimbro II: Século III-IV d.C. (Costa 2008 – 2009); Prazo 2: Século II-IV d.C. (Costa 2008 – 2009); Conimbriga 4 – Conimb. 4: Século VI-VII d.C. - (Detry *et al.* 2014); Rabaçal 1 e Rabaçal 2: Século IV-V d.C. - (Fernandes, 2016); Alcáçova de Santarém – A. Santarém: Século IV-V d.C. (Davis 2006).

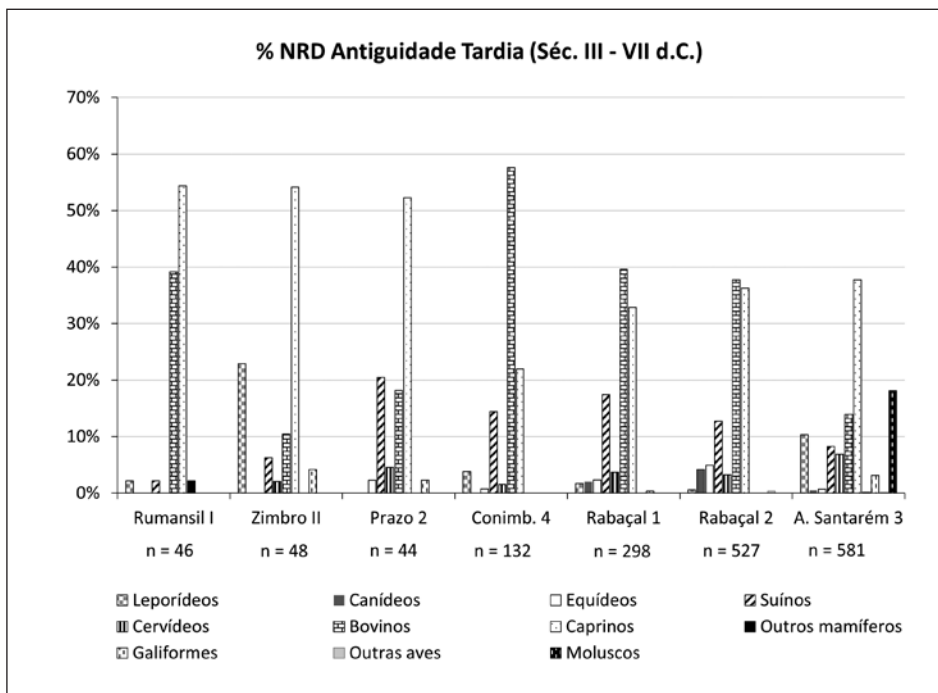


FIG. 5b Percentagem do número de restos determinados (% NRD) dos sítios arqueológicos com ocupação humana durante a Antiguidade Tardia (Século III a VII d.C.). São Miguel de Odrinhas – S.M. Odrinhas: IV-V d.C. (Davis – Gonçalves 2017); Almoinhas: Século III-IV d.C. (Costa 2011); Nabais – Costa 2018); Casa do Governador 2 – C. Gov. 2: Século IV d.C. (Gabriel – Fabião – Filipe 2009; Valenzuela 2014); Núcleo de Arqueologia da Rua dos Correios – NARC 2: Século III-V d.C. (Valenzuela 2014; Martínez – Gabriel – Bugalhão 2017); Moinho dos Castelinhos – Mo. Cast.: Século IV-V d.C. (Almeida *et al.* 2021); Criptopórtico de Lisboa - Crip. De Lisboa: Século III d.C. (Detry – Santos 2021).

Para a Antiguidade tardia é de assinalar um maior número de estudos zoológicos comparativamente aos períodos anteriores. Note-se à semelhança dos períodos Republicano e Imperial que as espécies domésticas prevalecem em detrimento das espécies cinegéticas. Embora os caprinos predominem na maior parte dos sítios em estudo, em Conimbriga e no Rabaçal (tanto na *Pars urbana* como na *Pars rustica*, *Pars frumentária* e *balneum*) os bovinos são a espécie que se destaca. Na Casa do Governador os bovinos

apresentam a mesma abundância que os caprinos (Tabela 4). Quanto aos suínos estes estão presentes em quase todos os sítios (excepto em Moinho do Castelhinho), com uma frequência relativamente significativa. O seu estado de domesticidade não foi possível apurar, mas em alguns sítios os restos mensuráveis de suíno apresentam um tamanho reduzido, o que se coaduna com a espécie doméstica (ex. Almeida – Dias – Encarnação 2021), embora esta questão seja problemática, já que a distinção entre porco e javali é muitas vezes

TABELA 4 SÍTIOS DA ANTIGUIDADE TARDIA. RUMANSIL I

(Costa 2008; 2009); Zimbros II (Costa 2008; 2009); Prazo (Costa 2008; 2009); Conimbriga 4 – anfiteatro (Detry *et al.* 2014); Rabaçal 1 - *Pars urbana* (Fernandes 2016); Rabaçal 2 – *Pars rustica, Pars frumentaria e balneum* (Fernandes 2016); Alcáçova de Santarém (Davis 2006);

TÁXON	NOME COMUM	RUMANSIL I	ZIMBRO II	PRAZO 2	CONIMB. 4	RABAÇAL 1
<i>Rattus sp.</i>	Rato					
<i>Lepus sp.</i>	Lebre					1
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	Coelho	1	11		5	4
<i>Felis catus</i>	Gato					
<i>Canis lupus</i>	Lobo					
<i>Canis familiaris</i>	Cão					6
<i>Canis sp.</i>	Cão/lobo					
<i>Equus asinus</i>	Burro					1
<i>Equus caballus</i>	Cavalo					3
<i>Equus sp.</i>	Burro/cavalo			1	1	3
<i>Sus sp.</i>	Javali/porco	1	3	9	19	52
<i>C. Capreolus</i>	Corço					1
<i>C. elaphus</i>	Veado		1	2	2	10
<i>Bos taurus</i>	Vaca	18	5	8	76	118
<i>Ovis aries</i>	Ovelha					
<i>Capra hircus</i>	Cabra					
<i>Ovis/Capra</i>	Ovelha/cabra	25	26	23	29	98
Total mamíferos		45	46	43	132	297
<i>Gallus gallus domesticus</i>	Galinha doméstica		2	1		1
cf. <i>Gallus</i>	Galinha					
<i>Alectoris cf. rufa</i>	Perdiz					
<i>Anas sp.</i>	Pato					
<i>Columba cf. palumbus</i>	Pombo					
<i>Buteo buteo/Circus aeruginosus</i>	Águia/tartalhão-dos-paus					
<i>Sturnus sp.</i>	Estorninho					
Total aves		0	2	1	0	1
cf. <i>Triakidae</i>	Cação					
<i>Chondrichthyes</i>	Tubarões/raias					
cf. <i>Accipenseridae/ Scorpaeniformes</i>	Esturjão/armado					
<i>Sardina pilchardus</i>	Sardinha					
cf. <i>Argyrosomus regius</i>	Corvina					
cf. <i>Diplodus/Pagrus sp.</i>	Sargo/pargo					
<i>Sparus aurata</i>	Dourada					
cf. <i>Sparidae</i>	Espárideos					
<i>Scombridae</i>	Tunídeos					
Total peixes		0	0	0	0	0
<i>Patella sp.</i>	Lapa					
<i>Hexaplex trunculus</i>	Búzio					
<i>Charonia lampas</i>	Buzina					
<i>Phorcus lineatus</i>	Burrié					
<i>Semicassis granulata</i>	Búzio					
<i>Glycymeris sp.</i>	Castanhola					
<i>Mytilus galloprovincialis</i>	Mexilhão do Mediterrâneo					
<i>Mytilus sp.</i>	Mexilhão					
<i>Mimachlamys varia</i>	Leque-variado					
<i>Pecten maximus</i>	Vieira					
<i>Ostrea edulis</i>	Ostra					
<i>Anomia eippium</i>	Ostra-cão					
<i>Ruditapes decussata</i>	Amêijoia-boia					
Total invertebrados		0	0	0	0	0
Outros		1				
TOTAL		46	48	44	132	298

São Miguel de Odrinhas (Davis – Gonçalves 2017); Almoinhas (Costa 2011; Nabais – Costa 2018); Casa do Governador (Gabriel – Fabião – Filipe 2009; Valenzuela 2014); NARC (Valenzuela-Lamas 2014; Martínez – Gabriel – Bugalhão 2017); Moinho dos Castelinhos (Almeida – Dias – Encarnação 2021); Criptopórtico de Lisboa (Detry – Santos 2021).

RABAÇAL 2	A. SANTARÉM 3	S.M. ODRINHAS	ALMOINHAS	C. GOV. 2	NARC 2	MO. CAST. 3	CRIP. DE LISBOA
			1				
	2				2		
3	59	1	7	3	35	1	
	1	22			2		
1							
19	3	116	17	8	31		
2							
4							
5							
17	4	10	1	2	3		
67	48	45	112	13	145		14
1	1	1					
16	39	10	6		17		3
199	81	73	110	55	29	3	19
		66	2		97		
		4			7	1	
191	219	32	339	55	224	11	36
525	457	380	595	136	592	16	72
		10	9				
	18		3				
			1				
1							
	1						
			7				
1							
2	19	10	20	0	0	0	0
				*			
					1		
					6		
				*			
					2		
					1		
					13		
					8		
				*			
0	0	0	0	–	31	0	0
						2	
					264	2	
					2		
					1		
					1		
					2		
					8		
						1	
					1		
					4		
	105				495		
					2		
					7	7	
0	105	0	0	0	787	12	0
		1					
527	581	391	595	99	1410	28	72

difícil, ainda mais na Península Ibérica devido ao seu tamanho sobreposto e tendo em conta que o único método fiável para esta distinção é através da variação do tamanho e principalmente da forma do 3.º molar inferior (Albarella *et al.* 2005). Por outro lado, apesar da presença de equídeos se registar em quase todos os sítios, esta é reduzida. Embora se tenham verificados marcas de corte em alguns ossos de equídeo, nomeadamente no Rabaçal, isto não indica necessariamente o seu consumo, mas significa que houve processamento da carcaça por exemplo para a remoção da pele e dos tendões. Os galináceos à semelhança dos equídeos também estão presentes em diversos sítios ainda que esta presença seja escassa.

No que concerne às espécies cinegéticas estas apresentam pouco destaque, estando representadas pelos leporídeos e cervídeos (veado e corço). Em alguns sítios é de notar ainda a presença de aves selvagens como a perdiz, o estorninho e aves de rapina, designadamente no Rabaçal, Alcáçova de Santarém e Almoinhas. No rabaçal foi também identificado um osso possivelmente de lobo e em Rumansil I e São Miguel de Odrinhas mustelídeos.

Para além do lobo também foram identificados outros carnívoros, nomeadamente felídeos e canídeos domésticos (gato e cão) em diversos dos sítios aqui apresentados. Em São Miguel de Odrinhas destaca-se o facto de o número mínimo de indivíduos, no caso do cão, ser de 6, sendo que um dos indivíduos seria provavelmente um animal de estimação, já que apresenta pernas arqueadas e altura reduzida, sendo um dos mais pequenos espécimes conhecidos no mundo romano (Davis – Gonçalves 2017).

Salienta-se ainda a presença de moluscos e peixes. Os moluscos encontram-se presentes na Alcáçova e Santarém, NARC e Moinho do Castelinho. Em Alcáçova de Santarém só foi registada a presença de ostras, enquanto no NARC há uma maior variabilidade de moluscos marinhos, nomeadamente a ostra, o búzio (*Hexaplex trunculus*), a buzina (*Charonia lampas*), o burrié (*Phorchus lineatus*), a castanhola (*Glycymeris* sp.), o mexilhão (*Mytillus galloprovincialis*; *Mytillus* sp.), o leque-variado (*Mimachlamys varia*), a vieira (*Pecten maximus*), a ostra-cão (*Anomia eippium*) e a amêijoabo (*Ruditapes decussata*). Já no Moinho do Castelinho apenas se identificaram 4 espécies: a amêijoabo, a lapa (*Patella* sp.), o búzio, e o mexilhão.

Por último, quanto ao pescado observa-se a presença do cação (cf. *Triakidae*), sardinha (*Sardina pilchardus*) e tunídeos na Casa do Governador e tubarão/raia (*Chondrichthyes*), esturção/armado (cf. *Accipenseridae/Scorpaeniformes*), corvina (cf. *Argyrosomus regius*), sargo/pargo (cf. *Diplodus/Pagrus* sp.), dourada (*Sparus aurata*) e outros esparídeos no NARC.

Os padrões de idade registados apontam não só para o consumo dos bovinos como também do uso dos produtos secundários, por se tratarem maioritariamente de indivíduos adultos. Já no caso dos caprinos observa-se a presença tanto de indivíduos juvenis como adultos, variando consoante o sítio, indicando o uso das ovelhas e cabras tanto para consumo, como para aproveitamento do leite e lã. Em Conímbriga parece que os caprinos seriam aproveitados essencialmente para fins alimentares, pela presença maioritária de indivíduos juvenis. Por outro lado, em São Miguel de Odrinhas a presença de ovelhas muito pequenas, sem marcas antrópicas parece apontar, segundo Davis e Gonçalves (2017) para o sacrifício destes animais, para apaziguar os deuses romanos. Quanto aos suínos estes tratam-se essencialmente de indivíduos juvenis, o que aponta para o seu exclusivo uso para consumo. Concomitante, os cervídeos, galináceos e outras aves eram também provavelmente consumidas, assim como os leporídeos. Por outro lado, o consumo de equídeos parece pouco provável, ainda que alguns ossos apresentem marcas de corte, como já foi referido. Os felídeos e canídeos também não aparentam ter fins alimentares. Por último, os recursos aquáticos parecem ter tido uma importância significativa na alimentação destas comunidades nos sítios em que estão presentes.

Para além dos estudos zooarqueológicos já mencionados, foram ainda tidos em conta os estudos dos restos faunísticos do Bico da Muralha e de locais diversos de Conímbriga (Cardoso 1992; 1995), do balneário romano de Idanha-a-Velha (Nabais – Profano 2021) e da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Cardoso 2009). Apesar de proveniente de contextos de cronologia romana, a fauna analisada nestes trabalhos apresenta uma datação específica incerta, no caso do último sítio sabe-se que este teve ocupação desde os séculos I-II d.C. até ao século XVII (Cardoso 2009). Em Conímbriga destacam-se os bovinos e os caprinos, seguidos dos cervídeos, suínos e equídeos. Nos

locais diversos de Conímbriga regista-se a presença ainda de leporídeos, ao passo que no Bico da Muralha foi identificado um fragmento de um metacarpo de um camelídeo. Segundo Cardoso (1992) a presença de um camelídeo numa grande cidade como Conímbriga não é surpreendente. Com efeito, nas fontes clássicas há diversas referências à utilização de camelídeos, sobretudo como transporte e como animal de carga. Além disso, nesta cidade existe, inclusive, uma representação de um dromedário, conjuntamente com um elefante, num mosaico da Casa dos Repuxos (Cardoso 1992). No caso concreto de Conímbriga, é possível que este animal exógeno tenha sido utilizado com fins lúdicos. Do balneário romano de Idanha-a-Velha predominam os leporídeos, seguido dos canídeos (raposa – *Vulpes vulpes*). Os suínos constituem uma parte significativa da amostra analisada. Por fim, verifica-se ainda a presença de aves, designadamente perdiz e rola comum. Por último, na Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo salienta-se a presença dos caprinos e dos suínos. Os bovinos são também significativos. Note-se ainda a presença reduzida de leporídeos, cervídeos (veado e provavelmente gamo) e de equídeos (burro). Para além destas espécies foram identificadas aves e valvas de vieira. Não obstante, este sítio apresenta uma longa diacronia e o estudo analisado não contém uma sequência estratigráfica e cronológica que permita distinguir os contextos de época romana dos de períodos posteriores.

6. BIOMETRIA

A comparação entre os dados osteométricos obtidos para os bovinos dos diferentes sítios arqueológicos em estudo visaram compreender se existe melhoria desta espécie entre ao longo dos vários períodos. Com este objetivo, foram comparadas as medidas dos metacarpos e dos astrágalos, este último osso não apresenta grandes variações relacionadas com o dimorfismo sexual ao contrário dos metacarpos, o que é uma vantagem já que neste caso ao comparar estes dados biométricos, não se vão registar variações entre machos e fêmeas, sendo mais fácil atestar a existência ou não de melhoramento de espécies.

Como se pode observar na figura 6, estabeleceram-se comparações entre as medidas dos astrágalos do NARC (Idade do Ferro), da Alcáçova de Santarém (Idade do Ferro, Período Romano Republicano e Imperial, Antiguidade Tardia e Medieval Islâmico), Monte dos Castelinhos (Republicano), Rabaçal, São Miguel de Odrinhas (Antiguidade Tardia) e *Conimbriga* (Antiguidade Tardia e Medieval Islâmico). Para além destes sítios utilizaram-se ainda as medidas dos astrágalos de bovino de *Ammaia* (Antiguidade Tardia) e Mérida (Imperial e Antiguidade Tardia), sítios estes que, não sendo o foco do presente estudo, possuem especial importância em termos comparativos, como veremos de seguida.

Os restos faunísticos de *Ammaia* são provenientes do fórum romano, de contextos arqueológicos

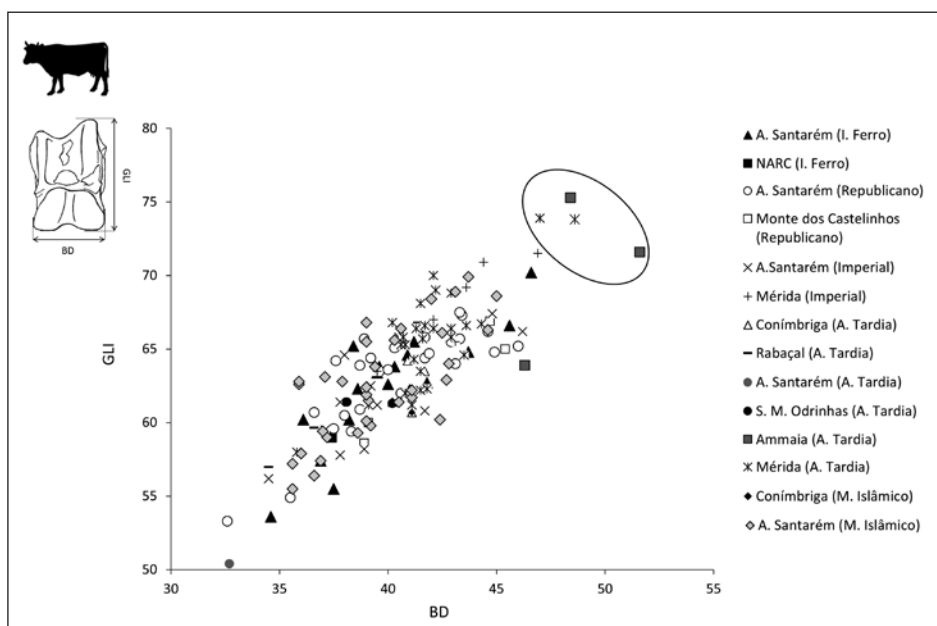


FIG. 6 Astrágalo de *Bos taurus*: Comparação métrica, utilizando a altura máxima da articulação lateral (GLI) e a largura máxima da articulação lateral (BD) entre a Alcáçova de Santarém (Davis 2006); NARC (dados gentilmente cedidos por Cleia Detry); Monte dos Castelinhos (Santos *et al.* 2018); *Conimbriga* (dados gentilmente cedidos por Cleia Detry); *Pars rustica*, *Pars frumentária* e *balneum* do Rabaçal (Fernandes 2016); S. M. Odrinhas (Davis – Gonçalves 2017); *Ammaia* e Mérida (dados gentilmente cedidos por Cleia Detry). Valores em mm.

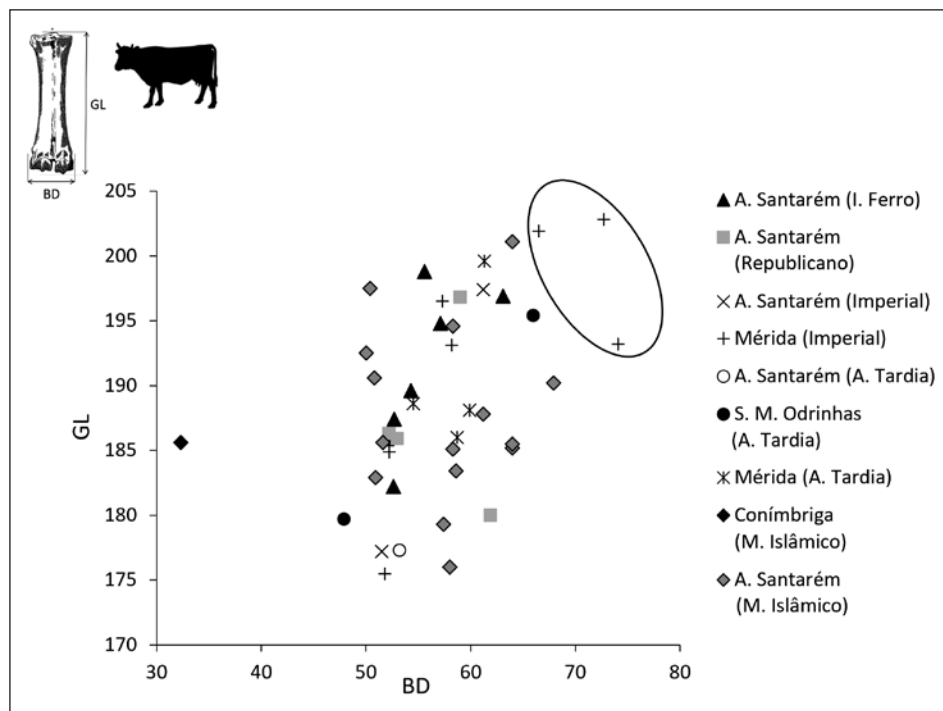


FIG. 7 Metacarpo de *Bos taurus*: Comparação métrica, utilizando a altura máxima (GL) e a largura máxima da articulação distal (BD) entre a Alcáçova de Santarém (Davis 2006); S. M. Odrinhas (Davis – Gonçalves 2017); Conímbriga e Mérida (dados gentilmente cedidos por Cleia Detry). Valores em mm.

dados entre os séculos IV e V, correspondendo ao período em que as estruturas foram abandonadas e terão sido utilizadas como depósitos de lixo (Guerra 1996). Quanto a Mérida, a fauna provem também de um depósito de lixo, localizado na Calle Almendralejo, já do lado exterior da muralha romana de *Augusta Emerita*, com contextos datados do século I ao século V (Heras – Olmedo 2010).

Na figura 7 podem-se verificar a comparação métrica dos metacarpos da Alcáçova de Santarém (Idade do Ferro, Período Romano Republicano e Imperial, Antiguidade Tardia e Medieval Islâmico), São Miguel de Odrinhas (Antiguidade Tardia), *Conímbriga* (Medieval Islâmico) e ainda Mérida (Imperial e Antiguidade Tardia).

A comparação biométrica aqui estabelecida não indica alterações significativas no tamanho deste segmento anatómico dos bovinos entre a Idade do Ferro e o Período Medieval Islâmico nos sítios que são o foco do presente estudo, não obstante, importa ter em consideração que os dados disponíveis são limitados. Em sentido inverso, quando comparados com os dados provenientes tanto de *Ammaia* como de Mérida, é possível verificar um aumento do tamanho dos bovinos durante a época romana e Antiguidade Tardia, quando comparado com dados da Idade do Ferro, como se pode observar nos gráficos 6 e 7. Com efeito, Detry *et al.* (2022) sugerem que na Lusitania

este aumento se verifica sobretudo em cidades de fundação romana, como, aliás, foi já observado noutras províncias da Hispânia (Fernández-Rodríguez 2003; Colominas 2013; Colominas Schlumbaum – Saña 2014; Grau-Sologestoa 2015) e até mesmo em zonas mais setentrionais da mundo romano (Audoin-Rouzeau 2005). Apesar de ainda não estarem publicados, alguns dados osteométricos procedentes de Lisboa, nomeadamente das escavações realizadas no Banco de Portugal, podem oferecer uma perspectiva distinta. De facto, estes parecem apontar para um aumento do tamanho dos bovinos, que Detry e Santos (2021) associam ao facto de Lisboa ser um importante porto de ligação do Mediterrâneo com o Atlântico, e, como tal, possuir uma maior suscetibilidade de adotar eventuais inovações.

7. DISCUSSÃO

A síntese dos trabalhos zooarqueológicos aqui apresentados revela no geral uma continuidade a nível cronológico em relação à abundância das espécies presentes nos sítios arqueológicos mencionados, assim como o uso que era dado a cada espécie e em relação aos processos de gestão e estratégias de exploração dos recursos animais.

As espécies mais consumidas durante o período romano na área de estudo são claramente a ovelha e

a cabra, espécies bem adaptadas ao clima mediterrânico e fáceis de manter em espaços mais pequenos, que também seriam utilizadas para exploração de leite e lã/pele, tal como referem as fontes clássicas. No entanto, os bovinos parecem ter tido um papel de destaque sobretudo em *Conimbriga* durante o período imperial e a Antiguidade Tardia e na *villa* romana do Rabaçal, também neste período. A presença maioritária de indivíduos adultos aponta para que os bovinos tivessem uma grande importância na providência de produtos secundários, nomeadamente o leite, bem como no apoio nas atividades agrícolas e no transporte, como animais de tração de carros e carroças. Embora não existam evidências do aumento do tamanho dos bovinos nos sítios arqueológicos analisados neste estudo, importa referir que este melhoramento é observado noutros contextos da Lusitânia, nomeadamente em cidades de fundação romana, como *Ammaia* e Mérida. Não obstante, este padrão não é, de modo algum, linear, uma vez outro tipo de assentamentos apresentam também evidências de um melhoramento, como se verifica, por exemplo, na *villa* de Torre de Palma (Detry *et al.* 2022). Por sua vez, como já foi referido anteriormente, os dados osteométricos da amostra do Banco de Portugal sugerem também um aumento do tamanho dos bovinos em *Olisipo*, que, não sendo de fundação romana, não se alinha com o padrão referido anteriormente. Conquanto Detry e Santos (2021) aventam que este melhoramento se poderá relacionar com o importante contexto portuário da cidade, o contraste todos estes dados não permite estabelecer uma perspectiva uniforme para todo o território, sugerindo, por outro lado, uma certa influência regional que poderá relacionar eventualmente com factores ambientais, geomorfológicos, tipologia de sítio e até de mobilidade/vias de comunicação.

Os suínos estão presentes durante o Período Republicano, Imperial e Antiguidade Tardia, em quase todos os sítios apresentados. Na maior parte dos estudos não foi possível aferir o seu estado de domesticidade, ainda que se tenha identificado o porco na ocupação republicana do Moinho dos Castelinhos e tanto o porco como o javali para a ocupação imperial de *Conimbriga*, mais concretamente na casa dos Repuxos. A grande parte dos indivíduos identificados são indivíduos juvenis, talvez porque a carne de leitão

fosse muito apreciada, como se verifica pelas múltiplas receitas à base de carne de leitão no receituário de *Apicius*.

Quanto aos equídeos (burro/cavalo), estes parecem manter a sua principal função ao longo dos períodos aqui abordados, isto é, sendo utilizados como animais de transporte e carga. A presença de marcas de corte em alguns ossos de equídeo não indica obrigatoriamente o seu consumo, já que estas marcas podem ser resultado do processo de remoção de pele e tendões, como se verifica no Rabaçal.

No caso dos carnívoros domésticos como o gato e o cão, estes apresentam estatuto incerto, porque apesar de serem atualmente considerados como animais de companhia, nem sempre o foram no passado. No caso do gato este pode ter sido utilizado como controlo de outros animais (ex. roedores), considerados pragas, em funções de predador. Já o estatuto do cão terá passado por ser utilizado em atividades de caça e como guardador de rebanhos. No entanto, relativamente ao cão de altura reduzida, com pernas arqueadas encontrado em São Miguel de Odrinhas parece indicar que este se tratava de um animal de companhia, sendo um dos cães com tamanho mais reduzido conhecido do mundo romano. Quanto à avifauna destaca-se a presença de galinha, ainda que com uma presença diminuta em todo o período romano. O consumo dos seus ovos é presumível, até porque é mencionado nas fontes clássicas.

Em relação as espécies cinegéticas, embora apresentem uma abundância inferior, comparativamente as espécies domésticas, também possuem alguma importância na subsistência das comunidades humanas romanas da Lusitânia. A presença de cervídeos (sobretudo veado, mas também o corço) parece ser mais evidente nos períodos mais antigos (republicano e imperial), provavelmente porque a presença militar e aristocrática deve ter diminuído na Antiguidade Tardia, tendo em conta que estes animais eram vistos não só como fonte de consumo, mas porque a sua caça estava ligada às elites, sendo um símbolo de prestígio como referem as fontes escritas. Os leporídeos parecem ter sido caçados como um complemento alimentar, e mantêm uma presença semelhante desde o período Republicano até à Antiguidade Tardia, embora varie ligeiramente consoante os sítios. As aves selvagens como por exemplo a perdiz, são pouco relevantes ao

longo do período romano. Tendo em conta o registo arqueológico, estas aves parecem ganhar um estatuto mais importante nos períodos seguintes.

Para além destas espécies a caça de carnívoros como o lince-ibérico, o lobo e a raposa aparenta ser pouco comum.

Por último, os recursos aquáticos nomeadamente os peixes e moluscos parecem ser um complemento na dieta alimentar das comunidades humanas romanas. A presença de peixes como a sardinha, o cação, a corvina, dourada, entre outros e de moluscos como a ostra, a amêijoia boa, o mexilhão, etc. encontra-se em sítios próximos à costa, e aos estuários do Sado e do Tejo.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não se registem alterações significativas entre estes períodos, nomeadamente no que diz respeito ao uso que era dado a cada espécie e aos processos de gestão e estratégias de exploração dos recursos animais, existem pequenas discrepâncias com pequenas variações que poderão relacionar-se eventualmente com a tipologia do sítio e subsequentes factores ambientais, geomorfológicos e até de mobilidade/vias de comunicação

Os dados zooarqueológicos, contrastados com as informações provenientes das fontes escritas, indicam-nos que a alimentação dos romanos na Lusitânia dependia, maioritariamente, de espécies domésticas, sobretudo dos caprinos, bovinos e suínos em detrimento das espécies selvagens. Algumas das espécies domésticas teriam uma relevância maior no quotidiano destas comunidades, uma vez que permitiriam obter productos secundários.

Por último, importa salientar o facto de muitos dos estudos aqui apresentados possuírem um Número de Restos Determinados reduzido, algo que condicionou a investigação realizada. Ainda assim, os resultados obtidos permitem uma melhor compreensão das dinâmicas existentes entre as comunidades que habitavam esta região e os animais, tanto domésticos como selvagens, sendo que, naturalmente, novos e mais dados zooarqueológicos são necessários para corroborar as hipóteses lançadas e melhorar a perspectiva aqui apresentada.

Agradecimentos

Cumpre-nos deixar uma palavra de apreço e gratidão para com a Dra. Cleia Detry, que gentilmente cedeu dados biométricos inéditos importantes para as análises comparativas apresentadas. Agradecemos também à Ana Beatriz Santos a partilha de informações relativas a Lisboa. Por fim, um bem-haja também para os revisores anónimos pelas suas críticas e sugestões, que permitiram melhorar a qualidade deste artigo.

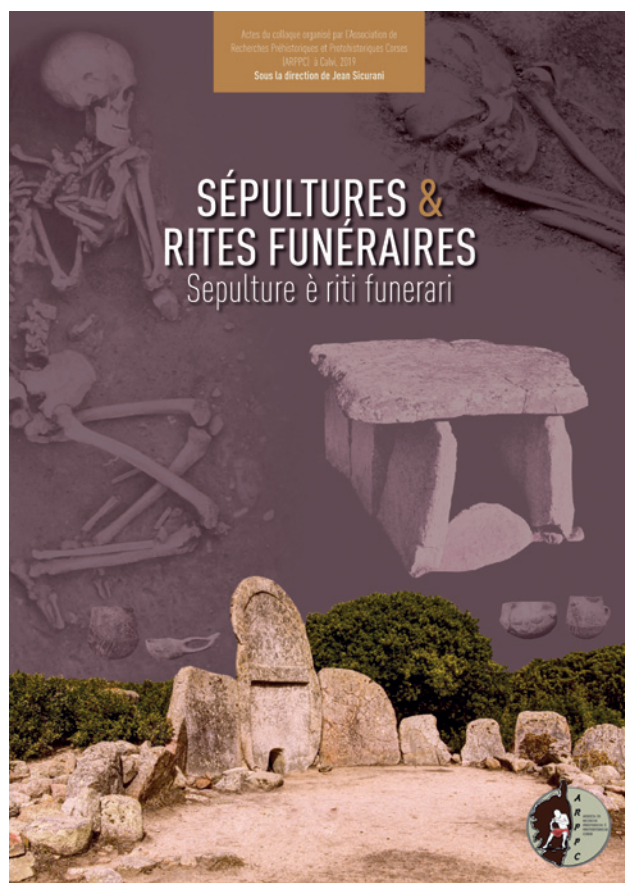
Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1998) – Três níveis de aglomerados populacionais romanos. *O Arqueólogo Português*, IV(16): 175-180.
- ALARCÃO, J. (2017) – *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a.C. ao séc. VI d.C.*. Coimbra.
- ALBARELLA, U. – DAVIS, S. J. – DETRY, C. – ROWLEY-CONWY, P. (2005) – Pigs of the 'Far West': the biometry of *Sus* from archaeological sites in Portugal. *Anthropozoologica*, 40(2): 27-54.
- ALMEIDA, N. J. – DIAS, V. – ENCARNAÇÃO, G. (2021) – Moinho dos Castelinho e a época romano-republicana na Amadora: Estruturas, materiais e subsistência. In CARDOSO, G. – NOZES, C. (eds.) – *Lisboa Romana: O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*. Lisboa: 91- 166.
- ARRUDA, A. – VIEGAS, C. (2014) – Santarém durante a época romano-republicana. In FABIÃO, C. – PIMENTA, J. (eds.) – *Actas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (CIRA Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 242-255.
- AUDOINROUZEAU, F. (2005) – Compter et mesurer les os animaux. *Histoire & Mesure*, X(3/4): 773-12.
- BOMBICO, S. (2012) – El comercio de preparados de pescado lusitanos en el Mediterráneo: continuidades y rupturas en la Antigüedad Tardia. In DIARTE BLASCO, P. – MARTÍN LÓPEZ, A. (eds.) – *Arqueología de un paisaje en transición: Antigüedad tardía y alta Edad Media*. Zaragoza: 117-121.
- CAETANO, M. (2008) – Mosaicos da villa romana de São Miguel de Odrinhas. Contributos para uma nova leitura. *Revista de História da Arte*, 6: 42-59.
- CARDOSO, J. L. (1992) – Um camelídeo de Conimbriga. *Conimbriga*, 31: 181-187.
- CARDOSO, J. L. (1995) – Os mamíferos no quotidiano romano. Algumas reflexões a propósito dos restos de Conimbriga. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5: 299-313.
- CARDOSO, J. L. (1997) – Caça e criação de gado: seu papel na alimentação. In ALARCÃO, A. (ed.) – *Portugal Romano – A Exploração dos Recursos Naturais*. Lisboa: 152-153.
- CARDOSO, J. L. (2009) – Estudo arqueozoológico sumário dos restos recuperados nas escavações. In BATALHA, L. – CANINAS, J. C. – CARDOSO, G. – MONTEIRO, M. (coords.) – *A villa romana de Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira). Trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito de uma obra da EPAL*. Lisboa: 199-235.
- CARVALHO, P. (2002) – Povoamento rural romano ao longo da Ribeira de Meimoa – Fundão (1.ª campanha de prospecção intensiva). *Conimbriga*, 41: 127-152.

- CARVALHO, P. (2004) – Sobre o processo de identificação e classificação de sítios rurais no Portugal romano. In LOPES, M., VILAÇA, R. (eds.) – *O passado em cena: narrativas e fragmentos*. Coimbra: 121-140.
- CARVALHO, P. (2009) – O fórum dos Igaeditani e os primeiros tempos da civitas Igaeditanorum. *Archivo Español de Arqueología*, 82: 115-131.
- COIXÃO, A. (2000) – A romanização no aro de Freixo de Numão. In HAUSCHILD, T. – MACIEL, J. – MANTAS, V. – NOGALES, T. – OREJAS, A. (eds.) – *Arqueologia da antiguidade na Península Ibérica. Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Volume 6. Porto: 421-440.
- COLOMINAS, L. (2013) – *Arqueozología y Romanización: Producción, distribución y consumo de animales en el nordeste de la Península Ibérica entre los siglos V a.n.e-V d.n.e* (British Archaeological Reports International Series, 2480). Oxford.
- COLOMINAS, L. – SCHLUMBAUM, A. – SAÑA (2014) – The Impact of the Roman Empire on Animal Husbandry Practices: Study of the Changes in Cattle Morphology in the North-East of the Iberian Peninsula through Osteometric and Ancient DNA Analyses. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 6: 1–16.
- CORREIA, V. (2004) – Coexistência e revolução: Urbanismo e arquitectura em Conimbriga (século I a.C. – III d.C.). In LOPES, M., VILAÇA, R. (eds.) – *O passado em cena: narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão*. Coimbra: 261 – 298.
- CASTRO, I. O. (1992) – *O livro de cozinha de Apício. Um breviário do gosto imperial romano*. Sintra.
- COSTA, C. (2008) – Os recursos animais em época romana no aro de Freixo de Numão. *Cóavisão, Cultura e Ciência*, 10: 189-222.
- COSTA, C. (2009) – As espécies animais representadas nas villae romanas da região de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal). *Apointamentos de Arqueologia e Património*, 4: 15-22.
- COSTA, C. (2011) – A fauna da Villa romana das Almoinhas (Loures). *O Arqueólogo Português*, V(1): 561-589.
- DAVIS, S. J. M. (2006) – *Faunal remains from Alcáçova de Santarém, Portugal* (Trabalhos de Arqueologia 43). Lisboa.
- DAVIS, S. J. M. – MACKINNON, M. (2009) – Did the Romans bring fallow deer to Portugal? *Environmental Archaeology*, 14(1): 15-26.
- DAVIS, S. J. M. – GONÇALVES, A. (2017) – Animal remains from the 4th-5th century AD well at São Miguel de Odrinhas, Sintra, Portugal: tiny sheep and dwarf dog. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 20: 139-156.
- DETRY, C – ARRUDA, A. (2013) – A fauna da Idade do Ferro e Época Romana do Monte Molião (Lagos, Algarve): continuidades e rupturas da dieta alimentar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 15: 215-227.
- DETRY, C. – CARDOSO, J. L. – CORREIA, V. (2014) – What did the Romans and Moslems eat in Conimbriga? The animal bones from the 1990's excavations. In DETRY, C. – DIAS, R. (eds.) – *Proceedings of the First Zooarchaeology Conference in Portugal* (British Archaeological Reports 2662): 97-110.
- DETRY, C – SANTOS, A. B. (2021) – Animais em Lisboa no período Romano: o que dizem os ossos. In FABIÃO, C. – NOZES, C. – CARDOSO, G. (eds.) – *Lisboa Romana: a cidade produtora (e consumidora)*. Lisboa: 47-61.
- DETRY, C. – VALENZUELA-LAMAS, S. – DAVIS, S. – PIRES, A. I. – GINJA, C. (2022) – On the Improvement of Cattle (*Bos taurus*) in the Cities of Roman Lusitania: Some Preliminary Results. In WRIGHT, E. – GINJA, C. (eds.) – *Cattle and People Interdisciplinary Approaches to an Ancient Relationship*. Atlanta: 92-109.
- DRIESCH, A. (1976) – *A guide to the measurement of animal bones from archaeological sites*. Cambridge.
- FABIÃO, C. (1996) – O comércio dos produtos da Lusitânia transportados em ânforas do Baixo Império. In FILIPE, G. – RAPOSO, J. M. C. (eds.) – *Actas das primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: 329-342.
- FABIÃO, C. – GUERRA, A. (1996) – A cerâmica campaniense do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil). *Ophiussa*, 1: 109-131.
- FABIÃO, C. (2014) – Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica. In FABIÃO, C. – PIMENTA, J. (eds.) – *Actas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (CIRA Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 9-24.
- FABIÃO, C. – FILIPE, I. – DIAS, M. – TRINDADE, M. – PRUDÊNCIO, M. – GABRIEL, S. – COELHO, M. (2021) – A haliêutica no período romano: A fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 24: 119- 141.
- FERNANDES, P.V. (2016) – *A pecuária na antiguidade tardia: Uma perspectiva zooarqueológica da Villa Romana do Rabaçal (Penela)*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Inédita.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, C. (2003) – *Ganadería, caza y animales de compañía en la Galicia romana: estudio arqueozoológico (Brigantium 15)*. A Coruña.
- GABRIEL, S. – FABIÃO, C. – FILIPE, I. (2009) – Fish Remains from Casa do Governador - a roman fish processing factory in Lusitania. In MAKOWIECKI, D. – HAMILTON-DYER, S. – RIDDLER, I. – TRZASKA-NARTOWSKI, N. – MAKOHONIENKO, M. (eds.) – *Fishes – Culture – Environment Through Archaeoichthyology, Ethnography & History*. The 15th Meeting of the ICAZ Fish Remains Working Group (FRWG). Poznan: 117-119.
- GRAU-SOLOGESTOA, I. (2015) – Livestock Management in Spain from Roman to Post-Medieval Times: A Biometrical Analysis of Cattle, Sheep/Goat and Pig. *Journal of Archaeological Science*, 54: 123-134.
- GUERRA, A. (1996) – Ammaia, Medobrigae as ruínas de S. Salvador de Aramenha: Dos antiqúarios à historiografia actual. *A Cidade* 11: 7-33.
- HARDEN, A. (2013) – *Animals in the Classical Worlds: Ethical Perspectives from Greek and Roman texts*. Houndmills..
- HERAS F. R. M. – OLMEDO, A. B. G. (2010) – Dos nuevos monumentos funerarios en Augusta Emerita: Primer avance de los resultados de la intervención de la calle Almendralejo no. 41, Mérida (Badajoz, España). *Boletino di Archeologia Online*, 1: 45-53.
- HOWE, T. (2014a) – Domestication and Breeding of Livestock (Horses, Mules, Asses, Cattle, Sheep, Goats and Swine). In CAMPBELL, G. L. (ed.) – *The Oxford Handbook of Animals in Classical thought and life*. Oxford: 91-97.
- HOWE, T. (2014b) – Value Economics (Animals, Wealth, and the Market). In CAMPBELL, G. L. (ed.) – *The Oxford Handbook of Animals in Classical thought and life*. Oxford: 123-138.
- KRON, G. (2014) – Animal Husbandry. In CAMPBELL, G. L. (ed.) – *The Oxford Handbook of Animals in Classical thought and life*. Oxford: 98-122.
- KROPFF, A. (2016) – *An English translation of the Edict on Maximum Prices, also known as the Prince Edict of Diocletian (Edictum de pretiis rerum venalium)*. Disponível em https://www.academia.edu/23644199/New_English_translation_of_the_Price_Edict_of_Diocletianus (acesso a 02/09/2022).

- LYMAN, R. L. (1994) – Quantitative units and terminology in Zooarchaeology. *American Antiquity*, 59(1): 36-71.
- MACKINNON, M. (2014) – Hunting. In CAMPBELL, G. L. (ed.) – *The Oxford Handbook of Animals in Classical thought and life*. Oxford: 179-189.
- MANTAS, V. (2010) – A romanização da paisagem na Lusitânia, In OLIVEIRA, F. – OLIVEIRA, J. – PATROCÍNIO, M. (eds.) – *Antiguidades e Paisagens. Antiguidade clássica e heranças contemporâneas. Volume 3, História, Arqueologia e Arte*. Coimbra: 121 – 134.
- MARTÍNEZ, S. – GABRIEL, S. – BUGALHÃO, J. (2017) – 2500 anos de exploração de recursos aquáticos em Lisboa. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. In SENNA-MARTINEZ, J. C. – MARTINS, A.C. – MELO, A. Á. – CAESSA, A. – MARQUES, A. – CAMEIRA, I. – *Diz-me o que comes... alimentação antes e depois da cidade*. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa 1. Lisboa: 41-54.
- MARZANO, A. (2018) – Fish and Fishing in the Roman World. *Journal of Maritime Archaeology*, 13: 437-447.
- NABAIS, M. – COSTA, C. (2018) – Birds of the Roman Villa of Almoinhas (Loures, Portugal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 21: 131-139.
- NABAIS, M. – PROFANO, J. (2021) – Evidência zooarqueológica das escavações de D. Fernando de Almeida em Idanha-a-Velha, Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 24: 143-152.
- PESSOA, M. (2008) – Um stibadium com mosaico na villa romana do Rabaçal. De cenário áulico a chão de culto cemiterial – de chão agricultado às primícias arqueológicas. *Revista de História da Arte*, 6: 138-161.
- PIMENTA, J. (2014) – Os contextos da conquista romana: Olisipo e Decimo Júnio Bruto, In FABIÃO, C. – PIMENTA, J. (eds.) – *Actas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (CIRA Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 44 – 60.
- PIMENTA, J. – SORIA, V. – MENDES, H. (2014) – Cerâmicas de verniz negro itálico e imitações em pasta cinzenta de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. In FABIÃO, C. – PIMENTA, J. (eds.) – *Actas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo* (CIRA Arqueologia 3). Vila Franca de Xira: 86 – 121.
- PINTO, I. V. – MAGALHÃES, A. P. – BRUM, P. (2014) – An overview of the fish-salting production centre at Tróia (Portugal). In BOTTE, E. – LEITCH, V. (eds.) – *Fish & Ships: Production et commerce des sal-samenta durant l'Antiquité*. Bibliothèque d'Archéologie Méditerranéenne et Africaine, 17. Aix-en-Provence: 145-157
- QUARESMA, J. (2018-2019) – From Late Roman to Suevic-Visigothic period at Almoinhas (Loures, Portugal): Evolution of fine ware imports and regional imitations between c. 350 and 525 AD. *Oppidum. Cuadernos de investigación*, 14-15: 255-294.
- RIZZETO, M. – ALBARELLA, U. (2022) – Livestock size and the Roman-Early Anglo-saxon transition: Britain in North-West Europe. *Archaeological and Anthropological Sciences*, 14: 65.
- RIZZETO, M. – CRABTREE, P. – ALBARELLA, U. (2017) – Livestock changes at the beginning and end of the Roman period in Britain: Issues of acculturation, adaptation and improvement. *European Journal of Archaeology*, 20(3): 535-556.
- SANTOS, A. B. – PEREIRA, Á. – GOMES, J. – MONTEIRO, N. – PIMENTA, J., MENDES, H. – DETRY, C. (2018) – Estudo das faunas do período republicano do Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira, Portugal). *Vila Franca de Xira. CIRA Arqueologia*, 6: 100-126.
- SANTOS, A. B. – MIRANDA, P. – MOTA, N. (2020) – Os restos faunísticos do período Romano Republicano recuperados no Beco do Forno do Castelo n.º 14-20 (Lisboa, Portugal). *Cadernos do GEEvH*, 9(1): 1-14.
- SILVA, R. – ALMEIDA, S. (2021) – A face romana de Santa Olaia (Figueira da Foz, Portugal) – uma leitura possível a partir da cultura material. *Ophiussa*, 5: 183-206.
- SILVINO, T. – COIXÃO, A. – PEREIRA, P. (2020) – Rumansil I (Murça-do-Douro): Um complexo artesanal antigo no vale do Douro. *Conimbriga* LIX: 73-111.
- TOYNBEE, J. M. C. (1973) – *Animals in Roman Life and Art*. New York.
- VALENTE, M. J. (1997) – A quantificação faunística: principais unidades, alguns parâmetros, regras e problemas. *Estudos do Quaternário*, 1: 83-96.
- VALENZUELA-LAMAS, S. (2014) – Mammal remains from the Governor's House (Belém Tower, Lisbon) and Rua dos Correeiros (Baixa, Lisbon) in the context of fish processing factories in Lusitania. DETRY, C. – DIAS, R. (eds.) – *Proceedings of the Zooarchaeology Conference in Portugal* (British Archaeological Reports 2662). Oxford: 57-68.
- VALENZUELA-LAMAS, S. – DETRY, C. (2017) – Romanización y Arqueozoología en el limes del Imperio. El caso de la Lusitania entre la Edad del Hierro y el Bajo Imperio (s. VIII a.C. – V d.C.). *Archaeofauna*, 26: 39-51.
- VALENZUELA-LAMAS, S. – COLOMINAS, L. – FERNÁNDEZ RODRIGUEZ (eds.) (2017) – *La Romanización de la Península Ibérica, una visión desde la Arqueozoología* (Archaeofauna 26). Madrid.

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS



SICURANI, J. (ed.) (2021)

Sépultures et rites funéraires/Sepulture è riti funerari: Actes du colloque organisé par l'Association de Recherches Préhistoriques et Protohistoriques Corses (ARPPC) à Calvi, 2019

Calvi: Association de Recherches Préhistoriques et Protohistoriques Corses (ARPPC). 303 p.
ISBB 978-2-9566-9841-8

FREDERICO AGOSTO

Mestre em Arqueologia (investigador independente)
Redigido segundo o acordo ortográfico de 1945
fosagosto@gmail.com

<https://doi.org/10.51679/ophiussa.2022.119>

Resultante do segundo congresso da *Association de Recherches Préhistoriques et Protohistoriques Corses* (ARPPC), realizado em 2019 em Calvi (Córsega), a presente monografia é composta por 14 artigos dedicados ao mundo da morte e dos seus ritos –, onde se perfilam contribuições unidas geograficamente pelas costas europeias do mediterrâneo ocidental e central. Quase metade dos contributos (6 em 14) centram-se em torno de duas das mais significativas ilhas do Mediterrâneo ocidental – a Córsega e a Sardenha –, logrando expor a sua riqueza arqueológica (com ênfase no mundo hipogeico). Os demais são maioritariamente dedicados/ilustrados com contextos da França continental (cinco no total), estando os três restantes geograficamente distribuídos entre o Centro e Sul de Portugal, a Península Itálica e a ilha de Menorca (Balears). A obra encontra-se redigida em quatro línguas: francês (11 em 14), italiano, castelhano e inglês (um em cada caso).

É notório o esforço envidado na busca de sínteses, procurando todos, *grosso modo*, compilar e sumular o conhecido no mundo da morte na diacronia tendo como fio condutor a Geografia. Destarte, é possível subdividir os contributos entre: 1) os que partem da microescala (i.e., sítios) e sumarizam os resultados das investigações – a sepultura megalítica de Contra Maggiore (Corse-du-Sud) (pp. 37-57) e a excepcional gruta do 1.º milénio a.n.e. da Cova del Pas (Menorca) (pp. 203-217); 2) os que abrangem uma área restrita, mas ainda assim significativa o suficiente para servir de análise – os hipogeus pré-históricos de Mesu 'e Montes (Sardenha) e o seu entorno (pp. 79-97) e a listagem de todos os monumentos pré-históricos rituais e funerários em Cap Corse (Córsega) (pp. 59-77); 3) os que buscam uma análise regional mais ampla – a evolução das arquitecturas nos hipogeus na Sardenha (pp. 99-122), a heterogeneidade do mundo funerário no Neolítico médio da França meridional (pp. 179-201), uma indagação sobre a evolução nas arquitecturas e espólios no 2.º milénio a.n.e. na Córsega (pp. 219-237) e um estudo comparativo entre as paisagens funerárias do mundo indígena e as colónias gregas da costa mediterrânea francesa (pp. 239-263); 4) e, por fim, os que sintetizam a evolução do mundo da morte a uma escala macro e numa diacronia considerável – como no Neolítico da Península Itálica (pp. 123-146) e a morte do 6.º ao 3.º milénio a.n.e. no

Centro e Sul de Portugal (pp. 147-177). Fora das sínteses informadas principalmente pelo vector Espaço, mas que ainda assim usam casos de estudo, contam-se os três últimos contributos, cujo foco incide sobre temáticas teóricas relacionadas com a morte – questão da violência colectiva, arqueotanatologia e os processos de memória colectiva que perpassam os monumentos e sepulturas (pp. 265-277, 279-297 e 299-303, respectivamente). Analogamente, o artigo inaugural (pp. 19-36) – relativo às estelas proto-históricas, ilustrando com casos córsicos –, norteia uma longa discussão sobre o seu caso de estudo com a sua questão teórica de base: «Contribution à la “connaissance scientifique” du système d’acquisition des statues-stèles protohistoriques».

Não só oferece esta obra uma apreciável visão de conjunto na diacronia (especialmente sobre a Córsega e a Sardenha), como também serve de compêndio bibliográfico – trazendo à luz e mobilizando bibliografia dificilmente conseguida pelo investigador de fora, auxiliando todo aquele que procure indagar mais obstinadamente sobre as tópicas tratadas. Nesta senda, os artigos de A. C. Sousa e V. S. Gonçalves (práticas funerárias das antigas sociedades camponesas do Centro-Sul de Portugal) ou de G. Radi (rituais funerários durante o Neolítico italiano) afiguram-se como textos propedêuticos de indubitável utilidade e valor pedagógico, sintetizando robustamente as realidades em apreço.

A súpula de sítios individuais – Cova del Pas (Menorca) e Contra Maggiore (Corse-du-Sud, Córsega) – oferece, para o primeiro caso, uma apresentação de um contexto único no cenário do 1.º milénio a.n.e., tendo-se conservado cabelo, músculos e tecidos nervosos, pulmonares, macas de madeiras e cordas. A excepcionalidade do contexto justifica o rápido *voo de pássaro* pelos materiais, análises e achados, configurando-se como um meio privilegiado para vislumbrar os ritos funerários da Idade do Ferro. No segundo caso, a contribuição consiste num relatório de trabalhos referente aos dois anos de trabalho de campo no monumento (2018 e 2019), fazendo-se uma listagem das unidades estratigráficas e uma descrição do espólio resultante da escavação. Não é feita qualquer contextualização com o megalitismo da Córsega nem com a sua envolvente humana.

Conforme já referido, grande destaque é dado ao património arqueológico da Sardenha e da Córsega – que albergou o Congresso. Ao longo dos artigos que a elas se dedicam, é de salientar as potencialidades e unicidade do mundo hipogeico da Sardenha, contando com mais de 3500 hipogeus ao longo do Neolítico médio até ao Calcolítico.

Destes, destaca-se sobremaneira o texto de síntese encabeçado por G. Robin – sobre os hipogeus funerários de Mesu ‘e Montes –, cuja densidade de monumentos num espaço restrito motivou uma análise de conjunto enleada com os elementos preponderantes da Paisagem física. A sua dimensão cénica aventa que uma análise da Paisagem não se esgota nos modelos economicistas de mobilidade ou de captação de recursos, nem sendo, aliás, a construção de mapas cognitivos da Paisagem regida ferreamente por equações de taxas de esforço (Golledge 2003). Ademais, a abordagem às paisagens das comunidades pré-históricas não se pode, de forma alguma, restringir aos produtos directos dos modelos epistemológicos e das Filosofias da Natureza promanadas do racionalismo iluminista. O estimulante exercício de estudo de dispersão artefactual elucubrado, georreferenciando a totalidade dos achados em prospecção e não usando para concentrações de materiais o conceito de *sítio arqueológico* – termo pouco definido já de si –, mostra como muito falta ainda teorizar neste campo, sendo a sua dimensão teórica fecunda e promissora nos estudos da Paisagem (*vide* Heilen 2005 para um tentame semelhante em plagas norte-americanas). Por esta via uma obstinada indagação pelos campos da *Ontologia do Lugar* em muito dotaria a discussão de novas ferramentas conceptuais.

Todavia, é no texto de M. G. Melis onde se alcança uma visão de síntese no atinente às arquitecturas na diacronia dos hipogeus sardenhos, separando liminarmente os famigerados e complexos «Domus de Janas» de outras *expressões em negativo*, como os mais simples «hipogeus de fachada arquitectónica» ou, ainda, os hipogeus nurágicos. Casos específicos, como a «Domus de Janas» de S’Elighe Entosu IV (Usini), ilustram como estes monumentos mantiveram a sua posição na geografia mental na longa diacronia, tendo por isso sido acometidos de múltiplos processos de resignificação e profusa reestruturação arquitectónica. No caso em concreto, o monumento conheceu sucessivas

ocupações – que vão desde o Neolítico, passando pelo Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro e Romano até ao Contemporâneo –, juntamente com variados episódios de reformulação arquitectónica, com ênfase no Bronze médio, onde as reestruturações/simplificações arquitectónicas se massificam na Sardenha. Embora não tenha havido uma discussão teórica sobre o tema das resignificações/«reutilizações», serve este artigo como forte base empírica a reflexões futuras nessa senda.

A sùmula de F. Lorenzi – que se foca nos monumentos rituais e funerários de Cap Corse (Córsega) durante toda a pré-história – é uma demonstração que também há mérito na simples exposição descritiva do *conhecido*, porquanto delinea as materialidades – qual «*network of resistances*» *hermenêutico* (Shanks – Tilley 2016: 250). Embora se lamente a falta de qualquer tentativa interpretativa sobre a evolução e diacronia do território analisado, releva deste contributo as potencialidades das análises territoriais em Geografia restrita.

Por outro lado, os textos de Dedet ou Gaudelin – as paisagens funerárias na transição Bronze-Ferro na costa mediterrânea francesa e as práticas funerárias do Neolítico médio da França meridional, respectivamente – oferecem excelentes abordagens e vectores de comparação, reduzindo a heterogeneidade a denominadores comuns, permitindo sistematizar e tornar comparável o que, de outra maneira, dificilmente seria cotejável. Dois bons exercícios cuja aplicação em muito extravasa a sua cronologia.

Os textos teóricos da monografia mobilizam um conjunto de aspectos e questões que, por não estarem presos aos *particularismos* contextuais e tratarem de questões gerais, logram expandir a sua utilidade ao comum do investigador.

Nesta senda, revela-se especialmente estimulante o texto de P. Courtaud sobre a arqueotanatologia e as questões que esta contribui, indagando no basilar labor de definição conceptual – empresa raramente feita, mas que dela depende a salubridade da (pré-)História e da sua ciência. O excuro por ele conduzido logra distinguir contexto funerário de um contexto mortuário – necessitando o primeiro de um gesto funerário e dos mecanismos mentais que lhe subjazem –, assim como entre uma sepultura *simple* e sepultura *plurielle* (a semântica aqui não é despicienda). Outras questões,

como os troféus, contextos sacrificiais ou antropofagia, são também abordadas. Os casos de estudo provenientes do Paleolítico não devem, porém, despojar estas reflexões da sua clara dimensão *universalizante*.

O artigo de F. Chenal e P. Lefranc sobre a violência colectiva na pré-história, mobilizando Achenheim e Bergheim (fins do 5.º milénio a.n.e. na Alsácia-Lorena), releva da ordem do descritivo, fazendo-se uma descrição sumária dos sítios e contextos onde se entrevêm episódios mormente violentos. Infelizmente esta não veio acompanhada de uma exposição sobre a violência na pré-história nem uma discussão conceptual. Contribui, todavia, este texto como um bom elemento de *empírea* para uma discussão mais circumspecta nestas matérias.

Noutra dimensão, o texto inaugural, a cargo de F. Lanfranchi, a propósito do conhecimento científico da aquisição das estelas proto-históricas e da sua utilização, tem como apanágio exordiar com um conjunto de questões fundamentais – porque atinentes à Epistemologia – que regem, consciente ou inconscientemente, toda a empresa intelectual. E se mesmo com o decorrer do discurso se esboroa ligeiramente a teoria como norteadora, em detrimento do caso de estudo, não deixa de ser, todavia, um bom exemplo da consciência teórica ao serviço da criação de conhecimento histórico.

Por fim, o último (curto) texto, da autoria de G. Gianesini, demonstra que os monumentos e a Paisagem que estes cumulativamente engendram não podem ser remetidos para um Outro amorfo, destituindo-os da sua *aura* – *um tipo de sensação indeterminada difusa no espaço*: “[...] algo que preenche o espaço, quase como um sopro ou uma brisa [...]” (Böhme 1995: 27) – que ainda hoje desempenha um papel fundamental na construção da Paisagem humana e na identidade local das suas comunidades.

O estimulante conjunto de textos aqui compilados permite ter uma abordagem não restrita a uma geografia e a uma cronologia, ampliando os horizontes e recrudescendo a base empírica – podendo ser facilmente mobilizada para responder a questionários universais.

Alfim, e embora seja de salientar e saudar o esforço de congregação de vários investigadores de distintos países e realidades, é notória a ausência de qualquer contributo vindo de plagas norte africanas. A história da margem europeia do Mediterrâneo é indissociável

da sua margem africana. A Geografia que o Mediterrâneo encerra força a sua análise conjunta. Estando profundamente imbricados entre si, o silêncio e a ausência a qualquer referência a África (salvante dois casos *en passant*: pp. 84 e 304) demonstra que uma (mais) cabal compreensão das sociedades camponesas jaz, em parte, no cruzar do Estreito. E se a (pré)história da Europa é, também, uma (pré)história de África, então a primeira precisa de arribar às costas da segunda.

Bibliografia

- BÖHME, G. (1995) – *Atmosphären*. Frankfurt am Main.
- GOLLEDGE, R. G. (2003) – Human Wayfinding and Cognitive Maps. In ROCKMAN, M. – STEELE, J. (eds.) – *Colonization of Unfamiliar Landscapes: The Archaeology of Adaptation*. Londres: 25-58.
- HEILEN, M. (2005) – *An Archaeological Theory of Landscapes*. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade do Arizona.
- SHANKS, M. – TILLEY, C. (1988) – *Social Theory and Archaeology*. Albuquerque.



TAVARES DA SILVA, C. – SOARES, J. (coords.), 2021

O Castro de Chibanes na Conquista Romana.

Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017

Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/Associação de Municípios da Região de Setúbal. 403 p. (Setúbal Arqueológica, 20). [ISSN 0872- 3451]

ANA MARGARIDA ARRUDA

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa
a.m.arruda@letras.ulisboa.pt

<https://doi.org/10.51679/ophiussa.2022.121>

O livro que aqui se comenta incide sobre o Castro de Chibanes, um sítio arqueológico de grande importância, ocupado durante o calcolítico, o final da Idade do Ferro e a época romana-republicana. Localiza-se no concelho de Palmela, implantando-se no topo da Serra do Louro. Organizado e editado por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, os arqueólogos que desde há largos anos aí têm vindo a desenvolver trabalhos, tem uma longa lista de autores (cerca de 20), que incluiu arqueólogos, arqueozoólogos, antropólogos e geneticistas.

O livro divide-se em três grandes blocos: “O sítio, a paisagem e os Ecofactos” (p. 9-102); “A cultura material” (p.103-156); e “Integrar e concluir” (p. 380-399), cada um dos quais com vários capítulos.

O primeiro, a *Introdução*, da autoria de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (p. 11-35), apresenta o sítio. A localização geográfica, a implantação topográfica e a paisagem circundante são abordadas de forma muito exaustiva, tal como o contexto geológico do território envolvente. Os aspectos ecológicos correspondentes aos momentos da sua ocupação basearam-se nos estudos antracológicos realizados sobre macro-restos vegetais carbonizados recolhidos durante os trabalhos de campo (Tereso 2014), e, no que se refere a este aspecto concreto, foram também tidos em consideração os dados do diagrama polínico de Estacada, Lagoa de Albufeira (Queiroz 1985; Queiroz – Mateus 1994), para o enquadramento regional. Deve ainda notar-se que toda esta informação não corresponde a uma mera formalidade, uma vez que foi devidamente valorizada na leitura e interpretação da ocupação humana do Castro de Chibanes ao longo da diacronia.

A história da investigação sobre o sítio é também concretizada neste capítulo. Aqui se referem os trabalhos de prospecção e escavação de António Inácio Marques da Costa (1906; 1908; 1910), mas também o estudo parcial de materiais daqui provenientes, efectuados por investigadores como Manuela Delgado (1971), Manuel Maia (1978), Júlio Roque Carreira (1998) e ainda os contributos dos próprios arqueólogos que escavaram o sítio de forma continuada nos últimos anos, muitas vezes em colaboração com outros colegas (entre outros: Tavares da Silva – Soares 1997; 2014; Detry – Tavares da Silva – Soares 2017; Pereira – Soares – Tavares da Silva 2017; Pimenta *et al.* 2019; Tavares da Silva *et al.* 2019; 2021; Cardoso *et al.* 2021).

As leituras horizontais e estratigráficas decorrentes dos trabalhos de campo levados a efeito entre 1996 e 2017, que permitiram obter dados sobre a sequência ocupacional do sítio e sobre a organização do espaço residencial e das estruturas defensivas, são a base em que assenta toda a construção arqueológica e histórica deste livro. São apresentadas, de forma exaustiva, nos capítulos II e III, *Chibanes. As campanhas de 1996-2017 e a periodização da ocupação humana* (p. 27-44) e *Chibanes. Organização do espaço edificado durante a Idade do Ferro e o Período Romano Republicano* (p. 45-63).

Os restos humanos identificados no Castro de Chibanes em níveis da Idade do Ferro e romano-republicanos, todos pertencentes a indivíduos não adultos, são alvo de estudo detalhado (Ricardo Godinho e Adriana Leite: *Contextos antropológicos do Castro de Chibanes*, p. 65-72), estudo que dá origem a uma importante reflexão de Joaquina Soares e Susana Duarte (*Enterramentos infantis em espaço residencial*, p. 73-76) acerca do tratamento dado às crianças no final do I milénio a.n.e. As inumações infantis em espaços domésticos, sob os solos das habitações, refletem uma realidade que levanta interessantes questões demográficas, sociais e culturais, que não são esquecidas na discussão.

O estudo da fauna mamalógica e malacológica da Idade do Ferro (*O estudo da fauna dos níveis da Idade do Ferro do Castro de Chibanes*, p. 77-85) completa os dados já publicados em trabalhos anteriores sobre a época republicana, e as análises genéticas efectuadas sobre restos de gado bovino (p. 87-102), elaboradas por uma vasta equipa, oferecem uma visão muito interessante sobre as acções exercidas pelas comunidades romanas recém-chegadas ao território sobre espécies com características genéticas maioritariamente locais.

No segundo bloco de textos (p. 103-375), com 12 capítulos, analisam-se os materiais arqueológicos recuperados no sítio durante os trabalhos de campo, sempre devidamente enquadrados pelo cuidadoso registo de campo, o que permitiu discuti-los em função da sua integração cronológica e cultural, tendo, por outro lado, contribuído, decisivamente, para definir e datar as fases de ocupação.

As diversas categorias cerâmicas são minuciosamente descritas e comentadas, tendo em consideração a sua cronologia intrínseca, mas também a relativa, esta decorrente da sequência estratigráfica do sítio.

As de mesa integram-se em distintas categorias, de acordo com as suas características ao nível da produção, devendo destacar-se as helenísticas, não pelo seu número, que é muito reduzido, mas pelo significado da sua existência no estuário do Sado, que traduz a expansão para ocidente de uma prática de comensalidade eminentemente mediterrânea. De facto, e como é justamente lembrado neste texto de Elisa de Sousa (*As taças helenísticas com decoração a molde*, p. 105-107), as também chamadas “taças megáricas” representam uma quase absoluta novidade no panorama nacional. Trata-se de uma produção tipicamente oriental, inspirada em protótipos metálicos, que se iniciou durante o último quartel do século III a.n.e. A importação para a Península Ibérica ocorreu entre a segunda metade do século II a.C. e os meados do século I a.C., tendo a esmagadora maioria origem em oficinas da costa da Jónia. Até há pouco tempo, a sua existência no Extremo Ocidente era desconhecida. Recentemente, 15 peças desta produção foram identificadas em Monte Molião, que se somaram ao fragmento encontrado em Santarém (Sousa *et al.* 2022).

Para as de tipo Kuass, estudadas pela mesma autora (*A cerâmica tipo Kuass*, p. 109-112), deve destacar-se o facto de, pela primeira vez na região, se ter obtido datação contextual, sendo os fragmentos quase todos integráveis na época republicana, fases IIIA e IIIB, constituindo o prato de peixe recolhido num nível superficial a única excepção.

A cerâmica campaniense (Vincenzo Soria: *Caracterização morfo-estratigráfica das cerâmicas de verniz negro itálico e imitações de Chibanes*, p. 113-120) foi, porém, a mais utilizada no serviço de mesa, totalizando 238 fragmentos, maioritariamente de produção de Cales, mas com presença significativa de produtos napolitanos, em ambas as fases. A diferença fundamental reside na variedade formal, mais ampla no momento mais antigo, mais limitada no mais recente. Importante é, em alguns vasos, haver claros indícios de reparações.

No estudo da cerâmica de paredes finas (Antónia Coelho-Soares: *Chibanes. Cerâmica de paredes finas*, p. 121-130) seguiu-se uma metodologia “clássica”, que atendeu, sobretudo, às morfologias. O repertório formal não foge ao que é habitual nestas cronologias, devendo, contudo, assinalar-se uma maior diversidade na 2.ª fase da ocupação republicana, quando domina

a forma III de Mayet, que estando também presente na fase anterior, é aí suplantada pela II.

No serviço de mesa, foram ainda utilizados, durante a Idade do Ferro e a época romano-republicana, vasos de cerâmica cinzenta (Elisa de Sousa: *A cerâmica cinzenta*, p. 131-148). Na primeira, as tigelas dominam, como aliás é frequente em todos os sítios proto-históricos do litoral ocidental. As asas horizontais que algumas possuem indicam uma inspiração nos protótipos gregos, realidade que tem paralelos na região, como em Alcácer do Sal (Sousa – Pimenta 2017) e na Lapa do Fumo (Arruda – Cardoso 2013), mas também no estuário do Tejo (Sousa 2016; Sousa – Pimenta 2017). Na época republicana, as tigelas diminuem, facto que foi relacionado com a incorporação dos serviços de mesa itálicos, o que pode também ser proposto para a diminuição dos pequenos potes. Nestas fases mais tardias, as jarras, com ou sem bordo trilobado, são maioritárias, o que é absolutamente inédito, verificando-se, igualmente, um aumento dos vasos de armazenamento.

O estudo que foi realizado para a cerâmica comum (Elisa de Sousa e Teresa Rita Pereira: *A cerâmica comum*, p. 149-228) é o mais extenso da obra, o que decorre, naturalmente, de esta corresponder à categoria mais bem representada no conjunto artefactual, o que determina também a grande diversidade formal e de fabricos. A cerâmica comum de Chibanes incorpora produções a torno e manuais. Saúda-se a definição rigorosa das características físicas das pastas e dos engobes, que serviram para a caracterização dos fabricos e para a elaboração da tipologia. Não posso deixar também de ressaltar o facto de não se terem detectado produções exógenas durante a Idade do Ferro, que só surgem, e em percentagens reduzidas, nas fases romanas, e que correspondem a importações itálicas, onde se incluem os pratos de engobe vermelho pompeiano, mas também da Ulterior, do Guadalquivir e da baía de Cádiz, e do Nordeste. A extensa e detalhada informação fornecida sobre a cerâmica comum de Chibanes é intensamente discutida e interpretada, mas gostaria de insistir aqui na predominância das panelas, forma maioritária em todas as fases.

O conjunto das ânforas (João Pimenta: *As ânforas de Chibanes*, p. 229-278) recuperadas em Chibanes é extenso (374 NMI) e variado, incorporando importações centro mediterrâneas (do norte de África e da

Itália), da Andaluzia ocidental (vale do Guadalquivir e do litoral), de Ibiza e do extremo ocidente. O panorama do consumo de produtos alimentares importados não destoa substancialmente do que é conhecido em outros sítios coevos das Penínsulas de Lisboa e de Setúbal, apesar do reconhecimento da relativa escassez dos tipos Greco-itálicos e Dressel 1. Importante é a presença massiva, nos níveis pré-romanos, de produtos regionais, manifestada nos expressivos números de ânforas fabricadas nos vales do Tejo e do Sado, algumas das quais se prolongam em ambas as fases romanas. Acrescentar dois novos tipos à tipologia elaborada por Elisa de Sousa e João Pimenta (2014) para as produções taganas foi uma excelente opção. Contudo, estes dados, juntamente com outros já divulgados acerca das ânforas de Alcácer do Sal, talvez justifiquem a concretização de uma outra tipologia especificamente para o Sado, agora bem suportada cronologicamente pela própria sequência estratigráfica de Chibanes.

As actividades artesanais e produtivas estão representadas no Castro de Chibanes por materiais cerâmicos e metálicos, tendo sido tratadas em dois capítulos distintos (XV: Teresa Rita Pereira, Joaquina Soares, Carlos Tavares da Silva – *Fiação, tecelagem e costura*, p. 279-292 e XVII: Teresa Rita Pereira – *Os artefactos metálicos*, p. 305-346). A tecelagem está retratada pelos cossoiros, fusos, pesos de tear e agulhas, a agricultura pelas foices e pelas enxadas, a carpintaria pelas enxós, cinzéis, escopros e goivas, a pesca pelos anzóis e pesos de rede, e a metalurgia pela tenaz de ferreiro. Todos estes artefactos foram cuidadosamente descritos e estudados, tendo sempre em consideração os respectivos contextos de recolha e a posição estratigráfica.

O mesmo cuidado foi colocado no estudo dos objectos relacionados com a medicina, com os que revelam actividades comerciais, nomeadamente os componentes de balança (Teresa Rita Pereira: *Os artefactos metálicos*, p. 305-346), com os de adorno (fibulas de bronze) e de toilette (navalhas e pinças depilatórias) e ainda os que se destinavam à escrita (estiletos). Outros hábitos sociais estão explícitos no uso da baixela metálica, o que se compagina com a origem itálica da grande maioria dos habitantes do sítio.

Especial destaque mereceram as armas e outros *militaria*, também tratados no Capítulo XVII (*Os artefactos metálicos*), todos recuperados nos níveis correspondentes às fases de ocupação romano-republicanas.

O número é vasto, 25 e 10, respectivamente, o que não surpreende considerando que se trata de um sítio militar ou militarizado. No grupo das armas, dominam as ofensivas, hasteadas (lanças, *pilum*), empunhadas (punhais e espadas), e propulsadas (dardos e projecteis de funda, como as glandes de chumbo). Entre as defensivas, destacam-se os capacetes (ponteiras) e os escudos (*umbo*). Outros indícios do carácter militar do sítio inscrevem-se no que se costuma chamar de *militaria*, sendo compostos por elementos de cinturão militar, arreios equestres, estacas de acampamento e algemas ou grilhões.

As moedas de prata e de bronze e forradas (Noé Conejo: *Uso y circulación de moneda en Castro de Chibanes (Palmela, Setúbal): siglos II – I a.C.*) não abundam (17), não surpreendendo a dominância das cunhagens de Alcácer do Sal, a que se seguem as de Mértola e Córdova e que se somam às escassas emissões de Roma. O facto de Chibanes corresponder a uma ocupação de tipo castrense pode justificar uma circulação monetária relacionada com o uso de moeda por militares, pelo menos na primeira fase. Na segunda, ainda de carácter militar, mas com um expressivo desenvolvimento de actividades artesanais e agrícolas, o número de moedas cresce o que pode traduzir a integração de Chibanes e da região numa de economia monetária, quando se começam a usar moedas nas transações económicas.

Com honrosas excepções, como a de Conímbriga (França 1968; 1969), Freiria (Cardoso 2018) e Mesas do Castelhinho (Estrela 2019), os objectos de adorno não têm merecido uma particular atenção nas publicações referentes a sítios de época romana. Em Chibanes, contudo, mereceram um capítulo específico (Susana Estrela: *Adornos de Chibanes*, p. 357-376), o que se deve salientar, porque estes artefactos, estando aqui devidamente contextualizados, constituem uma sólida base de análise para estudos futuros. Os pendentes de osso, as contas de colar de cornalina e de vidro, e os anéis de bronze e ferro, alguns ainda com a respectiva pedra devidamente incrustada, foram descritos minuciosamente e devidamente relacionados com as fases de ocupação a que correspondem, ambas, de época romana-republicana. E não pode deixar de se sublinhar a importância das associações de materiais reconhecidas, especificamente para as contas de colar de vidro, sobretudo para a oculada.

Apesar de as escavações de Chibanes terem oferecido um estilete de liga de cobre (p. 332) e uma tampa de caixa de selos de osso (p. 358), evidenciando ambos os achados a prática da escrita, a verdade é que esta deverá ter tido como suporte materiais perecíveis. De facto, os textos são inexistentes e as marcas epigráficas escasseiam, resumindo-se a alguns signos gravados sobre pedra e cerâmica (paredes e fundos de recipientes e cossoiros), que são estudados por José Antonio Correa (*Signos epigráficos em Chibanes, Palmela*, p. 293-302). No entanto, não pode deixar de se sublinhar que alguns de estes se integram nos signários paleo-hispânicos (meridionais e levantinos), enquanto outros correspondem já ao alfabeto latino.

O livro encerra com um capítulo final de Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva (*Integrar e concluir*, p. 379-398) integrado no bloco *Cultura material e sociedade*. Aqui, discutem-se os dados do registo de campo e dos materiais, numa perspectiva integrada e, como dizem os próprios autores, holística. O quadro geral da ocupação do território durante o final da Idade do Ferro é agora mais nítido tendo em consideração os resultados obtidos no Castro de Chibanes. O processo da conquista da fachada litoral ocidental da Península Ibérica pode agora ser discutido de uma forma mais consistente tendo também em consideração as referências dos autores clássicos, como, aliás, os próprios autores concretizam, quando, na esteira de Amílcar Guerra (2004), relacionam o estabelecimento militar de Chibanes com a acção militar do ano de 109 a.n.e. de Quinto Servílio Cepião, fazendo corresponder o sítio com a *Caepiana* das fontes clássicas. No mesmo registo interpretativo, cabem as observações em torno da reconstrução e reorganização do sistema defensivo e do espaço habitacional na primeira metade do século I a.n.e., que foram devidamente conectadas com episódios das guerras sertorianas.

A vocação militar que o sítio adquiriu obrigou também a reflectir sobre como se processaram as relações entre a comunidade indígena pré-existente e os exércitos romanos, insistindo-se na não existência de indicadores de uma ocupação romana pacífica (p. 18). De facto, e como tive oportunidade de escrever há alguns anos (Arruda 2014: 531), não há colonialismos pacifistas e integradores. O carácter violento e opressivo de que a colonização, sempre e em qualquer contexto, se reveste ficou provado em Chibanes, com a destruição

da muralha indígena, o que permite encarar a sua fundação e ocupação na óptica dos “regimes predatórios” (Versluys 2020: 1646–1648; Fernández-Götz – Maschek – Roymans 2020: 1653), defendidos para a fase da conquista e expansionismo romanos. E o “dark side of the Empire” (Fernández-Götz – Maschek – Roymans 2020: 1633) nunca esmoreceu na região, e em outras, mesmo em momentos mais avançados, tendo-se mantido uma política económica predatória, que contraria os pressupostos benéficos da colonização romana, o que, em última análise, possibilita que se inicie o processo de descolonização da “Arqueologia Romana” (*Ibidem*).

Estas e outras questões que o livro suscita, aliadas ao seu carácter multi-disciplinar e ao estudo exaustivo e integrado dos dados recuperados, tornam-no uma obra de referência, de leitura indispensável e obrigatória.

Por fim, deve dizer-se que a publicação e a qualidade desta obra não surpreendem. De facto, a Joaquina Soares e o Carlos Tavares da Silva já nos habituaram a “dar conta” dos dinheiros públicos que são investidos na arqueologia, através de outros livros de carácter monográfico, entre os quais cito, só para dar o exemplo mais recente, “O sítio pré-histórico da Gaspeia e a neolitização do território de Alvalade – Sado” (Setúbal Arqueológica 19, 2020). Mas nunca deixaremos de nos impressionar com a dedicação, o empenho, a qualidade do trabalho, a capacidade para gerir equipas, e esforço de síntese.

Por tudo isto se saúda a publicação deste livro e se felicitam os seus organizadores e os autores.

Bibliografia

- ARRUDA, A. M. (2014) – A Oeste tudo de novo. Novos dados e outros modelos interpretativos para a orientalização do território português. In ARRUDA, A. M. (ed.) – *Fenícios e Púnicos por terra e mar, 2*. (Actas do 6.º Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos). Lisboa: 513-535.
- ARRUDA, A. M. – CARDOSO, J. L. (2013) – A ocupação da Idade do Ferro da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 20: 731-754.
- CARDOSO, G. (2018) – *Villa romana de Freiria. Estudo Arqueológico*. Cascais.
- CARDOSO, J. L. – SILVA, C. T. – SOARES, J. – MARTINS, F. (2021) – A economia alimentar em Chibanes, Palmela – horizonte campaniforme. *Ophiussa*, 5: 103-129.
- CARREIRA, J. R. (1998) – A ocupação da Pré-história recente do Alto de Chibanes, (Palmela), Setúbal. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 3-4: 123-213.
- COSTA, A. I. M. (1906) – Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. Castro de Chibanes. *O Archeologo Português*, S. 1(11): 40-50.
- COSTA, A. I. M. (1908) – Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. Idade Eo-metálica (ou do cobre ou bronze primitivos). *O Archeologo Português*, S. 1(13): 270-283.
- COSTA, A. I. M. (1910) – Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. Idades do Bronze e do Ferro no Castro de Chibanes. *O Archeologo Português*, S. 1(15): 55-83.
- DELGADO, M. (1971) – Cerâmica campaniense em Portugal. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: 403-420.
- DETRY, C. – SILVA, C. T. – SOARES, J. (2017) – Estudo zoo-arqueológico da ocupação romano-republicana do Castro de Chibanes. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 20: 113-127.
- ESTRELA, S. (2019) – Adornos, espaço e tempo: as contas de colar em Mesas do Castelinho (Santa Clara-a-Nova, Almodôvar). In SOARES, J. – PINTO, I. V. – SILVA, C. T. (coord.) – *Do Paleolítico ao Período Romano Republicano. Actas do IX Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular* (Setúbal Arqueológica, 18). Setúbal: 193-214.
- FERNÁNDEZ-GÖTZ, M. – MASCHKE, D. – ROYMANS, N. (2020) – The dark side of the Empire: Roman expansionism between object agency and predatory regime. *Antiquity*, 94: 1630–1639.
- FRANÇA, E. Á. (1968) – Alfinetes de toucado, romanos, de Conímbriga. *Conímbriga*, VII: 1-101.
- FRANÇA, E. Á. (1969) – Anéis, braceletes e brincos de Conímbriga. *Conímbriga*, VIII: 1-73.
- GUERRA, A. (2004) – *Caepiana*: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7(2): 217-235.
- MAIA, M. (1978) – Ânforas neo-púnicas do Sul de Portugal. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: 199-207.
- PEREIRA, V. – SOARES, J. – SILVA, C. T. (2017) – Understanding the first Chalcolithic communities of Estremadura: zooarchaeology of Castro de Chibanes. Preliminary results. *Papers from the Institute of Archaeology*, 27(1): 1-11.
- PIMENTA, J. – SILVA, C. T. – SOARES, J. – PEREIRA, T. R. (2019) – Revisitando o espólio das escavações de A. I. Marques da Costa em Chibanes: os dados proto-históricos e romano-republicanos. *Ophiussa*, 3: 45-80.
- QUEIROZ, P. F. (1985) – Dados para a história holocénica da região da Lagoa de Albufeira. In *Actas da I reunião do Quaternário Ibérico*, Volume 2. Lisboa: 251-259.
- QUEIROZ, P. F. – MATEUS, J. E. (1994) – Preliminary palynological studies at Lagoa de Albufeira and Lagoa de Melides, Portugal. *Revista de Biologia*, 15: 15-27.
- SILVA, C. T. – SOARES, J. (1997) – Chibanes revisitado. Primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. *Estudos Orientais*, 6: 33-66.
- SILVA, C. T. – SOARES, J. (2014) – O Castro de Chibanes (Palmela) e o tempo social do III Milénio B. C. In *Actas do II Encontro de Arqueologia da Arrábida. Homenagem a A. I. Marques da Costa* (Setúbal Arqueológica 15). Setúbal: 105-172.
- SILVA, C. T. – SOARES, J. – DUARTE, S. – PEREIRA, T. R. – COELHO-SOARES A. – SORIA, V. (2019) – Castro de Chibanes (Palmela): Trabalhos arqueológicos 2012-2017. In SOARES, J. – PINTO I. V. – SILVA, C. T. (coord.) – *Do Paleolítico ao Período Romano Republicano. Actas do IX Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular* (Setúbal Arqueológica 18). Setúbal: 215-246.

- SILVA, C. T. – SOARES, J. – PIMENTA, J. – DUARTE, S. – COELHO-SOARES A. – PEREIRA, T. R. (2021) – Ocupação do período Romano Republicano dos sectores ocidentais do Castro de Chibanes (Palmela): um balanço. In CARDOSO, G. – NOZES, C. (orgs.) – *O Ager olisiponense e as estruturas de povoamento. Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo V*. Lisboa: 143-149.
- SOUSA, E. (2016) – From Greek to Roman Pottery in the Far West. In JAPP, S. – KÖGLER, P. (eds.), *Traditions and Innovations. Tracking the Development of Pottery from the Late Classical to the Early Imperial Periods*. Viena: 17-28.
- SOUSA, E. – GOMES, F. – ARRUDA, A. M. – PEREIRA, C. (2022) – Importações orientais de época romana – republicana em Monte Molião. *Archivo Español de Arqueología*, 95: e08.
- SOUSA, E. – PIMENTA, J. (2014) – A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In MORAIS, R. – FERNÁNDEZ, A. – SOUSA, M. J. (eds.) – *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia*, Volume 1 (Monografias Ex Officina Hispana II). Porto: 303-316.
- SOUSA, E. – PIMENTA, J. (2017) – Produções cerâmicas de inspiração grega no Vale do Baixo Tejo. In *Arqueologia em Portugal – Estado da Questão*. Lisboa: 887-896.
- TERESO, J. (2014) – Vestígios arqueo-botânicos do III milénio cal. B.C. de Chibanes (Palmela, Setúbal). In *Actas do II Encontro de Arqueologia da Arrábida. Homenagem a A. I. Marques da Costa* (Setúbal Arqueológica 15). Setúbal: 173-180.
- VERSLUYS, M. J. (2020) – Nothing else to think? *Antiquity*, 94: 1646–1648.

IN MEMORIAM

In memoriam

JOÃO CARLOS SENNA-MARTÍNEZ (1948-2022)



Morreu João Carlos Senna-Martínez, Professor aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigador do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Uniarq).

Perdeu a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa um dos seus Docentes de Arqueologia (História e Estudos Africanos) que marcou diferentes gerações de Estudantes dos diferentes ciclos de Ensino / Aprendizagem. Perdeu o Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Uniarq) um dos seus investigadores séniores, autor de extensa obra científica e promotor de múltiplos Projectos de Investigação. Perda seguramente mais dolorosa para a sua Família e quem apresentamos os mais sentidos pêsames.

Senna-Martínez iniciou a sua carreira académica na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, onde concluiu o Bacharelato e foi Monitor. A sua investigação africana, incidindo na arqueologia de Moçambique, com trabalhos sobre as sociedades da fase final da Pré-História e Idade do Ferro, nas décadas de 60 e 70 do século XX, foi recentemente reatada, em distintos moldes e perspectiva, com os estudos das colecções do Instituto de Investigação Científica Tropical, presentemente à guarda do Museu de História Natural e da Ciência, da Universidade de Lisboa, bem como dos percursos biográficos dos seus investigadores.

Ainda na década de 70 do século XX, ingressou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde se licenciou, doutorou e prosseguiu a carreira académica, como Monitor, Assistente, Professor Auxiliar e Professor Associado, até à aposentação.

Leccionou diferentes Unidades Curriculares na Licenciatura e Mestrado de Arqueologia, das suas áreas de especialidade, sem esquecer os Estudos Africanos, promovendo periodicamente campos de trabalho e formação para os estudantes, que deste modo adquiriam as necessárias e desejáveis competências para o exercício da actividade arqueológica. Mesmo depois de aposentado, como continuou a desenvolver os seus projectos de investigação, recebia anualmente grupos de estudantes em trabalho de campo e laboratório, continuando a sua acção didáctica e pedagógica.

A investigação de Senna-Martínez em Portugal começou por incidir no megalitismo da Beira Interior, continuando trabalhos iniciados por João de Castro Nunes. Sem nunca deixar de se ocupar do fenómeno megalítico, os seus interesses foram-se progressivamente alargando, passando a incluir os temas da metalurgia antiga, desde o Calcolítico ao período Orientalizante, sempre centrado nas regiões do interior do actual espaço português, sem deixar de lançar olhares para outras regiões, designadamente a Estremadura e o baixo Mondego, as naturais charneiras entre os mundos Mediterrâneo e Atlântico, reflectidos no registo arqueológico do interior.

A sua actividade dos últimos anos está profundamente marcada pelo envolvimento em Projectos interdisciplinares relacionados com a metalurgia antiga, desde o cobre e bronze ao ouro. Esta abertura à colaboração multidisciplinar e o envolvimento em Projectos interdisciplinares constituiu uma das mais notórias marcas da investigação de Senna-Martínez.

Ao longo da sua carreira, Senna-Martínez foi sempre um activo promotor de pontes com a chamada Sociedade Civil, através de Associações Culturais locais, com as quais foi estabelecendo estreita colaboração, levando a Universidade até estes territórios de baixa densidade e trazendo os seus mais dinâmicos agentes para a Universidade, numa louvável atitude de “Ciência Cidadã”, de que são exemplos a sua participação na Associação Terras Quentes (Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros) ou o recente evento *De Gibraltar aos Pirenéus. Megalitismo, Vida e Morte na Fachada Atlântica Peninsular*, de 2018, que organizou e dinamizou em colaboração com a Fundação Lapa do Lobo, de Nelas. A sua obra é igualmente espelho desta permanente transferência de conhecimento, com vários trabalhos publicados em periódicos e monografias locais.

Nos últimos anos, liberto das tarefas docentes em sede de Licenciatura, desdobrava-se por múltiplas actividades de investigação, desde os Projectos de

investigação em que continuamente se envolvia; aos trabalhos de campo que prosseguia no interior do país, de Macedo de Cavaleiros a Nelas, para citar apenas alguns dos seus territórios de eleição; em estudo abrangente das chamadas “coleções coloniais”; e em activa dinamização da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, animando os regulares encontros *Fragments de Arqueologia de Lisboa*.

Partiu o homem, fica-nos a obra que pode ser revisitada aqui:

<https://www.uniarq.net/joatildeo-carlos-senna-martinez-cv.html>

<https://www.researchgate.net/profile/Joao-Carlos-Senna-Martinez>

<https://lisboa.academia.edu/JCSennaMartinez>

CARLOS FABIÃO

Director da Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa



POLÍTICA EDITORIAL

Objectivos

A Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa foi iniciada sob a direcção de Victor S. Gonçalves em 1996, tendo sido editado o volume 0. A partir do volume 1 (2017), a Revista Ophiussa converte-se numa edição impressa e digital da UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X).

O principal objectivo desta revista é a publicação e divulgação de trabalhos com manifesto interesse, qualidade e rigor científico sobre temas de Pré-História e Arqueologia, sobretudo do território europeu e da bacia do Mediterrâneo.

Periodicidade

A Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa publicará um volume anual. O período de submissão de trabalhos decorrerá sempre no primeiro semestre e a edição ocorrerá no último trimestre de cada ano.

Secções da revista

A revista divide-se em duas secções: artigos científicos e resenhas bibliográficas. Excepcionalmente poderão ser aceites textos de carácter introdutório, no âmbito de homenagens ou divulgações específicas, que não serão submetidos à avaliação por pares. Isentas desta avaliação estão também as resenhas bibliográficas.

Os autores / editores que pretendam apresentar uma obra para resenha devem enviar dois exemplares para a direcção da Revista Ophiussa: um para o autor/autora da resenha que será convidado para o efeito e outro para a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Aceita-se igualmente a apresentação de propostas de resenhas espontâneas.

Aceitam-se trabalhos redigidos em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

Processo de avaliação por pares

Os artigos submetidos são sujeitos a um processo de avaliação por parte de revisores externos (double blind peer review).

Todas as submissões (artigos e resenhas) serão avaliadas, em primeira instância, pela Coordenação Editorial, no que respeita ao seu conteúdo formal e à sua adequação face à política editorial e às normas de edição da revista. Os artigos que cumprirem estes requisitos serão posteriormente submetidos a um processo de avaliação por pares cega / double blind peer review (mínimo de dois revisores). O Conselho Científico, constituído pela direcção da UNIARQ e por investigadores externos, acompanhará o processo de edição.

Esta etapa será concretizada por investigadores externos qualificados, sendo os respectivos pareceres entregues num período não superior a três meses. Os revisores procederão à avaliação de forma objectiva, tendo em vista a qualidade do conteúdo da revista; as suas críticas, sugestões e comentários serão, na medida do possível, construtivos, respeitando as capacidades intelectuais do(s) autor(es). Após a recepção dos pareceres, o(s) autor(es) tem um prazo máximo de um mês para proceder às alterações oportunas e reenviar o trabalho.

A aceitação ou recusa de artigos terá como únicos factores de ponderação a sua originalidade e qualidade científica.

O processo de revisão é confidencial, estando assegurado o anonimato dos avaliadores e dos autores dos trabalhos, neste último caso até à data da sua publicação.

Os trabalhos só serão aceites para publicação a partir do momento em que se conclua o processo da revisão por pares. Os textos que não forem aceites serão devolvidos aos seus autores.

A lista dos avaliadores será publicada em ciclos de 3 anos, indicada no final da Revista Ophiussa (versão impressa e digital).

Ética na publicação

A Revista Ophiussa segue as orientações estabelecidas pelo Committee on Publication Ethics (COPE, Comité de Ética em Publicações): <https://publicationethics.org/>

Apenas serão publicados artigos originais. Para efeito de detecção de plágio ou duplicidade será utilizada a plataforma URKUNDU (<https://www.orkund.com/pt-br/>). Serão rejeitadas práticas como a deformação ou invenção de dados. Os autores têm a responsabilidade de garantir que os trabalhos são originais e inéditos, fruto do consenso de todos os autores e cumprem com a legalidade vigente, dispondo de todas autorizações necessárias. Os artigos que não cumpram com estas normas éticas serão rejeitados.

As colaborações submetidas para publicação devem ser inéditas. As propostas de artigo não podem incluir qualquer problema de falsificação ou de plágio. As ilustrações que não sejam do(s) autor(es) devem indicar a sua procedência. O Conselho Científico e a Coordenação Editorial assumem que os autores solicitaram e receberam autorização para a reprodução dessas ilustrações, e, como tal, rejeitam a responsabilidade do uso não autorizado das ilustrações e das consequências legais por infracção de direitos de propriedade intelectual.

É assumido que todos os Autores fizeram uma contribuição relevante para a pesquisa reportada e concordam com o manuscrito submetido. Os Autores devem declarar de forma clara eventuais conflitos de interesse. As colaborações submetidas que, direta ou indiretamente, tiveram o apoio económico de terceiros, devem claramente declarar essas fontes de financiamento.

Os textos propostos para publicação devem ser inéditos e não deverão ter sido submetidos a qualquer outra revista ou edição electrónica.

O conteúdo dos trabalhos é da inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não expressa a posição ou opinião do Conselho Científico ou da Coordenação Editorial.

O processo editorial decorrerá de forma objectiva, imparcial e anónima. Erros ou problemas detetados após a publicação serão investigados e, se comprovados, haverá lugar à publicação de correções, retratações e/ou respostas.

Serão considerados os seguintes princípios éticos:

1) RESPONSABILIDADE

A Revista Ophiussa através dos editores e autores tem a responsabilidade absoluta de aprovação, condenando todas as más práticas da publicação científica.

2) FRAUDE CIENTÍFICA:

A Revista Ophiussa procurará detectar manipulação e falsificação de dados, plágio ou duplicidade, com os mecanismos de detecção adequados.

3) POLÍTICA EDITORIAL E PROCEDIMENTOS

a) Os autores devem ter participado no processo de investigação e do processo de revisão, devendo garantir que os dados incluídos são reais e autênticos e estando obrigados a emitir retracções e correcções de erros de artigos publicados;

b) Os revisores devem efectuar uma revisão objectiva e confidencial e não ter conflitos de interesse (investigação, autores ou financiadores), devendo indicar obras publicadas relevantes que não foram citadas;

c) Na detecção de fraude ou má prática em fase de avaliação deve ser indicada pelos revisores e na fase de pós publicação por qualquer leitor.

d) Em caso de detecção de más práticas em fase de avaliação ou de detecção de artigos publicados previamente, o Conselho Editorial remeterá a ocorrência ao autor estabelecendo um prazo de 7 dias para esclarecimento, sendo posteriormente avaliada pelo Conselho de Redacção. Em fase de pós publicação, o Conselho Editorial poderá arquivar ou determinar a retratação num número seguinte, indicando-se os trâmites prévios.

Política de preservação de arquivos digitais

A revista garante a acessibilidade permanente dos objectos digitais através de cópias de segurança, utilização de DOI, integrando a rede Public Knowledge Project's Private LOCKSS Network (PKP-PLN), que gera um sistema de arquivo descentralizado.

Relativamente ao auto-arquivo, a revista integra também o Sherpa/Romeu

(<https://v2.sherpa.ac.uk/id/publication/41841>).

Política de acesso aberto

Esta edição disponibiliza de imediato e gratuitamente a totalidade dos seus conteúdos, em acesso aberto, de forma a promover, globalmente, a circulação e intercâmbio dos resultados da investigação científica e do conhecimento. A edição segue as directrizes Creative Commons (licença CC/BY/NC/ND 4.0).

A publicação de textos na Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa não implica o pagamento de qualquer taxa nem dá direito a qualquer remuneração económica.

Esta publicação dispõe de uma versão impressa, a preto e branco, com uma tiragem limitada, que será distribuída gratuitamente pelas bibliotecas e instituições mais relevantes internacionalmente, e intercambiada com publicações periódicas da mesma especialidade, que serão integradas na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Conta, paralelamente, com uma versão digital, a cores, disponibilizada em acesso livre.

Para mais informações contactar:

ophiussa@letras.ulisboa.pt

EDITORIAL POLICY

Objectives

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa started under the direction of Victor S. Gonçalves in 1996, with the edition of volume 0. After Volume 1 (2017) it became a printed and digital edition of UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X).

The main objective of this journal is the publication and dissemination of papers of interest, quality and scientific rigor concerning Prehistory and Archeology, mostly from Europe and the Mediterranean basin.

Periodicity

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa will publish an annual volume. The submission period will always occur in the first quarter of each year and the edition will occur in the last quarter.

Journal sections

The journal is divided into two sections: scientific articles and bibliographic reviews. Exceptionally, texts of an introductory nature may be accepted, in the context of specific tributes or divulgations, which will not be submitted to peer-review evaluation. Exemptions from this evaluation are also the bibliographic reviews.

Authors / editors wishing to submit a book for review should send two copies to the direction of Revista Ophiussa: one to the author of the review who will be invited for the purpose and another to the Library of the School of Arts and Humanities of the University of Lisbon. Spontaneous proposals are also accepted.

Papers written in Portuguese, English, Spanish, Italian and French are accepted.

Peer review process

Submitted articles are subject to a double blind peer-review evaluation process.

All submissions (articles and reviews) will be considered, in the first instance, by the Editorial Board, regarding its formal content and adequacy in face of the editorial policy and the journal editing standards. Articles that meet these requirements will subsequently be submitted to a blind peer-review process (minimum of two reviewers). The Scientific Council, constituted by UNIARQ direction and external researchers, will follow the editing process.

This stage will be carried out by qualified researchers, and their feedback will be delivered within a period of no more than two months. The reviewers will carry out the evaluation in an objective manner, in view of the quality and content of the journal; their criticisms, suggestions and comments will be, as far as possible, constructive, respecting the intellectual abilities of the author(s). After receiving the feedback, the author(s) has a maximum period of one month to make the necessary changes and resubmit the work.

Acceptance or refusal of articles will have as sole factors of consideration their originality and scientific quality.

The review process is confidential, with the anonymity of the evaluators and authors of the works being ensured, in the latter case, up to the date of its publication.

Papers will only be accepted for publication as soon as the peer review process is completed. Texts that are not accepted will be returned to their authors.

The list of reviewers will be published in 3-year cycles, indicated at the end of *Ophiussa* (printed and digital version).

Publication ethics

The Journal *Ophiussa* follows the guidelines established by the Committee on Publication Ethics (COPE, the Ethics Committee Publications): <https://publicationethics.org/>

Only original papers will be published. For the purpose of detecting plagiarism or duplicity, the URKUNDU platform (<https://www.orkund.com/pt-br/>) will be used. Practices such as the deformation or invention of data will be rejected. Authors are responsible for ensuring that the works are original and unpublished, the result of the consensus of all authors, and comply with current legality, having all necessary authorizations. Articles that do not comply with these ethical standards will be rejected.

Contributions submitted for publication must be unpublished. Article submissions can not include any problem of forgery or plagiarism. Illustrations that are not from the author(s) must indicate their origin. The Scientific Council and Editorial Board assume that the authors have requested and received permission to reproduce these illustrations and, as such, reject the responsibility for the unauthorized use of the illustrations and legal consequences for infringement of intellectual property rights.

It is assumed that all Authors have made a relevant contribution to the reported research and agree with the manuscript submitted. Authors must clearly state any conflicts of interest. Collaborations submitted that directly or indirectly had the financial support of third parties must clearly state these sources of funding.

Texts proposed for publication must be unpublished and should not have been submitted to any other journal or electronic edition.

The content of the works is entirely the responsibility of the author(s) and does not express the position or opinion of the Scientific Council or Editorial Board.

The editorial process will be conducted objectively, impartially and anonymously. Errors or problems detected after publication will be investigated and, if proven, corrections, retractions and / or responses will be published.

The following ethical principles will be considered:

1) RESPONSIBILITY:

Ophiussa through its editors and authors has the absolute responsibility for approval, condemning all bad practices of scientific publication.

2) SCIENTIFIC FRAUD

Ophiussa will seek to detect manipulation and falsification of data, plagiarism or duplicity, with the appropriate detection mechanisms.

3) Editorial policy and procedures:

a) Authors must have participated in the research process and in the review process, and must ensure that the data included is real and authentic and are obliged to issue retractions and corrections of errors of published articles;

b) Reviewers must carry out an objective and confidential review and have no conflicts of interest (research, authors or funders), and must indicate relevant published works that were not cited;

c) In the detection of fraud or malpractice in the evaluation phase, it must be indicated by the reviewers and in the post-publication phase by any reader.

d) In case of detection of bad practices in the evaluation phase or of detection of previously published articles, the Editorial Board will send the occurrence to the author, establishing a period of 7 days for clarification, which will be subsequently evaluated by the Editorial Board. In the post-publication phase, the Editorial Board may file or determine the retraction in a subsequent issue, indicating the previous procedures.

Digital file preservation policy

The journal guarantees the permanent accessibility of digital objects through backup copies and use of DOI, integrating the Public Knowledge Project's Private LOCKSS Network (PKP-PLN), which generates a decentralized file system.

Regarding the self-archiving, the magazine also includes Sherpa/Romeu (<https://v2.sherpa.ac.uk/id/publication/41841>).

Open access policy

This edition immediately and freely provides all of its content, in open access, in order to promote global circulation and exchange of scientific research and knowledge. It follows Creative Commons guidelines (license CC/BY/NC/ND 4.0).

The publication of texts in *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa does not imply the payment of any fee nor does it entitle to any economic remuneration.

This publication has a limited printed edition in black and white, which will be distributed free of charge by the most relevant international libraries and institutions, and exchanged with periodicals of the same specialty, which will be integrated in the Library of School of Arts and Humanities of the University of Lisbon. It also has a digital version, in color, available in open access.

For more information contact:

ophiussa@letras.ulisboa.pt

ÍNDICE

Pequenos sítios, objectos perdidos, artefactos sem contexto. 3. O «ídolo cilíndrico» de Ervidel (Herdade da Cariola) VICTOR S. GONÇALVES	5
<i>Heads & tails: Bell Beakers and the cultural role of Montejunto Mountain (Portugal) during the second half of the 3rd millennium BC</i> ANA CATARINA BASÍLIO	23
O conjunto faunístico do Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa, Portugal) no 3.º milénio a.n.e.: entre a <i>antroposfera</i> e a <i>zoosfera</i> FREDERICO AGOSTO	43
The materialization of an iconography: a LBA/EIA metallic representation of an “anchoriform” or “anchor idol” (?) from the Fraga dos Corvos habitat site (Eastern Trás-os-Montes, Portugal) JOÃO CARLOS SENNA-MARTINEZ, ELSA LUÍS, CARLOS MENDES, PEDRO VALÉRIO, MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO, ANTÓNIO M. MONGE SOARES	69
A necrópole do Cerro do Ouro (Ourique): reflexões sobre os enterramentos em urna nas necrópoles tumulares do Baixo Alentejo FRANCISCO B. GOMES	85
O sítio arqueológico de Arruelas (Maiorca, Figueira da Foz, Portugal) no contexto da Conquista Romana do Ocidente Peninsular FLÁVIO IMPERIAL	105
A importação de ânforas do Tipo <i>Urceus</i> em Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES	127
<i>Traianeum de Italica</i> . Campaña arqueológica 2016/2017 SEBASTIÁN VARGAS-VÁZQUEZ	143
El asentamiento rural romano de la Venta El Parrao (Alcalá de Guadaíra, España): Nuevos datos arqueológicos LUIS-GETHSEMANÍ PÉREZ-AGUILAR, SALVADOR ORDÓÑEZ AGULLA	163
A ocupação romana da Lezíria (Castro Marim, Portugal) ANA MARGARIDA ARRUDA, MARGARIDA RODRIGUES	187
Os recursos animais no Noroeste da Lusitânia do período republicano à Antiguidade Tardia (Séculos II a.C. - VII d.C.): Uma perspectiva a partir das evidências zooarqueológicas do centro de Portugal PATRÍCIA ALEIXO, GIL VILARINHO	209
Recensões bibliográficas (TEXTOS: FREDERICO AGOSTO, ANA MARGARIDA ARRUDA)	231
<i>In memoriam</i>	243
Política editorial	246
Editorial policy	247